

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Brasília (DF), 2016.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 146/2015, DN TCU nº 147/2015, Portaria TCU nº 321/2015 e Portaria CGU nº 500/2016.

Responsável pela consolidação das informações: Divisão de Contabilidade da Coordenação-Geral de Programação e Logística.

Brasília (DF), 2016

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACPP - Acordo de Conduta Pessoal e Profissional
ADI – Ato Declaratório Interpretativo
AFIP – Administração Federal de Ingressos Públicos
AFRFB – Auditor-Fiscal de Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia-Geral da União
AJ – Nota Ação Judicial
ALF – Alfândega da Receita Federal do Brasil
ALF/AIB – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Belém
ALF/APM – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Pinto Martins
ALF/BEL – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Belém
ALF/BSB – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Brasília
ALF/FOR – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Fortaleza
ALF/GIG – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto do Galeão
ALF/GRU – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Guarulhos
ALF/MNS – Alfândega da Receita Federal do Brasil em Porto de Manaus
ALF/PCE – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Pecém
ALF/PGA – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá
ALF/REC – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto dos Guararapes
ALF/RJO – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto do Rio de Janeiro
ALF/SDR – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador
ALF/SLS – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de São Luís
ALF/SPE – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Suape
ALF/SPO – Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
ALF/SSA – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Salvador
ALF/STS – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Santos
ALF/VCP – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Viracopos
ALF/VIT – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Vitória
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
ANIITA – Analisador Inteligente de Transações Aduaneiras
ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestres
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APRF – Ambiente de Pagamentos da Receita Federal
ARF – Agência da Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
ARIS - *Architecture of Integrated Information Systems*
ARPEN - Associações Nacionais dos Registradores de Pessoas Naturais
Art. – Artigo
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social
ASESP – Assessoria Especial
ASLEG – Assessoria Legislativa
ATA – Assistente-Técnico Administrativo
ATRFB – Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil
AUDIT – Coordenação-Geral de Auditoria Interna
BACEN – Banco Central do Brasil
BEPS – *Base Erosion and Profit Shifting*
BICBanco – Banco Industrial e Comercial S.A

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPMN – *Business Process Model and Notation*

BSC – *Balanced Scorecard*

CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil

CADFISC – Programa de Integração dos Cadastros Fiscais

CADIN – Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal

CAEPF – Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física

CAFIR – Cadastro Fiscal de Imóveis Rurais

CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CECLAM – Centro de Classificação Fiscal de Mercadorias

CEF – Caixa Econômica Federal

CEG – Comitê Estratégico de Gestão

CEI – Cadastro Específico do INSS

CENSEC – Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados

CEO – Comitê de Execução Orçamentária

CEP – Comissão de Ética Pública

CEPS – Comissão de Ética Pública Seccional

CETAD – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros

CF – Constituição Federal

CGU – Controladoria–Geral da União

CIAT – Centro Interamericano de Administrações Tributárias

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

CMB – Casa da Moeda do Brasil

CMCUSTO – Comitê de Gestão do Modelo de Mensuração dos Custos

CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica

CNASI – Congresso de Segurança da Informação Auditoria e Governança de TIC

CND – Certidão Negativa de Débito

CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNO – Cadastro Nacional de Obras

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

COAEF – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal

COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda

COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira

COCAD – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro

COCAJ – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial

COCIF – Coordenação–Geral de Cooperação e Integração Fiscal

CODAC – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COFIS – Coordenação–Geral de Fiscalização

COGEP – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas

COGER – Corregedoria–Geral da Receita Federal do Brasil

COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes

COMPROMT – Sistema de Comunicação e Protocolo

CONCLA - Comissão Nacional de Classificação

CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária

CONPROVI – Sistema de Controle de Procedimentos Vinculados

COPAV – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional

COPEI – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação

COPES – Coordenação–Geral de Programação e Estudos

COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística

COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
CORIN – Coordenação-Geral de Relações Internacionais
COSIT – Coordenação-Geral de Tributação
COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*
COTEC – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CPDEN – Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa
CPF – Cadastro da Pessoa Física
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPRB – Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta
CPTA – Comitê de Política Tributária e Aduaneira
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CSRF – Câmara Superior de Recursos Fiscais
CT – Crédito Tributário
CT-e – Conhecimento de Transporte Eletrônico
CTMA – Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas
CTN – Código Tributário Nacional
CTSI – Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DIPJ – Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica
DIRF – Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte
DIRPF – Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física
DITAB – Divisão de Contabilidade
DITR – Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
DJE – Documento para Depósitos Judiciais e Extrajudiciais
DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPFA – Dossiês de Pesquisa Fiscal Aduaneira
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRF/AJU – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracajú
DRF/ANA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Anápolis
DRF/AQA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araraquara
DRF/ATA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araçatuba
DRF/BAU – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru
DRF/BEL – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém
DRF/BHE – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte
DRF/BRE – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri
DRF/BSB – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Brasília
DRF/BVT – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Boa Vista
DRF/CFN – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Coronel Fabriciano
DRF/CGD – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campina Grande
DRF/CGE – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande
DRF/CGZ – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goytacazes
DRF/CPS – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas
DRF/CRU – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caruaru
DRF/CTA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba
DRF/CUI – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá
DRF/CVL – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cascavel
DRF/DOU – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Dourados

DRF/FCA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca
DRF/FLO – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Floriano
DRF/FOR – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza
DRF/FOZ – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu
DRF/FSA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana
DRF/GOI – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia
DRF/GUA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Guarulhos
DRF/IMP – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz
DRF/ITA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna
DRF/JFA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora
DRF/JNE – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte
DRF JOA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba
DRF JOI – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville
DRF/JPA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa
DRF/JPR – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ji-Paraná
DRF/JUN – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiaí
DRF/LFS – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Lauro de Freitas
DRF/LIM – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira
DRF/LON – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Londrina
DRF/MAC – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maceió
DRF/MBA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marabá
DRF/MCE – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macaé
DRF/MCP – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macapá
DRF/MCR – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Montes Claros
DRF/MGA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maringá
DRF/MNS – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus
DRF/MOS – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Mossoró
DRF/MRA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marília
DRF/NAT – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal
DRF/NHO – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo
DRF/NIT – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói
DRF/NIU – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Nova Iguaçu
DRF/OSA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco
DRF/PAL – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Palmas
DRF/PCA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba
DRF/POA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre
DRF/PPE – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Presidente Prudente
DRF/PTG – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa
DRF/PVO – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Velho
DRF/RBO – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco
DRF/REC – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife
DRF/RJ1 – Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I
DRF/RJ2 – Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro II
DRF/RPO – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ribeirão Preto
DRF/SAE – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André
DRF/SAN – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santarém
DRF/SBC – Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo
DRF/SDR – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador
DRF/SJC – Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos
DRF/SJR – Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto
DRF/SLS – Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luís

DRF/SOB – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral
DRF/SOR – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba
DRF/STL – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas
DRF/STM – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Maria
DRF/STS – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos
DRF/TAU – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté
DRF/TSA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina
DRF/UBB – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberaba
DRF/URA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana
DRF/VAR – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Varginha
DRF/VCA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista
DRF/VIT – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória
DRF/VRA – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
DRJ/BEL – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belém
DRJ/BHE – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belo Horizonte
DRJ/BSA – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Brasília
DRJ/CGE – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande
DRJ/CTA – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Curitiba
DRJ/FNS – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Florianópolis
DRJ/FOR - Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Fortaleza
DRJ/JFA – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Juiz de Fora
DRJ/POA – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Porto Alegre
DRJ/REC – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Recife
DRJ/RJO – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro
DRJ/RPO – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto
DRJ/SDR – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Salvador
DRJ/SPO – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em São Paulo
DSE – Declaração Simplificada de Exportação
DTE – Domicílio Tributário Eletrônico
DW – *Data Warehouse*
ECD – Escrituração Contábil Digital
ECF – Escrituração Contábil Fiscal
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
e-DBA – Declaração Eletrônica de Bagagem Acompanhada
e-DBV – Declaração Eletrônica de Bens do Viajante
e-Financeiras – Escrituração Fiscal Digital das Instituições Financeiras
EL – Estudo de Lotação
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações
EMOP – Equipes de Monitoramento Patrimonial e de Garantia do Crédito Tributário
ENAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários
ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
ENCE – Etiqueta Nacional de Eficiência Energética
ESAF – Escola de Administração Fazendária
FATCA – *Foreign Account Tax Compliance Act*
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FII – Fundo de Investimento Imobiliário
FUNDAF – Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização
GAECO – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

GAFI – Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo
GAL – Grau de Adequação da Lotação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GEQ – Grau de Equalização
GET – Grupo de Estudos Temáticos
GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
GL – Grau de Lotação
GPS – Guia da Previdência Social
GRU – Guia de Recolhimento da União
GSERV – Modelo de Gestão de Serviços
IACT – Índice de Adimplência do Crédito Tributário
IAL – Índice de Adequação da Lotação
IAOA – Índice de Adimplência da Obrigação Acessória
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICP – Índice de Redução do Valor de Estoques de Compensações Pendentes
ICSJ – Índice de Crédito Tributário *Sub Judice* Controlado em Processos
ICT – Índice de Realização de Crédito Tributário
ICTA – Índice de Crédito Tributário Aduaneiro
ICTG – Índice de Crédito Tributário Garantido
IDA – Indicador de Distorções da Arrecadação
IDF – Índice de Desempenho da Fiscalização
IDFA – Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneira
IDG – Identidade Digital de Governo
IDPF – Índice de Densidade de Erros por Pontos de Função
IE – Imposto de Exportação
IGAM – Indicador Global de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes
IGDI – Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação
IGDS – Indicador Global de Desempenho da Seleção
IGES – Grau de Eficácia da Seleção para Fiscalização Aduaneira de Intervenientes no Comércio Exterior
IGF – Indicador Global da Fiscalização
IGFA – Índice Global da Fiscalização Aduaneira
IGIF – Indicador Global da Atividade de Inteligência Fiscal
IGMA – Índice de Gestão de Mercadorias Apreendidas
II – Imposto de Importação
ILA – Índice de Litigância Administrativa
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários
IP – Intimações para Pagamento
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPF – Indicador de Presença Fiscal
IPFA – Índice de Presença Fiscal Aduaneiro
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IQAIF – Índice de Qualidade da Atividade de Inteligência Fiscal
IR – Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza
IRC – Índice de Recuperação da Cobrança Especial

IRF – Inspetoria da Receita Federal do Brasil
IRF/BHE – Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte
IRF/CTA – Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Curitiba
IRF/FNS – Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Florianópolis
IRF/MNO – Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo
IRF/PPA – Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã
IRF/REC – Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Recife
IRF/RJO – Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro
IRF/SLV – Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Santana do Livramento
IRPF – Imposto de Renda da Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
ISC – Índice de Solução de Consultas
ISCID – Índice de Solução de Consultas Internas e Divergências no Contencioso
ISE – Indicador do Setor Econômico
ITMP – Índice de Temporalidade Média de Processos de Crédito Tributário
ITR – Imposto Territorial Rural
ITTI – Índice de Tempestividade das Soluções de TI
LAB/LD – Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro
LAI – Lei de Acesso à Informação
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LI – Licença de Importação
LME - Limite de Movimentação de Empenho
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MAED – Multa por Atraso na Entrega da Declaração
MCF – Medida Cautelar Fiscal
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEI – Microempreendedor Individual
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MF – Ministério da Fazenda
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Medida Provisória
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS – Ministério da Previdência Social
MPU – Ministério Público da União
MRE – Ministério de Relações Exteriores
MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social
NAF – Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Ferramentas
NAF – Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal
NAI – Nível de Adequação Imobiliária
NBCT – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica
NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul
ND – Natureza de Despesa
NFC-e – Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica
NF-e – Nota Fiscal Eletrônica
NFPF – Índice de Densidade de Novas Funcionalidades por Pontos de Função
NIF – Número de Identificação Fiscal
NIT – Nível de Adequação da Infraestrutura Tecnológica
NT – Notas Técnicas
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OCI – Órgão de Controle Interno
OEA – Operador Econômico Autorizado
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OMA – Organização Mundial das Aduanas
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organizações das Nações Unidas
OPJUD – Sistema de Acompanhamento de Ações Judiciais
PAES - Parcelamento Especial
PAEX – Parcelamento Excepcional
PAF - Processo Administrativo Fiscal
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEC – Projeto Estratégico Corporativo
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PEIN – Projetos Estratégicos Institucionais
PER/DCOMP – Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação
PETI – Planejamento Estratégico de TI
PF – Pessoa Física
PFP – Programa de Formação Profissional
PGCC – Projeto Global da Construção Civil
PGD – Programa Gerador de Declaração
PGE – Programas Grandes Eventos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIN – Projeto de Integração Nacional
PIS – Programa de Integração Social
PJ – Pessoa Jurídica
PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMF – Programa de Desenvolvimento e Modernização das Fronteiras Brasileiras
PMIMF – Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda
PN – Parecer Normativo
PNA – Plano Nacional de Aquisições
PNC – Programa Nacional de Capacitação
PND – Padrões Nacionais de Despesa
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
PPA – Plano Plurianual
PPP – Plano de Providências Permanente
PROEDUC – Programa de Educação Corporativa
PRONAS/PCD – Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência
PRONON – Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica
PRORELIT – Programa de Redução de Litígios Tributários
PUC – Programa de Unificação dos Créditos Previdenciários e Fazendários
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAE – Reunião de Avaliação Estratégica
RBG – Referencial Básico de Governança
RE – Registro de Exportação
RECOPI – Sistema de Reconhecimento e Controle de Operações com Papel Imune

REDESIM – Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios

REFIS – Programa de Recuperação Fiscal

RENAVAM – Registro Nacional de Veículos Automotores

REPAF – Regulamento do Processo Administrativo Fiscal

RF – Região Fiscal

RFB – Receita Federal do Brasil

RFFP – Representação Fiscal para Fins Penais

RI – Regimento Interno

RLE – Registro e Licenciamento de Empresas

RNE – Registro Nacional de Estrangeiro

RPC – Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação

RPI – Remessas Postais Internacionais

RTT – Regime Tributário de Transição

SA3 - Sistema de Apoio às Atividades Administrativas

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes

SAGE – Sistema de Apoio à Gestão Estratégica

SAT – Seguro de Acidente de Trabalho

SC – Solução de Consultas

SCC – Sistema de Controle de Créditos e Compensações

SCD – Solução de Divergências

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SCDTI – Sistema de Controle de Demandas

SCI – Solução de Consultas Internas

SCORPIOS – Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

SDJ – Sistema de Depósitos Judiciais

SEC – Sistema de Emissões Centralizada

SECI – Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses

SECOM/PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

SEF – Secretaria de Economia e Finanças do Comando do Exército Brasileiro

SEFAZ/ES – Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo

SELECON – Sistema de Administração de Selos de Controle

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SGPTI – Sistema de Gestão de Produtos de TI

SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal

SIC – Sistemas Integrados de Crédito Público

SICOBE – Sistema de Controle de Produção de Bebidas

SICODEC – Sistema de Controle de Declarações

SIEF – Sistema de Informações Econômico-Fiscais

SIG – Sistema Integrado de Gestão

SINCAD PF – Sistema Nacional de Informações Cadastrais da Pessoa Física

SINTEGRA – Sistema Integrado de Informações

SINTER – Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais

SIPET – Suporte Informatizado para Estudos Tributários

SISAC – Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISAM – Sistema de Seleção Aduaneira por Aprendizado de Máquina
SISBACEN – Sistema de Informações do Banco Central
SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
SISOUVIDOR – Sistema de Ouvidoria
SISP – Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática da Administração Pública Federal
SPE – Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRL – Solicitação de Revisão de Lançamento
SRRF – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
SRRF01 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1^a RF
SRRF02 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 2^a RF
SRRF03 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 3^a RF
SRRF04 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 4^a RF
SRRF05 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 5^a RF
SRRF06 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 6^a RF
SRRF07 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7^a RF
SRRF08 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 8^a RF
SRRF09 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9^a RF
SRRF10 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10^a RF
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TBC – Tempo bruto consolidado do despacho de exportação
TBU – Tributação em Bases Universais
TCA – Termo Circunstaciado Administrativo
TCU – Tribunal de Contas da União
TDA – Título da Dívida Agrária
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação
TIEA – *Tax Information Exchange Agreement*
TIPI – Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados
TME – Tempo Médio de Espera
TR – Tempo médio de atendimento aos pedidos de informação recebidos do exterior
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
VIA – Visão Integrada do Atendimento
VICOMEX – Visão Integrada do Comércio Exterior
ZFM – Zona Franca de Manaus

Listas de Tabelas, Quadros e Gráficos

Título	Página
Quadro 1 – Cadastro CPF.....	35
Quadro 2 – Cadastro CNPJ	35
Quadro 3 – Competência Tributária dos Impostos.....	36
Quadro 4 - Arrecadação das Receitas Federais 2015/2014.....	37
Quadro 5 – Unidades Centrais não Localizadas em Brasília	54
Quadro 6 – Jurisdição das Regiões Fiscais	54
Quadro 7 – Macroprocesso Gestão das Políticas Tributária e Aduaneira	62
Quadro 8 – Entrada e Saída de Processos	66
Quadro 9 – Macroprocesso Gestão do Crédito Tributário	67
Quadro 10 – Macroprocesso Fiscalização Tributária e Combate a Ilícitos.....	80
Quadro 11 – Procedimentos de Auditoria Externa e Revisões de Declarações 2011 – 2015	87
Quadro 12 – Escriturações recepcionadas.....	88
Quadro 13 – Mercadorias Apreendidas	93
Quadro 14 – Números Brutos das operações de impacto realizadas nos últimos Cinco anos	94
Quadro 15 – Macroprocesso Controle Aduaneiro	97
Quadro 16 – Remessas – Importação e Exportação	102
Quadro 17 – Remessas Postais Internacionais	102
Quadro 18 – Passageiros Internacionais.....	103
Quadro 19 – Declarações – Entrada e Saída	104
Quadro 20 – Habilidades de Importadores e Exportadores.....	107
Quadro 21 – Macroprocesso Prevenção e Solução de Litígios	108
Quadro 22 – Atos Emitidos em 2015 pela Sutri/Cosit	109
Quadro 23 – Distribuição, por tipo de serviço, dos requerimentos entregues	117
Quadro 24 – Resultado dos Julgamentos (Créditos Tributários).....	117
Quadro 25 – Resultado dos Julgamentos (PER/DComp).....	118
Quadro 26 – Macroprocesso Relacionamento com Sociedade, Governos e Organismos Nacionais e Internacionais	120
Quadro 27 – Tipos de Indicadores de Atendimentos ao Contribuinte.....	125
Quadro 28 – Competências Institucionais e Objetivos Estratégicos.....	144
Quadro 29 – Projetos Estratégicos Institucionais e Objetivos Estratégicos.....	150
Quadro 30 – Projetos Estratégicos Institucionais.....	156

Quadro 31 –Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade Da UPC - OFSS.....	178
Quadro 32 – Metas de Investimento e Execução	181
Quadro 33 – Execução Orçamentária na 4 ^a RF.....	181
Quadro 34 - Contratos Vigentes na 4 ^a RF	182
Quadro 35 – Outras Despesas Correntes (2015 – 2014)	186
Quadro 36 – Obrigações Assumidas sem crédito autorizado no orçamento	195
Quadro 37 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou Recursos – UG 170018	195
Quadro 38 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170198.....	196
Quadro 39 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170247.....	197
Quadro 40 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170271	197
Quadro 41 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170388.....	198
Quadro 42 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170516.....	198
Quadro 43 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170088.....	199
Quadro 44 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170089	199
Quadro 45 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170091	201
Quadro 46 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170092.....	202
Quadro 47 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170093.....	202
Quadro 48 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170094.....	203
Quadro 49 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170095	205
Quadro 50 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170096	205
Quadro 51 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou	

recursos – UG 170097	206
Quadro 52 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170227	208
Quadro 53 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170248	208
Quadro 54 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170324	209
Quadro 55 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170328	210
Quadro 56 – Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores	212
Quadro 57 – Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores	217
Quadro 58 – Restos a Pagar não processados desbloqueados	218
Quadro 59 – Restos a Pagar não processados bloqueados	219
Quadro 60 – Despesas por Modalidade de Contratação	221
Quadro 61 – Despesas por grupo e elemento de despesa	234
Quadro 62 – Índice de Realização da Meta Global de Arrecadação	264
Quadro 63 – Índice de Atingimento da Arrecadação Potencial	264
Quadro 64 – Índice de Adimplência do Crédito Tributário (IACT)	265
Quadro 65 – Índice de Adimplência das Obrigações Acessórias (IAOA)	266
Quadro 66 – Grau de Cumprimento das Obrigações Aduaneiras na Importação	267
Quadro 67 – Indicador de Atividade de Educação Fiscal	267
Quadro 68 – Índice de Fortalecimento do Comércio Exterior	268
Quadro 69 – Índice de Percepção de Equidade	269
Quadro 70 – Índice de Percepção da RFB pelo Público Externo	269
Quadro 71 – Índice de Recuperação da Cobrança Especial (IRC)	270
Quadro 72 – Índice de Redução do Valor de Estoques de Compensações Pendentes (ICP)	271
Quadro 73 – Tempo Médio de Contencioso de Primeira Instância	272
Quadro 74 – Tempo Médio de Contencioso em Delegacias de Julgamento	272
Quadro 75 – Índice de Temporalidade Média de Processos de Crédito Tributário (ITMP)	273
Quadro 76 – Indicador Global de Desempenho da Seleção (IGDS)	274
Quadro 77 – Indicador Global da Fiscalização (IGF)	275
Quadro 78 – Indicador Global da Atividade de Inteligência Fiscal (IGIF)	276
Quadro 79 – Índice de Qualidade da Atividade de Inteligência Fiscal (IQAIF)	276
Quadro 80 – Índice Global da Fiscalização Aduaneira (IGFA)	277

Quadro 81 – Indicador de Presença Fiscal (IPF).....	278
Quadro 82 – Grau de Eficácia da Seleção para Fiscalização Aduaneira de Intervenientes no Comércio Exterior (IGES).....	280
Quadro 83 – Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação (IGDI).....	280
Quadro 84 – Índice de Solução de Consultas (ISC).....	281
Quadro 85 – Índice de Solução de Consultas Internas e Divergências no Contencioso (ISCID).....	282
Quadro 86 – Índice de Crédito Tributário Sub Judice Controlado em Processos (ICSJ).....	283
Quadro 87 – Índice de Variação da Litigância Judicial.....	284
Quadro 88 – Índice de Litigância Administrativa	285
Quadro 89 – Tempo Bruto Consolidado do Despacho de Exportação (TBC)	285
Quadro 90 – Percentual de Serviços Atendidos com Tempo Médio de Espera Menor ou Igual a 15 minutos (TME 15)	286
Quadro 91 – Indicador de Tempo Médio de Estoque de Restituições Pendentes	287
Quadro 92 – Grau de Fluidez do Despacho de Exportação	288
Quadro 93 – Grau de Fluidez do Despacho de Importação	288
Quadro 94 – Índice de Crédito Tributário Garantido (ICTG)	290
Quadro 95 – Valor das Apreensões Provenientes de Operações de Vigilância e Repressão Aduaneira	291
Quadro 96 – Índice de Realização da Meta das Operações de Vigilância e Repressão Aduaneira	292
Quadro 97 – Grau de Atendimento às Demandas por Estudos sobre Política e Legislação Tributária e Aduaneira.....	293
Quadro 98 – Índice de Atingimento da Qualidade dos Estudos Setoriais.....	294
Quadro 99 – Indicador Global de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (IGAM).....	295
Quadro 100 – Tempo Médio de Atendimento aos Pedidos de Informação Recebidos do Exterior (TR)	296
Quadro 101 – Grau de Proatividade da RFB no Estabelecimento de Parcerias	297
Quadro 102 – Grau de Cobertura dos Convênios	297
Quadro 103 – Grau de Ativação de Convênios	298
Quadro 104 – Nível de Satisfação do Público Interno com a Comunicação Interna da RFB	298
Quadro 105 – Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento	299

Quadro 106 – Índice de Adequação da Lotação	300
Quadro 107 – Indicadores de Lotação – Metas	300
Quadro 108 – Indicadores de Lotação (2014 – 2015)	301
Quadro 109 – Índice de Tempestividade das Soluções de TI (ITTI)	302
Quadro 110 – Índice de Densidade de Erros por Pontos de Função (IDPF)	302
Quadro 111 – Índice de Densidade de Novas Funcionalidades por Pontos de Função (NFPF)	303
Quadro 112 – Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Ferramentas (NAF)	304
Quadro 113 – Nível de Adequação da Infraestrutura Tecnológica (NIT)	305
Quadro 114 – Nível de Adequação Imobiliária (NAI)	306
Quadro 115 – Índice de Gestão de Mercadorias Apreendidas (IGMA)	307
Quadro 116 – Nível de Execução Orçamentária e Financeira das Despesas de Custeio	309
Quadro 117 – Nível de Execução Orçamentária e Financeira das Despesas de Investimentos	310
Quadro 118 – Atendimento ao contribuinte e interação com a sociedade.....	337
Quadro 119 – Investimentos em Acessibilidade	341
Quadro 120 – Taxas de Depreciação	345
Quadro 121 – Balanço Patrimonial	351
Quadro 122 – Tabela 1: Créditos tributários e de infrações legais/contratuais administrados pela RFB	358
Quadro 123 – Tabela 2: Principais receitas constantes dos créditos tributários administrados pela RFB	358
Quadro 124 – Tabela 3: Tipos de Crédito Tributário em Exigibilidade Suspensa	359
Quadro 125 – Tabela 4: Ajustes para perdas prováveis sobre créditos tributários – RFB	359
Quadro 126 – Tabela 5: Tipo de Crédito Tributário	360
Quadro 127 – Tabela 6: Contas de Ajuste	360
Quadro 128 – Tabela 7: Estoques	360
Quadro 129 – Selos de Controle	361
Quadro 130 – Tabela 8: Imobilizado	361
Quadro 131 – Tabela 9: Composição do Ativo Imobilizado	362
Quadro 132 – Tabela 10: Intangível	363
Quadro 133 – Tabela 11: Softwares	363
Quadro 134 – Tabela 12: Provisão para Repartição de Créditos CP	364

Quadro 135 – Tabela 13: Provisão para Repartição de Créditos LP	365
Quadro 136 – Demonstrações das Variações Patrimoniais	366
Quadro 137 – Tabela 14: Impostos, taxas, contribuições e outras receitas administradas pela RFB	369
Quadro 138 – Tabela 15: Juros e Encargos de Mora – RFB	369
Quadro 139 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	369
Quadro 140 – Balanço Financeiro.....	371
Quadro 141 – Balanço Orçamentário.....	373
Quadro 142 – Força de Trabalho da UPC	379
Quadro 143 – Reposição do Quadro de Pessoal	380
Quadro 144 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	382
Quadro 145 – Atividade Principal do Setor UA.....	382
Quadro 146 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC.....	384
Quadro 147 – Ações de Capacitação Planejadas e Resultados Alcançados.....	386
Quadro 148 – Ações de Capacitação x Número de Participantes	388
Quadro 149 – Despesas do Pessoal	390
Quadro 150 – Processos em Análise de Atribuições	394
Quadro 151 – Grau de Lotação Bruto	394
Quadro 152 – Quantitativos de Servidores Solicitados.....	396
Quadro 153 – Comparativo entre Grau de Lotação da RFB e Grau de Lotação em outros Órgãos.....	396
Quadro 154 – Grau de Equalização.....	397
Quadro 155 – Grau de Equalização.....	397
Quadro 156 – Contratos de Estágios	399
Quadro 157 – Distribuição Geográfica dos Imóveis da União	401
Quadro 158 – Cessões de Espaços nos Imóveis (RFB) dos Estados Do Mato Grosso do Sul e Tocantins	404
Quadro 159 – Cessões de Espaços nos Imóveis (RFB) no Estado da Bahia	404
Quadro 160 – Cessões de Espaços nos Imóveis (RFB) no Estado de Minas Gerais	405
Quadro 161 – Cessões de Espaços nos Imóveis (RFB) no Estado do Rio de Janeiro	406
Quadro 162 – Cessões de Espaços nos Imóveis (RFB) no Estado de São Paulo.....	407
Quadro 163 – Cessões de Espaços nos Imóveis (RFB) no Estado de São Paulo.....	408
Quadro 164 – Cessões de Espaços nos Imóveis (RFB) no Estado de São Paulo.....	409
Quadro 165 – Cessões de Espaços nos Imóveis (RFB) no Estado de São Paulo.....	410
Quadro 166 – Cessões de Espaços nos Imóveis (RFB) no Estado do Paraná.....	411

Quadro 167 – Cessões de Espaços nos Imóveis (RFB) no Estado do Rio Grande do Sul.....	413
Quadro 168 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	414
Quadro 169 – Relação do total de reuniões realizada e resoluções emitidas pelo CTSI da RFB	429
Quadro 170 – Gestão Ambiental e da Sustentabilidade	431
Quadro 171 – Determinações e Recomendações do TCU	439
Quadro 172 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.	440
Quadro 173 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.	441
Quadro 174 – Recomendações da CGU.....	442
Quadro 175 - Medidas adotadas para apuração e resarcimento de danos ao Erário	444
Quadro 176 – Materiais Extraviados.....	446
Quadro 177 – Perdas Patrimoniais – DRF Foz do Iguaçu	449
Quadro 178 – Perdas Patrimoniais – IRF Curitiba.....	451
Quadro 179 – Detalhamento dos contratos encerrados afetados pela desoneração da folha de pagamentos e a situação dos procedimentos de revisão	454
Quadro 180 - Detalhamento de todos os contratos impactos pela desoneração da folha de pagamentos e a situação dos procedimentos de revisão	456
Quadro 181 - Relação dos 59 Projetos Estratégicos Institucionais da RFB e sua descrição	458
Quadro 182 - Concessão de suprimento de fundos	465
Quadro 183 – Utilização de suprimento de fundos	470
Quadro 184 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	475
Quadro 185 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	496
Quadro 186 - Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional	556
Quadro 187 - Gastos com Manutenção e Reformas pelas Unidades Gestoras em 2015	572

Listas de Figuras

	Página
Figura 1: Relação de declarações recebidas pela RFB	36
Figura 2: Arrecadação das Receitas Federais 2015/2014.....	38
Figura 3: Arrecadação das Receitas Administradas pela RFB 2015/2014.....	38
Figura 4: Arrecadação das Receitas Administradas pela RFB 2015/2014.....	39
Figura 5: Arrecadação das Receitas Administradas pela RFB por Divisão Econômica (Exceto Receitas Previdenciárias) 2015/2014.....	39
Figura 6: Organograma da RFB	44
Figura 7: Mapa das Regiões Fiscais	47
Figura 8: Estrutura dos níveis de processos da RFB	60
Figura 9: Cadeia de Valor da RFB	61
Figura 10: Macroprocesso Gestão das Políticas Tributária e Aduaneira	62
Figura 11: Macroprocesso Gestão do Crédito Tributário.....	67
Figura 12: Macroprocesso Fiscalização Tributária e Combate a Ilícitos	80
Figura 13: Quantidade de Auditores Fiscais com Metas – Fiscalização Externa	87
Figura 14: Quantidade de Auditores Fiscais com Metas – Malha – Revisão	88
Figura 15: Situação dos Lançamentos após a Lavratura	88
Figura 16: Apreensões (2014-2015)	93
Figura 17: Macroprocesso Controle Aduaneiro	97
Figura 18: Crédito Tributário Lançado por Grupo de Operação.....	101
Figura 19: Grau de Eficácia da Seleção Aduaneira (IGES)	104
Figura 20: Macroprocesso Prevenção e Solução de Litígios	108
Figura 21: Processos de Interesse por Região Fiscal	119
Figura 22: Valores Processos de Interesse por Região Fiscal	119
Figura 23: Macroprocesso Relacionamento com Sociedade, Governos e Organismos Nacionais e Internacionais	120
Figura 24: Mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil - Ciclo 2012-2015.....	140
Figura 25: Projetos Estratégicos Coorporativos.....	145
Figura 26: Quantitativo de Projetos Estratégicos Institucionais por Objetivo Estratégico	150
Figura 27: Projetos Estratégicos Institucionais	153
Figura 28: Quantidade de Projetos Estratégicos Institucionais por Macroprocessos da Cadeia de Valor.....	155
Figura 29: Previsão de Encerramento dos Projetos.....	158
Figura 30: Status do Portfólio	160

Figura 31: Mapa Estratégico da RFB para o ciclo 2016-2019	163
Figura 32: Peso por Dimensão	166
Figura 33: Projetos e Objetivos Estratégicos	167
Figura 34: Novo Mapa Estratégico da RFB	168
Figura 35: Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva de Resultados.....	170
Figura 36: Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Processos Internos	171
Figura 37: Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Pessoas e Recursos	172
Figura 38: Mapa Estratégico da RFB – Ano 2015	174
Figura 39: Aba Objetivo Estratégico.....	175
Figura 40: Aba Indicador	176
Figura 41: Aba Visão Geral	176
Figura 42: Aba Mapa.....	261
Figura 43: Governança Corporativa – TCU	312
Figura 44: Novo Organograma do Ministério da Fazenda.....	313
Figura 45: Organograma da Audit	314
Figura 46: Organograma da Coger.....	316
Figura 47: Controle Interno.....	322
Figura 48: Perfil Etário 2014.....	381
Figura 49: Perfil Etário 2015.....	381
Figura 50: Modelo Gserv	418
Figura 51: Mapa Estratégico da RFB 2016-2019.....	426
Figura 52: Mapa estratégico da área gestora de TI da RFB	427
Figura 53: Gráfico – Total de Reuniões do CTSI	430

Sumário

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Apresentação	25
1. Visão Geral da Unidade	27
1.1 Finalidades e Competências	28
1.2 Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e funcionamento da unidade	29
1.3 Ambiente de atuação	35
1.4 Organograma	44
1.5 Macroprocessos Finalísticos	59
2. Planejamento organizacional e desempenhos orçamentário e operacional	139
2.1 Planejamento Organizacional	140
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	169
2.3 Desempenho Orçamentário	178
2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	178
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	179
2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	195
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	212
2.3.5 Informações sobre a Execução das Despesas.....	221
2.3.6 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal.....	236
2.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	260
3. Governança	311
3.1 Descrição das estruturas de governança	312
3.2 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos	320
3.3 Gestão de riscos e controles internos	322
4. Relacionamento com a sociedade	329
4.1 Canais de acesso do cidadão	330
4.2 Carta de Serviços ao Cidadão	335
4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	336
4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	338

4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	341
5. Desempenho financeiro e informações contábeis	343
5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	344
5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	348
5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	351
6. Áreas especiais da gestão	377
6.1 Gestão de Pessoas	378
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	379
6.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	390
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	392
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	399
6.2 Gestão da Patrimônio e Infraestrutura	401
6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	401
6.2.2 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	404
6.2.3 Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	414
6.3 Gestão da Tecnologia da Informação	416
6.3.1 Principais sistemas de informações.....	421
6.3.2 Informações sobre o PETI e sobre o PDTI.....	426
6.4 Gestão Ambiental e da Sustentabilidade	431
6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	431
7. Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle	438
7.1 Tratamento de recomendações e determinações do TCU	439
7.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	442
7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário	444
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	452
7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	453
Anexos.....	457
Anexo 1 - Quadro 181 - Relação dos 59 Projetos Estratégicos Institucionais da RFB e sua descrição.....	458

Anexo 2 - Quadro 182 - Concessão de suprimento de fundos	465
Anexo 3 - Quadro 183 – Utilização de suprimento de fundos	470
Anexo 4 - Quadro 184 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	475
Anexo 5 - Quadro 185 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	496
Anexo 6 - Quadro 186 - Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional	556
Anexo 7 - Quadro 187 - Gastos com Manutenção e Reformas pelas Unidades Gestoras em 2015	572

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações das Unidades Centrais da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), das 14 (quatorze) Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento da (DRJ), das 10 (dez) Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF) e das demais Unidades descentralizadas, conforme previsto no Anexo I da Decisão Normativa (DN) do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 147, de 11 de novembro de 2015.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo as orientações e os quadros contidos nas **seções, itens e subitens configurados pelo TCU no sistema e-Contas**.

Como órgão específico singular, subordinado diretamente ao Ministério da Fazenda (MF), em 2015, a RFB foi responsável por uma arrecadação bruta de mais de R\$ 1.191,2 bilhões em receitas administradas diretamente. A RFB contou com a atuação de mais de 23 mil servidores, em exercício nas unidades administrativas distribuídas por todo o território nacional.

Entre as medidas adotadas para melhora na sistemática de recuperação de créditos cita-se a publicação da Portaria RFB nº 1.265, de 3 de setembro de 2015, que aprovou os procedimentos para a Cobrança Administrativa Especial no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com vistas a aprimorar os procedimentos de recuperação de créditos tributários (CT) e, consequentemente, promover o aumento e a sustentação da arrecadação dos tributos federais.

Em 2015, foram realizadas 4 milhões de intimações a Pessoas Jurídicas devedores de tributos declarados em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), totalizando R\$ 48,4 bilhões de créditos tributários em cobrança. Desse total, foram recebidos em pagamento R\$ 1 bilhão, foram parcelados R\$ 1,99 bilhões e extintos por compensação R\$ 524,6 milhões, totalizando R\$ 3,5 bilhão de créditos tributários recuperados.

Dos débitos devedores oriundos de DCTF, foi encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União (DAU) a quantidade de 3,2 milhões de débitos, referentes a mais de 379 mil contribuintes pessoas jurídicas, totalizando R\$ 14,4 bilhões.

Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram geradas 247.803 Intimações para Pagamento (IP), para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a dezembro/2015. Foram cobrados cerca de R\$ 20,19 bilhões em débitos.

As Certidões Negativas de Débitos (CND) da Fazenda Nacional foram unificadas em um único documento. Anteriormente, eram necessárias duas certidões: uma relativa às contribuições previdenciárias e outra relativa aos demais tributos. Isso representou melhor controle da emissão das CND, bem como maior facilidade ao contribuinte.

No âmbito da fiscalização de receitas e combate à sonegação, foram concluídas, até 31/12/2015, 277.369 (duzentos e setenta e sete mil, trezentos e sessenta e nove) ações fiscais, assim consideradas as fiscalizações de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, além da revisão de declarações decorrentes das malhas fiscais. O total do crédito tributário constituído nessas ações fiscais alcançou R\$ 125,62 bilhões.

Na área de revisão de declarações, em 2015, foi mantida a ampliação de mecanismos para a autorregularização dos contribuintes pessoas físicas e pessoas jurídicas. Em fevereiro de 2015, foi implantada, em nível nacional, a primeira fase da Malha Fiscal PJ, a malha fina das pessoas jurídicas, com a emissão de 25.598 cartas a empresas selecionadas em todo o país, para alertá-las da existência de diferenças nas informações fornecidas à Receita Federal.

O Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) recepcionou um total 24.385.732 escriturações, um aumento de quase 2 milhões de escriturações (percentualmente, 7%) em relação a 2014. Todas

foram entregues com certificado digital, compondo um conjunto de livros digitais que representam as escriturações contábeis e fiscais das empresas.

No âmbito do Sped, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) ultrapassou a marca dos 10 bilhões de documentos e o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) chegou aos 1,3 bilhões de documentos emitidos. Já a Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica (NFC-e), documento digital para o varejo, tornou-se realidade em quase todos os estados da Federação, com imenso potencial de simplificação das relações de consumo.

Em seu primeiro ano, a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), que substituiu a DIPJ, foi entregue por mais de 1,2 milhão de contribuintes. Por meio dela, o IRPJ e a CSLL são apurados em consonância com a ECD. A ECF substituiu, a partir do ano-calendário 2014, a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). Outra implementação foi a da Escrituração Fiscal Digital das Instituições Financeiras (e-Financeira).

Quanto ao eSocial, marco na simplificação e harmonização das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, entrou em produção, a partir de outubro, a versão do sistema que contempla os empregadores domésticos, já em consonância com as alterações promovidas na Constituição. O módulo completo, destinado aos empregadores de maior porte, será desenvolvido e começará a captar informações a partir de 2016, em paralelo com o desenvolvimento dos módulos simplificados para o MEI e para pequenos produtores rurais.

No que se refere à fiscalização aduaneira, em 2015 foram encerradas 3.222 ações fiscais. O total de créditos tributários e apreensões chegou a R\$ 2,3 bilhões.

As ações de pesquisa e investigação da RFB resultaram, em 2015, na realização de 29 operações de impacto, deflagradas pela Instituição, em parceria com outros órgãos públicos. Em tais operações foram cumpridos 639 mandados de busca e apreensão e realizadas 167 prisões temporárias ou preventivas.

A apreensão de mercadorias resultante da atuação da RFB em 2015 nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior totalizou R\$ 1,89 bilhões, representando variação positiva de 4,86% em relação a 2014.

Na comparação entre 2014 e 2015, houve aumento de 12,89% no número de atendimentos prestados aos contribuintes, passando de 146,4 milhões de atendimentos em 2014, para 165,3 milhões de atendimentos em 2015.

Na área de gestão de cadastros, destaca-se o lançamento do Portal do Cadastro Rural, com informações da RFB e do Incra, o qual é o primeiro passo para a implementação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

Quanto à Gestão Estratégica, está em andamento a última etapa da formulação do Planejamento Estratégico para o ciclo 2016-2019.

Como principais obstáculos enfrentados, além do cenário econômico adverso, que impacta nas atividades da RFB, destacam-se as restrições orçamentárias, financeiras e contingenciamento e a necessidade de recomposição do quadro de pessoal.

As restrições orçamentárias e a não recomposição do quadro de pessoal impactam a execução de projetos importantes como o Sped, eSocial, Sistemas Integrados do Crédito Público e projetos do Programa Portal Único do Comércio Exterior e do PUC. O atraso na execução desses projetos por falta de recursos afetará negativamente o desempenho de diversas áreas na RFB nos próximos anos.

Para desenvolver suas atividades no exercício de 2015, a RFB dispôs de um orçamento de R\$ 2,024 bilhões, embora a necessidade orçamentária mínima fosse de R\$ 3,256 bilhões.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

ITEM 1: VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 - FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é órgão específico e singular diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda.

A RFB tem por finalidade exercer a administração, a fiscalização e a arrecadação dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e aqueles incidentes sobre o comércio exterior; atuar na administração e na fiscalização aduaneira; auxiliar o Poder Executivo na elaboração da política tributária federal; e prevenir e combater a sonegação fiscal, a lavagem de dinheiro, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e de animais em extinção e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As principais competências da RFB são:

- Planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros;
- Propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;
- Interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata;
- Estabelecer obrigações tributárias acessórias;
- Acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;
- Planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;
- Realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;
- Estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais;
- Realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária;
- Negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;
- Planejar, coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, observada a competência específica de outros órgãos;
- Administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos.

A relação completa das competências da RFB consta no artigo 15 da Estrutura Regimental do MF (Decreto nº 7.482, de 16/05/2011) e no artigo 1º do Regimento Interno da RFB, (Portaria MF nº 203, de 14/05/2012):

Essas finalidades e competências fundamentam o papel institucional da RFB com relação às políticas públicas, o qual está expresso por meio da sua Missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

1.2 - NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

- Sistema Tributário Nacional**

O sistema tributário é descrito com base em comandos constitucionais que não apenas definem a competência tributária de cada ente da federação, como também normatizam o fluxo de transferências entre eles. Quanto à administração tributária federal o foco recai sobre a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

As principais diretrizes tributárias estabelecidas pela Constituição Federal, dispõem sobre os princípios gerais, as limitações do poder de tributar, as competências e também sobre a repartição das receitas tributárias. Assim, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir tributos.

A autonomia político-administrativa, característica essencial do nosso sistema federativo, concede a cada esfera de governo a possibilidade de instituir impostos, taxas (em razão do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos) e contribuições de melhoria (decorrentes de obras públicas). No que tange às contribuições sociais, em sua maioria somente podem ser instituídas pelo Governo Federal.

O Código Tributário Nacional (CTN), instituído pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional, com fundamento na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sem prejuízo da respectiva legislação complementar, supletiva ou regulamentar.

Conforme o CTN, a “competência tributária constitucional” compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto naquele Código.

Além disso, a competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos § 3º do artigo 18 da Constituição.

Nesses casos, a atribuição: a) compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir; b) pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido; e c) não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

A Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, alterou o Sistema Tributário Nacional, dando aos artigos 37 e 52 da Constituição, a seguinte redação:

“Art. 37.

XXII, as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. ”

- Criação da Receita Federal - Decreto nº. 63.659, 20 de novembro de 1968.**

A história do fisco no Brasil inicia em 1534 com a criação das Provedorias da Fazenda Nacional.

Somente 434 anos depois, em 1968, surge a Receita Federal.

A criação da Secretaria da Receita Federal, por meio do Decreto nº 63.659, de 1968, representou significativo avanço na facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, pois nasceu da unificação de diversos órgãos fiscais. Em apenas sessenta dias, conforme planejado, colocou-se em funcionamento uma inovadora estrutura que unificava diferentes departamentos, sob os quais antes estavam fracionadas as atividades de fiscalização e cobrança de tributos conforme a espécie tributária.

A extinta Direção-Geral da Fazenda Nacional era dividida em 3 departamentos: o de Rendas Internas, o de Rendas Aduaneiras e o do Imposto de Renda. Cada departamento contava com seus próprios serviços de fiscalização, arrecadação, tributação e setores de apoio, assim como órgãos regionais e locais, muitas vezes, sediados em cidades vizinhas. Havia, assim, um enorme desperdício de pessoal, material e espaço físico, além da dificuldade de coordenação dos esforços das três áreas.

Com o advento do Decreto nº 63.659, a nova Secretaria passou a ter, em sua estrutura, uma coordenação para cada dos sistemas (arrecadação, tributação, fiscalização e informações econômico-fiscais); 3 órgãos de supervisão; 1 assessoria ligada diretamente ao Secretário, 10 superintendências regionais, 50 delegacias, 19 inspetorias, 59 agências e 642 postos. A estrutura do novo organograma por funções dissipou, contudo, sem extinguir, as tarefas do antigo Departamento de Rendas Aduaneiras, dissolvidas na nova estrutura sistêmica, dividindo suas atribuições entre a Fiscalização e a Tributação.

Nos anos seguintes, a área aduaneira, com atuação ligada às políticas de comércio internacional, ganhou nova visibilidade. A orientação protecionista do período militar diminuiu devido à abertura política. Assim, em 1988, criou-se a Coordenação do Sistema de Controle Aduaneiro, a fim de incrementar a fiscalização do comércio exterior que começava a se expandir novamente.

- **Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 – Dispõe sobre a Administração Tributária Federal**

A Lei nº 11.457, de 2007, alterou a denominação da Secretaria da Receita Federal para Secretaria da Receita Federal do Brasil e extinguiu a Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social.

Além das competências até então atribuídas pela legislação vigente à Secretaria da Receita Federal, transferiu-se também para a nova RFB o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e das contribuições instituídas a título de substituição.

A Lei nº 11.457 criou o cargo de Natureza Especial de Secretário da Receita Federal do Brasil, que incorporou as atribuições e as competências anteriormente conferidas ao Secretário da Receita Federal e ao Secretário da Receita Previdenciária.

Além disso, os cargos ocupados e vagos da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social foram redistribuídos dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social e do INSS para a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

- **Decreto nº 7.482, de 16 de março de 2011**

Esse decreto aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda (MF).

No âmbito da estrutura Organizacional do MF, prevista no inciso II, do art. 2, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é órgão específico e singular diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda.

O artigo 15 do referido decreto dispõe sobre as 24 competências gerais da RFB. Além disso, podem ser encontradas as atribuições gerais tanto da Corregedoria da RFB, no art. 15A, bem como as de cada uma das cinco Subsecretarias da Receita Federal, nos arts. 16 a 20.

- **Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 - Regimento Interno da RFB (RI - RFB)**

A Portaria MF nº 203, de 2012, aprovou o Regimento Interno da RFB e definiu sua categoria, finalidade, organização, competências, atribuições dos dirigentes e atribuições comuns.

Essa portaria também especifica as atividades a serem realizadas por cada divisão na extensão do território nacional. Da mesma maneira, cita as responsabilidades dos gestores.

O Regimento Interno apresenta, ainda, em seus anexos:

- As Unidades descentralizadas sediadas fora de Brasília;
- As Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF);
- As Delegacias Especiais (Demac, Derpf, Defis, Deinf, Derat e Delex);
- As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ);
- As Alfândegas da Receita Federal do Brasil (ALF);
- As Inspetorias da Receita Federal do Brasil de classes “Especial A”, “Especial B” e “Especial C” (IRF-E);
- As Inspetorias da Receita Federal do Brasil de classes “A” e “B” (IRF);
- As Agências da Receita Federal do Brasil (ARF);
- Os Chefes de Equipe;
- Os Assistentes Técnicos e Assistentes;
- Os Cargos/Funções dos Dirigentes das Superintendências, Delegacias, Alfândegas, Inspetoria e Agências;
- Os Centros de Atendimento ao Contribuinte;
- Os Processos de Trabalho.

Os anexos citados acima são aprovados pelo Secretário da RFB, por intermédio da Portaria RFB nº 1403, de 2013.

É comum o Regimento Interno sofrer alterações, um exemplo é a Portaria 512, de 02 de outubro de 2013, que: *definiu a RFB como órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda; reafirmou suas 25 finalidades; incluiu em parágrafo único que no exercício das suas atribuições a RFB atuará de forma sistêmica e orientada aos processos de trabalho; e redefiniu a descrição de parte da estrutura organizacional.*

- **Portaria RFB nº 2466, de 28 de dezembro de 2010**

A Portaria RFB nº 2466, de 2010, dispõe sobre a Jurisdição Fiscal das Unidades Descentralizadas da RFB tratando:

- Da jurisdição fiscal quanto aos tributos e contribuições administrados pela RFB, excetuando-se os relativos ao comércio exterior;
- Da jurisdição de fiscalização aduaneira de zona secundária;
- Das delegacias especiais;
- Dos contribuintes jurisdicionados pela Delegacia Especial de Instituições Financeiras (Deinf);
- Dos contribuintes sobre jurisdição da delegacia especial da RFB de fiscalização de comércio exterior (Delex) para fiscalização de tributos e contribuições administrados pela RFB (incluído pela Portaria RFB nº 148, de 30 de janeiro de 2014);
- Da jurisdição da Alfândega da RFB em São Paulo (incluído pela Portaria RFB nº 148, de 2014).

- **Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013 (alterada pela Portaria RFB nº 1774, de 08 de outubro de 2014)**

A Portaria RFB nº 625, de 2013, aprova os instrumentos da Gestão Estratégica da RFB: o Mapa Estratégico e os Objetivos Estratégicos para o período de 2012 a 2015, assim como os Indicadores Estratégicos que os medem, além da Cadeia de Valor da RFB e dá outras providências.

Conforme seu art. 4º, a Estratégia da RFB para o período de 2012 a 2015 apoia-se em Iniciativas Estratégicas, as quais devem ser informadas no Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da RFB (SAGE).

Nos anexos da Portaria RFB nº 625 são apresentados:

- O Mapa Estratégico da RFB para o período de 2012 a 2015, o qual retrata a Missão, a Visão de Futuro, os Valores e a Estratégia da Instituição, por meio de um conjunto de Objetivos Estratégicos balanceados em Perspectivas e interligados por relação de causa e efeito;
- A Descrição dos Objetivos Estratégicos;
- Os Indicadores Estratégicos da RFB;
- A Cadeia de Valor;
- As Iniciativas Estratégicas Institucionais.

- **Portaria RFB nº 1708, de 22 de setembro de 2014**

A Portaria RFB nº 1708, de 2014, estabelece o Modelo de Governança de Processos, define a metodologia de Gestão de Processos no âmbito da RFB e aprova o Manual de Gestão de Processos e o Guia de Utilização da Notação BPMN (*Business Process Model and Notation*) da RFB.

Segundo o art. 4º prevê as três modalidades de iniciativas de Gestão de Processos na RFB: 1) Modelagem da Situação Atual; 2) Transformação de Processos; 3) Gestão do Dia a Dia.

Já o art. 6º define que as iniciativas de Gestão de Processos serão empreendidas pelas Unidades Centrais gestoras dos processos, com o apoio metodológico do Escritório de Processos. O parágrafo único desse artigo ressalta que as Unidades Descentralizadas poderão propor iniciativas de Gestão de Processos, que serão conduzidas sob a coordenação das Unidades Centrais gestoras dos processos, sendo obrigatória a aprovação dos produtos gerados nas iniciativas pelo (s) Patrocinador (es) e Gestor (es) dos processos.

A ferramenta de suporte para Gestão de Processos adotada na RFB consiste na solução tecnológica

Architecture of Integrated Information Systems (ARIS). Os processos podem ser modelados tanto no ARIS Designer, dependente de licenças para acesso, como no ARIS Express, versão gratuita do software.

Finalizada a modelagem de processos, após validação dos produtos gerados, os diagramas e os formulários produzidos são publicados por meio do módulo ARIS *Business Publisher* e podem ser acessados via intranet por todos os servidores da RFB.

- **Manuais de processos operacionais da RFB**

Os principais manuais operacionais da RFB estão disponíveis no sistema e-Manuais para acesso aos servidores da Instituição. A disponibilização dos manuais em tal sistema, juntamente com a publicação dos processos de trabalho mapeados, possibilita a promoção da padronização das atividades e a conformidade dos procedimentos à legislação, incrementando a produtividade dos servidores e garantindo maior segurança e agilidade dos trabalhos realizados.

Abaixo são citados os manuais mais relevantes publicados, de acordo com seus respectivos Macroprocessos:

A. Manuais do Macroprocesso Gestão do Crédito Tributário:

- Crédito Tributário Sub Judice;
- Parcelamento Especial (PAES);
- Parcelamentos Excepcionais (PAEX);
- Parcelamento;
- Programa de Recuperação Fiscal (Refis);
- Conta Corrente Pessoa Física;
- Malha GFIP (Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social);
- Obras;
- Manual Sistema de Controle de Créditos e Compensações (SCC) - Módulo Ressarcimento de IPI - versão 3.1;
- Manual SCC - Créditos de ações judiciais;
- Manual SCC - Ressarcimento Pis/Cofins - versão 1.7;
- Manual de Restituição, Ressarcimento e Compensação;
- Manual do Pagamento Automático;
- Manual de Reembolso, Restituição e Compensação de Contribuições Previdenciárias;
- Manuais do RestWeb (Restituição e Reembolso de Contribuições Previdenciárias);
- Rest-CI (Restituição de contribuintes individuais e facultativos versão 1).

B. Manuais do Macroprocesso Fiscalização Tributária e Combate a Ilícitos:

- Contribuições Previdenciárias;
- IRPJ e CSLL;
- IRPF;

- IPI;
- PIS/COFINS;
- Procedimentos Fiscais (Maprof);
- Representação Fiscal para Fins Penais;
- Cide Combustíveis;
- Cide Remessas ao Exterior;
- Manual de Diretrizes da Programação;
- Manual de Seleção de Contribuição Previdenciária;
- Manual de Seleção de IRPF;
- Manual de Seleção de IRPJ e CSLL;
- Manual de Seleção de Pis/Pasep e Cofins;
- Manual de Acompanhamento Diferenciado;
- Manual de Acompanhamento Setores Diferenciados.

C. Manuais do Macroprocesso Controle Aduaneiro:

- Importação;
- Exportação;
- Trânsito Aduaneiro;
- Admissão Temporária;
- Habilitação no Siscomex;
- Bagagem Acompanhada;
- Vigilância e Repressão;
- Exportação Temporária;
- Procedimento Especial de Controle Aduaneiro;
- Repetro;
- AFRMM;
- Regime de Tributação Unificada;
- Importação de Granéis.

D. Manuais do Macroprocesso Relacionamento com a Sociedade, Governos e Organismos Nacionais e Internacionais:

- Cadastro Nacional de Obras (CNO);
- Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF);
- Manual do Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento (Saga).

1.3 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Este item apresenta o ambiente de atuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a caracterização do contexto no qual se insere, a descrição das principais atividades e programas de ação organizacional, a expectativa da população brasileira quanto à sua atuação e o apontamento das principais ameaças e oportunidades presentes.

1.3.1 – Ambiente de atuação da RFB

A Receita Federal é órgão específico e singular da estrutura do Ministério da Fazenda que atua em todo o território nacional, de um ponto cardeal a outro, presente por meio de suas quase seiscentas unidades, retrato de sua preocupação em proporcionar comodidade aos contribuintes.

A Instituição conta com um corpo funcional de cerca de trinta e uma mil pessoas, composto por servidores da Carreira de Auditoria, servidores do Ministério da Fazenda e colaboradores (Estagiários e Terceirizados) bem preparados e dedicados, que constroem a referência em excelência no exercício da Administração Tributária e Aduaneira, forma como é reconhecida nacional e internacionalmente (Fonte: Intranet RFB – Relatório Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas de 04/02/16, Visão por Exercício).

No quadro abaixo, podem ser verificadas informações sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF):

Quadro 01 – Cadastro CPF

CPF	Número de Registros
Registros Regulares	185.159.458
Registros Pendentes	243.935
Registros Suspensos	28.983.050
Total de Registros	214.386.443

Fonte: Sistema CPF (Data base da extração dos dados: dezembro/2015)

E no próximo quadro, podem ser verificadas as informações sobre o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ):

Quadro 02 – Cadastro CNPJ

CNPJ	Número de Registros
Registros Ativos	17.616.225
Registros Inaptos	7.679
Registros Suspensos	153.721
Total de Registros	17.777.625

Fonte: Sistema CNPJ (Data base da extração dos dados: dezembro/2015)

Em 31 de dezembro de 2015 havia 77.382 empresas habilitadas a operar no Comércio Exterior.

No ano de 2015, a Receita Federal recebeu cerca de 27,9 milhões de Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referentes ao ano calendário 2014, dentro do prazo de envio das declarações, que encerrou em 30/04/15 (Fonte: Site da RFB, Balanço Geral do IRPF, 01/05/15).

Na figura a seguir, encontra-se o resumo do total de declarações recebidas pela RFB no ano de 2015.

Figura 1: Relação de declarações recebidas pela RFB

Declaração (Consolidado)	Total
CPMF	2
Dacon	59.824
DCTF	13.460.577
Dirf	2.846.917
ITR	6.836.761
Outros	334.822
PER/DCOMP	1.180.445
Pessoa Física	30.874.749
Pessoa Jurídica	111.594
Sped	24.385.732
SVA	4.268
TOTAL	80.095.691

Fonte: Site de Estatísticas da RFB - <http://estatisticas.receita.fazenda/FrameInterno.aspx?sitio=5> – Data base de extração dos dados: 01/01/15 a 31/12/15

1.3.2 – Tributos administrados pela RFB

No Brasil, as principais diretrizes tributárias são estabelecidas pela Constituição Federal (CF), que dispõe sobre os princípios gerais, as limitações ao poder de tributar, as competências e a repartição das receitas tributárias. Assim, o Sistema Tributário Nacional é delimitado pela própria CF, que estabelece quais os tributos a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir.

Quadro 03 – Competência Tributária dos Impostos

Competência	Impostos
União	Importação de produtos estrangeiros (II)
	Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (IE)
	Renda e proventos de qualquer natureza (IR)
	Produtos industrializados (IPI)
	Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores imobiliários (IOF)
	Propriedade Territorial Rural (ITR)
	Grandes fortunas
Estados	Transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD)
	Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)
	Propriedade de veículos automotores (IPVA)
Municípios	Propriedade predial e territorial urbana (IPTU)
	Transmissão <i>inter vivos</i> , a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI)
	Serviços de qualquer natureza (ISSQN)

Fonte: Constituição Federal de 1988

Também de acordo com a CF, compete exclusivamente à União instituir Contribuições Sociais, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico e Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas. Já os Estados, o Distrito Federal e os Municípios somente poderão instituir Contribuições, cobradas de seus servidores, para o custeio, em benefícios desses, de sistemas de Previdência e Assistência Social.

O Brasil se caracteriza por uma multiplicidade de órgãos com funções típicas de Administração Tributária, sendo que, no âmbito federal, o principal órgão é a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Dessa forma, a RFB tem a seu cargo a tributação e a fiscalização de toda a atividade econômica e financeira do País, inclusive a realizada com o exterior. Abaixo, a relação dos principais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal:

- Imposto de Importação (II);
- Imposto de Exportação (IE);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR);
- Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);
- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins);
- Contribuição para o Programa de Integração Social e Contribuição para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pis/Pasep);
- Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior (Pis e Cofins Importação);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico Incidente sobre as Operações Realizadas com Combustíveis (Cide-Combustível).

A arrecadação das receitas federais (administradas pela RFB e de outras recolhidas por Darf ou GPS, porém administradas por outros órgãos) atingiu o valor de R\$ 1.221.546 milhões no ano de 2015.

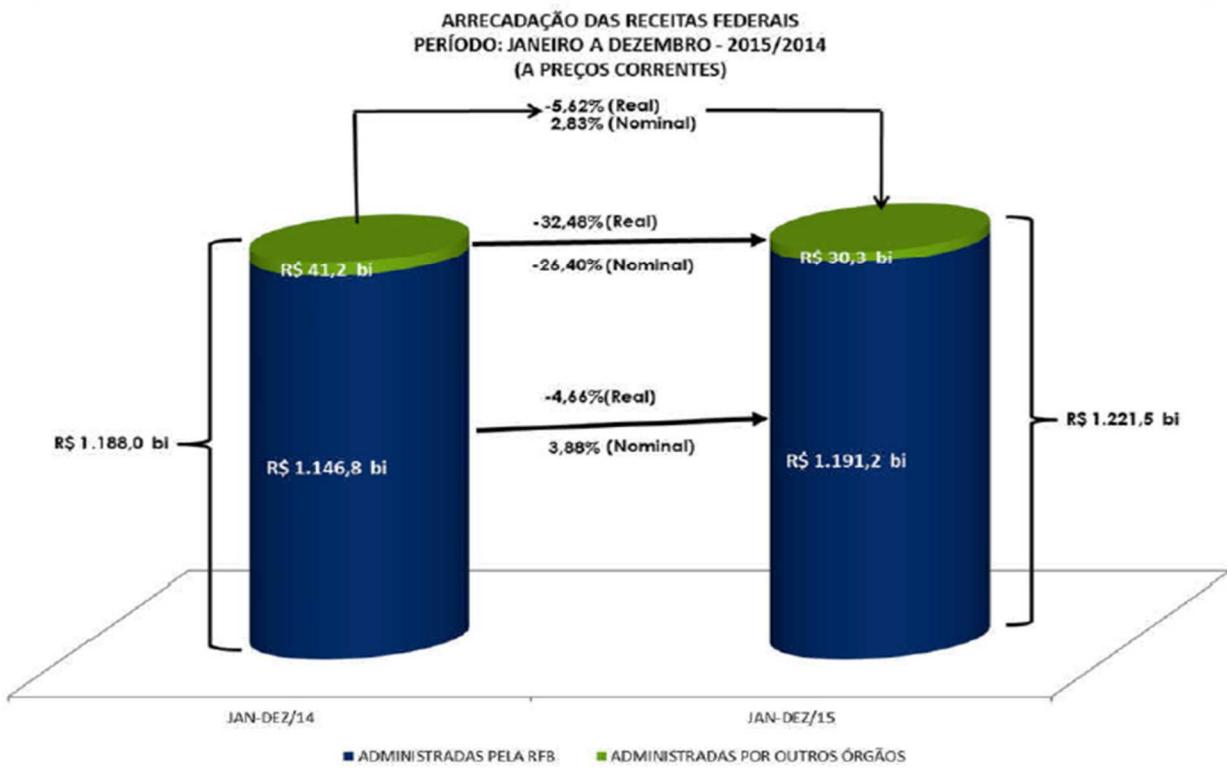
O quadro e a figura a seguir apresentam os valores acumulados da arrecadação das receitas federais nos anos de 2015 e 2014 (em milhões de Reais) e as variações nominais e reais.

Quadro 04: Arrecadação das Receitas Federais 2015/2014

Receitas	Arrecadação (Preços Correntes)		Variação [C]/[D]%	
	2015 [C]	2014 [D]	Nominal	Real (IPCA)
Administradas pela RFB	1.191.240	1.146.775	3,88	(4,66)
Administradas por Outros Órgãos	30.307	41.176	(26,40)	(32,48)
Total	1.221.546	1.187.950	2,83	(5,62)

Fonte: Site da RFB

Figura 2: Arrecadação das Receitas Federais 2015/2014



Fonte: Site da RFB

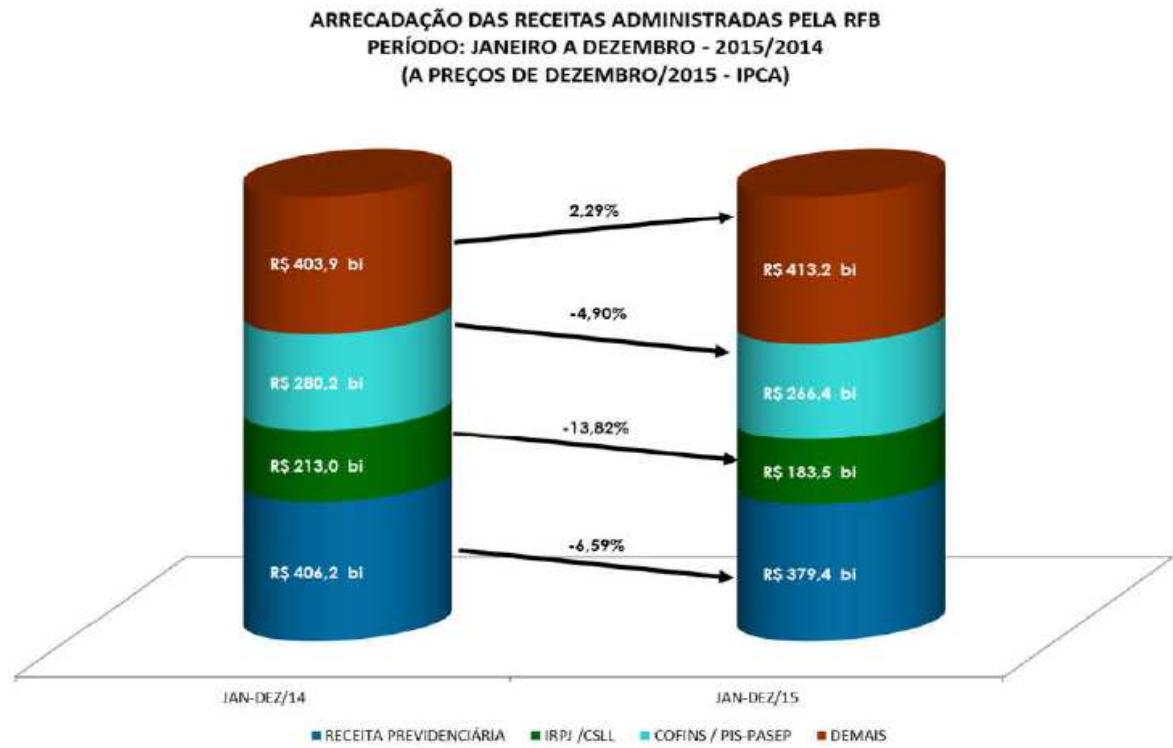
As figuras 3 e 4 a seguir destacam os principais tributos e setores que, individualmente, mais contribuíram para o resultado global.

Figura 3: Arrecadação das Receitas Administradas pela RFB 2015/2014

RECEITAS	JAN-DEZ/15 [A]	JAN-DEZ/14 [B]	DIFERENÇAS	
			[A] - [B]	[A]/[B]%
IRPJ / CSLL	183.547	212.987	(29.440)	(13,82)
RECEITA PREVIDENCIÁRIA	379.449	406.226	(26.776)	(6,59)
COFINS / PIS-PASEP	266.449	280.171	(13.722)	(4,90)
IPI (Exceto Vinculado)	33.877	40.363	(6.486)	(16,07)
IRPF	29.699	31.580	(1.882)	(5,96)
IRRF-RENDIMENTOS DO TRABALHO	97.320	98.961	(1.641)	(1,66)
I. IMPORTAÇÃO / IPI-VINCULADO	58.279	59.158	(879)	(1,49)
IRRF-OUTROS RENDIMENTOS	10.821	11.338	(517)	(4,56)
IOF	36.150	33.813	2.338	6,91
CIDE-COMBUSTÍVEIS	3.394	16	3.378	-
IRRF-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	25.212	21.197	4.015	18,94
IRRF-RENDIMENTOS DE CAPITAL	54.359	45.107	9.251	20,51
DEMAIS RECEITAS ADMINISTRADAS	64.091	62.406	1.685	2,70
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	1.242.647	1.303.323	(60.676)	(4,66)

Fonte: Site da RFB

Figura 4: Arrecadação das Receitas Administradas pela RFB 2015/2014



Fonte: Site da RFB

Figura 5: Arrecadação das Receitas Administradas pela RFB por Divisão Econômica (Exceto Receitas Previdenciárias) 2015/2014

ARRECADAÇÃO DA RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB POR DIVISÃO ECONÔMICA (EXCETO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS)
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2015/2014
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/2015 - IPCA)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

DIVISÃO ECONÔMICA (CNAE)	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS	
	JAN-DEZ/15 [A]	JAN-DEZ/14 [B]	[A]-[B]	[A]/[B]%
. COMÉRCIO ATACADISTA	69.709	76.457	(6.748)	(8,83)
. FABRICAÇÃO DE VÉICULOS AUTOMOTORES	32.040	37.260	(5.220)	(14,01)
. COMÉRCIO VAREJISTA	58.193	62.488	(4.295)	(6,87)
. TRANSPORTE TERRESTRE	14.105	17.241	(3.136)	(18,19)
. METALURGIA	9.096	12.175	(3.079)	(25,29)
. EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	4.303	7.271	(2.969)	(40,83)
. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	14.288	17.071	(2.783)	(16,30)
. COMÉRCIO E REPAR. DE VÉIC. AUTOMOT. E MOTOCICL.	13.116	15.804	(2.688)	(17,01)
. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	7.030	9.518	(2.488)	(26,14)
. FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	11.459	13.814	(2.355)	(17,05)
SUBTOTAL [A]	233.338	269.100	(35.761)	(13,29)
DEMAIS [B]		629.860	627.998	1.862
TOTAL [C]=[A]+[B]		863.198	897.098	(33.900)
				(3,78)

Fonte: Site da RFB

1.3.3 – Principais atores do mesmo contexto da RFB

Conforme já citado no item “1.2 - Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade” deste Relatório, o art. 37, inciso XXII, da Constituição Federal determina que “*as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio*”.

Dessa forma, de acordo com a CF, cada ente da Federação mantém sua própria Administração Tributária, no âmbito dos tributos de suas competências tributárias. No entanto, mesmo administrando os tributos de suas respectivas competências, os Fiscos de cada uma das esferas atuarão em conjunto com o intuito de promover a cooperação e a integração fiscal.

À Receita Federal comprehende o papel de coordenação, de participação e de iniciativas junto aos outros entes federados, buscando, com isso, tornar a administração tributária nacional eficaz, eficiente e efetiva. E, na busca pela realização da missão de toda Administração Tributária, de assegurar recursos para as respectivas políticas públicas, os fiscos federal, estaduais e municipais realizam, anualmente, o Encontro Nacional de Administradores Tributários (Enat).

No ano de 2015 foi realizado o “X Enat”. A reunião foi coordenada pelo Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e culminou na assinatura de doze Protocolos e uma Resolução. Os Protocolos assinados tiveram como objetivo:

1. A implementação de solução de integração nos processos tributários de comércio exterior;
2. A criação de agenda permanente para discussões e compartilhamento de informações sobre a aplicação de técnicas e ferramentas de “*Business Intelligence*” que sejam de interesse comum das administrações tributárias;
3. O compartilhamento de informações que atendam aos interesses das Administrações Tributárias;
4. O acompanhamento dos projetos legislativos de reforma da legislação processual tributária e da estrutura do contencioso administrativo fiscal;
5. O fortalecimento do Programa Nacional de Educação Fiscal (Pnef);
6. A promoção do projeto denominado Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF);
7. O mútuo apoio para o funcionamento de espaços de autoatendimento orientado e integrado;
8. A atuação conjunta no Sistema Alerta do Simples Nacional;
9. A simplificação e a redução das obrigações tributárias acessórias, considerando, em especial, as informações disponíveis no Sistema Público de Escrituração Digital (Sped);
10. A disponibilização do software ContÁgil Lite, pela Receita Federal do Brasil, às Administrações Tributárias estaduais e municipais;
11. O desenvolvimento de uma solução unificada de nota fiscal eletrônica de serviço; e
12. A definição de estratégias de atuação conjunta para seleção e fiscalização de sujeitos passivos.

Já a Resolução aprovada disciplina a realização do Enat e institui dois colegiados compostos por representantes dos órgãos de Administração Tributária dos entes da Federação, como estruturas de governança do evento.

A RFB conta com um ambiente virtual de interesse comum aos órgãos fazendários e aduaneiros,

que é o Site do Encontro de Administradores Tributários (Enat). Para conhecer e utilizar as funcionalidades desse ambiente virtual deve-se acessar: www.enat.receita.fazenda.gov.br. O sítio do Enat atende, além da própria RFB, a outros órgãos e entidades sediados no território nacional, apoia a celebração de acordos e termos de cooperação e orienta e possibilita o acompanhamento conjunto das ações de cooperação e integração fiscal.

A Receita Federal mantém, ainda, relacionamento com Organismos Internacionais e Administrações Tributárias e Aduaneiras estrangeiras.

Os Acordos de Cooperação Internacional têm como objetivo estreitar os laços com as Administrações Tributárias e Aduaneiras de outros países, bem como disseminar boas práticas e estimular o efetivo intercâmbio de informações tributárias e aduaneiras.

Com a globalização, o intercâmbio de informações entre os países assume cada vez maior relevância. Isso devido à busca pela eficiência no cumprimento das legislações tributárias, bem como o combate à sonegação e evasão tributárias. Por meio do intercâmbio de informações, tem-se uma melhor aplicação da legislação doméstica e a garantia de um ambiente de negócios justo e a diminuição do poder atrativo dos paraísos fiscais.

Na área de Relações Internacionais, destacam-se as seguintes participações da RFB:

1. **Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT)**: é uma organização internacional sem fins lucrativos, sediada na cidade do Panamá, atualmente com 39 países-membros e associados e tem como objetivo apoiar os esforços dos Governos Nacionais destes países na promoção do fortalecimento de suas Administrações Tributárias, por meio do incentivo à cooperação mútua e ao intercâmbio de experiências e melhores práticas. O Secretário da Receita Federal do Brasil (RFB) é o representante do Brasil perante o CIAT, e o Coordenador-Geral de Relações Internacionais o seu correspondente. Além da representação, o Secretário da RFB foi o Presidente do Conselho Diretor no período 2014-2015).

2. **Mercado Comum do Sul (Mercosul)**: foi criado em 1991 por intermédio do Tratado de Assunção. O acordo prevê a construção de uma zona de livre comércio entre os países-membros. O bloco tem por objetivo consolidar a integração política, econômica e social entre os países que o integram, fortalecendo, assim, os vínculos entre as nações e entre os cidadãos do bloco. A Receita Federal, enquanto órgão de Administração Tributária e Aduaneira do país, participaativamente das atividades do Mercosul. Questões aduaneiras, bem como questões relativas a tributos internos e intercâmbio de informações são tratadas conjuntamente com o Ministério das Relações Exteriores e as contrapartes dos demais países do bloco.

3. **Organização Mundial de Aduanas (OMA)**: criada em 1952, possui, atualmente, 176 membros, que são responsáveis por mais de 98% do comércio mundial. É a única organização internacional intergovernamental que trata de procedimentos aduaneiros concernentes ao comércio entre os países. Sua missão é melhorar a eficácia e a eficiência das Aduanas em suas atividades de recolhimento de receitas, proteção ao consumidor, defesa do meio ambiente, combate ao tráfico de drogas e à lavagem de dinheiro, entre tantas outras. O Brasil é representado na OMA pela Receita Federal com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O País faz parte da região das Américas e Caribe e tem tido uma participação importante em diversos comitês.

4. **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**: é uma organização intergovernamental estabelecida por tratado e com sede em Paris, sem fins lucrativos, fundada em 1961, atualmente com 34 países-membros. Tem como objetivo promover políticas para melhoria do bem-estar social e econômico mundial, por meio da criação de um ambiente em que os governos nacionais, trabalhando conjuntamente, compartilhem experiências e busquem soluções para problemas comuns. Apesar do Brasil não ser um país-membro, sua participação visa a um diálogo com a Organização, com o intuito de encontrar soluções para os desafios globais comuns

nas áreas econômica, financeira, social e ambiental e, em particular, no campo tributário.

5. Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF): é um grupo de natureza intergovernamental e multidisciplinar, instituído no âmbito da OCDE, que tem como finalidade desenvolver uma estratégia global de prevenção e de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, sendo reconhecido internacionalmente como a entidade que define os padrões nessas matérias. O GAFI acompanha os progressos realizados pelos seus países-membros na implementação das medidas antilavagem por meio de mecanismos de autoavaliação e avaliação mútua, tendo como suporte dessa avaliação 40 recomendações gerais e 9 recomendações especiais relacionadas ao combate ao financiamento do terrorismo.

1.3.4 – Expectativa da população quanto à atuação da RFB

A RFB realizou a “Pesquisa de Imagem e Satisfação com o Atendimento da RFB” nos anos de 2010 e 2013. No entanto, por restrições orçamentárias, essa pesquisa não foi realizada novamente no ano de 2015. Dessa forma, a expectativa da população brasileira quanto à atuação da RFB é baseada na pesquisa realizada nos anos anteriores a 2015.

Por meio da pesquisa, percebe-se que a imagem da RFB está fortemente associada à arrecadação de tributos; ao cadastro, cancelamento ou regularização do CPF; e ao Imposto de Renda.

Além disso, os pontos positivos percebidos são:

1. Relevância da Instituição, que é considerada um órgão de grande importância para o desenvolvimento social e econômico do País;
2. Seriedade da RFB, vista como um órgão transparente e confiável, uma das organizações mais sérias e éticas do País;
3. Investimentos em tecnologia por parte da Instituição, uma vez que o site da RFB minimizou o deslocamento para as unidades de atendimento e se mostrou ser uma ferramenta eficiente;
4. Eficácia na arrecadação dos tributos;
5. Imagem dos servidores da RFB, considerados qualificados, éticos e competentes.
6. E com relação aos aspectos que devem ser aperfeiçoados pela Receita Federal para melhorar a vida do cidadão, destacam-se:
7. Melhorar e agilizar o atendimento ao contribuinte; e
8. Treinamento e qualificação dos servidores.

Para informações mais específicas e detalhadas sobre a expectativa e a impressão dos contribuintes sobre a RFB, sugere-se consultar tópico específico do Relatório de Gestão, item 4, que trata do Relacionamento com a Sociedade; especificamente nos subitens: 4.1 – Canais de acesso ao cidadão e 4.3: Aferição do grau de satisfação dos cidadãos / usuários.

1.3.5 – Oportunidades e Ameaças quanto à atuação da RFB

No amplo contexto de atuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil são encontradas ameaças e oportunidades que geram desafios para a Instituição.

Dentre as ameaças encontradas, destacam-se:

1. As incertezas relacionadas à política nacional e às políticas tributária e aduaneira;
2. As incertezas quanto ao contexto econômico-social;
3. A dificuldade em se conseguir autorização para a realização de concursos públicos no quantitativo necessário ao Órgão, o que acarreta a redução constante do corpo funcional da RFB e

gera dificuldades na manutenção da rede de atendimento na capilaridade necessária e insuficiência na repressão nas áreas de fronteiras;

4. Cortes orçamentários, impedindo que alguns projetos importantes e as ferramentas que possibilitam a melhoria no atendimento virtual ao contribuinte sejam implementados;

5. Excesso de parcelamentos especiais concedidos, o que dificulta o atingimento da meta de arrecadação.

E dentre as oportunidades existentes, podem ser citadas:

1. Participação da Instituição, como ator importante, da formulação da política e legislação tributária e aduaneira;

2. Consenso social da necessidade de uma Reforma Tributária no Brasil;

3. Aumento da percepção do risco tributário pela sociedade;

4. Acordos de cooperação internacional para intercâmbio de informações, o que assegura maior controle e efetividade ao combate à evasão tributária;

5. Troca de informações entre a RFB e os Fiscos Estaduais e Municipais, com o intuito de diminuir a sonegação de impostos;

6. Contexto favorável no Governo Federal para a transição da Gestão Funcional para a Gestão por Projetos e Processos;

7. Os avanços tecnológicos de hardware e software disponíveis no mercado;

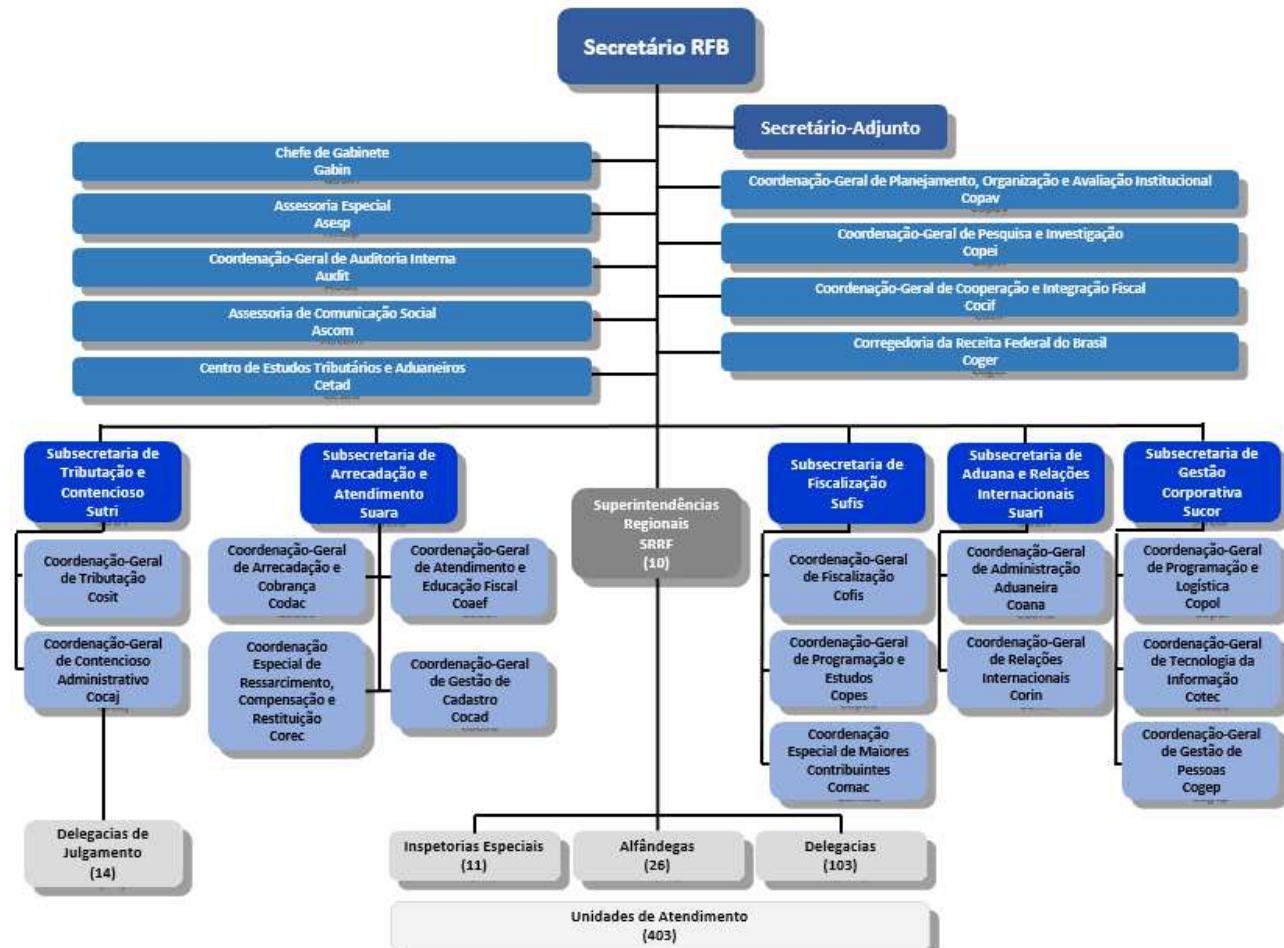
8. Os novos canais de comunicação com a sociedade.

A RFB busca, diariamente, o desenvolvimento de ações com vistas a evitar as ameaças e aproveitar as oportunidades, tais como: a evolução no atendimento virtual aos cidadãos; a busca incessante por medidas aduaneiras alinhadas às melhores práticas internacionais e à dinâmica do comércio exterior; implementação de inovações tecnológicas; o grau de capacitação dos seus servidores; a adesão a modelos de administração contemporâneos; além de tantas outras iniciativas. Todas estas iniciativas da RFB visam à prestação de um serviço público eficiente e de qualidade à população brasileira.

1.4 - ORGANOGRAMA

No exercício de suas atribuições e na condução de sua Missão, a RFB tem uma estrutura organizacional hierárquica e funcional, delineada em dois grupos estratégicos: Unidades Centrais e Unidades Descentralizadas. As Unidades Centrais da RFB são compostas pelas Unidades de Assessoramento Direto e pelas Unidades de Atividades Específicas, localizadas predominantemente em Brasília – DF. Nestas áreas são desenvolvidas atividades normativas, de supervisão e de planejamento, com subordinação direta ao Secretário da RFB. As Unidades Descentralizadas são compostas por unidades regionais e locais, distribuídas e organizadas geograficamente por todo o país, a fim de desempenhar funções táticas e operacionais, sob o comando das Unidades Centrais.

Figura 6: Organograma da RFB



Fonte: Intranet da RFB

Obs: O nº atualizado de Unidades de Atendimento é 489.

1.4.1 - Estrutura Organizacional da RFB

I – Comando Central

- Secretário.
 - Secretário-adjunto.

II - Unidades Centrais (predominantemente em Brasília-DF)

- 9 Unidades Centrais de Assessoramento Direto (5 Assessorias e 4 Coordenações-Gerais).
- 5 Unidades de Atividades Específicas (Subsecretarias).

III - Unidades Descentralizadas (distribuídas geograficamente por todo o País)

- 10 Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil.
- 14 Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJs).
- 105 Delegacias, sendo algumas Delegacias Especiais:
 - 3 Delegacias Especiais da RFB de Maiores Contribuintes (Demac);
 - Delegacia Especial da RFB de Fiscalização (Defis);
 - Delegacia Especial da RFB de Instituições Financeiras (Deinf);
 - Delegacia Especial da RFB de Administração Tributária (Derat);
 - Delegacia Especial da RFB de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex);
 - Delegacia Especial da RFB de Pessoas Físicas (Derpf).
- 26 Alfândegas.
- 54 Inspetorias da Receita Federal do Brasil, sendo 11 Inspetorias Especiais.
- 489 Unidades de Atendimento (357 Agências da RFB e 132 Centros de Atendimento ao Contribuinte – CAC, todos vinculados a alguma Delegacia).
- 4 Adidâncias no Exterior (Assunção, Buenos Aires, Montevidéu, Washington).

1.4.2 - Áreas Estratégicas da Estrutura da RFB

I - Unidades Centrais de Assessoramento Direto:

As Unidades Centrais de Assessoramento Direto estão subordinadas ao Secretário da RFB e são responsáveis por assessorá-lo diretamente e por subsidiar as decisões estratégicas da organização em matérias:

- tributárias, jurídicas e legislativas;
- de transparência e de integração com a sociedade;
- de comunicação interna e externa;
- de estudos econômico-financeiros;
- de ética e de disciplina;
- de auditoria interna e de gestão de riscos;
- de cooperação e de integração fiscal com outros entes federativos e organismos estatais;
- de planejamento, de desenvolvimento e de desempenho institucional;
- de estudos e pesquisas, na área de inteligência, contra crimes tributários;

As Unidades Centrais de Assessoramento Direto estão divididas funcionalmente em 5 Assessorias e 4 Coordenações-Gerais, são elas:

- Gabinete RFB
- Assessoria de Comunicação Social - Ascom

- Assessoria Especial – Asesp
- Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros - Cetad
- Corregedoria - Coger
- Coordenação-Geral de Auditoria Interna - Audit
- Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal - Cocif
- Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional - Copav
- Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação - Copei

II - Unidades Centrais de Atividades Específicas:

As Unidades Centrais de Atividades Específicas estão subordinadas ao Secretário da RFB e organizadas funcionalmente por especialidades que impactam diretamente a condução da missão institucional: 1) tributação e contencioso; 2) arrecadação e atendimento; 3) aduana e relações internacionais; 4) fiscalização; e 5) gestão corporativa de pessoas, tecnologia e orçamento/logística.

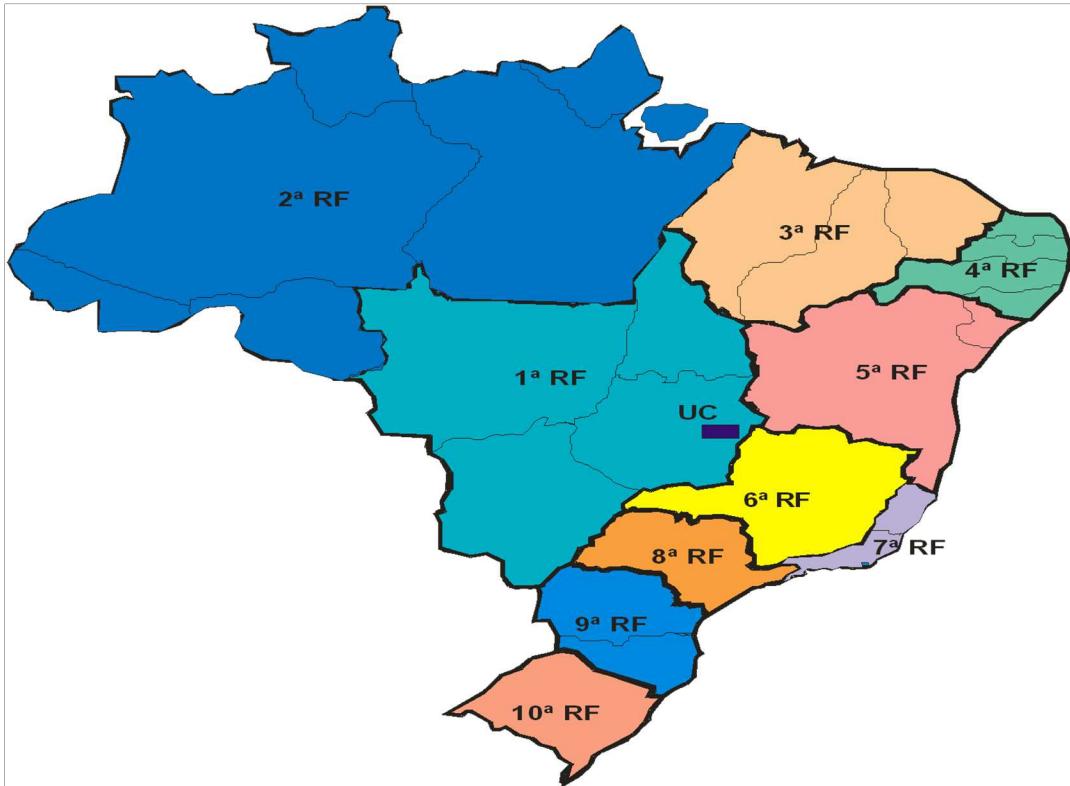
As Unidades Centrais de Atividades Específicas estão divididas em 5 Subsecretarias, compostas por coordenações-gerais e demais subunidades:

- Subsecretaria de Tributação e Contencioso - Sutri.
- Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento - Suara.
- Subsecretaria de Fiscalização - Sufis.
- Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais - Suari.
- Subsecretaria de Gestão Corporativa - Sucor.

III - Unidades Descentralizadas:

Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário. Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal (RF), conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura 7: Mapa das Regiões Fiscais



Fonte: Copav

Além das Superintendências, as Unidades Descentralizadas são compostas por 4 Adidâncias localizadas no Exterior nas cidades de Assunção, Buenos Aires, Montevidéu e Washington.

1.4.3 – Competências e Titulares das Áreas Estratégicas

As Áreas Estratégicas mostradas acima são fundamentais para o cumprimento dos objetivos estratégicos e da Missão Organizacional da RFB. Desse modo, torna-se relevante a descrição, de forma sucinta, das principais competências de cada uma delas, assim como a indicação do período de atuação e dos cargos de seus titulares.

I - Unidades Centrais localizadas em Brasília

1. Comando Central

1.1 – Secretário

- Principais competências do Secretário da RFB:
 - Representar a Instituição em discussões e negociações nacionais ou internacionais de interesse da administração tributária.
 - Celebrar ou promover a celebração de convênios, acordos e instrumentos congêneres com entidades nacionais ou estrangeiras e com organismos internacionais, com vistas ao intercâmbio de informações técnicas, de trabalhos, de estudos e de experiências, de interesse da administração tributária.
 - Expedir atos administrativos de caráter normativo sobre assuntos de interesse da RFB.
 - Aprovar planos e programas anuais ou plurianuais de trabalho, proposta orçamentária e programação financeira de desembolso da RFB.

- Praticar atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- Aprovar a política de gestão de pessoas.
- Decidir sobre a criação, a transformação ou a extinção de unidades e subunidades, desde que mantida a estrutura de cargos e funções relativas à RFB.
- Decidir sobre a alteração de localização e de subordinação das unidades da RFB.
- Prestar informações necessárias à defesa de atos praticados por autoridades da RFB nas questões judiciais ou extrajudiciais inerentes a matéria de sua competência.
- Expedir atos normativos destinados a uniformizar a aplicação da legislação tributária, aduaneira e correlata.
- Acompanhar as atividades relacionadas à ouvidoria.

- Titular: Carlos Alberto Freitas Barreto
- Cargo: Secretário da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 08/01/2015

- **Titular: Jorge Antonio Deher Rachid**
- Cargo: Secretário da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: de 09/01/2015 a 31/12/2015

1.2 – Secretário-Adjunto

- Principais competências do Secretário-Adjunto:
 - Assistir o Secretário da Receita Federal do Brasil no desempenho das suas atribuições, substituindo-o quando das suas ausências e impedimentos.
 - Propor planos e programas anuais ou plurianuais de trabalho, relativamente às áreas sob sua responsabilidade.
 - Aprovar protocolos e celebrar convênios, ajustes e instrumentos com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades e realização de operações conjuntas, relativamente às áreas sob sua responsabilidade.
 - Designar julgador e julgado *pro tempore* para as DRJ.

- Titular: Luiz Fernando Teixeira Nunes
- Cargo: Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 05/11/2015

- **Titular: Paulo Ricardo de Souza Cardoso**
- Cargo: Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: de 06/11/2015 a 31/12/2015

2. Unidades Centrais de Assessoramento Direto

2.1 - Gabinete (Gabin)

2.1.1 – Chefia de Gabinete

O Gabinete é responsável por assistir o Secretário e o Secretário-Adjunto, por coordenar e executar as atividades de relações públicas, de ceremonial e de promoção de eventos de interesse institucional e por gerenciar as atividades de Ouvidoria na RFB.

- Titular: José Carlos Sousa Dias
- Cargo: Chefe do Gabinete da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 31/12/2015

2.1.2 - Assessoria de Acompanhamento Legislativo (Asleg)

A Asleg é responsável por assistir o Secretário, o Secretário-Adjunto, os Subsecretários e os Coordenadores-Gerais na representação perante o Congresso Nacional. Além disso, cabe à Asleg acompanhar, articular e divulgar internamente a tramitação de proposição legislativa, envolvendo matérias de competência do órgão, no âmbito do Congresso Nacional, e das atividades das Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

- Titular: Vago
- Substituto: Flávia de Souza Bello Moreira
- Cargo: Chefe da Assessoria de Acompanhamento Legislativo - Substituto
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 16/11/2015
- **Titular: Flávia de Souza Bello Moreira**
- Cargo: Chefe da Assessoria de Acompanhamento Legislativo
- Período de atuação: de 17/11/2015 a 31/12/2015

2.1.3 – Ouvidoria

A Ouvidoria é responsável por gerenciar as demandas da sociedade, em articulação com os órgãos competentes, como as Ouvidorias Regionais e a Ouvidoria Geral do Ministério da Fazenda.

- **Titular: Lauri Sergio Weiler**
- Cargo: Ouvidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 31/12/2015

2.2 - Assessoria de Comunicação Social (Ascom)

A Ascom é responsável por gerenciar a política e as atividades de comunicação social interna e externa da RFB, o relacionamento com os meios de comunicação, o acompanhamento de assuntos de interesse da RFB na imprensa e a divulgação institucional, coordenando a gestão de conteúdos no sítio da RFB na Internet, fazendo a divulgação de conteúdo nas redes sociais e gerenciando a divulgação de informativos de interesse do corpo funcional na Intranet da RFB. A Ascom também coordena a identidade visual e a aplicação da marca da RFB, e ainda elabora projetos gráficos, audiovisuais e multimídia.

- **Titular:** Pedro Henrique Mansur
- Cargo: Chefe da Assessoria de Comunicação Social
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 31/12/2015

2.3 - Assessoria Especial (Asesp)

A Asesp é responsável por assistir o Secretário e o Secretário-Adjunto em atividades e trabalhos especiais, assim como pelo encaminhamento de matérias e questões gerais que envolvam aspectos jurídicos e tributários; pelo exame e a elaboração de proposição de atos legais, regulamentares e administrativos; e pelo exame e a preparação de propostas de convênio, de ajuste e de protocolo a serem firmados pelo Secretário.

- **Titular:** Aylton Dutra Leal
- Cargo: Chefe da Assessoria Especial
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 31/12/2015

2.4 - Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (Cetad)

O Cetad é responsável por realizar estudos econômico-tributários, pesquisas e análises gerais e setoriais para avaliar, aperfeiçoar e subsidiar o planejamento e a formulação da política tributária e aduaneira da União; coordenar e executar as atividades de estimativa, acompanhamento e análise da arrecadação das receitas administradas e dos valores das renúncias decorrentes dos benefícios fiscais previstos na legislação tributária e aduaneira; propor metas institucionais de arrecadação, em articulação com as unidades centrais e descentralizadas; elaborar e manter estatísticas necessárias ao desempenho de suas atividades; coordenar e desenvolver estudos e estatísticas econômico-tributários e relativos ao comércio exterior em articulação e estreita colaboração com as Subsecretarias e demais unidades visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a cargo da Instituição; e disseminar estudos, informações e estatísticas econômico-tributárias mediante publicações e outras formas de divulgação (interna e externamente).

- **Titular:** Claudemir Rodrigues Malaquias
- Cargo: Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 31/12/2015

2.5 - Corregedoria (Coger)

A Coger é responsável por assessorar diretamente o Secretário e o Secretário-Adjunto da RFB em matéria ética e disciplinar; realizar atividades de supervisão, coordenação e execução de ações relativas à prevenção e à repressão ao desvio de conduta dos servidores da RFB; gerenciar e executar as atividades de auditoria, investigação disciplinar e demais atividades de correição; examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre disciplina funcional que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes; apreciar consultas e manifestar-se sobre matérias relacionadas com a conduta, deveres, proibições e demais temas que versem sobre disciplina funcional; acompanhar o andamento de ações judiciais relativas às atividades correcionais; subsidiar os órgãos de defesa da União nas matérias disciplinares relacionadas aos servidores do órgão; e administrar as informações referentes aos feitos administrativo-disciplinares.

- Titular: Antônio Carlos Costa D'Avila Carvalho
- Cargo: Corregedor da Secretaria da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 31/03/2015

- Substituto: José Pereira de Barros Neto
- Cargo: Corregedor-Adjunto da Secretaria da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 09/07/2015

- **Titular: José Pereira de Barros Neto**
- Cargo: Corregedor da Secretaria da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: de 10/07/2015 a 31/12/2015

2.6 - Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit)

A Audit é responsável pela coordenação e execução das atividades de auditoria interna, de procedimento e de gestão no âmbito da RFB; pela coordenação, acompanhamento e controle de demandas e deliberações expedidas pelos Órgãos de Controle (CGU e TCU); e pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva e de gestão de riscos.

- Titular: Vago
- Substituto: Aparecido Xavier de França
- Cargo: Coordenador-Geral de Auditoria Interna - Substituto
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 27/09/2015

- **Titular: Aparecido Xavier de França**
- Cargo: Coordenador-Geral de Auditoria Interna
- Período de atuação: de 28/09/2015 a 31/12/2015

2.7 - Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal (Cocif)

A Cocif é responsável pela gerência e integração de atividades relacionadas às ações de cooperação e integração da gestão fazendária e à troca de informações e dados fiscais entre a RFB e as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e outros organismos estatais, assim como pelo acompanhamento, execução e avaliação de protocolos e convênios elaborados em articulação com as áreas operacionais da RFB.

- **Titular: Marcelo de Albuquerque Lins**
- Cargo: Coordenador-Geral de Cooperação e Integração Fiscal
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 31/12/2015

2.8 - Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav)

A Copav é responsável pelas atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento organizacional no âmbito da RFB, a fim de acompanhar a execução da estratégia, definir metodologia de gestão de projetos e processos, gerir portfólio de projetos e prospectar inovações.

- **Titular:** Sergio Luiz Messias de Lima
- Cargo: Coordenador-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 31/12/2015

2.9 - Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação (Copei)

A Copei é responsável pelas atividades de inteligência na área de pesquisa e investigação, em especial no combate aos crimes contra a ordem tributária, inclusive os de natureza previdenciária, os de contrabando e descaminho e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Além disso, assessorar o processo decisório, fornecendo subsídios ao planejamento, à execução e ao aperfeiçoamento das atividades próprias da RFB.

- **Titular:** Gerson D'agord Schaan
- Cargo: Coordenador-Geral de Pesquisa e Investigação
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 31/12/2015

3. Unidades Centrais de Atividades Específicas

3.1 - Subsecretaria de Tributação e Contencioso (Sutri)

A Sutri atua fortemente na atualização da legislação tributária; formulação da política tributária; julgamento de recursos administrativos fiscais em 1^a instância; acompanhamento do contencioso administrativo e judicial; e gestão das Delegacias de Julgamento. A Subsecretaria possui três unidades vinculadas: 1) Coordenação-Geral de Tributação (Cosit); 2) Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial (Cocaj); 3) e Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJs)

- Titular: Paulo Ricardo de Souza Cardoso
- Cargo: Subsecretário de Tributação e Contencioso
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 05/11/2015

- **Titular:** Luiz Fernando Teixeira Nunes
- Cargo: Subsecretário de Tributação e Contencioso
- Período de atuação: de 06/11/2015 a 31/12/2015

3.2 - Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara)

A Suara é responsável por atividades relacionadas com a arrecadação e a cobrança de créditos tributários; a gestão dos cadastros da RFB e atendimento ao cidadão; a promoção da educação fiscal; e a restituição, resarcimento e compensação de créditos tributários. A Subsecretaria possui quatro unidades vinculadas: 1) Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança (Codac); 2) Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal (Coaef); 3) Coordenação-Geral de Gestão de

Cadastrados (Cocad); 4) Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição (Corec).

- **Titular: Carlos Roberto Occaso**
- Cargo: Subsecretário de Arrecadação e Atendimento
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 31/12/2015

3.3 Subsecretaria de Fiscalização (Sufis)

A Sufis atua no planejamento, na coordenação e na supervisão das atividades de programação, fiscalização e acompanhamento econômico-tributário dos maiores contribuintes. A Subsecretaria possui três unidades vinculadas: 1) Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis); 2) Coordenação Especial de Maiores Contribuintes (Comac); 3) Coordenação-Geral de Programação e Estudos (Copes).

- **Titular: Iágaro Jung Martins**
- Cargo: Subsecretário de Fiscalização
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 31/12/2015

3.4 - Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor)

A Sucor desenvolve atividades relacionadas às áreas de orçamento, programação e execução financeira, contabilidade, convênios, licitações e contratos, administração patrimonial, gestão documental, infraestrutura, sistemas e serviços de tecnologia e gestão de pessoas. A Subsecretaria possui três unidades vinculadas: 1) Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol); 2) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec); 3) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep).

- **Titular: Marcelo de Melo Souza**
- Cargo: Subsecretário de Gestão Corporativa
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 31/12/2015

3.5 - Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais (Suari)

A Suari é responsável por planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à administração aduaneira e às relações internacionais da Instituição e por gerenciar as atividades relativas às operações aéreas desenvolvidas pela RFB. A Subsecretaria possui duas unidades vinculadas: 1) Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana); 2) Coordenação-Geral de Relações Internacionais (Corin).

- Titular: Ernani Argolo Checcucci Filho
- Cargo: Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais
- Período de atuação: de 01/01/2015 a 13/12/2015

- Titular: Vago
- Substituto: José Carlos de Araujo

- Cargo: Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais - Substituto
- Período de atuação: de 29/12/2015 a 31/12/2015

II - Unidades Centrais não localizadas em Brasília

As Unidades Centrais não localizadas em Brasília-DF, se compõem de projeções regionais subordinadas à Corregedoria (Coger), à Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação (Copei), à Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana) e à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec).

O quadro abaixo apresenta as Unidades Centrais que não se localizam em Brasília-DF:

Quadro 05: Unidades Centrais não Localizadas em Brasília

Unidades	Subordinação	Quantidade
Escritórios de Corregedoria - Escor	Coger	9
Núcleo de Corregedoria - Nucor	Coger	1
Escritório de Pesquisa e Investigação - Espei	Copei	9
Núcleo de Pesquisa e Investigação - Nupei	Copei	5
Seção Especial de Pesquisa e Investigação - Sapei	Copei	1
Divisão de Operações Aéreas - Dioar	Coana	1
Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros - Ceraad	Coana	1
Serviço Especial de Tecnologia da Informação - Serti	Cotec	1
Seção Especial de Tecnologia da Informação - Sarti	Cotec	8
TOTAL		36

Fonte: Anexos I e IV do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil

III – Unidades Descentralizadas

Superintendências

As Superintendências são responsáveis, no limite de suas jurisdições, pelas atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística.

O quadro abaixo apresenta as unidades da federação jurisdicionadas por cada Região Fiscal, bem como as informações acerca dos titulares das superintendências.

Quadro 06: Jurisdição das Regiões Fiscais

RF	Unidade da Federação	Sede	Titular	Cargo	Período de atuação
1ª RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília	José Oleskovicz	Superintendente da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal	01/01/2015 a 31/12/2015
2ª RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém	Esdras Esnarriaga Junior	Superintendente da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal	01/01/2015 a 01/06/2015
			Moacyr Mondardo Júnior		08/06/2015 a 31/12/2015

RF	Unidade da Federação	Sede	Titular	Cargo	Período de atuação
3ª RF	CE, MA e PI	Fortaleza	Moacyr Mondardo Júnior	Superintendente da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal	01/01/2015 a 07/06/2015
			João Batista Barros da Silva Filho		08/06/2015 a 31/12/2015
4ª RF	PE, AL, PB e RN	Recife	Renata Maria Gasparini	Superintendente da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal	01/01/2015 a 07/06/2015
			Giovanni Christian Nunes Campos		08/06/2015 a 31/12/2015
5ª RF	BA e SE	Salvador	Carlos Romeu Silva Queiroz	Superintendente da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal	01/01/2015 a 08/12/2015
			Francisco Lessa Ribeiro Junior		09/12/2015 a 31/12/2015
6ª RF	MG	Belo Horizonte	Hermano Lemos de Avellar Machado	Superintendente da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal	01/01/2015 a 31/12/2015
7ª RF	RJ e ES	Rio de Janeiro	Eliana Polo Pereira	Superintendente da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal	01/01/2015 a 19/11/2015
			Marcus Vinicius Vidal Pontes		20/11/2015 a 31/12/2015
8ª RF	SP	São Paulo	José Guilherme Antunes de Vasconcelos	Superintendente da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal	01/01/2015 a 31/12/2015
9ª RF	PR e SC	Curitiba	Luiz Bernardi	Superintendente da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal	01/01/2015 a 31/12/2015
10ª RF	RS	Porto Alegre	Paulo Renato Silva da Paz	Superintendente da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal	01/01/2015 a 31/12/2015

Fonte: Copav

As políticas e diretrizes gerais adotadas pelas Unidades Centrais são replicadas nas Regiões Fiscais e cabe a cada Superintendência Regional a supervisão das unidades locais, sob sua jurisdição, quais sejam: Delegacias, Inspetorias, Alfândegas e Agências.

Unidades Locais

1. Delegacias da Receita Federal do Brasil – DRF, Alfândegas da Receita Federal do Brasil - ALF e Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF de Classes “Especial A”, “Especial B” e “Especial C”

- Responsáveis pelos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos;
- No âmbito de sua jurisdição, a atuação destas unidades não tem restrição por tipo de contribuinte;
- Desenvolvem atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, atendimento e interação

com o cidadão, comunicação social, fiscalização, controle aduaneiro, tecnologia e segurança da informação, programação e logística, gestão de pessoas, planejamento, avaliação, organização e modernização.

2. Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes (Demac) – Rio de Janeiro

- Responsável pelos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos;
- Responsável, no âmbito de sua jurisdição e de forma concorrente em todo território nacional, pelas atividades relacionadas aos contribuintes (pessoa jurídica) de relevante interesse, definidos de acordo com critérios aprovados por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, e pelos demais contribuintes pertencentes ao mesmo grupo econômico ou a eles relacionados
- Desenvolve as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, atendimento e interação com o cidadão, comunicação social, acompanhamento e monitoramento de planejamento tributário e de fiscalização, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas, planejamento, avaliação, organização e modernização.

3. Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes (Demac) – Belo Horizonte

- Responsável pelos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos;
- Responsável, no âmbito de sua jurisdição e de forma concorrente em todo território nacional, pelas atividades relacionadas aos contribuintes pessoas físicas de relevante interesse e aos demais contribuintes a eles relacionados;
- Desenvolve as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, atendimento e interação com o cidadão, comunicação social, acompanhamento e monitoramento de planejamento tributário e de fiscalização, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas, planejamento, avaliação, organização e modernização.

Delegacias Especiais do Município de São Paulo

Em função de sua representatividade econômica, o município de São Paulo possui 6 Delegacias de caráter especial divididas considerando três critérios: tributos controlados, tipo de contribuinte, e atividades desenvolvidas.

1. A Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária (Derat)

- Responsável pelos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, excetuados os relativos ao comércio exterior;
- No âmbito da sua respectiva jurisdição, responsável pelas atividades relacionadas aos contribuintes pessoas jurídicas;
- Desenvolve as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o contribuinte, de comunicação social, de tecnologia e segurança da informação, de

programação e logística e de gestão de pessoas, planejamento, avaliação, organização e modernização.

2. A Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização (Defis)

- Responsável pelos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, excetuados os relativos ao comércio exterior;
- No âmbito da sua respectiva jurisdição, responsável pelas atividades relacionadas aos contribuintes pessoas jurídicas não controlados pela Demac-SP, Delex e Deinf;
- Desenvolve as atividades de fiscalização, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas, planejamento, avaliação, organização e modernização.

3. A Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras (Deinf)

- Responsável pelos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, excetuados os relativos ao comércio exterior;
- No âmbito da respectiva jurisdição, desenvolve as atividades de controle e auditoria dos serviços prestados por agente arrecadador e em relação aos contribuintes definidos por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil;
- Desenvolvem atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, atendimento e interação com o cidadão, comunicação social, fiscalização, controle aduaneiro, tecnologia e segurança da informação, programação e logística, gestão de pessoas, planejamento, avaliação, organização e modernização.

4. Delegacias Especiais da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes (Demac) – São Paulo

- Responsável pelos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos;
- Responsável, no âmbito de sua jurisdição e de forma concorrente em todo território nacional, pelas atividades relacionadas aos contribuintes (pessoa física e pessoa jurídica) de relevante interesse, definidos de acordo com critérios aprovados por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, e pelos demais contribuintes pertencentes ao mesmo grupo econômico ou a eles relacionados
- Desenvolve as atividades de acompanhamento e monitoramento de planejamento tributário e de fiscalização, geral e concernente às operações de preços de transferência entre pessoas vinculadas e valoração aduaneira, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas, planejamento, avaliação, organização e modernização.

5. A Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex)

- Responsável pelos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos;
- No âmbito da respectiva jurisdição, atuação não tem restrição por tipo de contribuinte;

- Desenvolve as atividades de fiscalização, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas, planejamento, avaliação, organização e modernização.

6. A Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf)

- Responsável pelos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos
 - No âmbito da respectiva jurisdição, responsável pelas atividades relacionadas aos contribuintes pessoas físicas;
 - Desenvolve as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário; de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes; de atendimento e interação com o cidadão; de comunicação social; de fiscalização; de controle aduaneiro; de tecnologia e segurança da informação; de programação e logística; de gestão de pessoas; de planejamento, avaliação, organização e modernização; e ainda, análise de questões de fato constantes de impugnações a notificações de lançamentos ou autos de infração efetuados em decorrência de revisão de Declarações de Ajuste Anual de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, sem intimação prévia ou sem atendimento à intimação e sem apresentação anterior de Solicitação de Retificação de Lançamento.

Agências da Receita Federal do Brasil (ARF)

São responsáveis pelas atividades de atendimento e cobrança ao contribuinte. As Agências da Receita Federal do Brasil são subordinadas a Delegacias.

Inspetorias da Receita Federal do Brasil (IRF) de Classes "A" e "B"

São responsáveis pelos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, nas atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, atendimento e interação com o cidadão, comunicação social, fiscalização, controle aduaneiro, tecnologia e segurança da informação, programação e logística, gestão de pessoas, planejamento, avaliação, organização e modernização, excetuando-se as relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial. As Inspetorias da Receita Federal do Brasil Classes “A” e “B” podem ser subordinadas a Delegacias, a Alfândegas ou a Inspetorias de Classe Especial.

Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJs)

Há ainda, um conjunto de unidades descentralizadas subordinadas diretamente à Subsecretaria de Tributação e Contencioso (Sutri), composto por quatorze Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento.

As DRJs são unidades especializadas nas atividades relacionadas ao contencioso administrativo-fiscal, sendo responsáveis pelo julgamento, em primeira instância, das impugnações apresentadas pelos contribuintes contra processos de determinação e exigência de créditos tributários.

1.5 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Processos são um conjunto de atividades que, de forma integrada, viabilizam o cumprimento dos objetivos institucionais.

A cadeia de valor é a **representação gráfica de como são organizados e agrupados os processos de trabalho de uma instituição**, a fim de que ela cumpra sua missão e gere valor para seus clientes. A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), como um órgão de governo, tem como clientes os cidadãos, os contribuintes, a sociedade, o Estado, os parceiros institucionais do órgão, entre outros.

A Cadeia de Valor da RFB representa o principal instrumento na disseminação de uma cultura de gestão orientada a processos na Receita Federal. O conhecimento e a compreensão dos processos de trabalho realizados na organização possibilitam que diversas unidades internas utilizem essa informação em diferentes contextos, como no Planejamento Estratégico, na Gestão de Processos, na Gestão de Riscos, na Gestão de Competências, entre outros.

Os processos de trabalho executados na RFB estão organizados hierarquicamente em níveis. O nível mais alto é representado pelos macroprocessos, denominados processos de nível zero. Eles podem ser classificados em dois tipos: Macroprocessos Finalísticos e Macroprocessos de Gestão e Suporte.

Os **Macroprocessos Finalísticos** estão ligados à essência do funcionamento e aos objetivos da organização e representam aqueles processos que efetivamente entregam valor aos clientes da RFB. São representados no formato de setas e indicam, ao seu lado, o principal valor entregue.

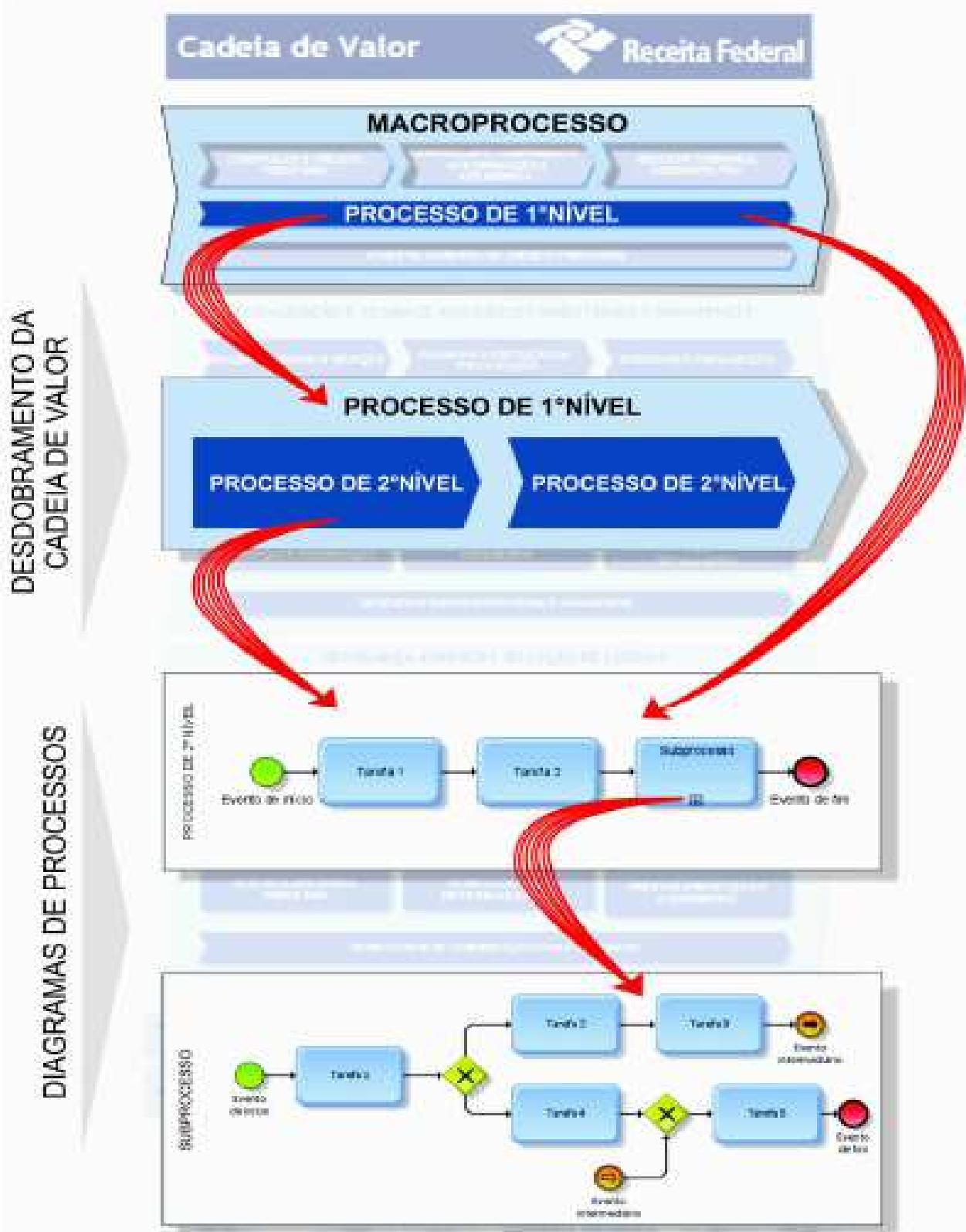
Os **Macroprocessos de Gestão e Suporte** são aqueles que, em regra, geram valor aos clientes internos da própria instituição. Eles constituem a base necessária para que os macroprocessos finalísticos possam ser executados. São representados por retângulos na cadeia de valor.

A visão de processos apenas em nível de macroprocessos, geralmente, não possibilita o gerenciamento efetivo das rotinas de trabalho. Portanto, abaixo dos macroprocessos, encontram-se os processos de primeiro nível da cadeia de valor, que, por sua vez, podem ser desdobrados e, por fim, detalhados em diagramas de processos, seu nível mais operacional.

O diagrama de processo é a representação gráfica de um determinado processo, por meio de uma notação específica, com o fim de retratar a sequência operacional de atividades, eventos, decisões, executores, insumos e produtos.

A figura a seguir explicita como estão estruturados os diferentes níveis de processos da RFB.

Figura 8: Estrutura dos níveis de processos da RFB



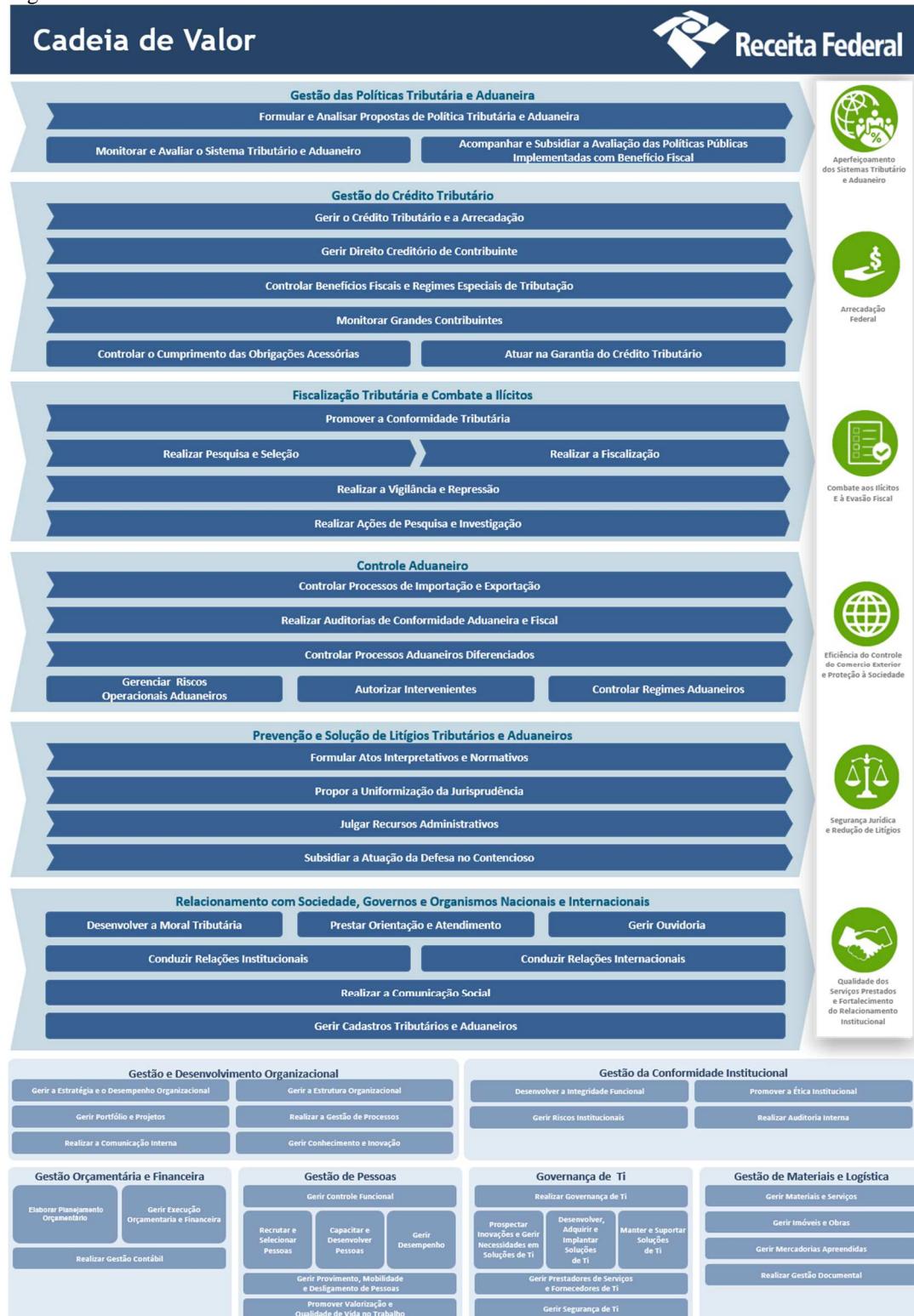
Fonte: Copav

A primeira Cadeia de Valor da RFB foi definida em 2011, sendo incorporada ao processo de planejamento estratégico da organização para o período 2012-2015 como um dos mais importantes subsídios para sua formulação.

Ao final de 2013, foi publicada a Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Fazenda (MF), apresentando os processos de trabalho dos órgãos que compõem a sua estrutura. Durante sua construção, foi verificada a necessidade de alteração da Cadeia de Valor da RFB para compatibilização, em certos pontos, com a do MF. Assim, em 2014 ela foi atualizada, buscando também melhorar a representação dos processos de trabalho executados na organização.

A seguir a imagem da atual Cadeia de Valor da RFB.

Figura 9: Cadeia de Valor da RFB



Fonte: Sítio da RFB na Internet

Os tópicos a seguir apresentam os seis Macroprocessos Finalísticos da RFB constantes de sua Cadeia de Valor; a descrição desses Macroprocessos; as áreas responsáveis pela sua condução; os principais produtos e os serviços decorrentes dos processos de trabalho; os principais clientes; e uma descrição, sucinta, de como o macroprocesso foi conduzido pelas áreas estratégicas da RFB durante o ano de 2015.

Como já mencionado, a execução das atividades contidas na maior parte dos macroprocessos depende da atuação combinada de mais de uma área responsável da RFB e, em geral, pode envolver também os dois níveis organizacionais (Central e Descentralizado), de modo a garantir uma completa integração e continuidade administrativa dos trabalhos.

1.5.1 - Gestão das Políticas Tributária e Aduaneira

Compreende a formulação e análise de propostas de política tributária e aduaneira, o monitoramento e a avaliação do sistema tributário e aduaneiro, bem como o acompanhamento e o subsídio da avaliação das políticas públicas implementadas com benefício fiscal.

Figura 10: Macroprocesso Gestão das Políticas Tributária e Aduaneira



Fonte: Manual da Cadeia de Valor da RFB

Quadro 07: Macroprocesso Gestão das Políticas Tributária e Aduaneira

GESTÃO DAS POLÍTICAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA					
Macroprocesso Finalístico	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
FORMULAR E ANALISAR PROPOSTAS DE POLÍTICA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	CETAD SUTRI SUARA	- RFB/SUCOR; - RFB/SUTRI; - RFB/SUARA; - RFB/SUARI; - RFB/SUFIS; - Secretaria do Tesouro Nacional/MF; - Secretaria de Política Econômica/MF; - Secretaria de Acompanhamento Econômico/MF; - Banco Central; - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; - Ministério do Planejamento, Orçamento e	- Bases de dados da RFB; - Bases externas de dados econômicos; - Indicadores e índices oficiais; - Legislação vigente; - Minutas de atos legais; - Decisões dos tribunais superiores (súmulas, acórdãos, jurisprudências, etc.); - Sugestões normativas, estudos de caso, projetos.	- Relatórios Técnicos (notas, sumários, briefings, planilhas, apresentações, etc.); - Textos para Discussão; - Dados agregados setoriais das Pessoas Jurídicas; - Grandes Números das DIRPF; - Dados contábeis do IRPJ; - Estudo da Carga Tributária Brasileira; - Estudos diversos sobre tributos administrados pela Receita Federal;	- Sociedade brasileira; - Contribuintes; - Gabinete do Ministro da Fazenda; - Gabinete do Secretário da Receita Federal; - Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda; - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/MF; - Ministérios setoriais e outros órgãos públicos; - Poder Legislativo; - Poder Judiciário; - Entidades representativas de setores econômicos;

		<p>Gestão;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fundação Getúlio Vargas; - Sujeitos passivos das obrigações tributárias; - Ministérios gestores de políticas voltadas para incentivos fiscais; - Entidades representativas de setores econômicos; - Organismos internacionais (OMA, OMC, Mercosul, Aladi) e nacionais (Procomex) órgãos do governo entidades de classe, associações, confederações; - Congresso Nacional. 		<ul style="list-style-type: none"> - Estudos comparados com administrações tributárias estrangeiras; - Revista da Receita Federal: Estudos Tributários e Aduaneiros; - Minutas e propostas de legislação, Projetos de Lei; - Normas internas, e Projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Imprensa (meios de comunicação em geral); - Sociedade, Receita Federal, Países que mantêm acordos comerciais com o Brasil, Empresas; - Comunidade internacional.
Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
MONITORAR E AVALIAR O SISTEMA TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO	CETAD SUTRI	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Política Econômica/MF; - Secretaria de Orçamento Federal; - Secretaria do Tesouro Nacional; - Unidades descentralizadas da Receita Federal; - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas informatizados da Receita Federal; - Legislação vigente e exposições de motivos dos respectivos atos normativos; - Dados e estatísticas produzidos interna e externamente (SPE, IBGE, CAGED, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios Técnicos (notas, sumários, <i>briefings</i>, planilhas, apresentações, etc.); - Relatório de Análise da Arrecadação; - Subsídios para a programação financeira, Projetos de Lei do Orçamento e PLDO; - Definição de Metas de Arrecadação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sociedade brasileira; - Gabinete do Ministro da Fazenda; - Gabinete do Secretário da Receita Federal; - Tribunal de Contas da União; - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; - Secretaria do Tesouro Nacional; - Imprensa (meios de comunicação em geral); - Institutos públicos e privados de pesquisa e estatística; - Pesquisadores acadêmicos.

Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
ACOMPANHAR E SUBSIDIAR A AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS COM BENEFÍCIO FISCAL	CETAD SUTRI	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeitos passivos das obrigações tributárias; - Ministérios gestores de políticas voltadas para incentivos fiscais; - Agências reguladoras e entidades representativas dos setores beneficiados; - Banco Central; -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; -Secretaria de Política Econômica/MF. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informações constantes das declarações entregues pelos contribuintes; - Informações prestadas por terceiros; - Sistemas informatizados da Receita Federal; - Legislação vigente e exposições de motivos dos respectivos atos normativos; - Dados e estatísticas produzidos interna e externamente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios Técnicos (notas, sumários, <i>briefings</i>, planilhas, apresentações, etc.); - Demonstrativos de gastos tributários (Bases efetivas e PLOA); - Relatório de acompanhamento da Desoneração da Folha de Pagamento; - Tabela de desonerações instituídas; -Textos para Discussão; - Estudos comparados com administrações tributárias estrangeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sociedade brasileira; - Gabinete do Ministro da Fazenda; - Gabinete do Secretário da Receita Federal; - Tribunal de Contas da União; - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; - Secretaria do Tesouro Nacional; - Imprensa (meios de comunicação em geral).

Fonte: CETAD, SUTRI e SUARA

1.5.1.1 - Formular e Analisar Propostas de Política Tributária e Aduaneira

Compreende a realização de estudos econômico-tributários e a proposição de medidas que visam a aperfeiçoar o sistema tributário brasileiro quanto à busca da eficiência e da equidade e à simplificação do modelo, com a redução dos custos de adimplemento. Contempla também a análise de propostas de política tributária e aduaneira originadas de órgãos do Poder Executivo, do Poder Legislativo e de setores da sociedade, com vistas à análise e ao cálculo do impacto orçamentário-financeiro que as medidas podem gerar.

- **Ações relevantes realizadas em 2015**

Em 2015, a Receita Federal produziu diversos estudos acompanhados dos respectivos cálculos de impacto orçamentário-financeiro, notadamente sobre a reforma dos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS); a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CMPPF); a reversão da desoneração da folha de pagamento; as alterações na tributação das empresas sujeitas ao Simples Nacional e as mudanças na sistemática de tributação do Ganho de Capital e do Juros sobre o Capital Próprio, entre outros.

Merece destaque também a produção e publicação dos estudos sobre a “Carga Tributária Brasileira de 2014” e dos “Grandes Números do IRPF” do ano-calendário de 2013, além da publicação de duas edições semestrais da “Revista da Receita Federal: Estudos Tributários e Aduaneiros”.

a. Publicação da portaria que agiliza e desonera tributos federais na importação de medicamentos destinados a pessoas físicas

A Receita Federal do Brasil alterou a redação da Portaria nº 156/99 do Ministério da Fazenda (pela

portaria MF nº 454, de 08 de julho de 2015), passando-se a não mais exigir os tributos aduaneiros na importação de medicamentos para pessoa física, até o limite de US\$ 3.000,00, quando a operação for efetuada via empresa de remessa expressa, estendendo-se a estas operações o mesmo tratamento tributário das importações de medicamentos efetuados por meio de remessa postal ou encomenda aérea.

Tal providência vem ao encontro do anseio de inúmeras pessoas e famílias que necessitam de medicamentos encontrados apenas no exterior, de forma urgente ou continuada, a exemplo do Canabidiol, usado no tratamento de epilepsia de difícil controle.

A nova disposição legal disponibiliza aos cidadãos brasileiros mais um canal de acesso a estes medicamentos, de forma célere, previsível, desburocratizada e sem custo em relação aos impostos federais.

b. Guia Aduaneiro para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016

O Guia Aduaneiro para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 tem como objetivos principais informar e orientar sobre os procedimentos aduaneiros a serem utilizados neste evento. Em linhas gerais, o Guia foi elaborado com base na Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013 (Lei dos Jogos Olímpicos 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016), no Decreto nº 8.463, de 5 de junho de 2015 e nas diversas normativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil que regulamentam as medidas tributárias e aduaneiras relativas aos bens destinados aos eventos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. O Guia também complementa as normas nele referidas ao definir termos utilizados e procedimentos aplicáveis.

O Guia, aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.572, de 9 de julho de 2015, foi constituído para consolidar, informar e orientar os importadores, atletas e público em geral, sobre o tratamento tributário e procedimentos aduaneiros a serem utilizados neste grande evento, principalmente no que se refere à importação de mercadorias com isenção e aos regimes aduaneiros de bagagem, admissão temporária e remessa expressa. O guia foi publicado em português, inglês e espanhol, expandindo sua utilização para âmbito global.

c. Centro de Classificação Fiscal de Mercadorias (Ceclam)

O Centro de Classificação Fiscal de Mercadorias tem a finalidade de analisar e decidir os processos de consulta de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.464, de 8 de maio de 2014, bem como atender outras demandas relacionadas à classificação fiscal de mercadorias.

• Resultados relevantes obtidos em 2015

Os resultados obtidos pelo Cetad em 2015 para este processo de trabalho podem ser resumidos no atingimento parcial da meta do indicador estratégico – “Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária e aduaneira” – calculado conjuntamente pelo Cetad e pela Cosit. Para uma meta de 78%, foi alcançado o resultado de 70% no atendimento às demandas que ingressaram nas duas áreas em 2015, sendo este considerado um bom índice de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos pela RFB.

Em 14 de julho o Ceclam completou 1 ano e apresentou os seguintes resultados:

- Harmonização das soluções de consulta de classificação fiscal de mercadorias e maior segurança jurídica. Emissão de 34 Soluções de Divergência – harmonizando entendimento sobre a classificação fiscal de mercadorias que vinham causando grande impacto na fiscalização aduaneira. Não foi emitida qualquer Solução de Consulta divergente de Solução de Consulta vigente;

- Isonomia no tratamento de contribuintes de diferentes regiões fiscais. Análise dos processos de acordo com a data de protocolo, independentemente da jurisdição fiscal do conselente. O tempo de análise processual é igual para todos os consulentes, salvo exceções previstas em lei;
- Diminuição do tempo de análise processual. Redução do tempo médio de análise para cerca de oito meses. O tempo médio anterior era de cerca de três anos na 8ª Região Fiscal e de dois anos nas 7ª, 9ª e 10ª Regiões Fiscais.

Quadro 08: Entrada e saída de processos

Ano	ESTOQUE		Saldo
	Entrada	Saída	
2014	1.543	359	1.184
2015	981	1.062	1.103

Fonte: Ceclam

1.5.1.2 - Monitorar e Avaliar o Sistema Tributário e Aduaneiro

Compreende a análise econômico-tributária e sua correlação com a arrecadação, com vistas à previsão de receitas para fins orçamentários e à identificação de distorções setoriais que fundamentem a proposição de ações que tenham o intuito de aperfeiçoar os processos internos e subsidiar alterações na legislação tributária e aduaneira.

- **Ações relevantes realizadas em 2015**

Em 2015, a Receita Federal produziu as análises do comportamento da arrecadação e subsidiou a formulação do PLOA, PLDO e relatórios bimestrais de avaliação de receita/despesa com as estimativas de arrecadação da receita administrada. Além disso, elaborou, em conjunto com as Superintendências, as metas de arrecadação para as unidades descentralizadas da Receita Federal e avaliou o desempenho da arrecadação frente às metas de arrecadação definidas para as unidades da Receita Federal.

- **Resultados relevantes obtidos em 2015**

Como consequência do monitoramento do desempenho da arrecadação, foram elaboradas revisões na programação financeira do orçamento federal.

1.5.1.3 - Acompanhar e Subsidiar a Avaliação das Políticas Públicas Implementadas com Benefício Fiscal

Contempla o acompanhamento das políticas públicas implementadas com base em benefício fiscal, envolve a identificação dessas políticas, as estimativas dos custos tributários de tais políticas, bem como o fornecimento de subsídios para a avaliação de seus resultados pelos respectivos órgãos gestores.

- **Ações relevantes realizadas em 2015**

Em 2015, a Receita Federal produziu informações sobre a quantificação dos gastos tributários para compor o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, o Projeto de Lei Orçamentária de 2016 e o Plano Plurianual 2016-2019.

Publicou, ainda, relatório contendo as estimativas baseadas em dados efetivos série 2010-2014 e trabalhou para fornecer subsídios para o ajuste fiscal, realizando estimativas de reduções de diversas renúncias tributárias em vigor, como: a Desoneração da Folha, o IOF de Pessoas Físicas, o benefício para microcomputadores, o regime de preferências para indústria petroquímica e o tratamento de despesas com pesquisa e inovação tecnológica.

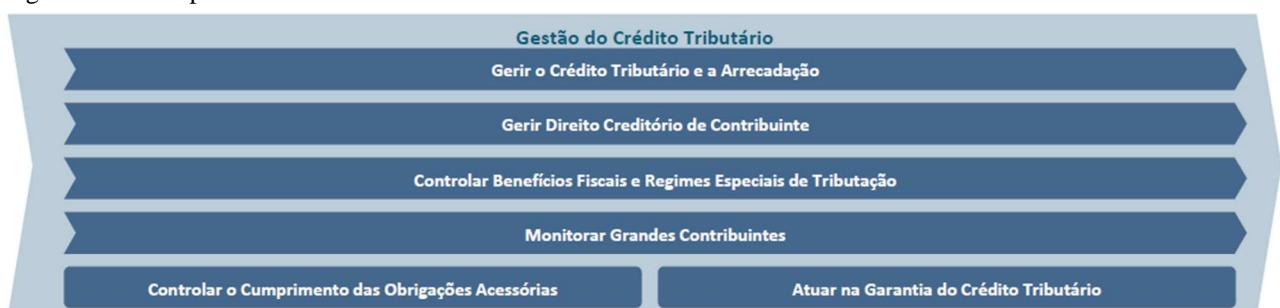
- Resultados relevantes obtidos em 2015**

Muitos dos estudos realizados pela área foram efetivamente adotados pelo Poder Executivo.

1.5.2 - Gestão do Crédito Tributário

Compreende as atividades de gestão do crédito tributário e dos procedimentos de arrecadação, de habilitação e reconhecimento de benefícios fiscais e regimes especiais de tributação, monitorar a arrecadação dos contribuintes relevantes, exercer o controle do cumprimento das obrigações acessórias e atuar na garantia do crédito tributário.

— Figura 11: Macroprocesso Gestão do Crédito Tributário



Fonte: Manual da Cadeia de Valor da RFB

Quadro 09: Macroprocesso Gestão do Crédito Tributário

Macroprocesso Finalístico	GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO					
	Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
GERIR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO E A ARRECADAÇÃO	SUARA (CODAC) Superintendências Regionais e Unidades Locais	- Executores do processo de fiscalização; - Fiscalização; - Sistema MAED; - Contribuinte; - Sistema de Arrecadação; - Sistema de cálculo; - Sistema de cobrança; - PGFN; - DRJ e CARF; - Rede arrecadadora; - CEF; - STN; - Interessado; - Contribuinte ou responsável.	- Executores do processo de fiscalização; - Fiscalização; - Sistema MAED; - Contribuinte; - Sistema de Arrecadação; - Sistema de cálculo; - Sistema de cobrança; - PGFN; - DRJ e CARF; - Rede arrecadadora; - CEF; - STN; - Interessado; - Contribuinte ou responsável.	- Crédito tributário constituído acompanhado dos bens nos casos previstos pela legislação; - Débitos confessados decorrentes de obrigações acessórias; - CT lançado de Ofício; - CT de MAED; - Demais CT confessados (declarações de compensação, e parcelamentos); - Informações sobre pagamentos e depósitos;	- Administração da arrecadação tributária, incluindo sua classificação e destinação; - Gestão da cobrança administrativa dos créditos tributários e obrigações acessórias; - Atendimento aos contribuintes; - Acompanhamento da Rede Arrecadadora; - Dimensionamento da arrecadação potencial.	- Contribuintes; - CARF; - STN - PGFN; - Banco do Brasil; - Gabinete do Ministro da Fazenda; - Gabinete do Secretário da Receita Federal; - Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; - Tribunal de Contas da União.

			<ul style="list-style-type: none"> - Resultados da consulta de tabelas e cálculos; - Resultado da cobrança administrativa; - Processo instruído com despacho visando alteração, manutenção ou cancelamento da inscrição na Dívida Ativa; - Resultado do julgamento; - Dados de arrecadação; - Documentos de arrecadação; - DJE; - Devolução e restituição de Depósitos; - Pedido de devolução; - Retorno de informações; - Pedido de emissão de certidão (CND ou CPDEN); - Consulta Situação Fiscal Contribuintes; - Obrigação tributária principal ou informações relacionadas. 		
Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
GERIR DIREITO CREDITÓRIO DE CONTRIBUINTE	SUARA (COREC) Superintendências Regionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuinte; - Sistemas internos da RFB; - DRJ e CARF; - STN; - Banco do Brasil; - Sped; - PGFN. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pedido de Restituição, Reembolso e Ressarcimento; - Declaração de Compensação; - Manifestação de Inconformidade; - Recurso hierárquico; - Autorização para compensação de ofício; - Resultado do processamento da DIRPF com imposto a restituir; - Informações sobre documentos de arrecadação – DARF, DAS, GPS; - Informações sobre 	<ul style="list-style-type: none"> - Gerenciamento de resarcimentos, restituições e compensações; - Pagamento de restituições e resarcimentos; - Despachos decisórios de indeferimento ou não homologação de compensação; - Intimações aos contribuintes; - Disponibilização preliminar do direito creditório. 	Contribuintes.

			<p>débitos inscritos em Dívida Ativa da União;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Informações sobre o cancelamento ou retificação de DI; - Autorização de execução financeira; - Disponibilização de crédito; - Prestação de Contas de Pagamentos Efetuados; - Resultados de Julgamento; - Informações cadastrais sobre contribuintes; - Informações de declarações - DIPJ, DIRF, DITR, DIRPF, DACON; - Informações de Notas Fiscais Eletrônicas; - Informações obtidas no Sped. 		
Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
CONTROLAR BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO	SUARA (COREC) Superintendências Regionais	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuinte; - Outros órgãos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Requerimentos de isenção; - Solicitação de opção; - Requerimento de habilitação; - Documentos e informações comprobatórios de determinada condição; - Projetos aprovados; - Documentos e informações comprobatórios de determinada condição; - Processos formalizados; - Informação sobre regularidade fiscal do contribuinte; - Informação sobre regularidade da situação cadastral do contribuinte; - Decisão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho decisório de deferimento; - Ato concessório da isenção; - Ato concessório da habilitação; - Comunicação/ Intimação para complementação de documentos/Informações; - Comunicação/ intimação para regularizar pendências; - Ato concessório do Regime Especial; - Termo de deferimento de solicitação de opção; - Despacho decisório de indeferimento. 	- Contribuintes.

Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
MONITORAR GRANDES CONTRIBUINTE S	SUFIS (COMAC) e Projeções regionais do Acompanhamento.	- Contribuintes; - RFB/Cetad.	- Previsão de Arrecadação; - Arrecadação Efetiva; - Declarações; - Escriturações; - Informações Públicas Externas.	- Propostas de mudança legislativa; - Propostas de aperfeiçoamento de processos de trabalho; - Recomendações de ações para tratamento das distorções; - Recuperação de Arrecadação por meio da conformidade tributária.	- Áreas responsáveis pelas seguintes atividades: - Programação; - Cadastro de pessoas e bens; - Restituição e compensação; - Gestão do crédito tributário e arrecadação; - Acompanhamento de julgamentos e processos administrativos e judiciais; - Formulação de legislação tributária.
CONTROLAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	SUARA (CODAC) Superintendências Regionais e Unidades Locais.	- Sistema de recebimento de declaração; - Contribuinte.	- Declaração entregue pelo contribuinte.	- Gestão da cobrança administrativa dos créditos tributários e obrigações acessórias.	- Contribuintes; - Sistema de cobrança.
ATUAR NA GARANTIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	SUARA (CODAC) SUFIS (COFIS).	- Executores do processo de fiscalização; - Fiscalização; - PGFN; - Sistema MAED - Contribuinte; - Sistema Arrecadação; - Sistema de cálculo; - Sistema de cobrança; - DRJ e CARF; - Rede arrecadadora; - Contribuinte; - CEF; - STN; - Interessado; - Contribuinte ou responsável.	- Crédito tributário constituído acompanhado dos bens nos casos previstos pela legislação; - Hipóteses de cautelar fiscal e de arrolamento; - Débitos confessados decorrentes de obrigações acessórias; - CT lançado de Ofício; - CT de MAED; - Demais CT confessados (declarações de compensação, e parcelamentos); - Informações sobre pagamentos e depósitos; - Resultados da consulta de tabelas e da cálculos; - Resultado da cobrança administrativa; - Processo instruído	- Arrolamento de bens e direitos; - Proposição de ação judicial de medida cautelar fiscal; - Administração da arrecadação tributária, incluindo sua classificação e destinação; - Gestão da cobrança administrativa dos créditos tributários e obrigações acessórias; - Gerenciamento de resarcimentos, restituições e compensações; - Atendimento aos contribuintes; - Gestão dos cadastros da RFB; - Acompanhamento Arrecadadora; - Dimensionamento da arrecadação potencial.	- Contribuintes; - Órgãos de registro de bens e direitos; - PGFN; - CARF; - Banco do Brasil; - Gabinete do Ministro da Fazenda; - Gabinete do Secretário da Receita Federal; - Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; - Tribunal de Contas da União.

		<p>com despacho visando alteração, manutenção ou cancelamento da inscrição na Dívida Ativa;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultado do julgamento; - Dados de arrecadação; - Documentos de arrecadação; - DJE; - Devolução e restituição de Depósitos; - Pedido de devolução; - Retorno de informações; - Pedido de emissão de certidão (CND ou CPDEN) ou Consulta Situação Fiscal Contribuintes; - Obrigação tributária principal ou informações relacionadas; - CT com saldo devedor. 		
--	--	--	--	--

Fonte: Suara e Sufis

1.5.2.1 - Gerir o Crédito Tributário e a Arrecadação

Envolve as atividades de gestão de todos os procedimentos de arrecadação, de administração do crédito tributário e de suas interfaces.

- **Ações relevantes realizadas e resultados obtidos em 2015**

- A arrecadação das receitas de tributos federais administradas pela RFB e de outras receitas recolhidas, porém administradas por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 1,22 trilhões, sendo que deste montante R\$ 1,146 trilhão são decorrentes de receitas administradas pela RFB. O processo de arrecadação conduzido pela RFB abrangeu a recepção e processamento de quase 300 milhões de documentos de arrecadação, por meio de uma rede arrecadadora composta por 26 bancos credenciados;

- Implantação, a partir de novembro de 2015, do Documento de Arrecadação eSocial (DAE), para os empregadores domésticos. O DAE possibilita arrecadar em uma única guia de pagamento a contribuição previdenciária do empregador, a contribuição previdenciária do empregado doméstico, o Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), o imposto de renda retido na fonte e a contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Em 2015, foram arrecadados 2,6 milhões de DAE, no valor total de R\$ 954 milhões;

- Publicação da Portaria RFB nº 1.265, de 3 de setembro de 2015, que aprovou os procedimentos para a Cobrança Administrativa Especial no âmbito da RFB, com vistas a aprimorar os procedimentos de recuperação de créditos tributários (CT) e, consequentemente, promover o

aumento e a sustentação da arrecadação dos tributos federais. O sujeito passivo que, intimado e não promover a regularização dos seus débitos, está sujeito à aplicação de medidas legais previstas, que foram consolidadas na portaria em questão. Entre as medidas previstas, inclui-se a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), a exclusão de parcelamentos especiais, arrolamentos de bens e direitos, exclusão e cancelamento de benefícios ou incentivos fiscais, representação fiscal para fins penais, cancelamento de contrato ou concessão perante a administração pública. No caso de empresas, os procedimentos também serão aplicados aos sócios que responderem solidariamente pela dívida;

- Foram realizadas 4 milhões de intimações a Pessoas Jurídicas devedoras de tributos declarados em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), totalizando R\$ 48,4 bilhões de créditos tributários em cobrança. Desse total, foram recebidos em pagamento R\$ 1 bilhão, foram parcelados R\$ 1,99 bilhões e extintos por compensação R\$ 524,6 milhões, totalizando R\$ 3,5 bilhão de créditos tributários recuperados;
- Dos débitos devedores oriundos de DCTF, foram encaminhados para inscrição em Dívida Ativa da União (DAU) a quantidade de 3,2 milhões de débitos, referentes a mais de 379 mil contribuintes pessoas jurídicas, totalizando R\$ 14,4 bilhões;
- Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram geradas 247.803 Intimações para Pagamento (IP) para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a dezembro/2015. Do total cobrado, cerca de R\$ 20,19 bilhões, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 603 milhões em pagamentos; R\$ 6,58 bilhões transformados em débitos para fins de parcelamentos; R\$ 7,66 bilhões foram transformados em débitos para sequência de cobrança e envio à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN); R\$ 135 milhões foram excluídos; R\$ 1,98 bilhões foram retificados, restando ainda R\$ 3,23 bilhões aguardando a conclusão do prazo da IP;
- Na cobrança de débitos de Pessoa Física, foram emitidos um total de 1.363.128 avisos de cobrança com valor total de cerca de R\$ 12,9 bilhões. Foram inscritos em DAU, 348.964 contribuintes, com valor consolidado total de R\$ 3,1 bilhões;
- Quanto ao parcelamento convencional e ordinário, foram deferidos 419.012 novos parcelamentos, com valor consolidado de cerca de R\$ 17,5 bilhões durante o ano de 2015. Neste mesmo ano, foram cancelados 5.723 parcelamentos com saldo devedor de R\$ 1,2 bilhões e foram enviados à PGFN 179.582 parcelamentos com saldo devedor de R\$ 3,9 bilhões;
- Houve a consolidação do parcelamento da Lei nº 12.996/2014, apenas das modalidades "DEMAIS" (RFB e PGFN), que envolvem débitos não-previdenciários e os previdenciários sob controle do Sief-Processos, ou seja, que são recolhidos em DARF. Está prevista para maio/2016 a consolidação dos débitos previdenciários da base Dataprev. Para as modalidades RFB, apesar de ter havido 129.046 negociações efetuadas, apenas 94.627 contas foram efetivamente consolidadas. As demais não tiveram o saldo devedor recolhido no prazo da negociação;
- Também foram objetos de consolidação os parcelamentos referentes à Tributação em Bases Universais (TBU) e ao Pis/Cofins, ambos estabelecidos pela Lei nº 12.865/2013, resultando em um pouco mais de R\$ 10 bilhões em saldo consolidado;
- Foi objeto de melhoria o sistema Malha para Declarações de Créditos e Débitos Tributários Federais (DCTF), que visa a identificar apurar possíveis inconsistências em relação aos valores declarados nas DCTF, aumentando a percepção de risco dos contribuintes infratores. Este procedimento objetiva, ainda, a identificação de possíveis fraudes contra a Fazenda Pública, envolvendo a tentativa de obtenção de restituições ou certidões indevidas. Neste ano, foram retidas declarações que totalizam R\$ 14 bilhões, com recuperação de R\$ 425,4 milhões;
- Em 2015, entrou em produção o sistema Pré-Cadin, que tem por objetivo suprir a necessidade de controle das inclusões no Cadin/Sisbacen pelos órgãos e entidades da Administração

Pública Federal, direta e indireta, no âmbito do macroprocesso do crédito público. Neste ano, foi feita a cobrança massiva de 4.458.245 contribuintes com CPF cancelados, com CNPJ Inaptos ou com débitos devedores superiores a R\$ 1.000,00, com a inclusão no Cadin de todos os devedores com débitos não regularizados, após a comunicação. A regularização dos débitos alcançou cerca de R\$ 656,7 milhões; e

- Em setembro de 2015, foram emitidos 655.131 Atos Declaratórios de Exclusão do Simples Nacional de contribuintes com débitos de R\$ 18,9 bilhões;
- As Certidões Negativas de Débitos (CND) da Fazenda Nacional foram unificadas em um único documento. Anteriormente, era necessárias duas certidões: uma relativa às contribuições previdenciárias e outra relativa aos demais tributos. Isso representou uma melhora no controle da emissão das CND, bem como uma facilitação ao contribuinte em requerê-la.

1.5.2.2 - Gerir Direito Creditório de Contribuinte

Compreende a recepção e tratamento de pedidos e declarações de compensação, análise de crédito, execução da compensação e pagamento das restituições, resarcimentos e reembolsos, permitindo o deferimento ou indeferimento dos pedidos, homologação ou não da compensação e do eventual pagamento de saldo remanescente.

A Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara) atua nas seguintes atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir sobre pedidos de restituição, resarcimento e reembolso e declarações de compensação;
 - Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
 - Pagar restituições e resarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
-
- **Ações relevantes realizadas em 2015**
 - Constituição de grupo de trabalho para desenvolver e implementar gestão de risco na análise de direito creditório;
 - Constituição de grupo de trabalho para a elaboração dos manuais de auditoria de direito creditório;
 - Realizados ajustes e melhorias nos diversos módulos do Sistema de Controle de Créditos e Compensações (SCC);
 - Disponibilizado aos servidores da RFB o módulo de Educação à Distância (EAD) do SCC.

- **Projetos relevantes trabalhados em 2015**

- Iniciado o projeto de gestão de riscos na análise de direito creditório. O projeto tem por objetivo desenvolver metodologia de gestão de risco para o aprimoramento da seleção de documentos a serem trabalhados pelas unidades. Trata-se de projeto extremamente importante e relevante, tendo em vista que as declarações de compensação transmitidas pelos contribuintes anualmente a RFB somam mais de R\$ 90 bilhões em débitos compensados e o crédito pleiteado em pedidos de restituição, resarcimento e reembolso totalizam mais de R\$ 45,8 bilhões;
- Iniciado o projeto para a elaboração dos manuais de análise de auditoria de direito

creditório.

- **Resultados relevantes obtidos em 2015**

- Foram recepcionados, pela RFB, 1.160.436 Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), incluindo os pedidos referentes às contribuições previdenciárias, sendo 692.681 declarações de compensação, 331.772 pedidos de restituição, 80.741 pedidos de ressarcimento, 12.137 pedidos de reembolso e 43.105 pedidos de cancelamento. Em termos de valores, as declarações de compensação transmitidas em 2015 totalizam mais de R\$ 90 bilhões em débitos compensados, enquanto os pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso perfazem R\$ 45,8 bilhões em créditos pleiteados. Do total de PER/DOMP ativos (cerca de 10.974.647 documentos), 67,7% haviam sido trabalhados em procedimentos eletrônicos ou manuais, totalizando R\$ 363,1 bilhões em débitos compensados e R\$ 157,4 bilhões em créditos (pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso).
- Foram emitidas, aproximadamente, 106 mil comunicações eletrônicas pelo SCC, sendo 58.307 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DOMP ou de solicitação de documentos complementares), 3.727 despachos decisórios de não admissibilidade de cancelador ou retificador e 44.100 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de cerca de R\$ 4 bilhões.
- Foram encaminhados, de forma eletrônica para pagamento, 52.453 processos de restituição ou ressarcimento, contabilizando, aproximadamente, R\$ 2,98 bilhões. Do total desses processos, 85,59% foi efetivamente creditado, o que corresponde a 44.896 processos, totalizando, aproximadamente, R\$ 2,91 bilhões. Foram devolvidos, por motivo de domicílio bancário inválido, 7.538 processos, correspondendo a cerca de R\$ 72,20 milhões.
- Houve o encaminhamento à rede bancária de, aproximadamente, R\$ 19,18 bilhões para pagamento de restituição de mais de 14 milhões de pessoas físicas, referentes a imposto de renda retido na fonte ou recolhido a maior.

1.5.2.3 - Controlar Benefícios Fiscais e Regimes Especiais de Tributação

Contempla a habilitação em regimes especiais de tributação e a concessão de benefícios fiscais, procedendo ao cancelamento em caso de descumprimento dos requisitos concessórios.

- **Ações relevantes realizadas em 2015**

- Iniciado trabalho que objetiva identificar contribuintes que estejam em situação que enseja exclusão de regimes especiais de tributação. Serão realizados cruzamento de dados da RFB com os da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especialmente no que diz respeito a contribuintes condenados por improbidade administrativa;
- Realizado Mapeamento do processo “Analizar pedido de isenção de IPI/IOF para Taxistas e deficientes”;
- Especificado Sistema de Controle de Isenções de IPI/IOF para Taxistas.

- **Projetos Relevantes trabalhados em 2015**

Estruturação inicial de um Programa cujo propósito é implementar um modelo de gestão de benefícios tributários na Receita Federal, contemplando:

- Modelagem de processos de trabalho relacionados à gestão dos benefícios tributários, com foco em habilitação e controle de fruição;

- Definição e implantação de modelo de governança (infraestrutura de gestão);
- Ajustes nos modelos normativos;
- Ajustes no Regimento Interno;
- Implementação de solução tecnológica de suporte à etapa de habilitação;
- Implementação de solução tecnológica de suporte à etapa de controle de fruição.

No contexto deste programa, está em fase de especificação um sistema que permitirá o controle de isenção de IPI e IOF para Taxistas, que tem por objetivo:

- A implementação de análise automática em substituição ao processo manual;
- Padronização dos critérios de análise;
- Análise e autorização em 72 horas, haja vista que, atualmente o tempo atual varia entre 10 dias e 6 meses.

Os resultados esperados incluem, portanto, o aumento da celeridade na análise dos pedidos de isenção, a uniformização dos critérios de análise, a liberação de servidores que atualmente realizam a análise manual dos pedidos de isenção e o fortalecimento da imagem da Instituição perante a sociedade.

- **Resultados relevantes obtidos em 2015**

Os processos de trabalho relativos a benefícios tributários estão em fase de reestruturação na Receita Federal.

1.5.2.4 - Monitorar Grandes Contribuintes

Compreende o acompanhamento, a análise e a avaliação da conformidade tributária relacionada aos maiores contribuintes.

O monitoramento de grandes contribuintes tem como principal objetivo assegurar a conformidade tributária dos maiores contribuintes e, em especial, de sua arrecadação potencial. Para tal, é necessário acompanhar permanentemente o comportamento atual e tratar as distorções (inconformidades) encontradas, assim como realizar a gestão do passivo tributário.

- **Ações relevantes realizadas em 2015**

- a. **Acompanhamento das Distorções**

- O acompanhamento permanente das distorções dos maiores contribuintes consiste da detecção, por meio de uma atuação sistêmica e próxima ao fato gerador, de inconformidades que tenham impacto na arrecadação, efetiva ou potencial. Tais distorções são analisadas e, quando necessário, encaminhadas ao processo de trabalho responsável para tratamento prioritário e conclusivo.

- O acompanhamento das distorções possui dois objetivos básicos: (1) subsidiar a alta administração da Receita Federal com informações tempestivas do comportamento dos maiores contribuintes; (2) recuperar, por meio de iniciativas de conformidade ou tratamento prioritário, a arrecadação, efetiva ou potencial, perdida em função das distorções.

- No ano de 2015, foram analisadas 2922 causas de distorção nos maiores contribuintes, das quais 662 foram consideradas de alta relevância e serviram de insumo para subsidiar a alta administração (nacional ou regional) da Receita Federal.

b. Ações de Incremento de Arrecadação:

O processo de trabalho Monitorar Grandes Contribuintes teve papel primordial, em função da expressividade da arrecadação desses contribuintes, nas ações de incremento de arrecadação. Dessa forma, foram propostas dez Ações de Incremento de Arrecadação. Tais ações foram utilizadas como forma de se encontrarem as distorções a serem acompanhadas na ação de acompanhar distorções.

c. Gestão do Passivo Tributário

A gestão do passivo tributário consiste em identificar e controlar os créditos tributários exigíveis ou suspensos dos maiores contribuintes e as demandas dos pedidos de restituição, resarcimento ou reembolso.

Em 2015, por meio dessa atividade, foram analisados mais de R\$ 401,9 bilhões em processos, débitos vinculados e declarações de compensação.

d. Análises dos Maiores Contribuintes com base nos seus Respectivos Setores Econômicos e Grupos de Similaridade

De forma a subsidiar a análise de distorções, foram realizados estudos comparativos dos maiores contribuintes no contexto de seu respectivo setor ou grupo econômico. Podemos citar como exemplo de setores estudados o setor de distribuição de energia elétrica e o setor automotivo. Outro estudo envolveu o grupo de contribuintes diferenciados que gozam de contratos e/ou benefícios públicos, fiscais ou de outra natureza, e que demandam regularidade fiscal e, portanto, são mais propensos a corrigir suas inconformidades.

e. Definição dos Maiores Contribuintes para o ano de 2016

A definição dos maiores contribuintes ocorre sempre no final de um ano como preparação para as atividades do ano subsequente. Em 2015, foram definidos os contribuintes pessoas físicas e jurídicas que serão considerados como os maiores contribuintes no ano de 2016. Para 2016, foram definidos como maiores contribuintes 9.401 pessoas jurídicas e 5.075 pessoas físicas.

• Projetos Relevantes trabalhados em 2015

a. Mapeamento e Reestruturação dos Processos de Trabalho

No ano de 2015, teve continuidade o mapeamento e reestruturação dos processos do Acompanhamento. O mapeamento foi importante para o melhor entendimento da atividade, para a detecção de necessidade de mudanças e padronizações necessárias.

b. Reestruturação dos Indicadores e das Metas do Acompanhamento

Os indicadores e as metas do Acompanhamento foram reformulados de forma a possibilitar maior controle da atividade. Os indicadores do acompanhamento, que anteriormente estavam voltados para a aferição do esforço, passaram a aferir também as vertentes de resultado e qualidade. Tal reformulação, iniciada em 2014, foi aprimorada no decorrer de 2015 e já teve impacto positivo nos resultados da atividade.

c. Melhorias no Sistema de Comunicação com os Maiores Contribuintes (e-MAC)

O e-MAC possibilita a comunicação direta entre a Receita Federal e os maiores contribuintes. Tal comunicação auxilia na análise das distorções e incentiva a conformidade tributária. No ano de 2015, foram implementadas melhorias diversas nesse sistema, que permitiram uma maior eficiência e agilidade na comunicação. Dentre as melhorias implantadas, podemos destacar o envio de comunicados por meio de mala direta e ainda a permissão de envio de arquivos anexos por parte do contribuinte.

d. Melhorias no Sistema DW Maco

O sistema DW Maco é um dos principais sistemas do Acompanhamento e permite o acesso e a manipulação de dados de interesse da atividade. Em 2015, foi ampliado o rol de informações disponíveis nesse sistema. Dentre outras, agora estão disponíveis os dados dos e-MACs enviados e informações completas dos resultados e encaminhamentos realizados. Somente após essa mudança foi possível implementar a já citada reestruturação dos indicadores.

e. Integração e-MAC com o Sistema SEC (Sistema de Emissões Centralizadas)

As pessoas jurídicas definidas como maiores contribuintes são comunicadas por meio do envio de carta. Tal envio ocorria por meio de demandas pontuais, ou seja, para cada envio era realizada a solicitação de envio ao prestador de serviço, que realizava o processamento e o envio. A integração realizada permite realizar o envio das cartas diretamente, sem necessidade de intervenção do prestador de serviço, reduzindo custos da operação.

f. Contribuinte 360º

A 7ª Região Fiscal implantou, em 2015, o Projeto Contribuinte 360º. Esse projeto, iniciado em 2014, consiste na geração automatizada do Relatório Contribuinte 360º, o qual permite, em poucas páginas, ter uma visão integral do contribuinte por vários aspectos de interesse ou temas (Aduana, Arrecadação, Cadastro, DCTF, Dívida Tributária, GFIP, Incorporações, Fiscalização, Parcelamentos, Previdência).

O relatório gerado possibilita aos gestores e servidores de qualquer área de atuação, devidamente autorizados, ter acesso a informações de vários sistemas de forma simples e rápida, eliminando inúmeras consultas antes necessárias para compreender o comportamento do contribuinte perante as várias áreas de atuação da Instituição.

• Resultados relevantes obtidos em 2015

O esforço relacionado ao monitoramento de grandes contribuintes gerou um resultado total de R\$ 18,5 bilhões. Estão incluídas nesse resultado as mais diversas formas de recuperação de créditos tributários, tais com os valores pagos ou parcelados, créditos tributários constituídos, não homologação de compensações, reativação de créditos e encaminhamentos para ações prioritárias.

Além dos resultados quantitativos, podemos destacar ainda como resultado o maior entendimento e controle da atividade oriundos do mapeamento de processos e da reestruturação dos indicadores e a maior eficiência na execução das atividades oriundas das melhorias realizadas nos sistemas.

1.5.2.5 - Controlar o Cumprimento das Obrigações Acessórias

Abrange o gerenciamento das atividades relacionadas às declarações, visando à correta constituição do crédito tributário confessado, incluindo o controle sistemático e tempestivo de contribuintes omissos e a aplicação de penalidades nos casos de falta ou de atraso no cumprimento da obrigação acessória.

Atualmente, há um indicador estratégico, o Índice de Adimplência de Obrigaçāo Acessória (IAOA) que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (Dirpf) de quem é obrigado a cumprir a obrigação. No 4º trimestre de 2015, o resultado desse índice, para o nível Brasil, alcançou 97,7% (noventa e sete vírgula sete por cento). Em relação ao controle do cumprimento das obrigações acessórias das pessoas jurídicas, em 2016 será colocado em produção um sistema que controlará de forma centralizada a obrigatoriedade de entrega das diversas obrigações da pessoa jurídica. Por meio deste controle, será possível apurar as pessoas jurídicas omissas de declaração e iniciar a aplicação das respectivas sanções legais.

1.5.2.6 - Atuar na Garantia do Crédito Tributário

Consiste em resguardar os interesses da Fazenda Pública, garantindo a satisfação do crédito tributário por meio de medidas tempestivas de arrolamento e de representação de proposição de medida cautelar fiscal.

Este processo tem como áreas gestoras a Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara), por meio da Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança (Codac), bem como a Subsecretaria de Fiscalização (Sufis), no âmbito de sua Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis), cujas atuações serão descritas a seguir.

As seguintes atividades são realizadas no processo:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário quando verificados na fase de lançamento;
 - Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
 - Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.
-
- **Ações realizadas e resultados relevantes obtidos em 2015**
 - Publicação da Portaria RFB nº 1.441, de 07 de outubro de 2015, que determina às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil instituírem equipes de Monitoramento Patrimonial e de Garantia do Crédito Tributário (Emop), às quais compete gerir e controlar procedimentos de monitoramento patrimonial e de garantia do crédito tributário dos contribuintes jurisdicionados pelas unidades da respectiva Região Fiscal.
 - Publicação da Instrução Normativa nº 1565, de 11 de maio de 2015, que estabelece procedimentos para o arrolamento de bens e direitos e representação para propositura de medida cautelar fiscal.
 - Publicação da Norma de Execução Conjunta Cofis/Codac/Corec/Cosit/CDA/CGD Nº 01, de 17 de setembro de 2015, que estabelece procedimentos para o arrolamento de bens e direitos e propositura de medidas cautelares e dá outras providências.
 - Homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantia (Conprovi). Dentre elas, podemos citar a melhora no controle das requisições enviadas para os órgãos de

registro, para fins de arrolamento de bens, com a entrada em produção do Sistema de Emissões Centralizada (SEC). Foi realizada a capacitação de 55 usuários nessa nova versão do sistema, apesar da significativa supressão orçamentária nos projetos de capacitação da RFB.

- Realização de três edições do Seminário Nacional de Combate à Interposição de Pessoas e Garantia do Crédito Tributário no primeiro semestre de 2015, cujo objetivo é capacitar os auditores-fiscais e apresentar ferramentas para enfrentar e combater as fraudes executadas pela interposição de pessoas, de forma a garantir o crédito tributário constituído. Tais seminários são realizados em parceria com as Regiões Fiscais, o Ministério Público Federal (MPF) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com vistas à garantia do crédito desde a seleção dos contribuintes a serem fiscalizados até a conversão em renda para a União do crédito constituído. A partir da realização dos seminários, várias ações são sugeridas para implementar melhorias nos trabalhos e atividades desenvolvidas pela RFB, como ações em conjunto com o MPF, em busca do aperfeiçoamento das Representações Fiscais para Fins Penais (RFFP), e com a PGFN, visando a recuperação de créditos, assim como o desenvolvimento de sistemas para combater a blindagem patrimonial.
- Publicação da nota de roteiro operacional de Arrolamento e Medidas Cautelares Fiscais (MCF), com o objetivo de orientar e padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens;
- Disponibilização de listas com os créditos tributários dos sujeitos passivos às unidades descentralizadas, para realização de arrolamentos de bens e direitos e representação para propositura de MCF; e
- Acompanhamento do indicador estratégico Índice de Garantida do Crédito Tributário, que mede a relação entre o valor de bens e direitos arrolados ou acautelados por medida cautelar fiscal e o passivo tributário sujeito à garantia. Desde o início da medição desse indicador, em janeiro de 2012, houve incremento de 518% (quinhentos e dezoito por cento) no valor de bens e direitos arrolados, chegando-se ao montante atual de R\$ 107 bilhões. Só em 2015, foram arrolados R\$ 30 bilhões em bens e direitos. Constatou, também, o incremento nos valores constrangidos por MCF de cerca de R\$ 1 bilhão no início de 2013, para R\$ 14,8 bilhões no final de 2015. Em 2015, esse valor de MCF aumentou R\$ 5,3 bilhões em relação ao ano anterior.

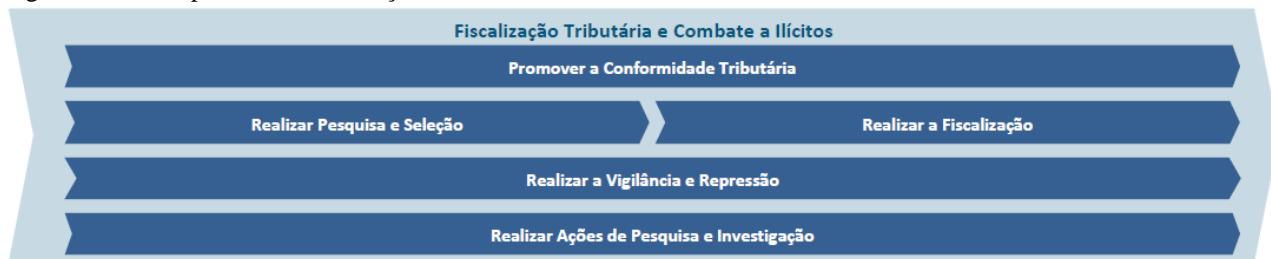
1.5.3 - Fiscalização Tributária e Combate a Ilícitos

Consiste em promover a conformidade tributária espontânea do contribuinte, em identificar e selecionar sujeitos passivos na condição de não cumprimento da obrigação tributária ou que incorram na prática de ilícitos tributários e aduaneiros e em executar procedimento de fiscalização para constituir o crédito tributário.

As premissas estabelecidas para que esses processos sejam geridos com eficiência, eficácia e efetividade são: disponibilizar as melhores ferramentas tecnológicas para o exercício das atividades e disseminar o conhecimento e capacitação continuada dos servidores que integram o macroprocesso de “fiscalização tributária e combate a ilícitos”.

Como resultado do esforço de seus colaboradores, a Fiscalização da Receita Federal tem sido constantemente citada como exemplo de atuação para as administrações tributárias dentro e fora do país, tendo recebido, ao longo de 2015, diversas missões estrangeiras para apresentar seus processos de trabalho, bem como seus servidores têm sido chamados a transmitir o modelo de atuação do Fisco e os resultados alcançados.

Figura 12: Macroprocesso Fiscalização Tributária e Combate a Ilícitos



Fonte: Manual da Cadeia de Valor da RFB

Quadro 10: Macroprecesso Fiscalização Tributária e Combate a Ilícitos

FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E COMBATE A ILÍCITOS					
Macroprocesso Finalístico	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
PROMOVER A CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA	Sufis e suas projeções regionais.	- Contribuintes; - Órgão Externos.	- Declarações; - Escriturações; - Informações Públicas Externas.	- Comunicação de Inconformidade; - Conformidade tributária; - Recomendações de ações para tratamento; - Redução do Custo de Conformidade.	- Contribuintes; - Áreas responsáveis pelas seguintes atividades: - Programação e Fiscalização; - Cadastro de pessoas e bens; - Restituição e compensação; - Gestão do crédito tributário e arrecadação; - Acompanhamento de julgamentos e processos administrativos e judiciais; - Formulação de legislação tributária.
REALIZAR PESQUISA E SELEÇÃO	Sufis e suas projeções regionais	- Contribuintes; - Órgãos Externos; - Área de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes; - Área de Pesquisa e Investigação.	- Obrigações acessórias prestadas pelos contribuintes; - Sistemas informatizados da Receita Federal; - Demandas externas requisitórias e não requisitórias; - Insumos de outras áreas da Receita Federal.	- Análises sobre a situação tributária dos contribuintes; - Dossiês para a execução de procedimentos fiscais.	- Fiscalização da Receita Federal; - Contribuintes.

Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
REALIZAR A FISCALIZAÇÃO	Sufis e suas projeções regionais	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeitos passivos da obrigação tributária e terceiros; - Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos públicos externos; - Executores do processo de fiscalização; - Área de inteligência da RFB; - Unidades da RFB; - Órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência; - Unidades de inteligência fiscal dos fiscos estaduais; - Outros órgãos de governo; - Representações de outros países e organismos internacionais; - Sociedade; - Servidores da Receita Federal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Documentação apresentada pelo sujeito passivo; - Informações derivadas de diligências; - Demandas externas requisitórias e não requisitórias; - Resultado dos procedimentos fiscais para análise do cumprimento de metas e diretrizes; - Resultado das investigações; - Relato, fato, dados, documentos, etc; oriundos de outras unidades da RFB, de outros órgãos públicos, de notícia veiculada na mídia ou de qualquer outra fonte de informação acerca do cometimento de ilícitos tributário-aduaneiros ou irregularidades fiscais e criminais; - Sistemas informatizados da Receita Federal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de estudos tributário-fiscais; - Processo Administrativo-Fiscal; - Prevenção e combate aos crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado; - Órgãos do governo; - Sociedade.
REALIZAR A VIGILÂNCIA E REPRESSÃO	Suari (Coana)	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeitos passivos da obrigação tributária e terceiros; - Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos públicos externos; - Executores do processo de fiscalização; - Área de 	<ul style="list-style-type: none"> - Documentação apresentada pelo sujeito passivo; - Informações derivadas de diligências; - Demandas externas requisitórias e não requisitórias; - Resultado dos procedimentos fiscais para análise do cumprimento de 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise, seleção, planejamento e fiscalização de contribuintes; - Monitoramento de Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias; - Prevenção e combate aos crimes de 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado; - Órgãos do governo; - Sociedade.

		inteligência da Receita Federal; - Unidades da Receita Federal; - Órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência; - Unidades de inteligência fiscal dos fiscos estaduais; - Outros órgãos de governo; - Representações de outros países e organismos internacionais; - Sociedade; - Servidores da Receita Federal.	metas e diretrizes; - Resultado das investigações; - Documentos diversos; - Sistemas informatizados da Receita Federal;	"Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores; - Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho.	
Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
REALIZAR AÇÕES DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO	Copei e suas projeções regionais.	- Unidades da RFB; - Órgãos de persecução penal; - Órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência; - Unidades de inteligência fiscal dos fiscos estaduais; - Outros órgãos de governo; - Representações de outros países e organismos internacionais; - Sociedade.	- Relato, fato, dados, documentos, etc. oriundos de outras unidades da RFB, de outros órgãos públicos, de notícia veiculada na mídia ou de qualquer outra fonte de informação acerca do cometimento de ilícitos tributário-aduaneiros ou irregularidades fiscais e criminais.	- Atividades de Inteligência Fiscal; - Prevenção e combate aos crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores;	- Estado; - Órgãos do governo; - Sociedade.

Fonte: Sufis, Suari e Copei

1.5.3.1 - Promover a Conformidade Tributária

Compreende atividades que reduzem os custos de conformidade dos contribuintes e induzem e fomentem o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias principal e acessória.

O fomento ao cumprimento espontâneo vem da diferenciação do tratamento dispensado aos contribuintes de acordo com sua atitude e interesse de permanecer conforme a legislação tributária. Para contribuintes que estejam dispostos a cumprir a legislação tributária, basta facilitar o cumprimento e informar da ocorrência de determinado equívoco que levou à inconformidade. Já para os contribuintes que não estão dispostos a cumprir suas obrigações tributárias, deve-se aplicar o rigor da lei. Tal forma de atuação traz vantagens para a Receita Federal e para os contribuintes. Para os contribuintes, reduz o chamado custo de conformidade, já que diminui a litigiosidade do processo, podendo evitar aplicação de multas ou penalidades administrativas. Já para a Receita Federal traz maior eficiência ao dosar a atuação conforme a necessidade.

- **Ações relevantes realizadas em 2015**

- a. **Conformidade Tributária no Monitoramento dos Maiores Contribuintes**

A ação de conformidade tributária está diretamente relacionada ao processo de trabalho Monitorar Grande Contribuinte, já que uma das formas possíveis de sanar inconformidade é por meio da promoção de conformidade.

As ações de conformidade podem ocorrer de forma específica ou coletiva. Na ação específica, são analisadas as distorções de um único contribuinte e as inconformidades detectadas são comunicadas. Nas ações coletivas, de forma a aumentar a eficiência do processo, quando se percebe que as inconformidades são comuns a determinado grupo, embora os comunicados sejam enviados individualmente, todo o grupo é comunicado da inconformidade.

No ano de 2015, foram enviados 5974 comunicados em função de ações de conformidade coletivas ou individuais.

Dentre as ações coletivas, merecem destaque a ação sobre as inconformidades encontradas na EFD-Contribuições e as inconformidades encontradas na apuração do RTT. Dos 2.664 contribuintes comunicados de inconformidade, 1.786 (67,8%) contribuintes sanaram ou reduziram as inconformidades a eles comunicadas. Já para as inconformidades na apuração do RTT, dos 341 contribuintes comunicados, 320 (93,8%) contribuintes apresentaram retificações tendentes a aumentar o crédito tributário declarado.

As ações de conformidade foram fundamentais na busca pelo incremento da arrecadação, já que, por meio dessas ações, é possível obter o ingresso rápido de recursos devido ao fato de não haver litigiosidade no processo.

Resultado: Em 2015, o resultado obtido por essas ações foi de R\$ 2,6 Bilhões em pagamento ou parcelamento de créditos tributários.

- b. **Malha Fiscal da Pessoa Física**

A Malha Fiscal da Pessoa Física é pioneira na adoção de ações para estimular o cumprimento das obrigações tributárias de forma espontânea, a chamada autorregularização. Há mais de dez anos, vem aperfeiçoando, de forma continuada, os serviços oferecidos na página da Receita Federal na Internet, para possibilitar aos contribuintes identificarem se a declaração está retida em malha, o motivo da retenção e se há algo a ser feito, pelo próprio contribuinte, para resolver a situação.

A autorregularização ocorre quando o próprio contribuinte constata erro nas informações declaradas e corrige por meio de declaração retificadora, que substitui a anterior e, estando correta, não fica retida em malha.

Resultado: Em 2015, a autorregularização da Malha Pessoa Física respondeu por uma redução aproximada de R\$ 615 milhões no valor de restituições de IR pleiteadas e um incremento no IR a pagar declarado de R\$ 214 milhões.

- c. **Malha Fiscal da Pessoa Jurídica**

A ação Malha Fiscal da Pessoa Jurídica emitiu 25.598 cartas a empresas selecionadas em todo o país, para alertá-las da existência de diferenças nas informações fornecidas à Receita Federal que, se não corrigidas, poderiam acarretar lançamento de ofício do valor do tributo recolhido a menor, com multas de ofício entre 75% a 225% do valor do tributo que deixou de ser pago.

Na sequência da emissão das cartas, um esforço combinado foi levado a cabo pelas 10 regiões fiscais, entre os meses de março e junho, com a finalidade de fornecer um estímulo extra para a

autorregularização dos contribuintes, por meio de contato telefônico e emissão de cartas aos sócios das empresas.

Resultado: No final do ano de 2015, foi possível apurar um resultado positivo: dos 25.598 contatados, cerca de 19 mil empresas acessaram o extrato na Internet e mais de 13 mil corrigiram informações erradas e recolheram ou confessaram débitos em DCTF, num valor de, aproximadamente, R\$ 6 bilhões.

- **Projetos Relevantes trabalhados em 2015**

- a. **Implantação da Malha Fiscal da Pessoa Jurídica**

Em fevereiro de 2015, foi implantada em nível nacional a primeira fase do projeto Malha Fiscal PJ. A partir da implementação foi possível alertar as pessoas jurídicas, por meio do envio de cartas, da existência de possíveis inconformidades nas informações fornecidas à Receita Federal.

Resultado: Permitiu a execução da ação “Malha Fiscal da Pessoa Jurídica”.

- b. **Reunião de Conformidade**

No ano de 2015, foi desenvolvida a metodologia para a implantação da Reunião de Conformidade nos Maiores Contribuintes. As reuniões de conformidade são reuniões presenciais com os maiores contribuintes de forma a apresentar as inconformidades encontradas e solicitar a regularização.

Resultado: Em 2015, foram realizadas, de forma piloto, reuniões de conformidade em 5 Regiões Fiscais. O resultado em pagamento e parcelamento foi de aproximadamente R\$ 300 milhões. Terminado o projeto-piloto, as reuniões de conformidade passaram a estar previstas nas ações regulares de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes. Os resultados desse projeto estão incluídos no resultado da ação “Conformidade Tributária no Monitoramento dos Maiores Contribuintes”.

- c. **Projeto Cartas**

Consiste na emissão de cartas para casos de declarações retidas em parâmetros identificados como de alto potencial de autorregularização (com base na observação de comportamentos históricos). As cartas são enviadas para contribuintes sem registro de acesso à Internet, incentivando-os a consultar o extrato da declaração na página da Receita Federal e verificar se há pendências que eles mesmos possam resolver. O trabalho é concentrado nas divisões de fiscalização das superintendências, visando minimizar o impacto sobre as unidades responsáveis pelo trabalho das declarações.

Resultado: Em 2015, o Projeto Cartas foi realizado em todo o país, de junho a dezembro. Foram emitidas 359.533 cartas em todo o país. O resultado foi a redução do estoque das declarações pertencentes aos grupos daqueles que foram contatados, com impacto positivo no resultado da ação “Malha Fiscal da Pessoa Física”.

- d. **Maiores Contribuintes, não Diferenciados, das Agências e IRF classes "A" e "B"**

Este projeto-piloto, realizado na 9ª Região Fiscal, comunica-se com os maiores contribuintes não sujeitos ao Acompanhamento Diferenciado que apresentam quedas de arrecadação decorrentes de situação de inadimplência. Foram acompanhados mensalmente os 15 maiores contribuintes não diferenciados por unidade, num total de 720 contribuintes.

Projeto semelhante já vinha sendo conduzido pela 5ª Região Fiscal, onde são acompanhados os 10

maiores contribuintes não diferenciados de 34 agências e 2 inspetorias.

Resultado: Até o 3º trimestre de 2015, o resultado obtido por essa ação foi de R\$ 34,5 milhões em pagamento ou parcelamento de créditos tributários, sendo R\$ 31,2 milhões na 9ª Região Fiscal e R\$ 3,3 milhões na 5ª Região Fiscal.

1.5.3.2 - Realizar Pesquisa e Seleção

Envolve as atividades relacionadas à identificação de sujeitos passivos na condição de não cumprimento da legislação tributária federal.

A atividade de programação de sujeitos passivos a serem fiscalizados é desempenhada respeitando-se os princípios da impessoalidade e objetividade e em observância ao interesse e à relevância fiscal, visando intensificar a percepção de risco e a presença fiscal. Corresponde, a rigor, a um tipo de procedimento fiscal, contudo realizado em âmbito interno. Analisam-se dados fiscais e contábeis, prospectando-se indícios de irregularidades que justifiquem a realização de uma auditoria externa, da qual poderá decorrer eventual constituição de crédito tributário. É, portanto, na fase de seleção que se decide o rol de sujeitos passivos que serão fiscalizados e, como consequência, aqueles que não serão.

O processo de seleção prioriza a busca de indícios de ilícitos praticados por pessoas jurídicas de grande porte e pessoas físicas detentoras de elevado patrimônio ou renda, responsáveis pelos valores mais significativos a serem cobrados. Serão também verificadas infrações cometidas pelas demais pessoas jurídicas e físicas.

Tal processo inicia-se um ano antes da abertura dos procedimentos fiscais. As atividades são desempenhadas por equipes de auditores-fiscais, de modo a privilegiar a especialização das análises, diminuindo o retrabalho e aumentando a eficiência da Fiscalização. Como o processo de monitoramento é constante, prevê momentos de avaliação, quando novas ações podem ser inseridas, ainda que não mapeadas anteriormente, desde que sejam de maior interesse fiscal.

- **Ações relevantes realizadas em 2015**

- a. **Regionalização da Programação Fiscal**

Instituição das Equipes Regionais de Programação, Avaliação e Controle (Eqpac), responsáveis pela atividade de seleção de sujeitos passivos a serem fiscalizados em âmbito regional. As Eqpac são constituídas por grupos de auditores-fiscais especializados na identificação de irregularidades. São comuns às dez regiões fiscais os seguintes grupos: seleção de planejamentos tributários, seleção de pessoas físicas, seleção fazendária de pessoas jurídicas e seleção previdenciária de pessoas jurídicas.

Resultado: A especialização dos auditores-fiscais em grupos de trabalho aumenta a eficiência da atividade, com a diminuição do retrabalho em comparação ao modelo local de seleção.

- b. **Qualidade da Seleção**

A qualidade da seleção é mensurada por diversos indicadores, dentre eles um que avalia o percentual de procedimentos fiscais encerrados com resultado. O resultado do procedimento fiscal está diretamente relacionado à qualidade das atividades desempenhadas na fase de seleção de sujeitos passivos.

Resultado: O índice que mede a qualidade da seleção em 2015 atingiu o percentual de 92,4%, o que indica o nível de eficiência de atualização da Receita Federal.

c. e-Financeira: Melhores Controles sobre as Operações Financeiras

Em julho de 2015, foi publicada a IN RFB nº 1.571, que instituiu a e-Financeira. A obrigação acessória foi instituída após cerca de dois anos de tratativas com representantes e intervenientes do mercado financeiro e possui o objetivo de colher informações de interesse da Receita Federal, tanto para uso interno em seus processos de seleção de contribuintes, quanto para atender ao acordo de troca de informações financeiras firmado com os Estados Unidos no âmbito do *Foreign Account Tax Compliance Act* (FATCA).

As informações captadas na e-Financeira estão fundamentadas na Lei Complementar nº 105/2001 e incluem valores de débitos e créditos mensais, bem como saldos de aplicações financeiras em fundos de investimento, ações, derivativos, contas de depósito à vista e a prazo, operações de câmbio etc.

Os dados deverão ser prestados de forma individualizada, para cada usuário dos serviços das instituições declarantes.

Resultado: Trata-se de um avanço significativo na qualidade e na quantidade de informações financeiras captadas pela RFB para subsidiar as análises de risco dos contribuintes, aliada a uma racionalização das obrigações acessórias. Com a implementação da e-Financeira, a Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira (Dimof) será descontinuada.

d. FATCA: Intercâmbio de Informações entre os Fiscos Brasileiro e Americano

Com a publicação da IN nº 1.571, que instituiu a e-Financeira em julho de 2015, foi iniciado o processo de captação dos dados para o intercâmbio de informações com os Estados Unidos, no âmbito do FATCA.

Resultados: O prazo estipulado para o primeiro intercâmbio de informações, setembro de 2015, foi cumprido com sucesso pelo Brasil. A qualidade e a tempestividade na troca de informações foram ressaltadas pela administração tributária dos EUA, tendo o Brasil alcançado o padrão necessário estipulado pelos americanos para intercâmbio de informações de juros e se igualado a outros países parceiros dos Estados Unidos como Canadá, França, Alemanha e Reino Unido. Também foram recebidas informações do fisco americano sobre contribuintes brasileiros que iniciaram relacionamento com instituições financeiras dos EUA e realizaram operações naquele país em 2014.

1.5.3.3 - Realizar a Fiscalização

Compreende as atividades relacionadas à execução de procedimento fiscal visando a verificação de conformidade e de cumprimento da legislação tributária.

Este processo abrange realização de fiscalizações, de revisão de declarações e de diligências; lavratura de autos de infração; expedição de notificações de lançamento; arrolamento de bens dos contribuintes; propositura de medida cautelar fiscal; elaboração de representação fiscal para fins penais; e aplicação de regimes especiais de fiscalização.

No ano de 2015, a partir de critérios objetivos e impessoais para seleção de contribuintes, a Fiscalização da Receita Federal constituiu crédito tributário no valor de R\$ 125 bilhões, e apesar de ter sido 24% menor que o lançado no ano anterior, só foi superado pelos anos de 2013 e 2014, exercícios em que foram apurados fatos geradores bastante peculiares com lançamentos bastante expressivos.

O montante lançado em 2015 foi resultado de 10.097 procedimentos de auditoria externa e 267.272 procedimentos de revisão interna de declarações de pessoas físicas, jurídicas e ITR, que totalizaram 277.369 procedimentos de fiscalização, conforme quadros a seguir:

Quadro 11: Procedimentos de Auditoria Externa e Revisões de Declaração (2011 – 2015)

Consolidado	2011		2012		2013	
	Qtd.	Crédito (R\$)	Qtd.	Crédito (R\$)	Qtd.	Crédito (R\$)
Auditorias Externas	22.116	103.427.313.982	17.980	109.916.545.601	20.518	181.710.070.273
Revisões de Declarações	382.607	6.206.898.079	281.921	6.434.021.396	308.891	9.005.569.349
Total Geral	404.723	109.634.212.061	299.901	116.350.566.997	329.409	190.715.639.622

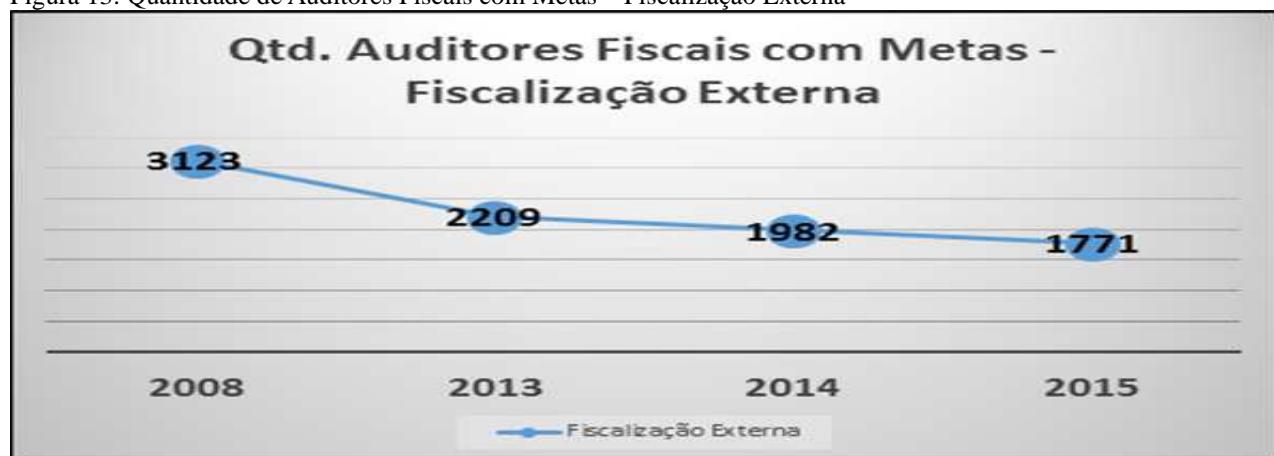
Fonte: Sufis

Consolidado	2014		2015		Variação 5 anos	
	Qtd.	Crédito (R\$)	Qtd.	Crédito (R\$)	Qtd.	Crédito (R\$)
Auditorias Externas	17.050	144.611.700.159	10.097	121.339.291.524	-54,35%	-17,32%
Revisões de Declarações	348.856	6.309.774.782	267.272	4.283.555.972	-30,14%	-30,99%
Total Geral	365.906	150.921.474.941	277.369	125.622.847.496	-31,47%	14,58%

Fonte: Sufis

Cabe destacar que, em junho de 2015, teve início na RFB um movimento reivindicatório dos auditores-fiscais, o qual impactou significativamente no andamento dos trabalhos da fiscalização, conforme explicitado no item 1.3.5 – *Oportunidades e Ameaças quanto à atuação da RFB* deste relatório. Além disso, a redução no número de auditores-fiscais na atividade de fiscalização ano a ano tem reduzido o potencial de diversas ações. Quando comparado a 2013, a redução foi de 10,07%. Com relação a 2010, a redução já chega a 25,79%, e isso afeta substancialmente a quantidade de procedimentos fiscais encerrados.

Figura 13: Quantidade de Auditores Fiscais com Metas – Fiscalização Externa



Fonte: Sufis

Figura 14: Quantidade de Auditores Fiscais com Metas – Malha – Revisão



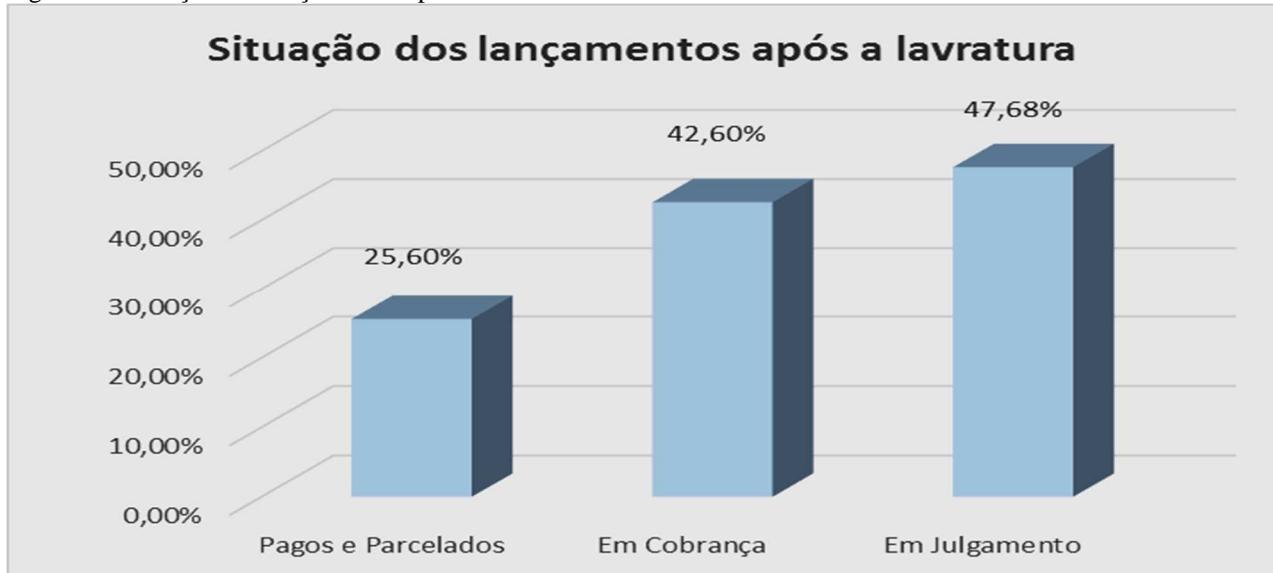
Fonte: Sufis

Em que pese o quadro descrito acima e os sucessivos cortes orçamentários, notadamente nos investimentos em tecnologia da informação, no período compreendido entre 2011 e 2015, houve uma evolução nominal do crédito tributário lançado de 14,5 %. Tal evolução reforça, mais uma vez, a estratégia implementada em 2010 no sentido de selecionar os sujeitos passivos a partir de regras nacionais compartilhadas, bem como atuar de maneira mais próxima ao fato gerador em relação aos contribuintes de grande porte, combinado com um intenso programa de capacitação continuada dos servidores e o uso intensivo de tecnologia da informação.

O resultado financeiro indireto da Fiscalização é a própria arrecadação espontânea, que em 2015 foi de R\$ 1,221 trilhão.

Do total de autuações em 2015, 25,6% foram pagos ou parcelados, representando 2,54% do montante de crédito tributário lançado. Também para as autuações de 2015, 42,6% do crédito estão em cobrança e 47,68% estão sob discussão no contencioso.

Figura 15: Situação dos lançamentos após a lavratura



Fonte: Sufis

- **Em 2015, destacaram-se os seguintes pontos desse processo de trabalho**

- Como resultado da qualidade dos sistemas gerenciados e aperfeiçoados pela Fiscalização da RFB, há constante solicitação para demonstrá-los para comitivas de diversos países, como China, Índia, França, Reino Unido, EUA, entre outros. Em novembro de 2015, o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) foi apresentado no 35th. WCARS (*35th World Continuous Auditing and Reporting Symposium*), o maior encontro de auditoria contínua do mundo, na Universidade de Rutgers, nos Estados Unidos. O chefe da Divisão de Escrituração Digital (Didig), que supervisiona o Sped na RFB, participou de um painel sobre "Big Data" e Governo no dia 6 de novembro de 2015 e apresentou os avanços e os desafios do Sped no dia seguinte. A plateia, formada, majoritariamente, por profissionais e acadêmicos das áreas de controle e auditoria, incluindo especialistas de diferentes organizações governamentais e privadas, ficou impressionada com o sistema brasileiro de coleta de dados fiscais, materializado pelo Sped, sem concorrente em nível internacional.
- No que tange aos módulos de documentos fiscais eletrônicos do Sped, 2015 foi mais um ano de recordes alcançados, tanto na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) quanto no Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e). A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – um dos grandes projetos do Sped – já conta atualmente com mais de 10 (dez) bilhões de documentos autorizados. Já o CT-e saltou do patamar de 900 milhões em 2014 para mais de 1,3 bilhão de documentos autorizados até o fim de 2015.

- Em 2015, alcançou-se o recorde de 24.385.732 escriturações recepcionadas, um aumento de quase 2 milhões de escriturações (percentualmente, 7%) quando comparado com os números de 2014. Com exceção da EFD Contribuições, a coleta tornou-se mais abrangente para todas as escriturações. Em especial, já em seu primeiro ano, a ECF (Escrituração Contábil Fiscal), foi entregue por mais de 1,2 milhão de contribuintes. Por meio dela, o IRPJ e a CSLL são apurados em consonância com a ECD.

Quadro 12: Escriturações recepcionadas

	2013	2014	2015
ECD	244.030	261.206	738.015
EFD IPI ICMS	5.250.518	8.696.436	9.876.324
EFD Contribuições	11.536.563	13.507.233	12.420.630
ECF	0	0	1.218.088

Fonte: Sufis

- A ECF substituiu, a partir do ano-calendário 2014 (com entrega realizada para o último dia útil do mês de setembro de 2015), a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) e obrigou todas as pessoas jurídicas, inclusive imunes e isentas, sejam elas tributadas pelo lucro real, lucro arbitrado ou lucro presumido. A exceção abrange apenas o Simples Nacional e as imunes e isentas que se enquadram nos mesmos critérios de desobrigação da EFD-Contribuições. Como novidade na ECF, tem-se a integração com a contabilidade já prestada frente ao Sped (ECD) e o acompanhamento dos saldos e lançamentos nas partes A e B do Lalur. A ECF, para a legislação, corresponde ao e-Lalur.

- Com o advento da Lei Complementar nº 150/2015, foi determinada a implantação do Simples Doméstico, que define um regime unificado para pagamento de todos os tributos e demais encargos, inclusive FGTS. Foi prevista também a criação de um sistema eletrônico, onde o empregador doméstico deve informar as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de apuração de tributos e do FGTS. Esse sistema foi disponibilizado no dia 1º de outubro dentro do portal do eSocial, que possui um módulo específico para os empregadores domésticos. Futuramente, esse Portal, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico <http://www.esocial.gov.br>,

abrangerá todas as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que contratam trabalhadores. O módulo do Simples Doméstico tem possibilitado o cadastramento de mais de 1,2 milhão de empregados domésticos e a emissão de mais de 1,1 milhão de guias (DAE, Documento de Arrecadação do eSocial) mensalmente.

- Como parte relevante das implementações pretendidas pelo Projeto Unificação dos Sistemas de Lançamento de Ofício, em 2015 foi disponibilizada aos usuários a versão 5.0 do sistema e-Safira. Essa versão do sistema trouxe como principal novidade o lançamento de ofício das contribuições previdenciárias e das contribuições para outras entidades e fundos, para fatos geradores ocorridos a partir de 2009. Como forma de disseminação do conhecimento, foram capacitados cerca de 900 auditores-fiscais de todo o Brasil e, com isso, foi consolidado o processo de unificação das antigas Secretaria da Receita Federal (SRF) e Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), no âmbito da fiscalização (procedimentos e sistemas).
- A atividade de suporte à fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, pela Receita Federal e por municípios, no ano de 2015, destacou-se pela publicação de Instrução Normativa para regulamentar formas e prazos para informação do Valor da Terra Nua (VTN) à Secretaria da Receita Federal do Brasil. No caso de municípios que tenham firmado convênio com a União para a fiscalização do ITR, a falta de informação do VTN acarreta denúncia do convênio. A Instrução Normativa utilizou, como referência, a matriz de aptidões agrícolas empregada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para o mapeamento dos solos brasileiros. Fixou no último dia de julho o prazo para apresentação das informações. Até dezembro de 2015, havia 2.106 municípios conveniados em todo o Brasil.
- A Fiscalização utiliza também o sistema denominado SuporteWeb, cuja função é o esclarecimento de dúvidas dos manuais, roteiros e demais sistemas utilizados durante o procedimento fiscal, onde as perguntas são postadas via sistema on-line e respondidas por uma equipe especializada, no menor espaço de tempo possível, para não restarem dúvidas na execução das auditorias.
- O setor de fabricação de cigarros é objeto de acompanhamento mediante controles como o Registro Especial, o Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpions) e o Sistema de Administração de Selos de Controle (Selecon). Em 2015, foi aberta uma nova fábrica de cigarro e uma outra teve o registro restabelecido mediante decisão do STF. Atualmente, o Scorpions encontra-se instalado em 15 (quinze) fábricas de cigarros, a totalidade dos fabricantes legalmente autorizados. São, assim, 101 (cento e uma) linhas de produção controladas, o que permite o controle da produção de cerca de 3,16 bilhões de unidades de carteiras de cigarros (1,45 bilhão de boxes, 1,7 bilhão de maços e 10 milhões para exportação).
- O setor de fabricação de bebidas é objeto de acompanhamento mediante controles como o Registro Especial, o Sistema de Controle da Produção de Bebidas (SICOBÉ) e também o Sistema de Administração de Selos de Controle (Selecon). Durante o ano de 2015, o Sicobe foi instalado em mais 11 fábricas, totalizando 296 estabelecimentos controlados e operando com normalidade (1.162 linhas de produção), o que tornou possível o controle da produção de 13,8 bilhões de litros de cerveja, 14,9 bilhões de litros de refrigerante e 2,9 bilhões de litros de outras bebidas.
- Várias ações foram realizadas no âmbito das regiões fiscais, com o objetivo de combater o não cumprimento da obrigação tributária e a prática de ilícitos tributários. Dentre elas, destacam-se:
 - **Caso “ASABNB”**

A partir de denúncia, foi realizada diligência em Associação criada com o fim de receber e distribuir, sem retenção do Imposto de Renda devido, os honorários de sucumbência dos advogados empregados de um banco regional da 3^a Região Fiscal. Como consequência da diligência efetuada na associação, houve a apresentação de declarações retificadoras por esses profissionais,

importando um valor adicional da base de cálculo declarada de R\$ 16,5 milhões, correspondente a um valor originário de IR de R\$ 4,5 milhões, envolvendo os exercícios 2011 a 2015;

- **Operação Regional Atividade Rural**

Ação relativa à apuração da contribuição previdenciária incidente sobre compra e venda de produtos rurais, coordenada pela Divisão de Fiscalização da 4ª RF, com o intuito de viabilizar a execução de ações fiscais sobre contribuintes da DRF-Maceió que haviam sido pré-selecionados no processo de seleção 2014-2015. Houve crédito lançado no total de R\$ 98,4 milhões;

- **Operação de lançamento da multa isolada Carnê-Leão**

Foi realizada, na 10ª RF, operação de lançamento, em lote, da multa isolada pela falta de recolhimento do Carnê-Leão. O trabalho busca automatizar as atividades de lançamento, notificação dos contribuintes, instrução processual e alimentação de sistemas da RFB, permitindo um maior controle dos resultados em menor tempo. Foram notificados 360 contribuintes com lançamento de crédito tributário da ordem de 8,8 milhões de reais. Destes, 269 foram pagos ou parcelados após ação específica de cobrança, representando 73% do crédito tributário lançado.

- A Subsecretaria de Fiscalização também participou, em parceria com o Poder Judiciário, com a Polícia Federal e com o Ministério Público, de operações especiais de repercussão nacional, tais como:

- **Operação Lava Jato**

A Operação Lava Jato investiga grande esquema de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras do país, doleiros e políticos. Em decorrência da continuidade do apoio fornecido pela RFB/Copei à força-tarefa do MPF/PR e do DPF, que ocorre desde antes da deflagração da primeira etapa em 17/03/2014 (ver ações relevantes realizadas em 2015 do item “1.5.3.5 Realizar Ações de Pesquisa e Investigação”), em dezembro de 2014 a Receita Federal direcionou também o setor de Fiscalização para apurar os ilícitos tributários e os fatos que, em tese, configurem crime contra a ordem tributária. Em consequência, foram instaurados, no escopo da Operação Lava Jato, 483 procedimentos fiscais, sendo 141 em contribuintes pessoas físicas e 342 em contribuintes pessoas jurídicas. Das empresas sob fiscalização, 32 são contribuintes diferenciados. Como resultado parcial das fiscalizações, tem-se cerca de 1,26 bilhões de crédito tributário constituído e 18 Representações Fiscais para Fins Penais. Os valores referem-se, em sua maioria, ao encerramento parcial dos fatos ocorridos em 2010.

- **Operação Leech**

A Operação LEECH (Alcatéia Fluminense na mídia) foi deflagrada no final de 2014 por ordem judicial que, dentre outros quesitos, determinou que fossem instaurados procedimentos fiscais para um rol de contribuintes, ainda que já houvesse procedimentos conclusos ou que os créditos tenham sido atingidos pela decadência. Em atendimento, foram instaurados cerca de 40 procedimentos fiscais, dos quais 30 já foram encerrados. O resultado foi o lançamento de tributos da ordem de R\$ 30,5 milhões.

- **Operação Ararath**

Essa operação teve sua origem em inquéritos policiais que tratam de crimes de corrupção e lavagem

de dinheiro. Em síntese, o desencadear da referida operação policial, em todas as suas fases, evidenciou a existência de uma organização criminosa que se valeu de sistema financeiro paralelo (à margem do oficial), que movimentou cifras milionárias para fins diversos, incluindo corrupção de servidores públicos e financiamento ilegal de campanhas eleitorais, praticando diversos crimes conexos com os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, notadamente, a operação clandestina de instituição financeira, gestão fraudulenta e lavagem de dinheiro. Como resultado parcial das fiscalizações, tem-se cerca de R\$ 243 milhões de crédito tributário constituído.

1.5.3.4 - Realizar a Vigilância e Repressão

Consiste na realização das ações de vigilância e repressão aduaneira voltadas à identificação e combate aos crimes de contrabando e descaminho, por meio da retenção e apreensão de mercadorias e veículos e aplicação das demais penalidades previstas.

- **Ações relevantes realizadas em 2015**

- a. **Realização da Operação Fronteira Blindada - Ação Escudo**

Ação realizada em âmbito nacional, com a participação de todas as Regiões Fiscais e atuação da Polícia Rodoviária Federal e forças policiais dos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, com duração de 123 dias. O foco desta ação foi o combate aos crimes de contrabando e descaminho na faixa de fronteira dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, além de ações nas rodovias utilizadas para circulação das mercadorias com origem ilícita e em centros comerciais, principalmente no Estado de São Paulo.

- b. **Operações de Vigilância e Repressão**

Ao longo do ano de 2015 foram realizadas 3144 operações de vigilância e repressão ao contrabando e descaminho, que resultaram em apreensões superiores a 415 milhões de reais, sendo aproximadamente 381 milhões de reais em mercadorias e 34 milhões em veículos. O total de mercadorias apreendidas pela Receita Federal, incluindo os demais processos de trabalho totalizou aproximadamente 1,9 bilhão de reais.

- **Projetos Relevantes trabalhados em 2015**

- a. **Projeto SIVANA**

Instalação de 7 novos pontos de captura de placas em rodovias do Rio Grande do Sul, passando a totalizar 12 pontos de coleta, além da aquisição dos equipamentos necessários à instalação dos novos pontos nos estados do Paraná e Santa Catarina, a serem instalados ao longo de do ano de 2016.

- b. **Projeto Armamento Institucional**

Foi concluída a aquisição dos equipamentos e armas não letais, além da aquisição de 150 novas pistolas. As armas que se encontravam disponíveis para acautelamento foram distribuídas no mês de dezembro, quando da realização do treinamento realizado com esta finalidade.

c. Projeto Cães de Faro

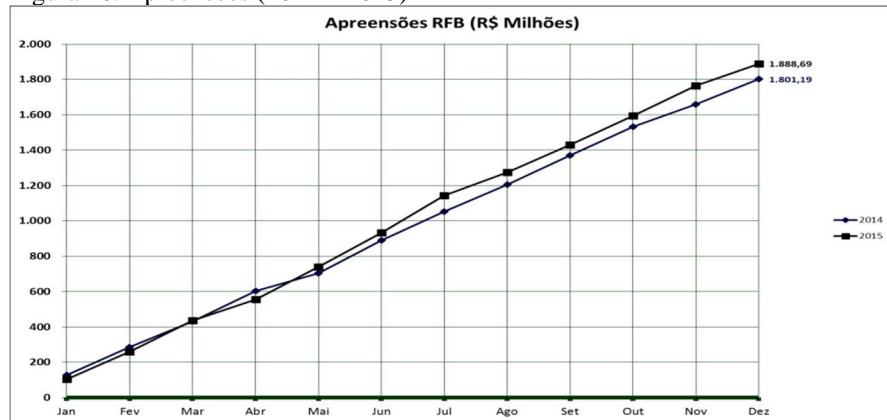
Foi realizado treinamento para a formação de 5 novas equipes de cães de faro, destinados ao Centro de Cães de Faro (CCF) de Brasília, CCF de Rio Grande, CCF de Piracicaba, CCF Santos (2^a dupla) e CCF Direp 8^a RF (2^a dupla).

Adquiriu-se ainda 6 novos filhotes, que serão treinados e distribuídos ao longo de 2016.

- Resultados relevantes obtidos em 2015**

O volume total de mercadorias apreendidas pela Receita Federal apresentou variação positiva de 4,86% em 2015. O gráfico a seguir demonstra a comparação deste indicador.

Figura 16: Apreensões (2014 – 2015)



Fonte: Suari

A variação observada para cada grupo de mercadorias é demonstrada a seguir:

Quadro 13: Mercadorias Apreendidas

Descrição	2014	2015	Variação 2014 X 2015
Armas e Munições	432.535,99	619.208,94	43,16%
Bebidas	Alcoólicas	13.731.872,67	-2,46%
	Outras	1.185.986,65	-37,56%
Bolas Esportivas	1.777.476,45	385.583,96	-78,31%
Bolsas e acessórios	19.282.901,15	20.799.109,50	7,86%
Brinquedos	22.229.434,94	41.918.500,44	88,57%
Calçados	Esportivo	5.497.895,56	54,92%
	Outros	2.973.728,78	-44,75%
Cigarros e similares	515.319.232,73	702.452.697,09	36,31%
Eletroeletrônicos	151.851.380,47	130.635.343,78	-13,97%
Informática	41.248.951,55	41.059.130,39	-0,46%
Inseticidas, fungicidas, herbicidas, desinfetantes	1.090.089,23	1.477.484,16	35,54%
Máquinas de jogos de azar	13.965.514,71	3.670.906,49	-73,71%
Medicamentos	4.445.479,54	8.790.185,55	97,73%
Mídias para gravação (CD, DVD)	13.976.069,70	4.851.261,03	-65,29%
Gravadas			

	Não Gravadas	4.537.516,04	4.499.526,31	-0,84%
Óculos de sol		55.703.862,16	50.876.836,50	-8,67%
Perfumes		12.584.217,74	15.533.276,54	23,43%
Pneus		5.754.136,62	12.810.941,87	122,64%
Pilhas e Baterias		16.470.806,76	3.929.903,85	-76,14%
Relógios		39.238.287,89	34.934.425,49	-10,97%
Veículos		96.849.235,44	74.013.076,67	-23,58%
Vestuário		94.313.037,58	88.592.548,98	-6,07%
Videogames		10.488.083,28	14.483.499,03	38,09%
		6.478.593,43	5.118.053,63	-21,00%
Total dos principais itens		1.151.426.327,06	1.285.747.003,91	11,67%
Outras mercadorias		649.759.102,51	602.939.011,23	-7,21%
TOTAL		1.801.185.429,57	1.888.686.015,14	4,86%

Fonte: Suari

1.5.3.5 - Realizar Ações de Pesquisa e Investigação

Consiste no desenvolvimento de ações especializadas visando à obtenção, análise, difusão e salvaguarda de dados e conhecimentos no interesse da Administração Tributária e Aduaneira, para subsidiar ações de fiscalização, repressão e combate a irregularidades, fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros principalmente os executados por grupos organizados, e subsidiar os órgãos responsáveis pela persecução penal no combate aos ilícitos tributários, aduaneiros, à lavagem de dinheiro e a outros ilícitos praticados em detrimento da Administração Tributária Federal.

As ações de Inteligência Fiscal da RFB resultaram, em 2015, na realização de 29 operações de impacto, contabilizadas apenas aquelas com expressiva exposição na mídia, deflagradas pela Instituição, quase sempre em parceria com outros órgãos públicos, principalmente o Departamento de Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público Federal.

Em tais operações foram cumpridos 639 mandados de busca e apreensão e realizadas 167 prisões temporárias ou preventivas, números que ajudam a consolidar a estratégia organizacional de elevar a percepção de risco e a presença fiscal com o desenvolvimento de ações de combate ao crime organizado, particularmente em casos envolvendo crimes contra a ordem tributária, de contrabando e descaminho e de lavagem de dinheiro.

Quadro 14: Números brutos das operações de impacto realizadas nos últimos cinco anos

OPERAÇÕES DECORRENTES DE INVESTIGAÇÕES			
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO			
Ano	Total de Operações	Mandados de Busca e Apreensão	Prisões
2011	30	837	227
2012	20	370	140
2013	28	572	144
2014	32	557	203
2015	29	639	167
Total	139	2.975	881

Fonte: Copei

- **Ações relevantes realizadas em 2015**

- a. **Operação Lava Jato**

Em decorrência da continuidade do apoio à força-tarefa do MPF/PR e do DPF, que ocorre desde antes da deflagração da primeira etapa em 17/03/2014, a RFB participou efetivamente de três das fases que ocorreram em 2015: “My Way”, deflagrada em 05/02/2015, “A Origem”, deflagrada em 10/04/2015 e “Passe Livre”, deflagrada em 24/11/2015. A Operação Lava Jato investiga grande esquema de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras do País, doleiros e políticos. As ações da RFB envolvem a realização de cruzamento e análise de dados internos com informações colhidas nas investigações, assim como participação na execução dos diversos mandados de prisão e de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal.

- b. **Operação Zelotes**

Investigação com o objetivo de desarticular organização suspeita de manipular julgamentos de processos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), do Ministério da Fazenda, envolvida também em esquema de compra de medidas provisórias.

- c. **Operação Bemol**

Investigação com o objetivo de desarticular organização suspeita de operar com lavagem de dinheiro e evasão de divisas entre o Brasil e o Paraguai.

- d. **Operação Bumerangue**

Investigação com o objetivo de desarticular organização suspeita de fraudar o Fisco Federal por intermédio de exportações fictícias ou simuladas no Estado do Mato Grosso do Sul.

- e. **Operação Arion II**

Investigação com objetivo de combater esquema de fraude de sonegação de tributos na comercialização e na distribuição de bebidas de empresa produtora da região norte de Santa Catarina.

- f. **Operação Âmbar**

As investigações tiveram origem em trabalho de prospecção desenvolvido pelo Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro da Receita Federal (LAB-LD/RFB) e em ações da Receita Federal e da Sefaz-ES que, a partir de cruzamento de dados fiscais, identificaram fortes indícios de crimes contra a ordem tributária em empresas com elevada emissão de notas fiscais sem o correspondente pagamento dos tributos devidos. Com a participação do GAECO, passaram a ser apurados, em tese, a prática dos crimes de sonegação fiscal, organização criminosa, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

- g. **Operação Shylock**

Operação deflagrada com o objetivo de combater fraudes em operações de comércio exterior no estado de Santa Catarina, executadas a partir da associação criminosa de empresários e despachantes aduaneiros.

h. Operação Huno

Investigação com objetivo de combater esquema de contrabando e sonegação fiscal em mercado clandestino de cigarros.

i. Operação Lama Asfáltica

Investigação com o objetivo de desarticular organização criminosa suspeita de fraudar licitações em obras públicas no Estado do Mato Grosso do Sul.

A realização de investigações integradas, ações de inteligência e intercâmbio de informações com o Departamento de Polícia Federal possibilitou a apreensão, em 2015, de cerca de 992,5 kg de cocaína com efetiva atuação da Receita Federal.

j. Caso Swiss Leaks

O caso mundialmente conhecido como *Swiss Leaks* se tornou público em fevereiro de 2015, envolvendo supostas contas secretas com saldos bilionários mantidas no banco HSBC da Suíça por pessoas de diversos países, dentre elas milhares de brasileiros. A unidade de inteligência da RFB vem atuando na investigação de forma integrada com outras áreas da casa e com órgãos externos. A RFB obteve da *Direction Générale des Finances Publiques* (DGFiP) (administração tributária francesa), com base no Acordo para Evitar a Dupla Tributação existente entre os dois países, informações sobre supostos contribuintes brasileiros titulares de conta corrente no banco HSBC da Suíça, dentre os quais foram efetivamente identificados 8.297 CPF. Ao todo, 1.702 contas efetivamente apresentavam saldo ao final de 2006, englobando um valor total de aproximadamente US\$ 5,4 bilhões. Dentre as atividades em andamento, destacam-se a busca de elementos para identificar indícios de possíveis práticas de crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro, além do cruzamento de informações desses CPF com as bases de dados da RFB para a identificação de contribuintes com interesse fiscal para programação e fiscalização.

k. Prevenção e combate à lavagem de dinheiro

No ano de 2015 foram empreendidas diversas ações institucionais de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, dentre as 15 (quinze) ações conduzidas em 2015 no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), merecem destaque duas iniciativas propostas e coordenadas pela RFB relacionadas diretamente ao combate à sonegação fiscal e aspectos penais relacionados:

Ação 08

Identificar os diferentes arranjos legais e tipos de pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, visando aprimorar a coleta das informações de seus beneficiários finais (continuação da Ação 3/2014): como resultado, foi proposta a criação de um grupo de trabalho, embora não formalizado em Portaria, formado por RFB, BACEN e CVM, com o intuito de aprofundar as discussões em torno da minuta de IN sobre o CNPJ, em especial no que se refere ao conceito de beneficiário final, aos aspectos procedimentais relativos às novas exigências constantes da minuta, e à gestão de consequência decorrente dos preceitos propostos pela normativa.

Ação 11

Identificar mecanismos que possibilitem maior efetividade dos órgãos de fiscalização, controle e persecução penal nas ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro por meio do comércio internacional: como resultado foi encaminhada proposta de ação, para a ENCCLA 2016, de construção de Projeto de Lei Complementar visando à alteração da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 (Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências), e do Código Tributário Nacional buscando implementar ou, quando já existir, tornar mais flexível e eficaz o intercâmbio de informações entre órgãos de fiscalização, de controle e persecução penal, principalmente entre RFB e BCB, além de propor a realização de convênio entre RFB e BACEN para facilitar o trânsito de dados entre as instituições.

1.5.4 - Controle Aduaneiro

Consiste em realizar o controle e a fiscalização da entrada e saída de mercadorias de origem estrangeira no país, o acompanhamento do despacho aduaneiro, a verificação da correta informação da base de cálculo de incidência dos tributos devidos na operação e o controle da aplicação de medidas de defesa comercial.

Figura 17: Macroprocesso Controle Aduaneiro



Fonte: Manual da Cadeia de Valor da RFB

Quadro 15: Macroprocesso Controle Aduaneiro

Macroprocesso Finalístico		CONTROLE ADUANEIRO				
Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes	
CONTROLAR PROCESSOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	SUARI (COANA) e Superintendências Regionais e Unidades Locais.	<ul style="list-style-type: none"> - Servidores da Receita Federal; - Despachantes; - Importadores; - Exportadores; - Transportadores; - Depositários; - Viajantes; - Órgãos públicos intervenientes no comércio 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas informatizados (Siscomex, Anexação eletrônica de documentos, e-DBV, Sistema Remessa e outros); - Informações e documentos apresentados pelo importador, exportador, transportador ou 	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho aduaneiro de importação e exportação; - Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior; - Execução e controle das Políticas para operações de importação e exportação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas Físicas e Jurídicas; - Órgãos Públicos; - Organizações Estrangeiras; - Países Estrangeiros etc. 	

		exterior (Secex, Anvisa, Vigiagro, Ministério da Defesa, Ibama e outros).	viajante; - Legislação aduaneira e tributária aplicada.	- Controle de cargas.	
Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
REALIZAR AUDITORIAS DE CONFORMIDADE ADUANEIRA E FISCAL	SUARI (COANA) e Superintendências /Diana e Unidades da Receita Federal	- Locais ou recintos que solicitam alfandegamento de seus estabelecimentos; - Recintos alfandegados nos termos da Portaria Receita Federal nº 3.518, de 2011; - Comissão de Alfandegamento; - Servidores que representarem desconformidades nos recintos; - Equipes de pesquisa e seleção aduaneira.	- Solicitação de Alfandegamento; - Necessidade legal de realização de vistoria nos recintos alfandegados; - Termo de - Constatação ou Representação; e Pedido de Desalfandegamento ou Proposta de Desalfandegamento; - Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira; Dossiê de pesquisa fiscal aduaneira (DPFA); - Relatórios conclusivos de investigação de origem; - Resultado de julgamento administrativo.	- Alfandegamento do local ou recinto solicitante; - Relatório de Avaliação do local ou recinto alfandegado; - Aplicação de sanção administrativa e/ou multa; - Desalfandegamento do local ou recinto; - Auto de infração para constituição de crédito tributário e/ou apreensão de mercadorias; - Representação para fins penais.	- Locais ou recintos que solicitam alfandegamento; - Recintos alfandegados nos termos da Portaria Receita Federal nº 3.518, de 2011; - Comissão de Alfandegamento; - Áreas responsáveis pela cobrança/acompanhamento do crédito tributário; - Áreas responsáveis pela gestão de mercadorias apreendidas; Instâncias de julgamento administrativo (titulares de unidades, DRJs, CARF); - Áreas responsáveis pela gestão de instrumentos de garantia do crédito tributário (normalmente as mesmas que acompanham a cobrança); - Ministério Público Federal.
GERENCIAR RISCOS OPERACIONAIS ADUANEIROS	SUARI, Superintendências, Equipes de pesquisa e seleção aduaneira	COANA	-Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira; -Plano Nacional de Pesquisa e Seleção Aduaneira.	-Dossiês de pesquisa fiscal aduaneira (DPFA); - Representações para outras etapas do controle aduaneiro.	-Equipes de fiscalização/auditoria; -Direps.

Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
AUTORIZAR INTERVENIENTES	SUARI (COANA) Superintendências Regionais e Unidades Locais.	- Sistemas informatizados (Siscomex, Radar, e-processo, contágil); - Informações e documentos apresentados pelo importador, exportador ou viajante; - Legislação aduaneira e tributária aplicada.	- Servidores da Receita Federal; - Despachantes; - Importadores; - Exportadores; - Viajantes.	- Habilitação de pessoas físicas e jurídicas para atuarem como importadores e exportadores.	- Pessoas físicas e jurídicas; - Órgãos Públicos.
CONTROLAR REGIMES ADUANEIROS	SUARI (COANA) e Superintendências Regionais e Unidades Locais.	- Servidores da Receita Federal; - Despachantes; - Importadores; - Exportadores; - Transportadores; - Depositários; - Viajantes; - Órgãos públicos intervenientes no comércio exterior (Secex, Anvisa, Vigilagro, Ministério da Defesa, Ibama e outros).	- Sistemas informatizados (Siscomex, Anexação eletrônica de documentos e outros); - Informações e documentos apresentados pelo importador, exportador, transportador ou viajante; - Legislação aduaneira e tributária aplicada.	- Despacho aduaneiro de importação e exportação; - Despacho de internação (ZFM); - Trânsito Aduaneiro; - Gestão de canais de conferência de operadores de comércio exterior; - Execução e controle das políticas para operações de importação e exportação; - Controle de cargas; - Habilitação dos intervenientes no comércio exterior.	- Pessoas físicas e jurídicas; - Órgãos Públicos; - Organizações Estrangeiras; - Países Estrangeiros etc.

Fonte: Suari

1.5.4.1 - Controlar Processos de Importação e Exportação

Contempla o controle e a fiscalização dos processos de importação, exportação e controle de carga nos modais marítimo, aéreo e terrestre.

Na busca contínua pela melhoria de seus processos, controles, normas e dos sistemas informatizados, a Receita Federal implementou ou melhorou, no âmbito da Administração Aduaneira, durante o ano de 2015, as seguintes iniciativas:

a. Manuais Aduaneiros

Foram lançados e/ou atualizados os manuais de procedimentos com vistas a estabelecer um padrão de procedimentos a serem adotados em todo o território brasileiro. Esses manuais são disponibilizados eletronicamente e seu rico conteúdo procedural, de normas e de instrução ao uso dos sistemas aduaneiros, são atualizados constantemente, com vistas a facilitar e simplificar a atividade dos operadores de comércio exterior.

b. Sistemas Informatizados

Quanto aos sistemas informatizados, vale destacar o lançamento do Módulo de Anexação Eletrônica de Documentos, do Portal Único do Comércio Exterior. O Sistema Anexação permite a recepção, o compartilhamento, a consulta e o armazenamento de documentos pelos intervenientes e órgãos do governo envolvidos no controle das importações, permitindo, assim, maior celeridade, segurança e eficiência nos processos aduaneiros e controle do comércio exterior. Desde julho de 2015, a recepção de documentos do Despacho de Importação está ocorrendo somente eletronicamente, salvo exceções previstas na norma.

c. Realização da integração do Sistema Mercante com o sistema Porto sem Papel (PSP)

Foram implantadas, também, versões do sistema Siscomex Importação Web com novas funcionalidades e facilidades. Em maio a versão desktop Siscomex Importação foi desativada devido à incompatibilidade com as tecnologias atuais.

Em agosto foi lançado novo ambiente para consultar as notícias Siscomex Importação. Com este novo módulo ficou mais fácil o acesso via Intranet, para servidores e, via Internet, para o público em geral; além disso, a busca às notícias pode ser realizada por assunto, período e numeração.

Em 2015 foi lançado o Siscomex Exportação Web, que disponibiliza aos exportadores, seus representantes legais e ajudantes de despachantes aduaneiros, funcionalidades para a elaboração, registro, alteração, solicitação de retificação, consulta e impressão das Declarações de Exportação (DE), por meio de interface amigável e de fácil utilização na plataforma web. Ainda no mesmo ano, uma nova versão do sistema implementou as seguintes novidades: possibilidade de utilização de notas fiscais avulsas eletrônicas (NFA-e) como documento instrutivo da DE; orientações técnicas para atualização da versão do arquivo xml; melhorias de naveabilidade e usabilidade utilizando janelas rápidas dinâmicas (*hint/link*); e a disponibilização de informações de Registro de Exportação (RE), com o detalhamento da Adição em todas as telas em que o "Nº do RE" é referenciado.

Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016

Os jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 foi um tema importante que contou com a atuação da Receita Federal em 2015, conforme já relatado no item “1.5.1.1 Formular e Analisar Propostas de Política Tributária e Aduaneira” deste relatório.

1.5.4.2 - Realizar Auditorias de Conformidade Aduaneira e Fiscal

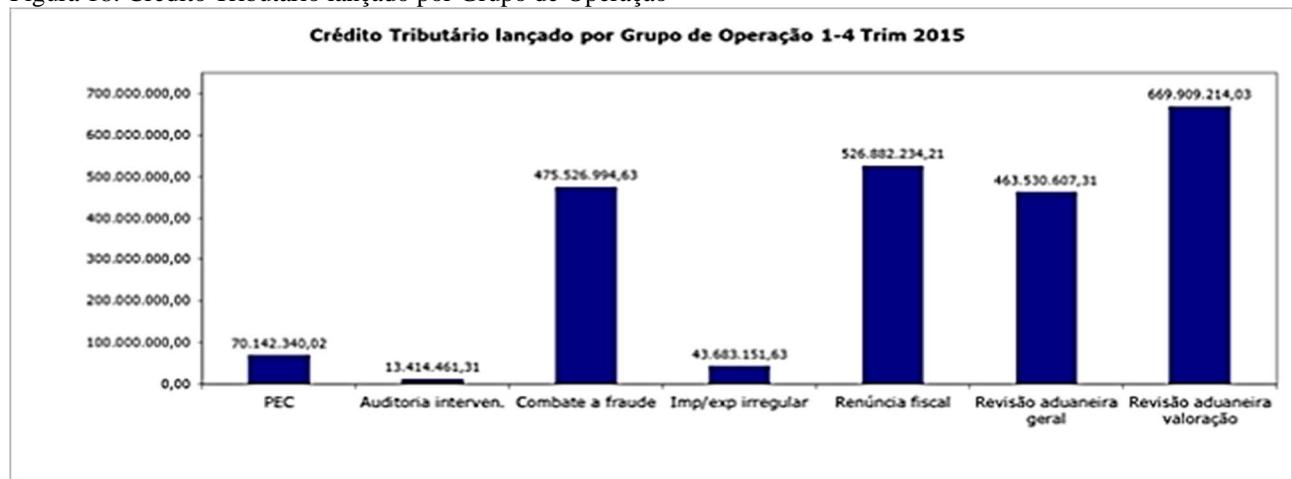
Consiste na realização de auditoria de conformidade aduaneira e fiscal.

As auditorias fiscais consistem na realização de fiscalizações sobre intervenientes do comércio exterior em momento posterior ao despacho aduaneiro de mercadorias, com vistas a verificar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relacionadas na legislação tributária e aduaneira. Cada região fiscal da Receita Federal dispõe de equipes de fiscalização aduaneira

responsáveis por realizar esta atividade. Cumpre dizer que as fiscalizações se iniciam a partir de dossiês de pesquisa fiscal aduaneira (DPFA) produzidos pelas equipes de pesquisa e seleção, também distribuídas entre as regiões fiscais. Anualmente são estabelecidas metas para a realização das auditorias fiscais por meio da publicação do Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira (PNFA). Estas metas são acompanhadas por meio de relatórios trimestrais e anuais produzidos pela Coordenação-Geral de Administração Aduaneira, a partir do levantamento de informações nos sistemas informatizados da Receita Federal e também do questionamento às equipes.

No ano de 2015 foram encerradas 3.222 ações fiscais, sendo 889 auditorias posteriores ao despacho, 773 auditorias no curso do despacho (Procedimentos Especiais de Controle) e 1.560 diligências fiscais. O total de créditos tributários e apreensões chegou a R\$ 2,3 bilhões, distribuídos entre os principais grupos de irregularidades aduaneiras, como pode ser visto no gráfico abaixo:

Figura 18: Crédito Tributário lançado por Grupo de Operação



Fonte: Suari

1.5.4.3 - Controlar Processos Aduaneiros Diferenciados

Consiste no controle dos processos aduaneiros diferenciados, incluindo remessa postal, remessa expressa, controle de bagagem e de veículos.

Remessas Expressas e Postais

O ano de 2015 foi marcado pela entrega de várias funcionalidades do sistema Remessa que possibilitará uma gestão de risco plena na importação de bens via remessas internacionais, além de permitir também maior isonomia entre o postal e as empresas de transporte expresso.

Remessas Expressas

Remessas expressas são documentos ou encomendas internacionais, transportadas por via aérea por empresa de transporte expresso internacional, porta a porta.

No ano de 2015 foram desembaraçadas cerca de 1,46 milhão de remessas expressas na importação, contendo por volta de 4,4 milhões de volumes, totalizando um valor FOB em torno de 167 milhões de dólares.

A diferença entre o número de volumes e o de remessas deve-se ao fato de que, na importação, cada remessa pode ter mais de um volume, e documentos podem ser liberados em lotes.

Quadro 16: Remessas – Importação e Exportação

Quantidade TOTAL de Declarações de Importação de Remessa Expressa - DIRE			
2013	2014	2015	Variação
2.046.075	1.896.264	1.460.188	-23,00

Quantidade TOTAL de Volumes de Remessa Expressa			
2013	2014	2015	Variação
5.213.659	5.149.072	4.419.692	-14,17

Importação - Valor FOB(US\$) das Remessa Expressa			
2013	2014	2015	Variação
232.410.334	226.955.622	167.197.230	-26,33

Exportação - Valor FOB(US\$) das Remessa Expressa			
2013	2014	2015	Variação
53.411.398	75.724.260	65.720.950	-13,21

Exportação - Movimentação de Remessas Expressas (volumes)			
2013	2014	2015	Variação
1.481.681	1.439.210	1.370.440	-4,78

Fonte: Suari

Na exportação, o quantitativo processado no ano de 2015 foi de 1,37 milhão de volumes / remessas, totalizando um valor FOB de cerca de 65 milhões de dólares.

Portanto, somando-se as Remessas Expressas de importação e Exportação, foram processados pela Receita Federal 2,8 milhões de volumes durante 2015.

Remessas Postais Internacionais (RPI)

No ano de 2015, a Receita Federal realizou o processamento de 32,2 milhões de remessas postais internacionais na importação.

Quadro 17: Remessas Postais Internacionais

REMESSAS POSTAIS INTERNACIONAIS NA IMPORTAÇÃO				
Período	2013	2014	2015	VARIAÇÃO (%) 2014/2015
Fiscalizações de RPI	20.819.642	21.589.601	32.245.120	49,35%

Fonte: Suari

Controle de Bens e Viajantes

A Receita Federal tem se preparado para melhorar e aperfeiçoar seu controle sobre bens de viajantes, garantindo segurança aduaneira à sociedade. Destaca-se a iniciativa da implantação do sistema de gerenciamento de risco na bagagem, cujo módulo de reconhecimento facial deve entrar

em operação até junho/2016. Esta iniciativa alçou a Receita Federal a patamar de liderança e vanguarda no cenário das aduanas mundiais, conforme atesta a própria OMA, Organização Mundial de Aduanas. As equipes contarão cada vez mais com ferramental poderoso para a seleção de situações de risco, enquanto o viajante comum deverá experimentar, cada vez mais, uma passagem tranquila e célere pela Aduana Brasileira.

Tendo em vista o elevado crescimento do tráfego aéreo internacional e a realização de grandes eventos esportivos internacionais no País, a Secretaria da Receita Federal do Brasil tem planejado e executado investimentos com o objetivo de adequar os seus serviços aos padrões internacionais de agilidade e segurança. Entre as principais iniciativas da Receita Federal na conjuntura apresentada merecem destaque os projetos de aperfeiçoamento do controle aduaneiro de viajantes.

Na esteira de cooperação entre os órgãos de controle de fronteira, o principal projeto de investimento neste processo de trabalho consiste na implementação de um sistema de controle aduaneiro, o sistema Declaração Eletrônica de Bens do Viajante (e-DBV), baseado em informações antecipadas de viajantes aéreos, conhecidas como API/PNR, que se constituem nos dados de identificação do passageiro e do voo (API) e nos dados da reserva do voo e do check-in (PNR), os quais são transmitidos pelas companhias aéreas ao país de destino.

Contudo, após a seleção dos viajantes provenientes do exterior pelo sistema de gestão de risco contido no sistema e-DBV, faz-se necessária a utilização de um meio de identificação do selecionado, como a identificação por biometria facial, que permite a sua segregação dos demais viajantes e seu encaminhamento para processo fiscalizatório sem, no entanto, atrapalhar o grande fluxo de viajantes. Além disso, permite uma alocação mais efetiva dos agentes de migração, alfândega e dos inspetores fitossanitários.

A aquisição da solução tecnológica de reconhecimento facial representa um grande avanço no combate à entrada indevida de mercadorias com destinação comercial, ao contrabando, ao descaminho, ao tráfico internacional de drogas e armas e a outros ilícitos transfronteiriços devido à possibilidade de rápida identificação de viajantes previamente selecionados pela Receita Federal.

Durante o ano de 2015, um total de 20,5 milhões de passageiros circularam pelos aeroportos internacionais brasileiros.

Quadro 18: Passageiros Internacionais

Passageiros Internacionais	2013	2014	2015	Variação
	19,79	20,23	20,5	1,33

Fonte: ANAC / Dados API

Valores em milhões

Fonte: Suari

Os principais resultados deste processo de trabalho são resumidos a seguir, destacando que, até 31 de agosto de 2015, ainda era permitido ao modal terrestre a declaração de bens e valores em papel e esses dados não se encontram consolidados no quadro a seguir.

Quadro 19: Declarações – Entrada e Saída

Ano	Qtde.	Valor Total dos Bens	Valor do Imposto Pago	Valor da Multa Paga	Declaração		Porte de Valores - Entrada		Porte de Valores - Saída		Admissões Temporárias Concedidas		
					Qtde.	Valor Total	Qtde.	Valor Total	Qtde.	Valor Total dos Bens em Dólar	Valor Total dos Bens		
2013*	8.622	R\$ 159.448.993,86	R\$ 6.172.355,26	R\$ 188.347,32	1.152	R\$ 98.619.051,24	452	R\$ 23.814.885,03	263	\$ 56.975.821,89	R\$ 132.419.704,68		
2014	31.891	R\$ 2.461.961.267,67	R\$ 21.717.307,17	R\$ 620.582,07	3.651	R\$ 798.254.021,30	3.376	R\$ 193.894.343,13	1.607	\$ 1.040.527.735,02	R\$ 2.358.444.656,95		
2015	20.844	R\$ 670.541.895,43	R\$ 18.220.689,12	R\$ 569.521,60	4.747	R\$ 1.051.797.884,93	4.952	R\$ 240.961.033,21	1.194	\$ 184.343.277,03	R\$ 585.843.581,15		

Fonte: e-DBV - Declarações Espontâneas / Viajantes Declarados

* e-DBV foi implementada em agosto de 2013

Ocorrência								
Ano	Qtde.	Valor Total dos Bens	Valor do Imposto Pago	Valor da Multa Paga	Qtde. de Termos de Retenção	Valor Total dos Bens em Termos de Retenção	Qtde. de Termos de Retenção - Moeda	Valor Total em Termos de Retenção - Moeda
2013*	17.493	R\$ 73.228.106,03	R\$ 16.644.193,22	R\$ 6.526.385,65	3.628	R\$ 23.057.655,14	7	R\$ 516.904,45
2014	45.935	R\$ 251.114.821,59	R\$ 43.034.777,56	R\$ 17.247.662,23	10.582	R\$ 63.512.661,18	27	R\$ 2.511.610,08
2015	27.430	R\$ 199.027.904,91	R\$ 28.503.009,02	R\$ 11.984.611,02	9.066	R\$ 92.876.491,22	33	R\$ 9.585.963,90

Fonte: e-DBV - Declarações Espontâneas / Viajantes Declarados

* e-DBV foi implementada em agosto de 2013

Fonte: Suari

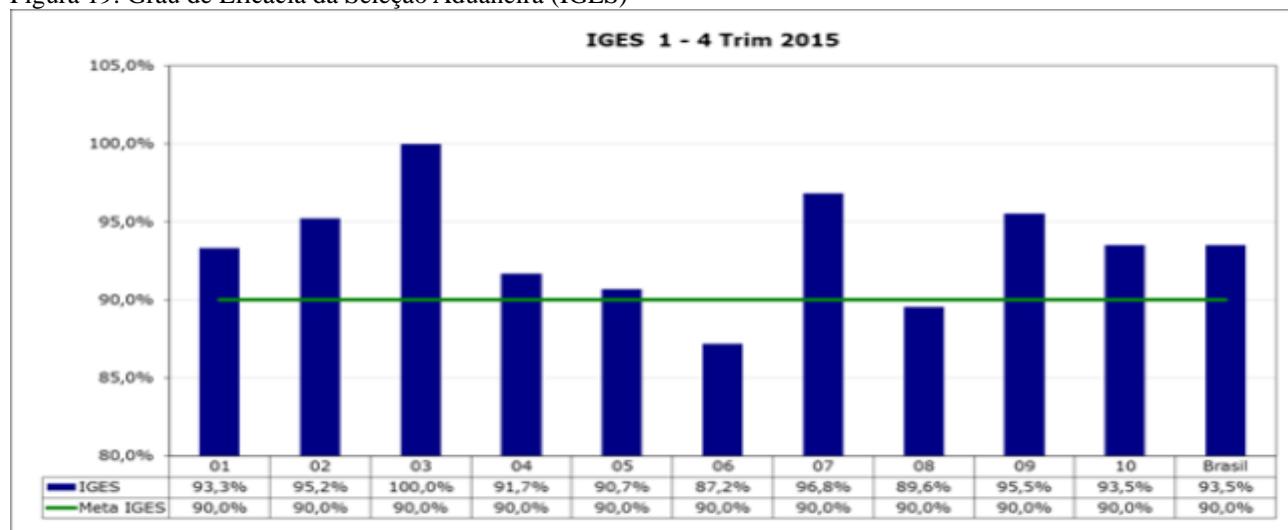
1.5.4.4 - Gerenciar Riscos Operacionais Aduaneiros

Refere-se ao gerenciamento dos riscos operacionais aduaneiros em todos os processos de exportação, importação e trânsito, bem como a realização de pesquisa e seleção para auditoria fiscal, visando obter o aumento do grau de eficácia na seleção e a efetividade da atuação no combate às irregularidades nas operações.

A atividade de pesquisa e seleção aduaneira consiste na identificação de práticas irregulares no comércio exterior, a partir do monitoramento de operações e do acompanhamento das atividades dos intervenientes, objetivando a seleção para auditoria fiscal pós-despacho.

Vale dizer ainda que esta atividade é acompanhada por meio do Grau de Eficácia da Seleção Aduaneira (IGES), indicador que apresenta a porcentagem de auditorias fiscais abertas que chegaram a um resultado (isto é, comprovação da irregularidade aduaneira, com a lavratura de autos de infração e/ou representações para fins penais). No ano de 2015 o grau de eficácia foi de 93,5%, superando a meta projetada de 90%, como pode ser visto no gráfico abaixo para cada uma das 10 Superintendências Regionais da Receita Federal:

Figura 19: Grau de Eficácia da Seleção Aduaneira (IGES)



Fonte: Suari

Ao longo de 2015, inúmeras ações foram implementadas de forma conjunta e integrada com as unidades aduaneiras de todo o Brasil e resultaram em recolhimentos vinculados diretamente ao despacho aduaneiro de importação de aproximadamente 432 milhões de reais aos cofres públicos.

Foram aproximadamente 21.390 declarações aduaneiras de importação selecionadas pelo Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros. Desse total, cerca de 9.480 apresentavam incorreções, incongruências e/ou indícios de fraudes no despacho, o que representa um resultado aproximado de 45% de sucesso.

- **Ações relevantes realizadas em 2015**

- a. **Operação Natal Seguro**

A ação foi realizada na zona primária e visou combater a entrada de mercadorias que não atendem os regulamentos técnicos do Inmetro, com risco de segurança à sociedade, em especial, lâmpadas natalinas, eletroportáteis, pneus de bicicleta infantil e brinquedos.

Durante a operação foram selecionadas 74 declarações de importação, com resultado de 30%. Verificou-se que os melhores resultados foram obtidos nas fiscalizações realizadas sobre lâmpadas natalinas, com resultado de 82%.

Cita-se que no setor de brinquedos e artigos para crianças, uma carga oriunda da China foi bloqueada, com peso de 8 toneladas, e submetida à análise do Inmetro.

- b. **Nervos de Aço 2015**

Segmentos que fazem parte da Operação "Nervos de Aço":

- Tubos de aço (*line pipe*): suspeita de fuga de classificação fiscal. Necessidade de Licença de Importação para pagamento de direito antidumping e VMLM mínimo, dólar/kg (Resoluções Camex nº 63/2011, 94/2013 e 54/2011).
 - Cerca de 60% de declarações direcionadas para o canal vermelho foram retificadas. Arrecadação decorrente de retificações em torno de R\$ 5 milhões. Recolhimento adicional de direito antidumping de cerca de R\$ 4 milhões.
- Arames, grades e redes de ferro ou aço: importação de produtos em desacordo com as normas técnicas brasileiras.
 - 50% das declarações de importação registradas foram retificadas. Foram lavrados autos de infração de perdimento relativos a 50 toneladas de mercadorias apreendidas.
- Cantoneiras de aço inoxidável: Fuga de classificação fiscal (Resolução Camex nº 79/2013).
 - Retificações para a correta NCM com recolhimento de direito antidumping no valor de R\$ 7 milhões.
- Chapas grossas de aço: fuga de classificação fiscal nas importações brasileiras de produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado. Utilização de NCM erradas para burlar o recolhimento do direito antidumping das importações originárias da África do Sul, Coreia, China e Ucrânia (Resolução Camex nº 77/2013).
 - 30% das declarações registradas foram retificadas com arrecadação que totalizou R\$ 1,2 milhão. Recolhimento adicional de direito antidumping ao redor de R\$ 1 milhão.
- Talheres: Fuga de classificação fiscal (Resolução Camex nº 87/2012).
 - 35% das DI incluídas em parâmetros de seleção para o canal vermelho resultaram no recolhimento de direito antidumping no valor de aproximadamente R\$ 800 mil.

- Vergalhões: importação de produtos em desacordo com as normas técnicas brasileiras.
 - Solicitados laudos de conformidade técnica com as normas ABNT, 38% das DI selecionadas para o canal vermelho foram retificadas. No Porto de Itajaí, foram apreendidas 160 toneladas de vergalhões reprovados nos testes do Inmetro.
 - Nos parâmetros vigentes até maio de 2015, 32 % das declarações registradas no Brasil foram retificadas, com arrecadação de aproximadamente R\$ 3,5 milhões.

c. Operação Sansão 2015

A Operação Sansão, que visava o combate à fraude de valor, bem como garantir a correta descrição dos produtos, resultou na alteração do *modus operandi* das empresas importadoras, representada por acentuada elevação dos valores declarados espontaneamente (mais de 250%), e na doação de 1,5 tonelada de cabelos humanos apreendidos para o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp).

d. Outras ações integradas relevantes em 2015

- Apreensão, a partir da aplicação de pena de perdimento pela IRF Belo Horizonte, em mais de 100 toneladas de produtos de porcelana;
- Lançamento de cerca de R\$ 48 milhões em fiscalização de direitos antidumping de calçados, iniciada a partir de representação do Centro Nacional de Riscos Aduaneiros.

1.5.4.5 - Autorizar Intervenientes

Consiste na habilitação de pessoas jurídicas e pessoas físicas, e de seus representantes, para atuar no comércio exterior.

Este processo de trabalho, que ocorre no âmbito da Subsecretaria de Aduana e Relações internacionais (Suari), apresentou diversas ações, principalmente relativas à edição e alteração de normas, com o objetivo de melhorar e uniformizar os procedimentos de Habilitação de Intervenientes.

Em 2015 foram publicadas a Instrução Normativa Receita Federal nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015, estabelecendo os novos procedimentos de habilitação de importadores, exportadores e internadores da Zona Franca de Manaus para operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e de credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro, bem como a Portaria Coana nº 123, de 15 de dezembro de 2015, estabelecendo normas complementares à IN supramencionada.

Com estas inovações, buscou-se simplificar o procedimento de habilitação e tornar a análise mais simples para as empresas que não apresentam risco potencial.

As principais novidades foram:

- Instituição de novos enquadramentos para a submodalidade de habilitação expressa, que tem procedimento rápido e simplificado de análise pela Receita Federal, em no máximo 2 dias úteis. Destaca-se, nos novos enquadramentos, a inclusão de empresas que pretendam realizar importações de até US\$ 50.000,00 a cada seis meses, beneficiando principalmente as pequenas e médias empresas. Vale ressaltar que este mesmo enquadramento permite operações de exportação sem quaisquer limites.
- Obrigatoriedade de adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), inclusive nos casos de

habilitação expressa; e

- Alteração do prazo para apresentação de pedido de reconsideração, passando a ser de 10 dias e não mais de 30 dias, com efeito suspensivo.

Dados Estatísticos - Habilidades de Importadores e Exportadores

Quadro 20: Dados sobre a quantidade de processos de habilitação deferidos em 2015, por Região Fiscal – RF.

RF	Quantidade de Habilidades	Percentual
01	744	6,47%
02	414	3,60%
03	210	1,83%
04	477	4,15%
05	345	3,00%
06	939	8,17%
07	833	7,24%
08	4788	41,64%
09	1689	14,69%
10	1059	9,21%
TOTAL	11498	

Fonte: Suari

1.5.4.6 - Controlar Regimes Aduaneiros

Envolve as atividades de fiscalização e controle das operações efetuadas ao amparo dos regimes aduaneiros especiais, entre outros, de admissão temporária, trânsito aduaneiro, Repetro.

As principais ações e projetos realizados em 2015 estão descritos a seguir, com os respectivos resultados:

a. Manuais Aduaneiros

Foram atualizados manuais de Trânsito Aduaneiro, Admissão Temporária, Exportação Temporária, Repetro e Regime de Tributação Unificada, com vistas a estabelecer um padrão de procedimentos a serem adotados em todo o território brasileiro. Esses manuais são disponibilizados eletronicamente e seu rico conteúdo procedural, de normas e de instrução ao uso dos sistemas aduaneiros, são atualizados, constantemente, com vistas a facilitar e simplificar a atividade dos operadores de comércio exterior.

b. Sistemas Informatizados

Quanto aos sistemas informatizados, vale destacar que o Módulo de Anexação Eletrônica de Documentos do Portal Único do Comércio Exterior também é a forma de recepção de documentos das importações de Regimes Aduaneiros Especiais, eliminando a necessidade do uso do papel.

c. Novas Normas

Em dezembro de 2015 foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1600, que trouxe diversos aperfeiçoamentos, como a adoção da declaração simplificada como padrão para a concessão dos regimes integralmente suspensivos, a delegação de competência ao superintendente para adotar, em determinadas hipóteses, e excepcionalmente, procedimentos simplificados a determinado tipo de evento e a dispensa de tradução juramentada e de registro em cartório dos documentos em língua

estrangeira apresentados para instrução do requerimento de concessão ou prorrogação dos regimes de admissão e exportação temporária.

Além disso, foram modernizados os formulários e foram incluídos os procedimentos para concessão de novo regime de admissão temporária para utilização econômica, em decorrência de alteração no Regulamento Aduaneiro. Também foram incluídos a facilitação do despacho em operações de baixo valor na fronteira terrestre e os veículos de dignitários estrangeiros.

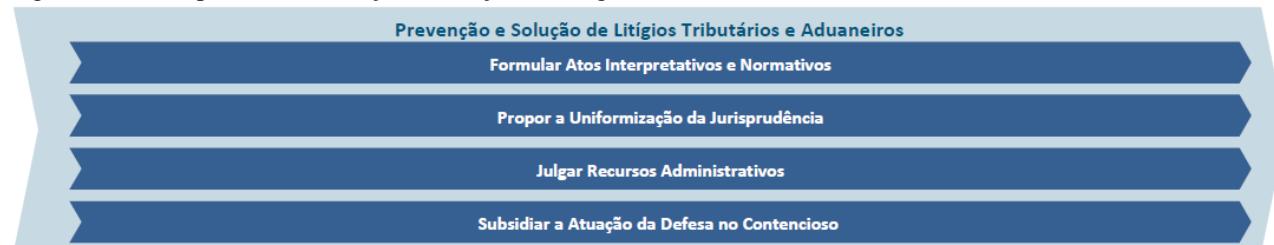
Outra alteração importante se deu na apresentação de cada um dos cinco regimes aduaneiros, que foi feita separadamente, da concessão à extinção. Na norma anterior, os regimes estavam misturados, o que dificultava a consulta e a compreensão.

1.5.5 - Prevenção e Solução de Litígios Tributários e Aduaneiros

Compreende a formulação de projetos de atos administrativos, regulamentares, orientações normativas e de uniformização da jurisprudência para prevenção e redução de litígios tributários e aduaneiros.

A Subsecretaria de Tributação e Contencioso (Sutri), composta pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), pela Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial (Cocaj) e pelas Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), atua majoritariamente no Macroprocesso “Prevenção e Solução de Litígios Tributários e Aduaneiros”. Além da Sutri, atua também neste macroprocesso a Subsecretaria de Aduana e Relações internacionais (Suari).

Figura 20: Macroprocesso Prevenção e Solução de Litígios



Fonte: Manual da Cadeia de Valor da RFB

Quadro 21: Macroprocesso Prevenção e Solução de Litígios

Macroprocesso Finalístico	PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS				
Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
FORMULAR ATOS INTERPRETATIVOS E NORMATIVOS	SUTRI SUARI Superintendências Regionais.	- Cidadãos; - Órgãos da administração pública; - Pessoas jurídicas.	- Demandas, propostas, estudos, análises.	- Apresentação de proposta de Legislação Tributária.	- PGFN; - CARF; - Ministro da Fazenda; - Presidência da República; - Organismos Internacionais.

Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
PROPOR A UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA	SUTRI SUARI	-Contribuintes; - Receita Federal; - CARF; - Tribunais judiciais.	- Processos administrativos e judiciais; - Informações armazenadas em sistemas; - Legislações diversas, julgados, consultas.	- Acompanhamento do julgamento de processos administrativos e judiciais; - Propostas de súmulas para o CARF; - Soluções de consultas sobre a interpretação da legislação tributária e aduaneira; - Formulação de atos normativos.	- PGFN; - CARF; - Ministério da Fazenda; - Contribuintes.
JULGAR RECURSOS ADMINISTRATIVOS	SUTRI SUARI	-Contribuintes; - Receita Federal.	- Processos administrativos fiscais; - Informações armazenadas em sistemas; - Legislações diversas, julgados, consultas.	- Julgamento de recursos administrativos fiscais em 1ª instância.	- Contribuintes; - Receita Federal.
SUBSIDIAR A ATUAÇÃO DA DEFESA NO CONTENCIOSO	SUFIS/COFIS	- Cidadãos; - Órgãos da administração pública; - Pessoas jurídicas.	- Informações armazenadas em sistemas; - Legislações diversas, julgados, consultas.	- Julgamento dos recursos administrativos fiscais em primeira instância.	- PGFN; - CARF.

Fonte: Sutri, Suari e Sufis

1.5.5.1 - Formular Atos Interpretativos e Normativos

Consiste na formulação de projetos de atos administrativos, regulamentares e normativos e na formulação de atos normativos de interpretação, uniformização e regulamentação da legislação tributária, aduaneira e correlata.

Cabe à Cosit uniformizar entendimentos e interpretar a legislação tributária, aduaneira e correlata, o que se faz por meio Solução de Consultas (SC), Soluções de Divergências (SD), Solução de Consultas Internas (SCI), Notas Técnicas (NT), Notas, Atos Declaratórios Interpretativos (ADI) e Pareceres Normativos (PN) e Notas Ações Judiciais (AJ). Em 2015 foram emitidos:

Quadro 22: Atos Emitidos em 2015 pela Sutri/Cosit

ATOS	TOTAL EXPEDIDOS
Nota Cosit-E	434
Nota Ação Judicial	27
Ato Declaratório Executivo	35
Informação	25
Despacho Decisório	109
Nota Técnica	8

ATOS	TOTAL EXPEDIDOS
Parecer	11
Solução de Consulta Interna	16
Solução de Consulta	228
Solução de Divergência	5
Solução de Consulta Vinculada	12
Nota de Encaminhamento	63
Exposição de Motivos	49

Fonte: Dados Internos da Cosit.

A seguir, destacam-se atos de relevância que foram emitidos ou objeto de discussão em 2015.

Atos publicados

- **Pareceres Normativos**

- Parecer Normativo Cosit/RFB nº 1, de 17 de abril de 2015: Analisa a incidência da CIDE-Combustíveis na importação de nafta petroquímica por pessoa jurídica intermediária que possui contrato de revenda direta para central petroquímica.
- Parecer Normativo Cosit/RFB nº 2, de 1 de setembro de 2015: Disciplina a análise do PERDCOMP x DCTF retificadora e a lide administrativa dela decorrente. Com esse PN a RFB pretendeu normatizar o trâmite e a competência para julgamento da Manifestação de Inconformidade contra DCOMP não homologada cujo motivo é a inexistência de disponibilidade do alegado direito creditório em virtude de não retificação da DCTF a que se refere o crédito. O PN agiliza a lide gerada e reduz o litígio;
- Parecer Normativo Cosit/RFB nº 3, de 1 de setembro de 2015: Atualiza o PN nº 3, de 10/06/2013, tendo em vista nova redação ao art. 57 da MP nº 2158-25 dada pela Lei nº 12.783, de 24 de outubro de 2013, que trata das multas por descumprimento das obrigações acessórias exigidas nos termos do art. 16 da Lei nº 9.779, de 1999;
- Parecer Normativo Cosit/RFB nº 4, de 3 de dezembro de 2015: Uniformiza entendimento pela RFB quanto à inexistência de benefício fiscal na aplicação do art. 36 da Convenção de Viena de 1961 para fins do disposto no art. 60 da Lei nº 9.069, de 1995;

- **Instruções Normativas**

- Instrução Normativa RFB nº 1.545, de 4 de fevereiro de 2015: Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2015, ano-calendário de 2014, pela pessoa física residente no Brasil;
- Instrução Normativa RFB nº 1.546, de 9 de fevereiro de 2015: Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.416, de 4 de dezembro de 2013, que aprova os modelos de Comprovante Eletrônico de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte e de Comprovante Eletrônico de Pagamentos de Serviços Médicos e de Saúde;
- Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015: Dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Instrução Normativa RFB nº 1.550, de 27 de fevereiro de 2015: Aprova, para o exercício de 2015, o programa multiplataforma da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, da Declaração Final de Espólio e da Declaração de Saída Definitiva do País;
- Instrução Normativa RFB nº 1.558, de 31 de março de 2015: Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, que dispõe sobre normas gerais de tributação relativas ao

Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas;

- Instrução Normativa RFB nº 1560, de 20 de abril de 2015: Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.530, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o conceito de padrões internacionais de transparência fiscal, para os fins da Portaria MF nº 488, de 28 de novembro de 2014, e o pedido de revisão de enquadramento como país ou dependência com tributação favorecida ou detentor de regime fiscal privilegiado;
- Instrução Normativa RFB nº 1561, de 22 de abril de 2015: Altera a Instrução Normativa RFB nº 987, de 22 de dezembro de 2009, que disciplina a aquisição, com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, de veículo destinado ao transporte autônomo de passageiros (táxi) e a Instrução Normativa RFB nº 988, de 22 de dezembro de 2009, que disciplina a aquisição de automóveis com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas;
- Instrução Normativa RFB nº 1.563, de 5 de maio de 2015: Aprova, para o ano calendário de 2015, o aplicativo para dispositivos móveis destinado às pessoas físicas sujeitas ao recolhimento mensal obrigatório (Carnê Leão) do Imposto sobre a Renda;
- Instrução Normativa RFB nº 1568, de 5 de junho de 2015: Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.312, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre os preços a serem praticados nas operações de compra e de venda de bens, serviços ou direitos efetuados por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil, com pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, consideradas vinculadas;
- Instrução Normativa RFB nº 1.578, de 5 de agosto de 2015: Dispõe sobre a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício de 2015 e dá outras providências;
- Instrução Normativa RFB nº 1.582, de 18 de agosto de 2015: Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.467, de 22 de maio de 2014, que dispõe sobre o Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir);
- Instrução Normativa RFB nº 1583, de 31 de agosto de 2015: Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, as cooperativas de produtores, os estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas e sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtos;
- Instrução Normativa RFB nº 1585, de 31 de agosto de 2015: Dispõe sobre o imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos nos mercados financeiro e de capitais;
- Instrução Normativa RFB nº 1.587, de 15 de setembro de 2015: Dispõe sobre a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte relativa ao ano-calendário de 2015 e a situações especiais ocorridas em 2016 (Dirf 2016) e o Programa Gerador da Dirf 2016 (PGD Dirf 2016);
- Instrução Normativa RFB nº 1.589, de 13 de novembro de 2015: Altera a IN nº 971 – adequou dispositivo que trata do MEI à LC nº 123/2009: havia o projeto de Decreto Legislativo que pretendia sustar a eficácia da IN RFB nº 1.453/2014, que havia alterado o art. 201 da IN RFB nº 971/2009, para adequá-lo à redação da LC nº 123/2006 dada pela LC nº 139/2011. Ocorre que após a publicação da LC nº 147/2014, a redação do art. 201 da IN RFB nº 971/2009 havia sido derrogada;
- Instrução Normativa RFB nº 1590, de 5 de novembro de 2015: Dispõe sobre a aplicação do art. 9º-A da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, que dispõe sobre o crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) relativo

à aquisição de leite in natura;

- Instrução Normativa RFB nº 1.597, de 3 de dezembro de 2015: Altera a IN RFB nº 1.436 – desoneração: importante a alteração dessa IN para melhor compreensão dos contribuintes, face a publicação da Lei nº 13.161/2015, que tornou a Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta (CPRB) facultativa, além de alterar as alíquotas da contribuição de diversos setores;

- **Atos Declaratórios Executivos**

- Ato Declaratório Executivo RFB nº 3, de 18 de dezembro de 2015: Revoga o Ato Declaratório Executivo RFB nº 10, de 24 de junho de 2010, que concede efeito suspensivo da inclusão dos Países Baixos na relação de países detentores de regime fiscal privilegiado, prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.037, de 4 de junho de 2010.

- **Atos Declaratórios Interpretativos**

- Ato Declaratório Interpretativo nº 5 de 26 de maio de 2015: Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual (CI) que presta serviço a empresas por intermédio de cooperativas de trabalho face a declaração de constitucionalidade da contribuição de 15% que as empresas contratantes de serviços prestados por CI por intermédio de cooperativas de trabalho. Por não haver mais a contribuição por parte das empresas contratantes, foi necessário estabelecer que a contribuição dos cooperados era de 20% sobre o valor recebido da cooperativa, e não mais 11% como era antes da declaração de constitucionalidade da contribuição devida pelas empresas;

- Ato Declaratório Interpretativo nº 9, de 10 de dezembro de 2015: Dispõe sobre a contribuição previdenciária incidente sobre a parcela relativa ao 13º das empresas que optaram por retornar a recolher a contribuição sobre a folha de pagamento, bem como sobre a data de opção pela CPRB nos termos da Lei nº 13.161/2015. A Lei nº 13.161/2015 suscitou inúmeras dúvidas a respeito de como deveria ser feito o recolhimento da contribuição previdenciária sobre a parcela relativa ao 13º salário para aquelas empresas que optaram por sair do regime de desoneração da folha de pagamentos, se elas deveriam recolher a contribuição apenas sobre 1/12 da gratificação natalina, ou se a contribuição deveria ser integral. Outra dúvida que surgiu com a publicação da Lei nº 13.161/2015, foi com relação à competência de opção pela contribuição substitutiva, já que na lei constava, equivocadamente, que essa opção seria com relação à competência NOV/2015. No ADI a RFB firmou o entendimento de que a opção deveria ser feita com relação à competência DEZ/2015, obedecendo-se ao prazo nonagesimal de vigência da Lei;

- **Proposta de alteração na legislação tributária, aduaneira e correlata**

Quanto à elaboração de minutas de atos legais e minutas de Decretos que regulamentam as matérias tributárias e aduaneiras, foram elaboradas Leis, Medidas Provisórias (MP) e Decretos Regulamentares do Poder Executivo. No ano de 2015, os principais atos elaborados foram:

- Lei nº 13.097, de 19 de janeiro 2015: Prorroga a dedução da contribuição patronal paga à Previdência pelo empregador doméstico e Reajustaria a Tabela em 6,5%, mas esse reajuste foi vetado pela Presidente = Conversão MP nº 656-2014;
- Lei nº 13.149, de 21 de julho de 2015: Reajuste escalonado da tabela progressiva: 6,5% a 4,5% & RRA = Conversão MP nº 670-2015;
- Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015: Futebol, APFUT, Lotex, prorroga deduções desporto até 2022 = Conversão MP nº 671-2015;

- Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015: Prorroga dedução Pronon e Pronas/PCD = Conversão MP nº 675-2015;
- Lei nº 13.196, de 1 de dezembro de 2015: Prorroga incentivos IRPF audiovisual = Conversão MP nº 687-2015;
- Lei nº 13.202, de 8 de dezembro de 2015: Permite dedução mensal previdência complementar de aposentados = Conversão MP nº 685-2015;
- Medida Provisória nº 656, de 2014: Convertida na Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015. Alterou a forma de incidência de IPI sobre bebidas frias.
- Medida Provisória nº 668, de 30 de janeiro de 2015: Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, e dá outras providências;
- Medida Provisória nº 669, de 26 de fevereiro de 2015: Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta; a Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, a Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, quanto à tributação de bebidas frias; e a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016;
- Medida Provisória nº 685, de 21 de julho de 2015: Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários (PRORELIT), cria a obrigação de informar à administração tributária federal as operações ou negócios jurídicos que acarretem supressão, redução ou deferimento de tributo e autoriza o Poder Executivo Federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica;
- Medida Provisória nº 690, de 31 de agosto de 2015: Convertida na Lei nº 13.241, de 30 de dezembro de 2015: Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre as bebidas classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto o código 2208.90.00 Ex 01, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, quanto à legislação do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica, e revoga os arts. 28 a 30 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõem sobre o Programa de Inclusão Digital;
- Medida Provisória nº 692, de 22 de setembro de 2015: Ganhos de Capital (GC) Progressivo – Alíquotas de 15%, 20%, 25%, 30%. Altera a Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e a Medida Provisória nº 685, de 21 de julho de 2015, que institui o PRORELIT;
- Medida Provisória nº 694, de 30 de setembro de 2015: Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre o imposto sobre a renda incidente sobre juros de capital próprio, a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre os benefícios fiscais do Regime Especial da Indústria Química e para suspender, no ano-calendário de 2016, os benefícios fiscais de que tratam os arts. 19, 19-A e 26 desta Lei;
- Decreto nº 8.392, de 20 de janeiro de 2015: Alterou o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);
- Decreto nº 8.393, de 28 de janeiro de 2015: Inclui produtos no Anexo III à Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, que altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados;
- Decreto nº 8.395, de 28 de janeiro de 2015: Altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de

aviação, e o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível;

- Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015: Restabelece as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições;
- Decreto nº 8.451, de 19 de maio de 2015: Regulamenta o § 5º do art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para definir o que se considera elevada oscilação da taxa de câmbio, e altera o Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015;
- Decreto nº 8.442, de 29 de abril de 2015: Regulamenta os art. 14 a art. 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, que tratam da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – Tipi;
- Decreto nº 8.415, de 27 de fevereiro de 2015: Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra);
- Decreto nº 8.463, de 5 de junho de 2015: Regulamenta as medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016 de que trata a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, e altera o Decreto nº 7.578, de 11 de outubro de 2011, que regulamenta as medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 de que trata a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e dá outras providências;
- Decreto nº 8.511, de 31 de agosto de 2015: Alterou o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);
- Decreto nº 8.512, de 31 de agosto de 2015: Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011;
- Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015: Regulamenta o disposto no art. 9º-A da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, que dispõe sobre o crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) relativo à aquisição de leite in natura, e institui o Programa Mais Leite Saudável;
- Decreto nº 8.544, de 21 de outubro de 2015: Altera o Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, que regulamenta os arts. 40 a 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto) e o Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, que aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI;

- **Análise de emendas**

Foram analisadas 30 medidas provisórias, com um total de 1371 emendas, e emitidas 206 Notas da Cosit referentes a proposições legislativas, indicações parlamentares e requerimentos de informação.

- **Projetos Relevantes trabalhados em 2015**

- MP de alteração do Decreto nº 70.235, de 1972 - sua importância decorre da necessidade de simplificar e agilizar o trâmite do Processo Administrativo Fiscal (PAF). Na atual sistemática, ele está deixando a desejar, com um trâmite custoso e demorado, além de estar suscitando questionamentos quanto a seu modelo;
- PEC alternativa à PEC de reforma tributária, cuja importância decorre da necessidade de simplificação da legislação tributária e da necessidade de reforçar as normas constitucionais tributárias para maior segurança jurídica para as alterações infraconstitucionais futuras;
- Alteração do Decreto nº 7.574, de 2011, - Repaf – que regulamenta o PAF, a fim de atualizá-lo conforme legislação editada desde 2011 e a necessidade de corrigir equívocos que geraram problemas de competências para alguns atos decisórios na RFB;
- MP Sistema S (não foi acatada): essa MP tinha por finalidade reduzir o déficit da Previdência Social ao reduzir as contribuições para terceiros (sistema S) e aumentar, proporcionalmente, a contribuição previdenciária;
- Lei Complementar (LC) - Institui contribuição previdenciária para as empresas que contratarem serviços prestados por CI por intermédio de cooperativas de trabalho. O STF, no julgamento do RE 595838, declarou inconstitucional a contribuição prevista no art. 22, inciso IV da Lei nº 8.212/91, que estabelecia a contribuição previdenciária de 15% sobre o valor da nota fiscal devida pelas empresas contratantes de serviços prestados por CI por intermédio de cooperativas de trabalho. Com a declaração de inconstitucionalidade do dispositivo, a Previdência Social deixou de contar com importante recurso, o que pode agravar ainda mais o seu déficit, havendo necessidade, portanto, de se restabelecer a contribuição por meio de Lei Complementar. A minuta da LC encontra-se em tramitação na RFB;
- Minuta de PL da nova Contribuição para o PIS/Pasep - Ato complexo que reformula toda a legislação da Contribuição para o PIS/Pasep para adotar o sistema de tributação do valor agregado;
- Minuta de Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins - Ato complexo que consolida e organiza a legislação da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins;
- Projeto de Lei BEPS - Altera a legislação do imposto sobre a renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido decorrente de operações efetuadas com não residentes no País e dá outras providências;
- Minuta de Decreto Informática - incorpora ao Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e ao Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, as alterações trazidas pela Lei nº 13.023, de 8 de agosto de 2014;
- Minuta de Decreto Cigarros - ajusta a ementa e o preâmbulo do Decreto nº 7.555, de 2011, de modo a fazer referência à Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, resultado da conversão da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, bem como altera as alíquotas do IPI, ad valorem e específica, incidentes sobre o cigarro;
- Minuta de Decreto Xarope e Refrigerantes - altera as alíquotas do IPI nos seguintes termos:
 - Cerveja: de 6% (seis por cento) para 14% (quatorze por cento);
 - Refrigerante: de 4% (quatro por cento) para 10% (dez por cento);
 - Demais bebidas frias: de 4% (quatro por cento) para 10% (dez por cento); e
 - Concentrado para refrigerante: de 20% (vinte por cento) para 5% (cinco por cento).

Suprime as Notas Complementares NC (21-1) e NC (22-1) da Tabela de Incidência do IPI (Tipi);

- Minuta de Decreto Ração de Pets - define a correta classificação fiscal das rações para cães e gatos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), anexo do Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, por meio de ajuste da redação do atual código 2309.90.90 Ex 01 e criação do “Ex 01” no código 2309.10.00;
- Minuta de Decreto Chocolates, Sorvetes, Fumo Picado e Esponjas - atualiza os valores do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre chocolates, sorvetes e fumo picado, além de corrigir distorções nas alíquotas incidentes sobre esponjas de diferentes materiais;

1.5.5.2 - Propor a Uniformização da Jurisprudência

Consiste em acompanhar a jurisprudência administrativa e judicial tributária e aduaneira e realizar sua divulgação; identificar divergências de entendimentos no contencioso e propor soluções e súmulas para sua uniformização.

1.5.5.3 - Julgar Recursos Administrativos

Consiste em julgar impugnações e manifestações de inconformidade em processos administrativos fiscais, apreciar recursos hierárquicos, além de julgar impugnações à penalidade de perdimento.

- **Ações relevantes realizadas em 2015**

A Receita Federal passou a divulgar, no seu sítio na Internet, os dados estatísticos relacionados ao contencioso administrativo de 1^a instância.

As informações estão disponíveis na opção “Dados Abertos/Receita Data/Contencioso Administrativo”.

Trata-se de gráficos com a evolução do acervo de processos em contencioso administrativo de 1^a instância em quantidade e valores, o tempo médio geral desses processos, o tempo médio por tipo de prioridade e, ainda, a evolução do fluxo de processos julgados em quantidade e valores.

Para todos os gráficos, é possível escolher os períodos para os quais se deseja realizar a pesquisa, sendo os resultados calculados e apresentados dinamicamente.

- **Projetos relevantes trabalhados em 2015**

Em janeiro de 2015, a Receita Federal lançou o sistema e-Defesa, que pode ser acessado pelo contribuinte do Imposto de Renda Pessoa Física pela Internet. O e-Defesa permite que o contribuinte elabore, por meio de formulários eletrônicos, contestação das inconsistências detectadas pela malha fiscal em sua Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF). O sistema apresenta sugestão de alegações para justificar as inconsistências detectadas e informa, de acordo com as alegações escolhidas, quais os documentos necessários para resolver a pendência. Há possibilidade, ainda, de o contribuinte acrescentar suas próprias justificativas.

O sistema e-Defesa pode ser utilizado em três situações: na solicitação de antecipação de análise da DIRPF com pendências detectadas pela Receita Federal; no atendimento a Intimação Fiscal; e na contestação a Notificação de Lançamento, seja por meio de Solicitação de Retificação de Lançamento (SRL) ou de impugnação. No caso de antecipação de análise da DIRPF, o preenchimento do formulário eletrônico com a utilização do e-Defesa é obrigatório. Já para o atendimento de Intimação Fiscal e para apresentação de SRL ou impugnação, não é obrigatório acessar os serviços do sistema e-Defesa, mas a utilização do e-Defesa facilita o atendimento e traz

diversas vantagens, como:

- verificação da autenticidade dos documentos recebidos;
- redação da SRL ou Impugnação;
- relação da documentação necessária para contestar as pendências apontadas;
- melhor instrução do processo;
- agilidade no julgamento.

No primeiro ano de funcionamento, a Receita Federal recebeu mais de 165 mil requerimentos elaborados pelos contribuintes com o uso dos formulários eletrônicos do e-Defesa, como pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 23: Distribuição, por tipo de serviço, dos requerimentos entregues

Tipo de Serviço	Quantidade	Percentual
Solicitações de Antecipação de Análise	73.610	44,39%
Respostas a Intimações Fiscais	76.382	46,06%
Impugnações	10.875	6,56%
Solicitações de Retificação de Lançamento	4.975	3,00%
Total de Requerimentos Recepcionados	165.842	100%

Fonte: Sistema e-Defesa, extração em 20/01/2016, às 16hs

Obs: A distribuição dos requerimentos pelos tipos de serviços foi feita com base na média percentual obtida em duas apurações especiais feitas pelo Serpro durante o ano de 2015

• Resultados relevantes obtidos em 2015

As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) julgaram R\$ 117,3 bilhões em litígio em 2015. Referido valor equivale a cerca de 46.000 processos, entre lançamentos de créditos tributários e pedidos de ressarcimento, de restituição, de reembolso e de compensação (PER/Dcomp).

No tocante aos processos que tratam de créditos tributários (lançamentos fiscais), considerando-se a quantidade de processos julgados, 51% foram mantidos totalmente, 25% foram mantidos em parte e 24%, exonerados. Considerando-se o valor dos processos julgados, 83% foram mantidos e 17% exonerados (Quadro 24).

Quadro 24: Resultado dos julgamentos (créditos tributários)

Quantidade de processos	Resultado (%)
Mantido totalmente	51%
Mantido parcialmente	25%
Exonerado	24%
Valor dos processos	Resultado (%)
Mantido	83%
Exonerado	17%

Fonte: DW Processo Integrado em 15/01/16

Obs: O levantamento inclui os resultados dos julgamentos registrados no Sistema Sief de janeiro a novembro de 2015.

Com relação aos processos que tratam de pedidos de ressarcimento, de restituição, de reembolso e de compensação (PER/Dcomp), considerando-se a quantidade de processos julgados, em 67% dos casos houve indeferimento do pedido do contribuinte, em 9%, deferimento parcial e, em 24%, deferimento total. Considerando-se o valor dos processos, houve indeferimento de 83% e deferimento de 17% dos pedidos (quadro 25).

Quadro 25: Resultado dos julgamentos (PER/Dcomp)

Quantidade de processos	Resultado (%)
Indeferido	67%
Deferido parcialmente	9%
Deferido totalmente	24%
Valor dos processos	Resultado (%)
Indeferido	83%
Deferido	17%

Fonte: DW Processo Integrado em 15/01/16

Obs: O levantamento inclui os resultados dos julgamentos registrados no Sistema Sief de janeiro a novembro de 2015.

As Delegacias de Julgamento são responsáveis pelos julgamentos de processos em 1ª instância administrativa nos casos em que são questionados os lançamentos tributários ou as decisões que indefiram pedidos de ressarcimento, de restituição, de reembolso ou de compensação. Para garantir a ampla defesa, o contribuinte pode ainda recorrer, em 2ª instância administrativa, ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) ou ajuizar ação no Poder Judiciário.

1.5.5.4 - Subsidiar a Atuação da Defesa no Contencioso

Subsidiar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional na defesa dos interesses da Fazenda Nacional no contencioso administrativo e judicial.

Nesse processo se realiza o acompanhamento dos julgamentos de processos administrativos e judiciais. Cabe à Sufis a análise dos lançamentos efetuados e julgados na 2ª Instância Administrativa, cujo objetivo principal é avaliar e melhorar a aderência dos lançamentos da fiscalização.

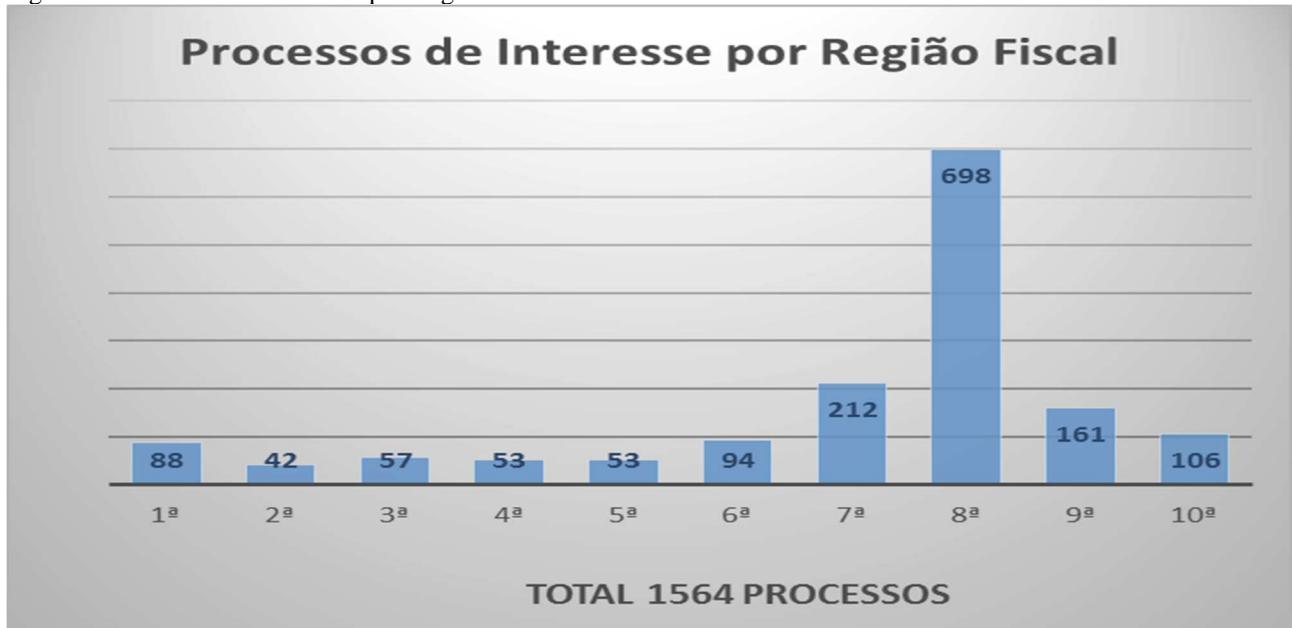
Acompanhar julgamento de processos relevantes no CARF e na CSRF

A avaliação da aderência, análise dos lançamentos efetuados e julgados na 2ª Instância Administrativa, desenvolve-se mediante um trabalho detalhado, perene e articulado entre várias áreas envolvidas. O processo se inicia nas regiões fiscais, que apontam os processos de interesse, seja pelos valores envolvidos ou pela tese jurídica consubstanciada no lançamento tributário. A Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial (Cocaj), que acompanha presencialmente os julgamentos e efetua detalhada análise da jurisprudência, tem sistematicamente fornecido elementos para o aprimoramento da Fiscalização. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) tem participado de várias discussões técnicas antes e após julgamentos, emitindo opiniões importantes, inclusive como medida de aperfeiçoamento dos lançamentos que serão efetuados pela Fiscalização. A Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis) coordena e integra os diversos atores desse processo, que busca avaliar e aumentar o grau de aderência à jurisprudência administrativa dos lançamentos efetuados.

Do início do trabalho de avaliação da aderência dos lançamentos até o momento, já foram

registrados 1.564 processos para avaliação, para os quais foram encaminhados 382 subsídios à PGFN para robustecer a defesa dos processos.

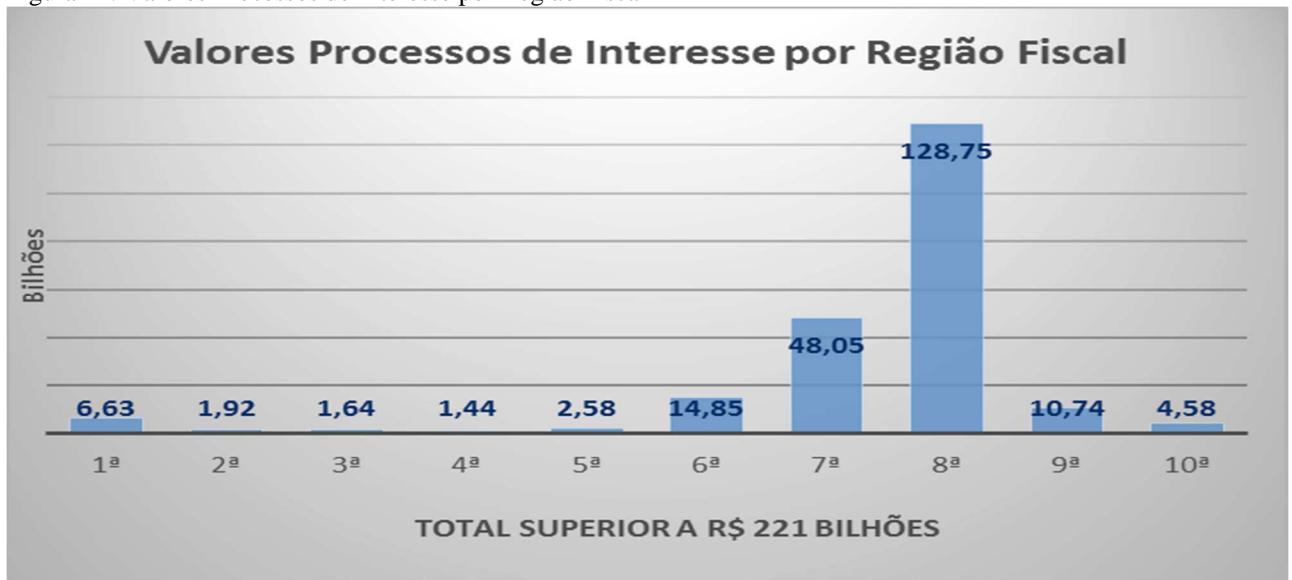
Figura 21: Processos de Interesse por Região Fiscal



Fonte: Sutri

Atualmente são mais de R\$ 221 bilhões de crédito tributário em processos analisados pela Fiscalização, dados acumulados até 31/12/2015. O objetivo é a manutenção do crédito tributário e o constante aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização.

Figura 22: Valores Processos de Interesse por Região Fiscal



Fonte: Sutri

O sucesso desse trabalho somente tem sido possível devido à participação efetiva das Divisões de

Fiscalização das superintendências e das delegacias, que aproximam o Auditor-Fiscal autuante das áreas responsáveis pelo monitoramento do contencioso administrativo e da PGFN.

1.5.6 - Relacionamento com Sociedade, Governos e Organismos Nacionais e Internacionais

Abrange o desenvolvimento de atividades voltadas para o relacionamento com a sociedade, governos e organismos nacionais e internacionais.

Figura 23: Macroprocesso Relacionamento com Sociedade, Governos e Organismos Nacionais e Internacionais



Fonte: Manual da Cadeia de Valor da RFB

Quadro 26: Relacionamento com Sociedade, Governos e Organismos Nacionais e Internacionais

RELACIONAMENTO COM SOCIEDADE, GOVERNOS E ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS					
Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
DESENVOLVER A MORAL TRIBUTÁRIA	SUARA (COAEF E COCAD). ASCOM. OUVIDORIA Superintendências Regionais e Unidades Locais	- Ouvíndoria; - Unidades da RFB; - Imprensa; - Contribuintes; - FGV; - Gestores de conteúdo da Internet das Unidades da RFB; - Equipes que atuam diretamente na repressão a ilícitos aduaneiros; - Administração da RFB; - Todas as Unidades da RFB; - Empresa de clipping; - Produtora de vídeo; - Secom/PR.	- Sugestões; - Reclamações; - Notícias; - Pesquisas de Avaliação; - Fatos relevantes e notícias de interesse dos diversos públicos da RFB, incluindo ações de combate ao contrabando, ao descaminho, à pirataria e ao tráfico de drogas; - Campanhas, dicas e mensagens de interesse da RFB; - Resultado da prestação de serviços e demais ações, legislação pertinente, projetos estratégicos, processos internos e o balanço dos principais fatos que envolveram a RFB; - Notícias do dia relativas à RFB.	- Atendimento aos contribuintes; - Alimentação e manutenção do cadastro; - Alimentação e manutenção da página da RFB na Internet; - Ações de Educação Fiscal e moral tributária, incluídas parcerias com outras instituições; - Atividades de ouvidoria; - Comunicação externa.	- Sociedade; - Contribuintes; - Servidores; - Órgãos públicos; - Outros entes federados; - Imprensa / jornalistas.

Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
PRESTAR ORIENTAÇÃO E ATENDIMENTO	SUARA (COAEF e COCAD). Superintendências Regionais e Unidades Locais.	- Ouvidoria; - Unidades da Receita Federal; - Imprensa; - Contribuintes; - FGV; - Administração da RFB; - Todas as unidades da RFB.	- Sugestões; - Reclamações; - Notícias; - Pesquisas de Avaliação; - Fatos relevantes e notícias de interesse dos diversos públicos da RFB; - Campanhas, dicas e mensagens de interesse da RFB; - Resultado da prestação de serviços e demais ações, legislação pertinente, projetos estratégicos, processos internos e o balanço dos principais fatos que envolveram a RFB; - Notícias do dia relativas à RFB.	- Atendimento aos contribuintes; Alimentação e manutenção da Lista de Serviços, na página da RFB na Internet.	- Sociedade; - Contribuintes; - Servidores; - Órgãos públicos; - Outros entes federados; - Imprensa / jornalistas.
GERIR OUVIDORIA	Ouvidorias das unidades centrais, das superintendências regionais e das delegacias, inspetorias e alfândegas.	- Cidadãos e empresas, que demandam os serviços de ouvidoria e do Serviço de Informação ao Cidadão.	- Mensagens e demandas recebidas dos cidadãos e empresas.	- Respostas às demandas dos cidadãos e empresas e aproveitamento interno das informações recebidas, para o aperfeiçoamento dos serviços.	- Externos: cidadãos e empresas; - Internos: áreas de negócio cujos serviços foram alvos de sugestões e reclamações.
CONDUZIR RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	COCIF	- Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos /Estados/DF e Municípios; - Instituições Federais, Estaduais e Municipais; - Áreas de negócios da RFB (Coordenações-Gerais)	- Solicitações (internas e/ou externa) de celebração de acordos; - Solicitação de execução de acordos celebrados; - Necessidade de aditamento de acordos celebrados; - Representação em Fóruns nacionais e setoriais de temas tributários.	- Protocolos de Cooperação Nacional; - Acordos interinstitucionais de Cooperação; - Coordenação de eventos dos Encontros Nacionais de Administradores Tributários (ENAT) e Representação institucional da RFB.	Instituições Públicas como: - Controladoria-Geral da União (CGU); - Conselho Nacional de Justiça (CNJ); - Secretaria de Comunicação da Presidência da República; - Banco Central (Bacen); - Polícia Federal; - INSS; - ECT; - BNDES; - Administrações Tributárias estaduais, do Distrito Federal e dos municípios.

Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
CONDUZIR RELAÇÕES INTERNACIONAIS	SUARI/CORIN	Administrações Tributárias e Aduaneiras internacionais; - MRE; - Órgãos da Administração Pública Federal; - Organizações Internacionais; - Secretaria da Receita Federal do Brasil.	- Pedidos recebidos do exterior; - Necessidade de informação do exterior; - Pedido de visita técnica recebido; - Solicitação de visita técnica; - Informação tributária de interesse de outro país identificada; - Informação espontânea recebida do exterior; - Solicitação de cooperação elaborada por outro país ou organização internacional; - Solicitação de cooperação elaborada por alguma unidade da RFB; - Recebimento de proposta de negociação de acordo internacional; - Decisão de propor negociação de acordo internacional.	Recebimento de resposta a pedido de informação realizado; - Envio de resposta a pedido de informação recebido; - Recebimento de informação espontânea; - Envio de informação espontânea; - Acordo Internacional; - Visita técnica de representantes da RFB a outros países; - Visita técnica de outros países à RFB; - Cooperação Técnica com outros países e/ou Organizações Internacionais.	Administrações Tributárias e Aduaneiras internacionais, - Organizações internacionais; - Secretaria da Receita Federal do Brasil; - MRE.
REALIZAR COMUNICAÇÃO SOCIAL	A ASCOM	- Unidades da RFB; - Empresa de clipping; - Esaf (apoio ao Media Training); - Produtora de vídeo; - Serpro.	- Notícias do dia relativas à RFB; - Campanhas, dicas e mensagens de interesse da RFB; - Notícias; - Pesquisas de Avaliação; - Solicitações das áreas de negócios; - Ações do órgão; - Balanços das atividades das áreas; - Normas publicadas no DOU; - Operações conjuntas; - Questionamentos dos jornalistas.	- Vídeos jornalísticos, informativos e de campanha institucional; - Notas à imprensa; - Entrevistas coletivas e individuais para TV/rádio/agências de tempo real; - “Destques” (notícias nacionais e regionais); - Boletim “Repercussão”. - “Jornais do dia” (notícias na Intranet); - <i>Newsletter</i> “Panorama”.	- Sociedade; - Contribuintes; - Imprensa / Jornalistas; - Outros órgãos; - Servidores.

Descrição	Áreas Responsáveis	Fornecedores	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes
GERIR CADASTROS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS	SUARA (COCAD)	<ul style="list-style-type: none"> - Ouvidoria; - Unidades da Receita Federal; - Contribuintes; - Sociedade; - Instituições Financeiras; - Órgãos de Registro (Cartórios, Juntas Comerciais, OAB, TSE); - Incra; - Órgãos de Controle (TCU, CGU); - Legislativo; - Administrações Tributárias Estaduais e Municipais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sugestões; - Reclamações; - Notícias; - Legislação; - Orientações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento à sociedade; - Alimentação e manutenção dos cadastros; - Alimentação e manutenção da página da RFB na Internet; - Integração com órgãos de registro; - Integração com administrações tributárias; - Integração com órgãos de licenciamento e postura; - Registro e acompanhamento da utilização de áreas rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento à sociedade; - Alimentação e manutenção dos cadastros; - Alimentação e manutenção da página da RFB na Internet; - Integração com órgãos de registro; - Integração com administrações tributárias; - Integração com órgãos de licenciamento e postura; - Registro e acompanhamento da utilização de áreas rurais.

Fonte: Suara, Ouvidoria, Cocif, Suari, Ascom

1.5.6.1 - Desenvolver a Moral Tributária

Consiste em desenvolver um conjunto de valores e princípios éticos que norteiem as práticas da Administração Tributária e Aduaneira e dos contribuintes, estabeleça relação de confiança mútua e promova a aceitação social do tributo por meio da conscientização da sociedade.

Esse processo possui dois campos de atuação:

- Desenvolver Moral Tributária Interna: compreende desenvolver um conjunto de valores, princípios e ações que norteiem as atividades dos servidores e da Administração Tributária e Aduaneira para a criação de um ambiente propício ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias e aduaneiras;
- Desenvolver Moral Tributária Externa: contempla o desenvolvimento, por meio da Administração Tributária e Aduaneira, de um conjunto de valores, princípios e ações que motivem os contribuintes a cumprirem voluntariamente as suas obrigações tributárias e aduaneiras.

A Coordenação de Atendimento e Educação Fiscal (Coaef) atua nas seguintes atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da Instituição e da sociedade; e,
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Em 2015, o foco das ações de educação fiscal promovidas pela RFB esteve voltado a estudantes universitários e a profissionais da área contábil e aduaneira. Ao longo do ano, foram realizados 12.170 eventos de Educação Fiscal em todo o Brasil, quantidade superior à de 2014 (11.355).

No mesmo sentido, o programa de visitação às unidades aduaneiras, conhecido como “A Receita Federal Convida: conheça a nossa Aduana”, demonstrou, mais uma vez, ser um exemplo de sucesso no alinhamento das ações de educação fiscal aos objetivos estratégicos da Instituição. Ocorrido em 13 de novembro de 2015, no qual foram recebidos, em 47 unidades, mais de 1.838 visitantes.

Outro Projeto significativo é o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), que tem por objetivo difundir conhecimento, prestar auxílio fiscal e contábil a pessoas físicas e jurídicas hipossuficientes e proporcionar aprendizado a graduados de cursos ligados à área fiscal. O NAF é o resultado de parcerias entre a Receita Federal e universidades públicas e privadas interessadas nessa atividade de extensão acadêmica. Esse Projeto teve continuidade em 2014 com destaque para a expansão das unidades devido à criação de 21 NAFs, totalizando 62 no Brasil.

Relativamente à Memória da Receita Federal, as principais atividades da Coaef são concursos, publicações, exposições e projetos. Para a RFB, recuperar a história de um órgão público significa prestar às gerações que se antecederam o reconhecimento pelo trabalho executado, incentivando os contemporâneos no desenvolvimento atual de suas atribuições e legando às gerações futuras a ciência dos caminhos percorridos, sucessos e aprendizados no cumprimento do serviço público.

No âmbito do Projeto Recuperação e Registro da Memória Institucional, foi realizada a 6ª edição do Concurso Histórias de Trabalho da RFB e, também, foram publicados e distribuídos, a todas as Regiões Fiscais, dois livros, que registram a história do imposto de renda e do fisco no Brasil.

1.5.6.2 - Prestar Orientação e Atendimento

Contempla a atividade de prestar orientações relativas ao cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras e acolher as demandas do cidadão por serviços de competência da Instituição por meio dos canais de atendimento presencial e não presencial.

A RFB atua na orientação e atendimento ao cidadão nas formas presencial e eletrônica e, além de gerir parcerias para a orientação e o atendimento, também estimula ações que facilitem o cumprimento tributário e a prevenção de erros na prestação das obrigações tributárias.

Durante o ano de 2015, a fim de atender com qualidade o volume de solicitações presenciais e não presenciais, foi dado andamento aos seguintes projetos: Novo Portal de Atendimento ao Contribuinte; Visão Integrada do Atendimento (VIA); Integração do Atendimento de Tributos Internos e Aduana; e Modelo de Autoatendimento Orientado – Fases 2 e 3.

Além dos projetos acima, a Coaef criou a Ferramenta de Gestão do Atendimento (FGA). Instrumento disponibilizado para auxiliar os Gestores de Atendimento, possibilitando uma visão mais ampla, fácil e transparente do desempenho das unidades de atendimento, na intenção de maximizar a administração de seus recursos e atividades.

Utilizando-se dos dados extraídos do Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento, nessa primeira versão, a FGA traz o cenário dos atendimentos realizados pelas Unidades no ano de 2014, possibilitando o acesso a diversas informações relacionadas ao atendimento prestado ao cidadão, como, por exemplo:

- Horas que a unidade fica disponível para atendimento; horas esperadas de atendimento, além das horas líquidas médias de atendimento;
- Tempo total necessário para atender a demanda da unidade, que é resultado da quantidade de

atendimentos presenciais, da demanda reprimida e do tempo de deslocamento do contribuinte dentro da unidade;

- Comparativo do tempo médio de cada serviço da unidade de atendimento selecionada com o tempo médio nacional.

Os resultados de 2015 podem ser observados no quadro a seguir, que mostra, também, o número de atendimentos ao contribuinte no ano de 2014.

Quadro 27: Tipos e Indicadores de atendimentos ao contribuinte

Tipos e Indicadores de atendimentos ao contribuinte		Número de Atendimentos	
		2014	2015
1	Atendimento Presencial	18.353.967	17.015.385
2	Tempo Médio de Espera	10m e 59s	10m e 22s
3	e-CAC	106.980.633	127.391.710
4	CPF em Conveniadas	10.941.506	10.430.587
5	Atendimento Telefônico	9.311.782	9.194.318
6	TME15	85,29%	92%
7	Autoatendimento Orientado	883.901	1.330.374
Total (soma das linhas 1,3,4,5 e 7)		146.471.789	165.362.374

Fonte: Coaef

Na comparação entre 2014 e 2015, os dados mostram que houve um aumento de 12,89% no número de atendimentos prestados, passando de 146,4 milhões de atendimentos em 2014, para 165,3 milhões de em 2015.

O atendimento eletrônico teve destaque com o uso massivo do Portal e-CAC. No ano de 2015, foram mais de 127 milhões de serviços acessados por meio desse Portal. Esse número é 7,5 vezes maior que a quantidade de atendimentos presenciais realizados no mesmo período, que foi de 17 milhões.

No mesmo sentido e, como resultado do esforço da RFB em ampliar o acesso do contribuinte ao atendimento não presencial, verifica-se que, em 2014, comparando-se apenas o atendimento presencial com o atendimento prestado por meio do Portal e-CAC, 82,9% do atendimento foi realizado pelo canal remoto. Já em 2015, 88,22% do atendimento foi realizado pelo Portal e-CAC.

É importante salientar que o volume de serviços prestados de maneira eletrônica tende a aumentar ainda mais, já que a RFB tem investido, intensamente, no desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis. Um exemplo é o desenvolvimento, que ocorre desde 2014, do “app atendimento”, um aplicativo que vai possibilitar que o contribuinte agende o seu serviço e, ainda, realize a avaliação do atendimento prestado pela RFB. O aplicativo encontra-se em fase de homologação, com previsão de ser disponibilizado ainda no primeiro semestre de 2016.

1.5.6.3 - Gerir Ouvidoria

Consiste em recepcionar, consolidar, analisar e responder as demandas e reclamações dos cidadãos e contribuintes e as demandas específicas de que trata a lei de acesso à informação, assim como aproveitar as informações contidas nas reclamações e sugestões recebidas, para interagir com as áreas de negócios, emitir relatórios e recomendar providências para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelas respectivas áreas.

- **Ações relevantes realizadas, projetos e resultados em 2015**
 - Modelagem do processo da ouvidoria e do serviço de informação ao cidadão;
 - Implantação dos relatórios mensais, elaborados pelos representantes das ouvidorias regionais a partir de janeiro de 2015, que permitiram avaliar e sistematizar as melhorias implementadas nos serviços prestados pela Receita Federal, em decorrência das demandas recebidas e tratadas pelas Ouvidorias de cada Região Fiscal;
 - Mais de 30 atuações da Ouvidoria na área de Tecnologia da Informação, demandando manutenção reparadora e/ou evolutiva nos sistemas disponibilizados para os cidadãos;
 - Foi desenvolvido um grande esforço nas alfândegas (sobretudo em Curitiba), juntamente com os Correios, para agilizar as entregas das mercadorias adquiridas no exterior e submetidas ao Regime Simplificado de Tributação. Como consequência, houve uma redução de 56% no volume de reclamações desse serviço.

1ª Região Fiscal

- Treinamento dos ouvidores e elaboração de “manual do ouvidor”;
- Implantação do Autoatendimento Orientado, para a melhoria do fluxo de atendimento presencial;
- Ampliação de horário de atendimento nas agências jurisdicionadas a Anápolis/GO;
- Obras realizadas no Centro de Atendimento ao Contribuinte em Brasília, para propiciar o atendimento adequado aos portadores de necessidades especiais.

4ª Região Fiscal

- A DRF de Caruaru realizou estudos e implantou alterações no sistema de agendamento, que resultaram em redução significativa nos tempos e na eficiência do atendimento presencial.

7ª Região Fiscal

- Criação de Grupo para identificar processos críticos e sugerir melhoria das rotinas;
- Realização bimestral de reunião com representantes de entidades contábeis;
- Gerenciamento do atendimento presencial e adequação da grade de demandas para agendamento.

8ª Região Fiscal

- Implantação de relatórios mensais elaborados pelas ouvidorias das Delegacias;
- Implantação de sistema de pesquisa da satisfação do cidadão quanto ao atendimento;
- Projeto de melhoria da qualidade de atendimento, para aperfeiçoar o macroprocesso “Relacionamento com a Sociedade”, que incluiu treinamento de atendentes, implantação do Autoatendimento orientado e “atendimento expresso”, nas unidades da Delegacia Especial de Arrecadação (Derat), na cidade de São Paulo;
- Gestão junto aos Correios e melhorias no fluxo de encomendas vindas do exterior melhoraram os serviços na Alfândega de São Paulo, com significativa redução de reclamações.

9ª Região Fiscal

- Melhorias nos procedimentos de fiscalização de encomendas vindas do exterior:
 - Alfandegamento de novo recinto dos correios aumentando a capacidade de armazenamento, melhorando a operacionalização e manuseio das encomendas;
 - Implantação de novo sistema eletrônico, visando oferecer maior eficiência e rapidez nos serviços.
- Quanto ao Atendimento ao cidadão:
 - Deu-se continuidade ao projeto “Excelência no Atendimento”, com seminários e treinamento de atendentes e gestores;
 - Continuidade do Projeto “Receita Fácil – Evite Filas”.
- Edição da Ordem de Serviço nº 1, de 2015, que disciplina e padroniza procedimentos relativos à análise de processos na 9ª Região Fiscal.

1.5.6.4 - Conduzir Relações Institucionais

Envolve a prospecção, negociação e gestão de instrumentos de cooperação, o relacionamento com o Congresso Nacional e entidades representativas de classe dos servidores da RFB, bem como a participação em fóruns e grupos de trabalho nacionais.

- **Ações relevantes realizadas em 2015**
 - Celebração de Convênios com as Associações Nacionais dos Registradores de Pessoas Naturais-ARPEN RJ e ARPEN SP, objetivando a ampliação dos serviços gratuitos relativos ao Cadastro de Pessoas Físicas;
 - Reativação do acesso de servidores da RFB ao sistema Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavan), visando atender interesse da área de negócio Fiscalização da RFB.
 - Coordenação do Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT), décima edição. O ENAT se constitui de “...plenário de integração e troca de experiências entre os fiscos, visando ações integradas que racionalizem custos, eliminem entraves burocráticos, facilitem o cumprimento das obrigações tributárias e aprimorem o controle e a fiscalização, por parte dos órgãos governamentais” (Jorge Rachid, secretário da RFB, abertura dos trabalhos, em 20 de outubro de 2015). Os eventos ENAT acontecem norteados pelo inciso XXII, art. 37 da CF, introduzido pela EC 42, de 19 de novembro de 2003.
- **Projetos relevantes trabalhados em 2015**
 - Novas funcionalidades criadas no sítio ENAT, com destaque para a publicação de boletins (newsletters), páginas de eventos nacionais, versão para celulares, ambiente de construção colaborativa de propostas e projetos;
 - Especificação dos módulos gerencial e denúncia do portal Imposto Territorial Rural (ITR);
 - Adaptação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos-Rito Simplificado- da RFB aos projetos interinstitucionais do X ENAT. Quatorze projetos estratégicos foram articulados com as coordenações dos grupos interinstitucionais de trabalho, dentre eles o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a Unificação dos Cadastros, o Simples Nacional, o Programa de Educação Fiscal.

- **Resultados relevantes obtidos em 2015**

- 29 novos convênios celebrados (intercâmbio de dados cadastrais e o uso compartilhado de sistemas e aplicativos, cooperação técnica, dentre outros). Amostra:
 - RFB/Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) MF;
 - RFB/Departamento da Marinha Mercante;
 - RFB/Departamento de Polícia Federal (DPF)/MJ;
 - RFB/Empresa de Correios e Telégrafos (ECT);
 - RFB/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).
- 28 novos termos aditivos celebrados a convênios já existentes;
- 113 convênios do ITR celebrados com municípios brasileiros;
- 740 servidores da RFB cadastrados no sistema Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec), que é o banco de dados com informações sobre a existência de testamentos, procurações e escrituras públicas de qualquer natureza, inclusive separações, divórcios e inventários lavrados em todo os cartórios do Brasil.
- 35 cadastramentos de servidores da RFB no sistema de Reconhecimento e Controle de Operações com Papel Imune (Recopi), papel destinado à impressão de livros, jornais, revistas e periódicos, detentor de imunidade tributária;
- Habilitação de 16 convenientes no Sistema de Informações para Convenientes via Web Service-InfoConv-WS, sistema de gerenciamento e controle de todos os Web Services destinados ao fornecimento de informações provenientes das bases de dados da RFB (CPF, CNPJ, Certidão Conjunta, Inscrição de CPF, outros). Amostra:
 - Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom-PR);
 - Secretaria de Economia e Finanças do Comando do Exército Brasileiro (SEF);
 - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
 - Banco Industrial e Comercial S.A.(BICBanco);
 - Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- 04 cadastramentos de servidores da RFB no Data Mart CNIS, para acesso às visões de Estabelecimentos, Entidades Filantrópicas, Vínculos, Prestações de serviço e afastamentos declarados na Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP).
- Assinatura da “Resolução ENAT nº 01/2015”, de 23 de outubro de 2015, que disciplina a realização do evento ENAT e institui dois colegiados compostos por representantes dos órgãos da administração tributária Federal, Estadual/DF e Municipal.
- Assinatura de 12 “Protocolos” no evento ENAT, referentes a temas como compartilhamento de informações, integração fiscal, simplificação das obrigações tributárias e autoatendimento; alguns deles têm aplicação imediata, como o que disponibiliza o ContÁgil.

1.5.6.5 - Conduzir Relações Internacionais

Envolve a assistência às autoridades do órgão em sua representação internacional perante instituições nacionais e estrangeiras, a negociação de acordos e convênios internacionais em matérias tributária e aduaneira e a coordenação e articulação, perante as demais áreas de negócio do

órgão, de atividades que tenham repercussão internacional que demandem posicionamento institucional.

Envolve também a gestão do intercâmbio internacional de informações por meio do recebimento dos pedidos de intercâmbio de informações e posterior encaminhamento de resposta à demanda e por meio da formulação de pedidos de interesse da RFB para administrações tributárias e aduaneiras de outros países.

- **Ações relevantes realizadas em 2015**

Durante o ano de 2015 foram negociados acordos para evitar a dupla tributação, acordos para o intercâmbio de informações tributárias e acordos de cooperação em matéria aduaneira com diversos países.

Além disso, houve o desenvolvimento de ações de cooperação técnica, como a participação em pesquisas e trabalhos técnicos promovidos por organismos internacionais como o Centro Interamericano de Administrações Tributárias (Ciat), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial de Aduanas (OMA) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e a realização de eventos e visitas técnicas visando ao intercâmbio de experiências e ao compartilhamento de melhores práticas com outras Administrações Tributárias e Aduaneiras.

Houve também a participação em iniciativas pertinentes ao intercâmbio internacional de informações tributárias e aduaneiras, em especial no âmbito do Fórum Global de Transparência e Intercâmbio de Informações em Matéria Tributária, reforçando, assim, a imagem do País no combate à fraude e à evasão fiscal.

No ano de 2015, deu-se continuidade à participação no Projeto BEPS (*Base Erosion and Profit Shifting*), que visa o combate à erosão da base tributária e a transferência de lucros para fins de não pagamento de tributos, desenvolvido por meio de fóruns e grupos de trabalho no âmbito da OCDE que contaram com a participação de diversos servidores da RFB e que, em 2015, divulgaram os seus resultados definitivos.

Também durante o ano de 2015 a RFB, em função de assumir a presidência *pro tempore* do Mercosul, organizou dois encontros do Comitê Técnico nº 2, o qual trata de assuntos aduaneiros, na cidade de Brasília (março/2015) e no Rio de Janeiro (maio/2015).

Além disso, foi realizada a XXX Reunião do Conselho de Diretores-Gerais das Alfândegas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Brasília, nos dias 3 a 6 de novembro de 2015.

- **Resultados relevantes obtidos em 2015**

Foram assinados protocolos para ampliar e atualizar o intercâmbio de informações previsto nos acordos para evitar a dupla tributação estabelecidos com África do Sul e Coreia do Sul.

Foi assinado, também, um acordo de intercâmbio de informações tributárias com a Suíça. A partir da internalização desse acordo, poderão ser intercambiadas informações relativas aos tributos administrados pela Receita Federal e aqueles existentes na Suíça nos três níveis de governo (federal, cantonal e comunal) no interesse da administração tributária, para o cumprimento das respectivas leis internas referentes aos tributos abrangidos.

Em 2015 entrou em vigor o Acordo de Cooperação Intergovernamental (IGA) para a implementação do FATCA (*Foreign Account Tax Compliance Act*), acordo que viabiliza o intercâmbio automático de informações entre os fiscos brasileiro e norte-americano, relativamente às movimentações financeiras de cidadãos brasileiros em instituições financeiras norte-americanas e vice-versa. A partir disso, tiveram início as atividades relacionadas ao FATCA.

Em relação aos pedidos de intercâmbio de informações recebidos pela RFB, houve a redução, em relação a 2014, do tempo médio de atendimento aos pedidos de 151 dias para 105 dias e do tempo médio em estoque dos pedidos de 647 dias para 195 dias, resultando na diminuição do indicador TR de 399 dias para 150 dias (redução de 62,4%). Esse resultado aproxima o Brasil do desempenho padrão aceito internacionalmente que é de atendimentos em até 90 dias.

O ano de 2015 marcou também a apresentação, por parte da OCDE, do pacote definitivo de medidas do projeto BEPS para o combate à erosão da base tributária e transferência de lucros do G20. Esse pacote busca limitar os vazios normativos existentes em nível mundial que permitem que os lucros das empresas desapareçam ou sejam artificialmente transferidos para jurisdições de baixa ou nenhuma tributação. A Secretaria da Receita Federal do Brasil participou dos debates para a formulação das normas a serem adotadas pelos países para evitar a elisão fiscal, juntamente com os países do G20 e da OCDE.

No âmbito do Comitê Técnico nº 2 do Mercosul, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Administração Federal de Ingressos Públicos (AFIP), da República Argentina, assinaram três resoluções:

- Plano de trabalho conjunto para o reconhecimento mútuo de Operador Econômico Autorizado (OEA);
- Acordo para a troca de imagens de raio-x; e
- Acordo para reconhecimento mútuo de lacre eletrônico.

1.5.6.6 - Realizar a Comunicação Social

Compreende realizar as atividades de comunicação social com a sociedade em geral por meio de distintos canais e veículos, de iniciativas voltadas para o fortalecimento da relação com os veículos de comunicação e de fortalecimento da imagem institucional.

A Assessoria de Comunicação Social (Ascom) da RFB realizou, durante o ano de 2015, as seguintes atividades no âmbito de suas competências:

a. Atendimento à Imprensa

Atender a jornalistas da imprensa nacional e regional (mídia digital, TV, rádio, agências de tempo real e revistas), encaminhando suas demandas às áreas técnicas da RFB; suporte e assessoria às unidades nos esclarecimentos de atos e fatos protagonizados pela RFB, ou dos quais faça parte. A imprensa solicita à RFB informações de alteração na legislação, balanços da arrecadação, fiscalização e aduana, operações conjuntas com outros órgãos, mutirões de destruição etc. As solicitações são respondidas por e-mail ou entrevistas coletivas (ao vivo ou por telefone). Em 2015 houve 35 coletivas.

- “Repercussão”: boletim destinado às autoridades com as principais matérias das coletivas;
- “Últimas notícias”: um espaço na homepage do site da RFB na Internet contendo todas as matérias enviadas à imprensa; em 2015, foram veiculadas 357 notícias;
- “Panorama”: newsletter com destaques e resultados da RFB, que o Secretário da RFB entrega ao Ministro da Fazenda;
- Apoio ao “Media Training”, programa de treinamento dos técnicos da RFB para aperfeiçoamento de relacionamento com a imprensa: em 2015 foi realizado na Esaf o Media Training para a Secretaria do Tesouro Nacional, o primeiro para servidores de outros órgãos;

- Acompanhamento da Mídia - Clipping Diário de Notícias: notícias dos jornais de circulação nacional e regional que se referem, direta ou indiretamente, à Instituição, que em 2015 foram enviados aos seus funcionários e administradores, informando-os, em 365 edições nacionais e regionais, o que é publicado na imprensa sobre a RFB.

b. Internet

Lançado em dezembro de 2014, o novo sítio da RFB na Internet ficou mais prático, fácil e intuitivo. Direcionado ao contribuinte, foi construído com foco nos serviços e conforme a “Identidade Digital do Governo” (IDG) - projeto do Governo Federal de padronização dos sítios dos órgãos públicos federais na Internet, tornando mais amigáveis os portais dos órgãos públicos federais e otimizando a comunicação com o cidadão. Além disso, durante 2015 houve treinamento dos editores e revisores responsáveis pelo conteúdo de cada área no sítio da RFB na Internet, e os cuidados com a sua parte gráfica também foi aperfeiçoada com a contratação de um banco de imagens profissional e o treinamento dos servidores no uso de softwares gráficos.

c. Facebook

A Receita Federal ingressou no Facebook em dezembro de 2014 a fim de se aproximar do cidadão. A página no Facebook é mais um canal de divulgação da RFB e suas regras de uso deixam claro que não se trata de um canal de atendimento ao contribuinte. No final de 2015 a página superou o número de 59.000 curtidas.

d. Twitter

Outra mídia social em destaque, em 2015 o *Twitter* da RFB teve um grande crescimento e o seu número de seguidores ultrapassou 100 mil.

e. Campanha Publicitária de Utilidade Pública

Em 2015 foi realizada, por meio da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR), a campanha publicitária de utilidade pública “IRPF 2015”, veiculada por intermédio da Internet, rádio e televisão.

f. Revista Fato Gerador

A revista divulga informações referentes à RFB que são de interesse da mídia e da sociedade, possibilitando que a Instituição preste contas das suas atribuições legais. Disponível em formato impresso e eletrônico e contendo o resultado semestral das ações da RFB, a revista é um material de consulta prático e atualizado para os servidores da Instituição, e em 2015 foram publicadas as edições 8 e 9.

g. Relatório Anual de Atividades da Receita Federal – 2014

Criado para atender ao Princípio da Transparência e divulgar as realizações da Instituição, em 2015 foi publicada a segunda edição do relatório, com um balanço das ações de destaque realizadas pelo órgão no ano anterior. Tal como a Revista Fato Gerador, o Relatório de Atividades recebe as contribuições vindas de todos os setores da RFB e está disponível em formato impresso e eletrônico.

h. Identidade Visual da RFB

Em 2015, a Ascom participou do grupo de trabalho sobre a utilização de uniformes na Receita Federal, que baseou suas discussões e decisões no Manual de Identidade Visual da RFB.

- Novos backdrops - painéis utilizados como fundo: foram criados e impressos para atender a necessidade de apresentação da marca da Receita Federal alinhada à do Governo Federal: “Brasil. Pátria Educadora”, durante as entrevistas concedidas pela RFB.

i. Programa de Formação Profissional (PFP) 2015

Neste programa, servidores da Ascom apresentaram o processo de comunicação institucional na RFB, por meio da ministração da disciplina de Comunicação Social.

j. TV Receita

A TV Receita divulga vídeos institucionais, especiais e programas jornalísticos, onde temas relevantes e de interesse do servidor são tratados em entrevistas, debates e reportagens. Há, ainda, transmissão de eventos ao vivo, que são gravados para veiculação no mesmo dia ou posteriormente. A TV Receita objetiva tornar a divulgação institucional mais atraente e dinâmica, contribuindo para maior integração do órgão. Em 2015, com a renovação da contratação da produtora de vídeo, mantivemos a qualidade e capacidade de produção de material audiovisual da TV Receita. Os assuntos tratados se originam de colaborações e iniciativas nascidas nas unidades da Instituição.

- Youtube: a TV Receita está presente no Youtube, no canal oficial da Receita Federal, no sítio da RFB na Internet e na Intranet da Instituição.
- TV Receita No Ar: ferramenta de comunicação criada em 2015, consiste num arquivo que a Ascom periodicamente disponibiliza na Intranet, contendo a consolidação dos vídeos mais recentes, e já publicados, de educação fiscal, campanhas de utilidade pública, notícias, pronunciamentos, vídeos institucionais, entrevistas curtas e muito mais. As unidades da RFB podem baixar o arquivo e colocá-lo para rodar diretamente em aparelhos de TV em espaços públicos de maneira contínua.

1.5.6.7 - Gerir Cadastros Tributários e Aduaneiros

Consiste em identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação e controle aduaneiro, discriminando perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias e aduaneiras a que estarão sujeitos de maneira atualizada e dinâmica, permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo e, por fim, apoiar a administração de riscos tributários e aduaneiros.

As informações cadastrais custodiadas pela Receita Federal seguem as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas.

A Suara, por meio da Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros (Cocad), trabalha para acompanhar a evolução das modernas e integradas soluções tecnológicas, de modo que possa oferecer serviços compatíveis com os novos padrões de eficiência traçados para a Administração

Pública, estabelecendo interoperabilidade com os demais poderes, esferas do governo e com a sociedade em geral.

As principais realizações nos sistemas e bases de dados atuais de cada tipo de cadastro, realizadas ao longo de 2015, foram:

- **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**

- Com o objetivo de melhorar a qualidade do cadastro das Empresas Domiciliadas no Exterior, foram especificadas, juntamente com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central (Bacen) e Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla), mudanças para que o CNPJ passasse a captar informação do Quadro de Sócios e Administradores de empresas domiciliadas no exterior, criando inclusive no cadastro a figura do Beneficiário Final e do Número de Identificação Fiscal (NIF).
- Em atendimento à Lei de Acesso à Informação e ao conceito de Transparência Ativa, foram disponibilizadas mais informações para consulta pública no sítio da RFB, tais como consultas ao Quadro de Sócios e Administradores, Capital Social, Ente Federativo Responsável, endereço eletrônico e telefone.
- Foram baixadas de ofício quase 1 milhão de pessoas jurídicas em situação de omissão contumaz, por não apresentarem nenhuma declaração durante 5 exercícios.
- Realizados estudos e identificada proposta de solução para reduzir as fraudes na constituição de pessoas jurídicas, principalmente Microempreendedores Individuais. Previsão de implantação no primeiro quadrimestre de 2016.
- Evolução da integração do CNPJ com o sistema de Registro e Licenciamento de Empresas (RLE), de modo a possibilitar que inscrições de empresas no Distrito Federal, atendidos alguns requisitos, sejam realizadas por intermédio do RLE.
- Atualização, no CNPJ, das Naturezas Jurídicas de Estados e Municípios, de modo a refletir a tabela mais recente publicada pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA).

- **Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)**

- Saneamento e qualificação de dados cadastrais:
 - Foram suspensos cerca de 1,5 milhão de CPFs que possuíam inconsistência cadastral em relação à base de eleitores;
 - Foram apropriados 7,6 milhões de registros de óbitos à base CPF;
 - Apropriação de 1,1 milhão de registros de Títulos Eleitorais à base CPF.
- Implementação do Data Warehouse CPF (DW CPF) - Essa ferramenta possibilita gerar relatórios gerenciais e relatórios de auditoria com vistas à detecção de operações suspeitas ou anormais.
- Inclusão de novos dados no Comprovante de Situação Cadastral - Visando reduzir o risco de fraude e dar maior transparência à sociedade sobre a real situação do titular do CPF perante a RFB, foram incluídos no comprovante os seguintes dados: data de nascimento, data de inscrição no CPF e ano de óbito, se houver.
- Implementação do convênio entre a RFB e a CVM - A partir de 20/02/2015 a CVM passou a prestar serviço de inscrição de CPF para o investidor estrangeiro, pessoa física residente no exterior. Essa parceria visa melhorar o ambiente de negócios, pois muitas pessoas físicas desistiam de

investir no Brasil em face da dificuldade para obter inscrição no CPF.

- Implementação do Serviço de Inscrição de CPF nos Cartórios de Registro de Pessoas Naturais – em 01/12/2015 foi implementado nos cartórios o serviço de emissão de CPF no momento da lavratura da certidão de nascimento. Em dezembro/2015, os 510 cartórios que aderiram ao convênio RFB-Arpen realizaram cerca de 35 mil inscrições de CPF em todo o país. O serviço agrega mais segurança ao CPF e, além de ser gratuito, traz comodidade ao cidadão que necessita inscrever seu filho no cadastro gerido pela RFB.
- Criação da Tabela Integradora do CPF – essa tabela possibilitará a consulta à relação de documentos de um contribuinte, a partir da vinculação com nº CPF. Em 2015, os dados da Certidão de Nascimento deram início ao processo de povoamento da tabela.
- Especificação do Serviço de Inclusão de Dados do Passaporte na Tabela Integradora do CPF – foi especificado serviço para inclusão de dados literais e biográficos do passaporte na Tabela Integradora do sistema CPF. Esses dados agregarão maior segurança ao processo de identificação da pessoa física.
- Criação da Tabela Filiação no Sistema CPF – até 2014, a RFB coletava somente o dado “nome de mãe”. A partir de 2015, as inscrições de CPF realizadas por meio dos cartórios passaram a alimentar o CPF com dados de filiação.
- Novo serviço de CPF nos cartórios – em dezembro/2015 foi publicado no Diário Oficial da União, aditivo ao convênio RFB-Arpen que prevê que os cartórios poderão realizar o ato de cancelamento de CPF. Isso agregará mais segurança ao CPF, pois o cancelamento da inscrição do falecido se dará no momento da lavratura da certidão de óbito.

A seguir, apresentam-se as realizações relevantes no período com relação aos projetos do Programa de Integração dos Cadastros Fiscais (CadFisc), que tem como objetivo a integração de todos os temas de cadastros com agregação de atributos tributários, previdenciários e aduaneiros:

- **Projeto de Integração Nacional - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (PIN - REDESIM)**

O Projeto de Integração Nacional (Redesim) alcançou a marca de 1.333 municípios integrados na viabilidade. Em relação a 2014, houve um salto de 600 municípios.

O índice de integração com os patrocinadores, de acordo com os parâmetros definidos pelo Gerente do Projeto, alcançou a marca de 46,90 em Dez/2015. Em Jul/2014 a marca era de 24,87.

Neste ano, 12 UF chegaram a mais de 50% de integração.

- **Ações relevantes realizadas em 2015:**

- Janeiro/2015: Implantação da baixa simplificada. Seguindo a diretriz de simplificação do processo de registro e legalização de Pessoas Jurídicas, a partir do dia 19 de janeiro de 2015 todas as empresas puderam obter baixa de seus registros e inscrições, independentemente da existência de qualquer pendência fiscal e dispensadas de certidões negativas de débito para arquivamento dos atos de extinção perante as Juntas Comerciais. Esta entrega reforçou uma premissa do projeto que é a entrada única de documentos no órgão de registro. Mais de 130 mil procedimentos de baixa deixaram de ser realizados pelas Unidades da RFB neste período, desde a implantação dessa nova funcionalidade. Isto significa que os servidores da RFB alocados no atendimento puderam voltar sua força de trabalho a outros assuntos, melhorando a qualidade do atendimento ao contribuinte.

- Julho/2015: Integração com os Cartórios de Pessoa Jurídica. Em 14 de julho de 2015 a

Secretaria da Receita Federal do Brasil assinou convênio de desenvolvimento de programa de cooperação técnico-administrativa visando a unificação dos procedimentos de cadastramento, alteração e baixa de dados do registro civil de pessoas jurídicas, praticados pelos Registradores de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas; e o intercâmbio de dados cadastrais entre RFB e os RTDPJ, por intermédio do Instituto IRTDPJBrasil. Atualmente o Estado de Minas Gerais e o Estado do Rio de Janeiro já têm integração com, respectivamente, sessenta por cento (60%) e cinquenta por cento (50%) dos atos cadastrais praticados. Para 2016, é esperado o avanço do convênio para as demais UF.

- Outubro/2015: Serviço de Gestão e Monitoramento da Redesim. Em 01 de outubro de 2015 a Secretaria da Receita Federal do Brasil disponibilizou mais um serviço para monitoramento e gestão da integração nos diversos Estados. Este sistema será responsável pela coleta de métricas do Sistema Integrador Nacional, permitindo ações pró-ativas, mediante alertas, para correção de possíveis falhas na comunicação entre os participes, aumentando assim a disponibilidade do ambiente, bem como sua segurança. Além disso, permitirá a geração de relatórios gerenciais para subsidiar uma análise efetiva sobre a evolução do Processo de Registro e Legalização de Empresas no País.

- **Novo CNPJ**

Foi iniciada a definição dos fluxos dos atos cadastrais a serem tratados no CNPJ - Coleta, porém este trabalho foi despriorizado em função da necessidade de entrega do barramento de serviços como primeiro produto.

A primeira versão dos requisitos do CNPJ - Barramento foi concluída e foi construída uma nova Consulta Pública utilizando os serviços do Barramento. A nova Consulta Pública está em fase final de homologação.

Foi concluída a primeira versão dos requisitos do CNPJ - Regra e, em dezembro de 2015, foi iniciada a sua construção.

Foram definidos os requisitos básicos do CNPJ - Tradutor que eram necessários para a abertura das demandas de desenvolvimento. Foram abertas 3 demandas para o desenvolvimento desse módulo."

- **Novo CPF**

O projeto do Novo CPF tem o propósito de implantar um novo Cadastro de Pessoas Físicas que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com outros órgãos cadastrais, em especial com órgãos de registro civil e identificação, bem como a inclusão de novos atributos que permitam conhecer o perfil integral do contribuinte.

O projeto Novo CPF impacta de maneira expressiva o objetivo de conhecer o perfil integral dos contribuintes e o fortalecimento das relações institucionais, pela integração de informações cadastrais, agregando em uma base nacional de pessoas físicas informações do registro civil e de identificação biométrica. Da mesma forma a integração cadastral aprimora e amplia os serviços prestados à sociedade, desburocratizando o processo de registro, identificação e cadastro civil das pessoas físicas; eleva a percepção de risco e presença fiscal e aumenta a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário, pois a integração cadastral com outros entes uniformiza as informações e potencializa o poder fiscalizatório de todos os órgãos.

O projeto terá como produto principal de Tecnologia da Informação o Portal de Cadastros RFB. O Portal de Cadastros está sendo desenvolvido de forma modularizada, havendo, dessa forma, várias entregas parciais. Ele será a interface gráfica por meio da qual a informação cadastral será

disponibilizada aos usuários da Receita Federal.

Integrado aos demais cadastros corporativos, como o CNPJ, Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF), Cadastro Nacional de Obras (CNO) e Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER), será também a ferramenta de gestão do processo de trabalho “Gerir Cadastros Tributários e Aduaneiros”. Em 2015 foram especificados os módulos relacionados ao Atendimento de Atos Cadastrais (inscrição e alteração), que estão em fase de construção no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

O Sistema Nacional de Informações Cadastrais da Pessoa Física (Sincad PF), que estava em fase de avaliação pelo Gabinete RFB para fins de aprovação e negociação com os órgãos de registro civil e identificação, foi incorporado ao Projeto do Portal Cadastros como uma etapa de integração dos cadastros.

- **Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER)**

No início de 2015 a minuta do Decreto de instituição do SINTER foi resgatada pelo Ministério da Fazenda por conta da mudança do ministro da pasta. Com isso, retomou-se a discussão no âmbito da Receita Federal para ajustar o Decreto, que foi enviado novamente, com o novo texto, para os trâmites de publicação.

Após o envio, iniciaram-se várias reuniões com os Ministérios de interesse para alinhamento das propostas de construção do SINTER e, atualmente, a minuta do Decreto está em fase final para assinatura e publicação.

- **Ações relevantes realizadas em 2015:**

- Iniciado o mapeamento de processos do Sinter;
- Realização do evento EUROSocial - novembro de 2015;
- Formação de grupos de trabalhos com componentes de vários órgãos do governo federal para aprimoramento da especificação do sistema Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

- **Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR)**

No ano de 2015 foi concluída a pré-especificação do CNIR e iniciada a especificação. Foram analisados os fluxos de processos atuais relativos à inscrição, alterações e baixa do Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir). Em paralelo, foram examinados os processos de certificação de imóveis e as atividades dos atores envolvidos: detentor do imóvel, profissional credenciado, técnicos do Incra e registradores de imóveis. A compreensão clara dos processos e dos atores facilitou a construção do modelo futuro de cadastro representado pelo CNIR.

Dentre as premissas do modelo cumpre destacar: prestação da informação uma única vez pelo detentor do imóvel ou seu representante, compartilhamento das informações entre todos os órgãos produtores e usuários de informações sobre o meio rural brasileiro, atendendo ao princípio da interoperabilidade, consolidado pela política do Governo Eletrônico (e-Governo), integração cadastro-registro, integração das informações gráficas e literais.

- **Ações relevantes realizadas em 2015:**

- Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (entre RFB e Incra) em julho de 2015;
- Implementação do Portal Cadastro Rural
 - Realização de treinamento com os colaboradores do Portal Cadastro Rural - março de 2015;

- Criação da equipe de sustentadores do Fale Conosco do Portal – março de 2015;
- Homologação do Portal – julho de 2015;
- Homologação do Senha-Rede – agosto de 2015;
- Implementação do Portal Cadastro Rural em agosto de 2015;
- Divulgação externa e periódica dos procedimentos de vinculação por meio Portal;
- Divulgação no sítio da Receita Federal do Portal Cadastro Rural;
- Divulgação na Intranet, por meio de boletim informativo, da implementação do Portal Cadastro Rural;
- Inclusão de notícias periódicas no Portal.
- Batimento das bases Cafir/SNCR – Vinculador:
 - Adaptação na DITR/2015 – mensagem informativa com tabela escalonada por área do imóvel;
 - Homologação da funcionalidade “Vinculador” - julho de 2015;
 - Publicação da IN Conjunta RFB/Incra – agosto de 2015;
 - Alterações na IN do Cafir – agosto de 2015;
 - Implantação da funcionalidade de vinculação das bases do Cafir/SNCR, iniciada em agosto de 2015;
 - Inclusão de um manual no Portal Cadastro Rural para auxiliar no procedimento de vinculação;
 - Divulgação na intranet, por meio de boletins informativos, do procedimento de vinculação;
 - Adaptação da página do Cafir no site da RFB.
- Realização de reuniões de pontos de controles semanais;
- Participação no Simpósio Íbero-Americanano de Cadastros – promovido pelo Incra – agosto 2015;
 - Realização do evento EUROSocial - novembro de 2015;
 - Formação de grupos de trabalhos com componentes de vários órgãos do governo federal para aprimoramento da especificação do sistema CNIR;

- **Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF)**

A Divisão de Administração dos Cadastros de Informações Previdenciárias (Dicap), vinculada à Cocad, foi responsável pelo desenvolvimento do Aplicativo CAEPF, produto do Projeto Matrícula CEI – Ajustes nos cadastros da RFB. Esse projeto faz parte do Programa de Unificação dos Créditos Previdenciários e Fazendários (PUC) que implantará o eSocial, a DCTF Web e outros sistemas e procedimentos que permitirão o tratamento unificado dos créditos sob a gestão da RFB.

O CAEPF substituirá o Cadastro Específico do INSS (CEI) referente às matrículas do contribuinte individual, do produtor rural e do segurado especial e será responsável por registrar as atividades econômicas exercidas pela pessoa física.

O CAEPF, como um dos produtos do Programa de Unificação dos Créditos, depende do cronograma de implantação dos demais sistemas a serem disponibilizados no âmbito desse programa.

Todo o aparato para que o sistema seja disponibilizado foi devidamente desenvolvido:

- Realização de todos os testes necessários para atestar a conformidade do sistema com as regras especificadas;
- Realização de todos os testes necessários para atestar a conformidade da integração do CAEPF com o CPF, que proporcionará atualizações automáticas;
- A minuta de Instrução Normativa que disciplinará o cadastro encontra-se pronta para publicação;
- Inclusão do manual do CAEPF no sistema que concentra os manuais dos sistemas da RFB (e-Manuais). As portarias de perfil de acesso foram cadastradas no sistema de concessão eletrônica de habilitação (e-Fau);
- Elaboração de comunicado a ser publicado na intranet da RFB para divulgação interna do CAEPF;
- Realização de videoconferências com todas as regiões fiscais para apresentação do sistema;
- Criação de folheto com orientações aos contribuintes para distribuição nas unidades de atendimento;
- Designação e capacitação da equipe responsável pelo suporte técnico aos usuários internos (Suporte Web);
- Conclusão do desenvolvimento das páginas no sítio da RFB que apresentarão informações e orientações sobre o CAEPF.

- **Cadastro Nacional de Obras (CNO)**

O CNO substituirá o CEI referente às matrículas de obras de construção civil e será responsável pelo registro das obras vinculadas às pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, que constituem fato gerador das contribuições previdenciárias.

Será necessário realizar adaptações no aplicativo CNO para atender às necessidades de informações das áreas usuárias PUC 02 (DCTF WEB e Lançamento) e PUC 3 (Projeto Global de Construção Civil) e para adequar o CNO à nova interpretação da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) sobre a questão da solidariedade entre responsáveis de obra inacabada.

- **Ações relevantes realizadas em 2015:**

- O mapeamento de processos do CNO foi finalizado e encaminhado para a aprovação e publicação;
- Participação no seminário de Nivelamento e Planejamento do Programa de Unificação do Crédito Tributário (PUC) – abril de 2015;
- Reunião com equipe do PUC 03 para discutir integração entre PUC 05 e PUC 03 - maio de 2015;
- Elaboração da pré-especificação – manutenção evolutiva do aplicativo CNO para atender às necessidades das áreas usuárias – dezembro 2015.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

**ITEM 2: PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO
E OPERACIONAL**

2.1 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Planejamento Estratégico da RFB é baseado na metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC) e se materializa em 3 instrumentos basilares: o Mapa Estratégico, os Indicadores Estratégicos e o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

O Mapa Estratégico da RFB consolida, em um único documento, a Missão, a Visão e a Estratégia da organização, por meio de um conjunto abrangente de objetivos interligados que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição. Durante o exercício 2015, esteve vigente o Mapa Estratégico definido para o ciclo de 2012-2015.

Os Indicadores Estratégicos mensuram o desempenho atual e a meta que se deseja alcançar para se atingir a Estratégia da organização.

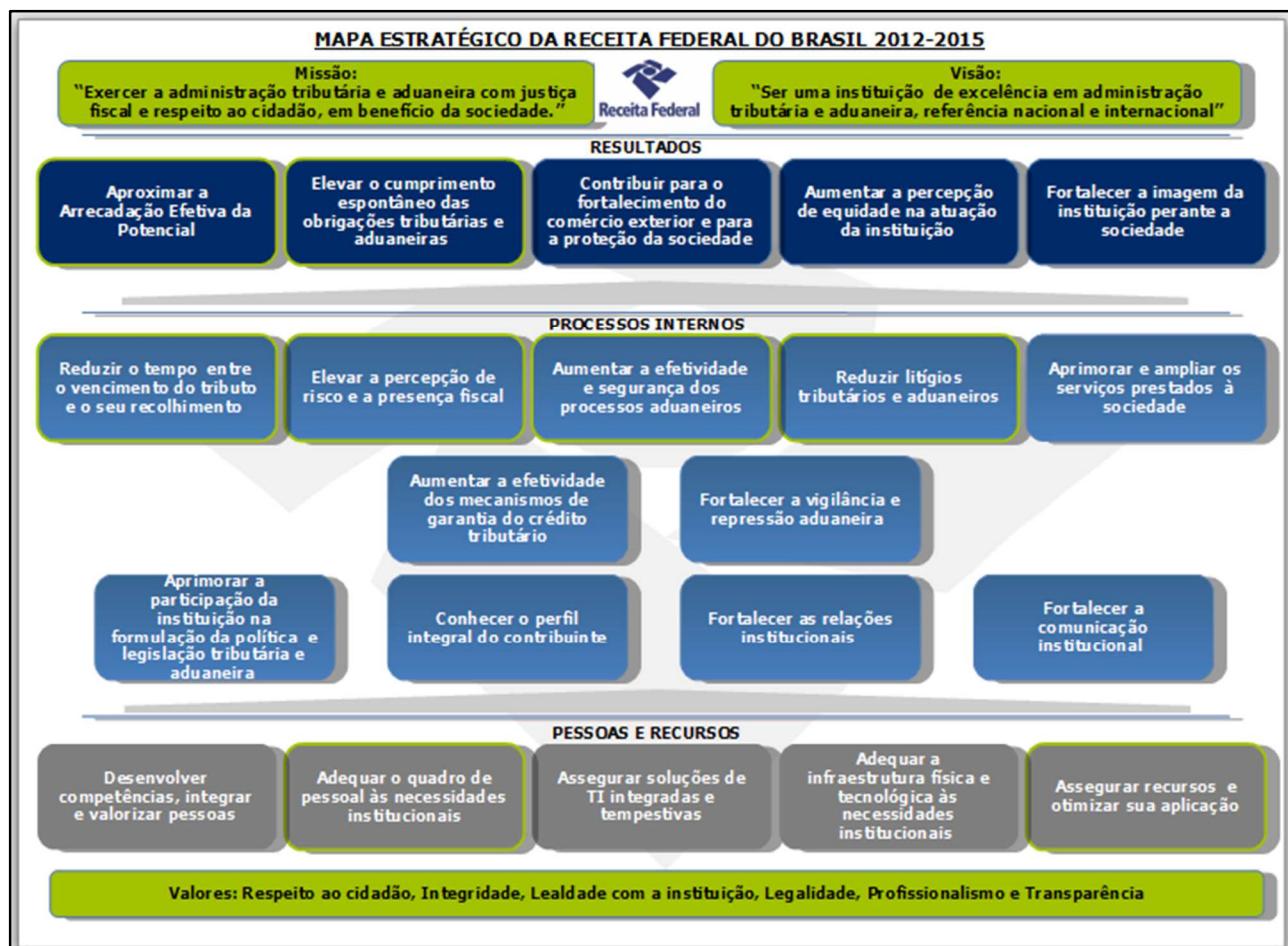
O Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais representa as iniciativas que contribuem, mais fortemente, para o alcance dos Objetivos Estratégicos da RFB.

2.1.1 – Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Plano Estratégico vigente no período de 2012-2015 é composto por 6 elementos básicos: Missão; Visão; Objetivos Estratégicos de Resultados; Objetivos Estratégicos de Processos Internos; Objetivos Estratégicos de Pessoas e Recursos; e Valores.

A seguir, a figura do Mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil - Ciclo 2012-2015.

Figura 24: Mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil - Ciclo 2012-2015



Fonte: Intranet RFB

A Missão (razão de ser da organização) da RFB expressa seu papel institucional com relação às políticas públicas:

"Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade"

A Visão de Futuro reflete as aspirações que a organização tinha em 2011 em relação a seu futuro:

"Ser uma Instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional".

Os Valores Institucionais norteiam a atuação da RFB e de seu corpo funcional. São eles:

- Respeito ao cidadão;
- Integridade;
- Lealdade com a Instituição;
- Legalidade;
- Profissionalismo; e
- Transparéncia.

Os Objetivos Estratégicos são os fins perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios enfrentados, determinando, assim, as estratégias desenvolvidas ao longo do ciclo 2012-2015.

No total, foram definidos 21 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas: Resultados, Processos Internos e Pessoas e Recursos. Os Objetivos de Resultado demonstram o que a Instituição quer e os Objetivos de Processos Internos e de Pessoas e Recursos o que a Instituição deve fazer para alcançar os resultados desejados.

Os Objetivos Estratégicos da RFB que vigoraram entre 2012 e 2015 foram:

a) Perspectiva de Resultados:

- 1) Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial: envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
- 2) Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras: ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.
- 3) Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade: fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
- 4) Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição: aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade: fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua Missão com excelência, transparéncia, integridade e profissionalismo.

b) Perspectiva de Processos Internos:

- 1) Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento: racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário, permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
- 2) Elevar a percepção de risco e a presença fiscal: intensificar a atuação da Instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
- 3) Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros: proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.
- 4) Reducir litígios tributários e aduaneiros: melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade: adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela Instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.
- 6) Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário: assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.
- 7) Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira: adequar recursos e procedimentos necessários visando a melhorar e a ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.
- 8) Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira: aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.
- 9) Conhecer o perfil integral do contribuinte: conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.
- 10) Fortalecer as relações institucionais: fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.
- 11) Fortalecer a comunicação institucional: aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara

c) Perspectiva de Pessoas e Recursos:

- 1) Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas: capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas, tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.

- 2) Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais: prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.
- 3) Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas: assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.
- 4) Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais: disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.
- 5) Assegurar recursos e otimizar sua aplicação: assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Dentre os Objetivos Estratégicos definidos para o quadriênio 2012-2015, 8 foram considerados "objetivos-batalha", identificados por uma borda verde na figura do Mapa Estratégico da RFB. Esses objetivos foram selecionados à época de sua elaboração em função da importância que tinham para a consecução da estratégia da RFB, de forma a orientar para que fossem acompanhados de maneira mais atenta pela Administração.

2.1.2 – Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Conforme definição da Portaria RFB nº 2.543, de 25 de abril de 2011, Competências Institucionais são os atributos da Instituição que a tornam eficaz, permitem que sejam atingidos seus objetivos e geram benefícios percebidos pela sociedade ou usuários dos serviços prestados, expressam as capacidades da RFB ou de suas principais áreas funcionais.

Desta forma, são competências institucionais da RFB:

1. Suficiência arrecadatória
2. Controle aduaneiro eficiente e seguro
3. Promoção do cumprimento espontâneo e educação fiscal
4. Presença e controle fiscal
5. Serviços de excelência ao cidadão
6. Gestão integrada do crédito tributário
7. Racionalização e simplificação normativa
8. Gestão estratégica de pessoas
9. Gestão integral da informação
10. Efetividade na gestão de recursos
11. Relacionamento institucional
12. Gestão estratégica de comunicação

A tabela a seguir apresenta a vinculação das competências institucionais com alguns objetivos estratégicos previstos para o ciclo 2012 - 2015 da RFB.

Quadro 28: Competências Institucionais e Objetivos Estratégicos

Competências Institucionais	Objetivos Estratégicos
1. Suficiência arrecadatória	Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial.
2. Controle aduaneiro eficiente e seguro	Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade.
3. Promoção do cumprimento espontâneo e educação fiscal	Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras.
4. Presença e controle fiscal	Elevar a percepção de risco e a presença fiscal.
5. Serviços de excelência ao cidadão	Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade.
6. Gestão integrada do crédito tributário	Conhecer o perfil integral do contribuinte.
7. Racionalização e simplificação normativa	Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira.
8. Gestão estratégica de pessoas	Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas.
9. Gestão integral da informação	Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas.
10. Efetividade na gestão de recursos	Assegurar recursos e otimizar sua aplicação.
11. Relacionamento institucional	Fortalecer as relações institucionais.
12. Gestão estratégica de comunicação	Fortalecer a comunicação institucional.

Fonte: Copav

A. Vinculação do Mapa 2012-2015 da RFB com o Planejamento Estratégico do MF

O Ministério da Fazenda (MF) vem, ao longo dos últimos anos, consolidando o seu Planejamento Estratégico e a RFB participa deste planejamento como membro do Comitê Estratégico de Gestão (CEG) do Ministério da Fazenda que tem a atribuição, dentre outras, de aprovar o Mapa Estratégico do MF.

A Resolução nº 03, de 05 de julho de 2013, apresenta os documentos aprovados pelo CEG: o texto sintético da Visão de Futuro do MF para 2018, os direcionadores estratégicos (críticos) para a Visão de Futuro e a Carteira de Projetos Estratégicos Corporativos (PECs).

Visão de Futuro do MF:

“O Ministério da Fazenda apresenta-se fortalecido na sua capacidade de formulação e implementação de políticas econômicas, orientado pela modernização e simplificação do modelo tributário nacional, pela transparência e qualidade do gasto público, pela maior inserção do país no cenário internacional e pela promoção do desenvolvimento socioeconômico, a partir de uma atuação integrada”.

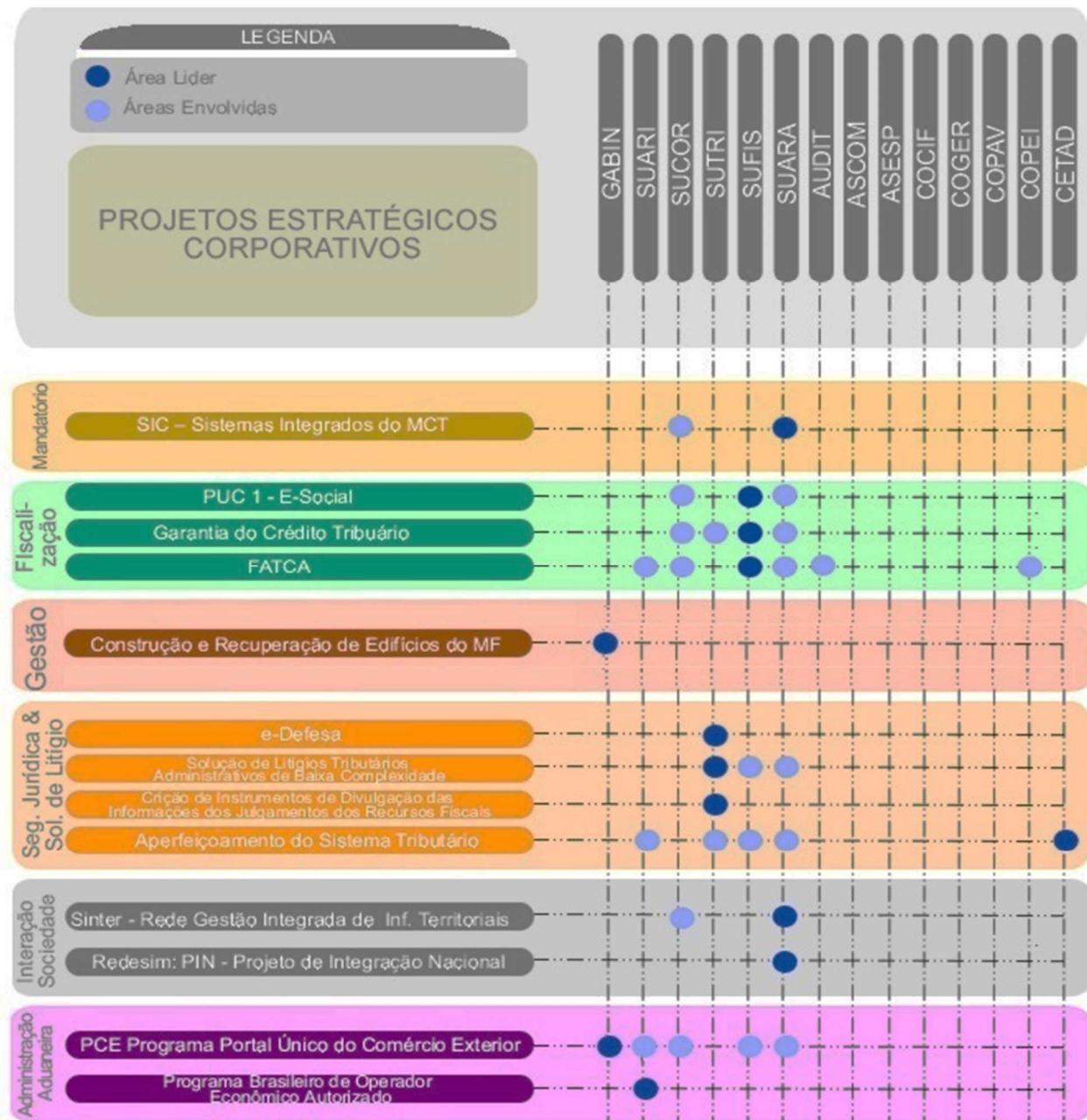
Para a RFB, a modernização e simplificação do modelo tributário nacional são as diretrizes primordiais constantes na visão de Futuro do MF. Quanto às Diretrizes Estratégicas (nome dado aos Objetivos Estratégicos no planejamento do MF), das 24 existentes, a RFB participa como protagonista em 5 delas:

- Aumentar a eficiência e efetividade dos mecanismos de arrecadação, controle e recuperação dos créditos da fazenda pública;
- Aumentar a qualidade do lançamento e da garantia do crédito;
- Fortalecer as ações que elevem a percepção de risco pelo contribuinte;

- Garantir a agilidade no fluxo internacional de bens, mercadorias e viajantes com segurança do controle aduaneiro;
- Reduzir litígios, com ênfase na prevenção e na celeridade da tramitação dos processos, garantindo o crédito tributário e a segurança jurídica.

Para atender esta visão e os Objetivos Estratégicos do MF, foi definida a realização de projetos no âmbito da RFB que passaram a compor a carteira de Projetos Estratégicos Corporativos do MF, conforme figura a seguir:

Figura 25: Projetos Estratégicos Corporativos



Fonte: Copav

2.1.3 – Indicadores Estratégicos da RFB

O monitoramento dos Objetivos Estratégicos da Instituição é realizado por intermédio de Indicadores Estratégicos que meçam seu atingimento.

Como em todo processo de aprendizado, na fase de amadurecimento em planejamento estratégico que a RFB se encontrava durante a formulação da Estratégia 2012-2015, não foi possível construir indicadores efetivamente mensuráveis para todos os Objetivos Estratégicos da Instituição. Assim, alguns Indicadores Estratégicos definidos não puderam ser mensurados em parte ou durante todo o ciclo 2012-2015.

Dos 54 indicadores definidos para os 21 Objetivos Estratégicos, 11 não puderam ser mensurados. A seguir a relação de Indicadores Estratégicos definidos para o quadriênio 2012-2015.

a) Perspectiva de Resultados:

1) Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial:

- Índice de realização da meta global de arrecadação;
- Índice de atingimento da arrecadação potencial – Indicador não mensurado.

2) Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras:

- Índice de adimplência do crédito tributário;
- Índice de adimplência das obrigações acessórias;
- Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação;
- Indicador de atividade de educação fiscal.

3) Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade:

- Índice de fortalecimento do comércio exterior – Indicador não mensurado.

4) Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição:

- Índice de percepção de equidade – Indicador não mensurado.

5) Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade:

- Índice de percepção da RFB pelo público externo – Indicador não mensurado.

b) Perspectiva de Processos Internos:

1) Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento:

- Índice de recuperação da cobrança especial;
- Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes;
- Tempo médio de contencioso de primeira instância – Indicador não mensurado;
- Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento;

- Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário.
- 2) Elevar a percepção de risco e a presença fiscal:
- Indicador global de desempenho da seleção;
 - Indicador global da fiscalização;
 - Indicador global da atividade de inteligência fiscal;
 - Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal;
 - Índice global da fiscalização aduaneira;
 - Indicador de presença fiscal.
- 3) Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros:
- Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior;
 - Índice global de desempenho aduaneiro no despacho de importação.
- 4) Reducir litígios tributários e aduaneiros:
- Índice de solução de consultas;
 - Índice de solução de consultas internas e divergências no contencioso;
 - Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos;
 - Índice de variação da litigância judicial;
 - Índice de litigância administrativa – Indicador não mensurado;
- 5) Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade:
- Tempo bruto consolidado do despacho de exportação;
 - Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos;
 - Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes;
 - Grau de fluidez do despacho de exportação – Indicador não mensurado;
 - Grau de fluidez do despacho de importação.
- 6) Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário:
- Índice de crédito tributário garantido.
- 7) Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira:
- Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira;
 - Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira.

8) Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira:

- Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária e aduaneira;
- Índice de atingimento da qualidade dos estudos setoriais.

9) Conhecer o perfil integral do contribuinte:

- Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes.

10) Fortalecer as relações institucionais:

- Tempo Médio de Atendimento aos pedidos de informação recebidos do exterior;
- Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias – Indicador não mensurado;
- Grau de cobertura dos convênios – Indicador não mensurado;
- Grau de ativação de convênios – Indicador não mensurado.

11) Fortalecer a comunicação institucional:

- Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB – Indicador não mensurado;

c) Perspectiva de Pessoas e Recursos:

1) Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas:

- Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento.

2) Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais:

- Índice de adequação da lotação.

3) Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas:

- Índice de tempestividade das soluções de TI;
- Índice de densidade de erros por pontos de função;
- Índice de densidade de novas funcionalidades por pontos de função.

4) Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais:

- Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas;
- Nível de adequação da infraestrutura tecnológica;
- Nível de adequação imobiliária.

5) Assegurar recursos e otimizar sua aplicação:

- Índice de gestão de mercadorias apreendidas;
- Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio;
- Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos.

A descrição dos Indicadores Estratégicos, suas metas e desempenhos, fórmulas de cálculo e outras informações foram detalhadas no item 2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho deste relatório.

2.1.4 - Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais

A RFB, em sintonia com a Estratégia definida para o Ciclo 2012-2015, estabeleceu o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais (PEIN), considerando as orientações do Plano Plurianual (PPA) 2012/2015, os Objetivos do Mapa Estratégico e os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

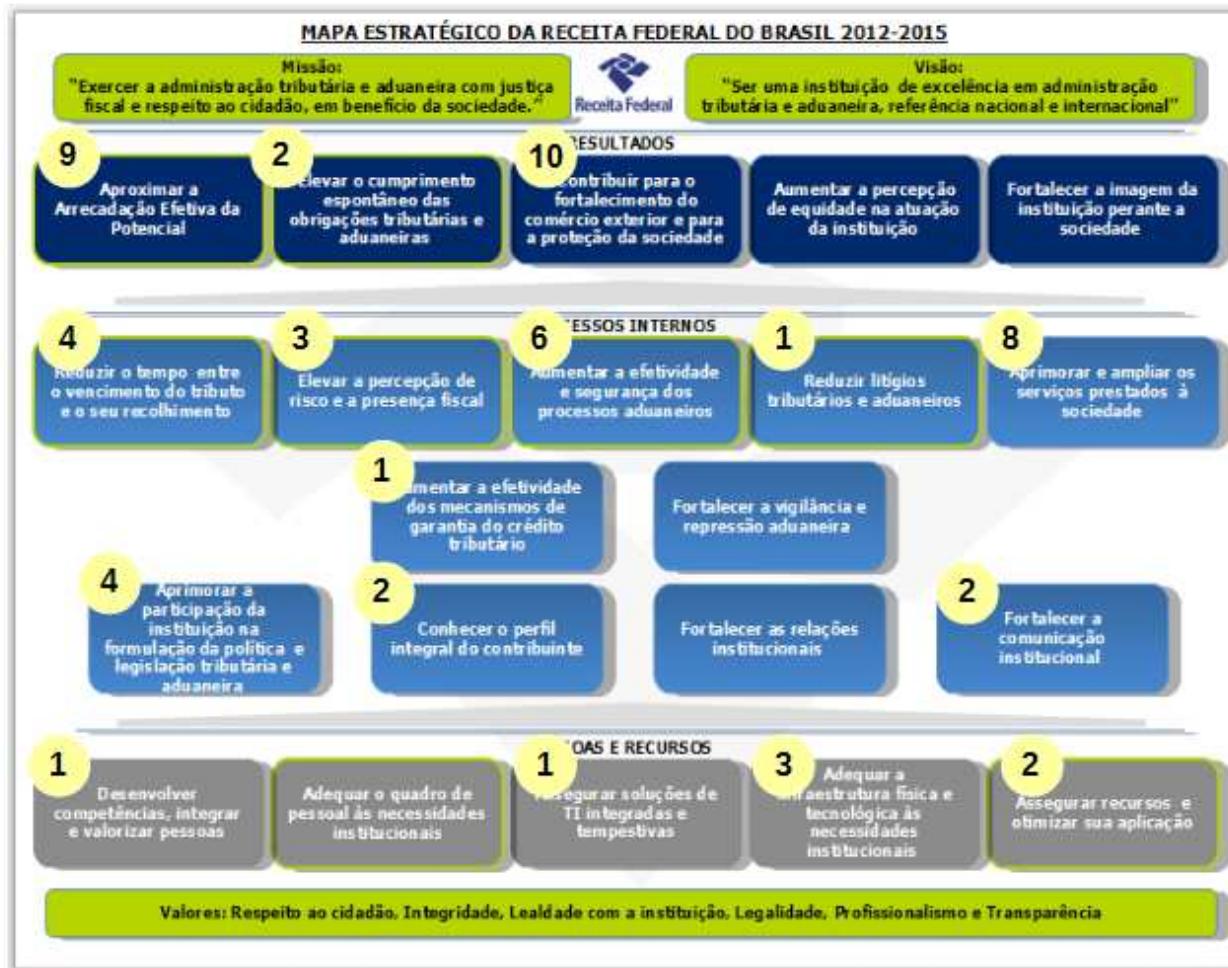
Os PEIN contribuem diretamente para o alcance dos Objetivos Estratégicos da RFB; devem estar alinhados à Missão da Organização; possuem a característica de transversalidade; são patrocinados, selecionados e acompanhados pela alta administração; e dispõem de prioridade na utilização de recursos.

No ano de 2015, não houve mudanças significativas na lista dessas iniciativas, sendo apenas incluídos dois novos projetos no Programa PCE – Portal Único do Comércio Exterior, quais sejam: PCE 06 – Novo processo de importação e PCE 07 – Harmonização de dados.

A Tabela que traz a Relação dos 59 Projetos Estratégicos Institucionais da RFB e sua descrição se encontra no **ANEXO 1**.

Esses Projetos impactam um ou mais Objetivos Estratégicos. A figura a seguir mostra o quantitativo de PEIN agrupados por Objetivo Estratégico.

Figura 26: Quantitativo de Projetos Estratégicos Institucionais por Objetivo Estratégico



Fonte: Copav

O quadro a seguir relaciona os Projetos Estratégicos Institucionais aos Objetivos Estratégicos impactados mais fortemente.

Quadro 29: Projetos Estratégicos Institucionais e Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico	Projeto
Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	CCPar – Consolidação e Cobrança de Parcelamentos
	CCPar 01 – Parcelamentos Fazendários
	CCPar 02 – Parcelamentos Previdenciários
	CCPar 03 – Parcelamento e Pagamento da Lei 11.194/09
	CCPar 04 – Parcelamento de Débitos do Simples Nacional
	CCPar 05 – Parcelamento e Pagamento da Lei 11.941/09 – Reaberturas
	PUC 02 - DCTF-Web
	PUC 03 - Projeto Global da Construção Civil (PGCC)
	PUC 11 - Unificação das Certidões Conjunta e Específica
Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	PUC 06 - Adaptação do Ambiente de Pagamentos ao Crédito Previdenciário
	Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais

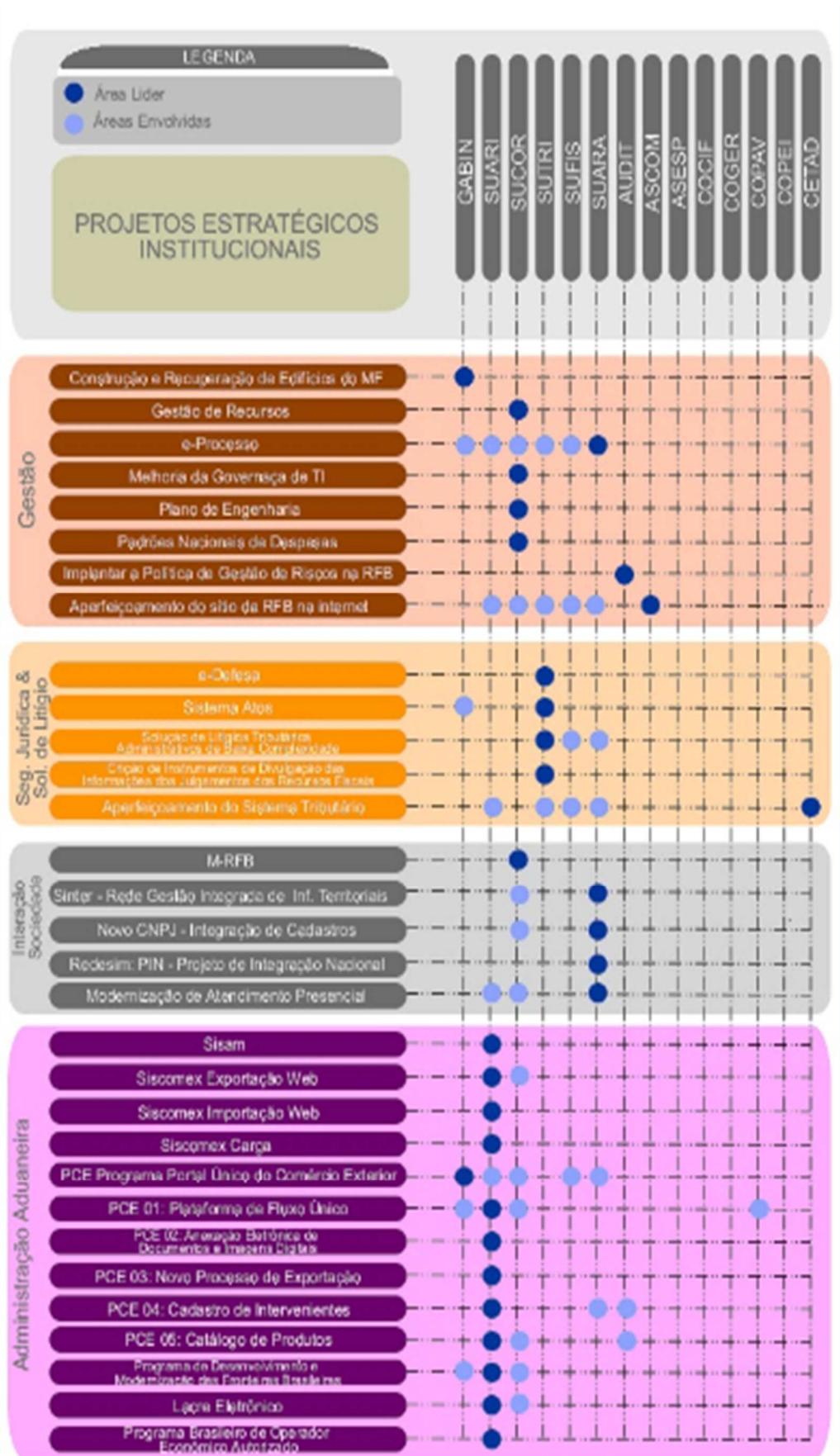
Objetivo Estratégico	Projeto
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	OEA – Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado PCE – Programa Portal Único do Comércio Exterior PCE 01 – Plataforma de Fluxo Único PCE 03 – Novo Processo de Exportação PCE 04 – Cadastro de Intervenientes PCE 06 – Novo Processo de Importação PCE 07 – Harmonização de dados PGE 01 – Modelo de Controle e Fiscalização de Bagagem Acompanhada Siscomex Exportação Web Siscomex Importação Web
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	e-Defesa e-Processo PUC 07 - Adaptação do Sief-Fiscal ao CT Previdenciário SIC - Sistemas Integrados do Crédito Público
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	ContÁgil Intercâmbio Internacional de Informações Financeiras para Evitar a Evasão Fiscal (FATCA) PUC 01 - eSocial
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	PCE 02 – Anexação Eletrônica de Documentos e Imagens Digitais PCE 05 – Catálogo de Produtos PGE – Programas Grandes Eventos PGE 02 - e-DBV - Declaração Eletrônica de Bens de Viajante PTA 02 - Lacres Eletrônicos Siscomex Carga
Reducir litígios tributários e aduaneiros	Solução de Litígios Tributários Administrativos de Baixa Complexidade
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	M-RFB Modernização do Atendimento Presencial PIN - Projeto de Integração Nacional - Redesim PUC - Programa de Unificação de Créditos PUC 09 - Adaptação dos Sistemas de Restituição e Compensação para o CP SCC - Pagamento Automático SCC - Reintegra SCC – Créditos de PIS/COFINS
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Garantia do Crédito Tributário
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Aperfeiçoamento do Sistema Tributário Implantar o Sistema @tos SIPET – Suporte Informatizado para Estudos Tributários SISAM - Sistema de Seleção Aduaneira por Aprendizado de Máquina

Objetivo Estratégico	Projeto
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Integração de Cadastros – Novo CNPJ PUC 05 - Ajustes nos Cadastros da Receita Federal
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoamento do Sítio da RFB na Internet Criação de instrumentos de divulgação das informações dos julgamentos dos recursos fiscais
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Implantar a Política de Gestão de Riscos na RFB
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Melhoria na Governança de TI
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Construção e Reforma – Edifícios DF, SP e RJ Plano de Engenharia PMF - Programa de Desenvolvimento e Modernização das Fronteiras Brasileiras
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Gestão de Recursos Padrões Nacionais de Despesas

Fonte: Copav – Sistema *Clarity* e Relatórios de Acompanhamento. Dados extraídos em 22/01/16.

A seguir, são evidenciadas a área líderes de cada projeto e as demais áreas envolvidas, como forma de demonstrar a participação de diversas áreas da RFB em um mesmo Projeto, formando uma Matriz de Contribuição para a Estratégia.

Figura 27: Projetos Estratégicos Institucionais



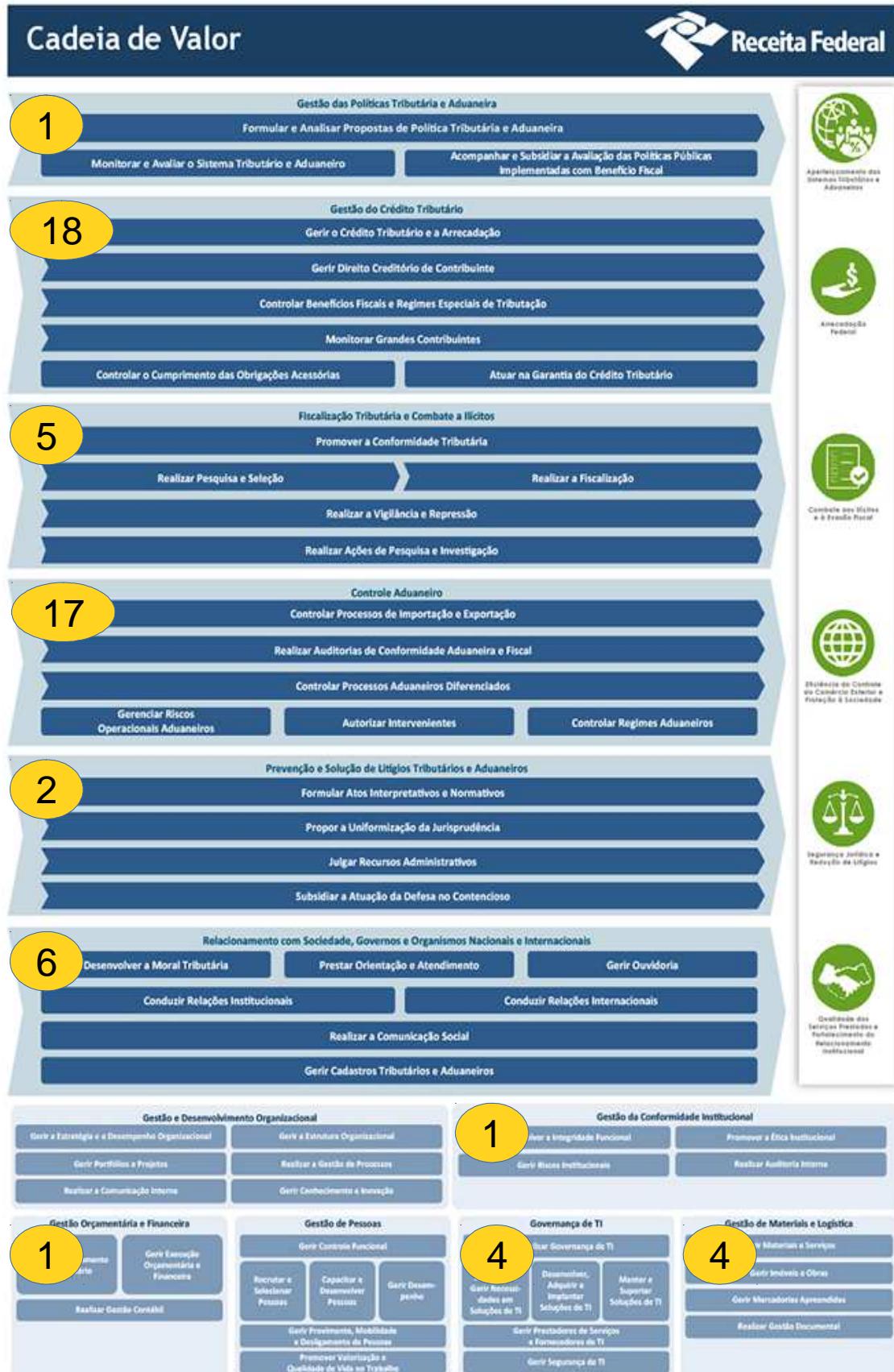
Fonte: Copav

Observações:

1. De acordo com a Portaria RFB nº 625, de 17/05/13, atualizada pela Portaria RFB nº 1.774, de 08/10/14, essa é a atual relação de Projetos por Cestas.
2. O Projeto "SIPET – Suporte Informatizado para Estudos Tributários" não consta na figura acima, pois foi concluído em maio de 2014.
3. Os projetos PCE 06 – Novo Processo de Importação e PCE 07 – Harmonização de Dados não constam na imagem acima por ela ter sido gerada antes da inclusão dessas 2 iniciativas.

A figura e o quadro a seguir apresentam a relação dos Projetos Estratégicos Institucionais por Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Figura 28: Quantidade de Projetos Estratégicos Institucionais por Macroprocessos da Cadeia de Valor



Fonte: Copav

Quadro 30: Projetos Estratégicos Institucionais

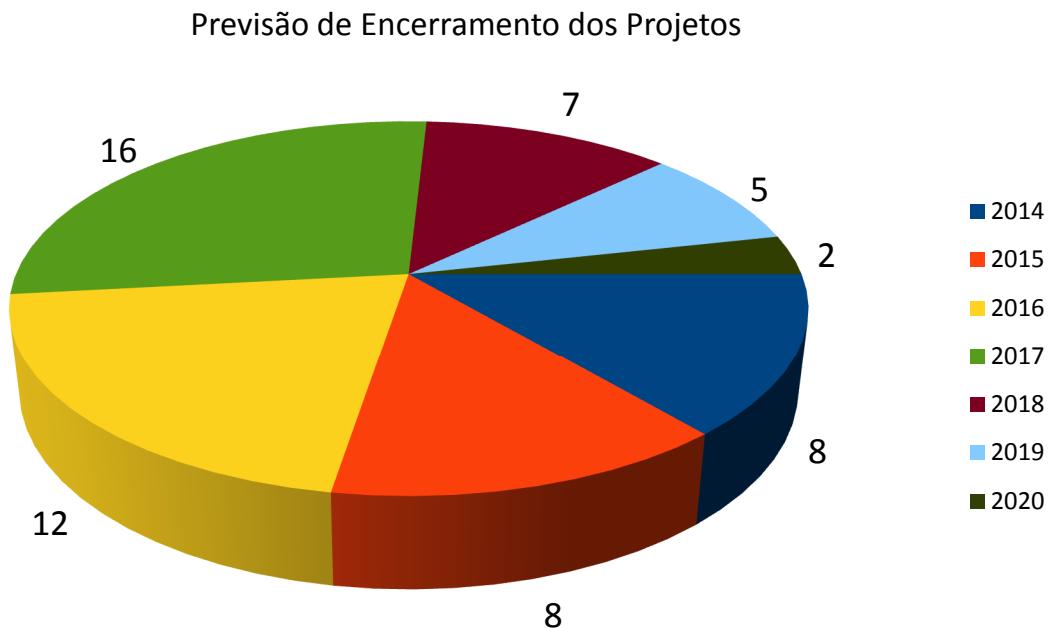
Macroprocesso da Cadeia de Valor	Projeto
Controle Aduaneiro	PCE - Programa Portal Único do Comércio Exterior
	PCE 01 - Plataforma de Fluxo Único
	PCE 02 - Anexação Eletrônica de Documentos e Imagens Digitais
	PCE 03 - Novo Processo de Exportação
	PCE 04 - Cadastro de Intervenientes
	PCE 05 - Catálogo de Produtos
	PCE 06 - Novo Processo de Importação
	PCE 07 - Harmonização de Dados
	PGE - Programa Grandes Eventos
	PGE 01 – Modelo de Controle e Fiscalização de Bagagem Acompanhada
	PGE 02 - e-DBV - Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes
	Programa OEA - Operador Econômico Autorizado
	PTA 02 – Lacre Eletrônico
	SISAM - Sistema de Seleção Aduaneira por Aprendizado de Máquina
	Siscomex Carga
	Siscomex Exportação Web
	Siscomex Importação Web
Fiscalização Tributária e Combate a Ilícitos	ContÁgil
	Garantia do Crédito Tributário
	Intercâmbio Internacional de Informações Financeiras para Evitar a Evasão Fiscal (FATCA)
	PUC01 – eSocial
	SIPET – Suporte Informatizado para Estudos Tributários
Gestão da Conformidade Institucional	Implantar a Política de Gestão de Riscos na RFB
Gestão das Políticas Tributária e Aduaneira	Aperfeiçoamento do Sistema Tributário
Gestão de Materiais e Logística	Construção e Reforma – Edifícios DF, SP e RJ
	Padrões Nacionais de Despesas
	Plano de Engenharia
	PMF - Programa de Desenvolvimento e Modernização das Fronteiras Brasileiras
Gestão do Crédito Tributário	CCPar - Consolidação e Cobrança de Parcelamentos
	CCPar 01 - Parcelamentos Fazendários
	CCPar 02 - Parcelamentos Previdenciários
	CCPar 03 - Parcelamento e Pagamento da Lei 11.941/09
	CCPar 04 – Parcelamento de Débitos do Simples Nacional
	CCPar 05 - Parcelamento e Pagamento da Lei 11.941/09 - Reaberturas
	PUC - Programa de Unificação de Créditos
	PUC 02 - DCTF-Web

Macroprocesso da Cadeia de Valor	Projeto
Gestão do Crédito Tributário	PUC 03 - Projeto Global da Construção Civil - PGCC
	PUC 06 - Adaptação do Ambiente de Pagamentos ao Crédito Previdenciário
	PUC 07 - Adaptação do Sief-Fiscel ao CT Previdenciário
	PUC 09 - Adaptação dos Sistemas de Restituição e Compensação para o CP
	PUC 11 - Unificação das Certidões Conjunta e Específica
	Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais (SINTER)
	SCC - Pagamento Automático
	SCC – Créditos de PIS/COFINS
	SCC – Reintegra
	SIC - Sistemas Integrados do Crédito Público
Gestão Orçamentária e Financeira	Gestão de Recursos
Governança de TI	Implantar o Sistema @tos
	M-RFB
	Melhoria na Governança de TI
	E-Processo
Prevenção e Solução de Litígios Tributários e Aduaneiros	e-Defesa
	Solução de Litígios Tributários Administrativos de Baixa Complexidade
Relacionamento com Sociedade, Governos e Organismos Nacionais e Internacionais	Aperfeiçoamento do Sítio da RFB na Internet
	Criação de instrumentos de divulgação das informações dos julgamentos dos recursos fiscais
	Integração de Cadastros - Novo CNPJ
	Modernização do Atendimento Presencial
	PIN - Projeto de Integração Nacional - Redesim
	PUC 05 - Ajustes nos Cadastros da Receita Federal

Fonte: Copav/Copre – Sistema *Clarity* e Relatórios de Acompanhamento. Dados extraídos em 19/01/2016

O gráfico a seguir mostra o ano previsto para o encerramento dos Projetos Estratégicos Institucionais.

Figura 29: Previsão de Encerramento dos Projetos



Fonte: Copav/Copre – Sistema *Clarity*. Dados extraídos em 20/01/16.

Observação: O projeto "Criação de Instrumentos de Divulgação das Informações dos Julgamentos dos Recursos Fiscais" foi cancelado sem possuir uma estimativa de término. Dessa forma, foi feita a previsão de término de 58 Projetos Estratégicos Institucionais.

2.1.5 - Avaliação do Planejamento Estratégico 2012-2015

Na Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), a formulação da estratégia vem sendo enriquecida a cada ciclo estratégico. O primeiro ciclo a aplicar o BSC de maneira completa, foi o de 2008-2011, cuja formulação teve início em 2007. No ciclo seguinte, 2012-2015, houve a utilização de conceitos do BSC, com seus princípios sendo mantidos. A novidade foi a utilização de duas outras metodologias que, aliadas aos fundamentos do BSC, enriqueceram o processo de formulação. Foram elas: a Prospecção de Cenários e a Criação da Cadeia de Valor da RFB (1^a versão).

A Prospecção de Cenários visa realizar estudos para a construção de cenários com o fito de aprimorar a visão de futuros possíveis e a sua capacidade de construir o futuro que a administração tributária e aduaneira do país necessita e deseja. Quanto à Cadeia de Valor, esta identifica como são organizados os Macroprocessos e principais processos da organização. Com o intuito de definir os Objetivos Estratégicos que vieram a compor o Mapa Estratégico 2012-2015, foi realizada a avaliação dos processos mais críticos, conforme avaliação dos gestores, cujos resultados convergiram para os objetivos que compuseram o Mapa Estratégico.

A visão de futuro declarada no Mapa Estratégico 2012-2015 foi uma visão abrangente, mas representou de uma forma fidedigna os anseios da RFB no momento de sua construção: ***Ser uma Instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional.***

De fato, a RFB é reconhecida em âmbito nacional como uma Instituição de excelência, tendo em vista os resultados alcançados nos últimos 15 anos: crescimento da arrecadação em relação ao PIB e inovações tecnológicas de ponta como, por exemplo, as declarações fiscais eletrônicas e o seu envio pela Internet. Internationalmente, a RFB também é reconhecida por seus avanços conquistados, tendo recebido diversas delegações internacionais da África, da Ásia e da América latina e

conquistado vários prêmios. Dentre os prêmios recebidos, destacam-se: o Ibest – Governo nos anos 98/99, 2000, 2003 e 2004; Wbest no ano 97/98; Prêmio de Inovação na Administração Tributária, concedido pelo Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT); ADVB 1997 – Top de Internet, concedido pela Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, entre outros.

Na construção do Planejamento Estratégico 2016-2019, buscou-se construir uma visão de futuro mais focada, estabelecendo-se um horizonte temporal para o seu atingimento.

Outro avanço importante no ciclo 2012-2015 foi a busca por se criar vinculações mais fortes entre os Objetivos Estratégicos, Indicadores Estratégicos e Projetos Estratégicos, conforme definido pela metodologia BSC. Para o atingimento dos Objetivos Estratégicos é necessário a criação de Indicadores Estratégicos que possam de fato mensurar a situação do objetivo a cada momento para poder averiguar o atingimento de suas metas, bem como, a consequente definição de projetos que, implementados, de fato proporcionem melhoria no resultado dos indicadores construídos e, assim, no desempenho da própria Instituição. Assim, objetivos, indicadores e projetos devem ser totalmente integrados.

Porém, sem dúvidas, o ponto mais crítico é a definição e priorização de Projetos Estratégicos. A RFB é uma Instituição complexa, que atua em várias frentes, mas precisa gerir recursos orçamentários finitos para a execução de suas atividades. A grande maioria dos projetos envolvem a implementação de novos sistemas informatizados ou a manutenção evolutiva de sistemas já existentes. Grande parte desses, de grande complexidade e que, na maioria das vezes, envolve mais de uma área de atuação da Instituição. Assim, para a determinação de quais seriam os projetos estratégicos da Instituição, foi desenvolvida metodologia própria, que conta com a participação do secretário da RFB, do secretário-adjunto e dos subsecretários, que deliberam e aprovam o portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais. Desta forma, os projetos aprovados foram compostos por aqueles PEIN que, potencialmente, mais podem colaborar para o atingimento dos Objetivos Estratégicos definidos.

Para o monitoramento da Estratégia, foram realizadas 8 reuniões anuais para a avaliação do andamento dos Projetos Estratégicos, chamadas de Reuniões de Avaliação Estratégica das Unidades Centrais (RAE-UC), e 4 reuniões anuais para a avaliação da Estratégia como um todo, denominadas Reuniões de Avaliação Estratégica Nacional (RAE Nacional).

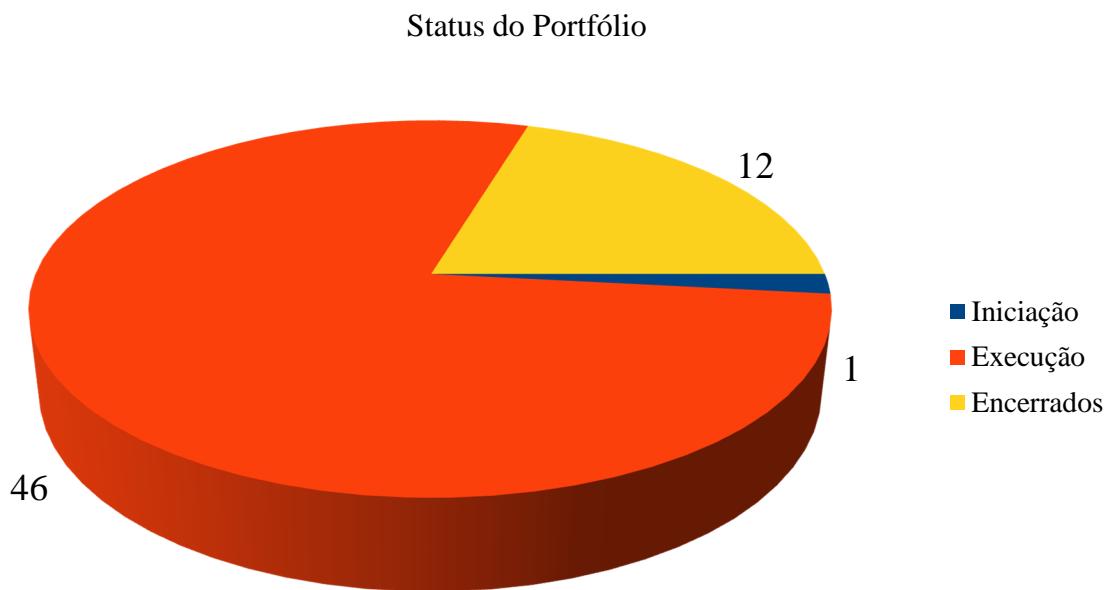
Participam das RAE-UC o secretário da RFB, o secretário-adjunto e os subsecretários. É importante destacar que estes gestores também são responsáveis pela aprovação das alterações de escopo, valor e prazo dos Projetos Estratégicos, caso necessário.

Participam das RAE Nacional os integrantes da RAE-UC acrescido dos 10 superintendentes regionais da RFB. Nesta reunião são analisados os desempenhos dos Indicadores Estratégicos e, consequentemente, dos Objetivos Estratégicos.

No ciclo 2012-2015 foram aprovados 59 Projetos Estratégicos Institucionais que em dezembro de 2015 encontravam-se na seguinte situação:

- Fase de Iniciação: 1 Projeto;
- Fase de Execução: 46 Projetos;
- Encerrados: 12 Projetos.

Figura 30: Status do Portfólio



Fonte: Copav/Copre – Sistema *Clarity* e Relatórios de Gestão. Dados extraídos em 19/01/2016.

O grande número de projetos ainda não concluídos pode ser explicado pelo fato de serem projetos de grande complexidade, que necessitam de um período mais longo para a sua conclusão. Importa destacar que dos 46 projetos em andamento, 30% já se encontram com seu percentual de execução igual ou superior a 70%.

Quanto aos Indicadores Estratégicos, dos 43 indicadores mensurados no ciclo 2012-2015, 59% atingiram a sua meta estipulada (semáforo verde) e apenas 16% ficaram com seu desempenho insatisfatório (semáforo vermelho). Em consequência, podemos afirmar que dos 18 Objetivos Estratégicos mensurados no ciclo 2012-2015, 11 atingiram suas metas estipuladas e apenas 2 Objetivos Estratégicos tiveram seus desempenhos insatisfatórios (semáforo vermelho): "Reducir litígios tributários e aduaneiros" e "Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento". No ciclo 2016-2019, o primeiro objetivo foi mantido, focando-se mais a prevenção que a própria resolução do litígio. O novo Objetivo Estratégico passou a ser: "Reducir Litígios, com ênfase na prevenção". Quanto ao segundo, ele foi transformado em um Objetivo Estratégico mais focado: "Aumentar a Efetividade da Cobrança".

2.1.6 - Elaboração do Planejamento Estratégico para o ciclo 2016-2019

Com o encerramento do ciclo 2012 – 2015 de Planejamento Estratégico e a fim de direcionar o novo comportamento e o desempenho da RFB frente aos novos desafios, no ano de 2014 o Núcleo Estratégico da RFB deu início às atividades de elaboração do Planejamento Estratégico para o ciclo 2016-2019. A definição da nova Estratégia, que perdurou até o final de 2015 foi executada em três fases, detalhadas a seguir.

Fase 1 – Diagnóstico Organizacional

Na Fase 1, foram trabalhados 4 temas, que serviram de insumo para um diagnóstico organizacional:

- Avaliação da Pesquisa de Imagem, Cultura e Clima Organizacional;
- Revisão e Avaliação da Cadeia de Valor;

- Avaliação das Análises dos Cenários Prospectivos para 2022;
- Avaliação da Estratégia RFB 2012-2015.

A Pesquisa de Imagem, Cultura e Clima Organizacional foi realizada em 2013 com o objetivo de avaliar a imagem da RFB, a satisfação dos contribuintes com o atendimento, os impactos da atuação da RFB para o fortalecimento do comércio exterior, a cultura e o clima organizacionais.

A fim de subsidiar o Núcleo Estratégico da RFB nas próximas etapas de formulação da estratégia, a Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav) analisou as avaliações feitas pelas áreas e pelas Superintendências acerca dos resultados dessa pesquisa e consolidou as informações em uma Matriz de Diagnóstico Organizacional.

A **Revisão e a Avaliação da Cadeia de Valor** foram realizadas em 2014, quando foi verificada a necessidade de melhorar a representação dos processos de trabalho executados na organização frente às alterações ocorridas no ambiente interno e externo, durante esse período.

Entre os dias 30 de julho e 1º de agosto de 2014 foi realizado o 1º Workshop de Planejamento Estratégico RFB 2016-2019, que cumpriu os objetivos de finalizar a revisão da Cadeia de Valor da RFB e avaliar e identificar as criticidades dos respectivos processos de trabalho. Esta análise também foi incorporada à Matriz de Diagnóstico Organizacional.

A **Análise de Cenários Prospectivos** foi realizada com o objetivo de mostrar a possibilidade de ocorrências positivas ou negativas para a Instituição, sendo de extrema importância para a formulação da Estratégia e, consequentemente, para o alcance dos resultados esperados.

A RFB realizou dois trabalhos de prospecção de cenários: um em 2011 e outro em 2013, ambos utilizando como horizonte temporal o ano de 2022. O primeiro trabalho focou a Instituição como um todo e o segundo teve um foco específico: preparar a RFB para um possível aumento da demanda de sua participação no fornecimento de subsídios para a formulação das políticas tributárias e aduaneiras.

Em 2014, a Copav consolidou as informações obtidas nas duas prospecções de cenários na Matriz de Diagnóstico Organizacional.

Em continuidade aos trabalhos de formulação da Estratégia 2016-2019, foi realizado o 2º Workshop, entre os dias 21 a 24 de outubro de 2014, que teve como resultado a construção do Cenário Referência RFB 2016-2019, utilizado como principal insumo para definição da Visão de Futuro da RFB para o ano de 2022.

Por fim, a **Avaliação da Estratégia RFB 2012-2015** foi apresentada pelas Subsecretarias e se pautou na contribuição das áreas para o alcance dos objetivos estratégicos com foco nos processos de trabalho e ações vinculadas.

Os resultados obtidos por meio dos quatro temas trabalhados serviram como subsídios para a realização de um Diagnóstico Organizacional. A consolidação dessas informações foi realizada pela Copav na Matriz de Diagnóstico Organizacional e resultou na elaboração de listas preliminares de Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças, que foram divulgados para avaliação inicial por toda a RFB. Esta avaliação foi realizada por meio de votação, em duas comunidades criadas no Conexão Receita (rede de relacionamento profissional da Instituição): uma disponível para todos os servidores e a outra apenas para os gestores.

Fase 2 – Definição da Visão de Futuro, Objetivos Estratégicos e Mapa Estratégico

A segunda fase do planejamento estratégico foi marcada pelas escolhas dos gestores em relação à visão de futuro, aos objetivos estratégicos e à construção do mapa estratégico. Estas escolhas tiveram por base os trabalhos desenvolvidos na fase 1 do planejamento (diagnóstico organizacional).

Quanto à Visão de Futuro da Instituição, optou-se por se fazer uma nova construção da mesma, estabelecendo-se um horizonte temporal, o ano de 2022, algo que ocorreu pela primeira vez na RFB. O objetivo de se optar por uma visão com horizonte temporal ocorreu visando-se criar uma maior possibilidade de torná-la mais pragmática e disponível para ser avaliada em termos de atingimento.

Aprovada a nova Visão de Futuro da RFB, passou-se a definição dos Objetivos Estratégicos. Para o ciclo 2016-2019, buscou-se esforços para a construção de uma estratégia mais focada, aprovando-se um menor número de objetivos a serem atingidos. Foram aprovados 2 Objetivos Estratégicos de Resultado, 7 Objetivos Estratégicos de Processos e outros 4 Objetivos Estratégicos de Gestão e Suporte, totalizando 13. No mapa estratégico anterior havia 21 Objetivos Estratégicos.

Ao final do 3º Workshop foi elaborada a primeira versão do Mapa Estratégico RFB 2016-2019 e o início das discussões dos novos Indicadores Estratégicos. Além da diminuição do número de Objetivos Estratégicos, buscou-se uma melhoria na qualidade dos Indicadores Estratégicos para que possibilissem um melhor monitoramento da estratégia. Assim, procurou-se definir indicadores que tivessem estreita ligação com os Objetivos Estratégicos do período 2016-2019.

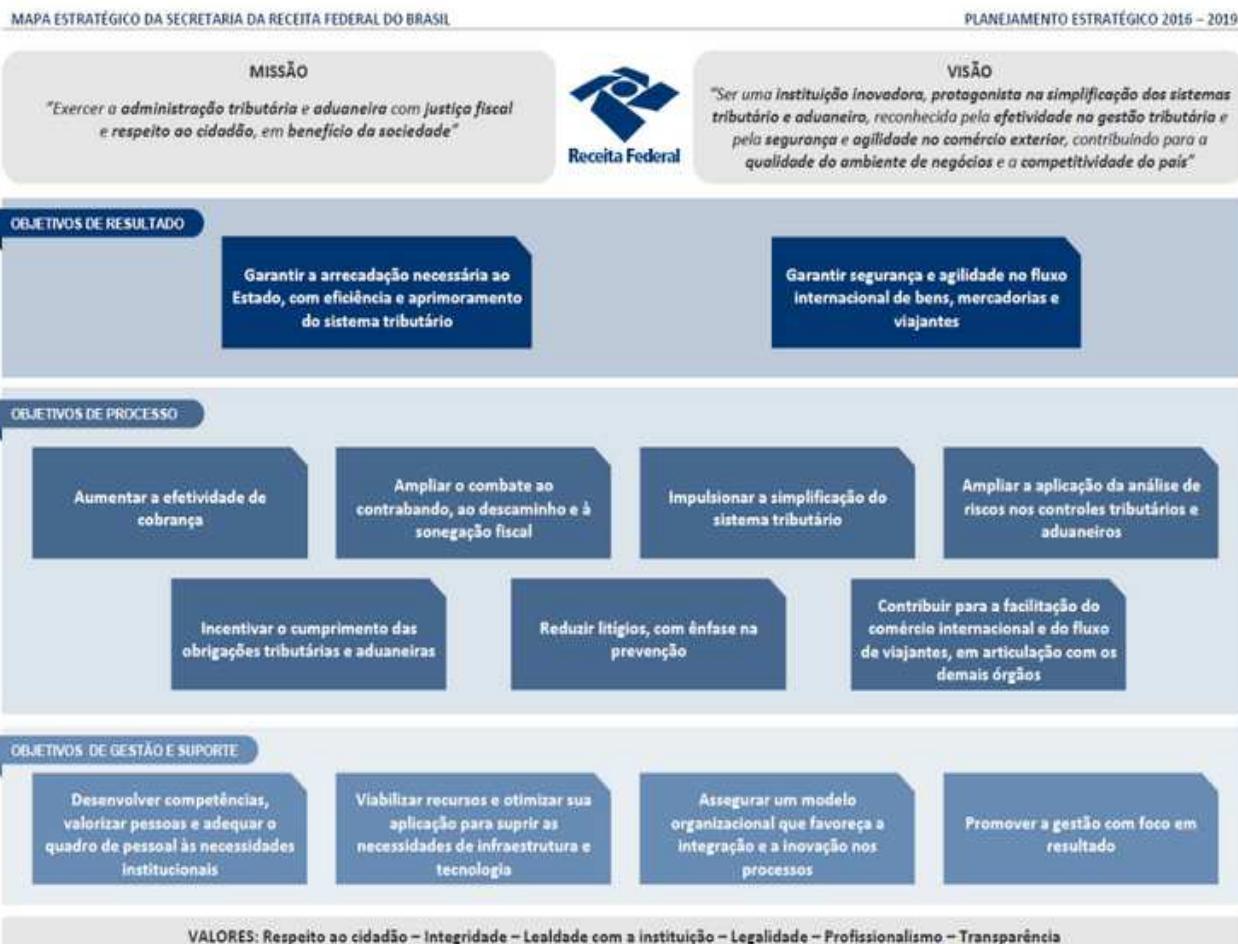
Fase 3 – Ajustes no Mapa Estratégico, Detalhamento dos Objetivos e Desdobramento da Estratégia

Ao longo de 2015, à medida que os objetivos estratégicos definidos eram detalhados, o Mapa Estratégico 2016-2019 sofreu refinamentos pelos gestores da RFB.

A vinculação desse novo plano estratégico da RFB com as suas competências constitucionais, legais e normativas pode ser demonstrada a partir do conjunto de 6 elementos que compõem esse Mapa: Missão; Visão; Objetivos de Resultado; Objetivos de Processo; Objetivos de Gestão e Suporte; e Valores.

A seguir, veja o Mapa Estratégico da RFB para o ciclo 2016-2019.

Figura 31: Mapa Estratégico da RFB para o ciclo 2016-2019



Fonte: Copav.

A Missão (razão de ser da organização) da RFB foi mantida:

"Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade"

A nova Visão de Futuro da RFB passou a ser:

"Ser uma instituição inovadora, protagonista na simplificação dos sistemas tributário e aduaneiro, reconhecida pela efetividade na gestão tributária e pela segurança e agilidade no comércio exterior, contribuindo para a qualidade do ambiente de negócios e a competitividade do país"

Esta visão de futuro traduz os principais desafios que devem ser vencidos até 2022 pela RFB. Ela orienta a estratégia organizacional, direcionando o estabelecimento dos objetivos e priorização das ações que habilitarão seu alcance.

Um primeiro desafio para a RFB, declarado na visão, é a busca pela inovação, principalmente para as questões de integração e otimização dos processos e de construção de soluções tecnológicas, com foco na melhoria dos serviços, transparéncia e gestão do conhecimento.

Um segundo desafio é a simplificação dos sistemas tributário e aduaneiro. Para isto, a RFB busca

atuar com protagonismo, articulando e viabilizando a construção de soluções e subsidiando a tomada de decisão dos demais órgãos, a fim de diminuir a complexidade da legislação e desburocratizar os processos, assegurando maior facilidade ao contribuinte para o cumprimento de suas obrigações tributárias e aduaneiras.

Como terceiro desafio, a RFB busca o reconhecimento do Estado e da sociedade pela excelência no cumprimento de sua missão, sendo ágil e assertiva nos processos tributários e aduaneiros, de forma a garantir o alcance da meta de arrecadação, assim como segurança e agilidade no comércio exterior.

O conjunto dessas estratégias busca melhorar o ambiente de negócios e a competitividade das empresas brasileiras a partir de uma maior eficiência nos controles tributários e aduaneiros, com redução dos custos de cumprimento das obrigações pelos contribuintes.

Os Valores Institucionais também foram mantidos:

- Respeito ao cidadão;
- Integridade;
- Lealdade com a Instituição;
- Legalidade;
- Profissionalismo; e
- Transparéncia.

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro ao longo do ciclo 2016-2019. No total, foram definidos 13 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas: Resultado, Processo e Gestão e Suporte, descritos a seguir:

a) Perspectiva de Resultado:

- 1) Garantir a arrecadação necessária ao Estado, com eficiência e aprimoramento do sistema tributário: garantir o cumprimento da meta de arrecadação definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou sua revisão contida no Decreto de Execução Orçamentária, proporcionando recursos previstos para a execução das políticas públicas em benefício da sociedade, com execução eficiente dos processos tributários e aprimoramento da legislação brasileira.
- 2) Garantir segurança e agilidade no fluxo internacional de bens, mercadorias e viajantes: garantir segurança e agilidade no fluxo internacional de bens, mercadorias e viajantes, com atuação assertiva e tempestiva no combate ao ilícito aduaneiro, assim como promover a redução no tempo total de permanência dos bens e mercadorias lícitos nos portos, aeroportos e pontos de fronteira, e maior facilidade e previsibilidade aos operadores do comércio exterior no cumprimento de suas obrigações aduaneiras.

b) Perspectiva de Processos:

- 1) Aumentar a efetividade de cobrança: adotar ações proativas e efetivas de cobrança com vistas ao incremento da arrecadação.
- 2) Ampliar o combate ao contrabando, ao descaminho e à sonegação fiscal: aumentar a efetividade das ações de combate ao contrabando, ao descaminho, à fraude e à sonegação

fiscal, com ênfase na atuação institucional integrada, interna e externamente.

- 3) Impulsionar a simplificação dos sistemas tributário: atuar para a redução da complexidade da legislação tributária e para a simplificação dos processos tributários, a partir da articulação com os entes públicos envolvidos e da avaliação dos anseios da sociedade civil organizada.
- 4) Ampliar a aplicação da análise de riscos nos controles tributários e aduaneiros: ampliar e aperfeiçoar a análise de riscos a fim de garantir o fortalecimento dos controles tributários e aduaneiros, potencializando a utilização dos recursos internos e os resultados alcançados.
- 5) Incentivar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras: elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras por meio do desenvolvimento de ações de incentivo à auto-regulamentação e de elevação da percepção de risco do contribuinte.
- 6) Reducir litígios com ênfase na prevenção: desenvolver ações internas e externas visando a redução dos litígios por meio da prevenção e da diminuição do estoque, em quantidade e valor, e do tempo médio de permanência de processos em contencioso administrativo e judicial.
- 7) Contribuir para a facilitação do comércio internacional e do fluxo de viajantes em articulação com os demais órgãos: articular a execução de iniciativas, com os atores envolvidos, para o aumento da transparência e agilidade, redução da complexidade da legislação aduaneira e simplificação dos procedimentos aduaneiros, a fim de viabilizar a previsibilidade, a uniformização e a redução do tempo total dos processos aduaneiros.

c) Perspectiva de Gestão e Suporte:

- 1) Desenvolver competências, valorizar pessoas, e adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais: capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas considerando as competências individuais essenciais ao alcance da estratégia da Receita Federal e, ainda, prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário para o bom desempenho de seu papel institucional e distribuído adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.
- 2) Viabilizar recursos e otimizar sua aplicação para suprir as necessidades de infraestrutura e tecnologia: assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais, além de disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequada às atividades de cada unidade, gerando soluções de TI integradas e propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável.
- 3) Assegurar um modelo organizacional que favoreça a integração e inovação nos processos: aperfeiçoar o modelo organizacional, o qual compreende a estrutura organizacional, o regimento interno e os processos de trabalho, para que favoreça a cooperação por meio da visão plena dos processos, da gestão do conhecimento e da troca de experiências entre diferentes processos, além de estimular a criação de um ambiente colaborativo e propício à inovação.
- 4) Promover a gestão com foco em resultado: aperfeiçoar o atual modelo de gestão com vistas a permitir um crescimento de desempenho dos processos de trabalho, baseados na disseminação e aplicação de técnicas de análise e resolução de problemas e gestão de riscos no gerenciamento do dia a dia dos processos, de forma a propiciar um incremento nos resultados alcançados.

Finalizada a construção do Mapa Estratégico 2016-2019, foi necessário realizar a prospecção daqueles Projetos Estratégicos que contribuiriam mais fortemente para o alcance dos Objetivos Estratégicos da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Essa fase foi dividida em 3 etapas, quais sejam: levantamento das propostas de projetos; workshop de avaliação e priorização; e definição do portfólio de projetos.

O levantamento das propostas foi feito por cada Subsecretaria, classificando os projetos escolhidos nas seguintes dimensões: análise do gestor, estratégia, risco, custo e Cadeia de Valor. A análise do gestor traz a percepção da alta administração de cada projeto, levando em consideração a urgência e a importância. A dimensão da estratégia classifica os projetos com base no seu impacto nos indicadores de cada um dos objetivos. A dimensão de risco considera o ano de conclusão do projeto, as integrações com outros sistemas, o envolvimento de outros órgãos e o percentual executado. A dimensão de custo avalia o quanto já foi gasto e o quanto ainda se pretende gastar. Por fim, a dimensão Cadeia de Valor mostra o quanto o projeto impactará nos processos da Cadeia de Valor da RFB.

Com a lista dos projetos de todas as subsecretarias, foi feita uma classificação utilizando critérios objetivos, levando em consideração o indicado nas respostas de cada subsecretaria. Cada dimensão teve sua análise individual considerada em uma análise global, levando em consideração os seguintes pesos:

Figura 32: Peso por dimensão

PESO POR DIMENSÃO							
Análise técnica				Análise do gestor		Análise de resultado	
Estratégia	Risco	Custo	Cadeia	Importância	Urgência	Arrecadação	Comércio Exterior
0,4	0,2	0,3	0,1	0,5	0,5	0,6	0,4
50%				10%		40%	

Fonte: Copav

Os resultados dessa análise foram apresentados no Workshop de avaliação e priorização, em que o núcleo estratégico da RFB pôde discutir e apresentar suas visões sobre cada um dos projetos, sugerir novas iniciativas e fazer considerações e ponderações sobre o que estava sendo analisado. Nesse evento, após todas as discussões, foi gerada uma lista de projetos divididos por objetivos estratégicos do novo mapa estratégico, que pode ser visualizada na figura a seguir.

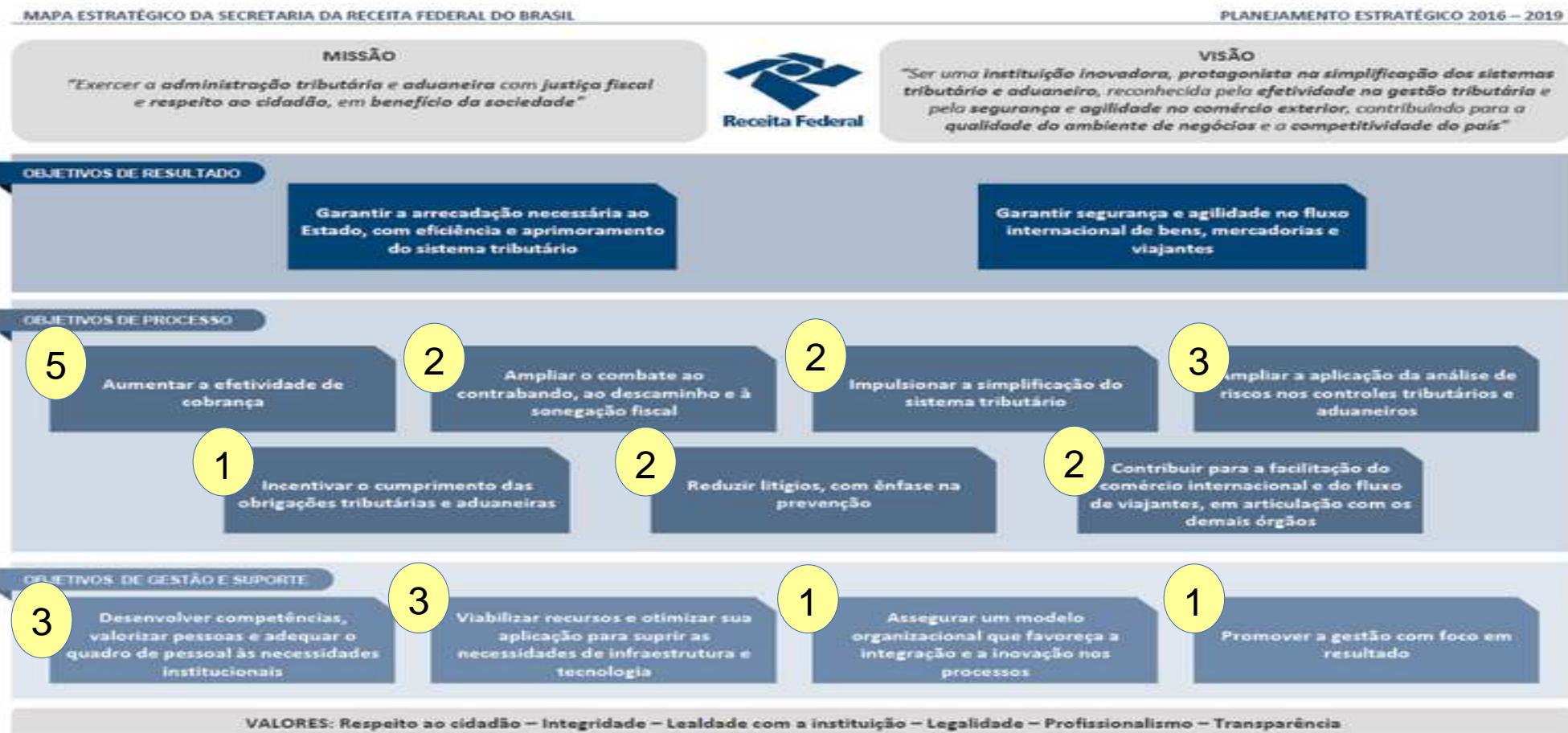
Figura 33: Projetos e Objetivos Estratégicos

PROJETOS COM IMPACTO NA GESTÃO E SUPORTE	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROPOSTA DE PROJETOS
Objetivo 01	Aumentar a efetividade de cobrança	Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais SIC - Sistemas Integrados do Crédito Público CCPar - Consolidação e Cobrança de Parcelamentos (4 projetos) Omissos PJ PUC - Programa de Unificação de Crédito (6 projetos) PVR - Programa de Estruturação da Vigilância e Repressão Aduaneira (4 projetos) Intercâmbio Internacional de Informações Financeiras para Evitar a Evasão Fiscal (FATCA)
Objetivo 02	Ampliar o combate ao contrabando, ao descaminho e à sonegação fiscal	eSocial Redesim
Objetivo 03	Impulsionar a simplificação do sistema tributário	SCC - Créditos de PIS/COFINS Integração da gestão de riscos com a inteligência artificial Integração de Cadastros - Novo CNPJ
Objetivo 04	Ampliar a aplicação da análise de riscos nos controles tributários e aduaneiros	Malha Fiscal PJ
Objetivo 05	Incentivar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras	Solução de Litígios Tributários de Baixa Complexidade e-Defesa
Objetivo 06	Reducir litígios com ênfase na prevenção	OEA - Operador Econômico Autorizado PCE - Programa Portal Único do Comércio Exterior (7 projetos)
Objetivo 07	Contribuir para a facilitação do Com. Intern. e do fluxo de viajantes em articulação com demais órgãos	Gestão por Competências Programa de Adequação da Lotação (Estudo e Análise das Atribuições) Programa de Reconhecimento, Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho
Objetivo 08	Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Plano de Engenharia Atualização Permanente da Infraestrutura Tecnológica da RFB Programa de Modernização da Gestão de Mercadorias Aprendidas
Objetivo 09	Viabilizar recursos e otimizar sua aplicação para suprir as necessidades de infraestrutura e tecnologia	Programa de reestruturação da RFB
Objetivo 10	Assegurar um modelo organizacional que favoreça a integração e inovação nos processos	Definição e Implementação de Metodologia de Gestão do Dia a Dia
Objetivo 11	Promover a gestão com foco em resultado	

Fonte: Copav

A imagem a seguir mostra o quantitativo desses projetos no novo Mapa estratégico.

Figura 34: Novo Mapa Estratégico da RFB



Fonte: Copav

A última etapa do calendário de Planejamento Estratégico da RFB é a Construção dos Painéis de Contribuição das unidades, que se encontra em andamento, etapa esta que antecede o monitoramento e avaliação da Estratégia para o novo ciclo 2016–2019.

2.2 - FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

2.2.1 - Indicadores

Quando da elaboração do Mapa Estratégico (ciclo 2012-2015), depois de estabelecidos a Missão, a Visão e os objetivos estratégicos, a estes foram associados Indicadores e Metas de desempenho para monitoramento da execução do Planejamento Estratégico.

Os indicadores estratégicos definidos para o ciclo 2012-2015 são apresentados no tópico 4.4 do presente relatório.

2.2.2 - Sistemas de Apoio à Gestão Estratégica

São ferramentas da gestão estratégica da RFB que viabilizam os processos de monitoramento, avaliação e controle da Estratégia da Organização. O objetivo desses sistemas é dar suporte a gestão estratégica nos âmbitos nacional, regional e local, com base em uma visão integrada dos seus diversos elementos: Objetivos Estratégicos (conforme Mapa Estratégico), Indicadores Estratégicos e Iniciativas Estratégicas.

A RFB, em 2015, utilizou 4 Sistemas de Apoio à sua Gestão Estratégica: SAGE, Central de Gestão, Clarity e ARIS. No início de 2016, o SAGE foi desativado, sendo substituído pelo sistema SIG, que compõe um módulo do sistema Clarity.

- SAGE**

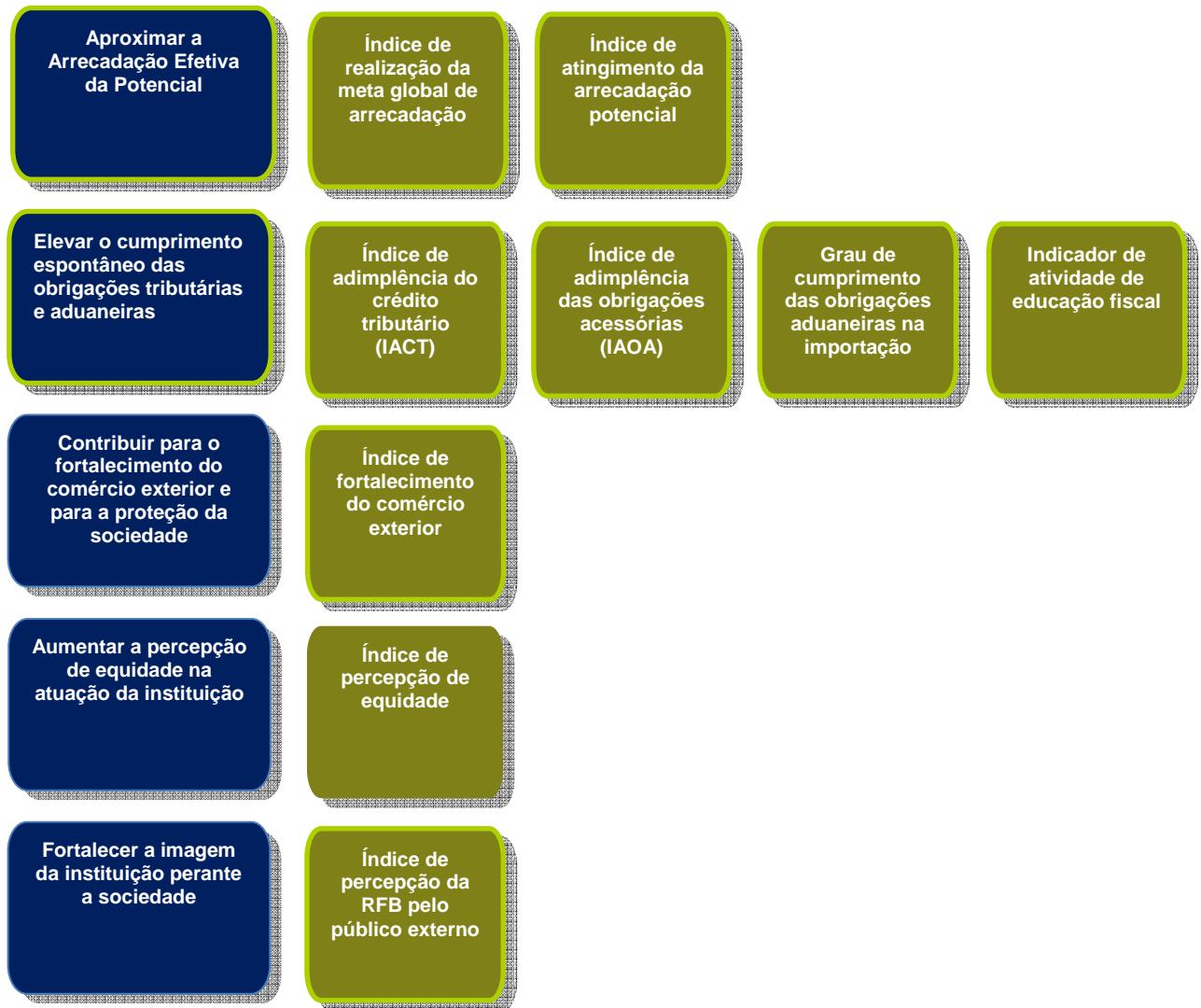
Era um dos sistemas utilizados como apoio à Gestão Estratégica da RFB e permitia que, ao longo de todo o ano, fosse realizado o acompanhamento dos resultados que a Instituição obteve em relação às metas estabelecidas para cada um de seus Indicadores Estratégicos e em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos. Esse acompanhamento é feito por meio de 2 instrumentos:

A) Painel de Desempenho

É um instrumento para representação gráfica dos Indicadores Estratégicos vinculados a cada um dos Objetivos constantes do Mapa Estratégico. Esse Painel é gerado no SAGE-RFB.

A seguir, o Painel de Desempenho da RFB.

Figura 35: Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva de Resultados



Fonte: Copav

Figura 36: Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Processos Internos



Fonte: Copav

Figura 37: Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Pessoas e Recursos



Fonte: Copav

B) Semáforos de Desempenho

É um instrumento de comunicação visual que pretende sinalizar, de forma simples e de fácil compreensão, por meio de codificação por cores e símbolos, como está o desempenho da Instituição e de suas unidades administrativas (nacionais, regionais e locais).

Esses semáforos servem de base para a elaboração das análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, para a realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis e para o eventual redirecionamento da Estratégia da Instituição, funcionando como alerta para a possível ocorrência de situações que exigiriam cuidados e providências especiais, dando subsídios para a tomada de decisões.

A seguir, apresenta-se a descrição dos Semáforos:

- **Semáforo Transparente (com ponto de exclamação):** utilizado para casos nos quais ainda não é possível calcular o desempenho do Indicador, seja porque não há base de comparação para estabelecimento de meta, ou não se completou, ainda, o período de apuração do resultado.
- **Semáforo Branco:** status igual a “Não disponível”.
- **Semáforo Preto (com um ponto de interrogação):** indicadores com resultados acumulados no ano ou metas anuais não informados.
- **Semáforo Vermelho:** indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) inferior a determinada pontuação.
- **Semáforo Amarelo:** indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual ao estipulado para o semáforo vermelho e

inferior ao estipulado para o semáforo verde.

- **Semáforo Verde:** indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual ao estipulado para o semáforo verde.
- **Semáforo Cinza:** todos os Indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual a 130%.

- **Sistema Integrado de Gestão (SIG)**

O Sistema Integrado de Gestão (SIG) foi desenvolvido na ferramenta CA Clarity PPM, utilizada na RFB para o gerenciamento dos projetos da Instituição. O SIG substituiu o SAGE no acompanhamento da Gestão Estratégica permitindo a criação e registro dos indicadores institucionais (estratégicos ou de processos), suas metas, resultados e avaliações de desempenho nos âmbitos nacional, regionais e locais. No SIG é possível fazer o registro do Mapa Estratégico e dos Processos de Trabalho da organização e vincular indicadores aos processos e aos objetivos estratégicos.

Assim como o SAGE, o SIG permite o acompanhamento dos painéis e dos semáforos de desempenho.

- **Central de Gestão**

A Central de Gestão RFB é um Portal Corporativo no qual são divulgadas as análises de informações gerenciais da Instituição. É um produto do Centro de Informações RFB e armazena um conjunto de painéis de controle (*dashboards*) organizados por processos de trabalho da Cadeia de Valor da RFB. Em cada processo dessa Cadeia há um link para acessar os respectivos painéis de controle publicados.

No Macroprocesso "Gestão e Desenvolvimento Organizacional", mais especificamente no Processo de Trabalho "Gerir a Estratégia e o Desempenho Organizacional", existe o módulo "Gestão Estratégica", composto por painéis de controle permitem o acompanhamento da gestão estratégica da Instituição por meio de relatórios, planilhas e gráficos, oferecendo uma visão sistêmica e integrada do desempenho da Instituição quanto aos seus Objetivos e Indicadores Estratégicos.

Os diversos gráficos e relatórios constantes do módulo Gestão Estratégica utilizam, de forma *online*, os bancos de dados e as tabelas do SAGE (posteriormente, do SIG). As consultas a esses painéis de controle podem ser feitas filtrando-se por período, Unidade Central, Região Fiscal e Âmbito Nacional por intermédio das “abas”: Mapa, Objetivo Estratégico, Indicador e Visão Geral.

Na análise feita por meio da aba "Mapa", o *dashboard* gerado mostra o Mapa Estratégico da RFB com uma pequena bandeira (ou a sigla "ND" no caso de Não Disponível) em cada Objetivo Estratégico.

A seguir, apresenta-se a descrição do significado das cores possíveis dessas pequenas bandeiras, bem como do símbolo "ND":

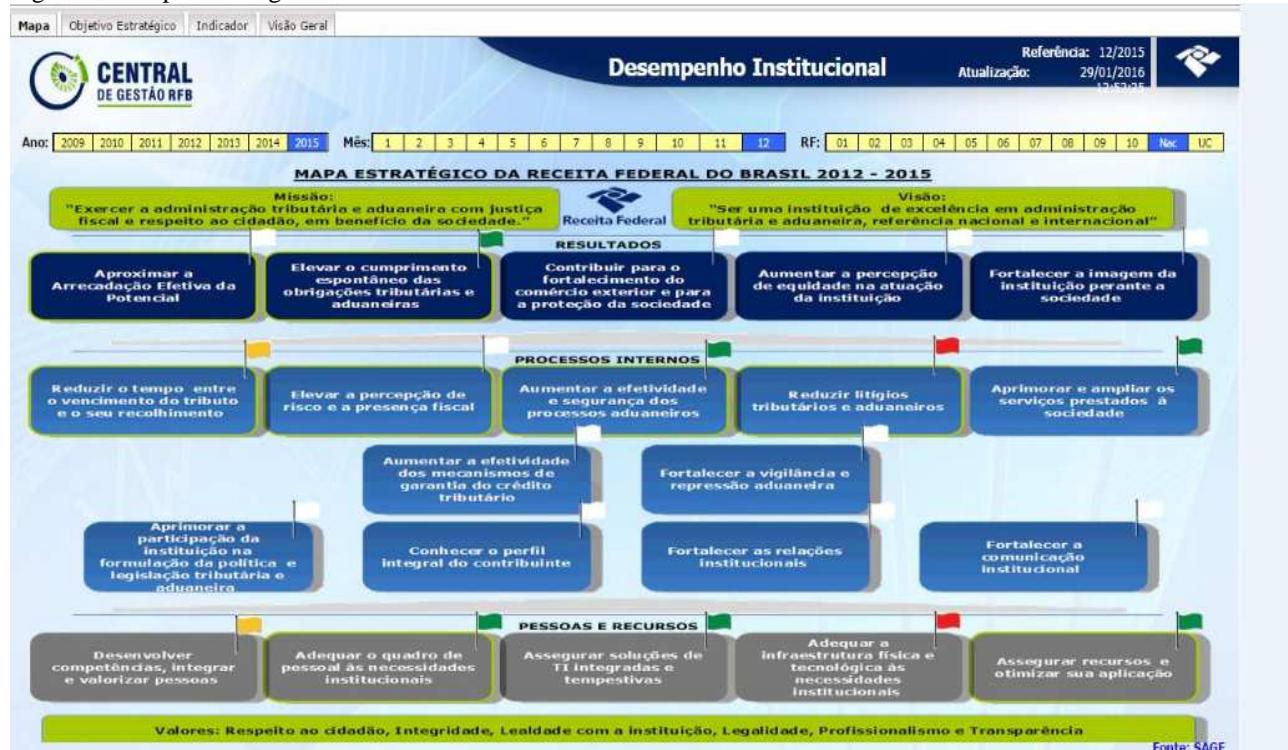
- **Bandeira Verde:** quando todos os indicadores do referido Objetivo Estratégico estejam com semáforo verde.
- **Bandeira Roxa:** quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo roxo e os demais verde. Importante ressaltar que a cor roxa substitui a cinza utilizada no SAGE.
- **Bandeira Amarela:** quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja

com semáforo amarelo e os demais com semáforo verde e/ou roxo.

- **Bandeira Vermelha:** quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo vermelho, independente do semáforo dos demais indicadores.
- **Bandeira Branca:** quando, por algum motivo, todos os indicadores do referido Objetivo Estratégico não possam ser mensurados.
- **Sigla ND:** quando todos os indicadores do respectivo Objetivo Estratégico estejam "Não Disponíveis", ou seja, quando seja impossível medi-los no período consultado.

A seguir, o Mapa Estratégico da RFB, ano de referência 2015, com os símbolos referentes a cada Objetivo Estratégico.

Figura 38: Mapa Estratégico da Receita Federal – Ano 2015



Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 29/01/16.

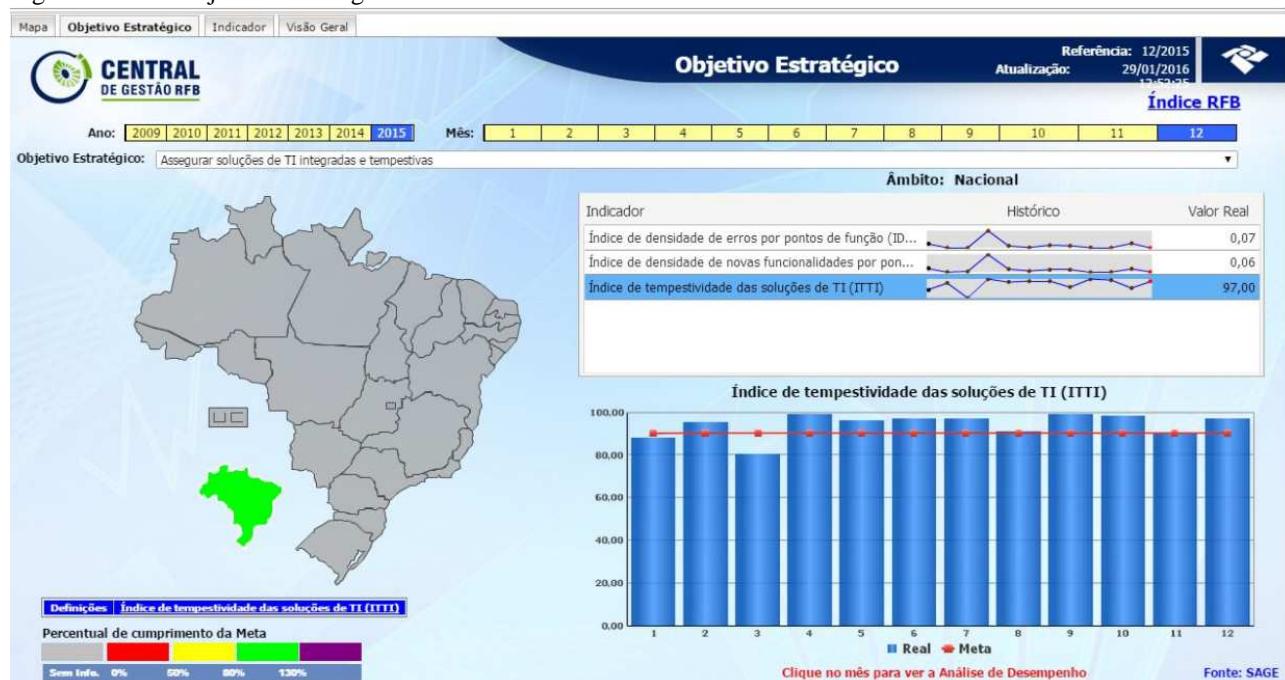
De acordo com a figura acima, a análise dos Objetivos Estratégicos na Central de Gestão, no ano de 2015, se encontra da seguinte forma:

- **Objetivos com Bandeira Verde:** 6
- **Objetivos com Bandeira Roxa:** 0
- **Objetivos com Bandeira Amarela:** 2
- **Objetivos com Bandeira Vermelha:** 2
- **Objetivos com Bandeira Branca:** 11
- **Objetivos com a Sigla ND:** 0

Já a análise por meio da aba "Objetivo Estratégico" permite visualizar o desempenho dos Indicadores por Objetivo Estratégico, em determinado período. O painel de desempenho mostra o mapa do Brasil, dividido por Região Fiscal e Unidades Centrais e o mapa menor representa os

resultados nacionais. As cores do mapa seguem os mesmos critérios definidos para as bandeiras do painel de controle "Mapa". Existe também uma área para apresentação dos Indicadores do respectivo Objetivo Estratégico e um gráfico detalhado referente ao Indicador selecionado na área anterior.

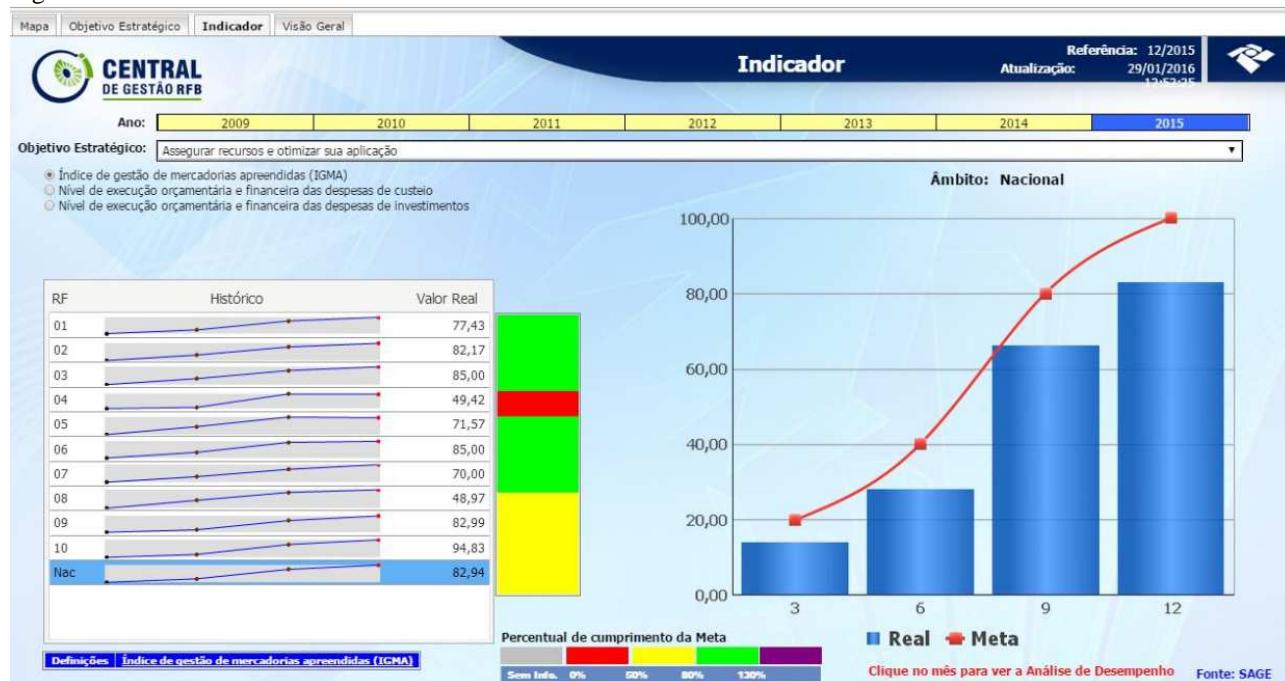
Figura 39: Aba Objetivo Estratégico



Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 29/01/16.

Além disso, pode-se fazer a análise na Central de Gestão por meio da aba "Indicador", na qual verifica-se o resultado por ano e por Objetivo Estratégico, mostrando os desempenhos dos respectivos Indicadores nas Unidades Centrais, nas Regiões Fiscais e o resultado Nacional. Para completar a análise, na tela aparecem, também, os semáforos referentes ao desempenho do Indicador em cada uma das unidades e o gráfico detalhado desse Indicador, que faz o comparativo entre a meta estabelecida e o desempenho real.

Figura 40: Aba Indicador



Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 29/01/16.

As conclusões, realizadas a partir da apresentação e análise dos indicadores de desempenho, referente ao ano de 2015, estão no item 2.4 deste Documento.

Por último, há a aba "Visão Geral", que possibilita a visualização, de forma rápida e clara, do desempenho geral dos objetivos estratégicos, nos âmbitos Nacional, Unidades Centrais e Regionais. Na Visão Geral constam todos os Objetivos Estratégicos da Instituição e quando algum Indicador vinculado a determinado objetivo tiver status "Não Disponível" ou não tiver resultado registrado no SAGE, o respectivo semáforo estará na cor branca.

Figura 41: Aba Visão Geral



Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 29/01/16.

- **Clarity**

A ferramenta de auxílio ao Gerenciamento de Projetos na RFB é o CA Clarity PPM. Esse sistema permite a aplicação da metodologia por meio de funcionalidades para definição de escopo, alocação de equipe, monitoramento de riscos, elaboração de cronograma, controle de custos, avaliação de solicitações de mudança, impressão de relatórios, armazenamento de documentos, entre outras.

O Clarity permite que cada usuário, individualmente, configure o sistema de modo a fornecer a ele a visão desejada para o monitoramento das informações, selecionando quais telas deseja ver e quais dados serão disponibilizados. Pelo fato de o Clarity ser um sistema acessado pela intranet da receita, todas as configurações feitas serão mantidas, independentemente do computador em que o sistema é acessado.

Com as informações dos projetos cadastradas no sistema é possível gerar informações para o controle do portfólio de projetos da Instituição. Informações relacionadas a prazo, custo e escopo podem ser fornecidas permitindo à Alta Administração tomar decisões que atendam à estratégia da Instituição.

- **ARIS**

O Aris (*Architecture of Integrated Information Systems*) é uma plataforma completa de modelagem, controle e execução de processos de trabalho, capaz de fornecer uma base para qualquer organização manter, organizar e inovar seus processos ao longo do tempo. Na RFB, são utilizadas 03 (três) funcionalidades da plataforma:

- *ARIS Business Designer*: Permite o desenho e/ou projeto de processos de trabalho;
- *ARIS Publisher*: Permite ao usuário visualizar os modelos dos processos publicados e seus principais relatórios.
- *ARIS Business Architect*: oferece todas as funções necessárias para a administração das bases de dados, usuários e scripts (relatórios), customização de filtros e *templates*.

2.2.3 - Reuniões de Avaliação Estratégica (RAEs)

O Núcleo Estratégico da RFB avalia e acompanha as Iniciativas Estratégicas, periodicamente, com a realização de Reuniões de Avaliação Estratégicas. Participam das RAES: o Secretário da RFB, o Secretário-Adjunto, e os gestores das Unidades Centrais (Subsecretarias e Coordenações) e das Regiões Fiscais (Superintendências). Nesse encontro, são avaliados os resultados dos Indicadores, em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e as justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas para cada um dos deles.

2.3 - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.3.1 - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Quadro 31 – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC - OFSS

Identificação da Ação								
Código	153V					Tipo: Projeto		
Título	Desenvolvimento do Portal Único do Comércio Exterior							
Iniciativa	Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior							
Objetivo					Código:			
Programa	Comércio Exterior		Código: 2024	Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil							
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC	()	() Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2015								
Execução Orçamentária e Financeira								
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015			
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados		
9.000.000	9.000.000	900.000	0	0	0	900.000		
Execução Física								
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado	Realizado		
Sistema desenvolvido			Percentual de execução física	10,0		1,0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada			
0	0	0	Sistema desenvolvido	Percentual de execução física	0			

Análise Situacional

- Execução das metas:** O ano de 2015 foi utilizado em pré-especificações de módulos previstos do Portal Único do Comércio Exterior para o período. A pré-especificação exige esforços de servidores da Receita Federal e do MDIC, com a necessidade de participação reduzida de prestadores de serviços. Foram construídos protótipos para subsidiar o desenvolvimento de módulos que ocorrerá em 2016.

Seguindo o modelo de gestão e investimento compartilhados do Programa Portal Único de Comércio Exterior, com responsabilidade orçamentária de 50% para cada Órgão, as demandas de construção de módulos do sistema foram abertas parte pela RFB e parte pelo MDIC, cabendo a maior parte em 2015 à conta do MDIC, posto que o maior volume de investimento até então havia sido realizado pela Receita Federal."

- Fatores intervenientes:** Os fatores que impactaram na execução da meta estão explicitados no item "Execução das Metas".
- Restos a pagar:** Foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados R\$ 900.000,00 em função de demandas abertas, autorizadas e para as quais ainda não ocorreram entregas.

2.3.2 - FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

No geral, a LOA de 2015 consignou à RFB, em despesas discricionárias, o montante de R\$ 2,750 bilhões para a execução de seus projetos estratégicos institucionais e custeio das suas unidades em todo o território nacional. No entanto, a **necessidade orçamentária mínima** desta Secretaria para o exercício de 2015 era de **R\$ 3,256 bilhões**.

Após a aprovação da LOA 2015, foi publicado o Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, que contingenciou em 25,4% a LOA do MF, reduzindo em R\$ 1,194 bilhão os créditos orçamentários disponíveis. O Memorando nº 204/SPOA/SE/MF, de 2 de julho de 2015, detalhou o LME de R\$ 1,722 bilhões para a RFB, que representa 37,4% do total contingenciado no MF. Posteriormente houve um acréscimo no LME no valor de R\$ 80 milhões, que elevou o limite orçamentário para R\$ 1,802 bilhão, finalizando o exercício com o Limite total autorizado pela SPOA à RFB de R\$ 2,024 bilhões.

Assim, além da dotação inicial já ter sido insuficiente, a RFB sofreu um contingenciamento total de 23%.

Essa insuficiência de créditos orçamentários para a RFB trouxe riscos aos serviços informatizados prestados por esta Secretaria à sociedade, traduzindo em uma menor capacidade de realizar evoluções nos atuais sistemas da RFB no corrente ano, além de comprometer o desenvolvimento de novos projetos, muitos dos quais conduzidos pela RFB em parceria com outros órgãos da Administração Pública.

Sem créditos orçamentários suficientes, a RFB fica impossibilitada de aprovar mais de uma dezena de propostas comerciais para colocar em produção novos sistemas e módulos já prontos.

A citada situação, entre outras, também trouxe riscos à manutenção e aperfeiçoamento da Instituição, conforme relatos de cada Região fiscal a seguir, as quais tiveram que priorizar gastos frente a valores insuficientes inclusive para sustentar seus atuais contratos.

1ª Região Fiscal

Ocorreram no ano de 2015 várias medidas que impactaram de forma restritiva o nível da execução orçamentária do ano, a começar pelo atraso da LOA (Lei nº 13.115/2015) a qual só foi sancionada mais para o final do mês de abril, quando já tinha passado parte considerável do exercício.

Nesse mesmo sentido, o decorrente Decreto de Programação Financeira (nº 8.456, de 22/05/2015) e a Portaria MPOG nº 172/2015 determinaram um severo contingenciamento, reduzindo os créditos orçamentários, limitando valor das despesas com a contratação de bens e serviços, inclusive os gastos com diárias e passagens além de suspender novas contratações, entre outras, como aquisição e locação de veículos, reforma de bens imóveis, locação de máquinas e equipamentos, afetando, também, fortemente, os recursos de investimentos.

2ª Região Fiscal

O desempenho orçamentário do exercício de 2015 foi afetado pelas dificuldades financeiras enfrentadas durante o ano por toda a Administração Pública Federal.

No âmbito das unidades descentralizadas da RFB, a gestão dos limites foi definida na Portaria RFB nº 2.108/2014, que implantou o modelo de gestão dos referenciais orçamentários.

Por inaugurar uma nova forma de gerir as disponibilidades, o modelo necessitou de ajustes ao longo de todo exercício, dificultando a execução da despesa de maneira a atender tempestivamente a demanda. Essa dificuldade foi acentuada com a edição da Portaria MF nº 416/2015, que estabeleceu no final de mês de junho limites de despesas no âmbito do Ministério da Fazenda, pois os lotes de despesas definidos no normativo não eram os mesmos da Portaria RFB nº 2.108/2014. O impacto na execução foi tão significativo que levou a adoção, no mês de agosto, de rito simplificado para a solicitação de ajustes de referencial orçamentário.

3^a Região Fiscal

Vários foram os desafios e mudanças implementados pelas Unidades Gestoras da 3^a Região Fiscal durante o exercício 2015, para adequarem-se a escassez de créditos orçamentários relacionados a despesas essenciais ao funcionamento das mesmas.

Para melhor identificação do desempenho orçamentário da 3^a RF, separou-se a análise da execução orçamentário em 2 grupos: CUSTEIO e INVESTIMENTO.

- **Custeio:**

As despesas abrangidas por esse grupo são: Capacitação, Custo Regional, Remoções e Atividades de Engenharia (Custeio). Entre os fatores que impactaram a execução das despesas de custeio estão os contingenciamentos impostos pelo Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, alterado pelos Decretos nº 8.580, de 27 de novembro de 2015 e Decreto nº 8.581, de 3 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2015, que resultou na manutenção do contingenciamento no montante de R\$ 2.118.982,01.

Destaca-se também a publicação das Portarias MPOG nº 172, de 27 de maio de 2015 e Portaria MF nº 416, de 29 de junho de 2015, que definiram os limites das despesas a serem empenhadas com a contratação de bens e serviços, e com a concessão de diárias e passagens, no âmbito da Administração Pública, e dos Órgãos do Ministério da Fazenda, de forma específica, respectivamente.

Além disso, houve também a publicação do Decreto nº 8.540 de 9 do outubro de 2015 que estabeleceu as medidas de racionalização do gasto público nas aquisições de bens e nas contratações de serviços, onde os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal passaram a ter uma meta de 20% de redução de suas despesas cujos objetos constam do anexo do referido Decreto, por meio de relatório a ser apresentado por cada órgão da APF até o dia 15 de janeiro de 2016.

- **Investimento:**

Esse grupo é composto pelas despesas de Reaparelhamento e Atividades de Engenharia (Investimento). Em função dos contingenciamentos impostos à 3^a Região Fiscal, o valor do Teto-Livre de Reaparelhamento sofreu uma redução de 70%, passando de R\$ 722.000,00 para R\$ 216.600,00. O impacto desses contingenciamentos foi minimizado com a utilização, por parte da Região Fiscal, do Plano Nacional de Aquisições (PNA), que resultou na compra de mobiliário, no montante de R\$ 808.543,82, por meio de Atas de Registro de Preços planejadas e licitadas pelas Regiões Fiscais, no âmbito do PNA, em que a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 3^a RF (SRRF03) ou suas UGs foram participantes dos certames.

Com relação ao Plano de Engenharia da RFB para 2015, a 3^a Região Fiscal previa, inicialmente, a execução de 10 ações, cujos créditos de investimento totalizavam R\$ 9.033.700,02. Ao longo do ano, o referido plano passou por revisões, que reduziu o quantitativo de iniciativas para 09, e o montante dos mesmos para R\$ 1.484.883,32 (Limite de Movimentação e Empenho – LME, Portaria RF nº 2.108/2014 e suas revisões). Deste total, a 3^a RF executou 5 iniciativas, empenhando o

montante de R\$ 835.989,63, atingindo 75,08% do indicador relacionado ao nível execução orçamentária e financeira das despesas de Investimentos.

Quadro 32: Metas de Investimento e Execução

	METAS INVESTIMENTO			EXECUÇÃO			%
	A - Obras valor (36%) (Fonte: Portaria RFB nº 1.301/2015)	B - Obras quantidade (24%) (Fonte - Portaria RFB nº 1.301/2015)	C - PNA - Aquisições livres (40%)	D - Obras valor (36%)	E - Obras quantidade (24%)	F - PNA - Aquisições livres (40%)	
NACIONAL	93.457.344,91	130	2.874.345,97	102.360.208,46	76	2.290.154,07	81,90%
UC	108.000,00	1	189.300,00	649.187,64	2	109.593,00	83,16%
1ª REGIÃO FISCAL	5.439.123,20	16	469.406,64	4.538.880,02	6	469.406,41	79,04%
2ª REGIÃO FISCAL	6.917.677,24	5	126.697,50	10.447.032,38	7	126.697,50	100,00%
3ª REGIÃO FISCAL	1.373.591,31	9	216.600,00	835.989,63	5	215.720,37	75,08%
4ª REGIÃO FISCAL	4.495.826,21	15	178.238,59	3.304.303,05	5	176.038,59	73,97%
5ª REGIÃO FISCAL	34.402.660,90	8	106.927,68	43.829.034,50	6	106.927,68	94,00%
6ª REGIÃO FISCAL	9.292.926,33	16	328.046,85	7.145.666,47	11	328.046,85	84,18%
7ª REGIÃO FISCAL	9.296.920,31	14	212.700,00	11.521.597,26	6	109.212,98	66,82%
8ª REGIÃO FISCAL	11.660.296,68	20	320.000,00	6.719.351,26	14	319.733,44	77,51%
9ª REGIÃO FISCAL	3.576.595,23	9	566.400,00	4.119.487,49	3	168.748,54	55,92%
10ª REGIÃO FISCAL	6.893.727,50	17	160.028,71	9.249.678,76	11	160.028,71	91,53%

4ª Região Fiscal

1) Contingenciamento do Orçamento:

Este foi o principal fator que causou impacto negativo na regular execução orçamentária (variação orçamentária dos últimos cinco anos da RF04 na planilha abaixo), visto que os valores aprovados na LOA/2015 e repassados às Unidades Gestoras da 4ª RF, por intermédio da Portaria RFB nº 2.108/2014, já não atendiam ao necessário para atualizar os contratos vigentes, especialmente os de terceirização de mão de obra, cujos valores dos postos são vinculados às Convenções Coletivas de Trabalho, que majoraram os salários anualmente, e mais fortemente os contratos de energia elétrica, que tiveram as tarifas aumentadas em mais de 50% em 2015.

O contingenciamento orçamentário começou com o Decreto nº 8.456/2015, ao qual foram acrescentados novos limites impostos pela Portaria MPOG nº 172/2015, replicada no Ministério da Fazenda pela Portaria nº 416/2015. Ainda assim, ao final do exercício, a Copol conseguiu suprir as necessidades orçamentárias da 4ª RF, o que impediu que as Unidades entrassem em passivo a descoberto, pois todos os contratos foram empenhados e as faturas pagas, conforme suas competências.

Quadro 33 - Execução Orçamentária – 4ª RF

	2011	2012	2013	2014	2015	
Teto 4ªRF NÃO Contingenciado	23.518.001,74	23.405.995,74	26.966.061,93	29.186.267,70	30.071.697,58	Variação 2015/2011
	Variação Anual	- 112.006,00	3.560.066,19	2.220.205,77	885.429,88	6.553.695,84
Execução (empenhado no exercício)	25.000.663,00	25.639.011,79	27.832.427,27	28.582.642,15	30.617.988,11	Variação 2015/2011
	Variação Anual	638.348,79	2.193.415,48	750.214,88	2.035.345,96	5.617.325,11
IPCA Anual*		5,83%	5,91%	6,40%	10,70%	28,84%
Aplicação IPCA no Orçamento		1.457.538,65	1.563.679,72	1.793.400,41	3.190.235,15	
		26.458.201,65	28.021.881,37	29.815.281,78	33.005.516,93	

*Fonte: <http://www.portalbrasil.net/ipca.htm>

2) Atraso contumaz no repasse de recursos financeiros:

A STN gerencia o repasse dos recursos Financeiros à RFB, e as Fontes mais utilizadas são a 0150, que atende a maioria dos contratos continuados e foi repassada com maior regularidade; a 0139, de uso diminuto em poucos casos; e a 0132, que paga as diárias, passagens, contratos de obras e restos a pagar destes, e só é repassada em períodos irregulares, sem uma padronização, mesmo quando todo o procedimento de liquidação das despesas é executado no SIAFI. Esta situação acarretou atraso no pagamento de diversas faturas, ainda que em nenhum caso se incorreu em despesas moratórias.

3) Distribuição dos Referenciais Orçamentários por Unidade e Item de Despesa:

A RFB evoluiu bastante no controle da execução dos créditos orçamentários com a adoção da distribuição antecipada pela Copol, o que começou no final de 2014 para o exercício de 2015, e todo gestor já iniciou o ano sabendo quanto teria de limite orçamentário para administrar sua Unidade, o que elimina incertezas e padroniza o estabelecimento de tetos em toda RFB.

Entretanto a alteração dos Referenciais Orçamentários se mostrou extremamente burocrática, com o preenchimento de vários documentos com dados orçamentários e contratuais por Unidade e por Item de Despesa. Não existe sistema para o tratamento desses dados. Apenas na 4ª RF, que tem 11 Unidades Gestoras que gerenciam 164 contratos, as alterações de limites foram constantes, especialmente quanto àqueles que sofreram importantes acréscimos de valor no ano não previstos, ou quando previstos, mas de difícil mensuração antecipada. Tanto que, ao final de 2015, o Comitê de Execução Orçamentária aprovou que as alterações fossem realizadas em uma única planilha por Região Fiscal, e este procedimento facilitou bastante as alterações que estavam pendentes na 4ª RF.

Quadro 34: Contratos Vigentes na 4ª RF

164 Contratos Vigentes em 2015 na 4ªRF			Servidores (não cedidos)	Terceirizados
170047	DRF/NAT	18	236	48
170052	DRF/JPA	18	262	7
170058	SRRF04	34	143	49
170059	DRF/REC	32	455	127
170060	DRF/CRU	11	114	55
170061	IRF/REC	2	51	14
170066	DRF/MAC	13	216	55
170335	DRF/MOS	22	62	25
170338	DRF/CGD	9	90	25
170340	ALF/REC	3	39	11
170341	ALF/SPE	2	39	14

5ª Região Fiscal

Ano após ano o orçamento destinado à 5ª Região Fiscal vem sofrendo reduções. Em 2015 a situação foi especialmente crítica pois não houve descontingenciamento. Apenas no final do exercício, após redistribuições dentro da própria RFB, conseguimos empenhar os valores necessários.

Objetivando adequar as despesas ao orçamento, as Unidades da Região Fiscal fizeram diversos estudos e extinguiram contratos de mensageiro, bem como efetivaram reduções nos contratos de vigilância, aluguel de imóveis, aluguel de equipamentos de reprografia, manutenção predial,

motorista, recepcionista. Ainda assim, as economias decorrentes das medidas adotadas foram absorvidas, em sua maioria, pelas repactuações e aumentos de tarifas de energia, água e telefone.

Outro fator que devemos destacar é que, apesar dos esforços investidos para redução de valores de diversos contratos, o orçamento sempre ficou aquém do necessário para atender todas as despesas. Com isso, por muitas vezes as faturas dos contratos vigentes foram quitadas com atraso, resultando, em alguns casos, no pagamento de multas e juros, comprometendo ainda mais o orçamento já escasso.

Como consequência dessas constantes reduções orçamentárias observa-se uma diminuição da qualidade do serviço prestado ao contribuinte e a impossibilidade de implantação de ações importantes para o Órgão arrecadador da União, que tem como Missão exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade.

6^a Região Fiscal

Além do teto orçamentário estabelecido para a 6^a RF no exercício de 2015, aprovado pela Portaria RFB nº 2.108/2014, ser insuficiente para cobrir as despesas previstas para o ano, a Portaria MPOG nº 172, de 27/05/2015, fixou limites para contratação de bens e serviços e concessão de diárias e passagens, por natureza de despesa e suspendeu a realização de novas contratações de alguns objetos, inclusive reformas de bens imóveis.

Como consequência, além do cancelamento ou adiamento de algumas atividades programadas de fiscalização, repressão e treinamentos, verificou-se a postergação de manutenções prediais e de veículos e o comprometimento da execução do Plano de Engenharia inicialmente previsto. Também, não foi possível realizar, por falta de créditos, a contratação de serviços terceirizados (vigilância, carregadores, recepcionistas, copeiras) para suprir carências de algumas Unidades.

Com a escassez dos créditos ao longo do exercício e também a não tempestividade na liberação de recursos financeiros foi necessário proceder a várias revisões nas ações planejadas para as diversas áreas da Superintendência e a manter forte controle da área orçamentária e financeira. O atraso na liberação dos recursos gerou preocupação, descontentamento e insegurança para os fornecedores, comprometendo, às vezes, a capacidade de sobrevivência da empresa.

7^a Região Fiscal

O orçamento destinado a 7^a Região Fiscal para o exercício de 2015, frente às despesas contratadas e programadas, trouxe como consequência a constante necessidade de gestão, quase que diária, para que conseguíssemos chegar ao final do exercício sem déficit.

Na distribuição dos referenciais orçamentários, ainda no final de 2014, percebeu-se que o montante disponibilizado não seria suficiente para atender a todas as necessidades regionais, salvo se houvesse intervenção para proposição de redução de despesas e, estas ações ocuparam todo o exercício de 2015.

Naquele momento inicial, nossa expectativa de déficit era de cerca de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), valor expressivo para a Região, o que nos impôs a necessidade de rever despesa a despesa de cada unidade regional, objetivando alcançar redução que mitigasse o déficit, sem, contudo, impactar em demasiado o nível de serviços prestados.

Não podemos deixar de mencionar que as despesas discricionárias crescem de forma vegetativa, pelas repactuações, revisões e reequilíbrios nas condições contratadas.

Propusemos iniciativas de redução em praticamente todos os grupos de despesas existentes, a saber:

- Redução dos deslocamentos regionais priorizando reuniões por videoconferência, otimizando a entrega de materiais em Unidades jurisdicionadas, centralizando o controle dos deslocamentos regionais com a Superintendência (teto centralizado).
- Redução dos deslocamentos relacionados à capacitação dos servidores, principalmente em razão do limite estabelecido pela Portaria MF nº 416/2015 e pelas novas orientações da RFB suspendendo ações com deslocamento a partir de 01/10/2015.
- Locação de Imóveis: negociação com os proprietários de, pelo menos, não reajustar os valores contratados. O maior aluguel da Região Fiscal é o da Barra da Tijuca, representa um total mensal de R\$ 114.946,54, total anual de R\$ 1.379.358,48. Caso houvesse um reajuste, seria em torno de 5% (R\$ 68.967,92).
- Vigilância Monitorada: a 7ª RF contratava vigilância monitorada para todas as Unidades do Estado do Rio de Janeiro. A licitação foi centralizada e os contratos descentralizados por UG. Em agosto deste ano venceu o último período para contratação e decidimos por não licitar novamente por falta de LME disponível.
- Vigilância presencial: corte de postos de trabalho.
- O valor nominal regional da redução estimado foi de R\$ 1.900.000,00, entretanto, o valor real era superior a isto. O valor nominal neste caso é a diferença entre a execução deste mesmo tipo de despesa em relação à projeção de gastos de 2015. Considerando que os contratos de apoio administrativo possuem um crescimento vegetativo em torno de 9%, a redução real estimada seria a de R\$ 2.800.000,00.
- Limpeza: somente uma Unidade da 7ª RF trabalhou com a redução de valores do contrato de limpeza, atuando sobre a revisão da produtividade.
- Energia Elétrica: algumas Unidades anteciparam o horário de desligamento de energia elétrica, com alternância de utilização de elevadores, com políticas de conscientização de desligamento de energia, entre outras.
- Apoio Administrativo: redução dos contratos de apoio administrativo das Unidades da 7ª RF. Cada Unidade reduziu um percentual diferente da outra, pois em 2014 algumas UG já haviam reduzido esse contrato. Cabe ressaltar que uma de nossas Unidades, em razão da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª RF (SRRF07) ter distribuído os limites de gastos a todas as Unidades para que se adequassem, e eles não estavam conseguindo cumprir com as despesas de contratações, negociaram com a empresa de terceirização e efetivaram uma redução de 80% do contrato. O valor nominal regional da redução foi estimado em R\$ 120.000,00, entretanto, o valor real é superior. O valor nominal neste caso é a diferença entre a execução deste mesmo tipo de despesa em relação à projeção de gastos de 2015. Considerando que os contratos de apoio administrativo possuem um crescimento vegetativo em torno de 9%, a redução real estimada seria de R\$ 1.200.000,00.
- Manutenção Predial: o contrato da SRRF07 e da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Galeão (ALF/GIG) foi encerrado em abril de 2015 e não houve nova licitação por falta de recursos orçamentários na Região.
- Destrução onerosa de mercadorias: reduzimos o contrato em 50%.
- Manutenção de veículos: as Unidades reduziram os gastos com manutenção, efetuando apenas as imprescindíveis.
- Redução do contrato de locação de máquinas copiadoras.

Com a efetivação dessas ações, associada ao recebimento de parcela antecipada de recursos, pelo atingimento de metas, chegou-se ao final do exercício com recursos orçamentários que suportaram todas as nossas despesas.

Evidentemente, as decisões tomadas, mesmo possibilitando que chegássemos ao fim de 2015 sem dívidas, trouxeram impactos negativos no nível de serviços prestados e na satisfação dos usuários dos mesmos, sendo o desafio para o exercício de 2016, ainda muito restritivo, manter as contratações existentes e prover as unidades de suas novas necessidades, o que continua nos impelindo ao estabelecimento de padrões, racionalização de gastos e outras medidas de gestão.

8ª Região Fiscal

A Receita Federal do Brasil estabeleceu limites de empenho para diversos grupos de despesa, de forma que as Unidades tiveram que restringir a descentralização da programação orçamentária mensal de custeio a 1/12 do Limite orçamentário Anual da UG.

Dessa forma, as Unidades Gestoras tiveram que adequar seus contratos a estes limites, restando maiores dificuldades nas repactuações tardias solicitadas pelas contratadas acarretando necessidade de buscar negociações visando o parcelamento destes pagamentos. Outras dificuldades foram as despesas decorrentes de atividades da área de fiscalização da RFB, nas quais é necessário providenciar remoções com custos não previstos em programações mensais, como por exemplo transportes. As atividades de manutenção predial e de equipamentos também sofreu impacto da limitação orçamentária, como por exemplo a indisponibilidade orçamentária para substituição de baterias de Nobreaks, e como consequência as unidades passam a descumprir normatizações técnicas da área de tecnologia da RFB que determinam a utilização deste tipo de equipamento.

Nas iniciativas previstas no PPA, figuram a obra do Ed. Sede da DRF/Santos, que passou a operar em suas novas instalações em novembro de 2015, havendo ainda serviços que se prolongaram no 1º trimestre de 2016. O Edifício-Sede da DRF/Franca, sofreu impactos em sua execução decorrente de problemas financeiros do fornecedor que acabou determinando uma redução no ritmo de execução, que retornando à normalidade prevê a conclusão das obras no 3º trimestre de 2016. Por fim a iniciativa ligada à Reforma do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em São Paulo, que apesar de aguardar definições sobre um possível modelo de contrato em forma de Parceria Público Privada, vem conduzindo a execução de itens prioritários com a readequação dos elevadores e do sistema de ar condicionado, com recursos do PPA previstos na LOA 2015.

9ª Região Fiscal

UG 170156 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal

No decorrer do exercício de 2015, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal identificou como fator interveniente no desempenho orçamentário o forte contingenciamento de recursos de custeio e de capital por determinação do Decreto nº 8.456 de 22 de maio de 2015 e suas alterações posteriores, os Decretos nº. 8.496/215, nº. 8.532/2015, nº. 8.580/2015 e nº. 8.581/2015, além das medidas de racionalização de gasto público estabelecidas nos Decretos nº. 8.540 de 09 de outubro de 2015 e nº. 8.541 de 13 de outubro de 2015.

Como repercussão dos atos administrativos acima referenciados, várias unidades da 9ª região fiscal reduziram seus contratos com prestação de serviços terceirizados (vigilância, limpeza, secretárias, copeiras, recepcionistas, contínuos, motoristas, telefonistas, manutenção predial, etc.), além da redução das atividades fins, acentuadamente na área de aduaneira de repressão ao contrabando e descaminho, cujo reflexo se percebe nos contratos de alcance regional em toda nossa jurisdição (Paraná e Santa Catarina). Por exemplo, no contrato regional de transporte de cargas e mercadorias

apreendidas houve redução expressiva nas operações aduaneiras em 2015 por conta do contingenciamento de recursos. Assim, a execução ficou em R\$ 1.218.459,27 na natureza de despesa (ND) 33903974, valor este que representa 46,84% do valor do contrato (R\$ 2.601.253,83), o que implica numa redução efetiva de 53,16%. No contrato regional de destruição de mercadorias apreendidas e outras o efeito foi o mesmo - a execução ficou em R\$ 596.338,80 na ND 33903975, valor este que representa 43,75% do valor do contrato (R\$ 1.363.000,00), o que implica numa redução efetiva de 56,25%. No contrato de manutenção e suprimentos das aeronaves da RFB, da mesma forma a execução ficou em R\$ 3.538.181,72 na ND 33903917, valor este que representa 45,05% do valor do contrato (R\$ 7.854.000,00).

Pode-se perceber com clareza este efeito na execução do custeio da 9ª região fiscal, centralizado na rubrica “outras despesas correntes”, cuja montante no SIAFI em 2014 foi de R\$ 88.903.938,52 e em 2015 caiu para R\$ 84.375.489,19 - uma redução de R\$ 4.528.449,33; praticamente todos os itens sofreram redução em suas categorias ou se mantiveram no patamar do ano anterior, como se vê no quadro abaixo:

Quadro 35: Outras despesas correntes (2015 – 2014)

Grupos de Despesas	2015	2014
3. Outras Despesas Correntes	84.375.489,19	88.903.938,52
37 - Locação de Mão de obra	43.972.269,19	43.854.780,93
39 - Outros Serv. De Terc. PJ - Op. Int. Orç.	28.191.879,40	30.088.592,02
14 - Diárias Civil	2.720.216,61	4.453.607,11
Demais elementos do grupo	9.491.123,99	10.506.958,46

Apesar do contingenciamento, todas as atividades fins e meio foram realizadas, dentro das limitações orçamentárias impostas, não ocasionando nenhuma descontinuidade na prestação do serviço público e da missão institucional a que fomos incumbidos e nenhum valor contratual deixou de ser registrado em Restos a Pagar ao final de 2015, o que revela a excelente gestão orçamentária dos recursos públicos, mesmo enfrentando as turbulências causadas por uma significativa restrição orçamentária. Esta atitude proativa adotada nesta 9ª região fiscal permite que o orçamento em 2016 não seja afetado pelo reconhecimento de despesas com exercícios anteriores.

UG 170157 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cascavel

As principais dificuldades encontradas pela Unidade durante a execução orçamentária foram os cortes orçamentários impostos que ocasionaram o constante retrabalho no seu planejamento e o aumento significativo da carga de trabalho para a gestão e fiscalização de seus contratos de aquisição e de prestação de serviços, bem como para a execução orçamentária e financeira.

Convém também apontar falhas de comunicação entre Siasg (Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais) e Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira) como causas de retrabalho na execução orçamentária e financeira. Isso em razão de que, por vezes, o executor termina o preenchimento de vários dados no SIASG e, ao final do procedimento, ocorre um erro de comunicação.

UG 170158 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba

Os fatores intervenientes de destaque têm relação direta com a insuficiência de recursos orçamentários e de pessoal para o atendimento das necessidades de funcionamento normal da Unidade e fatos imprevisíveis.

A escassez de recursos orçamentários, desde o início do exercício financeiro de 2015, levou a Unidade a estabelecer um planejamento com uma série de ações para se adequar à nova realidade de gastos. Para tanto, foi elaborado novo plano de trabalho para os serviços terceirizados de apoio administrativo reordenando quantitativos e qualificações, visando economia de recursos. As circunstâncias orçamentárias e determinações supervenientes, em especial os novos cortes substanciais ocorridos no segundo semestre não permitiram a implementação de toda a contratação planejada até o momento.

Também houve planejamentos prévios quanto a investimentos: contratação do projeto para a construção de edificação em imóvel próprio da União para abrigar a Agência da Receita Federal do Brasil em São José dos Pinhais – PR; e o projeto de reforma de prédio no centro de Curitiba. O projeto para a agência foi licitado e contratado, todavia, na fase de execução, a empresa responsável cometeu uma série de infrações contratuais diante das quais não restou alternativa à Administração senão rescindir o contrato e iniciar processo de aplicação de sanções administrativas. O projeto para reforma do prédio localizado no centro de Curitiba, obtido em cessão perante a Procuradoria da República, foi excluído do plano de engenharia na última revisão de 2015 e não reincluído em 2016, em face de questões orçamentárias. Este prédio vem sendo usado pela Unidade como arquivo e depósito dos documentos e materiais antes armazenados em edifício alugado que foi devolvido ao proprietário no segundo semestre de 2014.

O contingenciamento orçamentário ocorrido no último trimestre de 2015 necessitou de dedicação integral da equipe responsável pelas licitações e contratos (já restrita) a renegociar valores contratuais com fornecedores, elaborar relatórios, termos aditivos de contratos, registros, publicações, etc, o que absorveu parte de seu tempo de trabalho, em detrimento dos serviços relacionados novas contratações necessárias à adequada continuidade dos serviços da Unidade.

UG 170159 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Londrina

Em virtude da adequação ao Decreto que trata do contingenciamento, foi necessária a eliminação de postos de trabalho de terceirizados, implicando o deslocamento de mão de obra de servidores especializados para a execução de tarefas mais simples, prejudicando as atividades exclusivas da Receita Federal, como por exemplo: a) demissão de recepcionistas – deslocamento de mão de obra de agentes administrativos e analistas-tributários para a execução de serviços de recepção e atendimento de telefones; b) redução de postos de trabalho de vigilância no depósito e no pátio de mercadorias apreendidas, o que ocasiona, além do aumento do risco de furtos e assaltos (região considerada com alto grau de violência), tendo em vista a ampla área do terreno onde são mantidos os veículos apreendidos junto ao depósito, há também o deslocamento de servidores especializados para a vigilância nas ocasiões em que são necessárias visitas de contribuintes (conhecer a mercadoria ou veículos para leilão ou doação) ou de prestadores de serviços de manutenção ou reparos; e c) redução de outros postos de trabalho: carregador, conferente de mercadorias apreendidas e funcionários da manutenção. Por fim, por conta do contingenciamento, não foram executados projetos prontos e considerados essenciais para a Unidade que têm por objeto a captação da água da chuva, sistema elétrico e de iluminação e outros.

UG 170160 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa

Diante dos seguidos cortes colocados no orçamento durante 2015 ao longo do ano, em razão do contingenciamento, diversos ajustes tiveram que ser feitos para poder alcançar os objetivos colocados.

UG 170161 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maringá

A Unidade não enfrentou dificuldades na execução do orçamento.

UG 170162 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu (DRF/FOZ)

A Unidade não encontrou dificuldades para executar os referenciais orçamentários definidos. No entanto, para que a Unidade pudesse ajustar o custeio aos novos limites orçamentários, houve a necessidade de fazer cortes significativos nos contratos de prestação de serviços continuados com mão de obra de dedicação exclusiva, a exemplo de recepcionistas, carregadores, conferentes e motoristas. As baixas de colaboradores ocasionadas por esses cortes impactaram diversos aspectos as atividades da Delegacia, podendo-se apontar:

- Comprometimento do tempo de trabalho dos servidores com a realização de atividades que até então eram executadas por colaboradores terceirizados e estagiários, levando à perda de produtividade nas respectivas equipes;
- Queda da qualidade do trabalho decorrente da sobrecarga de atividades por parte de colaboradores e servidores que tiveram que assumir as atividades antes desempenhadas pelos colaboradores dispensados; e
- Prejuízo à imagem da Instituição perante a sociedade, diante da redução de eficiência gerada pela diminuição da mão de obra disponível.

Reduziu-se, ainda, o número de manutenções preventivas e corretivas realizadas nos prédios sob a jurisdição da DRF/Foz do Iguaçu. Esta redução impacta negativamente na conservação dos prédios. Ademais, a diminuição das atividades da equipe de manutenção predial acarreta, indiretamente, redução da produtividade dos servidores, pois esta está relacionada ao ambiente de trabalho (boa iluminação, climatização adequada, ausência de infiltrações e equipamentos em boas condições de uso).

Deve-se ressaltar ainda que os cortes orçamentários não impactaram negativamente somente nas atividades da RFB, mas também atingiram os órgãos parceiros que nos prestam apoio nas atividades de combate ao contrabando e descaminho nas fronteiras.

É importante ressaltar que a DRF/Foz do Iguaçu se caracteriza por ser uma Unidade onde a atividade aduaneira ganha uma importância destacada, pela sua própria localização geográfica, dado que está inserida em região que faz fronteira com a Argentina e o Paraguai. Na área aduaneira, especialmente no trabalho de repressão ao contrabando e descaminho, a logística assume um papel de extrema importância, já que essa atividade requer uma estrutura bastante custosa relacionada com instalações, depósitos, veículos, sistemas de comunicação, vigilância patrimonial, manutenção das instalações e da frota de veículos, dentre outros custos. Neste sentido, os sucessivos cortes orçamentários impactaram de forma decisiva a capacidade operacional da Unidade, sobretudo nas atividades relacionadas ao combate ao contrabando e descaminho.

UG 170163 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá

Os contingenciamentos e problemas com fornecedores têm sido os fatores intervenientes que causam maiores dificuldades na execução do orçamento. A falta de fornecedores interessados em prestar serviços e fornecer produtos; o desinteresse em fornecer orçamentos; a dificuldade em apresentar a documentação que a lei exige e a ausência de conhecimento e capacidade técnica necessários têm dificultado o cumprimento do planejamento e da execução do orçamento. Os contingenciamentos também atrapalham a execução, pois o planejamento traçado no início do exercício financeiro sofre ajustes durante o ano, o que determina sua revisão face à severa diminuição de recursos.

UG 170169 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis

A fim de atender ao disposto no Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015 - que estabeleceu medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços - o contingenciamento imposto no exercício de referência levou à adoção de medidas de contenção de despesas de custeio, tais como: a racionalização dos gastos com energia elétrica, adiamento de despesas não urgentes, redução de postos dos contratos de terceirizados, de limpeza e conservação e de vigilância orgânica. A afetação pelo contingenciamento não permitiu que todas as iniciativas pudessem ser executadas, pois algumas licitações, por exemplo, não foram bem-sucedidas por falta de crédito orçamentário. A limitação imposta pelo Governo Federal para os deslocamentos de servidores dificultou o planejamento e a realização de algumas operações de fiscalização, além de reduzir sobremaneira a realização de reuniões técnicas presenciais e visitas técnicas nas unidades jurisdicionadas.

Quanto ao contrato de limpeza e conservação vigente, a fim de se adequar ao contingenciamento orçamentário e financeiro imposto, adotou-se sistema de rodízio, pelo qual a prestação de serviço em alguns recintos é efetuada a cada 2 dias, resultando em uma redução da área e, consequentemente, redução da mão de obra necessária à execução dos serviços. O serviço de limpeza é considerado essencial para obtenção de condições adequadas de salubridade e higiene e não podem sofrer interrupção sob pena de afetar o desenvolvimento das atividades regimentais das Unidades. A utilização do rodízio com o intuito de reduzir o valor do contrato implica significativa diminuição da qualidade dos serviços, já que algumas áreas não são atendidas diariamente. Além disso, o contrato em vigência foi dimensionado com área totalmeticulosamente avaliada e com produtividades maiores que aquelas preconizadas na IN 2/2008, ou seja, a contratação já possui valores mínimos e abaixo da referência sugerida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Já o contrato de vigilância orgânica vigente, por força do contingenciamento, houve a redução/supressão de 1 posto de vigilante armado noturno 12 x 36 e 1 posto de vigilante desarmado diurno de jornada de 44 horas semanais. A alteração proposta reduziu em 22,28% o valor global mensal do contrato. O terreno da Unidade é circundado por grades que não impedem a invasão por terceiros e em alguns trechos o controle está sendo realizado somente pelo sistema de monitoramento eletrônico, sendo que a exclusão desses postos implica fragilização da vigilância.

UG 170170 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba

Para se adequar aos contingenciamentos orçamentários iniciados em 2014, a Unidade tem suprimido vários postos de serviços relevantes à manutenção satisfatória de suas atividades, carecendo, atualmente, de vigilantes, motoristas e outros postos de apoio administrativo igualmente

necessários, além de enfrentar o risco de ter outros contratos reduzidos ou rescindidos. Ainda, importante ressaltar que o quadro de servidores alocados na Seção de Programação e Logística da Unidade - responsável pelas contratações, controles de bens móveis e imóveis e outras ações de governança pública - é insuficiente para atendimento de todas as demandas de sua extensa jurisdição. Consequentemente, a falta de servidores implica execução orçamentária abaixo do planejado.

UG 170171 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville

Na avaliação da execução orçamentária 2015, torna-se importante destacar o enrijecimento da distribuição dos recursos em “pacotes” orçamentários, dificultando a mobilidade entre estes e atrapalhando a execução. Entende-se perfeitamente a necessidade de se gerenciar a execução da despesa e a formação de centros de custos na administração pública, mas o engessamento da programação orçamentária é fator dificultador para a plena administração da programação/execução orçamentária da UG. A dotação orçamentária da UG compõe, em última análise, o total de despesas – separadas em custeio e investimentos – que a Unidade pode dispor no decorrer do exercício. Ao se engessar os pacotes, não impedindo, mas dificultando a transferência de limites entre eles, dificulta-se sobremaneira a capacidade de gestão das unidades, trazendo procedimentos burocráticos e tempos de espera desnecessários e prejudiciais à gestão local, sem que se vejam as vantagens dessa prática. Por fim, em que pesem as dificuldades nos limites orçamentários, o fluxo de recursos foi constante e suficiente para manter em bom nível o cumprimento das obrigações da Unidade.

UG 170172 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí

A Unidade vem, nos últimos anos, promovendo a sua execução orçamentária com eficácia e eficiência. Ações adotadas pela administração local visando a redução dos custos operacionais resultaram em redução efetiva do custo de operação da unidade no período de 2010 a 2015. Entre as ações estão a redução dos contratos possíveis, no limite legal, a rescisão de contratos e promoção de novas licitações, com maiores exigências, aperfeiçoamento dos editais e melhor acompanhamento das informações apresentadas pelos interessados, o desfazimento de bens e de contratos que passaram a não ser úteis à atividade operacional da unidade, a adoção de programação de leilões regulares para evitar a incidência de custos de armazenagem, a remoção de cargas de recintos para o depósito de mercadorias apreendidas (DMA) também para evitar custos de armazenagem, a troca das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de *led*, a desativação dos aparelhos de ar condicionado central, a instalação de ar condicionado modelo *split*, todos no prédio anexo, com redução do valor em reais da energia elétrica. Cita-se a adequação do espaço do prédio da ALF para manter, em dois dos andares do anexo, as instalações da Agência da RFB de Itajaí, sendo que a Agência, se estivesse em outro endereço, impactaria nos custos da DRF em Florianópolis com o valor de aluguel de um imóvel, além de todos os custos de manutenção, infraestrutura, segurança e limpeza, que são custeados com o orçamento da Alfândega. Em que pese este esforço, as restrições orçamentárias causaram impactos significativos na unidade, como por exemplo a impossibilidade de reforma do telhado do DMA (que se encontra com cerca de 40% de sua capacidade de armazenagem coberta comprometida por goteiras), a não contratação de serviço de manutenção de câmeras para o DMA por falta de recursos, a indisponibilidade de recursos para instalação de sistema de câmeras na sede da Unidade e na futura reserva de armamento, o risco aos contribuintes e a imagem institucional pela queda de pastilhas do revestimento (no fundo e na frente) do prédio do anexo da Unidade, cuja reforma também não foi possível de ser realizada.

Em relação a 2016, apesar de todos os cortes já executados até o ano de 2015, o referencial orçamentário estabelecido não supre as carências básicas de recursos da unidade. Dessa forma, para

nos adequarmos à execução orçamentária, considerando o provável contingenciamento, serão necessários novos cortes nos desembolsos e contratos, que impactarão diretamente nos resultados da unidade e nas metas regionais. Podemos apontar, entre outros, os seguintes prejuízos:

a) Redução do efetivo de atendentes: o contrato já foi reduzido dentro do limite legal. Atualmente se está no limite mínimo de atendentes para cada equipe. Os cortes representarão a necessidade de compartilhamento de atendentes entre equipes, inclusive com a retirada da atendente do gabinete. Isso prejudicará o atendimento, o fluxo de documentos, mensagens de texto e reduzirá a produtividade dos escassos servidores, que necessitarão executar tarefas que hoje são designadas as atendentes;

b) Redução do efetivo de carregadores: redução de 50% no efetivo de carregadores (de 4 para 2) representará uma redução drástica na movimentação de mercadorias, com redução do fluxo de entrada e saída de mercadorias do DMA, o que impactará na provável incidência de custos de armazenagem nos recintos, na redução expressiva da meta de leilões (no máximo três ao ano, sendo que a previsão para 2016 era de 6 leilões), com redução da arrecadação e do valor destinado ao FUNDAF, além do aumento da demanda sobre os Analistas-Tributários que atuam no DMA.

c) Eliminação dos Postos de Copeira e Telefonistas: Causará a redução da produtividade dos servidores. Real possibilidade de restringir os horários de atendimento ao público externo (inclusive via telefone) para o período da tarde; Danos à imagem da Instituição e ao cumprimento das metas institucionais.

Ainda destaca-se que, por conta de já termos adotado as reduções legais nos contratos, quaisquer novas reduções demandarão negociações com as empresas prestadores dos serviços, o que poderá redundar em rescisões contratuais e novas licitações, que além de demandar elevadamente os escassos recursos humanos da Unidade, ainda podem ter seus novos valores superiores aos dos contratos atuais, mais antigos e melhor protegidos de expectativas inflacionárias.

Ainda cabe destacar outro impacto negativo das dificuldades orçamentárias por que passa a RFB. Atualmente um dos principais atrativos das empresas licitantes que buscam prestar serviços para a Unidade, segundo os mesmos, é o fato de que apesar da fiscalização dos contratos ser severa, da exigência ser elevada e das margens serem reduzidas, a Unidade (e a RFB) sempre cumpriram rigorosamente em dia com suas obrigações. Com as anunciadas dificuldades financeiras e orçamentárias, é perfeitamente possível que as empresas, em novos processos licitatórios, passem a incrementar seus preços com valores adicionais para suprir expectativas de futuros atrasos, o que causará aumento do custeio da Instituição. Isso além do risco da redução do número de empresas concorrentes, o que por certo aumentará os valores das propostas das empresas.

Em complemento, as medidas que foram adotadas pela unidade que resultaram na redução do custeio nos últimos anos já causaram sacrifícios aos servidores e contribuintes, mas foram tomadas utilizando o limite máximo possível de redução de custeio para causar o menor prejuízo possível ao atingimento das metas institucionais designadas para a unidade. A execução orçamentária de 2016, já insuficiente para a unidade, se tiver confirmado qualquer contingenciamento causará a impossibilidade do cumprimento de qualquer meta regional e nacional.

UG 170314 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau

A maior dificuldade na execução do orçamento está relacionada diretamente com os sucessivos contingenciamentos orçamentários que impedem a implementação do que foi planejado.

UG 170315 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Lages

A principal dificuldade enfrentada pela Unidade na execução do orçamento foi o aumento, acima do previsto, nas despesas com pessoal terceirizado e com energia elétrica, o que levou a Unidade a diminuir e postergar a realização de despesas, com reflexos no cumprimento dos objetivos de melhoria e modernização das instalações físicas e equipamentos do ambiente de trabalho.

UG 170342 – Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Florianópolis

O contingenciamento orçamentário acarretou inúmeras alterações contratuais e adequações à rotina do trabalho. Houve prejuízo nas ações relativas à vigilância e repressão da unidade náutica. No entanto, não é possível mensurar efetivos resultados negativos, visto que a indução ao cumprimento voluntário de obrigações fiscais nesse tipo de atividade não pode ser quantificado matematicamente. Por conta das restrições nos deslocamentos, a Equipe de Repressão Aduaneira da Unidade passou a trabalhar com análise de risco e monitoramento de alvos, somente saindo para operações com alta probabilidade de êxito e, dada à competência técnica dos planejadores das ações, bem como utilização de meios adequados, os resultados apresentados atingiram as metas previstas, apesar da redução dos recursos impostos pelo contingenciamento. O afastamento de um dos dois pregoeiros da Unidade dificultou a execução de todas as iniciativas previstas no plano de engenharia de 2015, entre outras, que visavam a preservar o patrimônio público.

UG 170343 – Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Curitiba

Ao longo do exercício de referência, foram necessários remanejamentos nos referenciais orçamentários fixados pelo órgão central da RFB com a finalidade de atender as despesas essenciais ao funcionamento da Unidade, tais como: energia elétrica, água, telefonia, vigilância e limpeza. Convém enfatizar que a Unidade, no exercício de 2014, já havia enfrentado as dificuldades impostas com o contingenciamento orçamentário e financeiro recorrente, o que acarreta a diminuição de valores contratados ao patamar que não comprometa ao seu regular funcionamento. As normas estabelecidas na Portaria nº 2.108/2014, com a alteração da metodologia de mudanças nos referenciais orçamentários, dificultaram sobremaneira o cumprimento do orçamento, o qual ficou sobremaneira inflexível.

UG 170389 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de São Francisco do Sul

Os sucessivos cortes orçamentários impostos à Receita Federal do Brasil e, por consequência, à Alfândega da Receita Federal no Porto de São Francisco do Sul/SC fizeram com que esta unidade gestora reduzisse ao máximo os contratos de terceirização de mão de obra (limpeza, copeiragem, vigilância, recepcionistas, motoristas, dentre outros). A quantidade de postos existentes atualmente é menor do que aquela que entendemos como ideal para o funcionamento da Alfândega, de cujo quadro serve de exemplo o fato de que, desde 31/07/2015, a unidade não mais possui contrato de manutenção de *nobreak*, por falta de liberação orçamentária para pregão.

Aliada a tal circunstância, a Unidade tem recebido constantes avisos do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) a respeito das quedas de energia na Alfândega e o desligamento inesperado dos servidores de rede e equipamentos de comunicação em decorrência de falta ou ineficiência de nobreaks. Nestas comunicações, citada empresa pública enumera possíveis consequências que a Unidade pode enfrentar: falta de acesso à rede, alta probabilidade de danos de equipamentos (roteador, acelerador WAN, modem, switch, fonte de energia e discos do servidor de rede e demais computadores), servidores host e virtuais com erros de inicialização do sistema operacional e a possibilidade de indisponibilidade permanente dos servidores de rede.

10ª Região Fiscal

A principal dificuldade enfrentada pelas Unidades Gestoras da 10ª RF na execução do orçamento de 2015 foi a adequação das despesas de custeio - contratadas e a contratar - às restrições orçamentárias impostas no exercício.

Em fevereiro, a publicação do Decreto nº. 8.389/2015, impondo contingenciamento de 1/18 das despesas mensais de custeio constantes do PLOA (33,3% dos recursos de custeio), gerou grande impacto no planejamento da execução do orçamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil. O mesmo diploma legal estabeleceu limite de empenho de até 50% dessas despesas, até aprovação da LOA 2015.

Por essa razão, as Unidades Gestoras foram instadas, desde o início do exercício, a analisar suas previsões de despesas de custeio visando a sua redução, dado que o cenário econômico apontava para severo contingenciamento sem previsão de liberação, seja do saldo contingenciado, seja da parcela correspondente à cesta orçamentária - recurso orçamentário contingenciado no Órgão Central, cuja liberação ocorre ao final do terceiro trimestre, de acordo com o atingimento das metas estratégicas da Instituição.

No que se refere à execução dos investimentos, o atraso na aprovação da LOA 2015 (ocorrida em 22/04/2015) afetou seu cronograma, tanto em relação ao reaparelhamento (materiais permanentes) quanto em relação às obras de engenharia, visto que o Decreto nº. 8.389/2015 impôs contingenciamento de 100% das despesas de investimentos até a aprovação da Lei.

Aprovada a LOA, foi estabelecido um Limite de Movimentação e Empenho correspondente a 95% das despesas de custeio do órgão. No entanto, os efeitos do contingenciamento foram efetivamente sentidos a partir do segundo semestre, quando ocorreu o impacto das repactuações dos contratos continuados de custeio das Unidades Gestoras, com destaque para Vigilância, Limpeza e Manutenção Predial.

A execução de custeio do Plano de Engenharia da RFB foi fortemente afetada pela edição da Portaria MPOG nº 172, de 27 de maio de 2015, que suspendeu a realização de novas contratações de reformas de bens imóveis. O entendimento da RFB foi de que o conceito de “reforma” se estendia ao projeto respectivo. Assim sendo, grande parte das iniciativas do Plano de Engenharia, muitas em condições de serem contratadas, foi paralisada até a edição da Portaria 393, de 24 de setembro de 2015, que alterou a Portaria SLTI/MPOG nº 172/2015, excluindo do rol das vedações de contratação de reformas as adaptações de acessibilidade. Com isso permitiu-se a licitação e o empenho dos valores de diversas iniciativas de acessibilidade que estavam em andamento na RF10, cuja execução estava até então suspensa.

A maior parte dos contratos de custeio gerenciados pelas Unidades Gestoras da 10ª RF estava adequada aos limites de orçamento definidos internamente pela Portaria RFB nº 2.108/2014 quando sobreveio a publicação da Portaria MF nº 416, de 29 de junho de 2015, que fixou, no âmbito do Ministério da Fazenda, os tetos de despesas a serem empenhadas com contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e emissão de passagens. Os limites estabelecidos pela citada Portaria sobrepunderam-se àqueles então vigentes, veiculados pela Portaria RFB nº 2.108/2014, e significaram um contingenciamento adicional de 15%, levando à nova necessidade de redução nas despesas de custeio da 10ª RF.

O principal desafio da 10ª RF foi, portanto, efetuar as adequações necessárias para adaptar-se ao novo orçamento. Várias Unidades Gestoras efetuaram redução no quantitativo de seus contratos com terceirizados, e muitas deixaram de prorrogá-los, abrindo mão do serviço, para redução das despesas de custeio. A 10ª RF determinou inclusive o fechamento de Unidades: no último trimestre de 2015 foram desativadas a Agência da Receita Federal do Brasil em Canguçu (UG 170180 - DRF

Pelotas) e a Agência da Receita Federal do Brasil em Encantado (UG 170263 - DRF Santa Cruz do Sul), resultando em redução de despesas de custeio com contratos de Vigilância, Limpeza, Manutenção Predial, Energia Elétrica, Secretárias, Telefonistas e outros.

Com todos os esforços de redução de despesas efetuados ao longo de 2015, a maioria das Unidades Gestoras da 10^a RF chegou ao mês de dezembro com praticamente 100% de seu orçamento empenhado. Não houve descontingenciamento. Contudo, recursos adicionais remanejados no âmbito da RFB, na última semana do ano, permitiram às Unidades Gestoras da 10^a RF o empenho da totalidade dos contratos de custeio, não havendo comprometimento do orçamento do exercício de 2016 para adimplemento de despesas contraídas no exercício de 2015.

2.3.3 - OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM RESPECTIVO CRÉDITO AUTORIZADO NO ORÇAMENTO

Nas Unidades Centrais (UG 170010), as obrigações consistiam em despesas com o processamento da GFIP relativas ao ano de 2009, 2014 e 2015. Esses passivos foram integralmente liquidados após os ajustes orçamentários ocorridos no final do exercício, conforme quadro abaixo.

Unidades Centrais – 170010

Quadro 36: Obrigações assumidas sem crédito autorizado no orçamento

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
170010	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 00.360.305/0001-04	29.517.099,44	56.362.686,46	26.845.587,02	0,00

Fonte: Siafi

Quanto às unidades das Regiões Fiscais, na sua grande maioria, não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos. Contudo, semelhante às Unidades Centrais, em algumas de suas Unidades Gestoras Regionais (170018, 170198, 170247, 170271, 170388, 170516, 170088, 170089, 170091, 170093, 170094, 170095, 170097, 170227, 170248, 170324, 170328) houve movimento devedor integralmente liquidado no próprio exercício. Por outro lado, para as UG's 170092 e 170096, restou saldo no final do exercício de 2015 de **R\$ 19.702,54**.

Conforme relatos, a existência de obrigações enquadráveis nessa categoria ocorreram pela inexistência de contrato, em função da impossibilidade de assinatura de contrato com os fornecedores, seja por licitação deserta, no caso da telefonia, por serviços prestados eventualmente, como a da utilização do Aterro Sanitário para depósito de mercadorias apreendidas, seja por serviços de urgência, como o conserto do sistema de segurança, entre outros.

Pela relevância da matéria, seguem análises regionalizadas.

1ª Região Fiscal

Quadro 37: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170018

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos			Valores em R\$ 1,00					
Identificação da Conta Contábil								
Código SIAFI		Denominação						
213110400		Contas a pagar credores nacionais						
Linha Detalhe								
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício			
170018	00.475.855/0001-79	0,00	290,36	290,36	0,00			
170018	02.558.157/0001-62	0,00	9.614,00	9.614,00	0,00			
170018	04.613.668/0001-65	0,00	2.513,72	2.513,72	0,00			
170018	16.970.920/0001-72	0,00	1.373,00	1.373,00	0,00			

170018	40.432.544/0001-47	0,00	979,44	979,44	0,00
170018	78.206.513/0001-40	0,00	220,76	220,76	0,00

Fonte: SIAFI

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos		Valores em R\$ 1,00			
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
213120400	Contas a pagar credores nacionais – Intra OFSS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
170018	413001 (ANATEL)	0,00	136,30	136,30	0,00
170018	413013 (FISTEL)	0,00	450,26	450,26	0,00

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

Para os passivos reconhecidos em favor do Detran, as dívidas não foram liquidadas no respectivo exercício em razão de que os veículos oficiais em questão se encontravam em processo de incorporação à época.

Quanto aos passivos em favor da Anatel e do Fistel, trata-se de processo de aquisição inédita de equipamentos de radiodifusão, ou seja, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª RF (SRRF01) teve conhecimento extemporâneo da necessidade de recolhimento dessas taxas e contribuições.

Em relação ao processo de reconhecimento de dívida em favor da Alessandro Nunes ME, CNPJ nº 16.970.920/0001-72, a empresa somente emitiu a NF em agosto de 2015, apesar de ter prestado os serviços no final de 2014. Não houve comunicado do fiscal de contratos sobre o fato quando do empenho de restos a pagar neste exercício. A empresa foi advertida para que o fato não se repita no futuro, já que se trata de contrato continuado com prestação de serviços ocasionais.

Para o restante dos itens, referente às faturas de telefonia, houve cobranças de valor acima do acordado nos contratos, as quais foram contestadas inconsistentemente pelo fiscal de contratos. No entanto, o fornecedor permaneceu na inércia por vários meses e só manifestou sobre a correção dos valores no exercício seguinte. Na incerteza da resposta, não foi empenhada dotação suficiente em restos a pagar.

Quadro 38: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170198

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos		Valores em R\$ 1,00			
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
213110400	Contas a pagar credores nacionais				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
170198	76.535.764/0001-43	0,00	14.875,86	14.875,86	0,00
170198	01.543.032/0001-04	0,00	7.609,06	7.609,06	0,00
170198	15.519.361/0001-16	0,00	110,38	110,38	0,00
170198	82.951.310/0001-56	0,00	224,83	224,83	0,00
170198	71.208.516/0001-74	0,00	2620,66	2620,66	0,00

170198	03.677.044.0001-49	0,00	3621,82	3621,82	0,00
Fonte: SIAFI					

Análise Crítica:

Para os passivos reconhecidos em favor do CNPJ 76.535.764/0001-43 - OI S/A, as dívidas não foram liquidadas no seu respectivo exercício por falta de apresentação das faturas, e quando foram emitidas, apresentaram valores incorretos, tendo sido solicitada a correção das mesmas à empresa, a qual demorou no atendimento.

Quanto ao reconhecimento do Passivo em favor CNPJ 01.543.032/0001-04 - CELG - o valor empenhado no final do exercício não foi suficiente para a liquidação do débito apresentado. O passivo CNPJ 15.519.361/0001-16 DETRAN-GO, e CNPJ 82.951.310/0001-56 - Secretaria do Estado da Fazenda os veículos oficiais em questão encontravam-se em processo de incorporação à época. O passivo CNPJ 71.208.516/0001-74 - Algar Telecom S/A valor empenhado no final do exercício não foi suficiente para a liquidação do débito. O Passivo CNPJ 03.677.044.0001-49 - Coral Empresa de Segurança - valor empenhado no final do exercício não foi suficiente para a liquidação do débito.

Quadro 39: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170247

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos		Valores em R\$ 1,00							
Identificação da Conta Contábil									
Código SIAFI	Denominação								
213110400	Contas a pagar credores nacionais								
Linha Detalhe									
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício				
170247	34.028.316/0009-60	0,00	143,91	143,91	0,00				

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

Empenho de complemento de restos a pagar da fatura dos Correios referente ao mês de dezembro de 2014.

Quadro 40: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170271

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos		Valores em R\$ 1,00							
Identificação da Conta Contábil									
Código SIAFI	Denominação								
213110400	Contas a pagar credores nacionais								
Linha Detalhe									
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício				
170271	07.161.566/0001-44	0,00	12.084,95	12.084,95	0,00				
170271	25.086.034/0001-71	0,00	36.495,19	36.495,19	0,00				
170271	76.535.764/0001-43	0,00	7.440,07	7.440,07	0,00				

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

Lançamento de PA realizado, pois no momento do recebimento da Nota Fiscal, o saldo do empenho estava insuficiente para liquidação e quitação da despesa.

Quadro 41: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170388

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos		Valores em R\$ 1,00							
Identificação da Conta Contábil									
Código SIAFI	Denominação								
213110400	Contas a pagar credores nacionais								
Linha Detalhe									
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício				
170388	00.332.087/0003-66	20.494,72	0,00	20.494,72	0,00				

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

Esse reconhecimento de dívida se deu por causa de repactuação em virtude de Convenção Coletiva de Trabalho 2014/2015, que reajustou o salário normativo da categoria em 8% a partir de 1º de março de 2014.

Quadro 42: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170516

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos		Valores em R\$ 1,00							
Identificação da Conta Contábil									
Código SIAFI	Denominação								
213110400	Contas a pagar credores nacionais								
Linha Detalhe									
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício				
170516	335246068-06	0,00	13.250,00	13.250,00	0,00				
170516	76535764/0001-43	0,00	2.635,72	2.635,72	0,00				

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

O valor de R\$ 13.250,00 é referente ao reconhecimento de dívida ocorrido para pagamento do Aluguel da ARF Urucuá. Devido ao início da construção da sede da nova Agência, o contrato de aluguel foi realizado tentando-se harmonizar seu vencimento com o prazo previsto para a entrega da obra. Entretanto, devido a fatos supervenientes, foi necessário prorrogar o prazo de entrega da obra e, por conseguinte, manter o funcionamento na antiga sede até a efetiva mudança.

Já o valor de R\$ 2.635,72 refere-se a dívida com a empresa de telefonia do exercício anterior cuja fatura havia sido extraviada e somente foi cobrado pela empresa no exercício posterior.

6ª Região Fiscal

Unidade Gestora: 170088 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal

Quadro 43: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170088

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos			Valores em R\$ 1,00		
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		Contas A Pagar Credores Nacionais			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
170088	398.583.836-49	0,00	164,91	164,91	0,00
170088	09.478.000/0001-76	0,00	60,07	60,07	0,00

Fonte: Setor de Contabilidade na Superintendência.

Análise Crítica:

1) CPF 398.583.836-49

A servidora Soraya Fátima Meira Raydan (UG 170088) comprou passagens rodoviárias e em período posterior solicitou o respectivo reembolso. Entretanto, no momento da solicitação não havia possibilidade de emitir o empenho correspondente para a citada despesa. Diante dessa situação, o chefe da Dipol06 autorizou o pagamento do valor devido como despesa do anterior, por meio da 2015NE000159 (natureza de despesa 339092).

2) CNPJ 09.478.000/0001-76

Houve retenção de ISS em notas fiscais emitidas pela empresa Trust Tour Turismo Ltda. - EPP. Primeiramente, o pagamento desse tributo foi efetuado por meio de Ordem bancária (OB) o qual não se configura no instrumento financeiro adequado para obrigações dessa natureza. Por isso as OB foram canceladas para que se adotassem os procedimentos corretos, isto é, a emissão de DAR. Entretanto, as referidas OB foram emitidas em 2014 e os cancelamentos ocorreram em 2015. Diante do exposto, buscou-se solucionar o problema por meio da emissão de documento hábil, mas o sistema não possuía situação que se enquadrasse no caso. Dessa forma, o responsável pela Dipol optou por saldar a obrigação enquadrando-a como despesa do exercício anterior.

Unidade Gestora: 170089 – Delegacia da RFB em Belo Horizonte

Quadro 44: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170089

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos			Valores em R\$ 1,00		
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21312.0400 21311.0400		Contas A Pagar Credores Nacionais			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
170089 (1)	19.137.272/0001-66	0,00	740,00	740,00	0,00
170089 (2)	06.981.180/0001-16	0,00	542.628,13	542.628,13	0,00
170089 (3)	17.281.106/0001-03	0,00	14.433,27	14.433,27	0,00

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
170089 (4)	02.558.157/0009-10	0,00	11,34	11,34	0,00
170089 (5)	40.432.546/0001-47	0,00	44,31	44,31	0,00
170089 (6)	051.149.186-72	0,00	466,00	466,00	0,00
170089 (7)	604.716.116-20	0,00	23,86	23,86	0,00
170089 (8)	33.000.118/0001-79	0,00	6.330,52	6.330,52	0,00
170089 (9)	316.050.876-53	0,00	8.902,39	8.902,39	0,00
170089 (10)	089.616.006-80	0,00	22.516,88	22.516,88	0,00
170089 (11)	17009/0001	0,00	647,72	647,72	0,00
170089 (12)	274.432.046-91	0,00	150,00	150,00	0,00
170089 (13)	510001/57202	0,00	400,00	400,00	0,00
170089 (14)	047.908.486-63	0,00	321,74	321,74	0,00

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Análise Crítica:

- (1) - Reconhecimento de dívida em decorrência da mudança de Sede, sendo realizados serviços emergenciais como confecção de chave para armários, mesas e outros por não termos nenhum contrato no exercício.
- (2) - Reconhecimento de Energia Elétrica em decorrência na demora do processo com a Cemig (mudança de Sede), ficando regularizado no mês de agosto.
- (3) - Reconhecimento perante a Copasa em virtude de ocorrência de mudança de Sede, sendo regularizado em março.
- (4) - Reconhecimento em virtude de ligações incorretas por parte dos servidores.
- (5) - Reconhecimento em virtude de ligações incorretas por parte dos servidores.
- (6) - Reconhecimento referente a despesas de condomínio pendentes e devidas ao proprietário que aluga o imóvel que abriga a ARF/CLE.
- (7) - Reconhecimento referente a despesas de condomínio pendentes e devidas ao proprietário que aluga o imóvel que abriga a ARF/OPO.
- (8) - Reconhecimento referente a Telefonia Telemar de faturas antigas e pendentes para acerto, em virtude de encerramento de contrato.
- (9) - Reconhecimento referente a remoção de ofício de Geraldo Xavier para a cidade de Lauro de Freitas/BA.
- (10) - Reconhecimento referente ao auxílio funeral do servidor Virgilio Gomes de Aguiar.
- (11) - Reconhecimento referente a despesas de consumo de material de expediente dos projetos da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte (DRF/BHE) com a ESAF/MG.
- (12) - Reconhecimento referente à remarcação de passagem aérea e devida ao servidor Nilton Sena em deslocamento a serviço.
- (13) - Reconhecimento de contribuição patronal ao INSS de palestrante referente ao Planejamento Estratégico da DRF/BHE para o ano de 2016.
- (14) - Reconhecimento referente a deslocamento em viagem do servidor André Munir para abastecimento em veículo oficial na cidade de Uberaba.

NOTA: Todos os reconhecimentos foram regularizados no exercício de 2015.

Unidade Gestora: 170091 – Delegacia da RFB em Governador Valadares

Quadro 45: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170091

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos					Valores em R\$ 1,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
213110400	CONTAS A PAGAR CREDORES				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
170091	03.488.261/0001-90	0,00	21.035,60	21.035,60	0,00
170091	02.045.793/0001-90	0,00	83.036,88	83.036,88	0,00
170091	17.040.809/0001-40	0,00	53.751,52	53.751,52	0,00
170091	17.281.106/0001-03	0,00	138,35	138,35	0,00
170091	17.281.106/0001-03	0,00	46,15	46,15	0,00

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Análise Crítica:

1) Credor 03.488.261/0001-90 – ALUGUEL ALMENARA

Reconhecimento de dívida provocado por fator imprevisível, visto que a Gerência Regional de Patrimônio da União, responsável pela elaboração do laudo de avaliação técnica, por dificuldades orçamentárias, somente disponibilizou o relatório de avaliação em julho de 2015, muito embora tenha sido demandada em 11/05/2015. Tão logo o processo se tornou devidamente instruído, foi enviado à PFN para análise jurídica e, com a aprovação da Minuta Contratual, procedeu-se à assinatura do Contrato.

2) Credor 02.045.793/0001-90 – ALUGUEL TEÓFILO OTONI

Reconhecimento de dívida provocado por fator imprevisível, visto que a Gerência Regional de Patrimônio da União, responsável pela elaboração do laudo de avaliação técnica, por dificuldades orçamentárias, somente disponibilizou o relatório de avaliação em março de 2015, muito embora tenha sido demandada em 27/11/2014. Tão logo o processo se tornou devidamente instruído, foi enviado à PFN para análise jurídica e, com a aprovação da Minuta Contratual, procedeu-se à assinatura do Contrato.

3) Credor 17.040.809/0001-40 – ALUGUEL CARATINGA

Reconhecimento de dívida provocado por fator imprevisível visto que a Gerência Regional de Patrimônio da União, responsável pela elaboração do laudo de avaliação técnica, por dificuldades orçamentárias, somente disponibilizou o relatório de avaliação em julho de 2015, muito embora tenha sido demandada em 26/11/2014. Tão logo o processo se tornou devidamente instruído, foi enviado à PFN para análise jurídica e, com a aprovação da Minuta Contratual, procedeu-se à assinatura do Contrato.

4) Credor 17.281.106/0001-03 – FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO ALMENARA

Reconhecimento de dívida provocado por atraso na instrução processual por parte da contratada. Tão logo as peças necessárias foram recebidas, o processo foi enviado à PFN para análise jurídica e, com a aprovação da Dispensa de Licitação, foi formalizada a contratação.

5) Credor 17.281.106/0001-03 – FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO TEÓFILO OTONI

Reconhecimento de dívida provocado por atraso na instrução processual por parte da contratada. Tão logo as peças necessárias foram recebidas, o processo foi enviado à PFN para análise jurídica e, com a aprovação da Dispensa de Licitação, foi formalizada a contratação.

Unidade Gestora: 170092 – Delegacia da RFB em Juiz de Fora

Quadro 46: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170092

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos		Valores em R\$ 1,00			
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
2.1.3.1.1.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
170092	09.253.860/0001-01	0,00	11.850,00	10.395,00	1.455,00
170092	08.561.873/0001-85	0,00	7.727,15	6.599,05	1.128,10
170092	17.473.604/0001-58	0,00	751,93	643,91	108,02
170092	21.394.828/0001-41	0,00	800,00	800,00	0,00
170092	02.536.066/0010-17	0,00	2.203,52	2.203,52	0,00
170092	40.432.544/0001-47	0,00	19.084,51	12.835,08	6.249,43
170092	33.000.118/0001-79	0,00	24.676,93	21.253,89	3.423,04
170092	18.338.178/0001-02	0,00	6.570,69	5.842,51	728,18
170092	33.530.486/0001-29	0,00	3,88	3,88	0,00
170092	02.318.396/0001-45	0,00	307,40	307,40	0,00
170092	04.078.456/0001-25	0,00	310,00	310,00	0,00

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Análise Crítica:

Os reconhecimentos de dívidas elencados tiveram origem na impossibilidade de assinatura de contrato com os fornecedores, seja por licitação deserta, no caso da telefonia, por serviços prestados eventualmente, como a da utilização do Aterro Sanitário para depósito de mercadorias apreendidas, ou por serviços de urgência, como o conserto do sistema de segurança (câmeras) da DRF e outros.

Não houve insuficiência de créditos ou recursos. Todos os créditos estavam previstos no orçamento. O que houve foi a não existência de contrato pelos motivos expostos.

Unidade Gestora: 170093 – Delegacia da RFB em Uberaba

Quadro 47: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170093

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos		Valores em R\$ 1,00			
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
213110400	CREDORES NACIONAIS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
170093	40.432.544/0112-62	0,00	579,02	579,02	0,00
170093	40.432.544/0001-47	0,00	256,37	256,37	0,00
170093	71.208.516/0001-74	0,00	329,94	329,94	0,00

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Análise Crítica:

As informações constantes da tabela envolvem despesas que foram objeto de reconhecimento de dívida. As duas primeiras linhas se referem a despesas com serviços de telefonia fixa local prestados na sede da UG. Havia um contrato vigente com a EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A (EMBRATEL), CNPJ 33.530.486/0001-29. Era o Contrato nº 4/2010.

Entretanto, houve, sem que esta contratante fosse avisada, a transferência da concessão dos serviços para a empresa CLARO S.A, o que inviabilizou a continuidade do contrato. Assim, houve reconhecimento de dívida para pagamento das faturas referentes aos serviços que foram prestados pela última empresa durante a lacuna contratual.

Posteriormente, foi providenciada nova contratação mediante procedimento de dispensa de licitação com fulcro no inciso II do art. 24 da Lei nº 8666/93. O valor informado na última linha se refere a reconhecimento de dívida realizado para quitação de faturas de serviços de telefonia fixa prestados entre o final da vigência do Contrato nº 5/2010 e o início da vigência do Contrato nº 4/2015.

A situação foi sanada com o início da vigência desse último contrato, oriundo do Pregão da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberaba (DRF/UBB) nº 2/2015.

Unidade Gestora: 170094 – Delegacia da RFB em Varginha

Quadro 48: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170094

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos			Valores em R\$ 1,00					
Identificação da Conta Contábil								
Código SIAFI	Denominação							
2.1.8.9.1.01.00	Indenizações e Restituições a Pagar							
Linha Detalhe								
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício			
170094	043.029.006-36	0,00	1.136,23	1.136,23	0,00			
170094	041.035.786-37	0,00	415,64	415,64	0,00			
Identificação da Conta Contábil								
Código SIAFI	Denominação							
3.3.2.3.1.03.00	Serviços de Telecomunicações							
Linha Detalhe								
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício			
170094	40.432.544/0001-47	0,00	81,01	81,01	0,00			
170094	33.530.486/0001-29	0,00	7,82	7,82	0,00			

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Análise Crítica:

1) Credor: 043.029.006-36

Em junho de 2015, a Agência da Receita Federal de São Lourenço efetuou mudança para nova sede e apesar das várias medidas administrativas tomadas para a mudança, não ocorreu a tempo a troca de titularidade da conta de energia elétrica para o nome da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Varginha. Foi solicitada a alteração de titularidade, que foi efetivada em julho. Foi solicitado

também a emissão de nova fatura com o nome da Delegacia, contudo, a CEMIG informou que não seria possível.

Diante da impossibilidade de emissão de nova fatura, o locador do imóvel providenciou o pagamento da fatura referente a junho/2015 e solicitou o reembolso. Considerando que ocorreu a efetiva utilização do serviço de energia elétrica pela ARF-São Lourenço, a dívida foi reconhecida e paga em agosto/2015 (R\$ 1.136,23). O recurso utilizado para o pagamento do reconhecimento de dívida foi remanejado do próprio orçamento previsto para gasto com energia elétrica da DRF-Varginha/MG.

2) Credor: 041.035.786-37

A Agência da Receita Federal de São Lourenço/MG efetuou mudança para nova sede em junho de 2015 e, apesar das várias medidas administrativas tomadas para a mudança, não ocorreu a tempo a efetivação do contrato de água e esgoto da DRF-Varginha com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Enquanto eram realizadas as diversas fases para a contratação, ocorreu o vencimento de diversas faturas de água e esgoto. O locador do imóvel providenciou o pagamento das faturas vencidas e solicitou o reembolso - faturas referentes aos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro/2015. Em dezembro de 2015, o contrato foi publicado e as faturas passaram a ser emitidas em nome da DRF.

Considerando que a solicitação de reembolso se refere ao período em que a DRF-VAR não possuía contrato com o SAAE e que houve a efetiva utilização do serviço pela Agência da Receita Federal de São Lourenço/MG, a dívida foi reconhecida (R\$ 229,38, em outubro/2015 e R\$186,26, em dezembro/2015). Os recursos utilizados para o pagamento do reconhecimento de dívida foram remanejados do próprio orçamento previsto para gasto com água e esgoto da DRF-Varginha/MG.

3) Credor: 40.432.544/0001-47

Foram realizadas ligações fixo-fixo para longa distância utilizando o código 21, modalidade para a qual a unidade não possui contrato. O contrato de ligações fixo-fixo existente prevê que seja utilizado o código 31. Considerando a não existência de contrato com credor para essa modalidade de serviço (telefonia fixa longa distância) e que houve a efetiva utilização do serviço por servidores da Delegacia, a dívida foi reconhecida.

Os recursos utilizados para o pagamento do reconhecimento de dívida foram remanejados do próprio orçamento previsto para gasto com telefonia da DRF-Varginha/MG (R\$23,04, em agosto/2015 e R\$57,97, em setembro/2015). Como medida para a situação não se repetir, foram encaminhadas informações a todos os servidores a respeito dos contratos de telefonia e dos códigos a serem utilizados em cada caso.

4) Credor: 33.530.486/0001-29

Foram realizadas ligações fixo-fixo para longa distância utilizando o código 21, modalidade para a qual a unidade não possui contrato. O contrato de ligações fixo-fixo existente prevê que seja utilizado o código 31.

Considerando a não existência de contrato com credor para essa modalidade de serviço (telefonia fixa longa distância) e que houve a efetiva utilização do serviço por servidores da Delegacia, a dívida foi reconhecida.

Os recursos utilizados para o pagamento do reconhecimento de dívida foram remanejados do próprio orçamento previsto para gasto com telefonia da DRF-Varginha/MG (R\$7,82, em agosto/2015).

Como medida para a situação não se repetir, foram encaminhadas informações a todos os servidores a respeito dos contratos de telefonia e dos códigos a serem utilizados em cada caso.

Unidade Gestora: 170095 – Delegacia da RFB em Divinópolis

Quadro 49: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170095

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos			Valores em R\$ 1,00		
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
213110400	CREDORES NACIONAIS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
170095	278.407.606-78	0,00	108,14	108,14	0,00
170095	445.212.516-68	0,00	108,14	108,14	0,00
170095	420.868.336-87	0,00	193,20	193,20	0,00
170095	016.426.776-04	0,00	193,20	193,20	0,00
170095	017.156.586-04	0,00	347,03	347,03	0,00
170095	06.981.180/0001-16	0,00	243,30	243,30	0,00
170095	23.938.194/0001-76	0,00	386,40	386,40	0,00
170095	06.101.609/0001-33	0,00	1123,77	1123,77	0,00
170095	19.130.038/0001-07	0,00	285,44	285,44	0,00

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Análise Crítica:

No fim de 2014, todos os saldos encontravam-se zerados e, no início de 2015, surgiram débitos referentes a reajustes de aluguéis - pessoa física e jurídica - retroativos a 2014 (não reajustados na época correta), conta de energia elétrica (Cemig) entregue em atraso pelo proprietário do antigo imóvel locado pela DRF/Divinópolis e pagamento de um mês de contrato de locação de impressoras (intervalo entre o fim de um contrato e o início de outro).

Em relação ao pagamento de água e esgoto (Demae), foi inscrito um valor previsto no contrato e na conta constou outro, muito alto devido a vazamento nas instalações da Unidade de Campo Belo. Foi solicitada a diferença.

Vigilância: valor referente a três dias entre o fim do contrato antigo e vigência de nova contratação.

Unidade Gestora: 170096 – Delegacia da RFB em Montes Claros

Quadro 50: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170096

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos			Valores em R\$ 1,00		
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
213110400	Credores Nacionais				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
170096	03.289.558/0001-27	0,00	52.886,16	46.275,39	6.610,77

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Análise Crítica:

O Contrato nº 01/2010, celebrado com a Organização Contábil Norte de Minas Ltda, teve sua vigência encerrada em 05/05/2015. O seu objeto era a locação do imóvel onde funciona a Agência da RFB em Janaúba-MG. Não houve tempo hábil para realização do novo contrato e foi necessário fazer um processo de Reconhecimento de Dívida. Não ocorreu nenhum impacto na gestão orçamentária e financeira, pois os recursos estavam previstos.

Unidade Gestora: 170097 – Delegacia da RFB em Uberlândia

Quadro 51: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170097

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos			Valores em R\$ 1,00					
Identificação da Conta Contábil								
Código SIAFI	Denominação							
213110400	CREDORES NACIONAIS							
Linha Detalhe								
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício			
170097	71.208.516/0001-74	0,00	904,66	904,66	0,00			
170097	71.208.516/0001-74	0,00	785,83	785,83	0,00			
170097	33.000.118/0001-79	0,00	230,72	230,72	0,00			
170097	33.000.118/0001-79	0,00	0,59	0,59	0,00			

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Análise Crítica:

1) CNPJ 71.208.516/0001-74

Trata-se de reconhecimento de dívida com a empresa ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, pela prestação de serviços de telefonia fixa – PABX no edifício-sede, no período de 12 de abril a 11 de maio de 2015, com vencimento em 10 de junho de 2015.

O valor reconhecido foi no valor de R\$ 904,66 (novecentos e quatro reais e sessenta e seis centavos), se justificando pelo fato de que os serviços foram prestados (12/abril a 11/maio/2015) e não poderiam ser interrompidos mesmo sem o amparo contratual, pois as atividades são essenciais ao interesse público.

Histórico:

Contrato nº 07/2014, com vigência de 01 de abril de 2014, ou data de sua assinatura, se essa for posterior, pelo período de 12 (doze) meses, tendo como último dia de vigência o dia 31 de março de 2015.

Em 30/12/2014, foram iniciados os procedimentos para realização de novo Pregão Eletrônico, por meio da solicitação dirigida ao Chefe da Sapol com ciência do Delegado.

Assim, realizou-se uma pesquisa de mercado, chegando a um valor de referência mensal de R\$ 2.773,74, perfazendo, para um contrato inicial de 20 meses, um valor de R\$ 55.474,80.

Em 10/02/2015, foi realizado o Pregão Eletrônico 01/2015, cujo vencedor foi a empresa CLARO S/A, que não conseguiu finalizar os trabalhos para início de suas atividades, em função de adaptação dos ramais PABX.

2) CNPJ 71.208.516/0001-74

Trata-se de reconhecimento de dívida com a empresa ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, pela prestação de serviços de telefonia fixa – PABX no edifício-sede, no período de 12 de maio a 11 de junho de 2015, com vencimento em 10 de julho de 2015.

O valor reconhecido foi no valor de R\$ 785,83 (setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos), se justificando pelo fato de que os serviços foram prestados (12/maio a 11/junho/2015) e não poderiam ser interrompidos, mesmo sem o amparo contratual, pois as atividades são essenciais ao interesse público.

Histórico:

Contrato nº 07/2014, com vigência de 01 de abril de 2014, ou data de sua assinatura, se essa for posterior, pelo período de 12 (doze) meses, tendo como último dia de vigência o dia 31 de março de 2015.

Em 30/12/2014, foram iniciados os procedimentos para realização de novo Pregão Eletrônico, por meio da solicitação dirigida ao Chefe da Sapol, com ciência do Delegado.

Assim, realizou-se uma pesquisa de mercado, chegando a um valor de referência mensal de R\$ 2.773,74, perfazendo, para um contrato inicial de 20 meses, um valor de R\$ 55.474,80.

Em 10/02/2015 foi realizado o Pregão Eletrônico nº 01/2015, cujo vencedor foi a empresa CLARO S/A, que não conseguiu finalizar os trabalhos para início de suas atividades em função de adaptação dos ramais PABX.

3) CNPJ 33.000.118/0001-79

Trata-se reconhecimento de dívida com a empresa TELEMAR NORTE LESTE S/A, CNPJ 33.000.118/0001-79, pela prestação de serviços de ligações locais na ARF/Patrocínio, no período de 01 a 30 de novembro de 2015, com vencimento em 11 de dezembro de 2015.

O valor reconhecido foi de R\$ 230,72 (duzentos e trinta reais e setenta e dois centavos), se justificando pelo fato de que os serviços foram prestados (01 a 30/novembro/2015) e não poderiam ser interrompidos, mesmo sem o amparo contratual, pois as atividades são essenciais ao interesse público.

Histórico:

Contrato nº 03/2014, com vigência de 01 de março de 2014, ou data de sua assinatura, se essa for posterior, pelo período de 20 (vinte) meses, tendo como último dia de vigência o dia 31 de outubro de 2015.

Em 23/09/2015, foram iniciados os procedimentos para realização de novo Pregão Eletrônico, por meio da solicitação dirigida ao Chefe da Sapol, com ciência do Delegado.

Assim, realizou-se uma pesquisa de mercado, chegando a um valor de referência mensal de R\$ 275,33, perfazendo, para um contrato inicial de 20 meses, um valor de R\$ 5.506,60.

Em 29/10/2015 foi realizado o Pregão Eletrônico nº 05/2015, que resultou DESERTO. Assim, foi iniciado um processo de dispensa de licitação.

4) CNPJ 33.000.118/0001-79

Trata-se de reconhecimento de dívida com a empresa TELEMAR NORTE LESTE S/A, CNPJ 33.000.118/0001-79, pela prestação de serviços de ligações locais na ARF/Patrocínio, no período de 01 a 30 de novembro de 2015, com vencimento em 11 de dezembro de 2015.

Em 09/12/2015, foi emitido o empenho 2015NE000188, com o valor incorreto de R\$ 230,72 (duzentos e trinta reais e setenta e dois centavos), pois restou uma diferença a pagar no valor de R\$

0,59 (cinquenta e nove centavos), referente ao excedente das ligações fixo-móvel do telefone (34)3831-1305.

Unidade Gestora: 170227 – Inspetoria da RFB em Belo Horizonte

Quadro 52: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170227

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos		Valores em R\$ 1,00			
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
213110400	CREDORES NACIONAIS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
170227	40.432.544/0001-47	0,00	986,05	986,05	0,00

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Unidade Gestora: 170248 – Delegacia da RFB em Contagem

Quadro 53: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170248

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos		Valores em R\$ 1,00			
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
213110400	CREDORES NACIONAIS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
170248	06.981.180/0001-16	0,00	80.842,45	80.842,45	0,00

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Análise Crítica:

O Reconhecimento de Dívida no Exercício/2015 se refere à despesa com energia elétrica, com fornecimento na DRF/Contagem - Prédio Anexo, cujo contrato teve validade encerrada em 31/03/2015.

Os gastos mensais foram apropriados mediante Notas Fiscais emitidas pela CEMIG Distribuição S/A, de acordo com seu Fato Gerador e o respectivo reconhecimento de dívida por meio de Representação homologada pelo Ordenador de Despesas da Unidade Gestora, no período de março/2015 a dezembro/2015.

O atraso na finalização se deu devido às considerações feitas pela PGFN que não aprovou o contrato e incluiu modificações. Tal contrato foi, então, encaminhado à Cemig, que fez seus apontamentos e, em seguida, reencaminhado à PGFN, para aceite ou novas observações.

Para legalização do fornecimento, o Processo de aprovação e respectivo registro do Contrato com a fornecedora continuam em andamento, não tendo ainda se concretizado com o aceite de ambas as partes devido às pendências nas análises e modificações de cláusulas, bem como nas justificativas pertinentes.

Está previsto para o primeiro semestre/2016 o registro do novo Contrato, segundo informações dos Gestores responsáveis.

Unidade Gestora: 170324 – Delegacia da RFB em Coronel Fabriciano

Quadro 54: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170324

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos			Valores em R\$ 1,00		
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
213110400	CREDORES NACIONAIS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
170324	33.000.118/0001-79	0,00	R\$ 34,86	R\$ 34,86	0,00
170324	14.622.693/0001-69	0,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	0,00

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Análise Crítica:**1) CNPJ 33.000.118/0001-79 - Telefonia LND**

Trata-se de pagamento de serviços de telefonia na modalidade longa distância nacional, fixo-fixo e fixo-móvel, no período setembro a outubro/2014, cujo último Contrato nº 09/2012 UASG170092 assinado em 01/01/2013 – Processo nº 13629.000077/2013-77 - venceu em 31/08/2014.

Esse contrato não foi prorrogado por mais 20 meses, porque já havia planejamento de contratação unificada de serviços de telefonia fixa comutada local e longa distância nacional, para atendimento das demandas do ESPEI06, Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte (IRF/BHE) e Delegacias da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte, Contagem, Coronel Fabriciano e Montes Claros.

O planejamento da contratação conjunta se iniciou em junho/2014 e no dia 22/07/2014 foi encaminhado para a Procuradoria da Fazenda Nacional. Tudo indicava que a contratação ocorreria tempestivamente.

Contudo, houve atrasos imprevistos e o Pregão da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Montes Claros (DRF/MCR) nº 01/2014, que teve como objeto essa contratação, só foi homologado em 17/10/2014, com assinatura do novo contrato unificado nº 01/2014, com início de vigência em 01/11/2014.

Como não foi possível a interrupção do serviço de telefonia LDN, o que poderia comprometer seriamente o desempenho diário das atividades da Unidade, já que toda a comunicação externa a outras unidades, contribuintes e quaisquer outros intervenientes restaria prejudicada e considerando que os serviços de telefonia na modalidade longa distância nacional, fixo-fixo e fixo-móvel foram efetivamente utilizados pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Coronel Fabriciano/MG, de forma ininterrupta no período 30/09/2014 a 31/10/2014, foi decidido o pagamento por meio de “Indenização por Serviços Prestados”.

Esse passivo foi reconhecido por meio do Processo nº 13629.720744/2015-01. O valor desembolsado foi de R\$ 34,86 (trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos) – para pagamento dos serviços de telefonia LND no período de 30/09 a 31/10/2014, referente a 09/2014, com vencimento em 31/07/2015. Ressalta-se que a fatura 352709740, estava sob contestação, que foi atendida em 15/07/2015, com a sua divisão em duas: uma, contendo as ligações até 31/10/2014 e, outra, com as ligações a partir de 01/11/2014 - início da vigência do contrato 01/2014, para o item de LDN Delegacia da Receita Federal do Brasil em Coronel Fabriciano (DRF/CFN).

Esse valor foi contabilizado na conta 333903958 – Serviços de telecomunicações, cujo limite anual no exercício em 2015 foi R\$ 22.895,11. Dessa forma, esse passivo causou um impacto de 0,15 % sobre a gestão orçamentária e financeira dessa conta.

2) CNPJ 14.622.693/0001-69

Trata-se de pagamento de serviço de estudo e levantamento de carga de rede elétrica e quadro de distribuição, realizado pela Agência da Receita Federal do Brasil em Itabira/MG, no período 02/01/2015 a 12/01/2015, em função de ocorrência, no dia 29/12/2014, de situação emergencial de queda de energia, não possuindo a unidade, naquela ocasião, contrato de manutenção predial.

Diante da situação de paralização total da Agência e de não descentralização, neste período, dos créditos orçamentários para novas despesas, impossibilitando a emissão de nota de empenho prévio, foi decidida a contratação e pagamento por meio de “Indenização por Serviços prestados” para os serviços de estudo e levantamento de carga da rede elétrica padrão e quadro de distribuição da Agência.

O passivo foi reconhecido por meio do Processo nº 13629.720078/2015-01, com o valor desembolsado de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Esse valor foi contabilizado na conta 333903916 – manutenção e conservação de bens imóveis, cujo limite anual no exercício em 2015 foi R\$ 46.587,92. Dessa forma, esse passivo causou um impacto de 0,64 % sobre a gestão orçamentária e financeira dessa conta.

Unidade Gestora: 170328 – Delegacia da RFB em Sete Lagoas

Quadro 55: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – UG 170328

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos		Valores em R\$ 1,00			
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
2.1.3.1.1.04.00		Contas a pagar – credores Nacionais			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
170328	09.248.608/0001-04	0,00	435,13	435,13	0,00
170328	64.454.804/0001-43	0,00	260,00	260,00	0,00

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Análise Crítica:

As duas situações de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos apontadas pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas (DRF/STL) se referem a obrigações extraordinárias, quais sejam: pagamento de seguro DPVAT e contratação de manutenção emergencial de central telefônica.

A obrigatoriedade de pagamento, pelos proprietários de veículos automotores, do Seguro DPVAT está prevista no art. 1º, da Lei nº 6.194/74. A obrigação legal de pagamento dessa despesa aliada ao fato de ela não se enquadrar em nenhuma modalidade de licitação ou em alguma possibilidade de dispensa ou de inexigibilidade de licitação e, ainda, tratar-se de despesa pontual e de pequena monta foram determinantes para decisão de realizar o pagamento por reconhecimento de dívida.

O recurso para pagamento da despesa com Seguro DPVAT foi disponibilizado pela Dipol06 e não impactou significativamente a execução orçamentária da 6ª RF, que dispunha de alguma margem de

manobra para distribuir o recurso solicitado. Não houve migração de nenhum valor para o exercício 2016.

Quanto ao serviço de manutenção da central telefônica do Edifício-Sede da Delegacia, devido à parada total do funcionamento do equipamento, que implicou no comprometimento do andamento de algumas atividades da unidade, não havia tempo para providenciar uma dispensa de licitação para contratação do serviço, além de não haver meio de comunicação com possíveis fornecedores para solicitação de propostas de preço. A decisão por contratar diretamente empresa que, em outras oportunidades, já executou manutenções no equipamento, foi tomada devido à urgência que a situação exigia.

O custo total com manutenção do equipamento em 2015 foi de R\$ 260,00 e, no ano anterior, tal custo foi de R\$ 650,00. Considerando a pequena monta das despesas relacionadas à manutenção do equipamento, não se justifica a contratação de serviço contínuo, por procedimento licitatório, que seria muito mais dispendioso à Administração.

O pagamento da despesa de manutenção em 2015 ocorreu com recursos próprios da unidade, remanejados de sobras dos demais contratos continuados e não implicou em comprometimento significativo da execução orçamentária daquele exercício, não sendo necessária a migração de nenhum valor para o exercício seguinte.

2.3.4 - RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 56: Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores			Valores em R\$ 1,00	
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2015
2014	713.905.753,97	456.872.201,48	5.491.917,90	251.541.634,59
2013	413.547.129,98	191.273.060,53	27.592.504,60	194.681.564,85
2012	137.453.728,39	37.037.871,01	94.007.710,87	6.408.146,51
2011	35.398,89	0,00	35.398,89	0,00
2010	376.757,85	127.009,33	0,00	249.748,52
2009	4.494.050,20	0,00	0,00	4.494.050,20
2008	4.343.333,97	0,00	0,00	4.343.333,97
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2015
2014	30.112.479,82	30.017.327,18	72.437,66	22.714,98
2013	2.731.001,70	2.701.940,58	2.965,30	26.095,82
2012	958.086,80	893.017,77	959,77	64.109,26
2011	100.458.788,50	14.745.337,31	85.574.662,69	138.788,50
2010	602,24	0,00	0,00	602,24
2009	3.100.000,00	3.100.000,00	0,00	0,00
2008	66.900.000,00	66.900.000,00	0,00	0,00

Análise crítica:

De forma geral, conforme se extrai das observações regionais abaixo, o valor de empenhos inscritos em restos a pagar permaneceu alto, em 31/12/15 totalizando R\$ 461.718.479 como RAP não processados e R\$ 252.311 de RAP processados. Contudo, houve uma redução de 68,75% em comparação a 2014, tendo como principal motivo a emissão de empenhos relativos as contratações das iniciativas do Plano de Engenharia, serviços de reparos e adaptações e dos relativos às Obras Destacadas, assim como de aquisição de materiais permanentes, cujos prazos de execução/entrega (médio a longo prazo), inviabilizaram o cumprimento integral das fases de liquidação e pagamento da despesa até o término do exercício.

Além disso, cabe ressaltar que houve a demora na apresentação da fatura por parte do credor, impossibilitando a liquidação e pagamento dos compromissos, fazendo com que a permanência de restos a pagar se prolongue, em alguns casos, até o mês de dezembro do ano seguinte.

Unidades Centrais

O montante do saldo a pagar em 31/12/2015 para a UG 170010-RFB foi de R\$ 353.218.919,04. Desse valor 82,66% ou R\$ 291.977.513,36 refere-se a débito com o SERPRO e 2,60% ou R\$ 9.175.079,39 com a DATAPREV, referente à prestação de serviços de tecnologia da informação. R\$ 34.025.610,17 ou 9,6% refere-se a débito com a Caixa Econômica Federal (CEF), que trata dos serviços de transmissão à DATAPREV de GFIP recepcionada do contribuinte pela CEF.

1ª Região Fiscal

De acordo com os dados apurados, referentes a Restos a Pagar - RAP, verifica-se que no ano, considerando a parte que foi efetuada o pagamento e a parcela cancelada, teve-se uma redução de cerca de 80% dos saldos registrados no início de 2015, representando um expressivo resultado sob o aspecto de realização e de redução dessa Conta. O valor mais representativo desse saldo utilizado e do seu remanescente para o próximo período é decorrente da contratação referente à reforma e à ampliação do Edifício-Sede da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo - MS, situada na Fronteira terrestre entre o Brasil e o Paraguai, cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2016, caso não sejam observados problemas no cronograma de execução das obras ou de natureza de ordem de fluxo financeiro.

No que tange aos cancelamentos do RAP, a maior parte se deu por decorrência de descumprimento de obrigações contratuais por parte de licitantes-contratadas, resultando na aplicação de penalidades previstas em cada caso.

2ª Região Fiscal

No exercício de referência deste Relatório de Gestão foram executados restos a pagar inscritos nos exercícios de 2013 e 2014, permanecendo saldo de restos a pagar não processados do exercício de 2012 no valor de R\$ 22.200,00. Não houve execução de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores a 2013.

O total de restos a pagar, processados e não processados, inscritos no exercício de 2014 foi de R\$ 16.525.720,33. Houve um decréscimo de 8,36% em relação ao exercício de 2013. Apesar da redução, o valor de empenhos inscritos em restos a pagar permanece alto, tendo como principal motivo a emissão de empenhos relativos às contratações do Plano de Engenharia, serviços de reparos e adaptações e obras destacadas, assim como de aquisição de materiais permanentes, cujos prazos de execução/entrega (médio a longo prazo), inviabilizaram o cumprimento integral das fases de liquidação e pagamento da despesa até o término do exercício. Somente a construção do Edifício-Sede das Unidades do Ministério da Fazenda em Manaus representa 64,14% do total de restos a pagar inscritos em 2014.

As licitações realizadas para aquisição de material permanente no mês de dezembro, ocasionadas pela liberação de créditos orçamentários no final do exercício, também contribuíram para inscrição em restos a pagar de 2014. Outro motivo, como ocorreu em outros exercícios, foi a falta de repasse de recursos financeiros dentro do exercício de competência para realização das despesas correntes, fato confirmado pela liquidação e pagamento, até a metade do exercício seguinte, de quase o total de restos a pagar inscritos, após o recebimento dos recursos.

Os contratos continuados e as despesas com energia elétrica, água e esgoto, luz, telefone, passagens aéreas, correios, combustível representam despesas que necessariamente serão inscritas em restos a pagar, tendo em vista que as faturas do mês de dezembro destes serviços são apresentadas, geralmente, no início do exercício seguinte. Em algumas unidades, a falta de apresentação de fatura por parte do credor, sem justificativa, motivou a inscrição em resto a pagar.

Os cancelamentos efetuados em 2015, aproximadamente 6,51% do total inscrito em 2013 e 2014 (houve um pequeno acréscimo em relação ao exercício de 2014), em sua maioria referem-se a resíduos de saldo de empenhos estimativos e, em alguns casos, por falta de apresentação de faturas por parte do credor ou falta de atualização do SICAF, não sanadas em tempo hábil.

Os pagamentos de restos a pagar inscrito em 2013 e 2014 foram em torno de 77,49% do total inscrito e a reinscrição para o exercício de 2016 foi de 16%.

Como evento negativo que prejudicou a gestão de restos a pagar, algumas unidades citaram a

demora na apresentação da fatura por parte do credor, impossibilitando a liquidação e pagamento dos compromissos, fazendo com que a permanência de restos a pagar se prolongue, em alguns casos, até o mês de dezembro do ano seguinte.

A inscrição de Restos a Pagar deve observar a disponibilidade de recursos financeiros assegurada para este fim, objetivando não comprometer o orçamento do exercício seguinte. A despesa deverá ser paga com recursos provenientes do exercício em que foi empenhada, mantendo o equilíbrio orçamentário. Na segunda região a maior parte da inscrição em restos a pagar ocorreu sem os recursos financeiros, comprometendo o limite de repasse de recursos dos exercícios seguintes. Este foi o principal impacto na gestão de restos a pagar na 2ª Região.

3ª Região Fiscal

Os Restos a Pagar Processados, existentes em 01/01/2015, são decorrentes de empenhos emitidos tanto em 2014 quanto em 2013. Os referidos empenhos inscritos foram pagos, na sua totalidade, durante o exercício de 2015.

O saldo de R\$ 4.717,00 (quatro mil, setecentos e dezessete reais), decorre dos empenhos 2013NE800308 e 2013NE800286. O primeiro, cujo valor original era de R\$ 226.850,08, teve o saldo de R\$ 4.537,00, reinscrito, pela não conclusão do serviço contratado, e o segundo, no valor original de R\$ 180,00, se refere a aquisição de placa de alumínio decorrente de dispensa de licitação ALFFOR nº 51/2013, e foi reinscrito no seu valor integral. Ambos foram emitidos pela ALFFOR, e liquidados e pagos em 2015, pelo recebimento total dos objetos.

Já os empenhos emitidos em 2014, inscritos em restos a pagar processados, no montante de R\$ 120.972,31(cento e vinte mil, novecentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos), foram emitidos pelas Unidades Gestoras 170035, 170108 e 170330.

O empenho 2014NE800175, da UG 170035, cujo valor original de emissão foi de R\$ 111.643,11, decorre de contratação de empresa para serviço de reforma e ampliação da Agência da RFB em Piripiri/PI, conforme Tomada de Preços nº 01/2014 – processo administrativo nº 10384.000445/2013-17, teve o saldo de R\$ 36.853,57 (trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos) inscrito em 2015, devido a não conclusão do objeto contratado, e durante o exercício, as despesas foram liquidadas e pagas, não restando saldo no final do ano.

Destaque-se ainda que a UG 170108 (ALFFOR), inscreveu os saldos dos empenhos 2014NE800141 (Aditivo ao contrato ALFFOR nº 05/2013, da execução da obra de revitalização das instalações diversas da ALFFOR) e 2014NE800180 (Contratação para elaboração de projetos para revitalização das instalações externas da sede da ALFFOR), cujos valores foram, respectivamente, R\$ 53.442,55 e R\$ 26.000,00. Estes saldos foram devidamente liquidados e pagos ainda no exercício de 2015, não havendo reinscrição.

Os empenhos 2014NE800274, no valor de R\$ 292,90 e o empenho 2014NE800076, no valor de R\$ emitidos pela UG 170108, bem como o empenho 2014NE800205, no valor de R\$ 2.842,50, emitido pela UG 170330, cujas aquisições e prestações dos objetos se processaram no mês de dezembro de 2014, foram liquidados e pagos em 2015.

Com relação aos valores inscritos em **Restos a Pagar Não Processados**, no montante de R\$ 1.182.705,59, seus empenhos foram emitidos em 2013, e decorrem de contratações realizadas pelas UG 170028 (DRFSLs), UG 170040 (SRRF03), e 170041 (DRFFOR), cujos valores por Unidade foram R\$ 116.684,00, R\$ 1.064.128,43, e R\$ 1.893,16, respectivamente. Do montante reinscrito, 84,05% foi liquidado e pago em 2015, restando apenas o empenho de R\$ 116.684,00, da UG DRFSLs.

Os empenhos de 2013, reinscritos em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) em 2015, em quase sua totalidade, decorrem de providências da UG 170040. Os valores mais expressivos que foram reinscritos são os constantes do empenho 2013NE800560, no valor de R\$ 923.308,73, relativo à contratação de readequação das instalações lógicas e elétricas dos ambientes da SRRF03 e DRFFOR (2º, 3º e 4º pavimentos do Edifício-Sede do MF em Fortaleza - CE), e os empenhos 2013NE800401, 2013NE800402 e 2013NE800403, cujos valores decorrem de contratação dos projetos para adequação do projeto modelo para as Agências da Receita Federal em Caucaia/CE, Santa Inês/MA, e Caxias/MA. Os saldos dos referidos empenhos de R\$ 20.441,95, R\$ 23.911,29 e R\$ 23.911,29, respectivamente, foram devidamente liquidados e pagos em 2015, resultado do recebimento dos objetos contratados pela Unidade.

Já com relação ao exercício de 2014, o montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados em 2015 foi bastante alto, no total de R\$ 12.776.997,07. Esse montante é resultado, primordialmente, da execução das iniciativas do Plano de Engenharia 2014, que em sua ampla maioria foi licitada e contratada nos meses finais do exercício de 2014, e que, devido ao cronograma extenso de sua execução, exigiu a inscrição dos referidos valores que foram liquidados e pagos à medida que as etapas dos cronogramas foram cumpridas.

A DRFSLS, UG 170028, contratou as obras de construção de prédios próprios para as Agências RFB em Caxias/MA e Santa Inês/MA, com suas respectivas assessorias para a fiscalização técnica das obras, por meio dos empenhos 2014NE800595, 2014NE800596, 2014NE800598 e 2014NE800600. O montante das contratações é da ordem de R\$ 3.832.811,22 (três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, oitocentos e onze reais e trinta e dois centavos), com previsão de conclusão das iniciativas no primeiro semestre de 2016. A UG 170028 contribui com 35,89% dos valores inscritos pela 3ª Região Fiscal, e as referidas contratações continuam em execução.

Também merecem destaque os empenhos 2014NE800201, 2014NE800202 e 2014NE800284, emitidos pela UG 170040, no total de R\$ 943.000,00. Os referidos empenhos decorrem de contratação de serviços de elaboração de projetos para adequação das instalações lógicas e elétricas de 27 Unidades Administrativas da 3ª Região Fiscal, nos Estados do Ceará, Piauí, e Maranhão, cujos objetos estão sob a supervisão da SRRF03. Tendo em vista a não conclusão dos serviços contratados em 2014, sem a devida liquidação e pagamento dos mesmos naquele exercício, houve a necessidade de se fazer inscrição dos mesmos em RPNP em 2015. Desde a celebração do contrato, devido ao prazo original de execução dos objetos, 270 dias, a Administração já conhecia a necessidade de inscrição dos saldos dos referidos empenhos. A UG 170040 contribuiu com 20,23% dos valores inscritos pela Região Fiscal.

A UG 170041(DRFFOR), por meio da contratação de empresa para a construção de um prédio próprio para Agência da RFB em Caucaia/CE, com a respectiva contratação de serviço de assessoria técnica à fiscalização da obra, realizou a inscrição dos empenhos 2014NE800370 e 2014NE800455, nos valores de R\$ 2.126.084,30 e R\$ 118.885,02, respectivamente, o que contribuiu bastante para a relevante participação da UG no montante de valores inscritos em RPNP, num percentual de 20,05%.

Os demais valores inscritos em RPNP em 2015, decorrentes de despesas empenhadas em 2014, no percentual de 23,83%, estão distribuídos entre as outras 9 (nove) Unidades Gestoras que são jurisdicionadas pela SRRF03. Dentre esses valores, temos diversos empenhos relacionados a contratos de serviços continuados, cujas faturas foram apresentadas, liquidadas e pagas nos primeiros meses do ano de 2015. Também identificamos outras iniciativas da área de engenharia, em valores inferiores aos destacados acima. É importante mencionar, ainda, diversas aquisições de mobiliários para as instalações das Unidades Administrativas, no final de 2014, como foi o caso da DRF em Teresina-PI (UG 170035) e da DRF Imperatriz - MA (UG 170030), que também precisaram da inscrição em RPNP.

Embora os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados tenham sido elevados para o histórico da Região Fiscal, e que tenha sido vivenciada alguma dificuldade de recursos financeiros para o pagamento de faturas liquidadas, essas dificuldades não causaram complicações relevantes para o desenvolvimento dos contratos, haja vista que a 3^a Região Fiscal liquidou e pagou 69,01% do montante inscrito, e o saldo final de RPNP em 2015, que corresponde a 23,99% do valor inicialmente inscrito, não decorreu da impossibilidade de recurso financeiro, mas sim do próprio cronograma dos objetos contratados.

4^a Região Fiscal

Os saldos de **Restos a Pagar Não Processados** referentes às despesas de Custeio têm vários empenhos relativos às pendências de repactuações e créditos de empresa com ação judicial que ordenou retenção do valor até que seja expedida ordem de depósito. Já os relativos às despesas de Investimentos se referem às Obras em andamento na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 4^a RF (SRRF04), Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife (DRF/REC), Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa (DRF/JPA) e Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maceió (DRF/MAC), que representam a parcela mais importante dos saldos em 31/12/2015. Nestas, de 2012 e 2013, os valores iniciais estavam acima de R\$ 10 milhões no início de 2014, tendo sido executado e pago o valor correspondente a 83%, e o restante vai ser executado em 2016.

Quanto aos **Restos a Pagar Processados** em 31/12/2015 estava com saldo nulo porque foi tudo pago no exercício.

5^a Região Fiscal

O montante de empenhos inscritos em 2014 em restos a pagar não processados corresponde à aquisição de serviços continuados realizados no mês de dezembro/2014, cuja medição, faturamento e ateste ocorreram a partir de janeiro/2015 e aos serviços de obras de engenharia.

O valor de R\$ 275.953,54 inscrito em 2012 e ainda com saldo em 31/12/2015, se refere a serviços contratados com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), CNPJ 15.139.629/0001-94, para a Alfândega do Porto de Salvador. Em 07/07/2015 foi emitida a ordem bancária 800229, no valor de R\$ 266.867,22, ficando um saldo de R\$ 9.086,32.

Já os restos a pagar processados correspondem a faturas cujos serviços foram prestados, mas os pagamentos estão aguardando as respectivas ordens judiciais para depósito dos valores em juízo, conforme abaixo detalhado:

- Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador - R\$ 61.790,78 - Serviços de Vigilância - ASCOP Vigilância Ostensiva e Patrimonial, CNPJ 42.018.416/0001-87.
- Delegacia da Receita Federal em Itabuna - R\$ 9.027,97 - Serviços de Repcionista - Planalto Conservação de Imóveis, CNPJ 02.309.486/0001-70.

6^a Região Fiscal

Do saldo de Restos a Pagar Não Processados em 31/12/2015, no valor de R\$ 1.636.913,66, 54% se referem a valores para cobertura do restante das despesas relativas às obras do Plano de Engenharia das DRFs de Uberaba, Uberlândia, Contagem, Poços de Caldas e Belo Horizonte.

7ª Região Fiscal

A maior parte dos valores de saldo a pagar referem-se à Obra Destacada da DRF/Vitória, cuja obra foi iniciada em março/2014 com execução de aproximadamente 29% do total da obra, contra previsão de 82% para o exercício de 2015. O atraso foi em decorrência de perfurações de estacas raiz ocorridas até o início de 2015. Destaca-se que desde a contratação a empresa responsável pela obra encontra-se em recuperação judicial com problemas de fluxo de caixa o que também corroborou para o atraso da obra.

A partir de meados de 2015, a obra ganhou nova dinâmica e já foram realizadas 95% da superestrutura do prédio garagem. A superestrutura do prédio administrativo também avançou e já foram concluídas 6 lajes de um total de 13. Com o atraso ocorrido no início da obra, a expectativa para a conclusão da obra passou para setembro de 2017. A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória (DRF/VIT), como vem recebendo a cada ano um valor para empenho, que é calculado de acordo com o cronograma da obra, vem liquidando os valores mais antigos primeiro, ou seja, liquida o empenho de 2013, depois 2014 e sucessivamente.

Quanto ao saldo a pagar de 2012, no valor de R\$ 16.553,73, refere-se à uma contratação de terceirização da DEMAC, onde a empresa abandonou o contrato e a Unidade está trabalhando com a Advocacia-Geral da União para que o crédito seja depositado judicialmente e possa garantir o pagamento de funcionários.

8ª Região Fiscal

Os saldos de Restos a Pagar Não Processados R\$ 16.641.899,26 decorre basicamente dos créditos empenhados para a execução da obra do novo Edifício-Sede da DRF/Franca (R\$ 10.926.161,22 em 2013); dos créditos empenhados para a Obra da reforma e Ampliação do Ed. Sede da DRF/Araçatuba (R\$ 1.115.350,27 em 2014, e R\$ 904.684,85 em 2012), além aquisições de materiais e serviços com crédito de investimentos e despesas de custeio que envolvem procedimentos administrativos a serem concluídos pela 31 Unidades gestoras da RF08, no montante de 3.695.702,66.

Conta-se também com R\$ 113.758,14 de Restos a Pagar Processados que decorrem de serviços executados com empresas cujos contratos foram extintos e persistem ações judiciais que requerem da RFB a liberação do pagamento pela UG assim que receber ordem judicial.

9ª Região Fiscal

No decorrer do exercício de 2015, foram priorizados os pagamentos dos Restos a Pagar mais antigos, como se pode evidenciar pelos saldos residuais existentes ao final deste exercício, tanto que não há Restos a Pagar Processados ao final de 2015 do exercício de 2014.

Neste exercício de 2015, por força do Decreto nº 8.407 de 24 de fevereiro de 15 (alterado pelos Decretos nºs 8.466/2015, 8.507/2015 e 8.551/2015), os RPNP foram automaticamente bloqueados, cabendo às Unidades Gestoras promoverem o desbloqueio dos Restos a Pagar até 31 de dezembro de 2015 cuja execução tenha sido iniciada até essa data nos termos do § 4º do artigo 68 do Decreto nº 93.872/1986.

Dessa forma, se requer que a análise seja desmembrada em duas partes, como o quadro a seguir.

Quadro 57: Restos a pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Não Bloqueados	Bloqueados	Saldo a pagar 31/12/2015	
2014	15.976.958,64	1.639.788,52		17.616.747,16

2013	327.245,26	38.457,39	365.702,65
2012	99.333,83	0,00	99.333,83
TOTAL	16.403.537,73	1.678.245,91	18.081.783,64

Os Restos a Pagar Não Processados Desbloqueados, cujo montante representa 90,72% do saldo a pagar em 2015 e referentes aos anos de 2012 a 2014, estão demonstrados conforme quadro a seguir.

Quadro 58: Restos a Pagar não processados desbloqueados

Restos a Pagar Não Processados Desbloqueados			Valores em R\$ 1,00			
UG	Contratado/a		2012	2013	2014	TOTAL
170156	MOTOROLA SOLUTIONS LTDA		0,00	0,00	993.659,40	993.659,40
170156	T&P ENGENHARIA LTDA		0,00	124.000,00	52.850,00	176.850,00
170156	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A EMBRATEL		0,00	0,00	2.780,13	2.780,13
170156	OI S/A		0,00	0,00	11.167,54	11.167,54
170156	SANTINI & ROCHA ARQUITETOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA		0,00	0,00	2.678.531,58	2.678.531,58
170157	RADICE ENGENHARIA LTDA - EPP		0,00	0,00	77.643,78	77.643,78
170160	ALCEU EDISON TEDESKO - EPP		6.242,58	0,00	0,00	6.242,58
170160	MOA MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO LTDA		0,00	0,00	11.723,68	11.723,68
170160	BRASIDAS EIRELI - ME		0,00	0,00	0,01	0,01
170160	OI S.A.		93.091,25	86.030,00	7.225,24	186.346,49
170162	AIRES TURISMO LTDA - ME		0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
170162	PGE INCORPORADORA DE OBRAS LTDA - ME		0,00	0,00	110.000,00	110.000,00
170162	CONSTRUTORA ELABORE LTDA - EPP		0,00	0,00	20.307,61	20.307,61
170162	CONSTRUTORA ELABORE LTDA - EPP		0,00	0,00	13.381,20	13.381,20
170163	PRES-SERVICE COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP		0,00	0,00	9,70	9,70
170169	MILENIUM ADMINISTRADORA DE BENS LTDA		0,00	0,00	4.115,08	4.115,08
170169	MOROZOWSKI & PERRY ARQUITETOS LTDA		0,00	0,00	31.145,17	31.145,17
170170	A GLOBAL COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME		0,00	0,00	181,42	181,42
170171	ENDEAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA.		0,00	0,00	11.888.757,20	11.888.757,20
170171	DISETTE CONTRUCOES LTDA - ME		0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
170171	OI S.A.		0,00	117.215,26	0,00	117.215,26
170172	ITS VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP		0,00	0,00	533,54	533,54
170389	ITS VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP		0,00	0,00	192,44	192,44
170389	AGALA SOLUCOES MARITIMAS LTDA - ME		0,00	0,00	32.753,92	32.753,92
Total			99.333,83	327.245,26	15.976.958,64	16.403.537,73

Dos valores inscritos, 23,55% concentram-se na Superintendência da Receita Federal do Brasil na 9ª RF (UG 170156), 73,31% na DRF Joinville/SC (UG 170171), e o restante - 3,14% - distribuem-se em outras Unidades Gestoras acima referenciadas. A maior parte dos valores inscritos referem-se a obras de engenharia e projetos de engenharia, que pela natureza do serviço estendem-se por períodos mais longos que uma despesa de custeio.

Constam também valores com a operadora de telefonia OI S/A cujos pagamentos não foram efetuados por dependerem de correção nas faturas que foram apresentadas em desconformidade com o contrato, razão pela qual permanecem em Restos a Pagar Não Processados - estes valores representam praticamente a totalidade dos empenhos de RPNP em 2012 e 2013 (2,56% dos valores inscritos), dos quais as unidades entenderam conveniente desbloquear.

Os valores desbloqueados dos empenhos de 2014 (97,44% dos valores inscritos), representam valores cuja execução já foi iniciada em 2015, mas ainda pendentes da entrega definitiva da obra, material ou serviço.

Na Superintendência da RFB na 9ª RF, podemos destacar nos empenhos desbloqueados: a aquisição de sistema completo de radiocomunicação para as Divisões Regionais de Repressão e Setores de Pesquisa e Investigação da RFB, com a Contratada Motorola Solutions Ltda (R\$ 993.659,40), cujo recebimento provisório deu-se em 25/11/2015; a contratação dos serviços técnicos de revisão e adaptação de anteprojetos e elaboração de Projeto Básico, incluindo o Projeto Legal e complementares de engenharia das nossas agências da RFB em Pato Branco/PR, Medianeira/PR e Araranguá/SC com a contratada T&P Engenharia Ltda (R\$ 176.850,00) e a elaboração do projeto básico para a construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Curitiba/PR, com a Contratada Santini e Rocha Arquitetos Sociedade Simples Ltda (R\$ 2.678.531,58).

Na DRF Joinville/SC, o valor de R\$ 11.888.757,20 com a Enddeal Engenharia e Construções Ltda corresponde ao valor empenhado para a construção da nova sede da Delegacia. Os Restos a Pagar Não Processados Bloqueados, cujo montante representa 9,28% do Saldo a Pagar em 2015 e referentes aos anos de 2013 a 2014, estão demonstrados conforme quadro a seguir.

Quadro 59: Restos a pagar não processados bloqueados

UG	Restos a Pagar Não Processados Bloqueados	2013 (R\$)	2014 (R\$)	TOTAL (R\$)
	Unidade Executora - UG			
170156	Superintendência Regional da RFB na 9ª RF	0,00	1.100.841,66	1.100.841,66
170157	DRF Cascavel/PR	0,00	19.833,78	19.833,78
170158	DRF Curitiba/PR	0,00	67.390,37	67.390,37
170160	DRF Ponta Grossa/PR	24.695,11	28.280,75	52.975,86
170161	DRF Maringá/PR	6.630,99	2.617,06	9.248,05
170162	DRF Foz do Iguaçu/PR	6.644,00	75.862,60	82.506,60
170163	Alfândega do Porto de Paranaguá/PR	0,00	10.541,48	10.541,48
170169	DRF Florianópolis/SC	0,00	63.694,56	63.694,56
170170	DRF Joaçaba/SC	0,00	45.150,00	45.150,00
170171	DRF Joinville/SC	0,00	95.892,10	95.892,10
170172	Alfândega do Porto de Itajaí/SC	0,00	28.715,08	28.715,08
170314	DRF Blumenau/SC	0,00	29.980,29	29.980,29
170315	DRF Lages/SC	0,00	4.679,72	4.679,72
170342	Inspeção de Florianópolis/SC	0,00	33.992,30	33.992,30
170343	Inspeção de Curitiba/PR	0,00	25.127,53	25.127,53
170389	Alfândega do Porto de São Francisco do Sul/SC	487,29	7.189,24	7.676,53
Total		38.457,39	1.639.788,52	1.678.245,91

Em virtude de que os RPNP Bloqueados representam apenas 9,28% do total dos RPNP de exercícios anteriores e por ser muito esparsa a composição destes Restos a Pagar em cada Unidade Gestora, optou-se por demonstrar o saldo em cada UG. Estes saldos contemplam Restos a Pagar cujo desbloqueio poderá ocorrer até 15 de fevereiro de 2016 nos termos do § 2º do Decreto nº 8.407/2015, com a redação dada pelo Decreto nº 8.551/2015.

Os valores que permaneceram ao final de 2015, de forma nenhuma impactaram o orçamento de 2015 ou causam repercussão negativa no fluxo financeiro, visto que 90,72% do saldo a pagar em 31/12/2015 são relativos aos Restos a Pagar Não Processados Desbloqueados; destes, 97,44% referem-se exclusivamente aos empenhos de 2014, e grande parte deste valor, mais especificamente

R\$ 14.872.616,54 (90,67%), é oriunda de empenhos de capital, isto é, obras de engenharia cuja execução, pela própria natureza é de médio a longo prazo.

Para os empenhos relativos a despesas de custeio restam apenas 9,33%, cuja liquidação e pagamento é perfeitamente compatível com a gestão financeira da Superintendência da RFB na 9ª RF. Portanto, todos os valores foram desbloqueados dentro da legalidade exigida pelo Decreto nº 8.407/2015 e alterações posteriores, não havendo afronta ao disposto na Lei nº 4.320/64.

10ª Região Fiscal

A 10ª RF possui um valor significativo inscrito em Restos a Pagar Não Processados, relativo aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, que se referem basicamente a obras em andamento.

O valor do exercício de 2012 é, em sua maior parte, relativo à obra de construção de prédio de apoio, de cobertura para vistoria de bagagens sobre a pista da BR471 e de depósito de mercadorias apreendidas, bem como de execução de alterações no sistema viário e recuperação do pavimento do estacionamento de caminhões na Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí (RS), cuja execução sofreu vários atrasos em razão de dificuldades da empresa contratada, que não consegue cumprir os prazos de execução. Após um período de paralisação, a obra foi retomada em outubro/2015 e está em execução.

O valor dos exercícios de 2013 e 2014 é, em sua maior parte, relativo à obra de construção da nova sede da DRF/Santa Cruz do Sul (RS), que teve seu contrato firmado no final de 2013 e início efetivo em 2014. A obra sofreu um pequeno atraso no início, mas já foram efetuados os devidos ajustes no contrato e cronograma, encontrando-se atualmente em andamento normal.

2.3.5 - INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Quadro 60 – Despesa por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	380.126.901,07	374.304.621,52	379.512.512,18	372.428.226,91
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	1.022.817,15	1.999.168,13	1.022.817,15	1.855.399,56
c) Concorrência	20.331.337,94	20.101.018,66	20.331.337,94	20.047.576,11
d) Pregão	358.772.745,98	352.204.434,73	358.158.357,09	350.525.251,24
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	1.145.359.472,86	1.107.375.830,40	1.144.028.297,10	1.078.843.940,51
h) Dispensa	1.084.759.834,89	1.019.223.361,72	1.083.532.547,45	990.849.167,99
i) Inexigibilidade	60.599.637,97	88.152.468,68	60.495.749,65	87.994.772,52
3. Regime de Execução Especial	770.636,96	1.036.698,29	770.636,96	1.036.698,29
j) Suprimento de Fundos	770.636,96	1.036.698,29	770.636,96	1.036.698,29
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	6.081.895.043,81	5.873.508.098,07	6.057.884.304,13	5.661.836.930,36
k) Pagamento em Folha	6.062.748.025,83	5.842.567.210,91	6.038.745.311,45	5.630.898.445,45
l) Diárias	19.147.017,98	30.940.887,16	19.138.992,68	30.938.484,91
5. Outros	196.453.916,45	225.262.579,39	196.391.567,62	225.216.919,07
6. Total (1+2+3+4+5)	7.804.605.971,15	7.581.487.827,67	7.778.587.317,99	7.339.362.715,14

Esse quadro demonstra a execução das despesas por modalidade de contratação da RFB, na visão consolidada. A expressividade dos gastos inicia-se pelo pagamento de pessoal, tendo em seguida as modalidades de Dispensa, Inexigibilidade e Licitação – Pregão. Conforme a lista abaixo, destacam-se alguns pontos quando se compara 2015 em relação a 2014:

- Redução de aproximadamente 50% de contratos firmados por meio da modalidade de licitação **Tomada de Preços**; valor liquidado em 2015 R\$ 1.022.817,15;
- Crescimento de 1,14% de contratos firmados por meio da modalidade de **concorrência**; valor empênhado em 2015 R\$ 20.331.337,94;
- Crescimento de 1,86% de contratos firmados por meio da modalidade **Pregão**; valor empênhado em 2015 R\$ 358.772.745,98;
- Crescimento de 6,43% de contratos firmados por meio de **Dispensa de licitação**; valor empênhado em 2015 R\$ 1.084.759.834,89;
- Redução de 31,25% de contratos firmados por meio de **Inexigibilidade de licitação**; valor empênhado em 2015 R\$ 60.599.637,97;
- Redução de 25,66% nas despesas por meio de **Suprimento de Fundos**; valor empênhado em 2015 R\$ 770.636,96;
- Redução de 38,11% nas despesas com **diárias**; valor empênhado em 2015 R\$ 19.147.017,98;
- Crescimento de 3,7% nas despesas com **Pessoal**; valor empênhado em 2015 R\$ 6.062.748.025,83

Quanto às despesas específicas das Regiões Fiscais, seguem as análises provenientes dos respectivos gestores:

Análise Crítica:

1^a Região Fiscal

Conforme pode se observar pelos valores constantes do Quadro, 2015 foi um ano de expressivas restrições de gastos, impactando significativamente no que se refere ao andamento e adiamento das ações das Unidades. Tal constatação pode ser sentida, a começar com o atraso do sancionamento da LOA (Lei nº 13.115/2015) e a edição do Decreto de programação financeiro do período (Decreto nº 8.456/2015), registrando-se uma redução de gastos ou de despesas em face dos LMEs - Limites de Movimentação de Empenho disponibilizados para as Unidades Gestoras, bem abaixo do RO - Referencial Orçamentário do período, conforme Portaria RFB nº 1.380/2015.

A esse respeito, enquanto em 2014 os valores aplicados por modalidade de contratação somaram R\$ 35,07 milhões, em 2015 não passou dos R\$ 34,35 milhões, representando uma redução nominal da ordem de 3% em um ambiente de inflação superando os 10% no período.

No que se refere propriamente as contratações por modalidades de licitação, nesse ano, mais de 65% se deram por intermédio dos processos de Concorrência Pública, Tomada de Preços e Pregão Eletrônico, com destaque para essa última modalidade, em aproximadamente 60% dos procedimentos, sendo que, mesmo quanto aos casos consignados com Dispensa de Licitação, há incluídos nessas apropriações expressivas contratações classificadas nos termos do Inciso XI, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, situação de contratação formalizados para atendimento a remanescente de obra, serviço ou fornecimento, com seleção do fornecedor, preços, etc. em procedimento administrativo de licitação normal.

Quanto aos demais processos de despesas, referentes a Dispensa de Licitação, os de maior valor são aqueles decorrentes de contratações de empresas concessionárias de serviços públicos, como energia elétrica, água, esgoto, etc. realizados pelas Unidades Gestoras além das outras situações como pagamento de pessoal com diárias, ajuda de custo, alguns auxílios etc.

Acerca das despesas por grupo e elemento de despesas, os valores de 2015, mesmo em termos nominais, são, em geral, inferiores aos realizados no ano anterior tendo em vista as reduções de gastos definidas para o período corrente, conforme já se abordou.

2^a Região Fiscal

A Despesa Liquidada pela 2^a Região Fiscal no exercício de 2015 totalizou R\$ 32.856.353,45, 9,5% maior que a observada em igual período de 2014, que alcançou R\$ 29.979.466,91. A suficiência de disponibilidade financeira ao término do Exercício possibilitou o integral pagamento das despesas liquidadas.

Contribuíram para esse resultado os gastos realizados por meio das Modalidades de Licitação (R\$ 20.149.867,75), Contratações Diretas (R\$ 9.685.351,78), Regime de Execução Especial (R\$ 27.130,35) Pagamentos de Pessoal (R\$ 1.566.542,44) e outros (R\$ 1.427.461,13).

As Contratações Diretas por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, totalizaram R\$ 9.685.351,78, com participação de 29,45% do total gasto. Este valor representou um acréscimo de 7,3% em relação a 2014.

A prévia definição do Teto Orçamentário 2015 foi relevante, a medida que possibilitou um melhor planejamento das licitações, todavia, a restrição orçamentária imposta pelo contingenciamento e a significativa redução dos limites de empenho provocaram impacto negativo à execução regional.

Em virtude do mal dimensionamento do Referencial Orçamentário de custeio para 2015 (R\$ 30.530.000,00), ao final do exercício a execução orçamentária de custeio alcançou R\$ 31.932.278,65, o correspondente a 104,6% da previsão. Vale ressaltar que este aumento de despesa pública regional não decorre da má gestão de recursos públicos, mas do incremento de custos resultante da locação de 04(quatro) novas sedes (DRF-BEL, DRF-MNS, ALF-MNS e Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 2^a RF - SRRF02), no período de 2013/2014, acompanhada da contratação de demais despesas agregadas. Na realidade o valor executado em 2015 apresentou uma redução de 7% em relação a 2014, em razão da gestão realizada pelo Gabinete da SRRF02, na tentativa de adequar as despesas contratadas ao valor autorizado.

A despesa empenhada no Grupo 3 – Outras Despesas Correntes, apresentou variação negativa de 7% se comparada a 2014.

O gasto com 14 - Diárias – Pessoal Civil sofreu uma expressiva redução em 2015 (25,5%), motivado possivelmente por política regional de contenção da despesa, haja vista o cenário de restrição orçamentária vigente no exercício.

As Despesas de Capital, no conjunto, compreenderam investimentos de R\$ 10.573.729,88, com ênfase para a contratação no 51 – Obras e Instalações (R\$ 9.533.607,84) - Obra destacada da Sede da DRF- Manaus e da contratação de Serviços de Consultoria para sua fiscalização, no valor de R\$ 913.424,54. No tocante às despesas no 52 – Equipamentos e Materiais Permanentes, o valor empenhado foi de R\$ 126.697,50. Este valor expressivamente menor em relação a 2014 deve-se à conclusão da maior parte das licitações previstas no Plano Nacional de Aquisições, com empenhos ao final de 2014 e entregas realizadas somente em 2015, atendendo grande parte das necessidades regionais.

3^a Região Fiscal

A partir de 2015 a Receita Federal passou a adotar o controle dos créditos orçamentários de todas as suas unidades por intermédio da implantação da sistemática de Referenciais Orçamentários, conforme a Portaria RFB nº 2.108, de 05 de dezembro de 2014. Os referenciais possibilitaram que as Regiões Fiscais e Unidades Gestoras jurisdicionadas tivessem conhecimento e controle de suas despesas administrativas de Custo. Durante o exercício de 2015, a SRRF03 procedeu a ajustes nos valores originalmente previstos na Portaria acima, e essa providência trouxe mais fidedignidade dos valores previstos nas novas edições da Portaria a realidade das Unidades da Região Fiscal.

Observa-se que o Pregão Eletrônico foi a modalidade de licitação mais utilizada pelas Unidades Gestoras da 3^a Região Fiscal, correspondendo a 98,05% dos tipos de contratações elencadas no Art. 22 da Lei 8.666/93, que justifica o alto grau de liquidação e pagamento de despesas nessa modalidade.

Entre os empenhos realizados durante o exercício na modalidade de Pregão Eletrônico, destacam-se as licitações para contratos continuados de bens e serviços comuns e para as aquisições de Material Permanente. Com relação às demais modalidades de licitação, a 3^a RF utilizou-se também de Concorrência, que representou 1,95% das contratações. Comparando os resultados de 2015 com o exercício anterior, podemos afirmar que não houve mudança significativa em relação aos montantes liquidados e pagos, por modalidade de licitação.

As contratações diretas, que são relativas a objetos para os quais os arts. 24 e 25 da Lei 8.666/93 possibilitam a contratação de forma dispensável ou inexigível, temos: Água e Esgoto, Energia Elétrica, Locação de Imóveis, bem como contratações celebradas com empresa pública que goze da condição de monopólio na prestação de serviços, como é o caso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), bem como para aquisição de serviços e bens de pequeno vulto. A Região Fiscal aumentou seu nível de execução de despesas em 7,38%, em relação a execução de 2014. Ressalta-se

ainda que houve um acréscimo com as despesas realizadas com Suprimento de Fundos de 18,66%. o incremento das despesas com antecipação de despesas, na Região Fiscal, concentrou-se, especificamente, nas Unidades do interior dos estados, em que há uma maior dificuldade na contratação de serviços nas modalidades mais comuns, pela não disponibilidade de fornecedores e prestadores de serviços que atendam as demandas da Administração.

Da extração dos valores executados com as despesas de diárias de servidores, a 3^a RF reduziu o gasto em R\$ 583.454,66, considerando as iniciativas de deslocamentos, em função de atividades administrativas e fiscalizatórias, e deslocamentos para eventos de capacitação e convocações nacionais, o que representa redução de 27,30%, em relação a 2014. Esse resultado se deu em função dos efeitos do contingenciamento imposto pelo Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e pela publicação da Portaria do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão nº 172, de 27 de maio de 2015, que limitou a despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens, bem como da Portaria MF nº 416, de 29 de junho de 2015, que definiu tais limites no âmbito dos Órgãos do Ministério da Fazenda.

A expedição dos atos normativos citados trouxe grande demanda por controle na gestão dos recursos orçamentários e financeiros, exigindo dos gestores a adoção de medidas de priorização dos gastos, especialmente na autorização de despesas para deslocamento de servidores, no âmbito da 3^a RF, que reduziu em R\$ 826.730,07 o nível de execução orçamentária de Custeio, apesar dos valores de empenhos emitidos pelas Unidades Gestoras jurisdicionadas se aproximaram bastante da execução realizada durante o ano de 2014, atingindo 94,93%, em valores nominais.

As principais despesas de custeio executadas pelas unidades da 3^a RF continuam sendo serviços terceirizados, com cessão de mão de obra, cujos objetos são: Serviços de Vigilância, Limpeza e Conservação e Apoio Administrativo (Terceirizados), que responderam por 55,56% de todo o montante empenhado pela Região Fiscal, previsto na Portaria da RFB que aprova os Referenciais Orçamentários da UGs, conforme discriminado a seguir:

- Vigilância Armada: R\$ 3.760.006,33 (26,45%)
- Limpeza e Conservação: R\$ 1.921.652,74 (13,51%)
- Serviço de Apoio: R\$ 2.216.671,12 (15,60%)

Outras despesas que também possui gasto relevante dentro da execução de custeio da região:

- Energia Elétrica: R\$ 1.450.441,35 (10,20%)
- Transporte: R\$ 591.964,07 (4,17%)
- Telecomunicações: R\$ 433.251,89 (3,04%)
- Correios: R\$ 429.072,46 (3,02%)

A exemplo do que já havia ocorrido em 2014, o exercício de 2015 também foi marcado por sucessivos contingenciamentos que exigiram uma série de medidas de racionalização do gasto público no âmbito da Administração Pública Federal. Esses contingenciamentos impactaram de forma efetiva a execução orçamentária de custeio e investimento. Trazendo para a realidade do Custeio da 3^a RF, o resultado nominal do não descontingenciamento no orçamento foi de R\$ 2.118.982,01.

Some-se ao cenário relatado, a publicação do Decreto nº 8.540 de 9 do outubro de 2015, em que o Governo Federal estabeleceu novas medidas de racionalização do gasto público nas aquisições de bens e nas contratações de serviços, onde os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal passaram a ter uma meta de redução em 20% dos gastos elencados no anexo do referido Decreto.

A meta a ser apresentada até o dia 15 de janeiro de 2016, exigiu um novo esforço para as Unidades Gestoras que fizeram ajustes em suas execuções, com algumas reduções nos objetos contratados, principalmente nos contratos com despesas de Vigilância, que é a despesa mais relevante de nossa Região Fiscal. Para as contratações desse objeto, assim como ocorreu em 2014, as Unidades realizaram substituição de tipos de postos de vigilância (12x36h para 44h), ou até mesmo uma redução desses quantitativos. Postos de trabalho vinculados ao contrato de prestação de serviço de apoio também foram reduzidos para adequação à nova realidade orçamentária.

Tratando da execução vinculada ao grupo de despesas de investimento, as unidades jurisdicionadas realizaram em 2015, um montante de valores empenhados consideravelmente inferior ao exercício 2014. A diminuição do número de iniciativas e os valores previstos e aprovados para o Plano de Engenharia de 2015 foi a principal razão dessa redução. Isso se deu pelo grande quantitativo contratações em andamento no exercício de 2015, decorrente das licitações realizadas em 2014, que inviabilizaram, devido ao efetivo de servidores, que as Unidades Gestoras pudessem programar e realizar novas contratações no exercício. Comparando os valores globais desse grupo de despesa, a execução do exercício de 2015 foi 83,7% menor do que o montante empenhado no exercício 2014. Deve-se considerar também a redução gradual da demanda para a aquisição de material permanente, devido aos trabalhos realizado nos anos anteriores, em que as unidades conseguiram melhorar a qualidade das instalações por intermédio das aquisições de mobiliário e equipamentos diversos.

Com relação ao Plano de Engenharia da RFB para 2015, a 3^a Região Fiscal previa, inicialmente, a execução de 10 ações, cujos créditos de investimento totalizavam R\$ 9.033.700,02. Ao longo do ano, o referido plano passou por revisões, que reduziu o quantitativo de iniciativas para 09, e o montante dos mesmos para R\$ 1.484.883,32. Desse total, a 3^a RF executou 5 iniciativas, empenhando o total de R\$ 835.989,63. Já com relação ao Teto-Livre de Reaparelhamento, o valor passou de R\$ 722.000,00 para R\$ 216.600,00 em função do contingenciamento. O impacto do contingenciamento foi minimizado com a utilização, por parte da Região Fiscal, do Plano Nacional de Aquisições (PNA), que resultou em aquisições de mobiliário no montante de R\$ 808.543,82, por meio de Atas de Registro de Preços em que a SRRF03 ou suas UGs foram participantes dos certames.

4^a Região Fiscal

Diferente de 2014 em relação a 2013, o pagamento das despesas liquidadas em 2015 (99,56%) foi percentualmente maior que as do exercício de 2014 (97,05%), e isto ocorreu pela mitigação da dificuldade porque a RFB estava passando para efetuar seus pagamentos ao longo do ano, visto que a falta de recursos financeiros tem sido uma constante, especialmente os da Fonte 0132 (Juros de Mora decorrentes de receitas da RFB), mas a regularidade em 2015 abrandou os efeitos nos pagamentos de faturas atestadas e liquidadas, com destaque para as despesas com obras e deslocamentos dos servidores.

Acrescenta-se que houve variação positiva em 2015 de 3,01% em relação a 2014 em Despesas Liquidadas, resultando em acréscimo de execução de R\$ 933.781,59. A variação positiva mais expressiva quanto às Pagas (5,67%) se deu pelos motivos da melhor regularidade no repasse de recursos financeiros, como dito acima.

Quanto à execução por modalidade de contratação, constata-se que houve pequena variação positiva em relação ao total de 2015 para 2014 para as Licitações, todas no modo Pregão, mas expressiva variação positiva para a do item 2 (Contratações Diretas), em que estão concentradas as despesas com Locação de Imóveis e Energia Elétrica, que juntas responderam por 27,81% dos Custeio da 4^a RF. O importante aumento nestas despesas se deu mais fortemente em Energia Elétrica, cujas tarifas foram majoradas em quase 50% em 2015 (42,3% só no 1º semestre, conforme Nota Técnica nº 147

do DIEESE). Agregando tal aumento com o contratual das Locações de Imóveis, o item de despesa acresceu 15,27% em 2015.

Os demais itens sofreram variação negativa, e destaca-se a progressiva redução com Suprimentos de Fundos, de 19,18% (há vários anos em tendência de queda, como deve ser, já que é despesa de pequeno vulto e extraordinária); a expressiva redução com Diárias de 40,34% em relação a 2014, resultado da forte política do MPOG em controlar tais gastos; e o item 5 (Outros), que é um tipo de contratação, nos sistemas SIASG e SIAFI tem o código 08 (“Não se aplica”), utilizado para emissão de empenhos para despesas com indenizações (neste tipo estariam inclusos os pagamentos decorrentes de exercícios anteriores cujos contratos tenham se expirados), tributos e taxas condominiais (conforme página 40 do Tutorial de Execução Orçamentária e Financeira no SIAFI da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TCU).

Despesas Correntes:

Variação positiva em 2015 quanto à 2014 de 1,81%, e destaca-se o grupo 37 (Locação de Mão de obra), com aumento de 11,74% (justificado pelas majorações dadas em Convenções Coletivas de Trabalho); e a expressiva redução no grupo 14 (Diárias), de 40%.

- Relação Liquidadas com Empenhadas: razão de 91,39%, o que mantém a proximidade com os últimos anos.
- Inscrições em RPNC: em 2015 houve redução de 12,77% em relação a 2014, com destaque para o grupo 39 (Outros Serviços de PJ), com deságio de 33,57%. Apenas o grupo 37 (Locação de MO) sofreu aumento, que é atribuído ao pagamento das faturas de competência de dezembro, já repactuadas quanto ao ano antecedente.
- Pagamento quanto ao Liquidado: esta relação é sempre próxima da plenitude, e ficou em 99,74% em 2015.

Despesas de Capital:

Ocorreu expressiva variação negativa de 59,94% entre 2015 e 2014, devido principalmente à redução das iniciativas do Plano de Engenharia, que teve critérios mais rigorosos de aprovação em 2015, especialmente com o fim de evitar reserva de créditos para ações que não conseguiram prosperar em 2014.

- Relação Liquidadas com Empenhadas: em 2015 a razão foi de 58,22%, o que representa mais que o dobro das liquidações no grupo em 2014 (24%).
- Inscrições em RPNC: expressiva redução de restos a pagar comparado 2015 com 2014, com menos R\$ 5,1 milhões.
- Pagamento quanto ao Liquidado: importante aumento na eficácia dos pagamentos em 2015, com 96,98%, em relação a 2014, que teve 59,4%.

Os três aspectos acima destacados denotam a opção de gestão do Plano de Engenharia em 2015, mais focado em ações com maior grau de eficácia e para unidades que conseguiram executar bem em 2014, quando várias iniciativas de obras e reformas contratadas não foram executadas (relação liquidadas com empenhadas) ou quando executadas não foram pagas no exercício, ou seja, um plano de obras enxuto, mas eficaz.

5ª Região Fiscal

A 5ª Região Fiscal prioriza a aquisição de materiais e serviços usando a modalidade licitatória Pregão, seja pela agilidade, seja pela economicidade. Por outro lado, devido à capilaridade de sua estrutura, formada por 45 unidades, torna-se imprescindível o uso da dispensa de licitação para

fazer face às diversas e variadas demandas de menor monta destas, daí a proximidade dos valores despendidos em pregões e dispensas de licitação. Já as inexigibilidades decorrem, em sua grande maioria, de treinamentos e contratações sem concorrência, como as de publicação legal, postagem e água.

As despesas decorrentes de contratações na modalidade concorrência referem-se às construções das agências de Euclides da Cunha e de Paulo Afonso, previstas para serem entregues em fevereiro de 2016, e à do Edifício-Sede da Receita Federal do Brasil em Salvador.

Em relação a diárias, podemos observar uma redução significativa destas despesas, reflexo das restrições orçamentárias enfrentadas pela Região Fiscal no ano de 2015.

Quanto às despesas correntes, nota-se um acréscimo de aproximadamente 8% em relação a 2014, menor, portanto, que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – calculado para o ano de 2015 que, segundo o IBGE, foi de 10,67%. Isto demonstra que a Região Fiscal aplicou medidas de redução de gastos visando adequação ao orçamento.

O incremento das despesas de capital decorre da implantação do Plano de Engenharia da RFB para modernização das instalações de suas unidades, sobretudo a obra de construção do Edifício-Sede da RFB em Salvador. A execução do Plano de Engenharia começou em 2013 com reflexos em vários exercícios.

6ª Região Fiscal

1. Despesas Correntes

Houve um decréscimo dos créditos para Outras Despesas Correntes disponibilizados para a Região Fiscal. Em 2015 foram descentralizados R\$ 37,8 milhões e, em 2014, R\$ 46,6 milhões, com uma diminuição de 8,8 milhões, representada principalmente pela conclusão das obras de reforma da sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte e a consequente interrupção da despesa com o aluguel da antiga sede e, também, pelos cortes orçamentários que a 6ª Região Fiscal teve que fazer em função do contingenciamento aplicado à RFB.

1.1. Diárias

Houve uma forte contenção das despesas com diárias devido ao contingenciamento do orçamento, passando de um montante de R\$ 2.069 milhões, em 2014, para R\$ 1.221 milhões, em 2015, com uma redução de R\$ 848 mil, incluindo as de treinamentos, fiscalização e administrativas.

2. Investimentos

2.1. Obras e instalações

Foram realizadas as concorrências das obras de construção das Agências Modelo de Caratinga e Manhuaçu, com empenhos de R\$ 2.248.990,30 e R\$ 2.438.843,07, respectivamente.

Por determinação da Portaria MPOG nº 172/2015, suspendeu-se a realização de novas contratações relacionadas a reforma de bens imóveis. Essa determinação impactou a execução do Plano de Engenharia e resultou em um pequeno decréscimo nos investimentos em obras e instalações em relação ao ano anterior, uma vez que a suspensão atingiu iniciativas de valor expressivo, como a reforma da sede da DRF/Juiz de Fora, cujo valor previsto era R\$ 7.130.000,00, e da sede da DRF/Divinópolis, no valor estimado de R\$ 7.370.000,00.

2.2. Equipamentos e Material permanente

Em 2015 foram liberados recursos para aquisição de material permanente, como mobiliário e equipamentos para melhoria das instalações e condições de trabalho nas Unidades da 6ª RF. Foi mantido o mesmo nível de recursos aplicados, 822 mil em 2015 e 841 mil em 2014.

A Região continua tendo como objetivo a melhoria das condições físicas de trabalho das unidades por meio do reaparelhamento.

3. Contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade

Houve uma redução no montante das despesas realizadas em decorrência de contratações via dispensa e inexigibilidade. No exercício de 2014, totalizava R\$ 18,1 milhões e, em 2015, R\$ 12,1 milhões, sendo que, deste total, as dispensas representam 88%, destacando-se as despesas com aluguéis de imóveis e energia elétrica.

Entretanto, em 2015, prevaleceram as contratações nas demais modalidades, que totalizaram R\$ 21,4 milhões.

4. Contingenciamento no exercício

O teto orçamentário para a 6ª RF no exercício de 2015, aprovado pela Portaria RFB nº 2.108/2014, que já não era suficiente para cobrir as despesas previstas para o ano (Referenciais Orçamentários), foi agravado pela aplicação do contingenciamento nos Limites de Movimentação e Empenho (LME).

Além disso, a Portaria MPOG nº 172, de 27/05/2015, fixou limites para contratação de bens e serviços e concessão de diárias e passagens, por natureza de despesa, e suspendeu a realização de novas contratações de alguns objetos, inclusive reformas de bens imóveis.

Como consequência, além do cancelamento ou adiamento de algumas atividades programadas de fiscalização, repressão e treinamentos, verificou-se a postergação de manutenções prediais e de veículos. Também, não foi possível realizar, por falta de créditos, a contratação de serviços terceirizados (vigilância, carregadores, recepcionistas, copeiras) para suprir carências de algumas Unidades.

Com a escassez dos créditos ao longo do exercício e também a não tempestividade na liberação de recursos financeiros foi necessário proceder a várias revisões nas ações planejadas para as diversas áreas da Superintendência e a manter forte controle da área orçamentária e financeira.

Como a matriz de despesa varia de Unidade para Unidade, ficou a cargo de cada Gestor Local a escolha sobre quais elementos de despesas as restrições recairiam.

7ª Região Fiscal

Não houve alteração significativa no perfil dos objetos contratados, se comparados os exercícios de 2015 e 2014. Como esperado o maior percentual das despesas decorre do pregão, em razão da modalidade ser a adequada para as contratações enquadradas como comuns. Em 2015, o pregão representou 70,5% (setenta vírgula cinco por cento) das despesas discricionárias da Região. Já o percentual das contratações diretas cresceu, cerca de 17% (dezessete por cento), se comparado ao exercício de 2014, certamente, em razão da especificidade dos objetos contratados nesta modalidade. Merecem destaque duas situações, a saber:

1. A redução drástica das despesas com pagamento de diárias, com decréscimo de cerca de 57% (cinquenta e sete por cento) em relação a 2014; e
2. A diminuição de aproximadamente 38% (trinta e oito por cento) na execução das despesas por intermédio de suprimento de fundos.

A primeira decorre das severas restrições orçamentárias ocorridas em 2015, inclusive com imposições legais de limites para diárias e a segunda é fruto de um melhor planejamento das aquisições/contratações regionais.

8ª Região Fiscal

Com os parâmetros já apresentados no item 2.3.2, as questões se restringiram às dificuldades financeiras que várias empresas estão sofrendo em decorrência do atraso no recebimento de seus serviços prestados a vários órgãos da Administração Pública, fato que tem obrigado a algumas trocas de fornecedores que passaram a não mais aceitar prorrogações contratuais ou mesmo que perderem sua capacidade de execução contratual. Como já observado naquele mesmo item, as despesas não previstas em programações mensais acabavam por nos obrigar o encontro de soluções e reduções de outras despesas para viabilizar serviços indiscutivelmente essenciais e que por vezes era assumido pelo órgão central com crédito de iniciativas estratégicas. A Receita Federal do Brasil estabeleceu limites de empenho para diversos grupos de despesa, de forma que as Unidades tiveram que restringir a descentralização da programação orçamentária mensal de custeio a 1/12 do Limite orçamentário Anual da UG.

9ª Região Fiscal

No quadro “Despesas por Modalidade de Contratação”, o grupo Modalidade de Licitação - Despesa Liquidada, apresentou decréscimo de 5,66 % em relação ao ano de 2014. Dentro deste grupo, a Tomada de Preços respondeu por apenas 0,09% e a modalidade Pregão foi a mais utilizada, representando 99,91%, evidenciando a opção por esta modalidade licitatória que privilegia a segurança e a ampla concorrência.

A redução foi decorrência direta do contingenciamento de recursos orçamentários.

Não se licitou na modalidade Concorrência no ano de 2015. Contratações Diretas empenhadas apresentaram um pequeno acréscimo de 0,14% em relação a 2014. Percebe-se que houve redução na contratação por Dispensa e aumento na modalidade de Inexigibilidade, o que caracteriza um maior cuidado nas contrações diretas.

O claro direcionamento das contratações ao privilegiar o Pregão demonstra a boa gestão dos recursos públicos, haja visto, as garantias, a segurança e o respeito aos princípios da ampla concorrência e economicidade que esta modalidade de contratação proporciona. Praticamente, toda a despesa liquidada foi paga dentro do próprio exercício, o que só corrobora a excelente gestão dos recursos na 9ª Região Fiscal.

O item Regime de Execução Especial - Suprimento de Fundos sofreu também uma redução de 24,07% no ano de 2015, resultado dos esforços conjuntos na priorização de contratações diretas ou pregões, deixando o uso do Cartão de Pagamentos do Governo Federal para situações excepcionais.

No item “Pagamento de Pessoal”, observa-se uma significativa redução dos gastos com diárias obtida em 2015, da ordem de quase 40% em comparação ao ano anterior, principalmente em virtude do contingenciamento e acurada administração dos recursos aplicados nesta natureza de despesa.

Despesas Correntes (Custeio)

Neste quadro “Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Despesas Correntes”, há evidente relevância do grupo de despesas 3 - “Outras Despesas Correntes” no qual percebemos uma expressiva redução de valores empenhados, da ordem de 5,09% das despesas empenhadas no ano-calendário de 2015 em relação ao ano-calendário de 2014, o que já sinaliza o contingenciamento de recursos de custeio ocorrido durante o ano de 2015.

Merece registro, a enorme representatividade dos principais grupos de despesas 37 e 39 (Locação de Mão de Obra e Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) no total de despesas de custeio, sendo que ambas as naturezas de despesas representaram 85,53% em 2015 e 83,17% em 2014, ou seja, percebe-se que a maior parte dos gastos orçamentários correntes da 9ª Região Fiscal concentraram-se nos contratos continuados de serviços terceirizados (locação de mão de obra, composta de: vigilância ostensiva, limpeza e conservação, apoio administrativo, técnico e operacional, manutenção e conservação de bens imóveis) e Outros Serviços de Pessoas Jurídicas (cujas despesas mais significativas concentraram-se em locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, manutenção e conservação de bens imóveis, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, manutenção e conservação de veículos, serviços de energia elétrica, serviços de comunicações e telecomunicações, seguros em geral, fretes, transportes e encomendas, serviços de incineração, destruição e demolição e serviços de apoio administrativo).

De 2014 para 2015, a soma dos grupos 37 e 39 sofreram uma redução de 2,41%, o que significou um decréscimo de R\$ 1.779.224,36, resultado do contingenciamento na dotação orçamentária sofrida em 2015; nos itens específicos, a variação foi um aumento de 0,27% no grupo de Locação de Mão de Obra (o que sequer contemplou a reposição da inflação e as repactuações), e redução de 6,30% com Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. A representatividade destes dois grupos demonstra que o maior custo corrente se concentra na contratação de serviços terceirizados.

O grupo de despesas “Diárias - Pessoal Civil” teve uma redução muito acentuada nos dois últimos anos, chegando em 2015 numa diminuição de 38,92% do valor empenhado em comparação com 2014, o que demonstra o forte contingenciamento nos deslocamentos da Região Fiscal, mesmo em face do aumento dos custos que compõe este grupo.

O conjunto “Demais Elementos do Grupo”, com representatividade de 11,25% e 11,82% em 2015 e 2014 na despesa empenhada, respectivamente, apresentou um decréscimo percentual na ordem de 9,67% de um ano para o outro. A redução neste grupo deve-se principalmente à boa gestão ocorrida durante o ano. Um fato que influiu negativamente neste grupo foram as indenizações de mercadorias apreendidas por força de sentença judicial, fato este sobre o qual não se tem nenhuma gestão, mas que temos que cumprir integralmente; o volume de indenizações desta espécie alcançou o montante de R\$ 2.231.831,33, ou seja, 23,51% do total dessa rubrica.

Os Restos a Pagar Não Processados deste quadro também sofreram redução expressiva de 11,00% em relação a 2014; este acentuado decréscimo percentual confirma o esforço da Região Fiscal em empenhar e pagar todas as despesas do ano corrente e deixar apenas aquelas cuja liquidação, obrigatoriamente, ocorrerá a partir de janeiro de 2016, pois o nível de Restos a Pagar de 2015 é inferior ao de 2014, isto é, temos ao final do ano 8,71% dos valores empenhados como Restos a Pagar em 2015, enquanto que em 2014 esse índice era de 9,28%.

Os valores pagos em 2015 em comparação aos valores liquidados, representaram 91,29%, isto é, abrangendo quase a totalidade dos valores liquidados. A diferença foi inscrita em Restos a Pagar.

Fica claro que a excelente gestão dos recursos de custeios promovidos pela 9ª Região Fiscal está refletida em todos os números e percentuais de um ano para o outro, apesar do contingenciamento existente em todo o exercício, e de forma mais contundente no último trimestre de 2015.

Na execução das despesas de custeio, merece registro o contingenciamento promovido em

cumprimento ao artigo 5º do Decreto nº 7.689 de 02 de março de 2012, bem como as normas de execução orçamentária e financeira estabelecidas pelos Decretos nº 8.389 de 07 de janeiro de 2015, e nº 8.456 de 22 de maio de 2015 e alterações posteriores. Este contingenciamento forçou uma diminuição das atividades fins na Região Fiscal, notadamente aquelas vinculadas às atividades aduaneiras de repressão ao contrabando e descaminho, o que resultou numa redução média de 50% dos valores empenhados em despesas de custeio diretas como fretes e transportes de mercadorias apreendidas, serviços de incineração de mercadorias apreendidas, manutenção e combustível utilizados nas nossas aeronaves.

Despesas de Capital (Investimentos)

No ano de 2015, ocorreu uma forte redução nos recursos de capital empenhados na Região Fiscal, resultando num decréscimo percentual de 60,66% em relação a 2014, ou seja, foram empenhados R\$ 7.191 mil contra R\$ 18.279 mil. A rubrica 51 - Obras e Instalações foi a responsável direta pela redução dos valores de investimentos.

Em Obras e Instalações, tivemos R\$ 3.621.681,90 empenhados em 2015, o que representa uma diminuição de 77,25% comparando com o ano de 2014. Neste grupo, merece destaque o empenho de R\$ 1.840.087,47 relativo à reforma da fachada da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba/SC e os valores empenhados no montante de R\$ 1.637.500,00 para os serviços de implantação de infraestrutura de rede lógica e elétrica para a jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu/PR.

Os demais valores (R\$ 144.094,43), representando 3,98% do grupo, foram aplicados em estudos e projetos de engenharia e continuidade das diversas obras em andamento, necessárias para a ampliação e manutenção das atividades institucionais do órgão.

O grupo de equipamentos e material permanente foi objeto de aumento em 2015, atingindo o percentual de 33,50% em relação ao valor empenhado em 2014. Este grupo contempla aquisições de diversos materiais e equipamentos de natureza permanente das nossas unidades jurisdicionadas e mais a Superintendência. Também, se encontra variavelmente distribuído, sendo que somente a Superintendência como Unidade Gestora (UG 170156) respondeu por 83,98% do valor empenhado neste grupo, destacando as aquisições do Plano Nacional de Aquisições da RFB e armamentos para utilização nas atividades de repressão ao contrabando e descaminho para atendimento ao pleito das atividades aduaneiras.

Quanto aos restantes 16,02%, estão distribuídos em todas as outras unidades da 9ª Região Fiscal e são, em sua maioria, aquisições de bens permanentes para uso nas atividades das unidades, inclusive mobiliário.

Em Serviços de Consultoria, todo o valor empenhado é relativo à contratação da fiscalização de serviços de elaboração e coordenação de projeto básico para a construção da nova sede do Ministério da Fazenda em Curitiba/PR e todo ele executado na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal.

Os Restos a Pagar Não Processados atingiram 91,90% do valor empenhado em 2015, contra 95,76% em 2014, índice elevado principalmente pelos empenhos das aquisições do Plano Nacional de Aquisições da RFB, dos armamentos para utilização nas atividades de repressão ao contrabando, da reforma da fachada da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba/SC, dos serviços de implantação de infraestrutura de rede lógica e elétrica para a jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu/PR e o da contratação da fiscalização de serviços de elaboração e coordenação de projeto básico para a construção da nova sede do Ministério da Fazenda em Curitiba/PR.

Os empenhos de capital, pela própria natureza de serem investimentos com execução de médio a longo prazo, possuem um tempo de liquidação muito mais acentuado que as despesas de custeio, razão pela qual o percentual de inscrição em Restos a Pagar é muito maior.

Como ponto positivo, o efeito do contingenciamento em despesas de capital não foi tão acentuado como nas despesas de custeio, visto que a política de recursos em 2015 poupou os investimentos de capital do corte de recursos orçamentários; por outro lado, como são licitações que exigem um maior cuidado e longo prazo de planejamento e maturação até seu lançamento e concretização, bem como estarem sujeitas a maior contestação administrativa ou mesmo judicial por parte dos licitantes, não há formas de acelerarmos o processo enquanto não houverem mudanças legislativas nas normas jurídicas que regulam estas contratações.

10ª Região Fiscal

- *Licitações:* não houve alterações significativas em termos de volume de licitações realizadas pela 10ª Região Fiscal. O conjunto de licitações nas modalidades Tomado de Preços, Concorrência e Pregão representou, em 2014, 62,6% sobre o total das despesas; em 2015, essa participação ficou em 66,2%. As contrações nas modalidades Tomada de Preços e Concorrência têm por objeto, sobretudo, obras e serviços de engenharia; já as contratações na modalidade Pregão tem por objeto bens e serviços comuns e representam a maior parte das licitações realizadas na Região – 90,5% em 2014 e 94,1% em 2015.
- *Contratações Diretas:* não houve alterações significativas em relação ao volume realizado de contratações diretas pela 10ª RF. As modalidades de Dispensa e Inexigibilidade de licitação representaram, juntas, 22,6% da despesa total em 2014, e 25,6% da despesa total em 2015.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade

Não se vislumbra que tenha havido contratações em volume significativo como dispensa ou inexigibilidade de licitação no exercício de 2015. Em relação ao total das despesas, as contratações diretas na modalidade de dispensa de licitação representaram 14,27% e as contratações por inexigibilidade representaram 11,38%. Estes valores são compatíveis com os tipos de despesas que podem ser contratados por dispensa (serviços de pequeno valor) e por inexigibilidade (serviços com fornecedor exclusivo, como o fornecimento de energia elétrica, água e esgoto).

Contingenciamento no exercício

- *Contenção de despesas:* no que se refere à gestão orçamentária, o contingenciamento imposto pelo Decreto nº. 8.389/2015, de 1/18 das despesas mensais de custeio constantes do PLOA (33,3% dos recursos de custeio), gerou grande impacto no planejamento da execução do orçamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil. O Limite de Movimentação e Empenho, inicialmente fixado em 50% dos créditos orçamentários previstos na LOA, foi fixado em 95% após a sua aprovação, ocorrida em 22/04/2015. Por essa razão, as Unidades Gestoras foram instadas, desde o início do exercício, a analisar suas previsões de despesas de custeio visando a sua redução, dado que o cenário econômico apontava para severo contingenciamento sem previsão de liberação. Os efeitos do contingenciamento foram efetivamente sentidos a partir do segundo semestre, quando ocorreu o impacto das repactuações dos contratos continuados de custeio das Unidades Gestoras, com destaque para Vigilância, Limpeza e Manutenção Predial, que representam a maior parcela das despesas de custeio das Unidades Gestoras da 10ª RF. Em 29/06/2015 houve a edição da Portaria MF nº 416, de 29 de junho de 2015, que fixou, no âmbito do Ministério da Fazenda, os tetos de despesas a serem empenhadas com contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e

emissão de passagens. Os limites estabelecidos pela citada Portaria sobrepueram-se àqueles então vigentes, veiculados pela Portaria RFB nº 2.108/2014, e significaram um contingenciamento adicional de 15%, levando à nova necessidade de redução nas despesas de custeio da 10ª RF. Várias Unidades Gestoras efetuaram redução no quantitativo de seus contratos com terceirizados, e muitas deixaram de prorrogá-los, abrindo mão do serviço, para redução das despesas de custeio. A 10ª RF determinou inclusive o fechamento de Unidades: no último trimestre de 2015 foram desativadas a Agência da Receita Federal em Canguçu (UG 170180 - DRF Pelotas) e a Agência da Receita Federal em Encantado (UG 170263 - DRF Santa Cruz do Sul), resultando em redução de despesas de custeio com contratos de Vigilância, Limpeza, Manutenção Predial, Energia Elétrica, Secretárias, Telefonistas e outros.

- *Racionalização das despesas com deslocamentos:* o contingenciamento levou também à redução do volume de deslocamentos de servidores, priorizando-se eventos que não gerassem custos com diárias e passagens, bem como a realização de reuniões por videoconferência. Os recursos orçamentários não empregados puderam ser redirecionados para adimplemento das demais despesas de custeio da Região.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária

Negativos:

- *Gerenciamento dos Referenciais Orçamentários:* o estabelecimento de Referenciais Orçamentários, se por um lado foi positivo, por outro demandou grande esforço das Unidades Gestoras para o seu gerenciamento, tendo em vista o rito estabelecido para que fossem processadas as alterações e remanejamentos de limites orçamentários entre os Tipos de Despesas de uma mesma Unidade Gestora, e entre Unidades Gestoras.
- *Aprovações e licenças:* a necessidade de aprovação de projetos e expedição de licenças pelos órgãos competentes em relação a obras e serviços de engenharia consiste em frequente motivo de atraso na execução dos serviços, contribuindo para que tais contratações se estendam por mais de um exercício.

Positivos:

- *Criação de Referenciais Orçamentários:* a definição de Referenciais Orçamentários por Unidade Gestora, para cada Tipo de Despesa, formalizados por portaria do Secretário da RFB, foi positiva pois (a) permitiu o planejamento da execução de custeio e investimento das unidades gestoras da RFB, conforme os limites orçamentários definidos; (b) permitiu identificar quanto custa gerir cada Unidade Gestora, pois facilitou a visualização do orçamento executado por Tipo de Despesa. O estabelecimento de Referenciais Orçamentários continuou a nortear a distribuição interna do orçamento da RFB em 2016, o que deve facilitar a continuidade do planejamento orçamentário das unidades gestoras da RFB.
- *Planilhas de acompanhamento:* mensalmente o órgão central disponibiliza planilhas de acompanhamento e análise da execução orçamentária das unidades, possibilitando uma visualização gerencial da despesa e do desempenho da Região nos indicadores estratégicos de custeio e investimento, que determinará, ao final do terceiro trimestre, a parcela de recursos estratégicos (cesta orçamentária) que a Unidade Gestora regional poderá receber.

Quadro 61 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES							
	Empenhada		Liquida		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	6.069.792.067,61	5.844.328.285,32	6.062.748.025,83	5.842.567.210,91	7.044.041,78	1.761.074,41	6.038.745.311,45	5.630.898.445,45
11 - Venc. Vant. Fixas Pes. Civil	4.877.679.087,62	4.710.101.413,73	4.875.774.017,15	4.708.523.447,24	1.905.070,47	1.577.966,49	4.875.765.268,27	4.570.703.164,42
13 - Obrigações Patronais	991.595.654,00	964.811.117,62	986.554.118,34	964.801.343,60	5.041.535,66	9.774,02	986.549.409,48	890.952.860,96
96 - Ressarc. Desp. Pes. Requis.	165.444.315,80	159.347.264,57	165.444.315,80	159.347.264,57	0,00	0,00	165.444.315,80	159.347.264,57
Demais elementos do grupo	35.073.010,19	10.068.489,40	34.975.574,54	9.895.155,50	97.435,65	173.333,90	10.986.317,90	9.895.155,50
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	1.899.434.493,17	1.956.801.542,61	1.699.244.622,42	1.701.584.062,59	200.189.870,75	255.217.480,02	1.697.366.113,83	1.672.423.934,23
39 - Outros Serv. De Terc. PJ - Op. Int. Orç.	1.394.708.173,70	1.382.735.445,77	1.235.800.350,00	1.164.147.106,17	158.907.823,70	218.588.339,60	1.234.436.855,92	1.135.317.063,94
37 - Locação de Mão de obra	236.780.750,27	231.897.675,52	218.488.548,57	211.604.527,10	18.292.201,70	20.293.148,42	218.074.024,91	211.449.939,22
46 - Auxílio-Alimentação	109.888.000,00	107.895.000,00	97.868.317,65	107.755.406,06	12.019.682,35	139.593,94	97.868.317,65	107.755.406,06
Demais elementos do grupo	158.057.569,20	234.273.421,32	147.087.406,20	218.077.023,26	10.970.163,00	16.196.398,06	146.986.915,35	217.901.525,01
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	281.834.190,47	392.729.169,23	42.613.322,90	37.336.554,17	239.220.867,57	355.392.615,06	42.475.892,71	36.040.335,46
39 - Outros Serv. De Terc. PJ - Op. Int. Orç.	142.274.898,69	224.931.961,09	18.793.512,49	20.010.115,90	123.481.386,20	204.921.845,19	18.793.512,49	20.010.115,90
51 - Obras e Instalações	98.970.287,58	128.034.477,42	14.074.673,87	13.279.401,26	84.895.613,71	114.755.076,16	13.955.377,35	12.139.730,80
52 - Equipamento e Material Permanente	38.017.639,30	37.680.632,91	9.091.333,10	3.642.314,21	28.926.306,20	34.038.318,70	9.073.199,43	3.485.765,96
Demais elementos do grupo	2.571.364,90	2.082.097,81	653.803,44	404.722,80	1.917.561,46	1.677.375,01	653.803,44	404.722,80
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (1+2+3+4+5+6)	8.251.060.751,25	8.193.858.997,16	7.804.605.971,15	7.581.487.827,67	446.454.780,10	612.371.169,49	7.778.587.317,99	7.339.362.715,14

Análise Crítica:

As **Despesas de Pessoal** consomem cerca de 73% do total das despesas correntes empenhadas e 62% dos valores pagos da RFB no exercício de 2015. Esse grupo é composto de despesas com vencimentos e vantagens fixas (80%), obrigações patronais (17%), resarcimento de pessoal requisitado (2%) e outras despesas.

O grupo **Outras Despesas Correntes**, em 2015, teve uma queda nos valores empenhados quando comparados aos empenhos de 2014. Mesmo assim, representa cerca de 23% das despesas correntes empenhadas. Desses, 89% dos valores foram liquidados. Os principais elementos de despesas deste grupo são os gastos com Outros Serviços de Pessoa Jurídica (73%) e Locação de Mão de Obra (12%).

Quanto às **Despesas de Capital**, em 2015, os investimentos representam 3,41% do valor total empenhado. Dessa forma, há uma redução de 28% dos valores empenhados quando comparados com o exercício anterior. Ressalta-se ainda que o valor efetivamente pago representa apenas cerca de 15% do total empenhado.

2.3.6 - SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Neste Relatório de Gestão não são apresentadas informações sobre Suprimento de Fundos, Contas Bancárias e Cartões de Pagamentos do Governo referentes ao uso de cartão de crédito corporativo da Unidade Gestora 170339 - Copei. Estas despesas são de natureza sigilosa, realizadas no curso de atividades próprias da Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação - Copei, seus Escritórios de Pesquisa e Investigação - Espei, Núcleos de Pesquisa e Investigação - Nupei e Seção Especial de Pesquisa e Investigação - Sapei, na forma do estabelecido na Norma Operacional MF/SRF nº 01, de 31 de março de 2005, aprovada pela Portaria nº 70, de 1º de abril de 2005.

Os Quadros 182 - Concessão de suprimento de fundos, 183 - Utilização de suprimento de fundos e 184 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência se encontram nos **ANEXOS 2, 3 e 4**, respectivamente.

Análise Crítica Quadros 182, 183 e 184

Conforme relatos regionalizados a seguir, a utilização do suprimento de Fundos no âmbito da RFB tem sido realizada conforme legislação vigente, principalmente, nas atividades de Fiscalização Aduaneira (Repressão e Combate ao Contrabando e ao Descaminho de Mercadorias estrangeiras), normalmente realizada em vários pontos do país, inclusive os mais extremos, percorrendo-se grandes distâncias terrestres e fluviais, em que o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) é empregado com frequência para abastecimento de viaturas, realização de alguns serviços e outras pequenas compras urgentes.

1ª Região Fiscal

Com relação a utilização de recursos por Suprimento de Fundos, cabe notar que não houve aplicação de recursos durante o exercício mediante o emprego de Contas tipo B, sendo a totalidade das operações realizadas por meio de CPGF.

Outro ponto que merece ser abordado, trata-se da importância desse instrumento na consecução dos objetivos das Unidades Gestoras, especialmente as UGs 170018, 170109, 170198, entre outras, que tem em sua estrutura, Equipes de Fiscalização Aduaneira, referente a Repressão e Combate ao Contrabando e ao Descaminho de Mercadorias estrangeiras, trabalho, normalmente realizado percorrendo-se grandes distâncias terrestres, com deslocamento dentro dos Estados da Região Centro-Oeste do País, mais o Estado do Tocantins, na Região Norte, onde o CPGF é empregado com frequência para abastecimento de viaturas, realização de alguns serviços e outras pequenas compras urgentes.

Como pode se observar, há uma compatibilidade nesse ano em relação ao exercício anterior, sobre o volume dos recursos aplicados por essa modalidade, sendo que na maioria das UGs verificou-se uma redução nominal dos montantes, tanto no que respeita aos valores concedidos quantos das importâncias gastos, inclusive no que se refere ao total dos saques realizados, medida esta somente utilizada quando o fornecedor do material ou serviço não “aceita cartão” e da inexistência de outra empresa no local para aquisição de material ou da contratação do serviço.

Além dos controles regulares, a cargo de cada Ordenador de Despesas, a Equipe que realiza a Conformidade Contábil das UGs está sempre atenta ao cumprimento das normas, por parte dos supridos e outros intervenientes, exigindo, sempre que necessário, a adoção de providências no que respeita a observância do cumprimento das normas pertinentes as operações, como prazos de aplicação, aprovação das prestações de contas entre outras demandas.

2^a Região Fiscal

O uso do Cartão Corporativo do Governo Federal é um instrumento eficiente para as unidades gestoras, principalmente as subunidades situadas no interior do país, onde as dificuldades operacionais e a necessidade de pronto pagamento exigem do administrador uma ação rápida, de forma que a missão institucional do órgão seja exercida sem comprometimento.

Assim, com o uso de forma racional e dentro dos limites legais, a execução de pequenas despesas indispensáveis para a manutenção administrativa foi facilitada.

A utilização de suprimento de fundos é a forma rápida e eficaz para a solução de problemas surgidos no decorrer do exercício e que exigiram pronta ação das Unidades. Além disso, as peculiaridades de algumas Unidades da 2^a Região, como as situadas nas fronteiras, contribuem para a utilização do cartão corporativo.

A centralização das atividades de logística da 2^a Região Fiscal em Polos a partir do exercício de 2011, inclusive para a prática dos atos de gestão orçamentária e financeira, criou nas demais Unidades a dependência das ações realizadas pelos Polos, justificando a necessidade de utilização Suprimento de Fundos pelas Unidades da 2^a Região.

O controle tem sido efetivo, considerando que cada Unidade possui, em média, dois supridos, o que facilita o atendimento quanto às orientações legais, bem como o acompanhamento pelas seções de programação e logística das Unidades Gestoras e da Setorial Contábil Regional, o que se comprova com a informação de que todos os processos de prestação de contas foram aprovados dentro do exercício de emissão do Suprimento de Fundos.

Atualmente quase cinquenta por cento das Unidades Gestoras da RFB na 2^a Região utilizam Suprimento de Fundos, sendo que nenhuma delas utiliza a modalidade conta tipo B e nenhuma extrapolou os limites estabelecidos pelas normas que regem a concessão de suprimento de fundos. Todas as despesas foram realizadas por meio do Cartão Corporativo, predominando a utilização na modalidade fatura. Os saques realizados foram para atender, principalmente, as necessidades das Unidades localizadas no interior da Amazônia.

Comparada ao exercício de 2014, tivemos uma redução da despesa com suprimento de fundos de aproximadamente 55,70%. Embora seja um importante instrumento para realização das ações das unidades, a sua utilização é baixa na 2^a Região. Assim, por maior que seja a redução dos gastos com suprimento de fundos, é insignificante, comparada ao valor do orçamento anual da 2^a Região.

Todos os valores foram devidamente aplicados em proveito das unidades e os benefícios foram consideráveis, pois esta é a forma mais ágil de realizar pequenas e importantes ações para manter o bom funcionamento da cada uma dessas unidades. A decisão de optar pelo adiantamento tornou-se providencial para anular a descontinuidade das atividades das Unidades Gestoras onde itens de pequeno vulto podem ser adquiridos pela administração de forma rápida, suprindo as demandas emergenciais necessárias.

3^a Região Fiscal

A SRRF03 solicitou que cada Unidade Gestora, que executou despesas com o CPGF realizasse sua própria análise sobre os gastos, a qual é apresentada a seguir:

- **UG 170028 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luís (DRF/SLS)**

A gestão dos recursos enquadrados como suprimento de fundos obedece a legislação em vigor, inclusive, temos nesta Delegacia um setor específico que verifica a viabilidade das demandas apresentadas quanto ao valor, a excepcionalidade, tipo de aquisição, e outros. Dessa maneira, o controle fica mais rigoroso.

Não foi utilizado suprimento de fundos por meio de Contas Tipo B, priorizando o CPGF, na modalidade fatura, considerando a transparente e o controle eficiente.

Observa-se que, no exercício de 2014, tivemos um gasto no valor de R\$ 8.695,33. Já em 2015, o gasto foi no montante de R\$ 6.921,34, ou seja, a redução de gastos nessa modalidade foi de 20,4%.

A DRFSLS é composta por sua sede e outras 08 (oito) unidades administrativas jurisdicionadas que apresentam, de forma pontual, problemas relacionados a suas instalações físicas e que demandam pequenos reparos e manutenções eventuais, que são supridas com a utilização do CPGF, de forma racional, com grande economicidade para o erário. Os gastos realizados com o suprimento de fundos se justificam pela excepcionalidade e pelo pequeno valor a ser utilizado, que não demanda a realização de licitação específica para os casos.

A Unidade tem buscado fazer uso da modalidade de gasto, com parcimônia, observando a legislação que rege a matéria.

- **UG 170030 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz (DRF/IMP)**

Esta Unidade utilizou apenas a sistemática CPGF na modalidade fatura. Objetivou-se o controle efetivo da aplicação de tais recursos. Para tanto, planilhas foram elaboradas com informações detalhadas sobre cada operação realizada, de forma a assegurar a conformidade com a legislação vigente. Os resultados atingidos foram satisfatórios. Esta Delegacia utilizou-se de CPGF devido, principalmente, à ausência de contrato de prestação de serviços continuados de manutenção predial e à carência de pessoal na área de compras de materiais e contratação de serviços eventuais. A sistemática do Suprimento de Fundos permitiu ao gestor fazer aquisições de materiais e pequenos serviços da forma célere, econômica e eficiente que a situação excepcional exigira, atendendo às necessidades tanto da DRF, quanto das agências jurisdicionadas de Balsas e Carolina. Conclui-se, portanto, que o instrumento do suprimento de fundos em 2015, apesar de excepcional, foi de grande importância para o normal funcionamento da Unidade.

- **UG 170035 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina (DRF/TSA)**

A Unidade utiliza o suprimento de fundos apenas com despesas via CPFG. Há necessidade de abertura de suprimento de fundos para fazer face a despesas de pequeno vulto e imprevistas, que surgem no decorrer do exercício financeiro. Seria mais dispendioso fazer uma licitação ou executar os procedimentos de uma Dispensa de Licitação para despesas de pequeno valor e que requerem urgência. Verificada a necessidade de despesa por suprimento de fundos, faz-se pesquisa do melhor preço, solicita-se autorização do Ordenador e, após anuência, formaliza-se o ato por meio da abertura de um processo eletrônico.

No documento de abertura constam os seguintes dados: nome e assinatura do suprido, do requerente (Chefe da Seção de Logística) e do Ordenador de Despesas; natureza da despesa, justificativa, finalidade, valor, período de aplicação e data para prestação de contas, dentre outras informações. Após formalização do processo, o Chefe da Sapol, por meio de senha específica, libera a exata quantia autorizada para a despesa no site do Banco do Brasil.

Dessa forma, não há possibilidade de se passar o Cartão do Suprido em valor maior que o autorizado. Eventualmente são efetuados saques para fazer face a despesas cujo prestador do serviço ou fornecedor do material não possui convênios com empresas de cartão de crédito. Note-se que a maioria das despesas com SF são efetuadas nas Agências da RFB localizadas no interior do Estado.

- **UG 170040 - SRRF03**

O uso do referido recurso, no âmbito da SRRF03, ocorre de acordo com o que prevê as normas que o regulamentam (Lei nº 4.320/64; Dec. nº Lei nº 200/67; Dec. nº 5.355/2005, Port. MF nº 95/2002; Port. MF nº 448/2002, Port. MP nº 41/2005, IN STN nº 04/2004, Manual Siafi –162 Código 02.11.21), respeitando-se a exigência de utilizá-lo com despesas de pequeno vulto e eventuais. Com base nas premissas acima identificadas, o suprimento de fundos da SRRF03 foi utilizado num total de R\$ 2.024,60, para despesas com material de consumo, e R\$ 956,60 para despesas com serviços e R\$ 275,53 com taxas. A Unidade tem observado a exigência de prestação de contas por parte dos servidores designados para a movimentação dos referidos créditos, e as devidas reclassificações necessárias para tal fim.

A SRRF03 tem evitado a utilização de saques no cartão corporativo, procurando realizar suas aquisições com suprimento de fundos apenas de fornecedores e prestadores que disponham de máquinas para a realização de despesas por meio de faturas. No ano de 2015 houve apenas uma despesa em que a suprida utilizou o saque, tendo sido apresentada a devida justificativa.

Na SRRF03 manteve o histórico de redução do valor efetivamente utilizado com a antecipação de despesas (Suprimento de Fundos), da ordem de 17,63%, em relação ao ano de 2014.

- **UG 170041 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza (DRF/FOR)**

Durante o exercício 2015 a DRF/FOR primou, na concessão de suprimento de fundos, pelo cumprimento das disposições normativas (Lei nº 4.320/64; Dec. Lei nº 200/67; Dec. nº 5.355/2005, Port. MF nº 95/2002; Port. MF nº 448/2002, Port. MP nº 41/2005, IN STN nº 04/2004, Manual Siafi – Código 02.11.21), restringindo sua utilização aos casos de despesas eventuais e de pequeno vulto, ou urgentes, que não puderam aguardar o procedimento normal da despesa.

O processo de concessão apenas é formalizado após o surgimento da demanda, ou seja, a disponibilização ocorre mediante o caso concreto.

Durante o ano 02 (dois) servidores do Sepol foram supridos para atender necessidades da sede da DRF, e cada um dos chefes das agências, porquanto facilita o atendimento de demandas urgentes e evita o deslocamento do nosso pessoal.

Por prudência, a cada concessão é lançado o saldo correspondente no sistema Autoatendimento do Setor Público do Banco do Brasil, instituição emitente do Cartão Corporativo do Governo Federal, com a inserção da data limite de utilização, o que impossibilita a ocorrência de gasto superior ao valor autorizado ou extemporâneo.

No controle é utilizada uma planilha, onde se lançam os pagamentos e o saldo de cada suprimento e é calculado automaticamente, já que o SIAFI não disponibiliza essa informação.

- **UG170042 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte (DRF/JNE)**

Informa-se a restrição orçamentária em 2015 ensejou na abertura de maior número de suprimento de fundos de baixos valores, se considerada a quantidade em relação ao exercício anterior. Muitos deles foram abertos apenas após conhecimento das demandas.

Em relação ao valor do maior limite individual concedido, a Unidade considerou as informações constantes no 2014SF000008 de 2014, para as concessões de 2015.

Entende-se que a diferença na realização de despesas entre os exercícios consta entre outros fatores, como a inflação, a abertura da Agência da RFB em Brejo Santo que ensejou gastos extras, eventuais

e de pequeno vulto, nas despesas para a abertura da Unidade.

Constata-se que as despesas realizadas por subitem se encontram dentro do limite legalmente previsto. Salienta-se que os suprimentos são imprescindíveis, visto que despesas de pequeno valor e emergenciais são constantes e inevitáveis.

- **UG 170108 – Alfândega da Receita Federal do Brasil em Fortaleza (ALF/FOR)**

A Alfândega do Porto de Fortaleza/CE, UG 170108, não tem trabalhado e nem realizado despesas com recursos de Suprimento de Fundos desde o ano de 2013.

- **UG 170225 – Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Luís (ALF/SLS)**

A ALF/SLS/MA utilizou em 2015 o estritamente necessário de despesas por meio do Suprimento de Fundos, o que facilitou o seu controle no período. Em 2016 manteremos a garantia de que esta aplicação de recursos esteja sempre em conformidade com a legislação vigente.

- **UG 170330 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral (DRF/SOB)**

Os valores acresceram no comparativo 2014/2015 em razão da necessidade de alguns reparos, de pequeno valor, realizados na Delegacia e Agências jurisdicionadas.

Foi concedido o valor de R\$ 4.000,00, sendo utilizados em sua integralidade na modalidade Cartão de Pagamento do Governo Federal, não ocorrendo saques.

Apesar da variedade de subitens, os maiores gastos concentram-se na aquisição de materiais de expediente, materiais para manutenção de imóveis e materiais elétricos que foram utilizados para atender necessidades urgentes e de pequena monta.

- **UG 170337 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Floriano (DRF/FLO)**

A Unidade realizou, durante o exercício de 2015, despesas de pequeno vulto, conforme estabelecido na legislação vigente. O custeio de despesas, por meio da sistemática do suprimento de fundos, justifica-se pela localização da DRF/FLO/PI no interior do Estado do Piauí, região de grande dificuldade na contratação de empresas aptas a fornecer material e/ou serviços comuns para a Administração Pública. Assim, mesmo realizando programações prévias de licitações para as aquisições anuais, surgem algumas necessidades urgentes de pequenas aquisições, adquiridas mediante SF, inclusive na modalidade de saque.

Ademais, realizando um comparativo com o exercício anterior (2014), conclui-se que no exercício de 2015 houve uma redução na utilização deste recurso de forma considerável, tendo como destaque a redução em quase 50% das despesas com faturas. Houve uma pequena elevação no valor total de saques, fato justificado pela baixa disponibilidade de empresas com aceitação de cartão de crédito no município.

Por fim, acrescenta-se que todas as prestações de contas do exercício de 2015 ocorreram em tempo hábil, e na forma estabelecida pela legislação aplicada.

O uso do cartão, por meio de saque, justifica-se pela diminuta quantidade de fornecedores na jurisdição que utilizam instrumentos que viabilizem o uso do mesmo, sem a necessidade de pagamento em espécie.

- **UG170387 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Pinto Martins (ALF/APM)**

A unidade vem envidando esforços para utilização mínima desses recursos, mudando por exemplo, melhor planejando algumas formas de aquisição. Passando para contratações por Dispensa de Licitação, via nota de empenho. Tal esforço fica evidenciado na ausência de uso em 2015.

- **UG 170532 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Pecém (ALF/PCE)**

A ALF/PCE não possui cartão de suprimento de fundos

4^a Região Fiscal

A soma dos subitens de despesa da DRF/Caruaru (Quadro 184) totaliza R\$ 4.546,21, valor inferior em R\$ 290,00 ao registrado como total de utilização de suprimento de fundos (Quadro 183).

Isso se deve a uma despesa do suprimento 2015SF000006, em que o suprido realizou o gasto fora do prazo e, diante disso, ele realizou o resarcimento por meio de GRU. O referido resarcimento gerou o documento 2015DU000001 no SIAFI.

Sendo assim, esse montante de R\$ 290,00 resarcido foi gasto às custas do próprio servidor suprido, não sendo propriamente uma despesa efetiva da Delegacia, o que justifica o porquê de o valor não estar inserido no Quadro 184.

Em resumo:

- O quadro 183 está registrando a totalidade das faturas, inclusive coincidindo com o valor registrado no SIAFI (o valor de R\$ 290,00 consta na fatura apesar de não ter sido uma despesa própria da receita);
- O Quadro 184 registra apenas os gastos efetivos da Receita (não foi classificado o valor de R\$ 290,00 por ter sido uma despesa custeada pelo próprio servidor).

Concessão de Suprimento de Fundos

O histórico de concessão de Suprimento de Fundos na 4^a RF demonstra uma acomodação no valor total, em média de R\$ 90 mil, destacando que as DRF/MOS e DRF/JPA não abriram Suprimentos em 2015.

Utilização de Suprimento de Fundos

A utilização dos Suprimentos de Fundos foi reduzida nominalmente de 2015 para 2014 em 35,66%. Constatase que está ocorrendo uma melhor previsão dos gastos e, por conseguinte, uma concessão mais ajustada ao que efetivamente necessita a Unidade Gestora.

Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência

Os gastos com Suprimento de Fundos prevalecem em materiais de consumo (ND 30) com 87,04%, enquanto os gastos com prestação de serviços (ND 39) não passaram de 12,96%. Esta é uma tendência regular na região, pois a grande maioria dos serviços são contratados mediante os procedimentos padrões (licitação e dispensa/inexigibilidade), restando apenas aqueles serviços de ocorrência ocasional e de valor ínfimo. Destaca-se que, quanto à previsão da necessidade de

materiais, especialmente itens de manutenção predial, dificilmente uma contratação regular consegue antever tudo o que será necessário na rotina administrativa.

5^a Região Fiscal

A aplicação de recurso por meio do suprimento de fundos com o CPGF é uma faculdade legal que o ordenador de despesas dispõe para sanar situações emergenciais ou excepcionais, conforme legislação que rege a matéria, desde que não seja possível a realização por meios convencionais em decorrência da urgência que a situação requer e que a demora possa causar prejuízo significativo para o órgão. Como medida de precaução e com a finalidade de sanar as demandas emergenciais, principalmente com veículos em viagens a serviço, foram concedidos suprimento de fundos no exercício de 2015, contudo os gastos efetuados foram devidamente acompanhados, observando-se os limites estabelecidos pela Portaria MF nº 147/2008. Importante destacar que obtivemos uma redução significativa, em torno de 35%, nos valores gastos nesta modalidade de aquisição em relação a 2014. Todas as prestações de cotas foram apresentadas e aprovadas.

6^a Região Fiscal

Nenhuma das Unidades Gestoras da 6^a Região Fiscal utilizou Suprimento de Fundos durante o exercício de 2015, em quaisquer das modalidades.

7^a Região Fiscal

Da análise das informações referentes à utilização de suprimento de fundos, podemos destacar que quase todas as unidades da 7^a Região Fiscal diminuíram sensivelmente as aquisições e/ou contratações por meio dos Cartões de Pagamento do Governo Federal, alcançando o percentual de 38% (trinta e oito por cento) em comparação com o exercício de 2014. Isto se explica por duas razões básicas: as restrições orçamentárias no exercício de 2015, que impuseram a necessidade de maior racionalidade no uso de recursos e o melhor planejamento das aquisições/ contratações na 7^a Região Fiscal, o que demonstra e reforça o amadurecimento dos gestores da Região quanto ao uso do instrumento suprimento de fundos, utilizado apenas quando presentes situações inesperadas, ocasionais e de pequeno vulto.

Registre-se que para aquisições com o CPGF são verificadas as seguintes condições: não existência dos materiais no Almoxarifado, se os materiais não podem ser adquiridos de outra forma, se a classificação das despesas está correta e é legalmente possível e se os limites de gastos por classificação estão sendo respeitados. Ao final do período de utilização, são analisadas as prestações de contas de cada concessão de Suprimento de Fundos.

8^a Região Fiscal

- **UG 170133 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 8^a RF (SRRF08)**

Em 2015 foram concedidos 04 (quatro) Suprimento de Fundos por meio do CPGF, a fim de fazer frente às despesas de pequeno vulto com material de consumo e serviços. Foi realizado 01 (um) saque no valor de R\$ 130,00 para pagamento da Taxa de Licença para Elevadores da Unidade Florêncio de Abreu, nº 770, emitida pela Prefeitura de São Paulo, entretanto foi devolvido por GRU 0,40(quarenta centavos).

Todos os processos concedidos foram devidamente instruídos e tiveram suas Prestações de Contas analisadas pelo Gestor Financeiro e aprovadas pelo Ordenador de Despesas por Delegação de Competência.

- **UG 170134 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araçatuba (DRF/ATA)**

Há anos a DRF Araçatuba não faz uso da Conta Tipo B e nem de Saques do CPGF, conforme recomendado. O controle interno existente na DRF Araçatuba é, a cada demanda, proceder à análise criteriosa para julgar a viabilidade de qualquer aquisição, por meio de Suprimento de Fundos.

- **UG 170135 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru (DRF/BAU)**

Em primeiro lugar as informações que nos foram passadas estão corretas. Houve redução substancial (50%) nos gastos com o cartão corporativo em 2015 quando comparado a 2014, isto porque as despesas de caráter emergencial, então efetuadas em 2014, foram melhor planejadas para 2015, de modo a substituí-las por modalidades de licitação.

- **UG 170136 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas (DRF/CPS)**

A unidade não realizou despesas por meio da sistemática de Concessão de Suprimentos de Fundos nos exercícios 2014 e 2015.

- **UG 170137 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Presidente Prudente (DRF/PPE)**

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Presidente Prudente esclarece que se utiliza somente da sistemática do CPGF.

Como nos anos anteriores, quando da indicação do suprido, o mesmo recebe todas as orientações legais relativas ao uso do CPGF, sendo que o gestor de compras é quem repassa as demandas ao suprido. Na prestação de contas, o ordenador de despesas ainda avalia a correta aplicação destes recursos.

A utilização de suprimento de fundos, com a sistemática do CPGF, imprime mais agilidade e facilita o controle das despesas eventuais e de pequeno vulto.

As despesas realizadas com uso de suprimento de fundos foram todas comprovadas, atestadas e aprovadas.

- **UG 170138 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ribeirão Preto (DRF/RPO)**

O uso do cartão corporativo respeitou os estritos limites legais, não tendo sido realizados saques ou medidas excepcionais. Em relação aos limites, observa-se que o valor total concedido extrapolou em muito as necessidades do órgão. Possível viabilidade de diminuir esta quantia para as despesas de 2016. Em termos de controle, observa-se a publicidade processual e o procedimento de autorização de compra que depende da anuência prévia e expressa do Ordenador de Despesas. Em relação a 2014, observou-se o aumento no uso do cartão, em razão eventual aumento da demanda pelos tipos de compras e serviços eventuais e de pronto pagamento e despesas de pequeno vulto.

- **UG 170139 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto (DRF/SJR)**

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto – SP utilizou durante o exercício de 2015, para aquisições de materiais diversos e contratações de serviços PJ, o CPGF, nas opções de saques e créditos, em respeito às normas que regulamentam o Suprimento de Fundos. Os gastos efetuados estão devidamente justificados, comprovados e aprovados, conforme documentações anexas aos respectivos processos digitais de concessões de suprimento de fundos (16011.720010/2015-61, 16011.720038/2015-06 e 16011.720052/2015-00). Os valores, quer para aquisições, quer para contratações de serviços, são classificados como gastos excepcionais ou de pequeno vulto, em conformidade com a legislação vigente.

Em comparação com os exercícios 2013 e 2014, em 2015 a utilização do CPGF demonstra critérios e valores de razoabilidade e proporcionalidade.

O controle do uso se dá por intermédio do preenchimento de formulário criado especificamente para este fim, firmado pela parte demandante e pela autoridade responsável pela ordenação de despesas da Unidade.

Os saques, durante o exercício 2015, no montante de R\$545,00, corresponderam a 19,37% do gasto anual da Unidade com Suprimento de Fundos, ou seja, dentro do limite de 30% estipulado pela legislação de regência.

- **UG 170141 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos (DRF/STS)**

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos, no exercício de 2015, não utilizou suprimento de fundos, Contas Tipo B e CPGF, não existindo situações excepcionais que obrigassem o gestor a optar pelo uso de medidas tais como saques, uso de conta bancária, extração de limites etc.

- **UG 170142 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba (DRF/SOR)**

Da análise dos quadros 182 a 184 depreende-se que o valor gasto se utilizando o Cartão de Pagamentos do Governo Federal na modalidade fatura teve um ligeiro decréscimo em relação ao exercício de 2014. A maior parte dos recursos foi utilizada para aquisição de óleo diesel para o grupo gerador da UG, devido a várias interrupções no fornecimento de energia elétrica, ocasionando consumo anormal do material. Houve também a mudança de sede da Agência da RFB em São Roque, que demandou aquisições emergenciais de materiais elétricos, porém de pequeno valor.

No Quadro 182 informa-se que apesar de constar, no SIAFI, a concessão de 05 (cinco) Suprimentos de Fundos em 2015, com valor total de R\$ 3.127,41 (três mil, cento e vinte e sete reais e quarenta e um centavos), o correto é 04 (quatro) suprimentos no valor total de R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais), esclarecendo que a diferença ocorreu em virtude da implementação do novo PCASP, adotado a partir do exercício de 2015. Na ocasião (janeiro/2015) não foi possível utilizar o documento hábil 2014SF000003 para pagamento da fatura do Banco do Brasil (Cartão Corporativo) com vencimento em 10/01/2015, que ficou pendente referente ao exercício de 2014 (RAP Processados). Segundo orientações da Setorial Contábil/RFB, registrou-se o documento hábil 2015SF000001, de 09/01/2015, exclusivamente com a finalidade de regularizar a fonte de recursos a classificar do passivo financeiro e gerar compromisso no valor exato da fatura, R\$ 377,41 (trezentos e setenta e sete reais e quarenta e um centavos), possibilitando o pagamento da citada fatura. Dessa forma, não se configura concessão do exercício de 2015.

Conforme citado anteriormente, no exercício de 2015 foram abertos 04 processos de Suprimento de Fundos, destinados exclusivamente para aquisição de materiais/serviços que não estavam na programação inicial da Unidade. Não houve necessidade de saques, visto que os fornecedores escolhidos possuíam a sistemática de cartão de crédito, facilitando sobremaneira o controle do processo. Todos os processos foram concluídos nos prazos estipulados e as contas devidamente aprovadas.

- **UG 170143 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté (DRF/TAU)**

A DRF/Taubaté utiliza a sistemática de suprimento de fundos por meio do CPGF. Os gastos do CPGF encontram-se descritos e comprovados nos processos de prestação de contas e estão devidamente arquivados na Delegacia. Além da prestação de contas, o Ordenador de Despesas, mensalmente acompanha as transações referentes ao CPGF, por meio de faturas e de controles e demonstrativos, com o intuito de verificar se os procedimentos e as condições estabelecidas pelo ato de concessão estão nos limites estabelecidos em Portaria do Ministério da Fazenda. A utilização do CPGF é somente para situações não passíveis de planejamento e que exijam pronto atendimento, evitando prejuízos à Administração.

- **UG 170144 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Guarulhos (DRF/GUA)**

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Guarulhos informou que não houve despesas realizadas por meio de suprimento de fundos relativas à Conta Tipo “B” durante o exercício de 2014.

O cartão de crédito corporativo foi utilizado para compras de pequena monta e de característica extraordinária, num total de R\$ 967,53. Durante o exercício de 2014, a Unidade restringiu o uso do cartão corporativo devido a um melhor planejamento das aquisições necessárias para o bom andamento dos trabalhos.

Em relação ao exercício de 2015, informa-se que, apesar de ter sido aberto um novo suprimento de fundos, não foi necessária sua utilização, visto que todas as despesas com materiais de consumo e serviços foram realizadas por meio de procedimentos licitatórios, conforme planejamento.

- **UG 170145 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira (DRF/LIM)**

A unidade não realizou despesas por meio da sistemática de Concessão de Suprimentos de Fundos nos exercícios 2014 e 2015.

- **UG 170146 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco (DRF/OSA)**

A unidade não realizou despesas por meio da sistemática de Concessão de Suprimentos de Fundos nos exercícios 2014 e 2015.

- **UG 170147 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André (DRF/SAE)**

Inicialmente, informa-se que a UG não utiliza a conta do tipo “B”, utilizando apenas o CPFG para o Suprimento de Fundos.

Para o uso do CPFG, manteve-se os mesmos critérios de avaliação dos anos anteriores sobre as demandas que serão atendidas por meio dessa forma de pagamento. Todas as tomadas de decisão

estão sempre fundamentadas na Cartilha da Controladoria-Geral da União “Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento – Perguntas & Respostas”.

Ainda com relação ao uso, uma pequena monta, bastante reduzida, é constituída tanto para serviços como para materiais de consumo. Sempre se utiliza a modalidade “crédito”, não havendo saques no cartão.

Já em relação aos mecanismos internos de controle, há uma série de procedimentos utilizados, como tomada de preços no mercado, autorização da chefia imediata e anuência do ordenador de despesas. O suprido é um servidor distanciado da função orçamentária-financeira da Unidade, o que confere um maior controle e confiabilidade na execução.

Neste sentido, há ainda um procedimento de solicitação de compras/contratações. Todas as demandas são efetuadas via e-mail, demonstrando objetivamente o objeto a ser adquirido/contratado e a justificativa. Posteriormente, é realizada uma análise pelo suprido quanto a pertinência e o enquadramento legal.

Além disso, há a Planilha de Controle de Cartão Corporativo. Neste instrumento há a inserção de informações relevantes para a boa gestão dos gastos como, por exemplo: registro de todos os gastos efetuados por elemento de despesa, saldo disponível, data e a descrição do material/serviço solicitado. Há ainda informações como a data da vigência do suprimento.

Enfim, a utilização do CPGF como instrumento de aquisições, apesar de sua excepcionalidade, tem se mostrado bastante eficaz para a celeridade e princípio da continuidade do serviço público, uma vez que outras modalidades de aquisição na emergência, se mostram mais morosas.

- **UG 170148 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Viracopos (ALF/VCP)**

A ALF/VCP não utilizou recursos por meio da sistemática de suprimento de fundos, Contas Tipo B e CPGF, durante os exercícios de 2013, 2014 e 2015.

- **UG 170150 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Guarulhos (ALF/GRU)**

A escolha pelo pagamento via Suprimento de Fundos é considerada sempre a última opção. Se não houver cobertura contratual ou possibilidade de formalizar processo de compra, mesmo que direta, e, ainda assim, obedecendo a baliza de a necessidade se mostrar urgente e de pequena monta, é que a Alfândega de Guarulhos se utiliza dessa ferramenta.

Neste sentido, o valor utilizado em 2014 já se mostra inferior ao ano anterior, visto que esta Alfândega vem tentando antecipar, cada vez mais, futuras demandas, substituindo a compra via cartão por processos de dispensa de licitação, para aquisições que, mesmo de pequeno valor, prevejam abastecimento para todo o exercício.

Com relação às prestações de contas encaminhadas pelo Suprido, todas foram aprovadas pelo Ordenador de Despesas.

O planejamento tem sido, cada vez mais, a tônica da Alfândega, assim, em 2015, não foi aberto nenhum processo de Concessão de Suprimento de Fundos, tendo sido o gasto com essa modalidade de pagamento igual a zero.

- **UG 170168 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Santos (ALF/STS)**

A unidade não realizou despesas por meio da sistemática de Concessão de Suprimentos de Fundos nos exercícios 2014 e 2015.

- **UG 170259 – DELEX/SPO**

Durante o exercício de 2015, realizados os procedimentos necessários para as concessões de suprimento de fundos, tendo sido instruídos dois processos ao longo do ano. No entanto, não ocorreu situação na qual o uso do cartão fosse necessário. Todas as aquisições foram feitas por ATA ou por dispensa de licitação. Ao final de cada período de concessão de suprimento, foi realizada a devida prestação de contas, sem gastos, bem como o cancelamento dos empenhos abertos.

- **UG 170261 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo (DRF/SBC)**

Inicialmente, informa-se que a UG não usa a conta do tipo “B”, utilizando apenas o CPFG para o Suprimento de Fundos.

Para o uso do CPFG, manteve-se os mesmos critérios de avaliação dos anos anteriores sobre as demandas que serão atendidas por meio dessa forma de pagamento. Todas as tomadas de decisão estão sempre fundamentadas na Cartilha da Controladoria Geral da União “Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento – Perguntas & Respostas”.

Ainda com relação ao uso, uma pequena monta, bastante reduzida, é constituída tanto para serviços como para materiais de consumo. Sempre se utiliza a modalidade “crédito”, não havendo saques no cartão.

Já em relação aos mecanismos internos de controle, há uma série de procedimentos utilizados, como por exemplo, a segregação de funções. O suprido é um servidor distanciado da função orçamentária-financeira da Unidade, o que confere um maior controle e confiabilidade na execução.

Neste sentido, há ainda um procedimento de solicitação de compras/contratações. Todas as demandas são efetuadas via e-mail, demonstrando objetivamente o objeto a ser adquirido/contratado e a justificativa. Posteriormente, é realizada uma análise pelo suprido quanto a pertinência e o enquadramento legal.

Além disso, há a Planilha de Controle de Cartão Corporativo. Neste instrumento há a inserção de informações relevantes para a boa gestão dos gastos como, por exemplo: registro de todos os gastos efetuados por elemento de despesa, saldo disponível, data e a descrição do material/serviço solicitado. Há ainda informações como a data da vigência do suprimento.

Enfim, a utilização do CPGF como instrumento de aquisições, apesar de sua excepcionalidade, tem se mostrado bastante eficaz para a celeridade e princípio da continuidade do serviço público, uma vez que outras modalidades de aquisição na emergência, se mostram mais morosas.

- **UG 170262 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos (DRF/SJC)**

A Administração reduziu bastante a utilização de Suprimento de Fundos nos últimos anos, e em especial em 2015, ano em que as aquisições foram feitas prioritariamente por intermédio de procedimentos licitatórios, participação em registro de preços, cotação eletrônica e dispensa de licitação.

Em 2015 o suprimento de fundos foi utilizado basicamente para uma operação especial de resgate de uma embarcação que havia sido apreendida em São Sebastião e que foi subtraída do Porto, sendo apreendida novamente em Ilhéus. Houve necessidade de trazê-la de volta para São Sebastião, onde corria o processo de perdimento. O suprimento foi para fazer frente a eventuais despesas imprevistas durante o traslado da embarcação.

O Suprimento de Fundos é utilizado sempre por meio de Cartão de Crédito Corporativo na opção fatura, quando efetivamente não é possível esperar para adquirir um material ou quando ele não se encontra dentre os itens padronizados, seja pela excepcional necessidade ou pela quantidade necessária para o consumo, não justificando sua inclusão em licitação.

- **UG 170287 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marília (DRF/MRA)**

Somente são passíveis de realização por Suprimento de Fundos os pagamentos de despesas em viagens que exijam pronto pagamento em espécie (no nosso caso, pedágios), despesas de pequeno vulto e outras despesas urgentes e inadiáveis. Todas as despesas são, previamente, autorizadas pelo Ordenador de Despesas.

Em casos excepcionais, o ordenador de despesas autorizou o pagamento por meio de Suprimento de fundos com cartão corporativo.

O Suprimento de fundos não é usado para realização de despesas diversas da especificada no empenho. Há, também, preocupação constante em garantir que os documentos comprobatórios sejam adequados à finalidade e à natureza das despesas.

As comprovações de despesas são realizadas dentro do prazo com as discriminações claras dos serviços prestados ou dos materiais fornecidos, atestadas pelo suprido.

Ao processo referente à concessão do Suprimento de Fundos é anexada toda a documentação desde a concessão até a aprovação da prestação de contas.

A única falha verificada pelo setor financeiro foi não ter cancelado os empenhos com os valores não utilizados do último suprimento de 2015, ocasionando assim, um saldo em restos a pagar. O saldo foi anulado em 2016, assim que verificado.

Informa-se que todas as despesas, sem exceção, foram devidamente cadastradas, liquidadas e reclassificadas minuciosamente nos subitens corretos dentro do SIAFI.

- **UG 170312 – DERAT/SPO**

O Suprimento de Fundos movimentado pelo CPGF foi utilizado com despesas consideradas de pequeno vulto para atender demanda interna e evitar a descontinuidade das atividades da Unidade. O controle é feito na aprovação da despesa. Os itens de maior despesa por suprimento de fundos relacionaram-se ao início das atividades do espaço convivência. Para aplicação do Suprimento de Fundos foram observadas as normas que regulam a matéria. As despesas realizadas por Suprimento de Fundos observaram aquisição mais vantajosa para Administração.

- **UG 170313 – DEINF/SPO**

A administração da Delegacia Especial da RFB de Instituições Financeiras, prima pelo planejamento de compras de materiais e contratação de serviços, por meio de processos licitatórios, porém, em algumas ocasiões, faz-se necessária a utilização do Suprimento de Fundos, devido a sua rapidez em

obter uma solução para as demandas já mencionadas, as quais, surgem vindas das diversas equipes que compõe a estrutura da Delegacia.

A utilização do Suprimento de Fundos é vista pelos Gestores, como exceção aos processos regulares de compras e contratação de serviços, tendo participação mínima nos totais contratados, tanto em 2015, como no ano anterior, sendo utilizado apenas quando as outras soluções se mostram inadequadas a atender às demandas apresentadas.

É seguido todo o procedimento formal de abertura e encerramento de Processo de Suprimento de Fundos, com a inclusão dos documentos comprovatórios necessários, bem como, com a assinatura do Ordenador de Despesas.

Nos dois casos em que se optou pela utilização do cartão corporativo em 2015, objetivou-se a rapidez na solução das demandas que surgiram ao Setor de Logística da DEINF, em comparação com outros processos de contratação.

Por último, não ocorreram saques em espécie, em nenhum caso, nem extração de limites ou Prestações de Contas não aprovadas no exercício de 2015.

- **UG 170318 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiaí (DRF/JUN)**

A unidade não realizou despesas por meio da sistemática de Concessão de Suprimentos de Fundos nos exercícios 2014 e 2015.

- **UG 170320 – DEMAC/SPO**

A utilização de Suprimento de Fundos por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal pela DEMAC/SPO tem por base legal os art. 68 e 69 da Lei nº 4.320/64, bem como os artigos 45 a 47 do Decreto nº 93.872/86; Decreto nº 5.355, de 25/01/2005; Decreto nº 6.370 de 01/02/2008 e Decreto nº 6.467 de 30/05/2008. Sua base administrativa é constituída da IN/STN nº 04, DE 30/08/2004 e pelas Portaria MF nº 95 de 19/04/2002 e Portaria MP nº 41 de 04/03/2005, alterada pela Portaria MP nº 44 de 14/03/2006.

O valor realizado de suprimento de fundos no exercício de 2015, utilizando-se apenas a modalidade de CPGF, corresponde a compras de pequeno vulto, assim entendidos aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapassam o limite estabelecido em Portaria do Ministério da Fazenda (Portaria GM/MF nº 95/02).

Foram respeitados todos os requisitos conforme estabelecido no Manual do SIAFI da STN – Macrofunção 02.11.21 - Suprimento de Fundos, tais como:

- inexistência de restrição para concessão de suprimento de fundos ao servidor responsável;
- respeito dos limites para cada ato de concessão de suprimento por meio de cartão de pagamento do governo federal nas despesas de pequeno vulto;
- abertura de processo contendo todos os requisitos para concessão;
- respeito do prazo máximo de aplicação (até 90 dias);
- respeito do prazo para comprovação das despesas e
- prestação de contas contendo todos os documentos comprobatórios da despesa realizada dentro do prazo estipulado.

Os controles internos para acompanhamento da aplicação do Suprimento de Fundos são feitos por meio das informações inseridas no Portal da Transparência, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br, onde foram lançadas todas as transações realizadas pelo suprido.

Não foi utilizada nenhuma medida excepcional tais como saque, uso de conta bancária do tipo B e extração de limites.

Todas as prestações de contas foram devidamente aprovadas por estarem em conformidade com a legislação.

Houve um decréscimo da utilização efetiva do suprimento de fundos no ano de 2015 em relação ao ano de 2014, conforme exposto no Quadro 183 – Utilização de suprimento de fundos.

- **UG 170321 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba (DRF/PCA)**

A unidade não realizou despesas por meio da sistemática de Concessão de Suprimentos de Fundos nos exercícios 2014 e 2015.

- **UG 170322 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araraquara (DRF/AQA)**

A utilização do Cartão Corporativo é restrita a situações emergenciais nas quais não há possibilidade de serem efetuados os procedimentos formais de dispensa/inexigibilidade de licitação, seguindo sempre as orientações contidas no Manual de Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento da CGU.

Na unidade, como controle interno de utilização do cartão, há número reduzido de supridos, sendo apenas dois servidores, e a necessidade de autorização prévia do Ordenador de Despesas antes de qualquer utilização efetiva do cartão.

No período analisado, não houve a necessidade de se adotar nenhuma medida excepcional como saques, uso de conta bancária, extração de limites, entre outras. Além disso, não ocorreu qualquer alteração na sistemática de controle e utilização adotada nos últimos três exercícios financeiros.

- **UG 170323 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca (DRF/FCA)**

As despesas realizadas mediante a utilização do cartão de crédito corporativo referem-se a materiais e/ou serviços demandados pela DRF/Franca e também por suas unidades jurisdicionadas (nos municípios de São Joaquim da Barra, Batatais e Barretos), cuja necessidade de realização é imediata ou emergencial (sob pena de comprometimento da segurança ou das condições mínimas de trabalho dos servidores). Estas despesas possuem natureza diversificada, pois, dificilmente os objetos se repetem ao longo dos meses e os valores individuais são muito pequenos, tornando-se inviável e antieconômico a realização de um certame licitatório ou mesmo sua dispensa.

No exercício de 2015 não houve saques com cartão corporativo nem GRUs.

Cada despesa efetivamente realizada foi cadastrada no sistema SIASG/SCP, opção detalhar compra / saque.

Os gastos com suprimentos de fundos são rigorosamente controlados por meio de processo administrativo eletrônico (e-Processo) no qual são juntadas as respectivas notas fiscais referentes aos gastos e cada despesa é atestada pelo setor competente. Ao final é feita a prestação de contas e a reclassificação das despesas. Todas as prestações de contas foram feitas tempestivamente e devidamente aprovadas.

- **UG 170385 – DEFIS/SPO**

A DEFIS somente utiliza a sistemática de suprimento de fundos por meio do CPGF. Os gastos do CPGF encontram-se descritos e comprovados nos respectivos processos de prestação de contas que estão arquivados nesta delegacia. Além dessa prestação de contas, o ordenador de despesas, mensalmente acompanha as transações referentes ao CPGF, por meio de faturas e demonstrativos mensais, com objetivo de verificar se as condições estabelecidas pelo ato de concessão estão sendo mantidas. Os gastos foram realizados em conformidade com a legislação vigente, somente atendendo a despesas eventuais, que exijam pronto pagamento ou para atender despesas de pequeno vulto, observando sempre os limites estabelecidos nas normas vigentes. O uso dessa medida excepcional só se deu em situações não passíveis de planejamento e que exigiram pronto atendimento, evitando prejuízos à Administração. Em 2015, a DEFIS realizou despesas nessa modalidade no valor total de R\$ 2.100,96 que ficou abaixo da média histórica anual de despesas realizadas nessa modalidade por essa Delegacia.

- **UG 170533 – Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo (ALF/SPO)**

No ano de 2015, não foram realizados saques e todas as despesas com suprimento de fundos foram utilizadas no interesse da Alfândega.

O suprimento de fundos foi utilizado em conformidade com a legislação vigente e situações excepcionais como saques, extração de limites etc. não foram utilizadas.

- **UG 170535 – DERPF/SPO**

A utilização de Suprimentos de Fundos nesta Delegacia, no exercício relacionado (2014) restringiu-se à modalidade CPGF, e apenas foram utilizados pagamentos mediante fatura. Não foi realizado nenhum saque em espécie. Todas as despesas efetuadas com Suprimento de Fundos da Unidade no período em foco foram feitas em total conformidade com a legislação vigente. Para tanto, o suprido utilizou o Cartão de Pagamentos apenas com expressa autorização do Gestor Financeiro e do Ordenador de Despesas da Unidade, em cada operação realizada, mediante justificativas de utilização exaustivas.

- **UG 170551 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri (DRF/BRE)**

A DRF/Barueri trabalha apenas com o CPGF, não possuindo “conta tipo B”.

Foram abertos 03 (três) processos de Suprimento de Fundos em 2015, totalizando R\$ 717,40 em aplicação de recursos.

As despesas consistiram em compras de: material de acondicionamento e embalagem – arquivo morto, material de expediente, material elétrico e eletrônico e serviços gráficos.

Todas as despesas foram realizadas em conformidade com a legislação vigente e pautadas na urgência/excepcionalidade dos gastos, com resultado rápido e eficaz na resolução das demandas apresentadas.

O CPGF não fica em poder do Suprido. Somente após solicitada uma compra ao SEPOL (Serviço de Programação e Logística) e aprovada pelo Gestor e Ordenador Financeiro é que o cartão é entregue ao Suprido para que realize a compra dos materiais ou serviços solicitados. Os servidores do financeiro, ao receberem a fatura do CPGF enviada pelo Banco do Brasil, compararam os gastos discriminados na fatura com as autorizações de compras aprovadas pelo Gestor e Ordenador

Financeiro e encaminham a fatura aos mesmos para que eles também confirmem os gastos realizados e aprovem seu pagamento.

9ª Região Fiscal

As Unidades Gestoras 170162 (DRF Foz do Iguaçu); 170172 (Alfândega Porto de Itajaí); 170314 (DRF Blumenau); 170315 (DRF Lajes) e 170389 (Alfândega Porto São Francisco do Sul) não concederam Suprimento de Fundos no exercício de 2015.

- **UG 170156 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª RF (SRRF09)**

O nível de concessão de Suprimentos de Fundos em 2015 sofreu um pequeno acréscimo em termo de valores em relação a 2014; em contrapartida percebe-se uma redução na quantidade de concessões (Quadro 182). O nível de utilização de Suprimento de Fundos (Quadro 183), também, permaneceu praticamente o mesmo em 2015 e 2014 - variação de apenas 5,41% - o que mostra o equilíbrio e a política de gestão desta espécie de gasto na 9ª Região Fiscal.

Todos os parâmetros encontram-se estritamente dentro da legislação aplicável, inclusive no que se refere aos limites concedidos por suprido. Evidencia-se, também, o baixo nível de utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, em comparação com o volume de recursos executados no SIAFI na 9ª Região Fiscal - R\$ 84.375.489,19, relativo à movimentação orçamentária interna por grupo e elemento de despesa. Em suma, a utilização de Suprimento de Fundos tem sido irrelevante face ao volume de recursos administrados na SRRF09.

A Unidade Gestora utiliza, exclusivamente, Suprimento de Fundos na modalidade Cartão de Pagamento e em caráter de excepcionalidade para atender a despesas de pequeno vulto ou despesas eventuais, despesas que não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, isto é, precedido de licitação ou dispensa, conforme a Lei nº 8.666/93. Demonstra-se o caráter de despesas eventuais de pequeno vulto, visto que os gastos com material de consumo somam apenas R\$ 10.869,00 (contra R\$ 14.500,56 em 2014) ao longo de todo o ano em despesas absolutamente necessárias, notadamente para pequenos reparos e manutenções em bens imóveis, móveis, material de expediente e outros gastos de pequeno valor.

Também, os gastos com serviços de Pessoa Jurídica chegam a apenas R\$ 8.256,00 (em 2014 foi de R\$ 4.596,00) durante o ano e, do mesmo modo que os gastos com material de consumo, a natureza das despesas utilizadas revela que o Cartão de Pagamento foi utilizado para pequenos reparos, manutenções em bens imóveis, móveis, serviços domésticos, limpeza e conservação e outros gastos de pequeno valor, ou seja, todos eles gastos eventuais sem característica de continuidade.

Outro aspecto a ser ressaltado é que a utilização de Suprimento de Fundos está em conformidade com a legislação vigente, obedecendo aos prazos para aplicação e a comprovação dos gastos.

O controle e o acompanhamento da aplicação de Suprimento de Fundos são feitos desde a concessão do Suprimento, que se inicia com a abertura do processo até a prestação de contas quando o suprido apresenta os comprovantes dos gastos, bem como as respectivas Notas Fiscais ou faturas referentes às aquisições de materiais e serviços prestados, todas devidamente atestadas.

Todos os gastos são informados em planilha, permitindo o acompanhamento no controle dos limites legais dos valores.

A prestação de contas é encaminhada para análise e aprovação do Ordenador de Despesas e após o encerramento e a comprovação dos Suprimentos concedidos, são enviadas planilhas de conciliação contábil para a Setorial de Contabilidade.

- **UG 170157 - DRF Cascavel**

A DRF Cascavel somente utiliza CPGF. A gestão dos recursos utilizados, por meio da sistemática de Suprimento de Fundos, durante o exercício 2015, está em conformidade com a legislação vigente.

Para cada concessão de Suprimento de Fundos, abre-se um processo. No processo, são anexadas todas as Notas Fiscais e faturas de pagamento que são atestadas por outro servidor que não o suprido, a fim de comprovar que os gastos são necessários e emergenciais. O uso da modalidade de Suprimento de Fundos é realizado de forma excepcional e somente em despesas de pequeno vulto que sejam emergenciais.

Os saques efetuados foram para pagamento de serviços e de taxa (pedágio). Eram situações que os fornecedores não trabalhavam com cartão de crédito. Os serviços consistiram no conserto da máquina fragmentadora da Agência da Receita Federal (ARF) em Pato Branco e solda/reforço no suporte de ar-condicionado do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da DRF Cascavel. Os serviços de conserto eram de pequeno vulto e a realização de procedimento licitatório para os consertos era contraproducente nestes casos. A falta dos consertos impactaria nas atividades da Unidade.

- **UG 170158 - DRF Curitiba**

A partir das informações estruturadas, em primeiro lugar verifica-se uma redução significativa nos gastos por meio de Suprimento de Fundos em 2015 em comparação ao exercício de 2014.

Um dos fatores que influenciou significativamente a redução foi a realização de nova licitação para serviço de manutenção predial, com inclusão da obrigação da contratada de fornecer o material de manutenção, constante em uma listagem mais ampla previamente estimada pela Administração, com base em levantamento de históricos de consumo e integrante do processo de licitação. O novo contrato entrou em vigor em setembro de 2014, mas os efeitos no seu todo puderam ser percebidos e analisados no exercício de 2015. Entendemos que a redução decorrente deste fator é positiva na medida em que decorre do aperfeiçoamento do planejamento dos procedimentos de contratação.

Outro fator que impactou na redução da aplicação de recursos com a sistemática de Suprimento de Fundos foi o contingenciamento orçamentário ocorrido no ano de 2015, no qual uma das diretrizes adotadas pela Delegacia foi a redução na medida do possível na realização de quaisquer despesas, mesmo de pequeno valor. Quanto aos saques, a orientação da Administração aos servidores é que esta opção tenha caráter de absoluta excepcionalidade, reservada às situações em que inexiste outra possibilidade para o pagamento da despesa.

No decorrer do exercício 2015 foram realizados 03 (três) saques e em todos os casos constata-se que o saque foi simultâneo (mesma data) ao pagamento da despesa. Ainda, constata-se redução significativa de saques em comparação ao exercício de 2014, guardando proporcionalidade com a redução global no valor despendido por meio de Suprimento de Fundos. Não se constatam outras situações de excepcionalidade.

Os valores aplicados por meio de Suprimento de Fundos são controlados e aferidos conforme a documentação que integra os respectivos processos (requisições, Notas Fiscais, documento de pagamento, atestes, relatórios de prestação de contas), e ao final submetidos à análise e aprovação do Ordenador de Despesas.

- **UG 170159 - DRF Londrina**

Os recursos concedidos por intermédio de Suprimento de Fundos foram devidamente utilizados e aplicados sempre observando a legislação vigente. Os valores foram utilizados para atender despesas de pequeno vulto, emergenciais e eventuais em conformidade com os limites estabelecidos na legislação.

Os saques efetuados ocorreram devido ao fato de que os prestadores de serviços não possuíam máquina para receber o pagamento por meio de cartão de crédito. Todas as prestações de contas foram apresentadas e aprovadas.

- **UG 170160 - DRF Ponta Grossa**

O CPGF é utilizado para aquisições eventuais e emergenciais de materiais de pequeno valor e em pequenas quantidades, que não puderam ser previstas com antecedência e que não exigem a realização de procedimento licitatório para sua aquisição.

A maioria das aquisições realizadas por meio do CPGF visa atender demandas de materiais de consumo e para manutenção de bens. Foram, também, realizados pagamentos pela prestação de pequenos serviços, sendo que em alguns casos foi necessária a realização de saque para pagamento do serviço prestado por Pessoas Físicas que não possuíam o equipamento necessário para cobrança via cartão.

As demandas são encaminhadas à Sapol, que após análise realizada pela chefia, tem sua aquisição autorizada. A aquisição é acompanhada pelo responsável pelo CPGF. Finalizado o prazo para utilização dos recursos, o processo é encerrado com a juntada da prestação de contas daquele período.

- **UG 170161 - DRF Maringá**

A DRF Maringá utiliza o CPGF para aquisições de materiais e pagamento de serviços de pequeno valor em caso de necessidade urgente, principalmente na aquisição de materiais para manutenção predial, nos casos em que não há materiais no almoxarifado.

Houve um pequeno aumento no valor em comparação com o exercício de 2014, devido a maior demanda. Com a compra imediata dos materiais, as demandas de consertos e manutenções prediais são resolvidas rapidamente e há melhor aproveitamento da mão de obra do contrato.

A aquisição de materiais ou a prestação de serviços é sempre acompanhada e verificada por servidores da Seção de Programação e Logística da DRF, com abertura de processo onde são anexadas todas as Notas Fiscais devidamente atestadas e acompanhadas dos comprovantes de pagamento com o cartão.

Ao final do prazo, são anexados relatórios para aprovação e telas do Siafi com o encerramento do Suprimento e aprovados pelo Ordenador de Despesas. Não são utilizados saques, uma vez que a maioria dos estabelecimentos comerciais aceita o pagamento com cartão.

- **UG 170163 - Alfândega do Porto de Paranaguá**

Os recursos utilizados por meio de Suprimento de Fundos são de fundamental importância para atender a pequenas despesas emergenciais e que demandam pronto pagamento.

Procura-se planejar os gastos com antecedência, mas situações imprevisíveis acabam por demandar

soluções rápidas, que só com o cartão de Suprimento de Fundos é possível resolver.

O trabalho tem sido no sentido de não se realizar saques em espécie e toma-se o maior cuidado para não serem extrapolados os limites estabelecidos e as contas serem devidamente prestadas.

- **UG 170169 - DRF Florianópolis**

Todas as despesas realizadas pelos supridos são previamente autorizadas pelo Ordenador de Despesas e estão em conformidade com a legislação aplicável à concessão de Suprimento de Fundos, em especial aos dispositivos que regulam sua finalidade, prazos de utilização e de prestação de contas.

Os recursos disponibilizados foram utilizados para atender despesas essenciais e emergenciais, obedecendo aos limites estabelecidos na Portaria MF nº 95/2002.

- **UG 170170 - DRF Joaçaba**

Eventualmente, a Unidade Gestora apresenta algumas demandas de baixo custo que necessitam de aquisição imediata. Nesse sentido, o CPGF é um instrumento de grande utilidade, pois permite dar celeridade à aquisição de bens e serviços que solucionem problemas específicos, para os quais não há material em estoque ou serviço contratado.

O uso do cartão é feito caso a caso, com autorização do Ordenador de Despesas, dentro dos limites legais e dos propósitos aos quais essa forma de aquisição se destina.

Os controles são feitos diretamente com os dados do processo de concessão de Suprimento de Fundos, faturas do cartão, e-mails de solicitação e registros no sistema Comprasnet.

Esta UG procura manter dois supridos, sem opção de saque, e com concessão de valores baixos a cada período de aplicação.

- **UG 170171 - DRF Joinville**

A utilização da modalidade Suprimento de Fundos em parte da execução financeira da UG permanece adstrita ao regramento legal, sendo destinada única e exclusivamente ao pagamento de pequenas despesas fortuitas, acompanhadas, criteriosamente, pelos agentes envolvidos e plenamente documentadas nos processos de concessão e prestação de contas, onde se consignam todos os documentos comprobatórios e eventuais explicações acerca de ocorrências diferenciadas.

Importante observar que a Unidade mantém o uso da modalidade sob controle, demonstrado pelos valores aplicados (relativamente estáveis na análise 2014/2015 - considerada a inflação do período) e pela proximidade destes considerando o concedido e executado.

O processo é transparente e acompanhado de controles aplicados pela área de gestão, sendo a concessão programada e devidamente solicitada pela Logística e aprovada pelo Gestor da Unidade.

Na sua execução, atende a demandas escritas do funcionamento da Unidade, muitas vezes geradas por servidores da atividade fim, ou pela estrutura de logística, encaminhadas explícita e detalhadamente ao suprido, que por sua vez efetua a compra/contratação, obedecendo critérios de economicidade, agilidade e praticidade.

O bem/serviço contratado é então recebido pela Logística, verificando sua adequação aos parâmetros solicitados e também pelo usuário final, tendo suprida sua necessidade de serviço.

A conferência final em toda a documentação, com devido ateste de cada Nota Fiscal, é feita pelo

Chefe da Logística - o solicitante original da concessão - sendo posteriormente aprovada a prestação de contas pelo Gestor da Unidade.

A utilização da modalidade saque do cartão é utilizada da forma mais restritiva possível, por entender-se esta como de excepcionalíssima necessidade, sendo utilizada apenas em casos onde não existe a possibilidade de compra direta com cartão (alguns pequenos fornecedores não aceitam pagamento com cartão de crédito), sempre com a devida observação dessa excepcionalidade e com toda a garantia de segurança e controle dos recursos públicos aplicados.

Por fim, é essencial destacar que a utilização correta e plena dessa modalidade de execução das despesas públicas é muito importante por permitir agilidade e praticidade para pequenos gastos que surgem sem maior programação, ou mesmo quando a programação para certos gastos seria onerosa demais para a administração, sendo vantajosa claramente a adoção da compra direta, por Suprimento de Fundos.

- **UG 170342 - Inspetoria da RFB em Florianópolis**

Os processos de Suprimento de Fundos são abertos esporadicamente e usados com parcimônia.

Além de eventuais necessidades, o cartão é especialmente útil pois supre a ausência de contrato de manutenção de imóveis.

Em comparação com o ano de 2014, houve diminuição do valor total utilizado, porém maior valor sacado. Os saques são usados exclusivamente quando a empresa demandada não aceita pagamento por cartão.

As despesas são todas autorizadas pelo Gestor Financeiro (Chefia Sapol) e, na maioria das vezes, após obtenção de três orçamentos. Todos os saques são autorizados pelo Ordenador de Despesas.

Além de todas as solicitações e autorizações serem feitas sempre por correio eletrônico corporativo e anexadas ao processo digital correspondente, os gastos são acompanhados por meio de planilhas e tudo é registrado no sistema Comprasnet.

A prestação de contas é submetida à apreciação do Gestor Financeiro e do Ordenador de Despesas, ocorrendo duplo controle dos gastos.

- **UG 170343 - Inspetoria da RFB em Curitiba**

Os procedimentos de abertura de processo de Suprimento de Fundos para esta Inspetoria são realizados de acordo com as seguintes etapas:

- Abertura de processo no Sief/Processos;
- Elaboração da Proposta de Concessão de Suprimento de Fundos submetida à apreciação do Ordenador de Despesas;
- Emissão de Notas de Empenho para despesas de aquisição de material e de serviços prestados;
- Análise sobre a necessidade de aquisição do bem/serviço, bem como seu enquadramento legal com anuênciam do Gestor Financeiro previamente à execução da despesa;
- Instrução do processo com as solicitações autorizadas, Notas Fiscais/recibos atestados, com os respectivos comprovantes de pagamentos;
- Preenchimento de planilhas de controle interno, assim como demais sistemas (Siafi, Compras

Governamentais, etc) e instrução processual; e,

- Elaboração da prestação de contas de acordo com a legislação pertinente após o término do crédito ou do tempo de utilização do Cartão Corporativo estritamente dentro do prazo.

A Unidade utiliza, exclusivamente, o Suprimento de Fundos na modalidade Cartão de Pagamento em situações emergenciais que não possam subordinar-se ao processo normal de licitação, nos casos de inexistência de cobertura contratual para serviços diversos ou inexistência temporária/eventual no almoxarifado para aquisições de materiais.

10ª Região Fiscal

A utilização de suprimento de fundos é efetuada exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de pequeno vulto e de caráter eventual. Os montantes utilizados representam uma porcentagem de menos de 0,09% em relação aos valores executados no exercício de 2015, o que demonstra que o uso é feito apenas como meio excepcional de gasto.

Os procedimentos do uso do CPGF na Região Fiscal seguem a legislação vigente, inclusive quanto a solicitação, por parte do servidor-portador, ao ordenador, de autorização prévia quando da opção saque. A opção de saque somente é utilizada quando o fornecedor que melhor atende às necessidades da administração não dispõe de máquina para cartão de crédito.

Para cada gasto é dada publicidade por meio do SCP (Comprasnet), onde é informado o valor, o beneficiário (prestador do serviço ou fornecedor), o objeto do dispêndio e o motivo.

Com o uso do CPGF é possível equacionar necessidades urgentes e/ou de pequeno valor para as quais os meios ordinários (licitações) seriam inviáveis ou antieconômicos. O uso de suprimento de fundos agiliza e/ou viabiliza as atividades institucionais da unidade.

UNIDADES CENTRAIS

• UG 170010 – RFB BRASÍLIA

A aplicação dos recursos, além de atenderem às normas vigentes, são analisadas pela Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira (DIPRO) e submetidas à autorização do Ordenador de Despesa, exceto aquelas que se refiram a despesas de viagens de serviços, que são analisadas posteriormente.

Além disso, a análise das faturas e demonstrativos mensais são instrumentos que possibilitam apurar se as despesas ocorreram de acordo com as condições estabelecidas no ato da concessão. Os recursos são aplicados em despesas de pequeno vulto sem cobertura contratual, despesas em viagens de serviços e despesas eventuais as quais o custo de contratação supere a despesa contratada e que não estejam em desacordo com a legislação vigente.

A UG 170010 realiza concessão de Suprimentos de Fundos realizadas por meio de contas bancárias Tipo “B” para atender despesas com a instalação, funcionamento e manutenção das adidâncias, com base na Norma de Execução nº 01, de 18 de dezembro de 2000; artigo 47 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, com a nova redação data pelo Decreto nº 2.497, de 12 de fevereiro de 1998. Os instrumentos utilizados para identificação dos riscos e pontos críticos tanto na liberação, por parte do ordenador de despesa, quanto no uso pelo servidor, é que esse submete à apreciação e aprovação do ordenador de despesa os gastos a serem efetuados e após a sua autorização é que o gasto é realizado.

- **UG 170279 – COGER**

No exercício 2015 utilizou-se o Suprimento de fundos (SF) por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal, no exercício anterior não houve utilização de SF, conforme o Quadro nº 182. Quanto a gestão dos recursos temos apenas um suprido e o gasto realizado foi em viagem a serviço no desempenho de atividades da Corregedoria; o cartão foi utilizado na modalidade de saque por motivos operacionais do estabelecimento onde foi realizada a despesa. A despesa foi atestada e a prestação de contas devidamente aprovada conforme a legislação vigente.

DRJs

- **UG 170290 - DRJ - CAMPO GRANDE**

O suprimento de fundos em nossa Unidade Gestora tem sido utilizado para despesas excepcionais e de pequeno vulto, em conformidade com a legislação vigente. Cada compra efetuada é autorizada pelo gestor e efetuada pelo suprido. Imediatamente após a compra, o suprido se encaminha ao setor financeiro com a fatura e o comprovante do cartão de crédito, que são imediatamente digitalizados e adicionados ao processo eletrônico. Na prestação de contas do SF é feito um demonstrativo de gastos de materiais e serviços e encaminhado ao suprido e ao gestor para atestarem digitalmente a ocorrência das despesas. Após a ateste, pagamento e prestação de contas, o processo é arquivado.

- **UG 170295 – DRJ SALVADOR**

Após a elaboração das informações estruturadas conforme os quadros sugeridos, o gestor deverá fazer uma análise crítica sobre a gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos, Contas Tipo B e CPGF, durante o exercício de referência do relatório de gestão e em comparação com exercícios anteriores, consignando, inclusive, informações sobre os controles internos instituídos para assegurar, de maneira razoável, a aplicação em conformidade com a legislação vigente, além de evidenciar as razões que levaram o gestor a optar pelo uso de medidas excepcionais tais como saques, uso de conta bancária, extração de limites etc.

Deve ser explicitada também a situação geral das prestações de contas retratando, em especial, as razões para eventual não apreciação de prestações de contas já apresentadas e as medidas adotadas em relação às prestações de contas não aprovadas

No exercício de 2015, utilizou-se o suprimento de fundos, sempre por meio do CPGF, em situações excepcionais. Os gastos realizados foram feitos em situações de extrema necessidade. O controle sobre os gastos realizados pelo suprido foram atendidos, vez que com base na segregação de funções as etapas para compra e pagamento de fatura eram realizadas por servidores distintos. Por fim, acrescenta-se que todas as prestações de contas foram apreciadas.

- **UG 170299 – DRJ SÃO PAULO**

As compras com suprimento de fundos restringem-se a pequenos gastos emergenciais quando necessários, com valores baixos. Há apenas um suprido e todas as aquisições são devidamente controladas e atestadas.

Não se utilizou conta tipo B, nem foram efetuados saques. Todas as aquisições foram efetuadas por meio do Cartão de Crédito do Governo Federal.

Utiliza-se suprimento de fundos ocasionalmente, devido ao fato de que determinados materiais como carimbos, pastas, adaptadores, pequenos cabos e outros de baixo valor, todos usados em

pequena quantidade, não justificam a instauração de uma licitação ou mesmo dispensa de licitação, pelo fato de os fornecedores não terem interesse em fornecer pequena quantidade.

Conforme se observa nos quadros que constam dos Anexos 2 a 4, o valor despendido para o exercício inteiro foi pequeno.

Todos os processos de suprimento de fundos tiveram suas contas apreciadas e aprovadas.

- **UG 170304 – DRJ FLORIANÓPOLIS**

Em 2015, não houve aumento significativo na utilização do suprimento de fundos em relação aos exercícios anteriores. Utilizou-se dispensas de licitação para a contratação e aquisição de pequenos valores.

Observa-se, também, a utilização do cartão corporativo para a totalidade das despesas, não se adotando a modalidade de saque.

O item que se destacou na utilização dos suprimentos de fundos foi o da natureza 339030.26 – material elétrico e eletrônico, utilizado, em especial, para aquisição de lâmpadas fluorescentes e reatores e demais materiais correlatos.

Por fim, destaca-se que todos os processos de suprimento de fundos foram devidamente aprovados.

2.4 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Conforme descrito detalhadamente no item 2.1 – Planejamento da Secretaria Receita Federal do Brasil, para o ciclo de Planejamento Estratégico 2012-2015, a RFB possuía 21 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas: Resultados, Processos Internos e Pessoas e Recursos.

Para medir o alcance/desempenho dos referidos Objetivos foram utilizados 54 Indicadores Estratégicos. Em alguns casos, não há desdobramento dos Indicadores. Em outros, o desdobramento desses Indicadores ocorre no âmbito das Regiões Fiscais que, por sua vez, são desdobrados nos níveis locais, possuindo, então, caráter mais operacional.

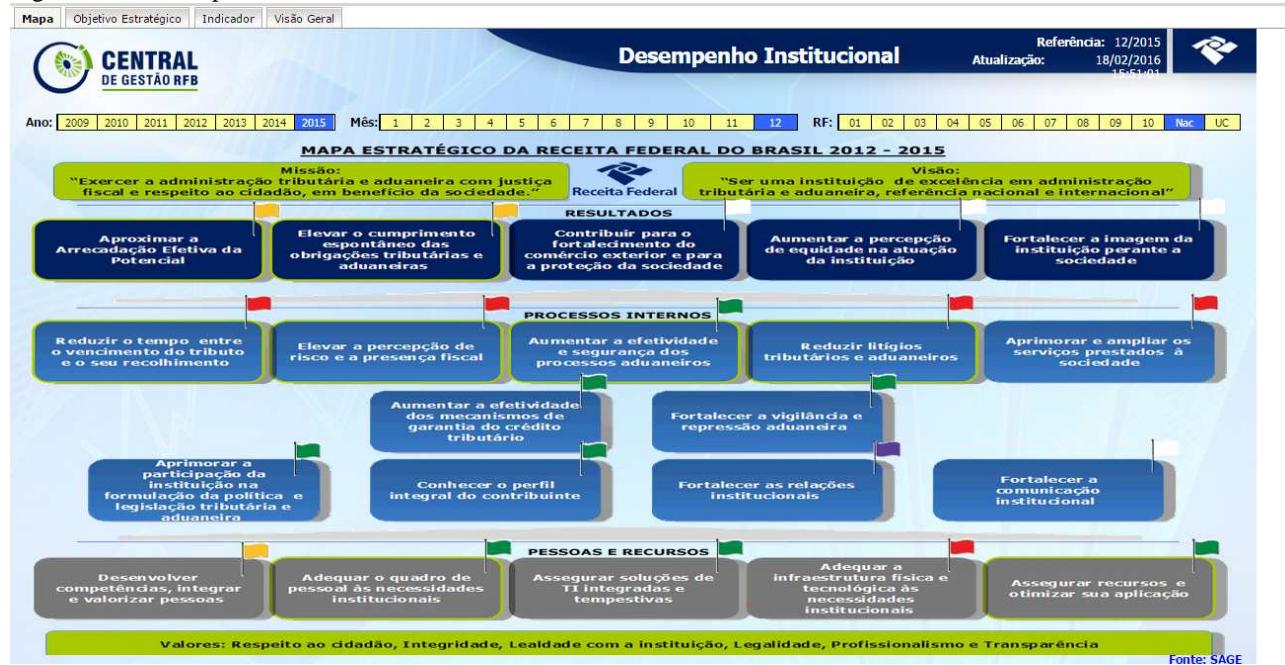
A sistemática para o acompanhamento e a avaliação dos resultados dos Indicadores e Objetivos Estratégicos baseia-se nos Semáforos de Desempenho e é feita na Central de Gestão da RFB, mais especificamente no *dashboard* "Gestão Estratégica". Esses Semáforos sinalizam, por meio de codificação por cores e símbolos, o desempenho da Instituição.

2.4.1 - Resultados Gerais dos Objetivos Estratégicos

O início da análise dos Objetivos Estratégicos, de acordo com a resultado dos Indicadores que os compõem, se dá em consulta à aba Mapa, no *dashboard* "Gestão Estratégica". Ali, cada Objetivo Estratégico aparecerá com uma bandeira na cor verde, roxa, amarela, vermelha ou branca, que representam

- **Bandeira Verde**: quando todos os Indicadores com resultado disponível do referido Objetivo Estratégico estejam com semáforo verde.
- **Bandeira Roxa**: quando ao menos um Indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo roxo, e os demais Indicadores com resultado disponível estejam com semáforo verde.
- **Bandeira Amarela**: quando ao menos um Indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo amarelo, e os demais Indicadores com resultado disponível estejam com semáforo verde e/ou roxo.
- **Bandeira Vermelha**: quando ao menos um Indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo vermelho, independente do semáforo dos demais Indicadores com resultado disponível.
- **Bandeira Branca**: quando, por algum motivo, todos os Indicadores do referido Objetivo Estratégico estejam "Não Disponíveis", ou seja, quando seja impossível medi-los no período consultado.
- **Símbolo de Interrogação (?)**: quando, por algum motivo, todos os Indicadores do referido Objetivo Estratégico, por algum motivo, estejam com os valores não informados no período consultado.

Figura 42: Aba Mapa



Fonte: Central de Gestão RFB (Dados Extraídos em 18/02/16)

A imagem acima demonstra os 21 Objetivos Estratégicos constantes do Mapa Estratégico da RFB e seus Semáforos de Desempenho no mês de dezembro de 2015. A partir da análise destes Semáforos, pode-se chegar à seguinte conclusão:

- Oito (8) Objetivos Estratégicos, mensurados por um total de 15 Indicadores Estratégicos, obtiveram resultados dentro do esperado (Bandeira Verde);
- Um (1) Objetivo Estratégico teve, pelo menos um Indicador, com resultado acima do esperado (Bandeira Roxa);
- Três (3) Objetivos Estratégicos tiveram, pelo menos um Indicador cada, com resultado um pouco abaixo do esperado (Bandeira Amarela);
- Cinco (5) Objetivos Estratégicos tiveram, pelo menos um Indicador cada, com resultado abaixo do esperado (Bandeira Vermelha);
- Quatro (4) Objetivos Estratégicos, por algum motivo, não tiveram Indicadores medidos no período analisado (Bandeira Branca).

2.4.2 - Resultados dos Indicadores Estratégicos quanto à Classificação gerada pelos Semáforos

- Semáforo Verde → 23 Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado:
 1. Índice de Adimplência das Obrigações Acessórias (IAOA)
 2. Grau de Cumprimento das Obrigações Aduaneiras na Importação
 3. Indicador de Atividade de Educação Fiscal
 4. Indicador Global da Atividade de Inteligência Fiscal (IGIF)
 5. Índice Global da Fiscalização Aduaneira (IGFA)
 6. Grau de Eficácia da Seleção para Fiscalização Aduaneira de Intervenientes no Comércio Exterior (IGES)

7. Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação (IGDI)
8. Índice de Redução do Valor de Estoques de Compensações Pendentes (ICP)
9. Índice de Crédito Tributário Garantido (ICTG)
10. Índice de Crédito Tributário Sub Judice Controlado em Processos (ICSJ)
11. Indicador Global de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (IGAM)
12. Valor das Apreensões Provenientes de Operações de Vigilância e Repressão Aduaneira
13. Índice de Realização da Meta das Operações de Vigilância e Repressão Aduaneira
14. Grau de Fluidez do Despacho de Importação
15. Grau de Atendimento às Demandas por Estudos sobre Política e Legislação Tributária e Aduaneira
16. Índice de Atingimento da Qualidade dos Estudos Setoriais
17. Índice de Adequação da Lotação
18. Índice de Tempestividade das Soluções de TI (ITTI)
19. Índice de Densidade de Erros por Pontos de Função (IDPF)
20. Índice de Densidade de Novas Funcionalidades por Pontos de Função (NFPF)
21. Índice de Gestão de Mercadorias Apreendidas (IGMA)
22. Nível de Execução Orçamentária e Financeira das Despesas de Custeio
23. Nível de Execução Orçamentária e Financeira das Despesas de Investimentos

- Semáforo Roxo → 2 Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado:
 1. Percentual de Serviços Atendidos com Tempo Médio de Espera Menor ou Igual a 15 minutos (TME 15)
 2. Tempo Médio de Atendimento aos Pedidos de Informação Recebidos do Exterior (TR)
- Semáforo Amarelo → 11 Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo do esperado:
 1. Índice de Realização da Meta Global de Arrecadação
 2. Índice de Adimplência do Crédito Tributário (IACT)
 3. Indicador Global da Fiscalização (IGF)
 4. Índice de Qualidade da Atividade de Inteligência Fiscal (IQAIF)
 5. Indicador de Presença Fiscal (IPF)
 6. Tempo Médio de Contencioso em Delegacias de Julgamento
 7. Índice de Solução de Consultas (ISC)
 8. Tempo Bruto Consolidado do Despacho de Exportação (TBC)
 9. Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento
 10. Nível de Adequação da Infraestrutura Tecnológica (NIT)
 11. Nível de Adequação Imobiliária (NAI)

- Semáforo Vermelho → 7 Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado:
 1. Indicador Global de Desempenho da Seleção (IGDS)
 2. Índice de Recuperação da Cobrança Especial (IRC)
 3. Índice de Temporalidade Média de Processos de Crédito Tributário (ITMP)
 4. Índice de Solução de Consultas Internas e Divergências no Contencioso (ISCID)
 5. Índice de Variação da Litigância Judicial
 6. Indicador de Tempo Médio de Estoque de Restituições Pendentes
 7. Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Ferramentas (NAF)
- Semáforo ND → 11 Indicadores Estratégicos com resultado "Não disponível" para o período consultado:
 1. Índice de Atingimento da Arrecadação Potencial
 2. Índice de Fortalecimento do Comércio Exterior
 3. Índice de Percepção de Equidade
 4. Tempo Médio de Contencioso de Primeira Instância
 5. Índice de Litigância Administrativa (ILA)
 6. Grau de Fluidez do Despacho de Exportação
 7. Grau de Proatividade da RFB no Estabelecimento de Parcerias
 8. Grau de Cobertura dos Convênios
 9. Grau de Ativação de Convênios
 10. Nível de Satisfação do Público Interno com a Comunicação Interna da RFB
 11. Índice de Percepção da RFB pelo Público Externo

2.4.3 – Análise dos Indicadores Estratégicos

A seguir, será apresentada a análise geral de cada Indicador Estratégico. Os Indicadores estão agrupados de acordo com o Objetivo Estratégico a que pertencem e as informações foram extraídas das ferramentas de acompanhamento da Gestão na RFB (Central de Gestão e SIG).

2.4.3.1 – Objetivo Estratégico: Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Amarela.
- Indicadores:
 - Índice de Realização da Meta Global de Arrecadação;
 - Índice de Atingimento da Arrecadação Potencial.

2.4.3.1.1 - Índice de Realização da Meta Global de Arrecadação

Quadro 62: Índice de Realização da Meta Global de Arrecadação

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Amarelo	96,30	100	95,61	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$[(\text{Arrecadação realizada em p no ano X}) / (\text{meta de arrecadação em p no ano X})] \times 100$$

Finalidade:

Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.

Análise de Desempenho:

- Situação Atual:** O desempenho da arrecadação do ano de 2015 foi influenciado, basicamente, pelo desempenho das principais variáveis econômicas que afetam a arrecadação tributária. De forma geral, as 10 SRRF tiveram desempenho dentro do esperado. O resultado Brasil, ficou abaixo das SRRF, fundamentalmente, pela baixa realização de iniciativas que ficaram a cargo do Órgão Central, tais como a repatriação de ativos do exterior (cuja medida só passou a valer para 2016) e do Prorelit.

- Pontos Críticos:** Não há.
- Encaminhamentos:** Para 2016, avaliar se a mesma estratégia adotada em 2015, de distribuir a parte da meta dependente de aprovação de legislação, para o Órgão Central, será novamente utilizada.

2.4.3.1.2 - Índice de Atingimento da Arrecadação Potencial

Quadro 63: Índice de Atingimento da Arrecadação Potencial

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Não Disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

A definir.

Finalidade:

Conhecer a arrecadação potencial e comparar com a prevista.

2.4.3.2 – Objetivo Estratégico: Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Amarela.
- Indicadores:
 - Índice de Adimplência do Crédito Tributário (IACT);
 - Índice de Adimplência das Obrigações Acessórias (IAOA);
 - Grau de cumprimento das Obrigações Aduaneiras na Importação;
 - Indicador de Atividade de Educação Fiscal.

2.4.3.2.1 - Índice de Adimplência do Crédito Tributário (IACT)

Quadro 64: Índice de Adimplência do Crédito Tributário (IACT)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Amarelo	95,10	96,20	95,00	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

[Arrecadação DARF (+) GPS Total (-) GPS Reclamações Trabalhistas (-) Retenção GPS (-) GPS multas e juros] / [Arrecadação DARF (+) Saldos a Pagar (+) Valor GFIP a receber] x 100

Finalidade:

Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** O IACT mede a adimplência de pagamentos relacionados a créditos tributários declarados em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP). Neste 4º trimestre de 2015, todas as Regiões Fiscais (RF) estão abaixo de suas respectivas metas regionais. A 1ª, a 7ª e a 8ª RF estão pouco abaixo da meta, distante cerca de 1%. Já a 3ª, a 4ª e a 5ª RF apresentam seus resultados mais distantes de suas metas em mais de 3%. Registre-se que houve um pequeno crescimento no Indicador em relação ao trimestre anterior apenas na 5ª RF. Em janeiro de 2014, o Indicador no nível nacional apresentava um resultado de 96,1% e agora seu resultado é de 95%. Nessa visão histórica resta caracterizado o fenômeno de queda do Indicador em face do oferecimento frequente de parcelamentos especiais, com possibilidades de redução de até 100% de multas, juros e encargos legais, o que tem desestimulado a adimplência dos contribuintes. Em outras palavras, o contribuinte declara o seu débito, mas não o paga, esperando o próximo parcelamento especial.

- **Pontos Críticos:** Com a nova forma de apurar o Índice, a defasagem de até 2 meses, entre o final de um mês e a sua apuração, foi reduzida para cerca de mês. No entanto, mantém-se a necessidade de aguardar o fim do prazo da entrega, pelos contribuintes, das declarações DCTF e GFIP e de suas cargas nos sistemas. Além disso, é necessário esperar a disponibilização da

informação do batimento GFIP x Guia da Previdência Social (GPS) no Sistema Informar. Há dificuldade, por parte das RF, de entendimento e de decomposição do Indicador para o nível de Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF).

- Encaminhamentos:** O indicador representa o congregado de ações da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Essas ações são de diversas áreas, tais como: Educação Fiscal, Fiscalização, Cobrança, Comunicação Social, Atendimento, dentre outras. Cite-se, como exemplo na área de Arrecadação e Cobrança, o fluxo de intimações automáticas, a implantação do sistema Omissos, a malha DCTF, o pagamento com cartão de débito/crédito, a cobrança de débitos indevidamente suspensos com a utilização fraudulenta de títulos públicos e a aplicação de medidas coercitivas previstas na Cobrança Administrativa Especial (Portaria RFB nº 1.265, de 3 de setembro de 2015). Mesmo com a entrada do plano de Ação de Incremento à Arrecadação em 2015, não houve a recuperação da queda dos últimos anos.

2.4.3.2.2 - Índice de Adimplência das Obrigações Acessórias (IAOA)

Quadro 65: Índice de Adimplência das Obrigações Acessórias (IAOA)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	97,78	98,50	97,72	Trimestral

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$[\text{Nº Declarantes}] / [(\text{Nº Declarantes} + \text{Nº Omissos})] \times 100$$

Finalidade:

Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.

Análise de Desempenho:

- Situação Atual:** O IAOA mede, atualmente, a omissão referente à Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF). A medição foi iniciada no 3º trimestre de 2012, após a entrada em produção do Sistema Omissos. No ano de 2015 a meta foi elevada em 0,5% (zero vírgula cinco por cento) em relação à meta de 2014, ou seja, seu valor atual é 98,5% (noventa e oito vírgula cinco por cento). No 4º trimestre de 2015 todas as Regiões Fiscais (RF) e o nível Brasil ficaram com o resultado abaixo da meta. Registre-se que a diferença entre o resultado e a meta foi maior do que 1% (um por cento) na 2ª e na 4ª RF, enquanto que nas demais e no nível Brasil foi menor que esse valor. Somente na 10ª RF essa diferença foi menor do que 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

- Pontos Críticos:** O Indicador mede a omissão de entrega de declarações por quem é obrigado. Atualmente, o Indicador utiliza somente a DIRPF, pois há um Sistema Omissos em produção para ela. E por ser uma declaração anual e o seu prazo de entrega se encerrar no último dia útil de abril de cada ano, somente após o fim desse prazo é possível definir quem era obrigado e se omitiu de entregar a DIRPF para o determinado ano-calendário. Assim, a partir do 2º segundo trimestre de cada ano, tem-se a primeira medição dos dados dos omissos da Declaração de 2015. Este Sistema apresenta parametrização nacional e há estudo de implementação dessa parametrização em nível regional.

- Encaminhamentos:** Futuramente, o Indicador deverá medir, também, o grau de omissão da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), da Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica (DIPJ) e da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), com a 1ª (primeira) entrega do Programa Omissos PJ prevista para 2016. Além disso, está em estudo a implantação do Programa Omissos PJ para as demais declarações, com a implantação em uma segunda entrega.

2.4.3.2.3 - Grau de Cumprimento das Obrigações Aduaneiras na Importação

Quadro 66: Grau de Cumprimento das Obrigações Aduaneiras na Importação

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	78,37	90,00	75,21	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.

Finalidade:

Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.

Análise de Desempenho:

- Situação Atual:** O resultado acumulado obtido pelo Indicador no âmbito Nacional está abaixo da meta estipulada (meta de 90,0%), atingindo o valor de 75,21% do grau de cumprimento espontâneo das obrigações, mas sem variações significativas ao longo do último trimestre de 2015. Esse resultado expressa a tendência de queda no desempenho observada nos trimestres pretéritos, não havendo a evolução desejada no desempenho deste Indicador. No segundo trimestre de 2015 o Indicador estava em 75,74%; no terceiro trimestre em 75,77% e no decorrer dos meses seguintes, não houve significativas variações no percentual acumulado. Analisando-se o resultado do Indicador, as 2ª, 3ª e 9ª RF apresentaram resultados percentuais elevados de Declarações de Importação (DI) selecionadas por aleatoriedade e retificadas, indicando a necessidade de conscientização das metas e a capacitação dos operadores de comércio exterior local. No caso da 3ª RF, contribui para o resultado do indicador a menor quantidade de DI's distribuídas por Auditor Fiscal.

- Pontos Críticos:** Não identificados.
- Encaminhamentos:** Publicação e atualização constante de Manuais Aduaneiros externos, com definição procedural e base legal vigente; ações de capacitação e orientação de despachantes aduaneiros e representantes legais para que contribuam para a melhora da qualidade no preenchimento das DI e ao atendimento às exigências da legislação aduaneira; e melhora do “Ajuda” do Sistema Siscomex Importação, que orienta o correto preenchimento das DI.

2.4.3.2.4 - Indicador de Atividade de Educação Fiscal

Quadro 67: Indicador de Atividade de Educação Fiscal

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	11.355,93	10.669,00	12.221,38	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x peso definido pela Coaef

Finalidade:

Aferir o esforço da RFB na realização de eventos de educação fiscal que contribuam para a estratégia institucional, ponderando-os em razão da aderência às diretrizes institucionais, ao público-alvo e ao tipo de evento.

Análise de Desempenho:

- Situação Atual:** A maioria das Regiões Fiscais superou a meta anual estipulada. Apenas três Regiões Fiscais não superaram a meta. Já em âmbito nacional, a meta anual foi superada em 14,07%. Além da superação da meta, todos os Projetos Estratégicos de Educação Fiscal foram implementados em todas as Regiões Fiscais durante o ano de 2015.
- Pontos Críticos:** Há Unidades que ainda não publicaram Portarias de designação de servidores para atuarem na Educação Fiscal. A quantidade de eventos glosados, conforme dispõe a Nota Coaef nº 21/2012, pode demonstrar uma baixa compreensão acerca da forma de cômputo de eventos de educação fiscal.
- Encaminhamentos:** Incentivar a publicação de Portarias de designação de servidores para atuarem na educação fiscal; e incentivar e subsidiar as Regiões Fiscais no correto preenchimento dos formulários eletrônicos de cômputo de eventos de educação fiscal.

2.4.3.3 – Objetivo Estratégico: Contribuir para o Fortalecimento do Comércio Exterior e para a Proteção da Sociedade

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Branca.
- Indicador:
 - Índice de Fortalecimento do Comércio Exterior.

2.4.3.3.1 - Índice de Fortalecimento do Comércio Exterior

Quadro 68: Índice de Fortalecimento do Comércio Exterior

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Não Disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Bienal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

A definir.

Finalidade:

Mensurar a melhoria do ambiente de negócios no comércio exterior.

2.4.3.4 – Objetivo Estratégico: Aumentar a Percepção de Equidade na Atuação da Instituição

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Branca.
- Indicador:
 - Índice de Percepção de Equidade.

2.4.3.4.1 - Índice de Percepção de Equidade

Quadro 69: Índice de Percepção de Equidade

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Bienal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

A definir.

Finalidade:

Mensurar a percepção de equidade na atuação da RFB.

2.4.3.5 – Objetivo Estratégico: Fortalecer a Imagem da Instituição perante a Sociedade

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Branca
- Indicador:
 - Índice de Percepção da RFB pelo Públíco Externo.

2.4.3.5.1 - Índice de Percepção da RFB pelo Públíco Externo

Quadro 70: Índice de Percepção da RFB pelo Públíco Externo

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Não disponível	Não disponível	72,00	Não disponível	Bienal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

Média ponderada (de 1 a 5) das respostas (de 1 a 5) referentes a 10 perguntas da Pesquisa de Imagem da RFB e Satisfação com o Atendimento

Finalidade:

Mensurar o conhecimento da população em relação à Missão, à Visão e aos Valores da RFB.

2.4.3.6 – Objetivo Estratégico: Reduzir o Tempo entre o Vencimento do Tributo e o seu Recolhimento

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Vermelha.
- Indicadores:
 - Índice de Recuperação da Cobrança Especial (IRC);
 - Índice de Redução do Valor de Estoques de Compensações Pendentes (ICP);
 - Tempo Médio de Contencioso de Primeira Instância;
 - Tempo Médio de Contencioso em Delegacias de Julgamento;
 - Índice de Temporalidade Média de Processos de Crédito Tributário (ITMP).

2.4.3.6.1 - Índice de Recuperação da Cobrança Especial (IRC)

Quadro 71: Índice de Recuperação da Cobrança Especial (IRC)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Vermelho	42,65	50,00	13,29	Trimestral

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

[50 x (Resultado Financeiro / Carteira de Trabalho) + 50 x (Medidas Aplicadas/Medidas Aplicáveis)]

Finalidade:

Medir o resultado das ações de cobrança administrativa.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** O Indicador sofreu alterações a partir do 3º trimestre de 2015, após a publicação da Portaria RFB nº 1.265, de 3 de setembro de 2015, que aprovou procedimentos para a Cobrança Administrativa Especial. Como o foco está no resultado obtido (pagamento, parcelamento ou compensação), deixou-se de computar a aplicação das medidas coercitivas. Atualmente, o resultado do Indicador é obtido considerando o somatório de débitos dos contribuintes, por Região Fiscal, que estejam acima de R\$ 10 milhões. A fonte de dados é o DW Processo Integrado, com dados do Sief-Processos, considerando o órgão de controle para definir a RF. Assim sendo, o cálculo é a fração entre o resultado obtido sobre o resultado obtido mais o envio de débitos à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Com isso, se houver menos envio à PGFN, com

foco na recuperação do Crédito Tributário no âmbito da RFB por meio de contato com o contribuinte e a aplicação de medidas coercitivas, o Indicador pode melhorar. Nessa nova sistemática, a meta parcial do 4º trimestre é de 30% (trinta por cento). O resultado apurado mostra que todas as Regiões Fiscais e o nível Brasil estão abaixo da meta. Excetuando a 7ª RF, todas as demais RF tiveram redução do indicador no último trimestre de 2015, em relação ao trimestre anterior.

- **Pontos Críticos:** O estabelecimento de uma sistematização da avaliação dos resultados e o estabelecimento dos melhores critérios de levantamento de contribuintes e as formas de aplicação das medidas coercitivas.

- **Encaminhamentos:** A aplicação dos procedimentos descritos na Portaria RFB nº 1.265, de 3 de setembro de 2015; a aplicação das medidas coercitivas delimitadas na Nota Cobrança Especial Codac nº 1, de 2014; a promoção da mudança de cultura na área de cobrança, que deve deixar de ser uma mera atividade de envio de Crédito Tributário (CT) à PGFN e passar a ter uma postura ativa e objetiva, na busca da recuperação desses CT, ainda no âmbito administrativo; e a necessidade de motivação das unidades de ponta e sua capacitação.

2.4.3.6.2 - Índice de Redução do Valor de Estoques de Compensações Pendentes (ICP)

Quadro 72: Índice de Redução do Valor de Estoques de Compensações Pendentes (ICP)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	53,60	39,82	50,10	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100$$

Finalidade:

Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** Todas as Regiões Fiscais tiveram redução dos estoques de compensações pendentes de análise, com destaque para as RF 03, 04 e 08, que obtiveram índices superiores a 100% da meta proposta. As demais Regiões não atingiram a meta proposta para 2015. Uma das diretrizes para o ano de 2015 foi a redução de 100% do estoque de documentos de valor extremos, conforme Nota RFB/Suara/Corec nº 7/2015. Com relação a essa diretriz, nenhuma Região Fiscal atingiu a meta proposta.

- **Pontos Críticos:** As RF 01, 02, 05, 06, 07, 09 e 10 obtiveram, em 2015, índice de reduções inferiores a 100% da meta proposta. Para esta última avaliação, esperava-se atingimento 100% da meta anual. Além disso, esperava-se redução de 100% dos valores extremos, meta que não foi alcançada pelas Regiões Fiscais.

- **Encaminhamentos:** Avaliar as razões que possam ter impactado no desempenho das RF 01, 02, 05, 06, 07, 09 e 10 e da não redução de 100% dos valores extremos para todas as Regiões.

2.4.3.6.3 - Tempo Médio de Contencioso de Primeira Instância

Quadro 73: Tempo Médio de Contencioso de Primeira Instância

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

Somatório do número de dias entre a data da ciência da decisão da DRJ e a data da impugnação / quantidade de processos julgados

Finalidade:

Mensurar o tempo médio de contencioso de primeira instância (incluindo o preparo na DRF, julgamento na DRJ e diligência na fiscalização e intimação da decisão na DRF).

2.4.3.6.4 - Tempo Médio de Contencioso em Delegacias de Julgamento

Quadro 74: Tempo Médio de Contencioso em Delegacias de Julgamento

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Amarelo	637,12	500,00	732,78	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

Somatório do número de dias entre a data da entrada na DRJ e a data da decisão / quantidade de processos julgados

Finalidade:

Mensurar o tempo médio de permanência na DRJ (desde a entrada na DRJ até data do julgamento do processo).

Análise de Desempenho:

- Situação Atual:** Houve continuidade na tendência de crescimento da temporalidade verificada na análise do último trimestre de 2015. Ao final do trimestre anterior, o tempo médio era de 703 dias, enquanto que, ao final do quarto trimestre de 2015, a temporalidade alcançou 733 dias. Este aumento foi verificado em todos os meses do trimestre. Quanto à temporalidade dos processos prioritários e não-prioritários, verificou-se que, em todos eles, houve um acréscimo expressivo do tempo médio, reflexo da diminuição das atividades nas Delegacias de Julgamento provocada pelo movimento reivindicatório de Auditores-Fiscais Julgadores, conforme explicitado no item '1.3.5 –

Oportunidades e Ameaças quanto à atuação da RFB' neste relatório.

- **Pontos Críticos:** Impossibilidade de julgamento de todo o acervo de prioritários; crescente número de reclamações na ouvidoria; e interposição de ações judiciais para julgamento de processos aguardando julgamento há mais de 360 dias.
- **Encaminhamentos:** Necessidade de eleição de prioridades (redução da quantidade e do tempo médio dos processos com prioridade máxima x prioridade no julgamento dos processos mais antigos, com a redução da temporalidade de todos os processos, não somente daqueles com prioridade máxima).

2.4.3.6.5 - Índice de Temporalidade Média de Processos de Crédito Tributário (ITMP)

Quadro 75: Índice de Temporalidade Média de Processos de Crédito Tributário (ITMP)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Vermelho	1.478,00	979,00	1.624,00	Trimestral

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

Tempo de Existência dos Processos em Estoque / Quantidade de Processos em Estoque

Finalidade:

Mensurar o tempo de permanência de processos com crédito tributário nas unidades.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** O ITMP é o Indicador que mede a temporalidade média dos processos digitais localizados nas unidades locais e nas Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF). Não são recuperados os dossiês, nem os processos cancelados, excluídos, encerrados e os arquivados. A meta de 2015 foi baseada na temporalidade de dezembro de 2013 e, de forma proporcional ao longo dos trimestres, deve haver uma redução de 20% desse tempo médio em relação à situação em dezembro de 2013. Na Reunião da Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara) com as Divisões de Arrecadação e Cobrança (Dirac) do 1º semestre de 2014, após ampla discussão, foi aprovada a seguinte proposta de alteração no indicador: 1) Não considerar na extração os processos cadastrados no grupo “Administrativo/Judicial”; 2) Não considerar os processos localizados em “área meio” (logística, gestão de pessoas e tecnologia); 3) Manter todas as atividades. Na medição do 4º trimestre de 2015, todas as RF ficaram distantes do atingimento de suas metas, sendo que a 3ª RF apresentou o maior distanciamento absoluto entre o resultado e a sua meta dentre todas as Regiões. Houve redução no tempo médio em relação ao trimestre anterior apenas na 2ª RF, enquanto que nas demais RF e no nível Brasil ocorreu o crescimento desse tempo médio.

- **Pontos Críticos:** Falta incluir na medição os processos em papel, que ainda não estão no DW Processos. Atualmente, esse DW somente apresenta dados do e-Processo, ou seja, somente processos digitais.

- **Encaminhamentos:** Com a entrega do DW Processo com dados do Sief-Processos, o Índice poderá ser refinado.

2.4.3.7 – Objetivo Estratégico: Elevar a Percepção de Risco e a Presença Fiscal

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Vermelha.
- Indicadores:
 - Indicador Global de Desempenho da Seleção (IGDS);
 - Indicador Global da Fiscalização (IGF);
 - Indicador Global da Atividade de Inteligência Fiscal (IGIF);
 - Índice de Qualidade da Atividade de Inteligência Fiscal (IQAIF);
 - Índice Global da Fiscalização Aduaneira (IGFA);
 - Indicador de Presença Fiscal (IPF).

2.4.3.7.1 - Indicador Global de Desempenho da Seleção (IGDS)

Quadro 76: Índice Global de Desempenho da Seleção (IGDS)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Vermelho	85,93	85,00	51,66	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$$

Glossário:

- S: quantidade de dossiês provisórios cadastrados em relação à meta anual de seleção, ponderado pela hora média prevista para os procedimentos de fiscalização correspondente a cada segmento.
- R2: total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com exame no período.

Finalidade:

Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** Na avaliação de dezembro de 2015, nenhuma Região Fiscal atingiu a meta de 85% para o IGDS. O resultado negativo se deu em virtude do diminuto número de dossiês provisórios cadastrados pelas unidades, que derrubou o indicador S em todo o país. O resultado ruim é reflexo da mobilização do Auditores-Fiscais, conforme explicitado no item '1.3.5 – Oportunidades e Ameaças quanto à atuação da RFB' deste relatório, e atingiu todos os segmentos de sujeitos passivos.

- **Pontos Críticos:** A atividade de seleção de sujeitos passivos a serem fiscalizados antecede a de execução dos procedimentos fiscais. O processo de seleção ocorre com um ano de antecedência, de modo que a Programação Fiscal possa planejar suas atividades e direcionar os procedimentos fiscais para elevar a presença fiscal e a percepção de risco. O ínfimo resultado do indicador IGDS,

influenciado principalmente pelo indicador S, pode trazer reflexos negativos para a Fiscalização ainda no ano 2016.

- **Encaminhamentos:** Em virtude do baixo número de dossiês provisórios cadastrados em 2015, as unidades terão, em 2016, um duplo esforço: elaborar os dossiês provisórios necessários para execução em 2016 e preparar os dossiês para 2017. Para os procedimentos fiscais a serem instaurados em 2016, as unidades poderão reaproveitar dossiês provisórios de anos anteriores.

2.4.3.7.2 - Indicador Global da Fiscalização (IGF)

Quadro 77: Indicador Global da Fiscalização (IGF)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Amarelo	109,84	100,00	73,76	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$(IDF \times 0,90) + (ICT \times 0,10)$$

Glossário:

- Índice de Desempenho da Fiscalização (IDF)

IDF = Executado X Horas Médias Estabelecidas em Portaria Sufis / Metas X Horas Médias Estabelecidas em Portaria Sufis

- Índice de Realização de Crédito Tributário (ICT)

ICT = CTR: Crédito Tributário realizado no período / MCT: Média do Crédito Tributário do último triênio acrescida de 10%

Finalidade:

Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** O IGF é composto do Índice de Desempenho da Fiscalização (IDF), que reflete o alcance das metas da fiscalização e do Índice de Crédito Tributário (ICT), que é, basicamente, a média do Crédito Tributário lançado nos últimos 3 anos, acrescido de 10%, para que haja uma correção da inflação. No ano de 2015, nenhuma Região Fiscal atingiu o percentual esperado de 100%, ficando o índice nacional em 73,8%. Esse índice foi muito influenciado pela mobilização reivindicatória dos auditores-fiscais, conforme explicitado no item '1.3.5 – Oportunidades e Ameaças quanto à atuação da RFB' deste relatório.

- **Pontos Críticos:** Além da mobilização reivindicatória dos Auditores-Fiscais, citada anteriormente, há que se destacar que o número de Auditores-Fiscais na execução da fiscalização vem caindo ano a ano, e os concursos não têm trazido o número de vagas capaz de repor os Auditores que se aposentam, notadamente nas Delegacias de capitais, conforme detalhado na avaliação do "Indicador de Presença Fiscal (IPF)", deste capítulo.

- **Encaminhamentos:** Não há.

2.4.3.7.3 - Indicador Global da Atividade de Inteligência Fiscal (IGIF)

Quadro 78: Indicador Global da Atividade de Inteligência Fiscal (IGIF)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	11,50	12,40	12,10	Trimestral

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$[0,6 \times \text{PPIGP no AC} + 0,3 \times \text{PPIMP no AC} + 0,1 \times \text{PPIPP no AC}]$$

Glossário:

- AC = ano-calendário
- IGP = Investigação de Grande Porte
- IMP = Investigação de Médio Porte
- IPP = Investigação de Pequeno Porte

Finalidade:

Medir a quantidade ponderada das investigações encerradas no período.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** O IGIF atingiu a cifra de 12,1 no ano de 2015, resultado que permite considerar atingida a meta estabelecida para o período (12,4).
- **Pontos Críticos:** Não há pontos críticos, uma vez que a meta foi considerada atingida.
- **Encaminhamentos:** Continuar buscando o alcance das metas estabelecidas para os próximos trimestres.

2.4.3.7.4 - Índice de Qualidade da Atividade de Inteligência Fiscal (IQAIF)

Quadro 79: Índice de Qualidade da Atividade de Inteligência Fiscal (IQAIF)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Amarelo	5,22	6,00	4,37	Semestral

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$[(0,8 \times \text{IPRAF Indicador de Participação no Resultado da Ação Fiscal}) + (0,2 \times \text{IACI Indicador de Aproveitamento dos Contribuintes Informados})] \times 100$

Finalidade:

Medir a qualidade dos procedimentos de pesquisa e investigação produzidos pela RFB.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** O IQAIF atingiu a cifra de 4,37 no ano de 2015, ficando aquém da meta estipulada para o período (6,0).
- **Pontos Críticos:** No primeiro semestre de 2015, foram atingidos apenas 39,41% da meta estipulada para o período. Enquanto que no segundo semestre de 2015, houve uma melhora do Indicador, superando-se a meta estipulada para o período em 16,53%.
- **Encaminhamentos:** Continuar buscando o alcance das metas estabelecidas para o período, bem como avaliar a possível necessidade de revisão das metas e/ou dos critérios de cálculo do Indicador.

2.4.3.7.5 - Índice Global da Fiscalização Aduaneira (IGFA)

Quadro 80: Índice Global da Fiscalização Aduaneira (IGFA)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	109,30	100,00	80,00	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$(\text{IPFA} \times 0,25) + (\text{ICTA} \times 0,05) + (\text{IDFA} \times 0,70)$

Glossário:

- Índice de Presença Fiscal Aduaneiro (IPFA): é a relação percentual entre a quantidade de fiscalizações aduaneiras posteriores ao despacho e de procedimentos especiais de controle no curso do despacho realizados, acrescida da quantidade de diligência multiplicada por 0,1, com a meta de cobertura fiscal aduaneira, definida como oito por cento (8%) dos operadores de comércio exterior que representaram noventa e nove por cento (99%) do volume do comércio exterior brasileiro. Ele representa 25% (vinte e cinco por cento) da composição do indicador estratégico.

- Índice de Crédito Tributário Aduaneiro (ICTA): tem o peso de 5% (cinco por cento) na fórmula e é a relação percentual entre o crédito tributário lançado (CT), somado o valor das apreensões de mercadorias (AM), em relação à meta anual composta pela média dos valores do triênio anterior, acrescida de dez por cento.

- Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneira (IDFA): tem o peso de 70% (setenta por cento) na composição do IGFA, é a relação percentual entre a quantidade de auditorias fiscais posteriores ao despacho (AF) e de Procedimentos Especiais de Controle (PEC) no curso do despacho realizados, multiplicada pelas suas respectivas horas padrão, com as metas anuais estabelecidas para cada tipo de fiscalização, também multiplicadas pelas horas padrão.

Finalidade:

Medir o desempenho global da fiscalização aduaneira sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** Embora, nacionalmente, o IGFA tenha atingido 80% da meta em 2015, é imperativo observar e acompanhar o desempenho das Regiões Fiscais que ficaram bem abaixo da meta, em especial a 1^a, 3^a, 6^a e 10^a RF, com resultados de 46%, 53,2%, 55,8% e 52,7%. Em contrapartida, destaca-se a 7^a RF pelo excelente resultado de 124,2%, influenciado principalmente, pelo IPFA, que foi de 229,3%.

- **Pontos Críticos:** O IGFA é composto por três indicadores, IDFA, IPFA e ICTA, que obtiveram resultados nacionais de 77,3%, 93,6% e 48,7%, respectivamente. Houve queda em todos esses indicadores, quando comparados com os resultados de 2014, principalmente no ICTA (49,3%). Em uma análise dos resultados dos três indicadores em 2015, evidencia-se o mal desempenho, mais especificamente do IDFA, uma vez que tem um peso de 70%.

- **Encaminhamentos:** Será organizada uma série de diálogos com as Regiões Fiscais que apresentaram as maiores reduções, visando compreender melhor os motivos e, eventualmente, promover o necessário alinhamento de foco. A quebra de jurisdição para a auditoria fiscal a posteriori, amplamente incentivada pela Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana), ainda pode ser mais utilizada pelas RF para equilibrar a presença fiscal em todo o território nacional.

2.4.3.7.6 - Indicador de Presença Fiscal (IPF)

Quadro 81: Indicador de Presença Fiscal (IPF)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Amarelo	93,83	100,00	79,20	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$PF = [(P1 \times 0,65) + (P2 \times 0,10) + (P3 \times 0,20) + (P4 \times 0,03) + (P5 \times 0,02)]$$

Glossário:

P1 - Contribuintes pessoa jurídica sujeitos ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado: quantidade de procedimentos de fiscalização, acrescido da quantidade de procedimentos de revisão de declaração, exceto os exclusivos de ITR, multiplicada pelo peso de declaração, acrescido da quantidade de procedimentos de diligência multiplicada pelo peso de diligências, em relação à meta de presença fiscal desse segmento.

P2 - Contribuintes pessoa jurídica de médio porte: quantidade de procedimentos de fiscalização, acrescido da quantidade de procedimentos de revisão de declaração, exceto os exclusivos de ITR, multiplicada pelo peso de declaração, acrescido da quantidade de procedimentos de

diligências multiplicada pelo peso de diligências, em relação à meta de presença fiscal desse segmento.

P3 - Contribuintes pessoa jurídica não classificados nos incisos anteriores: quantidade de procedimentos de fiscalização, acrescido da quantidade de procedimentos de revisão de declaração, exceto os de ITR, multiplicada pelo peso de declaração, acrescido da quantidade de procedimentos de diligência multiplicada pelo peso de diligências, em relação à meta de presença fiscal desse segmento.

P4 - Contribuintes pessoa física: quantidade de procedimentos de fiscalização, acrescido da quantidade de procedimentos de diligência multiplicada pelo peso de diligências, em relação à meta de presença fiscal desse segmento.

P5 - Quantidade de procedimentos de revisão de declaração de pessoa física, em relação à meta de presença fiscal de revisão de declarações de pessoa física.

Finalidade:

Medir o desempenho global da fiscalização sob a vertente da presença fiscal.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** O IPF é composto pela relação entre os contribuintes de interesse fiscal e o índice mínimo de procedimentos fiscais necessários para a cobertura para cada segmento. No ano de 2015, nenhuma Região Fiscal atingiu o percentual esperado de 100%, ficando o índice nacional em 79,2%. Esse índice foi muito influenciado pela mobilização reivindicatória dos Auditores-Fiscais, conforme explicitado no item '1.3.5 – Oportunidades e Ameaças quanto à atuação da RFB' deste relatório.

- **Pontos Críticos:** Além da mobilização reivindicatória dos Auditores-Fiscais citada anteriormente, há que se destacar que o número de Auditores-Fiscais na execução da fiscalização vem caindo ano a ano e os concursos não têm trazido o número de servidores necessários para a reposição dos que se aposentam, notadamente nas Delegacias de capitais. Portanto, a capacidade de cobertura e a presença fiscal da Receita Federal do Brasil está cada vez menor, ao contrário do número de contribuintes, que só vem aumentando. A seguir, alguns números, que são comparados com o ano de 2008, que foi o ano da fusão da SRF com a SRP:

- Qtd. de Auditores-Fiscais com Metas de Fiscalização Externa: ano de 2008 = 3123; ano de 2013 = 2209; ano de 2014 = 1982; e ano de 2015 = 1771.
- Qtd. de Auditores-Fiscais com Metas de Revisão de Declaração: ano de 2008 = 466; ano de 2013 = 282; ano de 2014 = 341; e ano de 2015 = 281.
- **Encaminhamentos:** Não há.

2.4.3.8 – Objetivo Estratégico: Aumentar a Efetividade e Segurança dos Processos Aduaneiros

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Verde
- Indicadores:
 - Grau de Eficácia da Seleção para Fiscalização Aduaneira de Intervenientes no Comércio Exterior (IGES);
 - Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação (IGDI).

2.4.3.8.1 – Grau de Eficácia da Seleção para Fiscalização Aduaneira de Intervenientes no Comércio Exterior (IGES)

Quadro 82: Grau de Eficácia da Seleção Para Fiscalização Aduaneira de Intervenientes no Comércio Exterior (IGES)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	91,40	90,00	93,50	Trimestral

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

(Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100

Finalidade:

Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** A comparação entre dezembro de 2014 e dezembro de 2015 revelou um ligeiro aumento na média nacional, de 2,30%. Na análise por Região Fiscal, todas tiveram bons resultados, sendo que 80% delas com resultados acima da meta de 90%. Apenas as 6ª e 8ª RF não alcançaram a meta prevista de 90%, com índices de 87,2% e 89,6%, porém, muito próximos à meta.
- **Pontos Críticos:** Não há.
- **Encaminhamentos:** Não há.

2.4.3.8.2 – Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação (IGDI)

Quadro 83: Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação (IGDI)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	0,93	1,00	0,98	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

Média ponderada de 3 indicadores:

- Grau de Eficácia da Seleção Nacional (IGEN);
- Grau de eficácia da Seleção Local (IGEL); e
- Grau Local de Seleção Aduaneira (ISLA)

Finalidade:

Medir a eficácia da seleção e fiscalização aduaneira no curso do despacho de importação, sob as vertentes da presença fiscal e do desempenho das ações fiscais.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** Em abril de 2015, a Aduana brasileira expandiu o projeto piloto "Aperfeiçoamento de Parametrização", que consiste na otimização de seleção parametrizada de Declarações de Importação (DI), com o apoio de sistemas como o Analisador Inteligente de Transações Aduaneiras (Aniita) e o Sistema de Seleção por Aprendizado de Máquina (Sisam). Além disso, efetuou-se o desligamento simultâneo de condições do Siscomex. Ambas soluções, (Aniita e Sisam) são de desenvolvimento interno da RFB. Desde a ampliação do piloto, verificam-se os seguintes avanços: 20% das DI direcionadas para conferência foram selecionadas com uso do Aniita ou do Sisam e os 80% restantes são seleções realizadas pelo Siscomex; 24% das seleções realizadas pelo Siscomex tiveram repercussão tributária e já nas seleções realizadas pelo Aniita/Sisam, este percentual de acerto foi de 69%; e as seleções realizadas pelo Siscomex foram responsáveis por um incremento total no valor recolhido de 6,6%, enquanto que as seleções realizadas pelo Aniita/Sisam responderam por um incremento total no valor recolhido de 14,1%.
- **Pontos Críticos:** Poucos servidores com conhecimento do uso das ferramentas Aniita/Sisam.
- **Encaminhamentos:** Espera-se que com a revisão dos critérios de seleção parametrizada e a ampliação do projeto-piloto para as demais unidades em 2015, o indicador IGEN tenha significativa melhoria, contribuindo para um melhor desempenho do Indicador nacional IGDI, principalmente para as Regiões Fiscais das unidades participantes. As unidades participantes do piloto da parametrizada apresentam grau de sucesso no redirecionamento local superior a 70%, fato que tende a contribuir para o alcance da meta pelas Regiões Fiscais, via melhoria do IGEL.

2.4.3.9 – Objetivo Estratégico: Reduzir Litígios Tributários e Aduaneiros

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Vermelha.
- Indicadores:
 - Índice de Solução de Consultas (ISC);
 - Índice de Solução de Consultas Internas e Divergências no Contencioso (ISCID);
 - Índice de Crédito Tributário Sub Judice Controlado em Processos (ICSJ);
 - Índice de Variação da Litigância Judicial;
 - Índice de Litigância Administrativa (ILA).

2.4.3.9.1 - Índice de Solução de Consultas (ISC)

Quadro 84: Índice de Solução de Consultas (ISC)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Amarelo	60,00	75,00	59,00	Trimestral

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

Número acumulado de consultas respondidas pela unidade da RFB até o trimestre / ((acervo inicial nacional de consultas do período analisado que aguardavam solução / 4) x número do trimestre) +

número nacional acumulado de consultas recebidas até o trimestre analisado) x (número total de auditores lotados nas Regiões Fiscais / número de auditores lotados na unidade da RFB)

Finalidade:

Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.

Análise de Desempenho:

• **Situação Atual:** Até 31 de dezembro de 2015, 1753 consultas foram respondidas pelas Regiões Fiscais e pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), obtendo-se o resultado nacional de 59%, abaixo da média estipulada de 75%. O acervo atual de processos de Consulta e Divergência, somando-se aos já distribuídos e aos que estão prontos para a distribuição, é de 1.199 processos, o que resulta, aproximadamente, em 23.980 horas de trabalho. No quarto trimestre de 2015, ao todo foram enviados 285 processos de consulta para as Regiões Fiscais.

• **Pontos Críticos:** Concentração da decisão em uma única pessoa; demora entre a elaboração da solução e sua finalização formal com as assinaturas e publicação; e multiplicidade de posicionamentos entre os pareceristas elaboradores.

• **Encaminhamentos:** Para solucionar esses pontos críticos, pretende-se formar grupos de pareceristas e elaboradores especializados por matérias, o que diminuirá as divergências entre os que elaboram a solução e os que a revisam e aprovam. Consequentemente, tal medida reduzirá o tempo entre a elaboração e as assinaturas da solução de consulta (SC), minimizando o efeito da concentração decisória.

2.4.3.9.2 - Índice de Solução de Consultas Internas e Divergências no Contencioso (ISCID)

Quadro 85: Índice de Solução de Consultas Internas e Divergências no Contencioso (ISCID)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Vermelho	40,29	73,00	17,36	Semestral

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$\{[\text{Número de consultas respondidas pela Cosit} / (\text{acervo de consultas inicial do período analisado que aguardava solução na COSIT} + \text{número de consultas recebidas pela Cosit no período})] \times 0,6\} + \{[\text{número de propostas encaminhadas pela Cocaj apreciadas pela Cosit} / (\text{acervo inicial de propostas do período analisado aguardando apreciação da Cosit} + \text{número de propostas encaminhadas pela Cocaj à Cosit no período})] \times 0,4\}$$

Finalidade:

Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas e de apreciação das propostas de solução das divergências identificadas no contencioso.

Análise de Desempenho:

• **Situação Atual:** O percentual atingido pelo Indicador até o final do segundo semestre de 2015 foi de 17,36%, bem abaixo da meta estipulada de 73%. Com as alterações introduzidas pela Portaria RFB nº 2.217, de 2014, e pela OS Cosit nº 1, de 2015, foi adotado às consultas internas

trâmite semelhante aos processos de consulta externa. Atualmente, somente os processos de Consulta Interna são aferidos pelo ISCID. Foram respondidos 25 processos de Consultas Internas no ano de 2015.

- Pontos Críticos:** A rotatividade de pareceristas na Divisões de Tributação (Disits) e na Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) tem dificultado a elaboração de Soluções de Consultas Internas, tendo em vista a complexidade dos temas abordados. Ademais, o acervo atual de Consultas Internas para o primeiro semestre de 2016 é de 147 processos.

- Encaminhamentos:** Não há.

2.4.3.9.3 - Índice de Crédito Tributário Sub Justice Controlado em Processos (ICSJ)

Quadro 86: Índice de Crédito Tributário Sub Justice Controlado em Processos (ICSJ)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	58,75	58,00	48,20	Trimestral

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$\{60 \times [(Estoque\ a\ Validar\ Dezembro\ do\ ano\ anterior\ - Estoque\ a\ Validar\ Trimestre\ Corrente)] / [Estoque\ a\ Validar\ Dezembro\ ano\ anterior]\} + [40 \times (Processos\ analisados\ no\ ano\ corrente\ / Total\ de\ Processos\ Suspensos)]$$

Finalidade:

Medir o acompanhamento do crédito tributário sub justice.

Análise de Desempenho:

- Situação Atual:** O ICSJ media, até o final do ano de 2013, a relação entre o Crédito Tributário (CT) sub justice controlado em processo e o total de Crédito Tributário sub justice. A partir de estudos das Regiões Fiscais, decidiu-se alterar a fórmula de cálculo do Índice, a fim de contemplar tanto a redução do estoque anual de CT a validar, que passou a representar 60% do peso do Indicador, quanto o acompanhamento posterior do CT controlado em processo, cujo peso passou a ser 40% do Indicador. O indicador, portanto, passou a ser composto por 2 partes que, unidas, servem para mensurar o total do acompanhamento do CT sub justice. Como o Indicador passou a ter característica progressiva, as metas foram proporcionalizadas ao longo dos trimestres, sendo 14,5% por trimestre, até chegar a 58% ao final do ano. Vale destacar que, do valor de CT “A Validar”, são deduzidos os valores de processos identificados como depósito do montante integral. Essa identificação é obtida por meio do Sistema de Acompanhamento de Ações Judiciais (OPJUD), por meio de levantamento realizado pela 8ª RF. Neste 4º trimestre de 2015, os resultados da 1ª e da 6ª RF ficaram acima da meta, e o da 8ª ficou próximo da meta. Ressalte-se que na 6ª RF foi obtido resultado muito acima da meta. As demais RF, bem como o nível nacional, ficaram abaixo da meta. Historicamente, considerando o início do Indicador em 2012, houve redução de quase 73% no estoque de CT a validar no nível Brasil, sendo que a maior redução ocorreu na 4ª RF com mais de 93%. Um fator que influenciou o baixo desempenho foi o aumento do estoque de débitos a validar na 2ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª e 10ª RF. Além disso, a 3ª, a 4ª e a 5ª RF analisaram menos de 75% de valor dos processos suspensos por medida judicial.

- **Pontos Críticos:** Pela formulação, se houver grande redução no estoque de débitos "A Validar" ou relevante incremento nos CT suspensos em processos, o Indicador aumentará. E, caso contrário, se houver aumento no estoque de débitos "A Validar" e redução nos CT suspensos em processos, o Indicador diminuirá.
- **Encaminhamentos:** A 9ª RF, que constatou, em 2012, que se concentravam em poucos contribuintes e em poucas ações judiciais o montante suspenso em DCTF, sugeriu a Nota Codac/Cobra/Dicop nº 179, de 30 de agosto de 2012, que trata da Ação “Maiores débitos com exigibilidade suspensa na DCTF”. Assim, as RF devem acompanhar o ingresso de grandes valores na situação “A Validar”, no DW Devedores, para atuar tempestivamente sobre eles.

2.4.3.9.4 - Índice de Variação da Litigância Judicial

Quadro 87: Índice da Variação da Litigância Judicial

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Vermelho	1,74	-1,50	1,21	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$[\text{Média} (\text{Qano}; \text{Qano-1}; \text{Qano-2}) / \text{Média} (\text{Qano-1}; \text{Qano-2}; \text{Qano-3})] - 1 \} * 100$$

Glossário:

Qano = Quantidade de Ações Judiciais cadastradas no Sicaj no ano

Finalidade:

Mensurar a variação da quantidade de ações judiciais, de forma a medir indiretamente a variação da litigância judicial.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** A quantidade de ações judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ações Judiciais para a plataforma Web (Sicaj-Web) em 2015 foi 11.034 (consulta realizada em 5/1/2016) e, de acordo com a fórmula, encontrou-se a Média para o triênio 2013-2014-2015 de 10.903 ações, resultando em um incremento de 1,21% no Indicador.

- **Pontos Críticos:** Os processos cadastrados no Sicaj-Web não correspondem a todos os processos judiciais relacionados a matérias tributárias de interesse da RFB, mas, principalmente, aos Mandados de Segurança, nos quais a autoridade fiscal é diretamente científica e para os quais há a orientação de cadastramento no Sicaj-Web. Além disso, a quantidade considerada no Índice pode não corresponder à integralidade dos Mandados de Segurança impetrados contra autoridade da RFB, já que não se pode ter a certeza de que todos estão sendo cadastrados no sistema.

- **Encaminhamentos:** Não há.

2.4.3.9.5 - Índice de Litigância Administrativa (ILA)

Quadro 88: Índice de Litigância Administrativa (ILA)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Não Disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

Número de processos impugnados de janeiro a dezembro de X1 / número de autuações de dezembro de X0 a novembro de X1

Finalidade:

Mensurar o percentual de processos decorrentes de autuações que foram impugnados.

2.4.3.10 – Objetivo Estratégico: Aprimorar e Ampliar os Serviços Prestados à Sociedade

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Vermelha.
- Indicadores:
 - Tempo Bruto Consolidado do Despacho de Exportação (TBC);
 - Percentual de Serviços Atendidos com Tempo Médio de Espera Menor ou Igual a 15 minutos (TME 15);
 - Indicador de Tempo Médio de Estoque de Restituições Pendentes;
 - Grau de Fluidez do Despacho de Exportação;
 - Grau de Fluidez do Despacho de Importação.

2.4.3.10.1 - Tempo Bruto Consolidado do Despacho de Exportação (TBC)

Quadro 89: Tempo Bruto Consolidado do Despacho de Exportação (TBC)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Amarelo	0,08	0,12	0,15	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

Tempo Bruto primeira Recepção / Desembaraço (Segundos) / (60x60x24) x Qtde. Ev. Desembaraço da DE

Finalidade:

Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** Ao se analisar o desempenho mensal no 4º trimestre de 2015, constata-se que o resultado obtido pelo Indicador no âmbito Nacional foi uma elevação do TBC nacional no trimestre, chegando a atingir 0,1991 em outubro, representando um aumento no tempo bruto de 127,28% se comparado a outubro de 2014. Esses números demonstram uma sensível queda de desempenho, com significativo aumento do Indicador nacional no 4º trimestre. Em relação ao desempenho Regional, também foi percebido que as RF superaram a meta estipulada no 4º trimestre de 2015 (0,12 dia), atingindo a média de 0,18 dia. Somente a 2ª, 3ª e 4ª RF conseguiram manter o TBC abaixo da meta no trimestre analisado.
- **Pontos Críticos:** O atual movimento sindical, conforme explicitado no item '1.3.5 – Oportunidades e Ameaças quanto à atuação da RFB' deste relatório, a desmotivação dos servidores e o incremento na utilização do Sistema Siscomex Exportação plataforma Web – Módulo Aduaneiro (DE WEB) em nível nacional podem estar afetando significativamente o cálculo do Indicador. Com relação aos dois primeiros fatores, o impacto aparentemente se deve à queda na produtividade dos servidores envolvidos com o despacho de exportação. Já com relação ao último fator, é importante ressaltar que na DE WEB ocorre a recepção automática para todos os despachos que têm como único documento instrutivo a NF-e. Esta alteração não trouxe nenhum impacto para o Indicador relativamente às declarações de exportação (DE) parametrizadas para o canal verde de conferência aduaneira. Entretanto, este tempo, que na sistemática anterior não era computado para as DE de canal laranja e vermelho, passou a ser computado em desfavor da RFB na DE WEB. Importante ressaltar que, enquanto os dois sistemas para registro e desembarço de DE estiverem funcionando, não será possível distinguir o impacto que esta diferença irá causar no Indicador. E considerando que cerca de 8,58% das DE em índice nacional são direcionadas para canal vermelho ou laranja, devem ser estudadas medidas para uma rápida distribuição das DE e de estímulo para que o responsável pela empresa apresente à RFB, o mais rápido possível, os documentos instrutivos ao despacho.

- **Encaminhamentos:** a) Novas funcionalidades do sistema DE web estão sendo especificadas e colocadas em produção para auxiliar, agilizar e simplificar as ações no despacho de exportação; b) Manual de Exportação externo com atualização constante, que informe todos os procedimentos vigentes para o registro da DE e para as ações de despacho; e c) As atualizações no "Ajuda" do sistema DE web para que sejam disponibilizadas todas as orientações necessárias para sua utilização.

2.4.3.10.2 - Percentual de Serviços Atendidos com Tempo Médio de Espera Menor ou Igual a 15 minutos (TME 15)

Quadro 90: Percentual de Serviços Atendidos com Tempo Médio de Espera Menor ou Igual a 15 Minutos (TME 15)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Roxo	79,30	86,00	95,00	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$[(\text{Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos}) / (\text{quantidade de atendimento presencial})] \times 100$$

Finalidade:

Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, nas unidades de atendimento.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** A média nacional do quarto trimestre de 2015, de 95%, é superior à meta mensal estipulada, de 86%. No geral, as Regiões Fiscais atenderam, com margem considerável, a meta prevista, à exceção da 1ª Região Fiscal, que apresentou uma piora na performance em relação ao terceiro trimestre, de 80% para 77%, ficando novamente abaixo da meta prevista para o mês, que é de 86%.
- **Pontos Críticos:** A 1ª Região Fiscal, sistematicamente, vem encontrando dificuldade para o atingimento da meta prevista.
- **Encaminhamentos:** Verificar com a SRRF 01 possíveis ações que possam contribuir para o alcance da meta.

2.4.3.10.3 - Indicador de Tempo Médio de Estoque de Restituições Pendentes

Quadro 91: Indicador de Tempo Médio de Estoque de Restituições Pendentes

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Vermelho	715,00	592,00	910,00	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

(Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes

Finalidade:

Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, resarcimento e reembolso pendentes (PER).

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** A diretriz para o ano de 2015 para este Indicador foi a redução de 40% da idade média do estoque inicial de restituições ou resarcimentos pendentes, por Região Fiscal. A avaliação do 4º trimestre de 2015 mostra que todas as Regiões Fiscais tiveram redução dos estoques iniciais de pedidos de restituição ou resarcimento pendentes de análise. Com exceção das RF 05 e 07, todas as Regiões Fiscais obtiveram índices superiores a 100% da meta proposta. Destaque para a RF 06 que obteve índice de redução de tempo médio de estoque das restituições pendentes superior a 180%. A redução de apenas 59,5% do índice relacionado ao tratamento eletrônico pelo sistema impacta muito negativamente no Indicador nacional.

- **Pontos Críticos:** As RF 05 e 07 obtiveram índice de reduções inferiores a 100% da meta proposta. Para esta última avaliação, esperava-se atingimento de 100% da meta anual. Além disso,

existem muitos pedidos de restituição transmitidos a partir de 2009, principalmente referentes a créditos previdenciários e pedidos de restituição de pagamentos indevidos ou a maior relacionados ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Esses documentos aguardam processamento eletrônico e impactam o Indicador nacional. A solução eletrônica para o tratamento dos pedidos relacionados ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e parte dos créditos previdenciários foi desenvolvida e está aguardando análises contratuais com os prestadores de serviço para implementação.

- **Encaminhamentos:** Avaliar as razões que possam ter impactado no desempenho das RF 05 e 07. Concluir, ainda em 2016, desenvolvimento do tratamento eletrônico de parte dos pedidos de restituição de contribuição previdenciária da pessoa física e de restituição de pagamentos indevidos de parcelamento, objetivando melhora do Indicador em nível nacional.

2.4.3.10.4 - Grau de Fluidez do Despacho de Exportação

Quadro 92: Grau de Fluidez do Despacho de Exportação

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Não Disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

A definir.

Finalidade:

Medir a fluidez do despacho de exportação.

2.4.3.10.5 - Grau de Fluidez do Despacho de Importação

Quadro 93: Grau de Fluidez do Despacho de Importação

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	83,13	90,00	84,81	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.

Finalidade:

Medir a fluidez do despacho de importação.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** O resultado do Indicador no âmbito Nacional está abaixo da meta estipulada de 90%, atingindo o valor de 84,81% das Declarações de Importação (DI) liberadas com menos de 1 dia, sem variações significativas ao longo do trimestre. Entretanto, com uma leve melhora em relação ao mesmo período de 2014 (83,13%). Na análise regional, verifica-se que somente a 2ª RF conseguiu superar a meta nacional, atingindo 91,50%, porém, as RF 03, 04 e 07 superaram suas metas regionais, fixadas em percentual abaixo da meta nacional. Em estudo recente efetuado pela Coana, constatou-se a existência de grande número de declarações encaminhadas para canal de verificação por motivos que não são fatores de risco, devido à existência de condições de sistema na seleção parametrizada. Ocorre que muitas destas condições foram implementadas há muitos anos e encontram-se dissociadas das melhores práticas internacionais de gestão de risco no comércio exterior. Este número elevado de seleção tem onerado algumas unidades que possuem movimento elevado de despachos de importação. Adicionalmente, em algumas unidades, os despachos registrados nas sextas-feiras e liberados somente nas segundas-feiras contribuem negativamente para o resultado do Indicador, aumentando os tempos do despacho, especialmente quando parametrizadas no canal verde.

- **Pontos Críticos:** O novo procedimento de anexação digital de documentos, obrigatório a partir de 1º de julho de 2015, mudou a sistemática na entrega de documentos instrutivos de despacho. Toda mudança precisa de um tempo para o usuário conhecer e se adaptar ao sistema. Espera-se que esta nova prática tenha reflexos positivos no resultado do Indicador depois da adaptação do usuário.

- **Encaminhamentos:**

- a. O projeto-piloto da seleção parametrizada está ocorrendo em 21 unidades e consiste na exclusão de diversas condições de sistema que resultarão na diminuição de, aproximadamente, 50% do número atual de declarações selecionadas para canal de conferência. Estes casos passarão a ser tratados dentro do gerenciamento de risco local de análise do canal verde, com o auxílio do sistema Aniita e do Sisam. Verifica-se que a análise do risco local é melhor que a realizada pelo Siscomex. Os resultados parciais sinalizam uma diminuição no número de declarações selecionadas, com maior eficácia na seleção, e, consequentemente, um aumento no grau de fluidez nas unidades do Piloto.

- b. O programa de otimização da parametrizada deverá ser ampliado no decorrer de 2016 para novas unidades, o que trará impactos positivos ao índice.

- c. A implantação do Sistema Anexação, vinculado ao Portal Siscomex e Visão Integrada do Comércio Exterior (Vicomex), que permite a recepção, o compartilhamento, a consulta e o armazenamento de documentos pelos intervenientes e órgãos do governo envolvidos no controle das importações, trouxe maior celeridade, segurança e eficiência nos processos aduaneiros. Desde o dia 1º de julho de 2015 passou a ser obrigatória a entrega de todos os documentos instrutivos do despacho de importação por este sistema, o que deve melhorar o resultado desse Indicador.

2.4.3.11 – Objetivo Estratégico: Aumentar a Efetividade dos Mecanismos de Garantia do Crédito Tributário

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Verde.
- Indicador:

- Índice de Crédito Tributário Garantido (ICTG).

2.4.3.11.1 - Índice de Crédito Tributário Garantido (ICTG)

Quadro 94: Índice de Crédito Tributário Garantido (ICTG)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	22,54	26,20	28,81	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

(Total de Arrolamentos e Medidas Cautelares Fiscais / CT Passíveis de Garantia) x 100

Finalidade:

Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total de crédito tributário.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** A sistemática do arrolamento, aplicada a todos os setores de uma Delegacia (DRF), indo além da fiscalização e chegando às áreas de arrecadação das delegacias, iniciou-se com a Norma de Execução Conjunta Cofis/Copes/Codac/Corec/Cosit/CDA/CGD nº 3, de 31, de outubro de 2011. Além disso, desde o primeiro trimestre de 2013, além dos arrolamentos registrados no Sistema de Controle de Procedimentos Vinculados (Conprovi), as RF passaram a informar os bens abrangidos por Medida Cautelar Fiscal (MCF) deferida. Pela Nota Arrolamento Codac nº 001/2015, de 2/3/2015, foi divulgada a lista para o ano de 2015, contendo os números de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoas Jurídica (CNPJ) e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) cujos débitos superavam a R\$ 10 milhões e 30% do patrimônio conhecido do contribuinte em 2014. Nesta listagem há 3.857 (três mil, oitocentos e cinquenta e sete) contribuintes, com um montante de débitos de mais de R\$ 427 bilhões (entre devedores, parcelados e suspensos). No 4º trimestre de 2015, a 7ª, a 8ª, a 9ª e a 10ª RF, assim como o nível nacional, estão acima da meta parcial do trimestre. O maior resultado foi alcançado pela 9ª RF, com quase 47%. As demais estão abaixo da meta, sendo que a 5ª e a 6ª RF estão distantes da meta em mais de 7%. Apenas a 5ª e 10ª RF apresentaram redução do seu resultado, comparado com o trimestre anterior. Com relação aos arrolamentos, chegou-se ao montante superior a R\$ 107 bilhões em bens e direitos garantidores, um aumento nacional de 518% em relação a janeiro de 2012. O maior crescimento relativo de valores arrolados nesse mesmo período foi o da 3ª RF, com mais de 2.200%, enquanto que o maior crescimento absoluto foi da 8ª RF, com pouco mais de R\$ 47 bilhões. Considerando o ano de 2015, comparado ao 4º trimestre de 2014, houve incremento de valor arrolado em todas as RF. Já o valor de bens e direitos constrangidos por MCF deferidas alcançou R\$ 14,9 bilhões, sendo que a 8ª e 9ª RF concentram cerca de 3/4 desse valor.

- **Pontos Críticos:** A partir da lista divulgada no início de 2012, as unidades puderam selecionar os contribuintes para efetuar o arrolamento de débitos. Como esse procedimento era novo para as áreas de arrecadação, houve o natural período de adaptação dos setores citados. Além disso, o procedimento do arrolamento não é imediato, pois demanda tempo para levantar os bens e direitos

do contribuinte, fazer o registro de seu arrolamento nos órgãos competentes e emitir e receber ofícios, intimações etc. Avaliando a lista de 2014, cerca de 1/3 (um terço) dos contribuintes foram alcançados pelo arrolamento, o que abrangeu apenas 12,7% do total de débitos. As unidades se deparam com dificuldade em obter dados na Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) sobre as MCF deferidas (falta de registro da informação pelo órgão, processo com sigilo judicial, etc.). O novo módulo do Conprovi ainda não apresenta gerencial consolidado com sua versão anterior. Foi necessária uma apuração especial feita pela Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis).

- **Encaminhamentos:** Norma de Execução Conjunta Cofis/Copes/Codac/Corec/Cosit/CDA/CGD nº 1, de 2015. Divulgação do "Perguntas e Respostas" - Nota Codac Arrolamento nº 002/2012 e Nota Arrolamento nº 002/2013. Procurar conjugar essa ação com a Cobrança Especial (NE Codac nº 1, de 30 de maio de 2014). As unidades devem verificar no Conprovi se todos os contribuintes para os quais foi indicado haver arrolamento estão com o valor dos bens arrolados informados. Em caso negativo, preencher os valores arrolados. Além disso, verificar no sistema Comprot, quais são os processos de arrolamento de bens da unidade e confirmar se todos os processos listados no Sistema de Comunicação e Protocolo (Comprot) estão devidamente informados no Conprovi. Essas 2 ações podem contribuir para o aumento dos resultados da RF, caso as informações no sistema estejam incompletas ou incorretas. Adicionalmente, é necessário, no cadastramento de novos arrolamentos, informar o número do processo de arrolamento no sistema Conprovi para evitar duplicidade em relação a bens e direitos já informados na base anterior. Publicação da Portaria RFB nº 1.441, de 7 de outubro de 215, que instituiu Equipes Regionais de Monitoramento Patrimonial e de Garantia do Crédito Tributário (Emop).

2.4.3.12 – Objetivo Estratégico: Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Verde.
- Indicadores:
 - Valor das Apreensões Provenientes de Operações de Vigilância e Repressão Aduaneira;
 - Índice de Realização da Meta das Operações de Vigilância e Repressão Aduaneira.

2.4.3.12.1 - Valor das Apreensões Provenientes de Operações de Vigilância e Repressão Aduaneira

Quadro 95: Valor das Apreensões Provenientes de Operações de Vigilância e Repressão

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	612,26	321,58	415,53	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

Finalidade:

Mensurar o valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** O valor total de apreensões superou em 29,21% a meta anual de 2015. Nove Regiões Fiscais superaram os 98% das metas no ano de 2015. Uma delas ficou abaixo de 80% da meta anual. Os resultados acima não consideram a redistribuição da Operação Escudo.
- **Pontos Críticos:** A 4ª RF atingiu 69,90% da meta anual com as operações na Região Fiscal, mas o resultado, considerando a redistribuição das apreensões da Operação Escudo, proporcional ao número de servidores enviados, atingiu 101,50% da meta anual.
- **Encaminhamentos:** Não houve encaminhamentos no período.

2.4.3.12.2 - Índice de Realização da Meta das Operações de Vigilância e Repressão Aduaneira

Quadro 96: Índice de Realização da Meta das Operações de Vigilância e Repressão Aduaneira

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	112,67	100,00	112,45	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

(Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100

Glossário:

Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4)

Finalidade:

Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância em Zona de Vigilância Aduaneira (ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** A definição de metas baseada em pontos proporciona uma melhor medição do desempenho das atividades de repressão, com a diferenciação de pontuação da operação de acordo com o porte: Pequena (1x), Média (2x) e Grande (4x), conforme definido na Portaria Coana nº 35 de 2011. As atividades de repressão são importantes para demonstrar a presença do Estado e a participação da RFB na proteção da sociedade e na economia nacional. Sete Regiões Fiscais atingiram 89% das metas definidas nos planos regionais e o resultado global ficou 12,45% acima da meta nacional. Seis Regiões Fiscais, 1ª, 4ª, 6ª, 8ª, 9ª e 10ª RF, superaram a meta proposta no Plano Regional. A 7ª RF alcançou 89,73% da meta do Plano Regional.
- **Pontos Críticos:** A 2ª e a 3ª RF ficaram abaixo do limite de 80% e atingiram 75,00% e 75,17% da meta definida no respectivo plano regional. A 5ª RF também ficou abaixo do limite de 80% e executou 64,56% da meta do plano regional.
- **Encaminhamentos:** Não houve encaminhamentos no período.

2.4.3.13 – Objetivo Estratégico: Aprimorar a Participação da Instituição na Formulação da Política e Legislação Tributária e Aduaneira

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Verde.
- Indicadores:
 - - Grau de Atendimento às Demandas por Estudos sobre Política e Legislação Tributária e Aduaneira;
 - - Índice de Atingimento da Qualidade dos Estudos Setoriais.

2.4.3.13.1 - Grau de Atendimento às Demandas por Estudos sobre Política e Legislação Tributária e Aduaneira

Quadro 97: Grau de Atendimento às Demandas por Estados sobre Política e Legislação Tributária e Aduaneira

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	63,04	78,00	69,24	Trimestral

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$[(\text{Número de demandas solucionadas pela Cosit} + \text{Número de demandas solucionadas pelo Cetad}) / (\text{Acervo inicial de demandas do período analisado que aguardava solução da Cosit} + \text{Número de demandas recebidas pela Cosit no período} + \text{Acervo inicial de demandas do período analisado que aguardava solução do Cetad} + \text{Número de demandas recebidas pelo Cetad no período})] \times 100$$

Finalidade:

Mensurar o percentual de atendimento às demandas de estudos e trabalhos técnicos sobre política tributária e aduaneira.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** A meta anual deste Indicador atende a 78% do total de demandas (estoque final de 2014, somadas às que ingressaram no Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (Cetad) e na Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) em 2015. O resultado final mostrou o atendimento de 69,24% dessas demandas.
- **Pontos Críticos:** Problemas de ordem operacional (pessoal, sistemas etc.) para atender, tempestivamente, o estoque de demandas por estudos e interpretação da legislação tributária e aduaneira.
- **Encaminhamentos:** Não há.

2.4.3.13.2 - Índice de Atingimento da Qualidade dos Estudos Setoriais

Quadro 98: Índice de Atingimento da Qualidade dos Estudos Setoriais

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	100,00	100,00	100,00	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$[(percentual das funcionalidades implantadas do Tratamento individualizado das PJ x 3) + (percentual das funcionalidades implantadas da Identificação de setores econômicos- SE ou agrupamentos personalizados - AP por CNAE x 2) + (percentual das funcionalidades implantadas do cálculo automático de diversos indicadores econômicos/financeiros – IEF dos SEs, APs e Pessoas Jurídicas – PJ x 1) + (percentual das funcionalidades implantadas da Visualização comparativa dos IEFs das PJs com os IEFs do SE a que pertence x 1) + (percentual das funcionalidades implantadas da Determinação automática do grau de concentração dos SEs ou Aps – estrutura de mercado x 2) + (percentual das funcionalidades implantadas da Exportação dos resultados das consultas para PDF x 1) + (percentual das funcionalidades implantadas da Estruturação da cadeia produtiva por SEs pré-determinados x 5)] / 15$$

Finalidade:

Mensurar o percentual de funcionalidades implantadas no Sistema de Estudos Setoriais com reflexos diretos na melhoria da qualidade dos estudos e trabalhos técnicos setoriais que impactam na política tributária e aduaneira.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** Foi alcançada a meta de 100% prevista para o 2º semestre de 2015 e, por conseguinte, para o ano inteiro, para a prospecção e análise econômico-tributária dos setores econômicos brasileiros, disponíveis nas bases de dados da RFB até o último ano-calendário disponível de 2013.
- **Pontos Críticos:** Demora na atualização dos dados econômico-fiscais nas bases de dados da RFB, relativos ao ano-calendário anterior ao ano vigente, o que provoca atraso na divulgação da análise setorial dos últimos cinco anos.
- **Encaminhamentos:** Não há.

2.4.3.14 – Objetivo Estratégico: Conhecer o Perfil Integral do Contribuinte

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Verde.
- Indicador:
 - Indicador Global de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (IGAM).

2.4.3.14.1 - Indicador Global de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (IGAM)

Quadro 99: Indicador Global de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (IGAM)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	100,00	97,00	100,50	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$(0,35 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,40 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) \\ + (0,25 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$$

Finalidade:

Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.

Análise de Desempenho:

- Situação Atual:** O IGAM, em nível nacional, atingiu 100,5%, superando a meta estabelecida. O atingimento da meta se baseou fortemente nos Subindicadores de Resultado e Qualidade que alcançaram, respectivamente, 111,1% e 106,4% da meta. Tais resultados, em valores absolutos, foram muito superiores aos alcançados em anos anteriores e se devem às reestruturações de processo de trabalho implementadas na área de Acompanhamento ao longo do ano de 2014 e às medidas de incremento de arrecadação desenvolvidas para 2015. O Subindicador de Esforço obteve resultados abaixo do esperado, atingindo 88,1% da meta. O não atingimento da meta se deu pela intensificação, no segundo semestre, da mobilização por melhorias remuneratórias e não remuneratórias ocorrida na Receita Federal, conforme explicitado no item '1.3.5 – Oportunidades e Ameaças quanto à atuação da RFB' deste relatório. Apesar do bom desempenho no final do ano, ao se comparar o resultado do segundo semestre com o primeiro semestre, pode-se perceber que a redução do Subindicador de Esforço teve consequências também nos Subindicadores de Resultado e Qualidade. Nas Regiões Fiscais, podemos destacar o resultado das 1ª, 5ª e 9ª, que superam a meta estabelecida para o IGAM regional.

- Pontos Críticos:** Destaca-se a intensificação, no segundo semestre, da mobilização por melhorias remuneratórias e não remuneratórias ocorrida na Receita Federal. Os efeitos dessa mobilização se fizeram sentir nos resultados de 2015 e podem afetar também os resultados de 2016. Outros pontos que merecem destaque são a carência e a rotatividade de pessoal na área de Acompanhamento. Tais pontos tiveram sua importância minimizada em função da mobilização, mas podem causar efeitos significativos nos indicadores de 2016.

- Encaminhamentos:** Continuidade na reformulação dos processos de trabalho do Acompanhamento, foco nas ações de incremento de arrecadação, realização de concursos públicos e busca pelo fim da mobilização.

2.4.3.15 – Objetivo Estratégico: Fortalecer as Relações Institucionais

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Roxa.
- Indicadores:

- Tempo Médio de Atendimento aos Pedidos de Informação Recebidos do Exterior (TR);
- Grau de Proatividade da RFB no Estabelecimento de Parcerias;
- Grau de Cobertura dos Convênios;
- Grau de Ativação de Convênios.

2.4.3.15.1 - Tempo Médio de Atendimento aos Pedidos de Informação Recebidos do Exterior (TR)

Quadro 100: Tempo Médio de Atendimento aos Pedidos de Informação Recebidas do Exterior (TR)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Roxo	399,00	279,00	139,00	Semestral

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

Média entre a soma dos tempos de atendimento, em número de dias, de cada pedido recebido do exterior respondido pela RFB no período a ser avaliado (semestral ou anual), dividido pelo número de pedidos recebidos do exterior respondidos pela RFB no período a ser avaliado, e a soma dos tempos de permanência, em número de dias, de cada pedido recebido do exterior aguardando resposta pela RFB na data de encerramento do período a ser avaliado (semestral ou anual), dividido pelo número de pedidos recebidos do exterior aguardando resposta pela RFB na data de encerramento do período a ser avaliado.

Finalidade:

Aferir o volume de troca de informações internacionais em procedimentos fiscais e aduaneiros.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** No 2º semestre de 2015, para um total de 87 pedidos atendidos (quase o dobro do 1º semestre), o tempo médio aferido por meio do TR foi de 139 dias, sendo 84 dias em tempo médio de atendimento aos pedidos respondidos e 195 dias em tempo médio dos pedidos em estoque. Em comparação com o período anterior (1º semestre de 2015), no 2º semestre de 2015 alcançou-se uma redução no tempo médio aferido por meio do Indicador TR de 158 dias para 139 dias (redução de 12%), apesar do aumento do tempo médio em estoque de 171 dias para 195 dias (aumento de 14%). O bom resultado do Indicador no período em comento decorreu da intensificação dos esforços para responder aos pedidos com maior celeridade, que resultou em redução do tempo médio de atendimento dos pedidos de 145 dias no 1º semestre para 84 dias no 2º semestre de 2015, inclusive com redução dos pedidos em estoque de 29 pedidos pendentes em 30/06/2015 para 22 em 31/12/2015. Assim, em que pese que o tempo médio de pedidos em estoque tenha aumentado do 1º para o 2º semestre de 2015, o resultado alcançado no ano de 2015 em comparação com 2014 foi bastante satisfatório, pois o tempo médio de atendimento aos pedidos caiu de 151 dias para 105 dias (redução de 30,4%), o tempo médio em estoque dos pedidos de 647 dias para 195 dias (redução de 70%) e o tempo médio aferido por meio do Indicador TR caiu de 399 dias para 150 dias (redução de 62,4%). Tendo em vista o tempo médio de 399 dias aferido por meio do Indicador TR para o ano de 2014, bem como o estoque de pedidos de intercâmbio pendentes ao final do mencionado ano, foi fixada para 2015 a meta de redução de 30% do tempo médio aferido

por meio do indicador TR, ou seja, reduzir de 399 dias para 279 dias o tempo médio aferido por meio do indicador TR em 2015. Verifica-se, portanto, que o resultado alcançado para o Indicador TR no 1º semestre (158 dias), 2º semestre (139 dias) e no ano (150 dias) configurou o atingimento, com folga, da meta estabelecida para 2015, resultado que se espera que seja mantido para o ano de 2016.

- **Pontos Críticos:** A não convergência ao padrão internacionalmente aceito, de atendimento dos pedidos de informação em até 90 dias, contribui para uma imagem negativa da Instituição perante o Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações para Fins Fiscais, a comunidade internacional e as congêneres que formularam os pedidos.

- **Encaminhamentos:** Concluir a revisão e a divulgação das instruções sobre Intercâmbio Internacional de Informações, buscando fazer a sua divulgação, cumulativamente, com a disseminação interna sobre as possibilidades decorrentes do intercâmbio de informações com Administrações Tributárias e Aduaneiras de outros países.

2.4.3.15.2 – Grau de Proatividade da RFB no Estabelecimento de Parcerias

Quadro 101: Grau de Proatividade da RFB no Estabelecimento de Parcerias

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Não Disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

(Número de convênios de interesse da RFB, por iniciativa ou por reciprocidade / número total de convênios) x 100

Finalidade:

Expressar a determinação da RFB em estabelecer parcerias.

2.4.3.15.3 – Grau de Cobertura dos Convênios

Quadro 102: Grau de Cobertura dos Convênios

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Não Disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

(Número de órgãos conveniados / número órgãos a serem conveniados) x 100

Finalidade:

Expressar a abrangência do convênio ao relacionar a quantidade de convênios celebrados por tema e a quantidade de convênios passíveis de celebração por tema.

2.4.3.15.4 – Grau de Ativação de Convênios

Quadro 103: Grau de Ativação dos Convênios

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Não Disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

(Número de convênios ativados / número total de convênios) x 100

Finalidade:

Expressar a quantidade de convênios em funcionamento (ativados) relacionada com a quantidade de convênios vigentes.

2.4.3.16 – Objetivo Estratégico: Fortalecer a Comunicação Institucional

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Branca.
- Indicador:
 - Nível de Satisfação do PÚblico Interno com a Comunicação Interna da RFB.

2.4.3.16.1 - Nível de Satisfação do PÚblico Interno com a Comunicação Interna da RFB

Quadro 104: Nível de Satisfação do PÚblico Interno com a Comunicação Interna da RFB

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Não Disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Bienal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

Média ponderada (de 1 a 5) das respostas (de 1 a 5) referentes a 10 perguntas da Pesquisa de Cultura e Clima Organizacional

Finalidade:

Averiguar a opinião dos servidores sobre a comunicação interna da RFB.

2.4.3.17 – Objetivo Estratégico: Desenvolver Competências, Integrar e Valorizar Pessoas

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Amarela.
- Indicador:
 - Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento.

2.4.3.17.1 - Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento

Quadro 105: Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Amarelo	130,00	100,00	81,53	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$\{0,5 \times [(\text{carga horária total de capacitação} / \text{total de servidores da unidade}) / \text{meta}] + \{0,5 \times [(\text{total de treinandos capacitados sem repetições} / \text{total de servidores em exercício}) / \text{meta}]\}$$

Finalidade:

Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** Analisando o Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento - IGACD, referente ao ano de 2015, somente duas Unidades apresentaram resultado acima dos 100% esperados para o componente Aprofundamento. Acredita-se que isso se deva às dificuldades orçamentárias daquele ano. Verifica-se que muitas unidades nem mesmo alcançaram o percentual previsto para o terceiro trimestre (75%), o que também ocorre, de forma geral, quando se observa o percentual de aprofundamento da RFB, que alcançou somente 73,25% do esperado para o ano. Com relação ao grau de Amplitude, embora muitas unidades tenham superado o valor de 90%, nenhuma delas alcançou os 100% esperados para o ano, o que, consequentemente, refletiu no valor geral da RFB, 89,81%. O resultado acumulado do IGACD na RFB para o ano de 2015 foi de 81,53%
- **Pontos Críticos:** Dificuldades orçamentárias; liberação de recursos de forma mensal, a partir do segundo semestre/2015; e movimento reivindicatório, conforme explicitado no item '1.3.5 – Oportunidades e Ameaças quanto à atuação da RFB' deste relatório, impactaram negativamente nos treinamentos das unidades.
- **Encaminhamentos:** Não há.

2.4.3.18 – Objetivo Estratégico: Adequar o Quadro de Pessoal às Necessidades Institucionais

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Verde.

- Indicador:
 - Índice de Adequação da Lotação.

2.4.3.18.1 - Índice de Adequação da Lotação

Quadro 106: Índice de Adequação da Lotação

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	65,50	67,60	69,62	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$(0,5 * \text{Grau de adequação da lotação} + 0,5 \text{ Grau de Equalização}) \times 100$, em que:

- Grau de adequação da lotação = Quantidade de servidores lotados na carreira ARFB / limite de cargos autorizados para carreira ARFB.
- Grau de equalização = Quantidade de unidades de provimento de lotação com grau de lotação equalizado / total de unidades com provimento de lotação.
- Grau de lotação equalizado = grau de lotação da unidade dentro da faixa de um desvio padrão em torno da média.
- Grau de lotação da unidade = Quantidade de servidores da carreira ARFB lotados na unidade / limite de cargos da carreira ARFB distribuídos pelo Estudo de Lotação.

Finalidade:

Mensurar o grau de adequação da lotação tendo como base o resultado do processo de provimento originário e a equalização da distribuição da lotação nas unidades RFB.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:**

Quadro 107: Indicadores de Lotação – Metas

Indicador	Dezembro/2015	Metas
Grau de Adequação da Lotação (GAL)	47,02%	57,20%
Grau de Equalização (GEQ)	92,22%	78,00%
Índice de Adequação da Lotação (IAL)	69,62%	67,60%

A evolução dos indicadores pode ser melhor visualizada na tabela a seguir.

Quadro 108: Indicadores de Lotação (2014 – 2015)

Indicador	Dezembro/2014	Dezembro/2015
Grau de Adequação da Lotação (GAL)	48,96%	47,02%
Grau de Equalização (GEQ)	82,04%	92,22%
Índice de Adequação da Lotação (IAL)	65,50%	69,62%

O Grau de Adequação da Lotação diminuiu 1,94 pontos percentuais, comparando-se com o valor obtido em dezembro de 2014 (48,96%). Esta recorrente diminuição da força de trabalho se deve ao número de aposentadorias, sendo que de janeiro a dezembro de 2015, 763 servidores da carreira ARFB se aposentaram. O Grau de Adequação da Lotação de auditores diminuiu de 52,46% (dezembro/2014) para 50,84%, e para os analistas de 44,76% para 42,43%. Já o Grau de Equalização em dezembro de 2015 atingiu 92,22%, isso indica que das 167 unidades de lotação, 154 estão com grau de lotação equalizado. Houve alteração na definição desse Indicador em relação a dezembro 2014, com a faixa considerada equalizada passando de 15% em torno do grau de lotação médio para uma distância de um desvio padrão em torno do grau de lotação médio. Como o desvio padrão calculado foi de 17,92%, já era esperado um aumento considerável do GEQ. Porém esse aumento, que ocorre desde dezembro de 2013, também é reflexo direto da política de alocação e movimentação de pessoas, por meio do Concurso de Remoção (681 auditores removidos em 2015 relativos a dois concursos de remoção). Esse processo prioriza o provimento de servidores nas unidades com menor grau de lotação, contribuindo para a melhor equalização da distribuição do quadro da Carreira ARFB. E o Índice de Adequação da Lotação em dezembro de 2015 foi 4,12 pontos percentuais superior ao de dezembro de 2014, com resultado de 69,62%. O IAL superou a meta estipulada de 67,60% em 2,02 pontos percentuais. Este aumento se deve, especificamente, ao GEQ (superou a meta em 14,22 pontos percentuais), já que o GAL permanece em declínio e mais de 10 pontos percentuais aquém da meta.

- **Pontos Críticos:** Os desligamentos dos servidores da carreira ARFB e a baixa reposição via concursos públicos (do pedido feito em 2013, para ingresso de 2.504 Auditores, a autorização pelo MP foi para realização de concurso para provimento de 278 cargos, 11% do quantitativo solicitado) continuam afetando negativamente o GAL – redução líquida da força de trabalho –, impactando as atividades operacionais e o planejamento estratégico do órgão.
- **Encaminhamentos:** O Aviso Ministerial nº 200 de 09/06/2015 solicitou, para o ano de 2016, autorização de 1.000 vagas para o cargo de Auditor-Fiscal e 1.000 vagas para Analista Tributário.

2.4.3.19 – Objetivo Estratégico: Assegurar Soluções de TI Integradas e Tempestivas

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Verde.
- Indicadores:
 - Índice de Tempestividade das Soluções de TI (ITTI);
 - Índice de Densidade de Erros por Pontos de Função (IDPF);
 - Índice de Densidade de Novas Funcionalidades por Pontos de Função (NFPF).

2.4.3.19.1 - Índice de Tempestividade das Soluções de TI (ITTI)

Quadro 109: Índice de Tempestividade das Soluções de TI (ITTI)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	93,00	90,00	97,00	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$(\text{Total_PF_Cumprido_ANS_Mês}) \times 100 / (\text{Total_PF_Mês})$$

Glossário:

Total_PF_Cumprido_ANS_Mês = $(\text{Total_PF_Mês}) \times (\text{Total_Dias} - \text{Total_Dias_Atraso}) / (\text{Total_Dias})$

Finalidade:

Aferir o grau de atendimento no prazo de demandas de desenvolvimento de sistemas.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** O indicador continua acima da meta devido ao prestador se manter cumprindo os prazos acordados nas demandas.
- **Pontos Críticos:** Não há.
- **Encaminhamentos:** Não há.

2.4.3.19.2 - Índice de Densidade de Erros por Pontos de Função (IDPF)

Quadro 110: Índice de Densidade de Erros por Pontos de Função (IDPF)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	0,09	0,16	0,07	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$\text{IDPF} = ((\text{Quantidade Erros}) / (\text{Total PF} \times \text{Fator Ajuste} \times 0,35))$$

Glossário:

O fator de ajuste é:

- Se o tamanho da demanda for de 1 a 100 o fator é 0,37;
- Se entre 101 a 1.000 é 0,75;
- Se entre 1.001 a 10.000 é 1,67; e

- Se acima de 10.000 é 2,39.

Finalidade:

Avaliar a qualidade das demandas atendidas pelo prestador de serviços durante o processo de desenvolvimento de sistemas.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** No 4º trimestre, em 29% das demandas, a homologação não detectou nenhum erro de implementação (erro de responsabilidade do prestador), percentual inferior ao trimestre anterior (34%).
- **Pontos Críticos:** Houve 34 demandas (30%) com IDPF 50% acima da meta (semáforo vermelho, IDPF > 0,24) de um total de 114 demandas, com destaque negativo para as demandas Cofis 66/2011 (5,14); GAB 63/2012 (4,23); Cofis 46/2015 (2,32); Coana 71/2014 (1,33); GAB 73/2014 (1,32).
- **Encaminhamentos:** Negociar com o Serpro a inserção de acordo de nível de serviço no próximo contrato.

2.4.3.19.3 - Índice de Densidade de Novas Funcionalidades por Pontos de Função (NFPF)

Quadro 111: Índice de Densidade de Novas Funcionalidades Por Pontos de Função (NFPF)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	0,02	0,12	0,06	Mensal

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$\text{NFPF} = ((\text{Quantidade_Novos_Requisitos}) / (\text{Total_PF} * \text{Fator_Ajuste} * 0,35))$$

Glossário:

O fator de ajuste é:

- Se o tamanho da demanda for de 1 a 100 o fator é 0,37;
- Se entre 101 a 1.000 é 0,75;
- Se entre 1.001 a 10.000 é 1,67; e
- Se acima de 10.000 é 2,39.

Finalidade:

Avaliar a qualidade do trabalho de especificação e projeto no processo de desenvolvimento de sistemas.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** No trimestre, em 40% das demandas, a homologação não detectou nenhum novo requisito (erro de responsabilidade da RFB), percentual inferior ao trimestre anterior (44%).
- **Pontos Críticos:** Houve 34 demandas (30%) com NFPF 50% acima da meta (semáforo

vermelho, NFPF > 0,18) de um total de 114 demandas, com destaque negativo para as demandas Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis) 66/2011 (4,00%); Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol) 14/2014 (1,76); Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança (Codac) 387/2015 (1,68); Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana) 174/2014 (1,47); e Gabinete 56/2015 (1,41).

- **Encaminhamentos:** Encaminhar esses números às Coordenações para que as demandas com piores NFPF sejam analisadas.

2.4.3.20 – Objetivo Estratégico: Adequar a Infraestrutura Física e Tecnológica às Necessidades Institucionais

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Vermelha.
- Indicadores:
 - Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Ferramentas (NAF);
 - Nível de Adequação da Infraestrutura Tecnológica (NIT);
 - Nível de Adequação Imobiliária (NAI).

2.4.3.20.1 - Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Ferramentas (NAF)

Quadro 112: Nível de Adequação do Ambiente Informatizado Às Novas Ferramentas (NAF)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Vermelho	51,71	100,00	80,89	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$[(ITU \times 0,30) + (IUU \times 0,30) + (IRS \times 0,20) + (ILO \times 0,20)] \times 100$$

Finalidade:

Apurar o nível de adequação e aprofundamento das ferramentas do ambiente informatizado.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** O resultado Indicador cresceu na maioria das Regiões Fiscais (oito delas) mas, mesmo assim, os índices ficaram abaixo dos 85% em grande parte da RFB. Isso se deve, principalmente, ao baixo rendimento nas instalações de tablets e ultrabooks, como por exemplo nas Unidades Centrais e nas RF 01 e 02, dentre outros. O subindicador "Rede sem Fio" apresenta resultado satisfatório em praticamente todas as Regiões Fiscais, tendo até mesmo sido concluído em algumas. O subindicador de "Licenças Office" teve um resultado satisfatório em boa parte das Regiões Fiscais, com destaque para as RF 03 e 06, que obtiveram 100% da meta.

- **Pontos Críticos:** Um dos subindicadores que mais prejudica o rendimento do NAF é a "Instalação de tablets e ultrabooks". Existem alguns fatores que influenciam negativamente para o baixo desempenho desse índice:

- a. Se o usuário não utilizar o notebook ou tablet na rede da receita ou acessar via SAR em 45

dias, esse equipamento é expurgado da métrica do Indicador. Isso é algo que precisa ser revisto pois as áreas de tecnologia locais não têm controle sobre o uso do equipamento;

b. Algumas Regiões só realizam a instalação/entrega após a área de programação e logística realizar o processo de patrimônio do bem. Essa é uma situação que foge do controle pois depende da ação de outras áreas, que não da área tecnológica.

- **Encaminhamentos:** Terminar a revisão dos subindicadores do NAF e elaborar minuta da nota técnica com a participação das Regiões Fiscais; fazer o levantamento das licenças office que não estão sendo demandadas para redistribuição em outras áreas que tenham interesse; verificar a possibilidade de agilizar os procedimentos de patrimônio dos bens; e finalizar a atualização da ferramenta de coleta de dados (Altiris), o que deve trazer melhorias e tornar os relatórios gerados mais assertivos.

2.4.3.20.2 - Nível de Adequação da Infraestrutura Tecnológica (NIT)

Quadro 113: Nível de Adequação da Infraestrutura Tecnológica (NIT)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Amarelo	98,39	100,00	92,14	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$[(IETA \times 0,15) + (IETS \times 0,20) + (IUCD \times 0,15) + (IUAD \times 0,15) + (IETG \times 0,20) + (IBDC \times 0,15)] \times 100.$$

Glossário:

- IETA: Estações de trabalho adequadas;
- IETS: Estações de Trabalho Gerenciadas pela Solução de Segurança;
- IUCD: Usuários com Obrigatoriedade de Acesso à rede Windows via certificação digital;
- IUAD: Usuários Ativos no Active Directory;
- IETG: Estações de Trabalho Gerenciadas pelo Altiris;
- IBDC: Utilização da Banda de Circuitos de Rede Wan.

Finalidade:

Apurar o nível de adequação da infraestrutura tecnológica.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** Percebe-se uma pequena queda no Indicador nacional em dezembro de 2015, quando comparado com o mês anterior. A queda se deu, principalmente, por conta do aumento de estações de trabalho sem garantia contratual (uma métrica do Indicador). É importante ressaltar que a minuta da Nota técnica destes Indicadores está sendo trabalhada, podendo haver alterações nas fórmulas e formas de coleta dos dados, conseguindo-se, assim, uma melhor adequação das tecnologias utilizadas pela RFB e o aperfeiçoamento dos Indicadores.

- Pontos Críticos:** Uma dificuldade encontrada com o NIT é com relação às máquinas que estão em garantia (uma das métricas do Indicador). A coleta realizada para indicar esta métrica é feita pelo software de gerenciamento corporativo (Symantec Altiris), que leva em consideração apenas o hardware do equipamento, o que não necessariamente vai condizer com a realidade, tendo em vista que a garantia dos equipamentos (modelos iguais) começa a partir do recebimento definitivo, que é realizado em lotes e em datas distintas, o que leva a ter vários equipamentos do mesmo modelo com garantias vencendo em meses diferentes. O Altiris tem recursos para controlar essas garantias e a Cotec trabalha para implementá-lo, o que vai facilitar e garantir melhor qualidade na coleta, mas, por enquanto, esse controle está sendo realizado manualmente, com tabelas de vencimento dos contratos. Além disso, o subindicador "Estações de Trabalho Adequadas", ficou abaixo da meta e deve continuar caindo, tendo em vista que as estações de trabalho da marca Positivo estão perdendo a garantia e o pregão de aquisição de novos equipamentos ainda não foi finalizado.

- Encaminhamentos:** Estão sendo revisados os subindicadores do NIT e elaborada a minuta da nota técnica sobre o Indicador, inclusive com a participação das Regiões Fiscais. Isto implicará em melhoria nas coletas e em métricas mais adequadas. Além disso, está sendo realizada a atualização da ferramenta de coleta de dados (Altiris), o que deve trazer melhorias e tornar os relatórios gerados mais assertivos.

2.4.3.20.3 - Nível de Adequação Imobiliária (NAI)

Quadro 114: Nível de Adequação Imobiliária (NAI)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Amarelo	58,49	65,00	58,97	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$\{ [(IA1 \times 1) + (IA2 \times 2) + (IA3 \times 3)] / 6 \}$$

Glossário:

O Indicador é a média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com:

- Peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60 (IA1);
- Peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60, mas superior ou igual a 40 (IA2); e
- Peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40 (IA3).

Finalidade:

Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.

Análise de Desempenho:

- Situação Atual:** A RFB alcançou 91% da Meta Global e as Regiões Fiscais apresentaram variações no intervalo de 87 a 99 % das Metas Regionais. O Plano de Engenharia, em 2015, resultou em descentralizações de recursos da ordem de R\$ 112 milhões, que afetam o Nível de

Adequação Imobiliária de forma indireta. A 2^a, 4^a, 6^a, 8^a e 10^a Regiões Fiscais apresentaram elevação do NAI. A 6^a RF obteve um acréscimo maior, aproximando-se da meta regional. A 1^a RF praticamente manteve o indicador anterior. Por outro lado, a 3^a, a 5^a, a 7^a e a 9^a Regiões apresentaram decréscimo do indicador.

- Pontos Críticos:** É importante destacar que as unidades nem sempre atualizam tempestivamente o sistema Edifica, dificultando a avaliação dos Indicadores, que podem ser afetados de duas formas. Com a atualização da situação dos imóveis no sistema Edifica, pode ocorrer redução do índice de adequação imobiliária, haja vista a constatação das inadequações não identificadas anteriormente. Por outro lado, concluída a obra ou serviço de engenharia da qual resulte melhoria no imóvel, é necessário que se faça a atualização do imóvel no referido sistema para que haja reflexo no Indicador. Também, com base nos relatórios de descentralização de créditos, constata-se que as execuções de obras e serviços de engenharia ocorrem, normalmente, nos últimos meses do exercício (novembro e dezembro), perdurando durante o(s) exercício(s) seguinte(s) a sua conclusão, não sensibilizando este Indicador no próprio exercício. Além disso, em geral, empreendimentos de obras e serviços de engenharia dificilmente refletem no NAI num horizonte de tempo inferior a 2 anos, devido às etapas e prazos envolvidos em sua execução. Assim, muitas vezes, o reflexo atual do NAI corresponde a iniciativas planejadas e executadas em exercícios passados. E ainda como ponto crítico, identificou-se que no exercício de 2015, apesar de existirem 465 iniciativas no Plano de Engenharia, apenas 260 demandaram envio de crédito. Isso pode decorrer por diversos fatores, como pendências em procedimentos licitatórios ou até mesmo disponibilidade de pessoal.

- Encaminhamentos:** Solicitação às unidades para a atualização no Sistema Edifica das informações dos imóveis, quando da conclusão de reformas, adaptações e melhoramentos em suas estruturas físicas, lógicas e elétricas. Objetiva-se, assim, que este Indicador seja sensibilizado no próprio exercício da obra, contribuindo para o atingimento da meta definida. Nesse aspecto, ganha destaque a inclusão na Portaria do Plano de Engenharia 2016 (Portaria RFB nº 1723, de 10 de dezembro de 2015), em seu art. 3º, da obrigatoriedade de atualização do Sistema Edifica, como requisito para a descentralização de créditos orçamentários para as iniciativas constantes no Plano.

2.4.3.21 – Objetivo Estratégico: Assegurar Recursos e Otimizar sua Aplicação

- Bandeira do Objetivo Estratégico: Verde.
- Indicadores:
 - Índice de Gestão de Mercadorias Apreendidas (IGMA);
 - Nível de Execução Orçamentária e Financeira das Despesas de Custeio;
 - Nível de Execução Orçamentária e Financeira das Despesas de Investimentos.

2.4.3.21.1 - Índice de Gestão de Mercadorias Apreendidas (IGMA)

Quadro 115: Índice de Gestão de Mercadorias Apreendidas (IGMA)

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	76,94	100,00	82,94	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$[(0,4 \times \text{ILE}) + (0,3 \times \text{IEB}) + (0,3 \times \text{IPF})]$$

Glossário:

- ILE = valor arrecadado em leilões
- IEB = estoque base
- IPF = processos fiscais antigos

Finalidade:

Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** As metas que compõem o IGMA são estabelecidas anualmente, sendo previamente encaminhadas às Regiões Fiscais para avaliação, críticas e sugestões. O IGMA retrata, de forma satisfatória, a situação da RFB em relação às metas de arrecadação de leilão, redução de processos fiscais antigos e redução de estoque base, e, de fato, vem impulsionando as Regiões Fiscais a alcançarem melhores resultados na gestão de mercadorias apreendidas. Para o quarto trimestre de 2015, quando analisado em âmbito nacional, alcançou-se 82,94% da meta prevista. Em âmbito regional, os resultados mais satisfatórios foram alcançados pelas 2^a, 3^a, 6^a, 9^a e 10^a Regiões Fiscais, que atingiram 80% ou mais da meta. Por outro lado, a 4^a e 8^a RF apresentaram baixo desempenho, alcançando, respectivamente, 49,42% e 48,97% da meta.
- **Pontos Críticos:** Para a meta de redução de processos fiscais antigos, apenas 3 Regiões Fiscais atingiram a meta para ambas as contas (130 e 210): 1^a, 2^a e 10^a RF. Para a arrecadação em leilões, oito Regiões Fiscais atingiram mais de 80% da meta (3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a e 9^a e 10^a RF). Já a meta de redução de estoque base foi atingida por seis Regiões Fiscais (1^a, 3^a, 6^a, 7^a, 9^a e 10^a). Em relação ao leilão, o valor de arrecadação em leilões pode sofrer variações conforme a data de apuração. Isso porque o resultado é informado no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas (CTMA) lote a lote, pelas Comissões de Leilão, à medida que o lote é pago e retirado pelo arrematante. Assim, caso a comissão demore a dar baixa em determinado lote, e o faça após a extração dos dados do CTMA, a arrecadação não é contabilizada.
- **Encaminhamentos:** A fim de padronizar o cálculo de arrecadação de leilões, evitando variações, considera-se o seguinte: a) Para os leilões realizados no último mês anterior à apuração (neste caso, dezembro), considera-se o valor de arrematação, vez que, em tese, a comissão não teve tempo hábil para dar baixa em todos os lotes, considerando a possibilidade de o arrematante pagar em atraso; b) Para leilões realizados nos meses anteriores (neste caso, janeiro a novembro), é considerado o valor de arrecadação, extraído do CTMA no último dia útil antes da divulgação do resultado do IGMA (neste caso, 14 de janeiro).

2.4.3.21.2 - Nível de Execução Orçamentária e Financeira das Despesas de Custeio

Quadro 116: Nível de Execução Orçamentária e Financeira das Despesas de Custeio

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	98,84	100,00	95,56	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$([VE / TDC] \times 100)$$

Glossário:

VE = [Valor executado = empenhado a liquidar + liquidados]

Finalidade:

Apurar o percentual de execução de cada Região Fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.

Análise de Desempenho:

- Situação Atual:** A execução orçamentária de custeio de 2015, no valor de 95,56%, foi inferior à de 2014, que foi de 98,84%, em termos percentuais. As Regiões Fiscais obtiveram um alto nível de execução, sendo o maior o da 5ª Região Fiscal, que conseguiu executar com 99,07% da meta e a menor foi a das Unidades Centrais, que executou 88,05% da meta. Tal Indicador demonstra uma otimização do gerenciamento dos recursos públicos, o comprometimento de todas as unidades envolvidas e uma primazia pelo planejamento.

- Pontos Críticos:** Vários foram os desafios e as mudanças ocorridas durante o último trimestre de 2015. Entre os eventos que impactaram no presente Indicador estão os Decretos nº 8.580, de 27 de novembro de 2015 e o nº 8.581, de 3 de dezembro de 2015. Tais decretos alteraram o Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2015. Outro ponto que merece ser trazido à baila é o advento da Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 172, de 27 de maio de 2015, que limitou a despesa a ser empenhada com contratação de bens e serviços com a concessão de diárias e passagens, e da Portaria do Ministério da Fazenda nº 416, de 29 de junho de 2015, que definiu tais limites no âmbito dos órgãos do Ministério.

- Encaminhamentos:** Não há.

2.4.3.21.3 - Nível de Execução Orçamentária e Financeira das Despesas de Investimentos

Quadro 117: Nível de Execução Orçamentária e Financeira das Despesas de Investimentos

Semáforo do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade do Indicador
Verde	51,14	100,00	81,90	Anual

Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 22/02/16.

Fórmula de Cálculo:

$$(0,4 \times \text{VALOR.MP}) + \{0,6 \times [(0,6 \times \text{VALOR.OBRAS}) + (0,4 \times \text{QTDE.OBRAS})]\}$$

Glossário:

- VALOR.MP: Valor Materiais Permanentes
- VALOR.OBRAS: Valor de Obras/Serviços
- QTDE.OBRAS: Quantidade de Obras/Serviços.

Finalidade:

Apurar o percentual de execução de cada Região Fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de Investimentos.

Análise de Desempenho:

- **Situação Atual:** A execução orçamentária de investimento, apesar de ter sido baixa no 1º trimestre, aumentou nos demais trimestres, chegando ao final, a 81,90% da meta. A Região Fiscal de melhor desempenho foi a 2ª Região Fiscal, com 100,00% do atingimento da meta, seguida pela 5ª Região Fiscal, com 94,00% da meta. As Regiões Fiscais que apresentaram piores desempenhos no Indicador foram a 9ª Região Fiscal e a 7ª Região Fiscal, respectivamente com 55,92% e 66,82% da meta.

- **Pontos Críticos:** Dificuldade das Unidades na execução do Plano de Engenharia.
- **Encaminhamentos:** Não há.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

ITEM 3: GOVERNANÇA

3.1 - DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Segundo o Referencial Básico de Governança (RBG), aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme a Portaria-TCU nº 25, de 29 de janeiro de 2014 "a Governança no setor público compreende, essencialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade".

Nesse sentido, as boas práticas de governança estão relacionadas à adoção de boas práticas desses mecanismos por parte da Administração Pública, para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória.

São exemplos de ações para uma boa governança: os controles internos dos órgãos; a gestão e análise de riscos; a criação de planos estratégicos; a definição e monitoramento de indicadores e metas; a contratação de bons servidores; a criação de programas de capacitação e avaliação de servidores; a transparência; a gestão da Tecnologia da Informação, entre outros.

Figura 43: Governança Corporativa - TCU



Fonte: apresentação do PMINF para o TCU

Atualmente, a RFB participa e ao mesmo tempo tem a sua atuação orientada por 1 instância externa de governança, no âmbito do Ministério da Fazenda, e possui 8 instâncias internas de governança que otimizam a busca tanto pela melhoria contínua de sua gestão, como pela maior qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade.

Instância Externa:

1 - Comitê Estratégico de Gestão (CEG)

O CEG é o órgão colegiado com competência delegada pelo Ministro da Fazenda, para deliberar sobre a governança corporativa no âmbito do MF, sendo o responsável pela aprovação final e monitoramento das iniciativas de modernização de gestão do ministério. Segundo as Portarias MF nº 369/2011 e MF nº 370/2013, tem assento no comitê os titulares dos seguintes órgãos e unidades: Gabinete do Ministro, SE, PGFN, RFB, STN, SPE, SAIN, SEAE, GMF, ESAF, CARF e COAF.

Esse Comitê é presidido pelo(a) titular da Secretaria- Executiva do MF, a quem competirá decidir, ad referendum, sobre questões omissas e urgentes e conta com uma Secretaria-Executiva exercida pelo titular da Subsecretaria de Gestão Estratégica da Secretaria- Executiva.

São diretrizes desse Comitê: buscar a coordenação de ações de gestão entre as áreas do MF; compatibilizar, no contexto do MF, as visões políticas e técnicas a respeito de prioridades relativas à gestão corporativa; priorizar, no contexto do MF, o investimento de recursos naquilo que for considerado estratégico; buscar a eficiência e eficácia organizacional; e disseminar melhores práticas de gestão.

As reuniões são ordinárias, periodicamente, em data e horário previamente estabelecidos, ou extraordinárias, mediante iniciativa do Presidente, ou por provocação de qualquer dos seus membros com aprovação do (a) Presidente. Havendo empate em qualquer votação o (a) Presidente emitirá o voto de qualidade.

Figura 44: Novo Organograma do Ministério da Fazenda



Fonte: apresentação do PMINF para o TCU

Instâncias Internas:

1 - Núcleo Estratégico da RFB

Com a finalidade de analisar se os resultados da Instituição estão sendo alcançados, a RFB reúne periodicamente seus principais gestores nacionais e regionais para avaliar e acompanhar as Iniciativas Estratégicas e o desempenho dos Indicadores Estratégicos, com a realização de Reuniões de Avaliação Estratégicas (RAE).

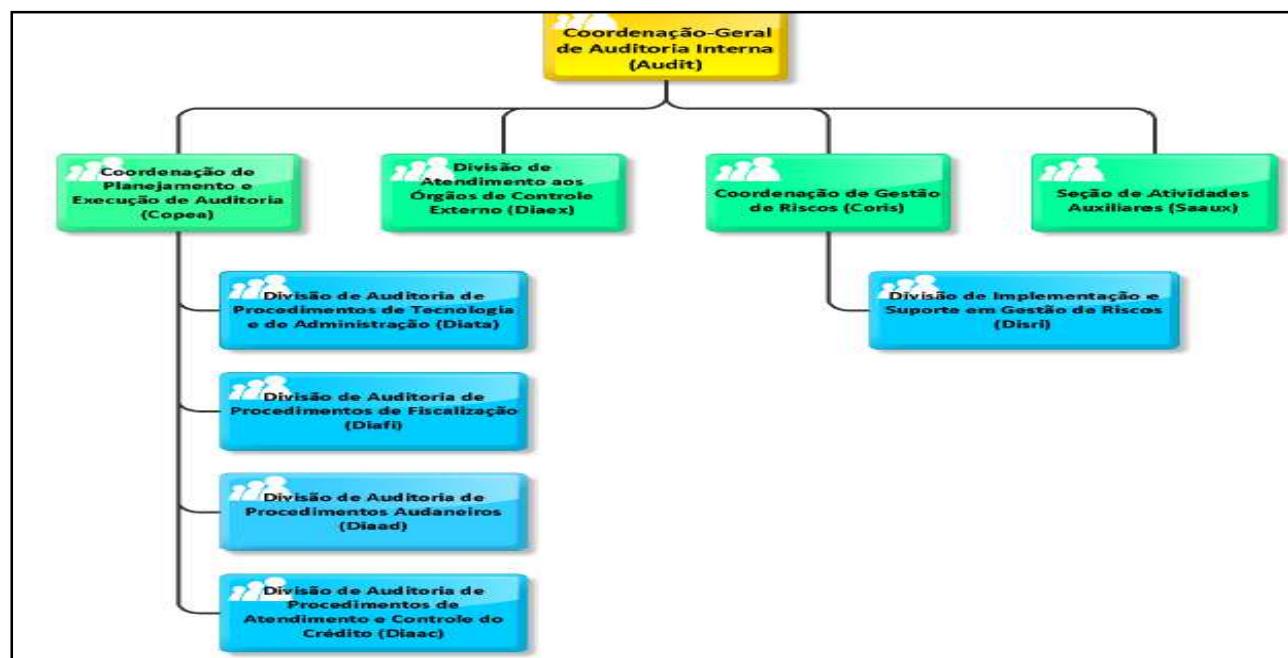
As RAE são organizadas pelo Gabinete do Secretário, com apoio metodológico da Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav). O Núcleo Estratégico da RFB é composto pelos seguintes membros: Secretário da Receita Federal do Brasil, Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil, Subsecretário de Gestão Corporativa, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Subsecretário de Fiscalização, Subsecretário de Tributação e Contencioso, titulares das 9 Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário e os 10 Superintendentes Regionais da RFB.

Essas reuniões são realizadas trimestralmente e têm o objetivo de monitorar a execução da estratégia e, avaliar, analisar e definir mudanças de rumos a serem adotadas, caso sejam necessárias. Antes das reuniões, a Copav avalia os resultados obtidos a partir dos desempenhos estratégicos do respectivo período e, em acordo com os Subsecretários, decide quais objetivos e indicadores estratégicos devem pautar a reunião e, assim, serem objetos de avaliação e análise por seus membros. Desse modo, a RAE contribui para a boa governança da RFB, na medida que subsidia os processos de avaliação, direcionamento e monitoramento da Estratégia Institucional pelo Núcleo Estratégico da RFB.

2 - Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit)

Unidade de auditoria interna responsável pelas iniciativas de proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; de coordenação e execução de atividades de auditoria interna e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas; e de proposição de políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há projeção da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB. A administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB.

Figura 45: Organograma da Audit



Fonte: Intranet da RFB

3 - Ouvidoria Interna da RFB

Na RFB há uma estrutura de Ouvidoria Interna responsável por receber, examinar e encaminhar as mensagens dos cidadãos, referentes a procedimentos e ações de agentes e unidades, no âmbito da RFB.

A Ouvidoria Interna, composta por Unidades Central e Regionais da RFB, atua como canal de diálogo entre o cidadão e a RFB, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços prestados.

A Ouvidoria da RFB faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda (MF), o qual é composto por uma rede de ouvidorias, hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição, coordenadas por uma Ouvidoria-Geral.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas, primeiramente, pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia ou reclamação) e tipo de serviço, e repassadas às Unidades Centrais e Regionais da RFB.

As 5 formas de recepção das mensagens são: portal da ouvidoria na Internet <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/>; *call center* da ouvidoria pelo número: 0800.702.1111; correspondências e fax; formulários próprios, disponíveis nos Centros de Atendimento aos Contribuintes (CAC); e pessoalmente. Uma vez recebidas, cem por cento das mensagens são respondidas aos cidadãos, sendo o prazo máximo para resposta de até trinta dias.

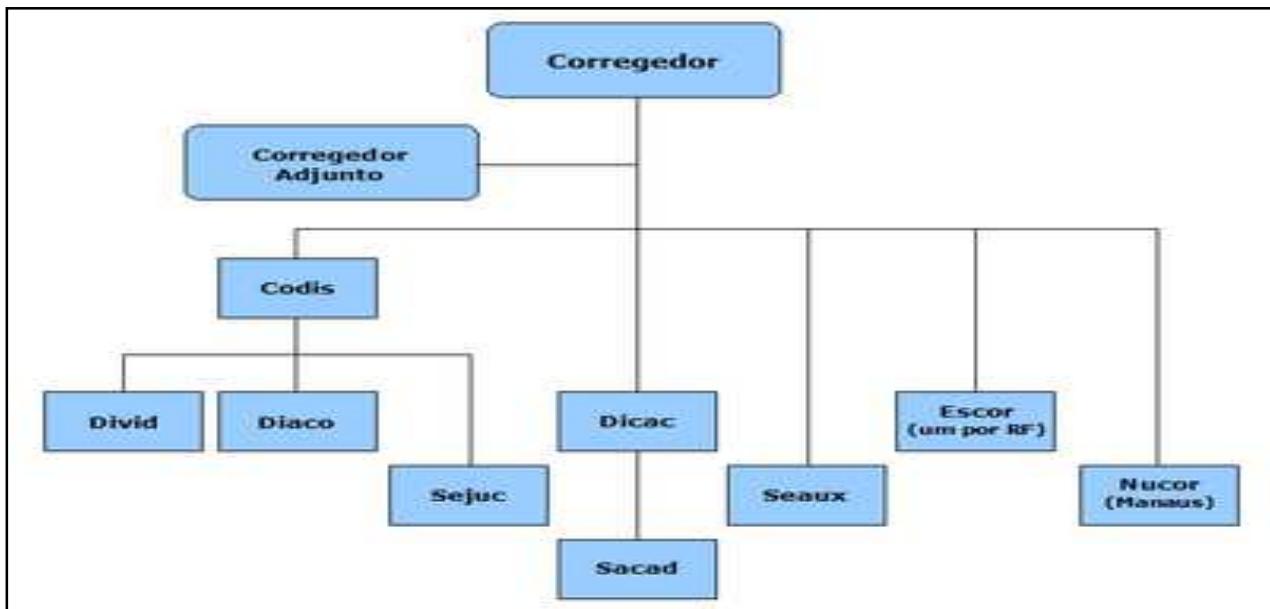
De acordo com o seu conteúdo, o tratamento das mensagens na RFB é realizado por diferentes áreas. Os pedidos de informação, normalmente, são respondidos pela Ouvidoria da Unidade Central; as denúncias relativas a sonegação são encaminhadas e respondidas pelas Divisões de Fiscalização e as referentes a desvios de conduta de servidores à Corregedoria; os elogios, sugestões e reclamações são encaminhados às chefias das divisões responsáveis para conhecimento e providências; e as reclamações relativas a TI são direcionadas ao setor, mediante chamados de intervenção, com prioridade de atendimento.

Como resultado do processo de recebimento, exame, encaminhamento, respostas e medidas de correção e saneamento relativas às mensagens são elaborados os relatórios de informações gerenciais, encaminhados aos respectivos gestores.

4 - Sistema de Correição (Corregedoria da RFB)

A Corregedoria da RFB (Coger) foi instituída pelo Decreto nº 2.331, de 01/10/1997, com a finalidade de supervisionar, coordenar, executar, controlar e acompanhar todas as atividades correcionais no âmbito da RFB. Ela é uma das Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário da RFB, com sede na cidade de Brasília. A Coger também conta com 10 (dez) Escritórios de Corregedoria (Escor), localizados nas capitais das sedes das Regiões Fiscais da RFB, e de um Núcleo de Corregedoria (Nucor), localizado em Manaus, vinculado ao Gabinete do Corregedor.

Figura 46: Organograma da Coger



Fonte: Intranet da RFB

O Regimento Interno (RI) da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e alterado pela Portaria MF nº 499, de 11 de dezembro de 2014, dispõe sobre as competências da Coger e dos Chefes que a gerenciam. As competências específicas da Coger, de seus Escor e do Nucor estão dispostas do art. 18 ao art. 25 e as competências comuns estão descritas nos arts. 203, 204, 207 e 208, todos do RI. Em complemento, as atribuições específicas do Corregedor-Geral, do Corregedor-Geral Adjunto, dos Chefes de Escor e do Chefe do Nucor estão dispostas nos arts. 285 a 288 e as competências comuns estão descritas no art. 312 e 313, todos do RI.

A Coger atua de forma a promover ações preventivas ao desvio de conduta e ações repressivas referentes à disciplina do corpo funcional da RFB, bem como para verificar os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e realizar procedimentos correcionais para apurar irregularidades praticadas no âmbito do órgão.

5 - Comissão de Ética Pública da Seccional da Receita Federal do Brasil (CEPS-RFB)

A Comissão de Ética Pública Seccional da RFB foi constituída pela Portaria RFB nº 3262, de 19 de agosto de 2011, com a finalidade de cumprir o previsto no Capítulo II do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, além de exercer as competências previstas no Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, na Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública, (CEP) e nas demais normas pertinentes à matéria.

A CEPS-RFB é composta por três membros titulares, denominados Conselheiros, e três suplentes, todos designados pelo Secretário da RFB, entre servidores titulares de cargo efetivo da Receita Federal. Esses membros terão mandato de três anos, admitida uma recondução.

A Comissão conta com uma Secretaria-Executiva provida pelo Gabinete da RFB, cabendo-lhe promover os serviços de secretariado ao seu Presidente, a instrução dos procedimentos e a assistência administrativa aos demais Conselheiros.

De acordo com o Regimento Interno da CEPS-RFB, aprovado pela Portaria RFB nº 3693 de 28 de novembro de 2011, essa Comissão tem como atribuições: atuar como instância consultiva do

Secretário e dos servidores da RFB; aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; representar a RFB na Rede de Ética do Poder Executivo Federal; supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal; comunicar à CEPS situações que possam configurar descumprimento de suas normas; aplicar o código de ética ou de conduta próprio; orientar e aconselhar sobre a conduta ética do servidor; responder consultas que lhes forem dirigidas; receber denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento das normas éticas; instaurar processo para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos; convocar servidor e convidar outras pessoas a prestar informação; requerer informações e documentos necessários à instrução de expedientes a agentes públicos e a órgãos e entidades de outros entes da Federação ou de outros Poderes da República; aplicar a penalidade de censura ética a servidor e encaminhar cópia do ato à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da RFB, podendo, ainda, adotar outras medidas para evitar ou sanar desvios éticos, lavrando, se for o caso, o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP); dentre outras.

As reuniões são ordinárias, pelo menos uma vez por mês, ou extraordinárias, mediante iniciativa do Presidente, dos demais membros ou do Secretário-Executivo.

A CEPS-RFB atua nos casos envolvendo os agentes públicos em exercício na RFB, preservada a competência da Comissão de Ética Pública da Setorial do Ministério da Fazenda (CEPS-MF), nos termos do art. 3º da Portaria MF nº 39, de 18 de fevereiro de 2008.

6 - Comitê de Política Tributária e Aduaneira (CPTA da RFB)

Foi instituído pela Portaria RFB nº 1286, de 10 de setembro de 2013 e tem por finalidade subsidiar a formulação das políticas tributária e aduaneira, em consonância com as demais políticas institucionais. É composto pelos seguintes membros: Secretário da Receita Federal do Brasil, Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil, Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Subsecretário de Tributação e Contencioso, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Subsecretário de Fiscalização, Subsecretário de Gestão Corporativa, Coordenador Geral de Pesquisa e Investigação, Chefe da Assessoria de Acompanhamento Legislativo.

O Comitê tem como atribuições: promover discussões institucionais sobre temas tributários e aduaneiros, com a finalidade de analisar, propor ou recomendar ajustes na legislação tributária e aduaneira federal; coordenar reuniões institucionais com a participação de organismos e entidades representativas dos diversos setores econômicos, que apresentam propostas ou recomendações para as políticas tributária e aduaneira; instituir e supervisionar Grupos de Estudos Temáticos (GET); gerenciar o encaminhamento das propostas e recomendações às instâncias decisórias; bem como o acompanhamento da tramitação das medidas no processo legislativo.

A finalidade dos GET é elaborar estudos, análises e pesquisas necessárias à formulação das políticas tributária e aduaneira. São competências dos GET: submeter à aprovação do CTPA Projeto de Pesquisa e, após a aprovação do Projeto pelo CTPA, realizar as atividades programadas, as quais terão prioridade definida no ato de designação; concluída a pesquisa, apresentar os resultados na forma de relatórios técnicos; e, na hipótese de proposta de modificação normativa, esta é acompanhada das justificativas pertinentes e da demonstração de sua viabilidade econômico-financeira, técnica e jurídica.

Os GET são integrados por servidores das áreas envolvidas, indicados conforme a natureza e especificidade do tema objeto do estudo, designando-se um supervisor e um substituto dentre seus membros. O supervisor pode demandar outras áreas da RFB, com a finalidade de obter dados e informações gerenciais necessárias à análise de Projeto de Pesquisa de um grupo. A conclusão e

apresentação do estudo não implica a adoção, a implementação ou o encaminhamento das propostas do GET, as quais são submetidas às instâncias decisórias competentes.

As reuniões são ordinárias, conforme calendário previamente definido, e extraordinárias, mediante convocação do Presidente. São realizadas preferencialmente na sede da RFB, em Brasília. O Presidente ou qualquer outro membro do Comitê pode se fazer acompanhar por assessor. O CPTA é presidido pelo Secretário da Receita Federal do Brasil e, em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto ou, na ausência deste, pelo Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros.

A Portaria RFB nº 1286/2013 institui, também, a Secretaria Executiva do CPTA, com a finalidade de administrar o funcionamento do Comitê, sistematizar e documentar seus trabalhos.

7 - Comitê de Execução Orçamentária (CEO) da RFB

Quanto às Finanças Públicas, o planejamento, a transparência, a prevenção de riscos e a correção de desvios estão entre os pressupostos da gestão fiscal responsável, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tais pressupostos visam preservar o equilíbrio das contas públicas, de forma a controlar o endividamento público.

Na busca pelo cumprimento desse ditame legal, e em consonância com os objetivos estratégicos institucionais, foi instituído pela Portaria RFB nº 1970, de 18 de novembro de 2014, o Comitê de Execução Orçamentária da RFB composto pelos seguintes membros: Secretário da Receita Federal do Brasil, Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil, Chefe de Gabinete da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Subsecretário de Gestão Corporativa, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Subsecretário de Fiscalização, Subsecretário de Tributação e Contencioso, Representante das Superintendências da RFB, Coordenador-Geral de Programação e Logística e Coordenador-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional.

O Comitê tem como atribuições: assistir o Secretário e o Subsecretário de Gestão Corporativa na execução orçamentária do órgão, acompanhar a execução orçamentária e examinar e manifestar-se sobre pedidos de alteração dos referenciais orçamentários estabelecidos. Esses pedidos referem-se aos recursos associados a Iniciativas Estratégicas, conforme definidas em ato específico do Secretário, e aos tipos de despesas de relevante interesse, conforme definidos em ato específico do Subsecretário de Gestão Corporativa.

As reuniões são ordinárias, conforme calendário previamente definido, e extraordinárias, mediante convocação do Presidente. São realizadas, preferencialmente, na sede da RFB, em Brasília, com um quórum mínimo de cinco membros, sendo um deles, necessariamente, o Presidente.

O CEO é presidido pelo Secretário da Receita Federal do Brasil e, em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto ou, na ausência de ambos, pelo Subsecretário de Gestão Corporativa. As matérias para deliberação poderão ser inclusas na pauta do Comitê mediante a solicitação do Secretário ou do Subsecretário de Gestão Corporativa e, atendido o quórum mínimo, elas são tomadas por maioria simples dos votos de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade. As deliberações do Comitê são qualificadas como Resoluções, de caráter orientativo.

8 - Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação (CTSI da RFB)

A governança de TI é a parte da governança corporativa que tem por objetivo assegurar que seu agregue valor ao negócio com riscos aceitáveis. Desse modo, ela tende a diminuir ou, até mesmo, evitar deficiências da gestão institucional consideradas comuns, mas que prejudicam a qualidade e a

eficiência dos serviços prestados. É o caso de planejamentos inadequados, da reincidência de projetos malsucedidos ou de contratações que não alcançam seus objetivos.

O atual CTSI da RFB foi instituído pela Portaria RFB nº 229, de 26 de fevereiro de 2013, com a finalidade de deliberar sobre diretrizes e investimentos em tecnologia e segurança da informação, alinhando-os aos objetivos estratégicos institucionais. Ele apresenta a seguinte composição: Secretário da Receita Federal do Brasil, Subsecretário de Gestão Corporativa, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Subsecretário de Fiscalização, Subsecretário de Tributação e Contencioso, Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação e Coordenador-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional.

À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec) da RFB ou, subsidiariamente, à Subsecretaria de Gestão Corporativa, compete o apoio técnico necessário ao funcionamento do Comitê, exercendo o papel de Secretaria Executiva.

De acordo com o seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria RFB nº 230, de 26 de fevereiro de 2013, o CTSI da RFB tem como atribuições: estabelecer as políticas e diretrizes gerais de tecnologia e segurança da informação, alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais; aprovar as políticas e diretrizes para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); definir prioridades na execução dos planos e projetos relacionados à tecnologia e segurança da informação, observado o portfólio de projetos estratégicos da RFB; e aprovar as políticas e diretrizes gerais do plano de ações e investimentos para a área de tecnologia e segurança da informação.

As reuniões são ordinárias, conforme calendário previamente definido, e extraordinárias, mediante convocação do Presidente. São realizadas, preferencialmente, na sede da RFB, em Brasília, com um quórum mínimo de cinco membros, sendo um deles, necessariamente, o Presidente. O Presidente ou qualquer membro do Comitê pode se fazer acompanhar por um assessor.

Este Comitê é presidido pelo Secretário da Receita Federal do Brasil e, em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto ou, na ausência de ambos, pelo Subsecretário de Gestão Corporativa. As deliberações do Comitê são qualificadas como: Resoluções (caráter normativo e orientativo); Decisões (determinam procedimentos a serem adotados pelos membros do Comitê e pela Secretaria Executiva); e Comunicados (informam as atividades e eventos relacionados ao Comitê).

3.2 - ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

3.2.1 - Principais eventos apurados e providências adotadas

Operação Fantasma

Deflagrada no dia 27 de janeiro de 2015 e decorreu do aprofundamento das investigações, inicialmente desenvolvidas pela Corregedoria da Receita Federal, a qual detectou indícios de alterações irregulares na base CPF, praticadas por servidores.

Contou com a participação da Corregedoria da Receita Federal e da Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvio de Recursos Públicos (Delefin) da Polícia Federal.

O esquema criminoso consistia na inserção de dados falsos nos sistemas informatizados da RFB, com intuito de incluir na base CPF pessoas inexistentes. Os números de CPF criados eram disponibilizados a terceiros, que alteravam quadros societários de empresas, obtinham financiamentos, benefícios previdenciários e elaboravam declarações de imposto de renda em nome destes "contribuintes fantasmas".

Com foco na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foram expedidos nove mandados de busca e apreensão, incluindo três unidades da RFB (Tijuca, São Gonçalo e Macaé/RJ). Participaram da operação seis servidores da Corregedoria.

Operação Bumerangue

Coordenada pelo Nupei/Campo Grande/Copei, em conjunto com o Ministério Público Federal e o Departamento de Polícia Federal do Mato Grosso do Sul, e obteve o apoio da Corregedoria da RFB. A organização criminosa era suspeita de fraudar o Fisco Federal nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. O levantamento inicial apontou para mais de R\$ 250 milhões em transações comerciais realizadas pelo grupo investigado.

No dia 25 de fevereiro de 2015, foram cumpridos 12 mandados de prisão temporária, 39 conduções coercitivas e 35 mandados de busca e apreensão em residências dos investigados e nas empresas supostamente ligadas à organização criminosa, situadas no MS (Dourados, Ponta Porã e Campo Grande), PR (Cascavel, Chopinzinho, Londrina e Ibirapuã), SC (Garuva) e SP (São Paulo – Capital – Bauru, Rio Preto, São José do Rio Preto, Votuporanga, Limeira, Catanduva e Mogi das Cruzes). Participaram das ações 60 servidores da Receita Federal e cerca de 210 policiais federais.

Com o início das investigações, foi identificado esquema de fornecimento, em cidades sul-mato-grossenses próximas à fronteira, de produtos siderúrgicos de origem nacional exportados. As mercadorias saiam do país e depois retornavam de forma descaminhadas, não havendo o regular recolhimento dos tributos devidos. As notas fiscais eram canceladas, constatando-se que, na grande maioria dos casos, o grupo investigado utilizava-se da denominada exportação fictícia ou simulada.

Operação Morfeu

Coordenada pelo Ministério Público Federal e o Departamento de Polícia Federal do Estado do Amazonas, com o objetivo de desarticular um esquema de corrupção que tinha como objetivo “agilizar” o desembarque de mercadorias importadas.

A deflagração ocorreu no dia 8 de julho de 2015, quando foram cumpridos 16 mandados judiciais, sendo 4 de busca e apreensão e 12 de condução coercitiva, nos estados do Amazonas e São Paulo, e contou com a participação de 4 servidores da Corregedoria.

Operação Shylock

Realizada pela Receita Federal em conjunto com o Ministério Público Federal e o Departamento de Polícia Federal de Santa Catarina. Durante a investigação foi identificada associação criminosa composta por empresários de Santa Catarina e de São Paulo e despachantes aduaneiros, além de servidores públicos federais.

O grupo investigado realizava importações de diversos produtos, provenientes principalmente da China, utilizando como locais de entrada no Brasil portos e pontos de fronteira seca. Após a chegada desses produtos ao país, a organização buscava concentrar o desembaraço aduaneiro das mercadorias na unidade da Receita Federal em Dionísio Cerqueira (SC), de onde as mercadorias eram distribuídas para outras localidades. As fraudes envolviam subfaturamento, declaração falsa de conteúdo, contrafação, descaminho e interposição fraudulenta de pessoas com ocultação do real importador, entre outras irregularidades.

Como parte das ações, no dia 24 de setembro de 2015, foram cumpridos 44 mandados de busca e apreensão, 7 mandados de prisão preventiva, 3 mandados de prisão temporária e 6 conduções coercitivas, nos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. A Justiça Federal determinou, ainda, o sequestro de 15 veículos e de diversos bens imóveis pertencentes às pessoas investigadas. Participaram das ações 25 servidores da Receita Federal e 176 da Polícia Federal.

3.2.2 - Aderência do registro no CGU-PAD

A aderência do registro das informações relativas a processos disciplinares aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, notadamente no que se refere ao prazo de 30 dias para sua inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD, é 100% (cem por cento).

3.3 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O modelo de gestão dos controles internos da RFB está baseado em uma estrutura composta por cinco níveis de controle, nos moldes do modelo estabelecido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). A organização destes níveis leva em conta o planejamento estratégico e os objetivos operacionais, de comunicação e de conformidade dele advindos.

Figura 47: Controle Interno



O **ambiente de controle** é a base de todo o sistema de controle interno. Ele fornece o conjunto de regras e estrutura da organização, além de criar um clima que influí na qualidade do controle interno em seu conjunto. O ambiente de controle exerce uma influência geral na forma pela qual se estabelecem as estratégias e os objetivos, e na maneira pela qual os procedimentos de controle são estruturados. O perfil da organização é estabelecido pela influência do ambiente de controle na consciência das pessoas.

No tocante à gestão estratégica, a RFB possui um claro delineamento de suas políticas e diretrizes, o que possibilita uma fácil implementação de ações estratégicas, permitindo que a Instituição como um todo conheça seus objetivos, sua missão e sua visão de futuro. Tal fato decorre de uma extensa gama de objetivos conexos por uma relação de causa e efeito, que norteiam o comportamento e o desempenho de unidades, de servidores e da própria Instituição, objetivando alcançar os resultados esperados. Destaca-se, ainda, o uso de diversos indicadores estratégicos que ajudam no processo de planejamento, além da realização de reuniões periódicas entre os membros da alta administração da RFB no sentido de convergir ideias e pensamentos, unificando o planejamento em uma linha comum de raciocínio.

Outro ponto importante está ligado ao fato de os processos de trabalho serem construídos de modo a atingir os objetivos estratégicos da organização, bem como, obviamente, visando a respeitar a legislação vigente. Com os processos devidamente organizados, os servidores são capazes de realizar com facilidade um primeiro nível de controle interno, estando atentos à forma como o procedimento deve ser trabalhado, bem como em relação à forma como ele de fato é desenvolvido.

O **ambiente de controle** também está diretamente ligado à integridade pessoal e profissional, aos valores éticos da direção e do quadro de pessoal, incluindo uma atitude de apoio ao controle interno, durante todo o tempo e por toda a organização, à competência dos servidores, à filosofia da direção e ao estilo gerencial, à estrutura organizacional e às políticas e práticas de recursos humanos.

No tocante aos princípios e valores éticos da Instituição, os servidores da RFB possuem os mesmos compromissos éticos indistintamente ao cargo que ocupem, observando os deveres constantes do Código de Ética Profissional do Servidor Público de Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171/1994 e da Comissão de Ética Pública Seccional da RFB (CEPS-RFB).

Acompanhando as ações implementadas pelo Poder Executivo Federal com vistas ao aperfeiçoamento da ética do setor público, foi instituída pela Portaria RFB nº 3.262, de 19/08/2011 a Comissão de Ética Pública Seccional da RFB (CEPS-RFB). Por meio da Portaria RFB nº 773, de 24 de junho de 2013, foi aprovado o Código de Conduta dos Agentes Públicos em exercício na RFB. Com isso, os servidores da RFB passaram a estar sujeitos a mais uma esfera normativa, complementar às normas que regulam o serviço público em geral e ao já citado Código de Ética do Executivo.

Já no que diz respeito à competência e ao desenvolvimento pessoal, a RFB busca a capacitação contínua e o desenvolvimento dos seus recursos humanos, pois entende que a eficácia dos seus controles internos administrativos está diretamente relacionada com a competência e a formação profissional de sua equipe. Desde 2010, a RFB implementou um novo modelo de capacitação com foco em competências, o que acarretou em um ambiente de trabalho cada vez mais voltado à aprendizagem e ao desenvolvimento permanente do corpo funcional.

Além disso, a Instituição ainda dispõe de mecanismos que permitem avaliar os níveis de bem-estar e motivação dos servidores, como pesquisas de clima organizacional e campanhas sobre a saúde e a qualidade de vida do servidor.

Em seguida, destacam-se as atividades ligadas ao **gerenciamento de riscos** a serem enfrentados pela RFB no alcance de sua missão e de seus objetivos. Ocorre, neste nível, um processo de identificação e mensuração dos riscos, a avaliação da tolerância da Instituição aos riscos e o desenvolvimento de respostas a eles.

Na atual estrutura regimental as ações de gerenciar a implementação, disseminar a metodologia, monitorar e proceder à análise crítica em gestão de riscos na RFB estão a cargo da Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), unidade de assessoramento ligada diretamente ao Gabinete do Secretário da RFB.

A atual Política de Gerenciamento de Riscos da Receita Federal do Brasil (RFB) está disciplinada pela Portaria RFB nº 1.674 de 16 de setembro de 2014. Tal política é baseada nos preceitos da NBR ISO 31000:2009, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A portaria determina que o Gerenciamento de Riscos seja implantado por todas as áreas de negócio da RFB, como parte de seu modelo de gestão. Determina ainda, na sua implantação, que sejam priorizados os processos de trabalho que impactam diretamente o atingimento dos objetivos estratégicos institucionais.

A política de Gerenciamento de Riscos da RFB divide as competências em 5 papéis distintos:

1. Patrocinadores dos Processos: Subsecretários ou dirigentes de unidades de assessoramento direto ao Secretário da RFB;
2. Gestores dos Processos: Coordenadores-Gerais, Coordenadores Especiais, Coordenadores, Chefes de Divisão e Gerentes;
3. Gestores de Riscos: Superintendentes, Delegados, Inspetores e cargos equivalentes;
4. Colaboradores: servidores de unidades organizacionais com conhecimento sobre o processo de negócio submetido à avaliação de riscos;
5. Analistas de Riscos: Servidores com conhecimento sobre Gestão de Riscos, aptos a aplicarem a metodologia.

Cada papel possui suas competências distribuídas da seguinte forma:

I – Patrocinadores do Processos:

- ✓ Priorizar os processos de trabalho e projetos para Gerenciamento dos Riscos;
- ✓ Juntamente com o Gestor de Processo, decidir sobre a implementação de ações destinadas ao tratamento ou monitoramento de riscos, fixar prazos, avaliar e validar resultados;
- ✓ Monitorar a distribuição dos riscos no processo, a evolução dos Níveis dos Riscos e a efetividade do plano de ação;
- ✓ Fornecer apoio institucional para viabilizar, dentre outros aspectos, os recursos e o relacionamento entre as partes interessadas;
- ✓ Definir, juntamente com o Gestor do Processo, o Apetite de Riscos dos processos de trabalho e projetos sob sua gestão.

II – Gestores dos Processos:

- ✓ Colaborar na definição de quais processos de trabalho e projetos terão os riscos gerenciados para cada ciclo de Gerenciamento de Riscos;
- ✓ Priorizar riscos a serem tratados;
- ✓ Definir tratamentos e monitoramentos a serem implementados e elaborar Plano de Ação para execução dessas ações;
- ✓ Acompanhar a efetivação das ações descritas na alínea anterior e avaliar resultados;
- ✓ Definir colaboradores para participar das avaliações;
- ✓ Validar a documentação elaborada no processo de Gerenciamento de Riscos;
- ✓ Monitorar a distribuição dos riscos no processo, a evolução dos níveis dos riscos e a efetividade do plano de tratamento;
- ✓ Monitorar a necessidade de início de novo ciclo de Gerenciamento de Riscos;
- ✓ Auxiliar o Patrocinador na definição do Apetite de Riscos.

III – Gestores de Riscos:

- ✓ Colaborar na priorização de riscos a serem tratados;
- ✓ Acompanhar a implementação das ações de tratamento e avaliar seus resultados;
- ✓ Indicar colaboradores;
- ✓ Monitorar a distribuição dos riscos no processo, a evolução dos níveis dos riscos e a efetividade do plano de tratamento.

IV – Colaboradores:

- ✓ Fornecer informações para a realização das avaliações de riscos de processos de trabalho, de projetos e para a elaboração de Pareceres de Riscos Institucionais;
- ✓ Validar a documentação elaborada durante o processo de Gerenciamento de Riscos antes do encaminhamento da mesma para o Gestor do Processo.

V – Analistas de Riscos:

- ✓ Facilitar a aplicação da metodologia de Gerenciamento de Riscos em processos de trabalho, projetos e demais objetos avaliados;

- ✓ Monitorar a distribuição dos riscos nos processos, a evolução dos níveis dos riscos, e a efetividade dos planos de tratamento.

Segundo esta sistemática de divisão de papéis há a garantia de que, num ciclo de avaliação de riscos, servidores em todos os níveis da cadeia de valor da RFB participem do processo, elevando assim a percepção da importância do gerenciamento de riscos para:

- Subsidiar a tomada de decisões nos níveis estratégicos, táticos e operacionais da RFB;
- Agregar valor ao ambiente corporativo;
- Prover contínua melhoria dos processos de trabalho da organização.

Como forma de garantir o apoio dos níveis estratégicos de direção da Instituição, optou-se por deixar a cargo do Gestor do Processo a validação de toda a documentação do processo de avaliação de riscos, bem como a elaboração do plano de ação para o tratamento dos riscos.

Além do monitoramento a ser feito pelas unidades responsáveis pelos processos de negócio, há possibilidade de realização de auditorias específicas, por parte da Coordenação-Geral de Auditoria Interna da RFB, no intuito de avaliar a utilização e aplicação da Política de Gerenciamento de Riscos da RFB.

As **atividades de controle** existem em todos os níveis da organização, inclusive no ambiente tecnológico. Elas podem ser preventivas, detectivas ou contingenciais. Para serem efetivas, essas atividades devem ser apropriadas, abrangentes e razoáveis, funcionar consistentemente de acordo com um plano de longo prazo, ter um custo adequado e estar diretamente relacionadas aos objetivos de controle. No âmbito da RFB, podemos destacar as atuações da Corregedoria (Coger) e da Audit.

Em relação à gestão da integridade funcional, deve-se observar que, desde 1997, a RFB dispõe de uma unidade de correição, a Coger, instituída pelo Decreto nº 2.331, de 01/10/1997. Com tal ato normativo, a Coger ganhou posição de subordinação direta ao Secretário da Receita Federal do Brasil e teve sua competência definida de modo a abranger ações preventivas e repressivas em matéria de ética disciplinar, de forma a melhor orientar os servidores do fisco no cumprimento das normas de conduta que deles se espera.

O combate aos comportamentos que fogem ao esperado exige que a Instituição se mantenha vigilante para coibir as situações que suscitem a conduta reprovável, e é por meio de uma atuação preventivo-educativa sobre o corpo funcional e do controle das atividades por ele realizadas que a Coger atua. Além disso, ela tem o condão de conscientizar as pessoas da existência de uma ação repressora e punitiva, com o fim de inibir a conduta antijurídica.

Com a constituição da CEPS-RFB, a RFB passou a contar com um foro próprio para a apreciação de temas éticos, sob alcance objetivo de todos os agentes públicos em exercício no órgão (e não apenas dos servidores concursados), com exceção das autoridades submetidas à Comissão de Ética Pública Setorial do Ministério da Fazenda (CEPS-MF).

Já no que diz respeito à conformidade de procedimentos internos, as atividades de auditoria interna encontram-se a cargo da Audit. A Audit está estruturada de forma centralizada, portanto, não possui projeções regionais nas Unidades Descentralizadas. No entanto, as equipes de auditoria interna também são constituídas por servidores cedidos pelas Superintendências Regionais.

A Audit possui suas atribuições definidas no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17/05/2012, e alterações posteriores, estando dentre suas competências regimentais “o estabelecimento de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva, em consonância com o modelo de gestão”, “avaliar se os mecanismos de controle interno existentes asseguram o

cumprimento dos objetivos da RFB” e “acompanhar e executar as atividades relacionadas com o cumprimento das determinações, recomendações e solicitações emitidas pelos órgãos de controle externo, bem como preparar as respectivas respostas”.

A área de auditoria interna possui atuação em grande parte dos macroprocessos de trabalho da RFB, como o atendimento e controle do crédito tributário, fiscalização, aduana, tecnologia da informação, gestão de pessoas e logística.

Já no tocante ao que se convencionou chamar de Controle Externo, a RFB está sujeita às ações de controle do Ministério da Fazenda, por meio de sua Assessoria Especial de Controle Interno (AEKI); da Controladoria Geral da União (CGU), órgão de controle interno do Poder Executivo, e do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão de controle externo ligado ao Legislativo.

Para acompanhar as diversas demandas desses órgãos externos, bem como as ações de auditoria realizadas pela CGU e pelo TCU, a RFB conta com uma unidade específica, subordinada diretamente à Audit, a Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo (Diaex). A esta unidade compete também coordenar os trabalhos de elaboração da Prestação de Contas Anual da RFB, assim como consolidar as informações no âmbito da RFB que subsidiarão a Prestação de Contas da Presidência da República. Neste mister, atendendo a um dos princípios da “boa governança”, a RFB tem procurado aprimorar seu processo de prestação de contas à sociedade.

Além de envidar esforços na elaboração de documentos formalmente instituídos pelos órgãos de controle (como o Relatório de Gestão), a RFB também desenvolveu, por meio de sua área de comunicação, um Relatório de Atividades, em linguagem de interesse para o público em geral, voltado para a difusão anual de informações quanto às principais realizações, desempenho e desafios enfrentados pela Instituição.

Ainda na esfera do controle externo, a RFB possui uma unidade central de Ouvidoria, vinculada ao Gabinete do Secretário, que atua junto com a Ouvidoria do Ministério da Fazenda e coordena os trabalhos de suas projeções nas unidades regionais da RFB. A Ouvidoria é um meio para que a população possa apresentar reclamações, sugestões, críticas e elogios relacionados aos aspectos fiscais, tributários e aduaneiros, os quais contribuem para o aperfeiçoamento das atividades da Instituição. Também é responsável pelo atendimento aos pedidos de informações regulados pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). A Ouvidoria, a partir das demandas recebidas, também desenvolve um trabalho de diagnóstico dos problemas apresentados pelos cidadãos, subsidiando as demais áreas no aprimoramento dos serviços prestados pela RFB.

Em seguida, destaca-se o desenvolvimento de mecanismos de **informação e comunicação**, que, quando implementados de maneira eficaz são vitais para que uma entidade conduza e controle suas operações. A alta administração da RFB precisa contar com um sistema de comunicação relevante, confiável, correto e oportunamente, relacionado tanto aos eventos internos quanto aos externos.

No âmbito interno, a RFB possui uma política de comunicação que propicia o uso do conhecimento corporativo em favor da produtividade. Os canais de comunicação existentes permitem amplo acesso do corpo funcional às informações quanto ao papel de cada um no sistema de controle interno, bem como em relação aos objetivos e estratégias organizacionais.

Visando ao fortalecimento dessa comunicação, em 2013, foi lançada a rede de conhecimento corporativo da Instituição, denominada Conexão Receita. Esta rede social corporativa possibilita que os servidores da Receita Federal atuem de maneira colaborativa e eficiente. Além disso, o uso de ferramentas de comunicação em tempo real, como o correio eletrônico, o serviço de mensagens instantâneas e videoconferências, ampliam a capacidade de comunicação ainda mais, agilizando processo e rompendo barreiras criadas pela enorme extensão territorial de nosso país.

Chama a atenção neste aspecto, ainda, o Caderno Fato Gerador, publicação semestral, impressa e virtual, voltada à divulgação das ações de destaque da Instituição, tanto para o público interno quanto externo.

Já durante os processos de trabalho, avanço importante relativo à comunicação pode ser atribuído ao uso do e-Processo, sistema que permite a criação e a tramitação dos processos por meio completamente eletrônico, agilizando a troca de informações entre as partes envolvidas naquele trabalho em específico, ao mesmo tempo em que reduz os riscos inerentes ao uso do processo físico, como a demora no deslocamento, a fragilidade da proteção ao sigilo e a possibilidade de extravio.

No que diz respeito ao relacionamento da RFB com a sociedade, a Instituição possui canais de comunicação permanentes.

O primeiro deles é a Ouvidoria, já descrita anteriormente.

Em seguida, têm-se os Centros de Atendimento ao Contribuinte (CAC), unidades físicas que prestam serviços e informações à população e o site da RFB na Internet, que além de conter diversas informações e notícias, oferece uma vasta gama de serventias aos contribuintes, ajudando a reduzir as demandas nos CACs.

Em 2013 foi lançado oficialmente o *Twitter* da Receita, mais uma ferramenta de comunicação que visa a dar mais transparência e agilidade na divulgação das informações de interesse público.

A TV Receita, lançada no final de 2012, contém vídeos informativos que são produzidos a partir de sugestões das áreas técnicas. A intenção da TV Receita é ser a voz e a imagem da casa, procurando aproximar os servidores ao oferecer uma visão panorâmica das muitas atribuições. Em 2013 foi criado o canal oficial da TV Receita no YouTube, que possibilitou a divulgação de vídeos para o público externo.

Por fim, após estabelecido o ambiente de controle adequado, realizada a avaliação de riscos, implementadas as atividades de controle e determinados os meios de comunicação convenientes, deve-se ter em mente que o controle interno é algo dinâmico e deve ser aperfeiçoadoo continuamente, até mesmo em virtude de mudanças ocorridas com o tempo e a consequente alteração nos riscos enfrentados pela Instituição. Deste modo, o **monitoramento** do sistema de controle interno é não somente necessário como também essencial para assegurar que este sistema está em sintonia com os objetivos, o ambiente os recursos e os riscos.

No âmbito da RFB este monitoramento é realizado de forma contínua e permanente, em primeiro plano, pelas próprias áreas técnicas das unidades administrativas, que procuram garantir que os processos de trabalho sejam desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável. Em um segundo nível, o monitoramento é realizado por aqueles que acompanham as operações do dia a dia, responsáveis por supervisionar e dar apoio tático e estratégico aos procedimentos.

Há, ainda, internamente, monitoramentos realizados pelo gerenciamento de riscos, pelas ações relacionadas à integridade funcional e pela execução de auditorias procedidas pela auditoria interna, conforme plano de trabalho anual, onde são consignadas ações orientadas para a consecução dos objetivos institucionais.

Deve-se, ainda, destacar que durante a fase de monitoramento é essencial que se confrontem as ações realizadas com a missão, a visão e os indicadores estratégicos da RFB, uma vez que é necessário que todas as atividades desenvolvidas estejam perfeitamente alinhadas com estes elementos para que os objetivos da organização sejam alcançados.

Além de ocorrer no âmbito do controle interno, o monitoramento também se dá por meio de ações dos órgãos externos de controle. No Poder Executivo, ocorre a atuação da CGU, enquanto fora

dessa esfera tem-se a atuação do TCU. Ambos, além de realizarem auditorias, fazem o acompanhando de deliberações por eles expedidas.

Do exposto, depreende-se que na RFB existem diferentes níveis e formas de controle interno, que se complementam.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

ITEM 4: RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 - CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

A) Ouvicoria

1. Sobre a Ouvicoria da Receita Federal

A Ouvicoria da Receita Federal faz parte do Sistema de Ouvicoria do Ministério da Fazenda MF.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas pelo Sistema Ouvicor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia ou reclamação), classificadas por tipo de serviço, e repassadas às Unidades Centrais e Regionais da Receita Federal, para tratamento e resposta ao cidadão.

A Ouvicoria das Unidades Centrais trata as mensagens de âmbito geral e as mensagens relativas a Tecnologia da Informação. Compete também à Ouvicoria da Unidade Central a supervisão das ouvidorias regionais.

As ouvidorias da 3^a, 6^a e 9^a Regiões Fiscais são centralizadas nas respectivas Superintendências Regionais: Fortaleza, Belo Horizonte e Curitiba. As demais são descentralizadas e cada Delegacia ou Inspetoria tem um ouvidor próprio e um substituto.

2. Forma de recepção das mensagens:

As mensagens são postadas pelos cidadãos na ouvidoria, por intermédio de:

- a) Portal da ouvidoria na Internet: <http://portal.ouvicoria.fazenda.gov.br/>;
- b) *Call center* da ouvidoria, que atende pelo número 080.702.1111;
- c) Correspondências, fax;
- d) Formulários próprios, disponíveis nos Centros de Atendimento aos Contribuintes (CAC);
- e) Pessoalmente, no endereço SAS, Quadra 06, Bloco O, Térreo – Brasília/DF.

3. Tratamento das mensagens:

- a) As denúncias relativas à sonegação são encaminhadas e respondidas pelas Divisões de Fiscalização. As referentes a desvios de conduta de servidor à Corregedoria da Receita Federal.
- b) Pedidos de informação normalmente são respondidos pela Ouvicoria das Unidades Centrais.
- c) Elogios, sugestões e reclamações são encaminhados às chefias das divisões responsáveis, para conhecimento e providências. As reclamações relativas a TI são direcionadas ao setor, mediante chamados de intervenção, com prioridade de atendimento.
- d) Cem por cento das mensagens são respondidas aos cidadãos.
- e) O prazo máximo para resposta é de até trinta dias.

4. Estatísticas relativas a 2015:

No decorrer do exercício de 2015 foram recepcionadas 83.233 mensagens na Ouvidoria da Receita Federal, com média mensal de 6.936 manifestações. Isso corresponde a um aumento de 5,4% em relação ao ano de 2014.

Oitenta e cinco por cento (85%) das mensagens recebidas foram respondidas dentro do mês de recebimento, representando uma melhoria de seis pontos percentuais na comparação com o ano anterior.

Quanto aos **tipos de mensagens**, recebidas no exercício de 2015, foram contabilizados:

- Elogios - 533
- Sugestões - 471
- Denúncias (*) - 3.395
- Solicitações diversas - 2.839
- Pedidos de Informação - 22.525
- Reclamações - 53.165

(*) 58 denúncias relativas a servidores ou irregularidades nos serviços prestados e as demais são denúncias de sonegação praticada por contribuintes.

5. Informações gerenciais:

Os relatórios relativos à Ouvidoria são elaborados pelos Representantes Regionais da Ouvidoria de cada Superintendência e pelo Ouvidor da Receita Federal e encaminhados ao superior imediato na Unidade, às áreas de interesse e publicado na Intranet.

O relatório do Ouvidor-Geral é encaminhado ao Secretário da Receita Federal e às áreas de interesse e publicado na Intranet da Instituição.

6. Ações relevantes:

Foi realizada em 2015 a Modelagem do Processo de Ouvidoria e do Serviço de Informação ao Cidadão.

Implantação dos relatórios mensais, elaborados pelos representantes das ouvidorias regionais a partir de janeiro de 2015, que permitiram avaliar e sistematizar as melhorias implementadas nos serviços prestados pela Receita Federal, em decorrência das demandas recebidas e tratadas pelas Ouvidorias de cada Região Fiscal.

Mais de 30 atuações da Ouvidoria na área de Tecnologia da Informação, demandando manutenção reparadora e/ou evolutiva nos sistemas disponibilizados para os cidadãos.

Foi desenvolvido um grande esforço nas alfândegas (sobretudo em Curitiba), juntamente com os Correios, para agilizar as entregas das mercadorias adquiridas no exterior e submetidas ao Regime Simplificado de Tributação. Como consequência, houve uma redução de 56% no volume de reclamações desse serviço.

No âmbito das regiões fiscais, destacam-se as seguintes ações relevantes realizadas no exercício de 2015:

1^a Região Fiscal

- a) Treinamento dos ouvidores e elaboração de “Manual do Ouvidor”;
- b) Implantação do Autoatendimento Orientado, para a melhoria do fluxo de atendimento presencial;
- c) Ampliação de horário de atendimento nas agências jurisdicionadas a Anápolis/GO;e
- d) Obras realizadas no Centro de Atendimento ao Contribuinte em Brasília, para propiciar o atendimento adequado aos portadores de necessidades especiais.

4^a Região Fiscal:

A DRF de Caruaru realizou estudos e implantou alterações no sistema de agendamento, que resultaram em redução significativa nos tempos e na eficiência do atendimento presencial.

7^a Região Fiscal:

- a) Criação de Grupo para identificar processos críticos e sugerir melhoria das rotinas;
- b) Realização bimestral de reunião com representantes de entidades contábeis;
- c) Gerenciamento do atendimento presencial e adequação da grade de demandas para agendamento.

8^a Região Fiscal:

- a) Implantação de relatórios mensais elaborados pelas ouvidorias das Delegacias;
- b) Implantação de sistema de pesquisa da satisfação do cidadão quanto ao atendimento;
- c) Projeto de melhoria da qualidade de atendimento, para aperfeiçoar o macroprocesso “Relacionamento com a Sociedade”, que incluiu treinamento de atendentes, implantação do Autoatendimento orientado e “atendimento expresso”, nas unidades da Delegacia Especial (Derat), na cidade de São Paulo;
- d) Gestão junto aos Correios e melhorias no fluxo de encomendas vindas do exterior melhoraram os serviços na Alfândega de São Paulo, com significativa redução de reclamações.

9^a Região Fiscal:

- a) melhorias nos procedimentos de fiscalização de encomendas vindas do exterior:
 - Alfandegamento de novo recinto dos correios aumentando a capacidade de armazenamento, melhorando a operacionalização e manuseio das encomendas;
 - Implantação de novo sistema eletrônico, visando oferecer maior eficiência e rapidez nos serviços.
- b) quanto ao Atendimento ao cidadão:

- Deu-se continuidade ao projeto “Excelência no Atendimento”, com seminários e treinamento de atendentes e gestores;
 - Continuidade do Projeto “Receita Fácil – Evite Filas”
- c) edição da Ordem de Serviço nº 1, de 2015, que disciplina e padroniza procedimentos relativos à análise de processos na 9ª Região Fiscal.

B) Serviço de Informação ao Cidadão

1. Sistema de atendimento ao cidadão:

As demandas dos cidadãos nos termos da LAI - Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011), são recepcionadas:

- a) Pelo Sistema eSic, gerido pela CGU – Controladoria-Geral da União, e transferidos para o terminal operacionalizado pela equipe do SIC do Ministério da Fazenda;
- b) Por requerimentos escritos protocolados nas unidades da Receita Federal em todo o território nacional e introduzidos no Sistema eSic.

As demandas são tramitadas pela equipe do MF para a Ouvidoria da Receita Federal, que opera o Serviço nesta Secretaria da seguinte forma:

- a) Responde a aproximadamente 1/3 das demandas, que não demandam subsídios das áreas de negócio específico;
- b) Encaminha e recebe retorno das áreas, relativamente às demais demandas;
- c) Faz a gestão, o acompanhamento e o encaminhamento das respostas à Equipe do MF, que responde aos cidadãos demandantes, por intermédio do Sistema eSic.

2. Sobre as demandas do Serviço de Informação (SIC) em 2015:

No decorrer de 2015 foram recebidas 2.439 demandas e 230 Recursos.

Isso representa um crescimento de demandas da ordem de 113% sobre as solicitações de informação recepcionadas no exercício de 2014.

Das demandas de 2015:

- 70,2% foram atendidas de forma plena;
- 3,2% foram atendidas parcialmente; e
- 26,6% foram negadas.

Os motivos para as solicitações terem sido negadas são:

- 10% por sigilo;
- 8% por necessidade de trabalho adicional; e
- As demais, por motivos diversos, previstos na LAI.

Dentre os assuntos mais demandados, destacam-se:

- Legislação: 40%;
- Informações setoriais, relativas a empresas: 8%;
- Assuntos aduaneiros: importação e exportação: 6%.

4.2 - CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A carta de Serviços ao Cidadão está disponível na Internet da Receita Federal no link: <http://www1.fazenda.gov.br/carta/compromisso.asp> tendo como compromisso aperfeiçoar a gestão dos serviços e garantir um atendimento de qualidade ao cidadão. Para tanto, estabelece:

- Atendimento Preferencial, conforme dispõe a Lei nº 10.048, de 8/11/2000 e a Lei nº 10.741, de 1/10/2003, para: gestantes, lactantes ou pessoas com crianças de colo; pessoa idosa (acima de 60 anos); e portadores de necessidades especiais.
- Atendimento agendado para determinados serviços da Receita Federal por meio do telefone e Internet (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/>);
- Atendimento obedecendo à data de agendamento e senhas disponibilizadas, de acordo com o horário e dia de funcionamento da unidade do órgão fazendário;
- Manutenção das unidades de atendimento, visando garantia de acessibilidade, segurança e limpeza;
- Atendimento por equipes qualificadas;
- Tempo de espera estimado em 25 minutos para as unidades da Receita Federal que possuem centro de atendimento;
- Disponibilidade de sistemas online nos quais o cidadão pode acompanhar o andamento de sua demanda.

4.3 - AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Em 2013, pela segunda vez, pesquisa de imagem e satisfação com o atendimento da RFB foi realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com o intuito de avaliar o atendimento prestado pela Receita Federal aos contribuintes e a imagem da Instituição junto ao seu público externo, visando fornecer informações a fim de subsidiar tomadas de decisão e planejamento estratégico. Abaixo, são apresentados os principais resultados da pesquisa referentes ao atendimento da RFB.

4.3.1 - Avaliação do Atendimento nas Unidades de Atendimento Presencial:

- De modo geral, o atendimento presencial foi bem avaliado por 70% dos entrevistados, enquanto apenas 7% não fizeram boa avaliação. Em 2010, somavam 65% os que ficaram satisfeitos com o atendimento e 12% os insatisfeitos.
- A satisfação com a rapidez do atendimento cresceu de 52%, em 2010, para 64%, em 2014.
- A satisfação com a “Cortesia e educação” cresceu de 68%, em 2010, para 77%, em 2014.
- A satisfação com o “Tempo de espera para ser atendido” cresceu de 43%, em 2010, para 58%, em 2014.
- A satisfação com a “Capacidade dos funcionários” cresceu de 68%, em 2010, para 74%, em 2014.
- A “Confiança de que o serviço solicitado foi feito corretamente” cresceu de 72%, em 2010, para 76%, em 2014.
- A satisfação entre o “Atendimento esperado X recebido” reduziu de 71%, em 2010, para 70%, em 2014.
- Sobre a evolução do atendimento presencial, 55% dos entrevistados apontam sua melhora. Para 11%, os serviços pioraram.

4.3.2 - Avaliação do Atendimento via Internet:

- De modo geral, o atendimento via Internet é bem avaliado. É considerado bom ou ótimo por 73% (contra 79% de 2010) dos entrevistados. Somente 2% avaliam-no negativamente.
- Em relação aos nove aspectos relacionados à página da RFB na Internet, quase todos (exceção de um) os resultados pioraram se comparados à pesquisa de 2010:
 - Disposição na página inicial - passou de 79% para 74%;
 - Quantidade de informações e serviços - passou de 78% para 66%;
 - Facilidade de navegação - passou de 72% para 66%;
 - Facilidade de compreensão das informações - passou de 66% para 67%;
 - Facilidade no uso de aplicativos - passou de 70% para 63%;
 - Velocidade - passou de 67% para 59%;
 - Informações do serviço Fale Conosco - passou de 67% para 65%;
 - Disponibilidade dos serviços - passou de 79% para 67%; e
 - Adequação do conteúdo - passou de 77% para 68%.

4.3.3 - Avaliação Geral da RFB:

- 57% (contra 56% de 2010) avaliam com conceito bom ou ótimo a RFB. Com conceito regular, o percentual também é alto, 35% (contra 36% de 2010).
- Somente 8% (igual a 2010) avaliam a RFB com conceito ruim ou péssimo.
- 37% dos que se declaram satisfeitos com a RFB dizem simplesmente que sempre foram muito bem atendidos e 23% informam que a RFB é um órgão sério, competente e responsável. E, ainda, 20% dizem que o atendimento está bem mais rápido e ágil.

4.3.4 - Resultados da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada na prestação de serviços ao cidadão

O atendimento ao público externo, em 2015, foi na ordem de 17 milhões de serviços prestados nas unidades da RFB, com Tempo Médio de Espera (TME) de 10 minutos e 22 segundos. O sítio da RFB na Internet recebeu cerca de 492 milhões de acessos, os quais geraram 1,3 bilhão de *page views* (páginas vistas). Foram recebidas por meio do sistema Receitanet em torno de 80 milhões de declarações. O Centro Virtual de Atendimento (Portal e-CAC), que pode ser acessado por certificado digital ou por código de acesso, registrou 127,3 milhões de serviços acessados.

O serviço de Correio Eletrônico Fale Conosco respondeu cerca de 163 mil consultas e o Receitafone 146 recebeu aproximadamente 9,2 milhões de ligações, entre consultas automáticas e atendimentos personalizados. A rede conveniada (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios e Conveniadas Web) realizou 10,4 milhões de atendimentos de CPF no período. Quanto ao atendimento eletrônico (a distância), houve um incremento na inclusão de serviços disponibilizados no sítio da RFB na Internet e no Portal e-CAC, para realização de serviços pelo próprio contribuinte.

Quadro 118: Atendimento ao Contribuinte e Interação com a Sociedade

Número do Atendimento ao Contribuinte e Interação com a Sociedade	2014	2015
Atendimento Presencial	18.353.967	17.015.385
Tempo Médio de Espera	10m e 59s	10m e 22s
e-CAC	106.890.633	127.391.710
CPF em Conveniadas	10.941.506	10.430.587
Atendimento Telefônico	9.311.782	9.194.318
TME15	85,29%	92%
Ações de Educação Fiscal	11.355	12.170
Autoatendimento Orientado	883.901	1.330.374

Fonte: Coaef

4.4 - MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Conforme o Referencial Básico de Governança, aprovado pela Portaria TCU nº 25/2014, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, a transparência é um dos componentes do mecanismo de governança denominado “controle”. A transparência nos resultados e na forma de atuação da RFB é de fundamental importância para o alcance de sua finalidade e para o bom desempenho de suas competências institucionais.

Para serem consideradas transparentes, as organizações devem divulgar oportunamente questões relevantes, inclusive sua situação financeira, desempenho, composição e governança da organização. A organização deve dar transparência, especialmente, para as informações que impactem os negócios e que envolvam resultados, oportunidades e riscos.

A transparência, no entanto, não é ilimitada e há informações que, de acordo com a legislação, requerem salvaguarda.

A RFB busca facilitar o acesso a informações referentes as suas atividades e, dentre os principais instrumentos de divulgação utilizados com esse propósito, destacam-se:

Portal da RFB	<ul style="list-style-type: none">• http://idg.receita.fazenda.gov.br/
Portal da RFB para dispositivos móveis	<ul style="list-style-type: none">• http://www.receita.fazenda.gov.br/mrfb/default.html
Portal do Encontro de Administradores Tributários	<ul style="list-style-type: none">• https://www.enat.receita.fazenda.gov.br/pt-br
Página da Operação Fronteira Blindada	<ul style="list-style-type: none">• http://acoestareceita.receita.fazenda.gov.br/
Carta de Serviços ao Cidadão	<ul style="list-style-type: none">• https://www1.fazenda.gov.br/carta/carta-rfb.asp
Relatório Institucional	<ul style="list-style-type: none">• Relatório Anual de Atividades da Receita Federal (Disponível em http://idg.receita.fazenda.gov.br/publicacoes)
Demais Publicações	<ul style="list-style-type: none">• Revista de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal (Disponível em http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revisadareceitafederal)• Revista Fato Gerador (Disponível em http://idg.receita.fazenda.gov.br/publicacoes)

Processos de Contas Anuais

- <http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/auditorias>

Os trabalhos desenvolvidos pela RFB, de interesse dos cidadãos e usuários de seus serviços, também integram alguns Portais na Internet que não são exclusivos da Receita Federal, como os apresentados a seguir, compartilhados com outros órgãos ou entidades:

Portal Siscomex

- <http://portalsiscomex.gov.br/>

Portal eSocial

- <http://www.esocial.gov.br/>

Portal Simples Nacional

- <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>

Portal Sistema Público de Escrituração Digital

- <http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/>

Portal Cadastro Sincronizado Nacional

- <https://www16.receita.fazenda.gov.br/CadSinc/>

Portal de Acesso à Informação

- <http://www1.fazenda.gov.br/acessoainformacao/>

Portal Cadastro Rural

- <http://www.cadastrorural.gov.br/>

Processos de Contas Anuais

A publicação de documentos que compõem o processo de prestação de contas anual é realizada em cumprimento ao Decreto nº 5.481/2005, que alterou o Decreto nº 3.591/2000.

Normas do Órgão de Controle Interno também orientam a forma de divulgação.

Essas normas determinam que o Relatório de Gestão, o Relatório de Auditoria, o Certificado de Auditoria, o Parecer do Órgão de Controle Interno e o Pronunciamento Ministerial devem ser publicados no site da entidade na Internet, no link “Processos de Contas Anuais”. A RFB disponibiliza esses documentos desde o exercício 2005. Além desses documentos, as normas determinam a publicação de informações complementares, como números dos processos, situação do julgamento dos processos pelo TCU, entre outras.

A publicação desses documentos também é realizada no site do Ministério da Fazenda, no item Auditoria da página de transparência ativa, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Ressalta-se que, para alguns exercícios, não há Relatório de Gestão e/ou documentos do Órgão de Controle Interno e Pronunciamento Ministerial, tendo em vista que essa documentação é produzida de acordo com a previsão normativa do Tribunal de Contas União (TCU). Em alguns exercícios, o TCU dispensou unidades descentralizadas da RFB de apresentarem Relatório de Gestão e/ou dispensou o Órgão de Controle Interno de realizar a auditoria de contas.

4.5 - MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

A Receita Federal vem estudando alternativas para possibilitar a prestação de serviços a surdos e deficientes auditivos.

Inicialmente, a implementação de um serviço de intermediação por vídeo estava como iniciativa principal deste órgão. Com o passar do tempo, novas possibilidades foram surgindo e passaram a ser cogitadas pela Receita Federal. Atualmente, o projeto que esta Receita Federal estuda e tem intenção de implementar é o liderado pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

A RFB aplicou aproximadamente R\$ 21 milhões em iniciativas de Acessibilidade e Agências Modelo em 2014, conforme quadro a seguir, em atendimento às exigências legais e normas ABNT aplicáveis:

Quadro 119: Investimentos em acessibilidade

UG Código	UG Descrição	PI Código	Total (R\$)
170028	DELEGACIA DA RFB EM SAO LUIS	UNIDMODELO	3.832.811,22
170078	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB NA 5A RF	UNIDMODELO	3.517.735,11
170041	DELEGACIA DA RFB EM FORTALEZA	UNIDMODELO	2.244.969,32
170109	DELEGACIA DA RFB EM CAMPO GRANDE	UNIDMODELO	1.965.188,65
170198	DELEGACIA DA RFB EM GOIANIA	UNIDMODELO	1.671.515,29
170327	DELEGACIA DA RFB EM ITABUNA	UNIDMODELO	1.652.845,16
170516	DELEGACIA DA RFB EM ANAPOLIS	UNIDMODELO	1.342.194,92
170040	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB NA 3A RF	ACESSIBILID	943.000,00
170133	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB NA 8A RF	UNIDMODELO	422.599,90
170205	DELEGACIA DA RFB EM RIO BRANCO	ACESSIBILID	340.446,32
170092	DELEGACIA DA RFB EM JUIZ DE FORA	ACESSIBILID	336.172,42
170192	DELEGACIA DA RFB EM CUIABA	ACESSIBILID	325.259,18
170139	DELEGACIA DA RFB EM S.JOSE DO RIO PRETO	ACESSIBILID	221.372,76
170159	DELEGACIA DA RFB EM LONDRINA	ACESSIBILID	198.765,80
170271	DELEGACIA DA RFB EM PALMAS	ACESSIBILID	198.500,00
170218	DELEGACIA DA RFB EM BELEM	ACESSIBILID	158.000,00
170157	DELEGACIA DA RFB EM CASCAVEL	UNIDMODELO	150.362,82
170185	DELEGACIA DA RFB EM SANTO ANGELO	ACESSIBILID	140.613,48
170116	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB NA 7A RF	ACESSIBILID	100.457,11
170157	DELEGACIA DA RFB EM CASCAVEL	ACESSIBILID	99.444,44
170040	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB NA 3A RF	UNIDMODELO	89.555,54
170342	INSPETORIA DA RFB EM FLORIANOPOLIS	ACESSIBILID	83.987,00
170163	ALFANDEGA DA RFB PORTO DE PARANAGUA	ACESSIBILID	83.400,00
170219	DELEGACIA DA RFB EM SANTAREM	ACESSIBILID	80.200,00
170081	DELEGACIA DA RFB EM VITORIA DA CONQUISTA	UNIDMODELO	78.738,80
170145	DELEGACIA DA RFB EM LIMEIRA	ACESSIBILID	74.909,00
170120	DELEGACIA DA RFB EM CAMPOS GOYTACAZES	UNIDMODELO	70.832,75
170158	DELEGACIA DA RFB EM CURITIBA	UNIDMODELO	64.375,23
170159	DELEGACIA DA RFB EM LONDRINA	UNIDMODELO	60.500,00
170156	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB NA 9A RF	UNIDMODELO	52.850,00
170227	INSPETORIA DA RFB EM BELO HORIZONTE	UNIDMODELO	51.000,00

170271	DELEGACIA DA RFB EM PALMAS	UNIDMODELO	51.000,00
170169	DELEGACIA DA RFB EM FLORIANOPOLIS	UNIDMODELO	49.999,99
170177	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB NA 10A RF	ACESSIBILID	49.494,00
170052	DELEGACIA DA RFB EM JOAO PESSOA	ACESSIBILID	48.528,79
170181	DELEGACIA DA RFB EM PORTO ALEGRE	ACESSIBILID	34.200,00

Fonte: Dieng/Copol

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

ITEM 5: DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 - TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

5.1.1 - Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

A Receita Federal do Brasil - RFB atende, em sua maior parte, as NBC T acima indicadas. Os procedimentos de adoção da NBCT 16.10 estão descritos no item “f” (a metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido).

No que tange à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, adotam-se as rotinas de mensuração subsequentes relativas ao ativo imobilizado, especialmente a depreciação. No entanto, as relativas ao intangível (reconhecimento inicial, amortização e redução ao valor recuperável), estão com implantação em andamento.

5.1.2 - Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima

Quanto ao reconhecimento e mensuração do intangível, encontra-se em fase de levantamento dos itens que o compõem, principalmente os sistemas corporativos do Ministério da Fazenda, e de negociação com o órgão gestor do sistema de controle patrimonial para aplicação ao caso. Esse aprimoramento também está ocorrendo com a reformulação do Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

No âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB não há itens patrimoniais sujeitos à exaustão.

5.1.3 - Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

Ativo Imobilizado – Bens Imóveis

Consiste no disposto no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações. Além disso, é utilizada metodologia constante da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais.

Ativo Imobilizado – Bens Móveis

É utilizada metodologia constante do Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, além da definida na Instrução Normativa (IN) RFB/MF nº 162/1998, alterada pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 123110505 - Aeronaves e 123110506 - Embarcações, não previstos na referida macrofunção.

5.1.4 - Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

Ativo Imobilizado – Bens Imóveis

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis.

Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN/MF e comunicado à SPU/MPOG.

Ativo Imobilizado – Bens Móveis

A metodologia é a definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações – Método das Cotas Constantes.

5.1.5 - Taxas utilizadas para os cálculos

Para a depreciação, são utilizadas as seguintes taxas:

Quadro 120: Taxas de depreciação

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (10%)
123110505	Aeronaves	10	10
123110101	Aparelhos de medição e orientação	15	10
123110102	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20
123110103	Aparelhos, equip. e utens. med., Odont., laborat. e hospitalares	15	20
123110104	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversões	10	10
123110301	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
123110900	Armamentos	20	15
123110402	Coleções e materiais bibliográficos	10	0
123110403	Discotecas e filmotecas	5	10
123110506	Embarcações	20	10
123110118	Equipamentos de manobra e patrulhamento	20	10
123110105	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10
123110404	Instrumentos musicais e artísticos	20	10
123110106	Máquinas e equipamentos de natureza industrial	20	10
123110107	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
123110108	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10
123110405	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10
123110125	Máquinas, utensílios e equip. diversos	10	10
123110201	Equipamentos de processamento de dados	5	10
123110302	Máquinas, instal. e utens. de escritório	10	10
123110109	Máquinas, ferram. e utens. de oficina	10	10
123110121	Equipamentos hidrául. E elétricos	10	10
123110120	Máquinas, equipam. e utensílios. agric./agrop. e rodoviários	10	10

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (10%)
123110303	Mobiliário em geral	10	10
123110110	Semoventes e equipamentos de montaria	10	10
123110501	Veículos diversos	15	10
123119909	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10
123110503	Veículos de tração mecânica	15	10
123110114	Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	30	10
123110112	Acessórios para automóveis	5	10
123110116	Equip. de mergulho e salvamento	15	10
123110113	Equip., peças e acessórios marítimos	15	10

Fonte: Macrofunção 020330 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO e Sistema SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços)

5.1.6 - Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

A seguir, são descritas as principais metodologias adotadas no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB para avaliação e mensuração das contas descritas neste item.

a. Disponibilidades:

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata têm seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial.

b. Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

A contabilização dos tributos federais administrados pela RFB foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Visa atender, especificamente, aos princípios da competência e da oportunidade. Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, além da Lei nº 4.320/1964, artigos 85, 89 e 100. Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem.

Os ajustes para perdas são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado periodicamente. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c. Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o preço médio ponderado. O Ministério da Fazenda realiza o controle dos seus estoques por intermédio do SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

Além dos materiais de consumo, também são registrados e controlados os Selos de Controle utilizados pela Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 46 da Lei nº 4.502/64 e do art. 284 do Regulamento do IPI, cujo controle é realizado por meio do Sistema de Administração de Selos de Controle (SELECON).

d. Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou construção. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNET. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

e. Intangível

O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de custo. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Ressalta-se que alguns itens não estão reconhecidos contabilmente, principalmente relacionados a sistemas corporativos do Ministério da Fazenda, estando em fase de levantamento por parte dos órgãos. Ainda não está em prática o registro da amortização do intangível e redução ao valor recuperável.

f. Diferido

O ativo diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. A Receita Federal do Brasil - RFB não dispõe de registros contábeis neste item.

5.1.7 - O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício

O primeiro impacto corresponde ao reconhecimento de fatos anteriormente não apurados a exemplo da constituição de ajustes para perdas no ativo e da constituição das provisões, dentre outros.

-O segundo impacto diz respeito à aproximação entre as informações dispostas nas demonstrações contábeis geradas no setor público e as do setor privado, contribuindo, inclusive, com a implantação do sistema de custos previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

5.2 - SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), na condição de órgão setorial do Sistema de Contabilidade Federal, é responsável pela “Frente de Custos do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF)”, programa criado em 2011 e coordenado pela Subsecretaria de Gestão Estratégica, da Secretaria Executiva do MF (SGE/SE/MF).

A Frente foi institucionalizada por meio da Portaria GMF nº 324, de 24/07/2014, a qual estabelece que o Comitê Estratégico de Gestão (CEG), órgão colegiado do MF, tem por competência e finalidade estabelecer políticas relacionadas à gestão de custos, dentre outros, podendo solicitar aos órgãos integrantes da estrutura organizacional do MF quaisquer informações necessárias para a realização dos seus trabalhos (art. 2º).

A Resolução nº 6/CEG, de 10 de dezembro de 2014, aprovou a criação do Comitê de Gestão do Modelo de Mensuração dos Custos (CMCUSTO). O Comitê tem por finalidade elaborar políticas e diretrizes relativas à mensuração dos custos no âmbito do MF.

A descrição detalhada das metodologias utilizadas se encontra no Manual de Mensuração dos Custos, de adoção obrigatória por parte das unidades do Ministério, disponível no seguinte endereço eletrônico da Internet: <http://www.pmimf.fazenda.gov.br/frentes-de-atuacao-do-pmimf/custos/arquivos-para-download>. A 1ª edição do Manual foi aprovada mediante a Portaria SPOA nº 498, de 17 de dezembro de 2014, válida para o exercício de 2015. Em 29 de dezembro de 2015 foi publicada a sua 2ª edição, por meio da Portaria SPOA nº 558, válida para 2016.

5.2.1 - Identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados

As unidades que têm os seus custos apurados correspondem aos órgãos que participam do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF), ou seja, toda a administração direta do Ministério, descritos a seguir:

- Gabinete do Ministro da Fazenda;
- Secretaria Executiva;
- Escola de Administração Fazendária;
- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- Receita Federal do Brasil;
- Secretaria de Assuntos Internacionais;
- Secretaria de Assuntos Econômicos;
- Secretaria de Política Econômica;
- Secretaria do Tesouro Nacional;
- Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;
- Conselho de Controle de Atividades Financeiras;
- Conselho Nacional de Política Fazendária;
- Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional;

- Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização.

5.2.2 - Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos

O sistema utilizado no Ministério é o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC).

Conforme definição da Secretaria do Tesouro Nacional, o SIC é um Data Warehouse que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal, tal como SIAPE, SIAFI e SIGPlan (SIOP), para a geração de informações.

A informação de custo surge a partir de ajustes efetuados na informação inicial obtida do SIAFI. O estágio da despesa orçamentária que mais se aproxima da informação de custo é o da liquidação, sendo, portanto, a despesa liquidada o ponto de partida da informação que deve alimentar o sistema de custos.

Os ajustes contábeis são efetuados em duas etapas. Na primeira, o ajuste inicial consiste na identificação e carregamento de informações baseadas em contas contábeis que trazem a informação orçamentária e não orçamentária, ajustando-se por acréscimo ou exclusão dos valores, conforme conceitos de contabilidade de custos. A segunda etapa do ajuste consiste na exclusão de informações que estejam nas contas acima, mas que não compõem a informação de custo.

Sua existência atende ao art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que obriga a Administração Pública a manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. E, conforme a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo, compete à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) tratar de assuntos relacionados à área de custos na Administração Pública Federal.

5.2.3 - Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos

Para fins de definição dos objetos para alocação dos custos incorridos e apurados no SIAFI, foi utilizada a Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Fazenda, que corresponde ao conjunto de todos os macroprocessos corporativos (finalísticos e de estratégia, gestão e suporte), executados de forma inter-relacionada pelos órgãos responsáveis pela entrega de valor para a sociedade. A utilização da Cadeia de Valor se justifica, portanto, pelo fato dela representar da melhor forma a descrição dos serviços resultantes da atuação do Ministério, especialmente decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos. Adicionalmente, o SIC produz de forma automática informações de custos baseados nas classificações programática, institucional, por unidade gestora responsável e por natureza, dentre outras.

Para os objetos de custo, foi desenvolvida uma codificação de associação de números relacionados à Cadeia de Valor, da seguinte forma.

1. O primeiro dígito identifica o tipo de cadeia, que pode ser finalística (número 1) ou de estratégia, gestão e suporte (número 2).
2. O segundo dígito identifica o título da cadeia, relacionado ao valor que é entregue à sociedade. Foram identificados 9 títulos para a cadeia finalística e 8 para a cadeia de estratégia, gestão e suporte.
3. O terceiro e o quarto dígitos identificam os objetos de custos, que são relacionados aos macroprocessos. Foram identificados 29 macroprocessos da cadeia finalística. Além disso, foram estabelecidos 8 macroprocessos da cadeia de estratégia, gestão e suporte como objetos de custo.

4. O quinto e o sexto dígitos identificam o órgão beneficiado pelos custos incorridos. São os mesmos atores elencados no PMIMF, ou seja, quinze órgãos da administração direta do Ministério da Fazenda.

Tendo em vista a representatividade dos custos do Ministério, foram estabelecidas sistemáticas específicas no tratamento dos valores apurados, observando os seguintes grupos:

1. Pessoal, encargos e custeio na folha de pagamento (pessoal ativo, contribuições previdenciárias, assistência médica, auxílio alimentação, auxílio transporte) – leva-se em conta a departamentalização e verifica-se a participação do custo de cada unidade organizacional aos objetos de custo do órgão;
2. Sistemas informatizados – a apropriação é realizada pela participação dos custos com sistemas informatizados em cada objeto de custo finalístico ou de estratégia, gestão e suporte; e
3. Demais custos (diárias, passagens, serviços, consumo de material etc.) – são alocados conforme o benefício que a despesa gera em relação ao objeto de custo (macroprocesso). Observa-se que se forem relativos a despesas administrativas (ex. telefone, água, energia elétrica, vigilância etc.) não são alocados nos objetos finalísticos, mas nos objetos de estratégia, gestão e suporte.

O método de custeio predominante é o direto, com adoção de rateio para alguns custos indiretos.

5.2.4 - Impactos na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos

As informações sobre os custos são utilizadas no âmbito do órgão por meio da realização de reuniões periódicas de monitoramento da Cadeia de Valor, em nível estratégico, além da disponibilização de relatórios aos gestores em todos os níveis.

5.2.5 - Relatórios para análise de custos e tomada de decisão

Foi desenvolvido um modelo de relatório utilizando dados dos objetos de custo por macroprocessos finalísticos e de estratégia, gestão e suporte, com detalhamento em folha de pagamento, tecnologia da informação e demais custos, por órgão. Também são disponibilizados aos órgãos relatórios de custos de programa e ação conjugados por unidade orçamentária e grupo de natureza de despesa, além de relatórios de custo de pessoal por unidade organizacional e relatórios de custeio por unidade gestora, executora e responsável, todos demonstrando a alocação dos custos aos seus objetos.

5.3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

5.3.1 Balanço Patrimonial

Quadro 121: Balanço Patrimonial – Todos os Orçamentos

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 1702 - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - SRF
 ÓRGÃO 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 EMISSÃO 01/02/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	27.409.117.085,98		PASSIVO CIRCULANTE	5.915.795.897,54	
Caixa e Equivalentes de Caixa	804.896.065,13		Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a CP	24.173.729,66	
Créditos a Curto Prazo	25.506.952.466,62		Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	
Créditos Tributários a Receber	NOTA 1	175.866.153.465,36	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	50.885.642,77	
Clientes		-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	
Créditos de Transferências a Receber		-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	Provisões de Curto Prazo	NOTA 5	5.064.868.544,35
Dívida Ativa Tributária		-	Demais Obrigações a Curto Prazo		775.867.980,76
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	NOTA 1	-150.359.200.998,74			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	NOTA 1	1.072.952.582,17			
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP		-			
Estoques	NOTA 2	23.803.413,58			
VPDs Pagas Antecipadamente	NOTA 1	512.558,48			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	134.742.404.671,47		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.787.774.055,24	
Ativo Realizável a Longo Prazo	131.667.876.761,22		Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de LP	-	
Créditos a Longo Prazo		131.317.544.585,78	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	
Créditos Tributários a Receber	NOTA 1	131.317.544.585,78	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	

Dívida Ativa Tributária				
Dívida Ativa Não Tributária				
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo				
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	NOTA 1	350.332.175,44		
Investimentos				
Participações Permanentes		-		
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		-		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		-		
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-		
Propriedades para Investimento		-		
Propriedades para Investimento		-		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investim.		-		
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-		
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-		
Demais Investimentos Permanentes		-		
Demais Investimentos Permanentes		-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-		
Imobilizado	NOTA 3	2.354.984.561,45		
Bens Móveis		548.478.171,54		
Bens Móveis		999.338.998,18		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-450.860.826,64		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-		
Bens Imóveis		1.806.506.389,91		
Bens Imóveis		1.808.432.197,97		
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.925.808,06		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-		
Intangível	NOTA 4	719.543.348,80		
Softwares		719.543.348,80		
Softwares		719.543.348,80		
Obrigações Fiscais a Longo Prazo				
Provisões de Longo Prazo			NOTA 6	4.787.732.001,72
Demais Obrigações a Longo Prazo				42.053,52
Resultado Diferido				-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL				10.703.569.952,78
ESPECIFICAÇÃO			2015	2014
Patrimônio Social e Capital Social				
Adiantamentos para Futuro Aum.de Capital (AFAC)				
Reservas de Capital				
Ajustes de Avaliação Patrimonial				
Reservas de Lucros				
Demais Reservas				25.403.571,33
Resultados Acumulados				151.422.548.233,34
Resultado do Exercício				40.471.625.364,71
Resultados de Exercícios Anteriores				1.296.301.914.552,68
Ajustes de Exercícios Anteriores			NOTA 7	-1.185.350.991.684,05
(-) Ações / Cotas em Tesouraria				
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				151.447.951.804,67

(-) Amortização Acumulada de Softwares				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.				
Direitos de Uso de Imóveis				
Direitos de Uso de Imóveis				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis				
Diferido				
Diferido	-	-		
(-) Amortização Acumulada	-	-		
TOTAL DO ATIVO	162.151.521.757,45		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	162.151.521.757,45

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	1.014.218.426,35	-	PASSIVO FINANCEIRO	1.289.800.986,44	-
ATIVO PERMANENTE	161.137.303.331,10	-	PASSIVO PERMANENTE	10.286.829.673,67	-
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	150.574.891.097,34	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	8.878.389,60	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.501.181.615,73	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	8.878.389,60	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.501.181.615,73	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	8.878.389,60	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e	-	-	Obrigações Conveniadas e	-	-

Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Outros Instrum Congêneres a Liberar	1.501.181.615,73	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	8.878.389,60	-	TOTAL	1.501.181.615,73	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFÍCIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFÍCT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-178.642.283,87
Recursos Vinculados	-96.940.276,22
Operação de Crédito	-1.091.290,79
Previdência Social (RGPS)	17.165,75
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	596.122.682,17
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-691.988.833,35
TOTAL	-275.582.560,09

Nota 1 - Créditos Tributários a Receber

Nota 1.1 Créditos Tributários a Receber e Demais Créditos e Valores

A contabilização dos créditos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) tem como normativos a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e a Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.

A RFB realiza levantamento mensal nos seus sistemas de controle de cobrança, tais como o Sistema de Informações Econômico-Fiscais (Sief), Grande Porte Serpro e o Grande Porte Dataprev, por meio de consultas gerenciais ou, ainda, com a utilização do DW Devedores e Informar. Nesse levantamento, os créditos tributários (CT) são agregados em quatro situações:

- a) Devedor: São CT exigíveis, sujeito à cobrança amigável e posterior envio à PGFN para inscrição em Dívida Ativa da União, em caso de não regularização.
- b) Exigibilidade Suspensa por Processo Administrativo: créditos tributários com sua exigibilidade suspensa na esfera administrativa. Essa suspensão ocorre no transcurso dos prazos para: ciência; pagamento; interposição de impugnação, de manifestação de inconformidade ou de recursos. Aplica-se, ainda, no trâmite processual em órgão julgador do contencioso administrativo ou quando da revisão de ofício do lançamento;
- c) Exigibilidade Suspensa em decorrência de processo judicial: Nessa classificação estão os CT cujo valor e exigibilidade estão sob discussão na esfera judicial.
- d) Parcelamento: Abrange os saldos a pagar de todos os parcelamentos (ordinários e especiais).

Em geral, os sistemas gerenciais, em especial o DW e o Informar, são atualizados a partir da 2^a quinzena do mês, com dados referentes ao fim do mês anterior. Esse lapso temporal é devido ao grande volume de dados tratados, o que não permite uma visão “on-line” do estado atual dos créditos ativos. Além disso, como os levantamentos são efetuados em diversos sistemas, existe a necessidade de se fazer a consolidação dessas informações. Assim, em geral, na última semana de cada mês é finalizado o levantamento dos créditos ativos pela CODAC/RFB e encaminhado à COPOL/RFB para registro no Siafi.

Sendo assim, a contabilização dos créditos tributários é realizada com um mês de defasagem. O movimento registrado em dezembro de 2015 se refere à posição de novembro do mesmo ano.

Já que os sistemas de controle da CODAC/RFB não tiveram sua origem com foco nas informações contábeis, não é possível segregar os créditos em curto e longo prazo. Entretanto, sabe-se que a maioria dos créditos do tipo “devedor” são de curto prazo e os parcelados e com exigibilidade suspensa, de longo prazo. Desse modo, utiliza-se o critério de classificar o devedor totalmente no curto prazo e o parcelado totalmente no longo prazo.

Com o objetivo de atender ao Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República do Tribunal de Contas da União, exercício de 2014, que recomenda à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) que adote metodologia para mensuração do ajuste para perdas de créditos tributários a receber que melhor reflita a realidade de recebimento desses créditos, foi instituído, por intermédio da Portaria GMF nº 571, de 20 de julho de 2015, Grupo de Trabalho – GT, que contou com a participação de servidores da Receita Federal do Brasil – RFB, Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria Executiva (SPOA) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

Antes de abordar o desenvolvimento de nova metodologia para o ajuste para perdas, conforme menciona a referida recomendação, o Grupo avaliou os critérios de reconhecimento desses ativos, em consonância com as normas nacionais e internacionais de contabilidade do setor público.

Nesse sentido, o GT verificou que, em linhas gerais, após o lançamento e/ou a validação dos dados declarados à RFB, ocorre a primeira avaliação sobre a existência dos requisitos para a constituição do crédito tributário. Caso haja interposição de recursos e/ou pedido de impugnações, os créditos

têm a sua exigibilidade suspensa, não podendo ser reconhecidos como ativos, uma vez que não há garantias de fruição de benefícios econômicos. Dessa maneira, tais créditos passam a ser registrados em contas de controle e mencionados nas notas explicativas às demonstrações contábeis da União.

Caso contrário, ou seja, na ausência de recursos e/ou impugnações, tem-se a constituição do crédito tributário. Nesse momento, é possível determinar o credor, a natureza do crédito tributário e o valor que devido ao erário. Tais créditos são segregados nas classificações de devedores e parcelados, esses últimos quando houvesse um pedido de parcelamento nos débitos confessados pelos contribuintes.

Logo após o reconhecimento do crédito tributário, são iniciadas as atividades relacionadas à cobrança administrativa. Durante essa fase, há novamente verificações acerca de: (a) pedidos de parcelamento; (b) interposição de recursos e/ou pedido de impugnações; e (c) extinção do crédito, segregando-se o pagamento das demais modalidades de extinção. Nessa fase, é necessário um especial destaque em relação a:

- a) *Se houver interposição de recursos e/ou pedido de impugnações, ocorrerá o desreconhecimento do crédito anteriormente constituído;*
- b) *Quando houver decisão favorável à União, dos recursos e/ou impugnações anteriormente apresentados, ocorrerá o reconhecimento do crédito tributário.*

Se houver resultado positivo da cobrança administrativa, ou seja, se houver pagamento por parte do devedor, ocorrerá o registro da arrecadação e o crédito será baixado. Se não houver sucesso na cobrança administrativa, passam a ser observadas as seguintes regras: (a) os créditos com valores superiores a R\$ 1.000,00 (mil reais) são encaminhados para que sejam inscritos na dívida ativa; e (b) os créditos com valores inferiores ao valor supracitado permanecem na cobrança administrativa da RFB, reiniciando-se essa fase para tais créditos.

Quanto ao ajuste para perdas, durante as discussões realizadas no Grupo de Trabalho, ficou evidente a forte ligação entre os créditos a receber administrados pela RFB e os administrados pela PGFN. Entretanto, também foi destacada a existência de algumas dissimilaridades entre esses créditos.

A primeira dissimilaridade se refere à classificação dos créditos tributários. Na RFB, os créditos são segregados em quatro grandes categorias: (a) devedor; (b) exigibilidade suspensa (processo administrativo); (c) exigibilidade suspensa (processo judicial); e (d) parcelado. Na PGFN, os créditos são segregados em parcelados, garantidos, suspensos por decisão judicial ou em nenhuma dessas três condições.

A segunda dissimilaridade, com influência na diferença entre as classificações da RFB e da PGFN, refere-se aos procedimentos realizados pela RFB que possuem natureza distinta dos realizados pela PGFN. Por exemplo, a RFB não realiza a cobrança judicial, que é de responsabilidade da PGFN.

Como não atendem ao critério de reconhecimento como ativos, conforme já mencionado, os créditos com exigibilidade suspensa passam a não ser considerados no cálculo de ajustes para perdas do crédito tributário.

Os créditos parcelados também devem ser desconsiderados no referido cálculo, devido ao fato de serem considerados como totalmente recuperáveis, isto é, por haver um compromisso firme de pagamento por parte dos contribuintes, o que garantiria a fruição de benefícios econômicos. No caso de inadimplência, esses créditos são reclassificados para a condição de “devedor”.

Desse modo, apenas os créditos classificados no grupo de devedores foram considerados aptos a compor a base de cálculo para o ajuste para perdas. Entretanto, tal classificação possui uma característica especial que é a segregação dos valores em até ou acima de R\$ 1.000,00 (mil reais). Essa subdivisão é relevante no macroprocesso do crédito tributário, pois somente os valores acima do limite citado são encaminhados para inscrição em dívida ativa.

Considerando que o crédito devedor acima de R\$ 1.000,00 (mil reais) é o único com potencial para ser inscrito em dívida ativa, entendeu-se adequada a utilização da mesma metodologia de ajuste para perdas em uso pela PGFN para os créditos inscritos em dívida ativa. Porém, conforme já foi descrito, as classificações utilizadas pela RFB e pela PGFN não são compatíveis.

A utilização da mesma metodologia para ambos os créditos (devedores acima de R\$ 1.000,00 e dívida ativa) somente será possível quando houver a definição de novos critérios de recuperabilidade da dívida ativa, cujos estudos estão em andamento na PGFN. Primeiro, pois, somente após a identificação do nível de recuperabilidade dos créditos em dívida ativa, será possível a definição dos critérios para reconhecimento dos referidos créditos como ativos, de modo similar ao feito com os créditos sobre a gestão da RFB. Segundo, após a definição dos critérios para reconhecimento da dívida ativa, enquanto ativo, é que será possível identificar a relação custo-benefício de obtenção das informações nos sistemas e procedimentos da RFB, visando a adequação à metodologia utilizada para a dívida ativa.

Como solução temporária para a questão acima apresentada e enquanto não tiver sido realizada a revisão da metodologia utilizada pela PGFN, optou-se pela utilização do mesmo percentual aplicado aos créditos inscritos em dívida ativa, para o cálculo de ajustes para perdas dos créditos classificados como devedores e que possuem valor acima de R\$ 1.000,00 (mil reais). Após a revisão da metodologia utilizada pela PGFN, far-se-á necessária a revisão do critério proposto.

Para os créditos classificados como devedores e cujo montante importa em até R\$ 1.000,00, foi verificado que a aplicação do critério anteriormente apresentado não seria adequada. Tais créditos não são enviados para a inscrição em dívida ativa, ou seja, sua extinção ocorre no âmbito da RFB. Não sendo adequada a aplicação de um crédito que não percorrerá as etapas do macroprocesso do crédito tributário na PGFN, optou-se pela definição de um critério baseado no histórico de recuperabilidade dos mesmos. A ideia é verificar, nos registros da RFB, a taxa de sucesso, isto é, a recuperabilidade efetiva dos créditos devedores em até R\$ 1.000,00 (mil reais) e estabelecer o ajuste para perdas a partir da taxa de insucesso.

$$\text{Taxa de Insucesso} = 1 - \text{taxa de sucesso}$$

Portanto, em resumo, como resultado do Grupo de Trabalho, foram aprovados os seguintes encaminhamentos em relação à contabilização dos créditos tributários na RFB e o respectivo ajuste para perdas:

- a) *Desreconhecimento no ativo dos créditos com exigibilidade suspensa em virtude de processos administrativos ou judiciais, com manutenção dos seus registros em contas de controle e menção em notas explicativas às demonstrações contábeis constantes do Balanço-Geral da União;*
- b) *Manutenção no ativo dos créditos nas situações “parcelado” e “devedor”;*
- c) *Aplicação do mesmo percentual do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa para os créditos na situação de “devedor”, cujos valores estejam acima de R\$ 1.000 (mil reais), conforme a seguinte definição:*

Acima de R\$ 1.000,00

Igual a Dívida Ativa: 85,70%

- d) *Aplicação da metodologia da taxa de insucesso para o cálculo do ajuste para perdas dos créditos na situação de “devedor”, cujos valores estejam abaixo de R\$ 1.000 (mil reais).*

Até R\$ 1.000,00

44,3% do estoque é resolvido
Taxa de insucesso (prescrição) = 1 - 44,3% = 55,7%

Dessa forma, a tabela a seguir demonstra a variação dos saldos dos créditos administrados pela RFB em 2015, a partir da adoção dos novos critérios de reconhecimento:

Quadro 122: Tabela 1: Créditos tributários e de infrações legais/contratuais administrados pela RFB

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var.%
112110000	Impostos e Contribuições CP	175.866.153.465,36	165.512.147.890,83	6,3
113810700	Infrações Legais/Contratuais CP	(i) 4.207.127.415,32	4.653.888.858,30	-9,6
Total CP		180.073.280.880,68	170.166.036.749,13	5,8
121110101	Imposto, taxa e contr. Melhoria LP	32.410.850.832,97	23.855.441.614,04	35,9
121110102	Contribuições LP	(i) 98.906.693.752,81	81.473.574.717,79	21,4
121110103	Impostos Exigibilidade Suspensa LP	—	- 494.998.160.404,67	-
121110104	Contribuições Exigibilidade Suspensa LP	(ii) —	- 500.266.356.440,64	-
121219821	Infrações Legais/Contratuais LP	(iii) 350.332.175,44	39.471.109.844,11	-99,1
Total LP		131.667.876.761,22	1.140.064.643.021,25	-88,5
Total CP+LP		311.741.157.641,90	1.310.230.679.770,38	-76,2

Fonte: Siafi.

(i) Créditos tributários e infrações legais/contratuais

Na tabela a seguir estão evidenciadas as principais naturezas de receita registradas nas contas do ativo que contribuíram para as variações (aumento ou redução) nos estoques de créditos da RFB.

As variações positivas nas contas se devem aos registros de entradas (por exemplo, lançamentos ocorridos por homologação ou de ofício) superiores às saídas (por exemplo, pagamentos efetuados por parte dos contribuintes) no estoque de créditos administrados pela RFB.

Quadro 123: Principais receitas constantes dos créditos tributários administrados pela RFB

Conta	Nat. Receita*	Dez/15	Dez/14	Variação
112110000	12100101	45.150.471.955,82	40.843.011.986,98	4.307.459.968,84
	11120421	30.740.450.256,08	34.807.640.014,89	(4.067.189.758,81)
	12103004	19.561.275.860,52	2.281.931.460,77	17.279.344.399,75
	12103003	16.457.685.772,86	17.697.211.437,15	(1.239.525.664,29)
	12103801	16.057.328.425,91	17.953.194.655,26	(1.895.866.229,35)
	<i>Demais</i>	47.898.941.194,17	51.929.158.335,78	(4.030.217.141,61)
	Total	175.866.153.465,36	165.512.147.890,83	10.354.005.574,53
113810700	-	4.207.127.415,32	4.653.888.858,30	446.761.442,98
121110101	11120422	15.361.934.699,43	11.079.177.196,31	4.282.757.503,12
	11120421	4.507.029.043,95	2.550.593.057,93	1.956.435.986,02
	11130110	3.506.989.507,12	3.934.728.183,04	(427.738.675,92)
	<i>Demais</i>	9.034.897.582,47	6.290.943.176,76	2.743.954.405,71
	Total	32.410.850.832,97	23.855.441.614,04	8.555.409.218,93
121110102	12103007	37.608.256.631,77	37.279.976.707,09	328.279.924,68
	12100102	13.932.787.774,05	16.738.607.756,56	(2.805.819.982,51)
	12103004	10.390.263.034,18	104.291.538,29	10.285.971.495,89
	12103802	9.800.946.582,62	8.394.131.444,29	1.406.815.138,33
	12100101	9.061.465.158,96	3.148.810.127,88	5.912.655.031,08
	<i>Demais</i>	18.112.974.571,23	15.807.757.143,68	2.305.217.427,55
	Total	98.906.693.752,81	81.473.574.717,79	17.433.119.035,02

Fonte: SIAFI.* Descrição das Naturezas de Receitas: 1210.01.01 - Receita do Principal da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; 1112.04.21 - Pessoas Jurídicas - Líquida de Incentivos; 1210.30.03 - Contribuição de Empresas sobre Segurados Assalariados; 1210.30.04 - Simples; 1210.30.03 - Contribuição de Empresas sobre Segurados Assalariados; 1210.38.01 - Receita do Principal da Contribuição sobre o Lucro PJ; 1112.04.22 - Receita de Parcelamentos – IRPJ; 1112.04.21 – Pessoas Jurídicas – Liquidação de Incentivos; 1113.01.10 - Receita de Parcelamentos - IPI; 1210.30.07 - Contribuição Previdenciária Reg. Parcelamento de Débitos – RGPS; 1210.01.02 - Receita de Parcelamentos - COFINS; 12103004 – Simples; 1210.38.02 - Receita de Parcelamentos – CSSL PJ;

(ii) Créditos Tributários com Exigibilidade Suspensa

Conforme já mencionado, nas discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria GMF nº 571, de 20 de julho de 2015, foi identificado que os créditos com exigibilidade suspensa, quer por processo administrativo, quer por judicial, não atendem ao critério para reconhecimento de ativo, pois não há garantias de fruição de benefícios econômicos futuros.

Dessa forma, realizou-se o desreconhecimento do montante de créditos em exigibilidade suspensa até então registrados e de seus respectivos ajustes para perdas prováveis. Em seguida, realizou-se o registro dos valores atualizados destes créditos em contas de controle, que passarão a registrar o estoque destes créditos, conforme tabela a seguir.

Quadro 124: Tabela 2: Tipos de Crédito Tributário em Exigibilidade Suspensa

Conta Contábil	Tipos de Crédito Tributário em Exigibilidade Suspensa	Posição até 31/12/2015
89991.46.01	Impostos	533.580.731.651,78
89991.46.02	Contribuições	549.071.118.844,04
89991.46.03	Infrações	40.318.240.450,35
Total		1.122.970.090.946,17

Fonte: Siafi.

(iii) Créditos de infrações de longo prazo com exigibilidade suspensa

A variação negativa no valor de R\$ 39,12 bilhões se deve em razão do desreconhecimento no ativo dos créditos de infrações com exigibilidade suspensa em virtude de processos administrativos ou judiciais. Esses créditos foram então registrados em contas de controle. Os créditos remanescentes são oriundos de parcelamento.

Nota 1.2 Ajustes para perdas prováveis sobre os créditos tributários a receber

A tabela a seguir apresenta os saldos dos ajustes para perdas prováveis sobre os créditos tributários administrados pela RFB.

Quadro 125: Tabela 3: Ajustes para perdas prováveis sobre créditos tributários – RFB

Conta	Descrição	31.12.2015 (ii)	31.12.2014 (i)
112910100	Ajuste Perdas Créditos Tributários CP	(150.359.200.998,74)	(1.588.916.619,75)
113910101	Ajuste Perdas Infrações CP	(3.343.634.662,09)	(44.677.333,04)
Total CP		(153.702.835.660,83)	(1.633.593.952,79)
121119901	Ajuste Perdas Créditos Tributários LP	-	(10.565.697.918,49)
121219903	Ajuste Perdas Infrações LP	-	(378.922.654,50)
Total LP		-	(10.944.620.572,99)
Total CP+LP		(153.702.835.660,83)	(12.578.214.525,78)

Fonte: Siafi.

Cálculo do ajuste a partir de 2015

Para realizar o cálculo do ajuste, avaliou-se primeiramente quais eram os créditos até R\$ 1.000,00 e acima de R\$ 1.000,00, para que dessa forma houvesse a definição de qual índice seria utilizado em cada caso.

A seguir, a CODAC/RFB informou o índice de insucesso da arrecadação de até mil reais e a Setorial Contábil do Ministério da Fazenda apurou o índice para cálculo do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa de 2015, sendo, respectivamente, 55,70% e 85,70%.

Dessa forma, aplicou-se os índices, separadamente, aos valores referentes às contas 11211.00.00 - Créditos Tributários a Receber e 11381.07.00 - Infrações Legais/Contratuais Curto prazo, obtendo-se assim os valores do ajuste que se referem tanto aos Créditos de Curto Prazo quanto às Infrações de Curto Prazo. As tabelas a seguir demonstram o cálculo:

Quadro 126: Tabela 4: Tipo de Crédito Tributário

Conta Contábil	Tipo de Crédito Tributário	Valor	Índice	Valor do Ajuste
112110000	Créditos Tribut. de CP (Devedor) de até mil reais	1.193.641.736,92	55,70%	664.858.447,46
	Créditos Tribut. de CP (Devedor) acima de mil	174.672.511.728,4	85,70%	149.694.342.551,
	Total	175.866.153.465,3		150.359.200.998,
113810700	Infrações de CP (Devedor) de até mil reais	872.911.776,12	55,70%	486.211.859,30
	Infrações de CP (Devedor) acima de mil reais	3.334.215.639,20	85,70%	2.857.422.802,79
	Total	4.207.127.415,32		3.343.634.662,09

Fonte: DITAB/COPOL/RFB.

Quadro 127: Tabela 5: Contas de Ajuste

Contas de Ajuste	Conta Contábil	2015 (bilhões de reais)
Ajuste de Perdas de Créditos Tributários	11291.01.00	150,36
Ajuste de Perdas de Demais Créditos e	11391.01.01	3,34

Fonte: DITAB/COPOL/RFB.

Nota 2 - Estoques

Quadro 128: Tabela 6: Estoques

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
11500.00.00	Estoques	23.803.413,58	27.769.724,24	-14,28

Fonte: Siafi.

Os materiais em estoque, em geral, são registrados com base no custo histórico de aquisição e o método de avaliação utilizado é o preço médio ponderado, conforme indicado no inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/1964.

Selos de Controle

Destacam-se o estoque de selos de controle e aos selos de controle recebidos em consignação, mantidos pela Receita Federal do Brasil, conforme quadro a seguir:

Quadro 129: Selos de Controle

Conta Contábil	Selos de Controle	Saldo 31.12.2015	Saldo em 31.12.2014
1.1.5.6.1.13.00	Estoque de Selos de Controle	9.801.404,67	17.949.058,44
1.1.5.6.1.15.00	Selos de Controle recebidos em Consignação	4.362.090,43	0,00

Fonte: Siafi

Com o advento da Lei nº 12.995/2014, os selos de controle recebidos a partir do ano de 2015 deixaram de ser adquiridos mediante contrato entre a Receita Federal do Brasil (RFB) e a Casa da Moeda do Brasil (CMB). Com isso, os selos passaram a ser repassados pela CMB à RFB, sem custo, de modo que a RFB entregasse os selos aos contribuintes que houvessem recolhidos previamente um DARF. Toda essa arrecadação é remetida para a CMB.

Verificou-se então que os selos de controle recebidos a partir de 2015 se assemelhavam a bens em consignação, com a assunção, pela RFB, do controle e do risco desse ativo, mas não da propriedade. Sendo assim, em 2015, modificou-se a metodologia de contabilização, dividindo-se os selos de controle em dois tipos de estoques:

- a) Selos de Controle adquiridos até 2014 (Conta 115611300 - Estoque de Selos de Controles Recebidos): trata dos selos de controle adquiridos pela RFB, perante a CMB, mediante contrato, para distribuição aos contribuintes, sendo o seu controle realizado por meio do Sistema de Administração de Selos de Controle - Selecon. A contabilização se dá pelo custo histórico de aquisição; e
- b) Selos de Controle recebidos a partir de 2015 (Conta 115611500 - Selos de Controle Recebidos em Consignação): trata dos selos de controle recebidos pela RFB, da CMB, para distribuição aos contribuintes, sendo o seu controle realizado por meio do Sistema de Administração de Selos de Controle - Selecon. É contabilizado utilizando-se o valor da taxa previsto na legislação, por ser o valor que melhor representa a adequada mensuração desses estoques.

Nota 3 - Imobilizado

Quadro 130: Tabela 7: Imobilizado

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
123000000	Imobilizado	2.354.984.561,45	2.146.567.250,89	9,7
123800000	Depreciação	(452.786.634,70)	(418.440.526,80)	8,2

Fonte: Siafi.

O imobilizado representa o montante dos bens destinados à manutenção das atividades da entidade ou órgão ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.

A composição do ativo imobilizado pode ser visualizada no quadro a seguir:

Quadro 131: Tabela 8: Composição do Ativo Imobilizado

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
123100000	Bens móveis	999.338.998,18	1.030.608.425,56	-3,0
123200000	Bens imóveis	1.808.432.197,97	1.536.059.191,89	17,7
123810100	Deprec. Acum. bens móveis	450.860.826,64	418.440.526,80	7,7
123810200	Deprec. Acum. bens imóveis	1.925.808,06	1.659.839,76	16,0

Fonte: Siafi.

Os bens móveis são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), que gerencia todas as movimentações referentes aos bens móveis das diversas unidades organizacionais do Ministério da Fazenda. Este controle abrange os bens próprios da unidade e os bens de terceiros que estão sob a sua guarda e uso. Este sistema está integrado com o SIAFI.

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP). Este sistema está integrado com o SIAFI.

Depreciação

O registro da depreciação é aplicado aos elementos do ativo imobilizado que têm vida útil econômica limitada, e possui como característica fundamental a redução do valor do bem, de maneira a representar a apropriação do seu custo ao longo do tempo. É registrada em elementos patrimoniais tangíveis e tem múltiplas causas da redução do valor – o uso, a ação da natureza e obsolescência, de forma que se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso.

Depreciação dos Bens Móveis

As informações da depreciação dos bens móveis deste Ministério da Fazenda são apuradas pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI;
- A definição do valor residual de 10% correspondente ao percentual de maior incidência em relação aos bens classificados nas contas vinculadas aos veículos de transporte de passageiros, carga e outros, conforme definido no Manual SIAFI.

Depreciação dos Bens Imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis deste Ministério são apuradas pelo SPIUnet, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- I. Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II. Reavaliados, aqueles nos quais:
 - a) Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
 - b) Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
 - c) Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Nota 4 - Intangível

Quadro 132: Tabela 9: Intangível

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
124000000	Intangível	719.543.348,80	574.130.871,48	25,3

Fonte: Siafi.

O Intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, sendo mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção.

Nota 4.1 Softwares

A tabela a seguir destaca o levantamento dos sistemas informatizados de acordo com a vida útil estimada.

Quadro 133: Tabela 10: Softwares

Estrutura Organizacional	Quantidade de Sistemas	Vida Útil Estimada	Desenvolvimento	R\$
RFB	3	Indefinida	Externo	719.543.348,80
	387	Definida	Externo	

Fonte: DITAB/COPOL/RFB.

Relativamente aos sistemas com desenvolvimento externo, o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV são os principais fornecedores. Esses ativos foram mensurados pelo custo de desenvolvimento, representado pelo valor do contrato executado de desenvolvimento e respectivos aditivos.

Nota 5 - Provisão para Repartição de Créditos CP

A seguinte tabela apresenta as provisões para repartição dos créditos a curto prazo.

Quadro 134: Tabela 11: Provisão para Repartição de Créditos CP

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
217510000	Provisão para Repartição de Crédito a Curto Prazo – Sistema “S”	1.067.852.919,65	-	-
217540000	Provisão para Repartição de Crédito a Curto Prazo – Estados	1.855.055.402,63	-	-
217550000	Provisão para Repartição de Crédito a Curto Prazo – Municípios	2.141.960.222,07	-	-

Fonte: DITAB/COPOL/RFB.

Esses títulos, geridos pela RFB, registram os passivos de prazos ou de valores incertos relacionados aos créditos tributários e não tributários reconhecidos no lançamento por parte do agente arrecadador, a serem repartidos com outros entes da federação ou entidades.

No cálculo da provisão de curto prazo referente a Estados, Distrito Federal e Municípios foram utilizadas as seguintes naturezas de receita, que são sujeitas às transferências constitucionais, com base no saldo da conta 112110000 – créditos tributários a receber:

- 11120101** ITR – Municípios Conveniados
- 11120102** ITR – Municípios Não-Conveniados
- 11120410** Imposto sobre a Renda – Pessoas Físicas
- 11120421** Imposto sobre a Renda – Pessoas Jurídicas – Líquida de Incentivos
- 11120423** Imposto sobre a Renda – Pessoas Jurídicas – Simples Nacional
- 11120431** Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes – Trabalho
- 11120432** Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes – Capital
- 11120433** Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes – Remessa ao Exterior
- 11120434** Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes – Outros Rendimentos
- 11130101** Imposto sobre Produtos Industrializados – Fumo
- 11130102** Imposto sobre Produtos Industrializados – Bebidas
- 11130103** Imposto sobre Produtos Industrializados – Automóveis
- 11130104** Imposto sobre Produtos Industrializados – Vinculado à Importação
- 11130111** Imposto sobre Produtos Industrializados – Simples Federal e Nacional
- 11130301** IOF – Comercialização de Ouro

Sobre os créditos relativos a essas naturezas, deduzidos dos respectivos ajustes para perdas, calculou-se o valor da provisão, a partir dos percentuais de repartição a que esses tributos estão sujeitos, por definição legal.

Quanto à provisão para repartição de crédito referente ao Sistema “S”, é reconhecido na proporção de 100% dos ativos referentes às seguintes naturezas de receita:

- 12103301** Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC
12103401 Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
12103501 Contribuição para o Serviço Social do Comércio - SESC
12103601 Contribuição para o Serviço Social da Indústria - SESI
12103900 Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR
12104100 Contribuição para o Serviço Social do Transporte - SEST
12104200 Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT
12104300 Contribuição para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
12104400 Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP

Nota 6 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - RFB

O quadro a seguir apresenta as provisões para repartição dos créditos a longo prazo.

Quadro 135: Tabela 12: Provisão para Repartição de Créditos LP

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var.%
227540000	Prov. p/repartição de créditos a LP-Estados	2.246.774.819,91	-	-
227550000	Prov. p/repartição de créditos a LP-Municípios	2.540.957.181,81	-	-

Fonte: Siafi.

Esses títulos registram os passivos de prazos ou de valores incertos relacionados aos créditos tributários e não tributários reconhecidos no lançamento por parte do agente arrecadador, a serem repartidos com outros entes da Federação ou entidades.

No cálculo da provisão de longo prazo foram utilizadas as mesmas naturezas de receita utilizadas no cálculo do curto prazo, mas utilizando-se como base os valores constantes na conta 12111.01.01 – Créditos de Imposto, Taxa e Contribuição de Melhoria Parcelados.

Como nos créditos de longo prazo, cujos valores são oriundos de parcelamento, não há o ajuste para perdas, o cálculo da repartição foi feito utilizando-se como base o valor do crédito relativo a cada natureza de receita, aplicando-se o percentual de repartição legalmente definido.

Nota 7 - Patrimônio Líquido

A seguir são evidenciados os principais ajustes de exercícios anteriores, ocorridos em 2015.

a) Reconhecimento de repartição de créditos referentes ao Sistema “S”: R\$ (1.127.544.764,41)

Refere-se ao registro de passivo relacionado aos créditos tributários reconhecidos pela Receita Federal do Brasil, a serem repartidos no âmbito do Sistema “S”, conforme saldo de dezembro de 2014.

b) Desreconhecimento dos créditos tributários com exigibilidade suspensa: R\$ (1.034.429.962.839,62)

Diante da recomendação do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria GMF nº 571, de 20 de julho de 2015, foi realizado o desreconhecimento dos créditos tributários com exigibilidade suspensa em virtude de processos administrativos ou judiciais, com manutenção dos seus registros em contas de controle.

c) Baixa dos ajustes para perdas prováveis sobre os créditos tributários de longo prazo com exigibilidade suspensa: R\$ 10.944.620.572,99

Conforme relatório do Grupo de Trabalho criado pela Portaria GMF nº 571/2015, registrou-se a baixa dos ajustes para perdas prováveis sobre os créditos tributários de longo prazo em virtude da definição de aplicação de ajuste para perdas apenas para os créditos na condição de devedor, que são registrados no ativo circulante.

d) Atualização do ajuste para perdas dos créditos tributários R\$ (152.069.241.708,04)

Atualização da metodologia de constituição dos ajustes para perdas prováveis referentes aos créditos tributários/infrações de curto prazo, conforme análise do Grupo de Trabalho de créditos tributários instituído pela Portaria GMF nº 571/2015, com a finalidade de atender as recomendações constantes no Relatório e Parecer prévio sobre as contas do Governo Federal de 2014.

e) Constituição de provisão para repartição de créditos tributários R\$ (8.784.747.626,42)

Constituição da provisão para repartição tributária sobre os créditos líquidos sujeitos às transferências constitucionais, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

5.3.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais

Quadro 136: Demonstrações das Variações Patrimoniais

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	1702 - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - SRF
ÓRGÃO SUPERIOR	
EXERCÍCIO	2015
PERÍODO	QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSÃO	01/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	NOTA 8	2015
Impostos		953.226.427.832,48
Taxas		419.343.515.276,27
Contribuições de Melhoria		418.744.097.839,49
Contribuições	NOTA 8	2014
Contribuições Sociais		599.417.436,78
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-
Contribuição de Iluminação Pública		-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	NOTA 8	2014
		26.420.717.661,34

Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	26.420.717.661,34	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	12.096.666.943,06	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	12.096.163.512,66	-
Variações Monetárias e Cambiais	26.280,20	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	477.150,20	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	97.329.904.752,70	-
Transferências Intragovernamentais	97.171.078.898,47	-
Transferências Intergovernamentais	369.402,95	-
Transferências das Instituições Privadas	33.140.341,19	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	125.316.110,09	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.004.209.927,81	-
Reavaliação de Ativos	138.632.521,25	-
Ganhos com Alienação	26.537.027,43	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	22.274.882,69	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	816.765.496,44	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	7.663.451.037,77	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	7.663.451.037,77	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	912.754.802.467,77	-
Pessoal e Encargos	193.788.221,90	-
Remuneração a Pessoal	1.784.232,20	-
Encargos Patronais	565.086,47	-
Benefícios a Pessoal	2.005.330,79	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	189.433.572,44	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	492.180,37	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	492.180,37	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.002.810.952,09	-
Uso de Material de Consumo	31.881.419,76	-
Serviços	1.886.203.715,17	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	84.725.817,16	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	816.204,59	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	35.494,38	-
Variações Monetárias e Cambiais	176,32	-
Descontos Financeiros Concedidos	780.533,89	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	871.590.278.392,01	-
Transferências Intragovernamentais	871.474.162.039,38	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	481.290,21	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	115.635.062,42	-

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	38.444.520.890,77	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.881.132,26	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	47.930.163,69	-
Incorporação de Passivos	38.112.897.746,84	-
Desincorporação de Ativos	280.811.847,98	-
Tributárias	8.954.879,25	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	372.275,04	-
Contribuições	8.582.604,21	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	513.140.746,79	-
Premiações	22.219,20	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	513.118.527,59	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	40.471.625.364,71	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014

Nota 8 - VPA - Impostos, Taxas e Contribuições

A tabela a seguir destaca as variações patrimoniais aumentativas no grupo dos impostos, taxas contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico e receitas de exploração de bens, direitos e prestação de serviços, registradas pela Receita Federal do Brasil, acumuladas até o 4º trimestre de 2015.

Quadro 137: Tabela 13: Impostos, taxas, contribuições e outras receitas administradas pela RFB

Conta	Descrição	31.12.2015
411000000	Impostos	418.744.097.839,49
412000000	Taxas	599.417.436,78
421000000	Contribuições Sociais	382.883.468.143,28
422000000	Contrib. Interv. no Dom. Econ.	6.484.494.090,25
433110100	Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	26.420.717.661,34

Fonte: RFB

Nota 9 - VPA - Juros e Encargos de Mora

Este item consiste nas variações patrimoniais aumentativas com penalidades pecuniárias decorrentes da inobservância de normas e com rendimentos destinados à indenização pelo atraso no cumprimento da obrigação representando resultado das aplicações impostas ao contribuinte, conforme tabela que segue.

Quadro 138: Tabela 14: Juros e Encargos de Mora - RFB

Conta	Descrição	31.12.2015
442000000	Juros e Encargos de Mora	12.096.163.512,66

Fonte: RFB

5.3.3 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Quadro 139: Demonstrações de fluxos de caixa

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 1702 - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - SRF
 ÓRGÃO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 EMISSÃO 01/02/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	157.619.218,36	-
INGRESSOS	937.224.981.869,13	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-

Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	937.224.981.869,13	-
Ingressos Extraorçamentários	37.451.178.150,81	-
Restituições a Pagar	536.303,91	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	31,15	-
Transferências Financeiras Recebidas	85.232.411.208,10	-
Arrecadação de Outra Unidade	814.540.856.175,16	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Pessoal e Demais Despesas	937.067.362.650,77	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-1.998.865.844,33	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-2.535.671,06	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-192.422.250,12	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-4.654,55	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-15.199.954,58	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-14.718.664,37	-
Outras Transferências Concedidas	-481.290,21	-

Outros Desembolsos das Operações			
Dispêndios Extraorçamentários	934.858.334.276,13	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-37.459.529.681,30	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-	-
CANCELAMENTO DE DIREITOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	871.474.162.039,38	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-3.548,16	-	-
Variação Cambial	-	-	-
Valores Compensados	-	-	-
Valores em Trânsito	-	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	-
Demais Pagamentos	-25.924.639.007,29	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-336.437.180,03	-	-
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-
DESEMBOLSOS	-336.437.180,03	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-188.308.968,81	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-148.128.211,22	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-	-
Intergovernamentais	-	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-
Dos Municípios	-	-	-
Intragovernamentais	-	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-178.817.961,67	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	983.714.026,80	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	804.896.065,13	-	-

5.3.4 Balanço Financeiro

Quadro 140: Balanço Financeiro

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 1702 - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - SRF
 ÓRGÃO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 EMISSÃO 01/02/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS	
	2015	2014		2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	2.219.949.300,33	-

Ordinárias	-	-	Ordinárias	204.079.736,68	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	2.015.869.563,65	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências	-	-	Transferências	-	-
Constitucionais e Legais	-	-	Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	540.219.851,04	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.475.649.712,61	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	85.232.411.208,10	-	Transferências Financeiras Concedidas	871.474.162.039,38	-
Resultantes da Execução Orçamentária	4.642.841.714,13	-	Resultantes da Execução Orçamentária	3.585.187.587,40	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	-	-	Repasso Concedido	7.200,00	-
Sub-repasso Recebido	4.642.821.635,24	-	Sub-repasso Concedido	3.585.160.308,51	-
Recursos Arrecadados	-	-	Recursos Arrecadados Concedidos	-	-
Recebidos	-	-	Valores Diferidos Baixa	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos Inscrição	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Correspondência de Débitos	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	20.078,89	-	Sub-repasso Devolvido	20.078,89	-
Independentes da Execução Orçamentária	80.589.569.493,97	-	Independentes da Execução Orçamentária	867.888.974.451,98	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	949.242.226,79	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	318.409.980,87	-
Demais Transferências Recebidas	26.002.626.531,03	-	Demais Transferências Concedidas	1.935.875.892,98	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	53.637.700.736,15	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	865.634.688.578,13	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	852.470.726.826,43	-	Despesas Extraorçamentárias	64.187.844.656,49	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	58.939.141,47	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	118.357.622,84	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	419.217.023,93	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	685.310.142,35	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37.451.178.150,81	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37.459.529.681,30	-

Outros Recebimentos Extraorçamentários	814.541.392.510,22	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	25.924.647.210,00	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	4.654,55	-
Restituições a Pagar	536.303,91	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	31,15	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	3.548,16	-
Arrecadação de Outra Unidade	814.540.856.175,16	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos	25.924.639.007,29	-
Demais Recebimentos		-	Saldo para o Exercício Seguinte	804.896.065,13	-
Saldo do Exercício Anterior	983.714.026,80	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	804.896.065,13	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	983.714.026,80	-			-
TOTAL	938.686.852.061,33	-	TOTAL	938.686.852.061,33	-

7.3.5 Balanço Orçamentário

Quadro 141: Balanço Orçamentário

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 1702 - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - SRF
 ÓRGÃO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 EMISSÃO 01/02/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-

Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos	-	-	-	-
Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decorr. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públcas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-

REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-
DÉFICIT			2.219.949.300,33	2.219.949.300,33	
TOTAL	-	-	2.219.949.300,33	2.219.949.300,33	
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	8.254.152.045,00	8.388.788.417,00	1.941.237.515,13	1.759.240.314,49	1.700.438.603,21	6.447.550.901,87
Pessoal e Encargos Sociais	5.949.023.416,00	6.090.373.788,00	191.595.539,85	191.586.549,17	167.597.292,53	5.898.778.248,15
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.305.128.629,00	2.298.414.629,00	1.749.641.975,28	1.567.653.765,32	1.532.841.310,68	548.772.653,72
DESPESAS DE CAPITAL	653.299.999,00	539.890.565,00	278.711.785,20	41.491.961,91	41.354.531,72	261.178.779,80
Investimentos	653.299.999,00	539.890.565,00	278.711.785,20	41.491.961,91	41.354.531,72	261.178.779,80
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.087.349.499,00	5.087.349.499,00	-	-	-	5.087.349.499,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	13.994.801.543,00	14.016.028.481,00	2.219.949.300,33	1.800.732.276,40	1.741.793.134,93	11.796.079.180,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /	-	-	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	13.994.801.543,00	14.016.028.481,00	2.219.949.300,33	1.800.732.276,40	1.741.793.134,93	11.796.079.180,67
TOTAL	13.994.801.543,00	14.016.028.481,00	2.219.949.300,33	1.800.732.276,40	1.741.793.134,93	11.796.079.180,67

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos sociais	193.566.192,21	360.265.216,13	394.858.557,93	394.847.874,35	94.652.000,37	64.331.533,62
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	193.566.192,21	360.265.216,13	394.858.557,93	394.847.874,35	94.652.000,37	64.331.533,62
DESPESAS DE CAPITAL	366.684.207,07	353.640.537,84	292.147.511,84	290.462.268,00	32.475.541,91	397.386.935,00
Investimentos	366.684.207,07	353.640.537,84	292.147.511,84	290.462.268,00	32.475.541,91	397.386.935,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-

Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	560.250.399,28	713.905.753,97	687.006.069,77	685.310.142,35	127.127.542,28	461.718.468,62

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	170.538.278,89	29.102.299,86	113.737.242,53	85.652.015,62	251.320,60
Pessoal e Encargos sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	170.538.278,89	29.102.299,86	113.737.242,53	85.652.015,62	251.320,60
DESPESAS DE CAPITAL	-	4.620.380,31	4.620.380,31	-	-
Investimentos	-	4.620.380,31	4.620.380,31	-	-
Inversões	-	-	-	-	-
Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	170.538.278,89	33.722.680,17	118.357.622,84	85.652.015,62	251.320,60

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

ITEM 6: ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 - GESTÃO DE PESSOAS

Na Receita Federal do Brasil, a Gestão de Pessoas é realizada pelas Regiões Fiscais e pela Unidade Central sob coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor). Compete à Cogep, regimentalmente, planejar e gerenciar os processos de trabalho de gestão de pessoas, abrangendo, entre outros, os processos de gerir o controle funcional, recrutar e selecionar, capacitar e desenvolver, gerir provimento, mobilidade e desligamento, gerir desempenho e promover valorização e qualidade de vida no trabalho, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos Órgãos dos Sistemas Federais de Recursos Humanos. Nas Regiões Fiscais, a Gestão de Pessoas está a cargo das Divisões, Serviços, Seções e Equipes de Gestão de Pessoas (Digep, Segep, Sagep e EGP), subordinadas administrativamente às Superintendências ou Delegacias e tecnicamente à Cogep.

As áreas de Gestão de Pessoas executam, no âmbito de suas respectivas unidades, desde as atividades de rotinas do cadastro funcional, da folha de pagamento, de concessão de direitos, de análise de cumprimento de deveres e da gestão da capacitação até a implementação das iniciativas estratégicas da política de Gestão de Pessoas que impactam todos os processos de trabalho elencados no parágrafo anterior.

O trabalho de confecção dos quadros de Gestão de Pessoas foi executado procurando-se seguir as orientações emanadas pelo TCU. A mudança para uma apresentação de informações aglutinadas em nível nacional, considerando a RFB como Unidade Prestadora de Contas única vai ao encontro de um modelo gerencial-estratégico de relatório, o qual foi elogiado ano passado. Alguns pontos que devem ser destacados:

1. O cronograma de extração e entrega dos dados não é compatível com o calendário da rotina de gestão de pessoas desenvolvida via Siage. Por exemplo, o lançamento de ocorrências do mês de dezembro pode sofrer acertos até a homologação da folha de pagamento, geralmente na segunda quinzena de janeiro. O tópico de Qualificação da Força de Trabalho também é impactado: as informações solicitadas ficam disponíveis no Sistema de Capacitação e Desenvolvimento (Siscad) quase sempre no final de janeiro (às vezes até excedendo este período), quando são concluídos todos os trâmites necessários ao fechamento das ações de capacitação, o que inclui envio de documentos pelos servidores, por terceiros, aprovação de várias autoridades, inconsistências do próprio Siscad, etc, de modo que podem ocorrer atrasos significativos no fechamento das ações e, consequentemente, nos relatórios gerenciais necessários à Prestação de Contas.

2. As dificuldades para a extração de dados, relacionadas desde o relatório de 2010, permanecem vigentes. Enquanto se aguarda a definitiva implantação do novo sistema SIGEPE, nenhuma alteração substancial foi implantada no Siage ou Siapcad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siage não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal. Por esses motivos, a grande maioria dos quadros é preenchida com informações gerenciais formatadas pelo Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3.

Os dados do DW Siage permanecem com a necessidade de tratamento para que sejam concatenados conforme a orientação do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.

6.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 142: Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	37.419	23.687	968	1.276
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não Há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5+1.2.6)	37.419	23.687	968	1.276
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	37.419	23.289	968	1.276
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não Há	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não Há	6	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não Há	12	0	0
1.2.5. Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º da Lei nº 8.112/90	Não Há	51	0	0
1.2.6. Outros	Não Há	327	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não Há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não Há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	37.419	23.687	968	1.276

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, Relatórios dos Sistemas Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) e Sisac (Sistema de Controle de Ações de Comunicação)

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A força de trabalho da RFB é composta por servidores da Carreira Auditoria e por servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (PECFAZ) em exercício na RFB. Ambos são considerados “Servidores de carreira vinculada ao órgão”. Entretanto, a lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº 1.953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

2. São considerados como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB por provimento originário – nomeação por concurso público.

3. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões, inclusive dos servidores lotados na RFB com exercício em outro órgão, visto que o cargo ocupado interfere em grau de lotação. Houve um caso de reversão de aposentadoria e dois casos de reintegração.

4. Incluído o item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art. 93 da Lei nº 8.112/90.

5. Incluído o item 1.2.6 para demonstração de servidores cedidos e anistiados. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem situação funcional diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente.

6. A extração dos dados da coluna “Lotação Efetiva” foi realizada no dia 04/01/2016 em relação ao dia 31/12/2015, e a da coluna “Egressos” foi realizada no dia 27/01/2016. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essas datas podem gerar distorção da informação.

Análise Crítica - Quadro 142

Os servidores de carreira da Receita Federal do Brasil abrangem os pertencentes à Carreira Auditoria (ARFB), ou seja, Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários e os pertencentes ao Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (Pecfaz) em exercício no Órgão.

A Receita Federal do Brasil, desde a década passada, vem distribuindo as vagas autorizadas dos servidores da Carreira ARFB pelas suas unidades gestoras tendo por base um Estudo de Lotação (EL). O EL atual está alicerçado na demanda de trabalho de unidades de tributos internos e aduaneiras, mensurada com distintos conjuntos de variáveis objetivas.

Para dimensionar a força de trabalho e subsidiar a política de movimentação de servidores, calcula-se o Grau de Lotação (GL) das Unidades de lotação. Sua fórmula contempla no numerador a quantidade de servidores lotados em cada unidade organizacional e no denominador o valor máximo de lotação distribuído para cada unidade de acordo com o EL, aprovado pela Portaria RFB nº1.953 de 27/07/2012.

Com base no referido GL, constata-se que em dezembro de 2015 a RFB apresentou uma defasagem de aproximadamente 53% do limite de ocupação de postos de trabalho da Carreira de Auditoria. Portanto, mesmo com o ingresso de 273 Auditores-Fiscais no ano, o grau de lotação continua muito abaixo das necessidades do Órgão.

Diferentemente do que ocorre com a distribuição dos servidores da Carreira de Auditoria da RFB, que possui um quantitativo de vagas autorizadas em lei, número esse utilizado como base no Estudo de Lotação, as vagas relativas aos servidores administrativos (Pecfaz) ainda necessitam de autorização legal para que possam ser objeto de ato normativo da RFB.

Além do baixo grau de lotação citado anteriormente, o déficit no quadro de servidores é fortemente agravado pelo elevado número de vacâncias ocorridas no ano de 2015. A tabela a seguir mostra o grau de reposição dos egressos em 2015, calculado de acordo com a fórmula abaixo.

Fórmula:	$\frac{\sum \text{entradas}}{(\sum \text{vacâncias} + \sum \text{exonerações} + \sum \text{aposentadorias} + \sum \text{falecimentos} + \sum \text{demissões})}$
----------	--

Quadro 143: Reposição do Quadro de Pessoal

	Ingressos 2015	Egressos 2015	Reposição do quadro
1^a RF	113	107	1,06
2^a RF	210	50	4,20
3^a RF	79	43	1,84
4^a RF	72	74	0,97
5^a RF	62	60	1,03
6^a RF	63	117	0,54
7^a RF	41	195	0,21
8^a RF	88	308	0,29
9^a RF	122	102	1,20
10^a RF	116	103	1,13
UC	2	86	0,02
DRJ	0	31	0,00
RFB	968	1.276	0,76

A tabela indica a proporção de ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Portanto, 6 Regiões Fiscais receberam mais servidores do que perderam ao longo do ano. Em 2015 houve ingresso de servidores dos cargos de Auditor-Fiscal, Administrativos Nível Médio e Administrativos Nível Superior e, mesmo assim, o quantitativo decresceu em relação ao do ano de 2014.

Ainda em relação ao quadro acima cabe ressaltar que o número de egressos é elevado em grande parte em razão das aposentadorias. Dos 1.276 cargos vagos no ano em questão, 72,5% ocorreram em função de aposentadoria. Esse fenômeno pode ser explicado pelo perfil etário dos servidores do Órgão, uma vez que mais de 51% desses servidores encontram-se na faixa etária acima de 50 anos – conforme gráficos a seguir, relativos a 2014 e 2015 respectivamente – e aproximadamente 21% fazem jus ao Abono de Permanência.

Figura 48: Perfil Etário 2014

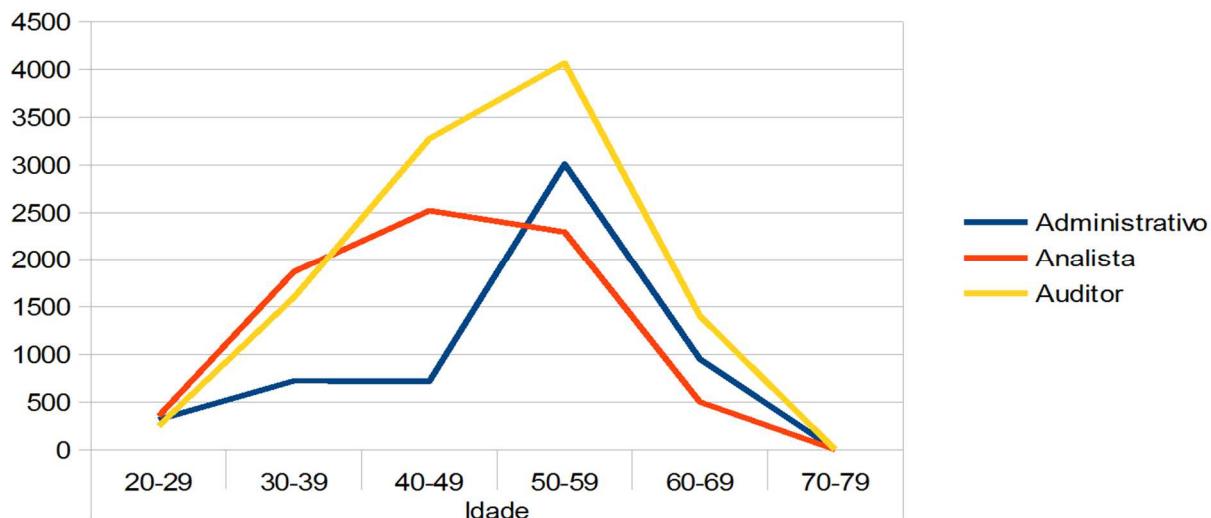
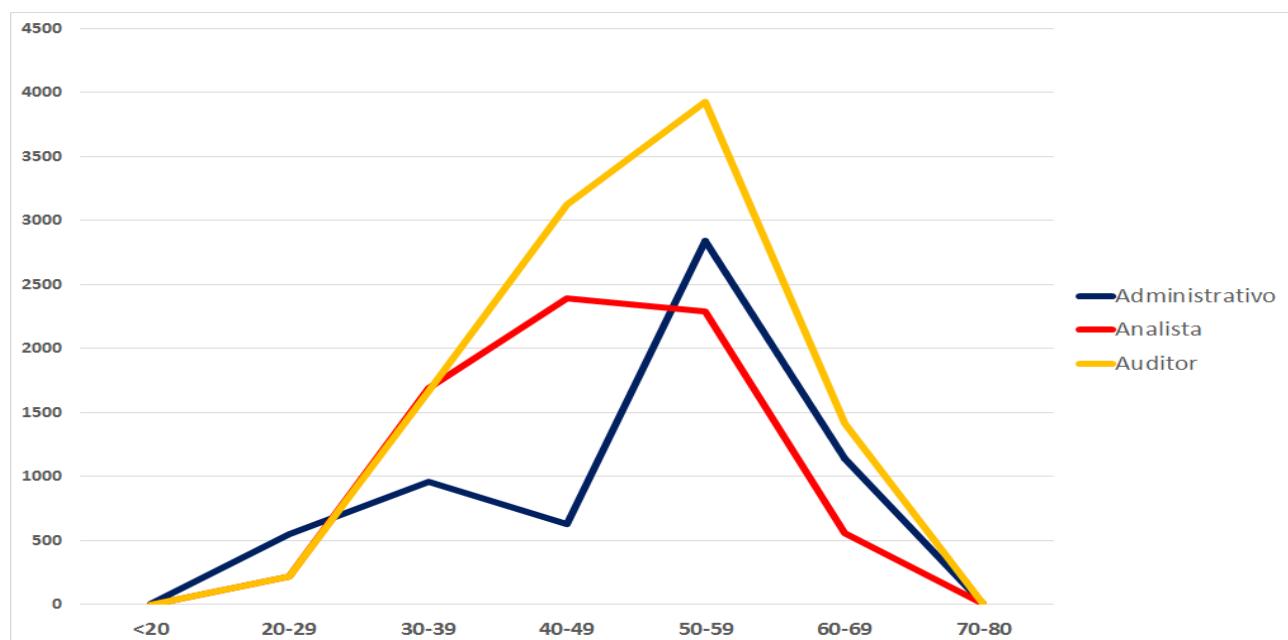


Figura 49: Perfil Etário 2015



Da análise dos gráficos acima, é nítida a alteração nas faixas iniciais de 20-29 e 30-39 anos, tanto para o cargo de Auditor-Fiscal quanto para o de Analista-Tributário, com a aproximação das duas linhas. Com o ingresso de 273 Auditores, essas faixas, que em 2014 representavam 17% do quantitativo, aumentaram para 18%. No caso dos Analistas, como não houve ingressos em 2015, houve envelhecimento do quadro, com as primeiras faixas passando de 29% para 27% do quantitativo total.

Quadro 144 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	7.490	15.920
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5+1.1.6+1.1.7)	7.490	15.920
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	7.393	15.896
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	5	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	11	1
1.1.6. Servidores requisitados art. 93 parágrafo 7º da Lei nº 8.112/90	44	7
1.1.7. Outros	35	15
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	7.490	15.920

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

- Incluído o item 1.1.6 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art. 93 da Lei nº 8.112/90.
- Incluído o item 1.1.7 para demonstração de servidores anistiados. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente. Este item difere do item 1.2.6 do Quadro 142 - Força de Trabalho da UPC por não conter os cedidos. Para estes, não é possível obter informação de em qual processo de trabalho estão atuando.
- A extração dos dados foi realizada no dia 04/01/2016 em relação ao dia 31/12/2015. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.
- A extração desta informação foi realizada no SA3, por meio de vinculação do Setor UA com o principal processo de trabalho nele realizado. Segue tabela com as correspondências:

Quadro 145: Atividade Principal do Setor UA

Atividade Principal do Setor UA	Macroprocesso	
	Área Meio	Área Fim
Assessoria em Gabinete	X	
Assessoria Especial	X	
Atividades Auxiliares	X	
Auditória Interna	X	

Atividade Principal do Setor UA	Macroprocesso	
	Área Meio	Área Fim
Corregedoria	X	
Gestão de Pessoas	X	
Logística e Gestão de Pessoas	X	
Planejamento, Organização e Avaliação Institucional	X	
Programação e Logística	X	
Tecnologia da Informação	X	
Tecnologia da Informação e Logística	X	
Administração Aduaneira		X
Arrecadação e Cobrança		X
Assessoria de Comunicação Social		X
Atendimento e Educação Fiscal		X
Contencioso Administrativo e Judicial		X
Cooperação Fiscal e Integração		X
Estudos Econômico-Tributários e Previsão e Análise de Arrecadação		X
Fiscalização		X
Gestão de Cadastros		X
Julgamento		X
Maiores Contribuintes		X
Ouvidoria		X
Pesquisa e Investigação		X
Programação e Estudos		X
Relações Internacionais		X
Ressarcimento, Compensação e Restituição		X
Tributação		X

Análise Crítica - Quadro 145

O atual estudo para distribuição da lotação avalia apenas a demanda de trabalho vinculada aos processos aduaneiros e de tributos internos. Está em andamento atualização que busca contemplar todos os processos de trabalho executados no Órgão, inclusive aqueles das áreas meio e de atividades tipicamente gerenciais.

Quadro 146: Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	1.314	1.304	333	352
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	1	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1.313	1.303	332	351
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1.313	1.298	332	351
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	4	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.2.6. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	0	0
2. Funções Gratificadas	3.263	3.039	851	948
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	3.263	3.038	851	948
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	4.577	4.343	1.184	1.300

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.
2. Ingressos e egressos são contabilizados como ocorridos no ano de 2015 levando-se em conta a data de publicação da portaria. Lançamentos retroativos de exoneração podem gerar distorção da informação.
3. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
4. Incluído o item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro da Força de Trabalho.
5. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 – Aposentados.
6. A extração dos dados foi realizada no dia 02/02/2016 em relação ao ano de 2015. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

Análise Crítica – Quadro 146

O quantitativo de cargos em comissão e funções gratificadas da RFB é distribuído pelo Regimento Interno (Portaria MF nº 203/2012). Nota-se pela análise do Quadro 146 que há mais de 230 postos de chefia vagos, demonstrando uma baixa atratividade para ocupação destes cargos. Esse fato foi confirmado por diagnóstico interno realizado em 2014 para o Ciclo de Planejamento 2016-2019, no qual os servidores destacaram a pouca motivação para assumir chefias na RFB, uma vez que o valor pecuniário estabelecido para as funções não condiz com o nível de responsabilidade assumido.

A constatação acima também é corroborada pela elevada rotatividade nesses postos. Houve mudança de mais de 25% dos detentores de função durante o ano de 2015, número considerado alto e que prejudica a continuidade dos trabalhos em andamento, assim como o plano de capacitação que é realizado com todos os gestores da RFB, Programa de Desenvolvimento Gerencial – DGR.

Qualificação e Capacitação da Força de trabalho

A qualificação e capacitação da força de trabalho da Receita Federal do Brasil é regida pela Portaria RFB nº 128/2013, que disciplina a aplicação da Política de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da RFB, alinhando-se às diretrizes do Decreto nº 5.707/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990.

Tendo em vista o marco legal supramencionado, a RFB adota o modelo de capacitação com foco em competências, o qual se apoia em inventário de competências construído por meio do mapeamento de competências. Em 2015, tomou-se por base o mapeamento realizado no período de outubro de 2010 a outubro de 2011 e foi realizado novo ciclo de mapeamento para utilização nos anos seguintes.

Em ambos os ciclos, foram identificadas as competências institucionais e individuais, as últimas classificadas por sua vez em gerenciais, fundamentais e específicas (por processo de trabalho). A partir das competências mapeadas são realizados periodicamente os ciclos de diagnóstico, ou de apuração das lacunas das competências, por meio da autoavaliação pelos servidores e da avaliação pela chefia imediata dos domínios existentes relativos às competências individuais. Na metodologia aplicada, as lacunas de competência representam a diferença entre o domínio necessário e o domínio existente. Após a consolidação do diagnóstico, são aferidas as lacunas por servidor, por unidade, por macroprocesso e por processo de trabalho.

Já foram realizados dois ciclos de diagnóstico, em 2011 e 2013, onde foram identificadas as competências que apresentaram maiores lacunas, ou seja, as que mais necessitam ser desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos organizacionais. Por sua vez, as lacunas aferidas permitem realizar o diagnóstico de necessidades de capacitação, de forma a direcionar as ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores, isto é, trata-se de uma ferramenta para subsidiar o plano de médio prazo da capacitação e ainda permite aprimorar o diálogo entre as chefias e sua equipe na definição de planos de desenvolvimento individuais e da equipe.

Na RFB, o plano de capacitação por competências é representado pelo Programa de Educação Corporativa (Proeduc), o qual está pautado na redução das lacunas de competências e na promoção do desenvolvimento sistemático e contínuo dos servidores. O Proeduc consolida, anualmente, ofertas de capacitação emanadas das Unidades Centrais, representadas prioritariamente pelos Programas Nacionais de Capacitação (PNC), e também por unidades descentralizadas, de modo que todas as ações de capacitação estejam relacionadas com uma ou mais competências individuais. Conforme a Portaria RFB nº 118/2012, o desenvolvimento do Proeduc deve observar as seguintes Diretrizes Estratégicas:

“I - Desenvolver ações de capacitação orientadas para o desenvolvimento integral dos servidores e gerentes, considerando o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes;

II - Democratizar as oportunidades de capacitação, tornando-as acessíveis a todos os servidores e gerentes, primando ainda pelo incentivo ao autodesenvolvimento;

III - Diversificar as modalidades e estratégias de capacitação, com intensificação da educação à distância;

IV - Desenvolver as competências fundamentais, as quais devem integrar o conteúdo programático das ações de capacitação e

V - Sistematizar Programas Modulares Nacionais e demais eventos de capacitação, relacionando aprendizagem à competência.”

No que concerne ao Proeduc, relativo ao exercício de 2015, revisado pela Portaria RFB nº 41/2015, importa destacar que sua estruturação teve por base o 1º ciclo de mapeamento de competências, concluído em 2011, e o 2º ciclo de diagnóstico de competências, realizado em 2013, que contou com a participação voluntária de 75% dos servidores da RFB. Seu desenvolvimento se deu em conformidade com a análise estratégica de cada unidade e com base nas lacunas de competências, visando identificar as ações de capacitação que podiam melhorar o desempenho dos servidores e, por conseguinte, os resultados institucionais.

O quadro a seguir detalha as áreas inerentes às ações de capacitação e desenvolvimento ofertadas, suas respectivas lacunas e resultados alcançados em 2015:

Quadro 147 – Ações de Capacitação Planejadas e Resultados Alcançados

RFB – Competências		Lacunas*	Nº de ações planejadas	Nº de ações executadas	Nº de participações (com repetição)
Fundamentais	Comunicação eficaz	1.16	215	95	922
	Ética profissional	0.75	63	14	343
	Trabalho em equipe	1.02	80	28	577
	Orientação para resultados	1.17	49	26	595
	Ação sistêmica	1.25	39	24	924
	Autodesenvolvimento	1.28	450	692	6.385
	Criatividade e Inovação	1.39	58	10	191
	Excelência na prestação de serviços	1.07	60	43	468
	Racionalidade na utilização de recursos	1.15	28	0	0
Gerenciais	Visão e orientação estratégica	-0.40	32	6	102
	Efetividade de gestão	0.50	47	25	516
	Negociação e cooperação	1.14	41	7	293
	Liderança	1.14	104	14	440
	Gestão da mudança e inovação	0.56	32	13	958
Especificas Macroprocessos**	Políticas Institucionais	-0.26	16	3	75
	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	-0.30	928	264	5.736
	Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros	0.91	1.416	499	10.845
	Administração Aduaneira	0.58	323	198	3.329
	Segurança Jurídica e Solução de Litígios	-0.50	271	100	2.498
	Interação com a Sociedade	0.28	437	394	7.527
	Gestão Estratégica, Projetos e Processos	0.36	142	85	1.636
	Gestão Institucional	-0.27	96	23	1.521
	Controle Institucional	-0.27	58	20	1.702
	Gestão Orçamentária e Financeira	0.56	239	112	545
	Governança de Tecnologia Da Informação	-0.38	408	112	1.535
	Gestão de Pessoas	-0.09	367	225	5.057
	Gestão de Materiais e Logística	0.58	782	353	2.117
Total			6.781	3.385	56.837

Legendas:

* Fórmula: DN – DE = L, onde DN = Domínio Necessário, DE = Domínio Existente e L = Lacuna de Competência.

** Macroprocessos conforme cadeia de valor vigente até novembro de 2014.

Fonte: SA3 e Siscad (extração de dados em 02/02/2016).

Analisando os dados explicitados na tabela acima, referentes às ações de capacitação realizadas ao longo do ano de 2015, constata-se que, na RFB, há poucas competências superavitárias na média nacional, isto é, em que o domínio existente seja superior ao domínio necessário. Assim, todas as competências fundamentais, gerenciais e específicas (classificadas por macroprocesso) tiveram ações planejadas e apenas uma competência não teve ações executadas, sendo que muitas das ações registradas em determinada competência (por desenvolvê-la primariamente), também desenvolveram outras competências mapeadas e não foram computadas para evitar duplicidade de registros.

Houve esforço contínuo para capacitar grande quantidade de servidores suprindo as maiores lacunas, sobretudo de competências específicas, o que se evidencia no número de ações executadas e de participações. Observa-se, por exemplo, que mais de 70% das ações se destinaram a desenvolver tais competências. Considerando as participações de um mesmo servidor em diferentes eventos, obteve-se aproximadamente 56 mil participações de servidores da RFB em ações de capacitação e desenvolvimento. Considerando, diferentemente, os servidores que participaram de ao menos uma ação de capacitação (sem repetições), conforme consulta no Siscad realizada em 04/02/2016, constata-se que 18.206 servidores e empregados públicos foram capacitados, o que representa 71,27% do quadro da RFB, sendo que a distribuição da carga horária média foi de 46,15 horas por servidor capacitado (sem repetições), alcançando o total de 840.340 horas aplicadas à capacitação.

No rol de competências fundamentais, que descrevem comportamentos desejados de todos os servidores, a maior parte das participações se deu em ações de capacitação e desenvolvimento vinculadas às competências "Comunicação Eficaz", "Ação Sistêmica" e "Autodesenvolvimento", estando as duas últimas entre as três maiores lacunas da categoria, cumprindo destacar que a competência "Autodesenvolvimento" engloba registros de licenças para capacitação. Embora não sejam carreados recursos do orçamento da capacitação para tal tipo de ação, vez que é de iniciativa do servidor e por ele custeada, a concessão de licença capacitação no âmbito da RFB requer esforço de planejamento, no qual se tem em conta a demanda de trabalho e a disponibilidade de força de trabalho nas unidades.

Quanto às competências gerenciais, as quais descrevem comportamentos desejados de todos os servidores que exercem funções gerenciais na RFB, destaca-se que seu desenvolvimento se dá, em âmbito nacional, por meio do Programa de Desenvolvimento Gerencial – DGR e, em âmbito regional, são ofertadas ações de desenvolvimento gerencial para atender às necessidades particulares de cada Região Fiscal. Em 2015, todas as competências gerenciais mapeadas tiveram ações ofertadas com centenas de participações, mormente as quatro que apresentaram lacunas no último diagnóstico. Assim, foram viabilizadas, no referido período, aproximadamente 2.309 participações de servidores da RFB ocupantes de cargos de chefia (titulares e substitutos) e potenciais gestores em treinamentos gerenciais.

No que se refere às competências específicas, que descrevem comportamentos desejados nas atuações específicas dos servidores em suas respectivas áreas e para as quais, conforme já dito, deu-se especial atenção, destaca-se que todos os macroprocessos tiveram resultados expressivos em números de participações e ações ofertadas, com concentração de esforços sobretudo nas competências ligadas aos macroprocessos finalísticos da RFB.

Infere-se que mais de 40% das ações se destinaram a desenvolver competências específicas finalísticas da RFB e que as ações vinculadas aos macroprocessos “Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros”, “Interação com a Sociedade” e “Arrecadação e Controle do Crédito Tributário” foram as que obtiveram maior número de participações, sendo que o primeiro macroprocesso apresentou a maior lacuna em competência específica do órgão.

Para demonstrar a proporção de ações de capacitação executadas e número de participações em competências com lacuna e superávit, importa observar o quadro a seguir:

Quadro 148: Ações de Capacitação x Número de Participantes

	Nº de ações executadas	Nº de participações (com repetição)
Em competências com lacunas	2.632	38.611
Em competências com superávit	753	18.226
Total	3.385	56.837

Logo, cerca de 77,8% das ações de capacitação executadas visavam a desenvolver competências que apresentaram lacunas e, em proporção aproximada, depreende-se que 67% das participações em ações de capacitação (com repetição) foram igualmente direcionadas a tais competências.

Contudo, a despeito de algumas competências, ao menos em nível macro, não apresentarem lacunas tão expressivas e serem, por vezes, superavitárias, a RFB não pode deixar de atentar para seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, como estão sendo apuradas as médias nacionais, muitas das competências com lacunas nacionais superavitárias podem apresentar lacunas expressivas nos níveis regional e local, o que demanda ações de aprendizagem. Por outro lado, outros aspectos devem ser considerados no planejamento da capacitação além do diagnóstico de lacunas de competências. A prática demonstra que o órgão também deve estar atento a mudanças de cenário que os diagnósticos bienais não conseguem acompanhar, tais como mudanças na legislação, estratégia organizacional, estabelecimento de novos procedimentos, desenvolvimento de novos sistemas e movimentação de servidores, seja por concurso de remoção ou pela nomeação de novos servidores, alterando consideravelmente o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes acumulados nas unidades e, consequentemente, suas necessidades de capacitação. Esta necessidade exige esforço permanente em desenvolvimento de competências associadas a processos mais críticos para o desempenho do órgão. A título de exemplo, registre-se que, em 2015, houve a entrada de 273 Auditores-Fiscais provenientes de concurso, que também provocou movimentação de 681 servidores por concurso de remoção. Logo, o processo de redução de lacunas precisa ser continuamente avaliado como tem sido feito na RFB, levando em consideração essa dinâmica.

Alguns entraves impactaram a gestão da capacitação em 2015, sendo o mais relevante relacionado com o contingenciamento orçamentário, com efeito nos eventos que necessitavam de deslocamentos, reduzindo-os para a essencial adequação orçamentária às necessidades de capacitação. Cabe enfatizar que nesse exercício executou-se cerca de 50% das ações originalmente planejadas para todas as competências, excetuando as ações relacionadas ao autodesenvolvimento, incluindo nesse rol as licenças para capacitação, videoaulas, estágios, aprendizagem em serviço, entre outras.

O incremento nas ações de capacitação, vis a vis o cenário de contingenciamento, emergiu para o desafio de manter e até mesmo elevar a capacidade da RFB de continuar a oferta dos programas de desenvolvimento continuado de forma a conciliar a otimização do uso dos recursos disponíveis para o Proeduc e o alcance dos resultados institucionais.

Para fazer face a alguns desses desafios, a RFB procurou manter a oferta de ações de capacitação na modalidade à distância, que, em 2015, permitiram capacitar aproximadamente 7.600 servidores (concluintes com repetições). Assim, foi possível alcançar o desenvolvimento de muitos servidores que têm exercício em localidades longínquas, além de evitar gastos com deslocamentos.

Portanto, a RFB buscou reduzir suas lacunas de competência disponibilizando treinamentos para o maior número possível de servidores, favorecendo o desenvolvimento contínuo e sistemático das competências Fundamentais, Gerenciais e Específicas, e priorizando áreas que estrategicamente contribuem para o aprimoramento da administração tributária e aduaneira.

6.1.2 - Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 149 - DESPESAS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de Carreira Vinculados ao Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2015	4.166.102.160,29	43.921.461,68	348.368.999,14	122.320.504,92	116.939.086,86	137.845.173,50	489.694,42	725.992,62	19.065.463,02	4.955.778.536,45
	2014	4.049.900.611,20	43.288.726,69	338.076.516,08	115.624.404,55	118.196.308,06	134.053.193,91	561.724,00	2.759.188,69	30.269.378,16	4.832.730.051,34
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com o Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2015	62.872,54	150.733,38	18.568,83	15.313,56	8.952,00	3.502,08	0,00	0,00	6.190,27	266.132,66
	2014	59.871,45	109.485,92	14.168,75	12.272,04	10.071,00	1.370,16	0,00	7.191,99	0,00	214.431,31
Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus											
Exercícios	2015	60.637.742,10	0,00	5.032.721,72	1.767.067,46	1.172.787,17	1.886.159,89	0,00	1.224,00	354.923,37	70.852.625,71
	2014	55.226.668,83	0,00	4.734.412,38	1.709.101,94	1.126.883,29	1.859.543,91	0,00	8.238,65	584.148,89	65.248.997,89
Servidores com Contrato Temporário											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DW Siape – 21/01/2016

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. A extração consistiu em coletar os valores de todas as rubricas relacionadas ao custo de pessoal das unidades pagadoras da Receita Federal do Brasil referente aos anos de 2014 e 2015, discriminando-as por natureza de despesa e agrupando-as de acordo com a tipologia de cargos. A classificação das rubricas por natureza de despesas e o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos seguiu as determinações emanadas pelo TCU.
2. Foram utilizadas somente rubricas lançadas como rendimento, independente da denominação - exceto as referentes a adiantamento, para evitar duplicidade.
3. Sobre o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos:
 - a. O agrupamento de servidores foi implementado por meio da situação funcional de cada servidor.
 - b. Não foram considerados os servidores na situação funcional de Aposentados ou Instituidores de pensão uma vez que estes são administrados pelas respectivas Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda (SAMF), órgãos regionais independentes da RFB.
 - c. Não foram identificados servidores com contrato temporário.
 - d. Não existem Membros de Poder e Agentes Políticos.
 - e. No caso dos cedidos com ônus, a determinação da existência do ônus se baseou na característica do órgão de destino (se a cessão foi para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou para Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista, considerou-se como sem ônus - conforme Art. 93, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.112/1990). Situações específicas como as previstas no art. 93 inciso II e §§ 6º, 7º, foram ignoradas por se tratarem de exceções que demandariam uma análise individual de todos os casos de cessão.

6.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

Como o Siape e Siapecad não disponibilizam informação sobre acumulação indevida de cargos, os procedimentos de controle adotados são:

- Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.
- No ato da posse, são de entrega obrigatória os seguintes documentos:
 - 1) Termo de Responsabilidade declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.
 - 2) Cópia da publicação do ato ou protocolo de pedido de vacância relativo ao cargo ocupado, se ocupante de outro cargo, emprego ou função pública.
 - 3) O servidor se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.
- No caso de servidor que pleiteia licença para tratar de interesses pessoais, deve apresentar os seguintes documentos, que auxiliam na prevenção destes casos:
 - 1) Na solicitação da licença, deve anexar manifestação prévia favorável da Comissão de Ética da RFB ou da Controladoria-Geral da União (CGU), nos casos em que o servidor for exercer atividade privada ou atividade potencialmente geradora de conflito de interesses, obtida por meio de consulta efetuada por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI);
 - 2) Formulário descrevendo as atividades que pretende desenvolver durante o período da licença, as efetivamente desenvolvidas durante e aquelas que passou a desempenhar após o término do afastamento.
- São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público. A Portaria RFB nº 2.543/2011, atualizada pela Portaria RFB nº 38/2016, estabeleceu o inventário de competências do órgão, sendo a Ética Profissional considerada uma competência fundamental, ou seja, é competência desejada de todos os servidores da RFB. Ela faz parte, portanto, da grade de disciplinas do programa de formação de novos servidores, bem como do programa anual de capacitação.

Em 2015 não houve ocorrências relacionadas a acumulação ilegal de cargos no âmbito da RFB.

Terceirização Irregular de Cargos

A RFB não possui terceirizados exercendo atividades típicas da Carreira de Auditoria Fiscal.

Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Conforme a Análise Crítica feita para o Quadro 142, o Órgão vem sofrendo perdas constantes no quadro de servidores, sendo que 23% dessas perdas foram em função de vacância por posse em cargo inacumulável ou exoneração. Esse número reflete um problema de retenção de servidores, principalmente dos cargos de Analista-Tributário, Analista Técnico-Administrativo e Assistente Técnico-Administrativo, que acabam migrando para cargos de melhor remuneração dentro do próprio Poder Executivo.

O elevado percentual de vacâncias citado anteriormente tem alguns impactos significativos para o Órgão. O primeiro deles refere-se ao programa de capacitação elaborado para formação e aperfeiçoamento desses novos servidores, tendo em vista os custos financeiro e operacional envolvidos. Outro ponto negativo diz respeito à lacuna deixada nas unidades de exercício desses servidores. A recomposição do quadro da Unidade só ocorrerá, na maior parte dos casos, quando houver um novo concurso público, situação essa que depende do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão responsável pela autorização de novos concursos.

Ações de Prevenção – Gestão de Processos e Desvio de Função

A RFB implementou em setembro de 2013 o seu Modelo de Governança de Processos (atualizado pela Portaria RFB nº 1.708/2014), que estabelece a metodologia para o mapeamento da situação atual de processos de trabalho. Atrelados a este modelo, foram também criadas a Política de Gestão de Riscos (Portaria RFB nº 1.674/2014) e a Metodologia de Análise de Atribuições dos cargos em exercício na Receita Federal do Brasil (Portaria RFB nº 2.226/2014). Tais instrumentos, utilizados em conjunto, possibilitam a identificação e a prevenção de riscos, na medida em que contribuem para:

1. Comunicação do fluxo de atividades para os servidores;
2. Manutenção do conhecimento;
3. Treinamento de novos servidores das áreas de negócio;
4. Adequação de normativos e manuais de procedimentos;
5. Padronização da execução do processo;
6. Análise da situação atual e identificação de oportunidades de melhoria;
7. Definição de papéis, responsabilidades, competências e atribuições, inclusive para acesso a sistemas;
8. Visualização e documentação dos riscos do processo.

Já foram mapeados e publicados na intranet da RFB 18 processos da Gestão de Pessoas, e elaborado cronograma para a análise de riscos de toda a árvore de processos da área até 2018.

A Metodologia de Análise de Atribuições dos Cargos, especificamente, é de competência da Cogep, que valida as informações prestadas pelas diversas áreas de negócio da RFB (inclusive a própria Gestão de Pessoas). Tem como finalidade não só otimizar a alocação do quadro funcional do órgão, considerando os diversos processos de trabalho desenvolvidos na Instituição, como também conscientizar os gestores quanto à efetiva observância das atribuições legais dos cargos, com vistas a se evitar eventuais desvios de função.

Em meados de abril de 2015, foi editada a Portaria RFB nº 535, de 13 de abril de 2015, que definiu o prazo para o procedimento de Análise de Atribuições de que trata a Portaria RFB nº 2.226, de 22 de dezembro de 2014, dos processos de trabalho que contemplam atividades privativas do cargo de

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e atividades concorrentes entre esse cargo e o de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.

A Portaria RFB nº 535/2015 abrange, ao todo, 118 processos de trabalhos de diversas áreas da Receita Federal do Brasil, conforme demonstrado no quadro a seguir. O andamento dos trabalhos decorrentes da Portaria se mostrou bastante dinâmico, uma vez que contou com a participação de seis Entidades Representativas de Classe, que tiveram a oportunidade de contribuir na construção dos processos, por meio da elaboração de sugestões.

Quadro 150: Processos em Análise de Atribuições

ÁREA GESTORA	QUANTIDADE DE PROCESSOS
Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação	1
Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento	26
Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais	46
Subsecretaria de Fiscalização	36
Subsecretaria de Tributação e Contencioso	9
TOTAL	118

Durante o desenvolvimento das atividades decorrentes da Portaria RFB nº 535/2015, competiu à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) a definição da metodologia a ser utilizada nas Análises de Atribuições realizadas pelas áreas gestoras, a capacitação e orientação dos servidores atuantes no procedimento e a validação das minutas que foram apresentadas às Entidades de Classe para elaboração de sugestões.

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Grau de Lotação Bruto:

Fórmula: (nº de servidores da carreira ARFB em 31/12) / (lotação autorizada)

A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº 1.953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

Quadro 151: Grau de Lotação Bruto

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1ª REGIÃO FISCAL	50,39%	51,86%	46,62%	45,85%	46,95%	43,02%
2ª REGIÃO FISCAL	54,89%	45,06%	46,48%	49,12%	54,04%	46,12%
3ª REGIÃO FISCAL	74,34%	65,91%	62,62%	60,33%	60,09%	59,07%
4ª REGIÃO FISCAL	67,60%	63,36%	58,69%	57,42%	56,14%	55,06%
5ª REGIÃO FISCAL	53,05%	55,10%	51,64%	50,88%	49,49%	48,67%
6ª REGIÃO FISCAL	61,68%	60,07%	55,88%	53,80%	51,79%	49,96%
7ª REGIÃO FISCAL	60,99%	56,56%	53,63%	52,79%	52,45%	49,36%
8ª REGIÃO FISCAL	42,22%	41,05%	40,34%	41,11%	39,51%	38,98%
9ª REGIÃO FISCAL	57,63%	51,70%	48,63%	48,30%	47,29%	45,61%
10ª REGIÃO FISCAL	58,53%	51,54%	49,74%	48,67%	47,56%	44,86%
UC	51,64%	73,83%	67,64%	73,89%	78,23%	77,01%
DRJ	55,13%	64,19%	62,90%	59,59%	56,71%	55,35%
RFB	53,06%	51,76%	49,50%	49,50%	48,96%	47,02%

A diminuição do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do baixo ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários, em comparação às perdas ao longo de 2015. Percebe-se que o quadro da RFB vem decrescendo continuamente. Se considerarmos os dados desde 2008, temos uma perda líquida de quase 2.300 Auditores-Fiscais. Os dados sobre o Grau de Lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vendo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos.

Este preocupante cenário foi constatado também pela CGU em 2012, que recomendou, tendo como base a Auditoria Anual de Contas, elaboração de projeto que evidenciasse o inadequado quantitativo de servidores em exercício na RFB. Segundo esta recomendação, foi realizado estudo em dezembro de 2012, com dados estatísticos do quadro funcional da RFB, os benefícios de seu crescimento e os riscos e impactos nas atividades caso não haja recomposição. O estudo foi enviado à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda em 19/12/12 (Memo Gabin nº 1654/2012). A CGU emitiu parecer, no Processo nº 12440.000160/2012-09, de que a RFB cumpriu o recomendado, explicitando as necessidades anuais de recomposição e fortalecimento de seu quadro para o período 2013-2015.

Em maio de 2015, para o ciclo de planejamento do PPA 2017-2020, foi enviado ao MF documentação com números atualizados sobre a recomposição do quadro da RFB, levando em conta a proposta de “inversão da pirâmide” de cargos. O atual quadro de servidores da RFB apresenta uma “pirâmide invertida”, com maior quantitativo de servidores de cargos com competências privativas ou de atribuições complexas, e menor quantitativo daqueles que deveriam auxiliar esses cargos em suas atividades. A seguir, apresenta-se quadro com os quantitativos solicitados ao MF:

Quadro 152: Quantitativos de Servidores Solicitados

Vagas Pleiteadas Maio/2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total PPA 2017-220
AFRFB	2.241	608	608	608	608	2432
ATRFB	1.118	1.229	1.352	1.487	1.636	5704
ATA NI	908	1.272	1.679	2.249	3.047	8247
ATA NS	106	148	195	262	356	961

O Aviso Ministerial MF nº 200, de 09 de junho de 2015, propõe o provimento de 1.000 vagas de AFRFB e 1.000 de ATRFB para 2016, sujeitos ainda à apreciação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (para ATAs, não foi discriminado o quantitativo por órgão do MF).

O baixo grau de lotação da RFB pode ser desmembrado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e pelo quadro a seguir pode-se verificar que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

Quadro 153: Comparativo entre Grau de Lotação da RFB e Grau de Lotação em outros Órgãos

Órgão	Cargo	Lotação Real [1]	Lotação Máxima[2]	Grau de Lotação Set 2015	Grau de Lotação Nov2014
RFB	AFRFB	10.533	20.395	51,64%	51,46%
	ATRFB	7.306	16.677	43,81%	46,63%
Ministério das Relações Exteriores	Diplomata	1.553	1.805	86,04%	87,65%
	Oficial de Chancelaria	828	1.893	43,74%	44,80%
Polícia Federal	Delegado	1.780	2.186	81,43%	82,66%
	Agente	5.991	8.033	74,58%	76,52%
Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor Fiscal do Trabalho	2.581	3.644	70,83%	74,97%
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Procurador Geral da Fazenda Nacional	2.046	2.400	85,25%	86,71%
Tribunal de Contas da União[3]	Auditor Federal de Controle Externo	1.692	1.776	95,27%	98,30%
Média sem a RFB				76,73%	78,80%

[1] Boletim Estatístico de Pessoal nº 233 do MP, de setembro de 2015.

[2] Publicação “Dados LDO” do MP. Portaria nº156, de 21/07/2014

[3] Relatório Trimestral de atividades do TCU (terceiro trimestre de 2015). A Lotação máxima autorizada refere-se aos valores apresentados no documento “Quadro Lotação Autorizada x Atual”; página 127.

Fica claro com estas comparações o baixo índice de provimento da lotação da carreira ARFB. As carreiras típicas de Estado compõem o Núcleo Estratégico do Estado, do qual decorrem os objetivos fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal Núcleo seja robusto, sem apresentar as assimetrias verificadas.

Grau de Equalização

A RFB possui 167 unidades com provimento de lotação. Apesar do grau de lotação do órgão ser baixo, como ressaltado anteriormente, existe uma política de movimentação de pessoal que objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Abaixo, segue quadro com o quantitativo de ingressos e egressos internos e externos de cada região fiscal, no ano de 2015:

Quadro 154: Grau de Equalização

RF	Ingressos 2015	Eggressos 2015	Entradas Remoção 2015	Saídas Remoção 2015	Saldo 2015
1	113	107	101	133	-26
2	210	50	68	317	-89
3	79	43	59	40	55
4	72	74	84	56	26
5	62	60	150	132	20
6	63	117	84	52	-22
7	41	195	132	120	-142
8	88	308	418	306	-108
9	122	102	116	90	46
10	116	103	85	86	12
UC	2	86	191	168	-61
DRJ	0	31	53	41	-19
RFB	968	1.276	1.541	1.541	-308

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3, extração das remoções em 27/01/2016.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Fórmula Saldo 2015: (Quantidade de Ingressos + Quantidade de Entradas Remoção) - (Quantidade de Egressos + Quantidade de Saídas Remoção);
2. Não pode ser feita uma comparação direta da coluna Saldo 2015 com a Tabela do tópico Grau de Lotação Bruto, pois esta contempla todos os servidores da RFB, enquanto aquela trata apenas da Carreira de Auditoria.

Das 1.541 remoções ao longo de 2015, 44% foram por tipos que contribuem diretamente para uma melhor equalização do grau de lotação (remoção a pedido por Concurso de Remoção, remoção a pedido para Equalização do Grau de Lotação, remoção de ofício para unidades que se localizam em municípios de fronteira). Este efeito pode ser percebido no quadro abaixo, que mostra a evolução do Grau de Equalização nos últimos dois anos:

Fórmula: Quantidade de unidades de provimento de lotação com grau de lotação dentro da faixa de um desvio padrão em torno da média / total de unidades com provimento de lotação

Quadro 155: Grau de Equalização

Grau de Equalização			
	dez/13	dez/14	dez/15
Unidades com grau de lotação de até um desvio padrão em torno da média	127	137	154
Nº de Unidades com lotação própria	166	167	167
Percentual	76,51%	82,04%	92,22%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3.

O Grau de Equalização (GEQ) em 2015 atingiu 92,22%, isso indica que das 167 unidades de lotação, 154 estão com grau de lotação equalizado. Houve alteração na definição desse indicador

em relação a 2014, com a faixa considerada equalizada passando de 15% em torno do grau de lotação médio para uma distância de um desvio padrão em torno do grau de lotação médio. Como o desvio padrão calculado foi de 17,92%, já era esperado um aumento considerável do GEQ. Porém esse aumento, que ocorre desde 2013, também é reflexo direto da política de alocação e movimentação de pessoas, por meio do Concurso de Remoção (681 auditores removidos em 2015 relativos a dois concursos de remoção). Esse processo prioriza o provimento de servidores nas unidades com menor grau de lotação, contribuindo para a melhor equalização da distribuição do quadro da Carreira ARFB.

Apesar das dificuldades de provimento e de se compensar as perdas constantes dos últimos anos, a distribuição dos servidores pelas unidades tem se tornado cada vez mais homogênea. Como o grau de lotação é baseado em Estudo de Lotação que leva em conta a demanda de trabalho comparativa entre as unidades, a RFB tem agido no sentido de, mesmo com a escassez atual de servidores, distribuir pelo território nacional um quantitativo justo.

6.1.4 - Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Contratação de Estagiários

A contratação de estagiários na RFB é orientada pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e demais normas complementares internas e externas.

Em função disto, o estágio na RFB é um ato educativo escolar desenvolvido na modalidade não-obrigatório visando à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior.

Cabe à Divisão de Saúde e Qualidade no Trabalho (Disaq), da Coordenação-Geral de Gestão com Pessoas (Cogep), supervisionar a contratação de estagiários, em âmbito nacional, e à Divisão de Gestão de Pessoas (Digep), das Superintendências, regionalmente.

Encontra-se no **Anexo 5** o quadro 185 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade das Regiões Fiscais.

As Unidades Centrais e as Superintendências Regionais utilizam os serviços de Agente de Integração, no âmbito de suas competências, como auxiliares no processo de gestão e contratação de seus estagiários.

O Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) é o sistema primário utilizado nacionalmente para registro das contratações, alteração de dados e desligamento de Estagiários, bem como para pagamento da bolsa, auxílio-transporte e demais ações de folha de pagamento dos estudantes. Sendo assim, quando necessárias, serão feitas referências a nomes de campos do Siape.

Há outros sistemas/segmentos informatizados na RFB, replicadores dos dados do Siape, que podem também ser objeto de referência para preenchimento das informações da prestação de contas, tais como: SA3, DW-Siape, Sief-RH ou mesmo planilhas de controle de uso local. Contudo, com a respectiva correspondência dos campos do Siape tratados nesta nota.

Quadro 156: Contratos de Estágio

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	1877	1967	1775	1313	11.043.215,38
1.1. Área Fim	0	0	0	0	0
1.2. Área Meio	1877	1967	1775	1313	11.043.215,38
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1. Área Fim	0	0	0	0	0
2.2. Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	1877	1967	1775	1313	11.043.215,38

Fonte: DW Siape – 19/01/2016

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Foram apuradas rubricas de Bolsa de Estágio, Auxílio Transporte de Estagiário e Recesso Remunerado de Estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;

2. Para este quadro, foi considerado o conceito de atividade-meio, ou seja, atividades de suporte administrativo, independentemente se a área/unidade em que elas são desenvolvidas tem caráter precípua finalístico ou de apoio;

3. O lançamento de dados históricos no Siape, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

PONTOS IMPORTANTES:

1. As extrações dos estagiários foram realizadas de forma centralizada pela Cogep, por meio do DW Siape, em 19 de janeiro de 2016;
2. Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme a orientação do TCU.

Análise Crítica da Política de Contratação dos Estagiários

A contratação de estagiários na RFB é realizada mediante a celebração de contratos com empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a própria RFB. Além da legislação específica para a contratação de estagiários, Lei nº 11.788/2008, na RFB o procedimento para a disponibilização de vagas para estágio não-obrigatório está regulamentado pela Orientação Normativa Segep/MP nº 04, de 04 de julho de 2014 e pela Portaria RFB/Cogep nº 228, de 27 de março de 2015, proporcionando uma padronização nos procedimentos de gestão de estagiários em todas as unidades descentralizadas.

A RFB oferece vagas de estágio para os estudantes de nível superior, cuja seleção é feita por exame curricular e entrevista, utilizando agente de integração, que divulga as vagas disponíveis de acordo com o curso de formação e período escolar pré-definido, recruta os estudantes e os encaminha para entrevista com o servidor que será o supervisor do estágio. As vantagens observadas neste tipo de seleção são: o menor custo, o sistema menos burocrático, exigência de menor logística, menor periodicidade, permitindo melhor ajuste às necessidades da dinâmica dos processos de trabalho da RFB, além de não privilegiar somente os estudantes com excelente formação teórica, oportunizando a experiência profissional para todos. Existe uma multiplicidade de áreas na RFB, e, por essa razão, são oferecidas vagas de estágio para diversos cursos de graduação.

6.2 - GESTÃO DA PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

6.2.1 - Gestão do patrimônio imobiliário da União

A gestão do patrimônio na RFB se faz por meio da ferramenta gerencial de controle de bens imóveis, o sistema Edifica, cujo objetivo principal é mapear as informações gerais e as relacionadas ao estado de conservações imobiliárias, mobiliárias e visuais dos imóveis de forma a subsidiar o processo decisório do Ministério da Fazenda, relativamente à integração da logística e da construção ou reforma de imóveis destinados aos órgãos que atuam no Macroprocesso do Crédito Tributário.

Os objetivos específicos do sistema Edifica são: fornecer informações estruturadas dos imóveis nas dimensões: cadastral, administração, engenharia, arquitetura, acessibilidade, estado de conservação, infraestrutura tecnológica, mobiliário e identidade visual; calcular os indicadores de “adequação imobiliária”, dos imóveis fazendários e elaborar relatórios gerenciais, como subsídio para o processo decisório nas áreas de logística e engenharia.

O Edifica foi instituído pela Portaria Conjunta PGFN/RFB/SPOA nº 10, de 16 de junho de 2010. Segue abaixo, o quadro de distribuição geográfica dos imóveis da União sob responsabilidade da RFB:

Quadro 157: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS IMÓVEIS DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF DF	4
	UF MS	19
	UF MT	14
	UF GO	15
	UF TO	5
	UF AC	7
	UF AM	10
	UF AP	3
	UF PA	15
	UF RO	8
	UF RR	8
	UF CE	23
	UF PI	8
	UF MA	12
	UF RN	11
	UF PB	7
	UF PE	14
	UF AL	7
	UF BA	20
	UF MG	32
	UF ES	101
	UF RJ	42
	UF SP	69
	UF PR	55
	UF SC	19
	UF RS	57
	DRJ Florianópolis	1
	DRJ Recife	6
	DRJ Ribeirão Preto	2
	RFB-Brasília	1

Subtotal Brasil	595	582
Total (Brasil + Exterior)	595	582

Fonte: Spiunet

Com base nos dados extraídos do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (Spiunet), apresenta-se o quadro consolidado Quadro 186 - Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional, referente aos imóveis sob responsabilidade da RFB, que se encontra no **ANEXO 6**.

No Quadro 187 - Gastos com Manutenção e Reformas pelas Unidades Gestoras em 2015, que se encontra no **ANEXO 7**, demonstram-se o somatório de gastos com reformas e com manutenção por Unidade Gestora.

Análise referente à gestão do patrimônio imobiliário da União:

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) pode ser encontrada em todo o território nacional, em seus 595 imóveis (quadro 157), devidamente contabilizados no Sistema SIAFI, retrato de sua preocupação em proporcionar comodidade aos contribuintes. Estes imóveis estão sob responsabilidade das Unidades Gestoras (quadro 186 – Anexo 6) e destinados à utilização da RFB em sua atividade.

Os imóveis além de abrigarem um corpo funcional de aproximadamente trinta e uma mil pessoas, devem se adequar às diversas funções de suas unidades, conforme a Estrutura Organizacional da RFB: Unidades Centrais, Superintendências, Delegacias, Inspetorias, Alfândegas e Agências, e seus respectivos relacionamentos com a sociedade.

Sempre que uma Unidade Gestora recebe um novo imóvel, a partir do correspondente documento de entrega é feita a devida Nota de Lançamento no SIAFI, com a apropriação das responsabilidades exigidas sobre esse bem. Além do controle contábil, o imóvel é também registrado e acompanhado pela UG por intermédio do Sistema Edifica, do Ministério da Fazenda, onde além das informações do Registro de Imóveis, constam dados da edificação, fotos, regularidade de situação quanto a habite-se e outros itens elencados em questionário próprio, submetido à avaliação semestral sobre o seu Nível de Adequação Imobiliária (NAI), com desejável alcance de pontuação 1 e com metas de melhoria periódica quando abaixo desse parâmetro. No que diz respeito às atualizações ou reavaliações necessárias, para tais providências, são observadas as diretrizes definidas pela Portaria Conjunta da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento e da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, nº 703, de 10/12/2014.

A adoção do RIP de utilização dos imóveis no preenchimento dos quadros e na inclusão dos dados solicitados, bem como a pesquisa detalhada no Sistema Spiunet, gerou uma inconsistência nas informações prestadas, que deverá ser aqui ressaltada. Algumas unidades funcionam dentro dos Edifícios-Sede do Ministério da Fazenda de cada Estado e deveriam ter um RIP de utilização específico, correspondente a cada área ocupada. Ressalte-se, no entanto, a importância dos diversos registros quanto à utilização do imóvel, visto que as Unidades Gestoras da RFB, por vezes, necessitam realizar despesas com obras e serviços em suas áreas de trabalho, a fim de adequá-las às suas necessidades. Estas despesas, entretanto, não podem ser informadas no Relatório de Gestão, porque geram acréscimo patrimonial no valor de imóveis da União que se encontram sob a responsabilidade de outra UG.

Por fim, as UGs, de modo geral, têm enfrentado dificuldades na realização do controle e da gestão do patrimônio imobiliário sob sua responsabilidade. Na tentativa de suprir essa deficiência,

pretende-se intensificar gestões na SPU, no sentido de viabilizar capacitação de servidores para realização das atividades relacionadas ao acompanhamento dos registros das informações dos imóveis no Sistema Spiunet, bem como de buscar soluções para as pendências já identificadas.

Além das questões pertinentes a registros e documentos, importa destacar a escassez de recursos, tanto materiais quanto humanos, que tem inviabilizado a implementação de uma política permanente de manutenção dos imóveis. A prática vem mostrando, inclusive, que o reduzido número de profissionais da área de engenharia, especialmente nas unidades locais, tem comprometido a capacidade de execução de intervenções planejadas, ainda que garantidos os correspondentes recursos orçamentários.

A gestão de imóveis tem riscos associados à sua conservação e segurança, tanto física como patrimonial. No que se refere à conservação, é efetuada a manutenção predial preventiva e corretiva, mediante contrato com empresas de engenharia. Além disso, são efetuadas intervenções corretivas e de modernização (reformas, reparos e adaptações) sempre que necessário. O acompanhamento das condições dos imóveis é efetuado por intermédio do sistema EDIFICA, mantido pelo Ministério da Fazenda, que atribui pontuação ao estado de conservação dos imóveis, o que permite ao gestor identificar as prioridades. As intervenções necessárias são programadas no Plano de Engenharia da RFB, que é editado anualmente.

Com relação à segurança física, é fundamental a manutenção adequada dos sistemas de proteção e combate a incêndios. Nos últimos anos foram contratados e elaborados diversos PPCI – Plano de Prevenção Contra Incêndios, submetidos à apreciação do Corpo de Bombeiros.

No que se refere à segurança patrimonial, a vigilância ostensiva, mesmo sendo desejável, vem sendo gradativamente substituída por vigilância eletrônica, com câmeras e sistemas de alarme, em razão da redução da disponibilidade de crédito orçamentário de custeio.

6.2.2 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

A seguir são apresentados quadros resumos, por grupo de Estados, relativos à cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas:

Quadro 158: Cessões de Espaços nos Imóveis (RFB) dos Estados do Mato Grosso do Sul e Tocantins

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9051002505006	9051002505006	973300063500-6
	Endereço	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 Campo Grande - MS	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 Campo Grande - MS	Rua NE-13 202 Norte Lt. 05/06 3º Andar, Conj 3, Palmas -TO
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91	34.028.316/0009-60	38.155.222/0001-56
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Tocantins
	Atividade ou Ramo de Atuação	Financeiro / Bancário	Correios / transporte de encomendas	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato	Contrato	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Apoio aos servidores / PAB	Apoio a contribuintes e servidores / Agência	Instalações da PFN/TO
	Prazo da Cessão	Indeterminado	2018	
	Caracterização do espaço cedido	68,08 m ²	29,34 m ²	3º pavimento do prédio da DRF/TO
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC Cedente	R\$ 0,00	R\$ 600,00 (média - rateio)	R\$ 340.135,20
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não aplicável	Recebimento por GRU	Via SIAFI
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não aplicável	Pagamento fornecedores / SIAFI dos	Rateio de despesas
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não aplicável	Proporcional à área	Pagamento de 25% das despesas comuns.

Fonte: Spiunet, Edifica e Controle das Unidades Gestoras.

Observação: não há cessão de espaços físicos ou imóveis no Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso.

Quadro 159: CESSÕES DE ESPAÇOS NOS IMÓVEIS (RFB) NO ESTADO DA BAHIA

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	3849.00766.500-8
	Endereço	Rua Alceu Amoroso Lima, 862, Caminho Das Árvores – Salvador/BA. CEP 41.820-770
Identificação do	CNPJ	00.000.000/3973-00

Cessionário	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco comercial
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de terminais de autoatendimento
	Prazo da Cessão	07/10/2013 a 06/10/2018
	Caracterização do espaço cedido	12 m ² na garagem 4 do Edifício-Sede da Receita Federal do Brasil em Salvador
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC Cedente	O outorgado é responsável pelo compartilhamento de despesas, proporcional à área ocupada, referentes a aluguel, manutenção, conservação, vigilância, energia elétrica e IPTU.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores, quando do seu recolhimento, são contabilizados na conta 43311.01.00 – Valor bruto exploração bens, direitos e serviços na UG 170078.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são recolhidos diretamente ao Tesouro Nacional, não sendo utilizados, diretamente, pela outorgante.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O cessionário paga mensalmente o valor de R\$ 756,70 referente ao rateio do aluguel do imóvel, bem como o rateio das despesas com manutenção, conservação, vigilância, energia elétrica e IPTU, calculado pela relação entre a área ocupada e a área total do imóvel e os gastos efetivamente apurados no mês.

Fonte: Spiunet, Edifica e Controle das Unidades Gestoras.

Quadro 160: CESSÕES DE ESPAÇOS NOS IMÓVEIS (RFB) NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5403002775007
	Endereço	Av. Rondon Pacheco, 4488 – Bairro Tibery – Uberlândia/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/4075-02
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pesquisa com funcionários.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de serviço com terminal.
	Prazo da Cessão	5 anos – finalizado em 31/08/2015
	Caracterização do espaço cedido	4m ² na entrada do prédio.

	Valores e Benefícios recebidos pela UPC Cedente	Valor em reais com variação mensal em função dos custos de energia, água, limpeza e vigilância.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Via GRU.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	À disposição da União.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	(Metragem cedida/Metragem total imóvel) x custos água, energia, limpeza e vigilância).

Fonte: Spiunet, Edifica e Controle das Unidades Gestoras.

Quadro 161: CESSÕES DE ESPAÇOS NOS IMÓVEIS (RFB) NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	600102033500-9	586900021500-2	587700049500-6
	Endereço	Avenida Rodrigues Alves, nº 81 – centro, RIO DE JANEIRO -RJ	Rua Dr Ataíde Pimenta de Moraes 220 / Nova Iguaçu-RJ	Rua Paulo Barbosa 32, Petrópolis-RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91		
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A	Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional	Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária	Feitos da Dívida Ativa.	Feitos da Dívida Ativa.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência pública.	Interesse da Administração.	Interesse da Administração.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de serviço bancário	Atuar na cobrança de tributos.	Atuar na cobrança de tributos.
	Prazo da Cessão	12 meses prorrogado por 60 meses	Indeterminado	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Ocupação da área de 299,60 m ² (duzentos e noventa e nove metros e sessenta centímetros quadrados), localizados no andar térreo do prédio central da Alfândega do Porto do RJ, situado na Avenida Rodrigues Alves, nº 81 - centro	Metade do 5º andar com 561 m ² .	Todo o 4º andar com 324 m ² .
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC Cedente	O recurso é destinado ao Tesouro Nacional.	Não se aplica	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	O recurso é destinado ao Tesouro Nacional.	Não se aplica	Não se aplica

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso é destinado ao Tesouro Nacional.	Não se aplica	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O Rateio das despesas é proporcional à área ocupada pelo cessionário.	Não há rateio em face da vantagem dos serviços prestados à Receita.	Não há rateio em face da vantagem dos serviços prestados à Receita.

Fonte: Spiunet, Edifica e Controle das Unidades Gestoras.

Observação: não há cessão de espaços físicos ou imóveis no Espírito Santo.

Quadro 162: CESSÕES DE ESPAÇOS NOS IMÓVEIS (RFB) NO ESTADO DE SÃO PAULO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6155000095008	696900028.500-2	709700022500-3
	Endereço	Rua Miguel Caputi, nº 60 – Vila Santa Maria – Araçatuba/SP – CEP: 16015-930	Avenida Dr. Francisco Junqueira, 2625 – Jardim Macedo – CEP 14091-902 – Ribeirão Preto - SP	Delegacia da Receita Federal do Brasil Rua Roberto Mange nº 360 – Jd. Morumbi – São José do Rio Preto/SP – Área construída: 6.984,82 m ²
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0179-14	00.000.000/0028-01	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A – Agência Araçatuba	Banco do Brasil S/A	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira	Posto de atendimento bancário	Instituição financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de Licitação	Processo 15966.000022/2013-61, cuja minuta foi examinada e aprovada pela Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Ribeirão Preto – SP, cessão de uso onerosa de área de 32,24 m ²	Inexigibilidade de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de Posto Bancário e Terminal de Auto-Atendimento	Exclusivamente para instalação de posto de atendimento bancário do Banco do Brasil	Execução das movimentações financeiras dos serviços bancários de interesse do governo federal
	Prazo da Cessão	06/08/2014 05/08/2019	A 60 meses – término em 12/09/2018	Processo administrativo nº 10850.002183/2002-11 - Contrato nº 5/2010 – Vigência: 03/05/2010 a 02/05/2015
	Caracterização do espaço cedido	Andar Térreo – Área Cedida de 17,80 M ²	Área de 32,24 m ² localizada no piso térreo	Área cedida de 37,57m ² – piso térreo da sede da Delegacia da RFB em São José do Rio Preto-SP

	Valores e Benefícios recebidos pela UPC Cedente	Rateio das despesas da unidade relativas à manutenção predial, vigilância, limpeza, energia elétrica e água canalizada.	Em torno de Mil reais por mês, o montante vai para a União.	Cessão de uso a título gratuito com rateio de despesas de vigilância, limpeza e energia elétrica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Rubricas contábeis utilizadas pela UG 170134: 33903916 – Manutenção predial 33903703 – Vigilância 33903702 – Limpeza e conservação predial 33903943 – Energia elétrica 33903944 – Água canalizada	Emissão de GRU	Recolhimento do valor mensal do rateio por meio de GRU – código 18822-0
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Quando do recolhimento das GRUs, os recursos retornam para os empenhos da unidade e são reutilizados para pagamento de novas despesas.	O montante do rateio mensal vai para a União.	Utilização da STN – Outras Receitas
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A proporção das despesas foi apurada tendo como base a área interna do prédio (3.793,27 m ²) e a área cedida ao Banco do Brasil de 17,80 m ² , o que equivale a 0,47% das despesas.	Compartilhamento e rateio mensal de energia elétrica, água e esgoto, vigilância orgânica, limpeza e conservação predial e manutenção predial, proporcional à área ocupada do imóvel (32,24 m ²), que tem 4.238 m ² no total.	Percentual proporcional à área cedida – 0,93% do valor da fatura mensal correspondente

Fonte: Spiunet, Edifica e Controle das Unidades Gestoras.

Quadro 163: CESSÕES DE ESPAÇOS NOS IMÓVEIS (RFB) NO ESTADO DE SÃO PAULO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7145002145000	718300019500-3	6477000115009
	Endereço	Rua Professor Dirceu Ferreira da Silva, 111 – Sorocaba/SP	Rua Marechal Arthur da Costa e Silva, 730, Centro, Taubaté/SP.	Rua da Cantareira, nº 164 – Vila Augusta-Guarulhos/SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/3042-20	00.000.000/0001-91	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A	Banco do Brasil S/A	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira	Instituição financeira	Instituição financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Interesse público (agente responsável pelo processamento das ordens bancárias emitidas pela unidade e única instituição financeira	Não há registro da forma de seleção, haja vista que o Banco do Brasil tem posto de atendimento nas dependências da DRF/Taubaté a mais de 20 anos	Inexigibilidade de licitação

		a processar as Guias de Recolhimento da União - GRU)		
Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto Bancário	Atendimento aos contribuintes e às operações bancárias da DRF/Taubaté	Atendimento bancário (recolhimento de tributos e/ou taxas pelos contribuintes)	
Prazo da Cessão	18/02/2020	Não há registro	5 (cinco) anos	
Caracterização do espaço cedido	18,75m ² no pavimento térreo	Área de aproximadamente 20 m ² da área total construída de 9.000 m ²	Área de 60 m ² localizada no piso térreo do Edifício Sede da DRF/Guarulhos	
Valores e Benefícios recebidos pela UPC Cedente	R\$ 5.300,93	A UPC não recebe nenhum valor; os benefícios consistem na facilidade de acesso às operações do banco por parte da DRF, bem como pelo fácil acesso aos contribuintes e funcionários.	R\$ 17.075,24	
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Código de Recolhimento GRU - 18822-0 -Outras Receitas STN	Não há	1.9.9.1.1.13.00	
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Recolhimento para Conta Única do Tesouro Nacional	Não há	Os valores decorrentes da cessão de uso são recolhidos no código 18822-0 (STN- outras receitas). Assim, estes recursos não foram destinados à DRF/Guarulhos.	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	0,26% das despesas com manutenção, conservação, limpeza, vigilância, telefonia, energia elétrica e água/esgoto.	Não há	Participação no rateio das despesas de vigilância, limpeza, manutenção e energia elétrica, proporcional à área cedida de 60 m ² da DRF/Guarulhos.	

Fonte: Spiunet, Edifica e Controle das Unidades Gestoras.

Quadro 164: CESSÕES DE ESPAÇOS NOS IMÓVEIS (RFB) NO ESTADO DE SÃO PAULO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6639000065001	7075000065005	710700474.500-2
	Endereço	Rua Pedro Zaccaria, 444	R. Marechal Deodoro, 480, CEP 09710-000 – São Bernardo do Campo-SP	Rua Avanhandava, nº 55, Bela Vista
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.001/0001-01	00.000.000/0001-91	00.394.460/0480-04
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A	Banco do Brasil S/A	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou	Instituição Bancária	Instituição Bancária	Instituição Financeira

	Ramo de Atuação			
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	ND. Obs.: informo que o referido equipamento já se encontra instalado desde a criação da Unidade, não tendo sido realizado qualquer procedimento para escolha da instituição bancária, senão o interesse do Banco do Brasil, por deter a maioria das contas-salário dos Servidores que laboram no prédio. Fonte: DRF/Limeira	Comodato	Inexigibilidade / Cessão de uso onerosa /
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de um equipamento caixa eletrônico	Instalação de um posto de serviço – caixa eletrônico	Posto bancário
	Prazo da Cessão	Não determinado	13/11/2012 12/11/2017 ^a	60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Saleta com cerca de 3 m ² em que se encontra um equipamento caixa eletrônico	3m ² no andar térreo	34,48 m ² / 6º andar
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC Cedente	Não determinado	R\$ 0,00	R\$ 3.165,79
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não determinado	N/A	Receita primária fonte de tesouro
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não determinado	N/A	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não determinado	Atualmente está sendo verificado como alterar o tipo de contrato de forma a incluir o rateio das despesas.	Fração ideal (0,3592% das despesas referentes a manutenção e operação das instalações prediais, vigilância, conservação e limpeza, energia elétrica, água e esgoto)

Fonte: Spiunet, Edifica e Controle das Unidades Gestoras.

Quadro 165: CESSÕES DE ESPAÇOS NOS IMÓVEIS (RFB) NO ESTADO DE SÃO PAULO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	642500016500-3 / 642500017500-9	7107004725001	7107004725001
	Endereço	Avenida Frei Germano, n. 2324, Bairro Estação, CEP 14405215, Franca (SP)	Av. Pacaembu, 715, Santa Cecília, São Paulo, SP	Av. Pacaembu, 715, Santa Cecília, São Paulo, SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91	00.000.000/0001-91	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S.A.	Banco do Brasil S.A.	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira	Instituição financeira	Instituição financeira

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Arbitrária: o banco ofereceu-se para instalar o equipamento e a área foi cedida mediante contrato de comodato	Contratação direta	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de um terminal eletrônico de autoatendimento	Posto bancário	Caixa Eletrônico
	Prazo da Cessão	Início: 01/02/2010 – Término: 31/01/2015	5 anos com prorrogação automática	12 meses com prorrogação automática
	Caracterização do espaço cedido	Parte (5,00m ²) da área total do imóvel (2.695,25m ²)	Localizado no 4º andar, área com 51 metros quadrados	Localizado no 4º andar, área com 1 metro quadrado
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC Cedente	A UPC não recebe nenhum valor; os benefícios consistem na facilidade de acesso às operações do banco, proporcionadas pelo equipamento instalado	O posto bancário processa as RE's da unidade e atende exclusivamente os servidores da unidade	Atende exclusivamente os servidores da unidade
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não há	Não se aplica	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há	Não se aplica	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há	Cessão não onerosa	Cessão não onerosa

Fonte: Spiunet, Edifica e Controle das Unidades Gestoras.

Quadro 166: CESSÕES DE ESPAÇOS NOS IMÓVEIS (RFB) NO ESTADO DO PARANÁ

Caracterização do imóvel	RIP	77770006250 0-1	756300852500-3 e 756300841500-3	756300585500-2	7563.00593.500-6
	Endereço	Rua Visconde de Taunay, 1051, Ronda, Ponta Grossa/PR	BR-277 – Ponte da Amizade e Avenida Paraná 1227 – Prédio Sede	Aduana brasileira Ponte Tancredo Neves - BR 469, s/n - Foz do Iguaçu/PR	Aduana brasileira Ponte Internacional da Amizade, 277, s/n - Foz do Iguaçu/PR
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0030-26	00.000.000/0140-60	00.898.488/0001-77	00.898.488/0001-77
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A	Banco do Brasil S/A	Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT)	Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT)
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária	Instituição bancária	Administração pública	Administração pública
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de uso	Contratação direta por inexigibilidade de licitação	Termo de cessão de uso	Termo de cessão de uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PAB do Banco do Brasil.	Utilização de postos de atendimento bancário a contribuintes	Posto de fiscalização e atendimento de serviços de transporte	Posto de fiscalização e atendimento de serviços de transporte

			servidores	rodoviário	rodoviário
Prazo da Cessão	Encerrado em 30/04/2015	5 anos, até 31/12/2017	5 anos, até 01/02/2017	5 anos, até 01/02/2017	
Caracterização do espaço cedido	Ladeado pela recepção do centro de atendimento ao contribuinte com espaço de 40,96 m ²	1º) Imóvel com área de 30,65 m ² , localizado na BR-277 - Aduana da Ponte Internacional da Amizade, pista de entrada no país; 2º) Imóvel com área de 51,25 m ² , localizado na Avenida Paraná, 1227, Jardim Pólo Centro, Térreo, prédio sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu.	Imóvel com área de 24 m ² , localizado nas instalações da aduana da Ponte Tancredo Neves, BR 469, s/n, em Foz do Iguaçu - PR	Imóvel com área de 24,15 m ² , localizado nas instalações da aduana da Ponte Internacional da Amizade, BR 277, s/n, em Foz do Iguaçu - PR	
Valores e Benefícios recebidos pela UPC Cedente	Cessão a título gratuito	R\$ 44.584,26	Gratuito	Gratuito	
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica	Guia de Recolhimento da União – GRU- UG 170162	Não se aplica	Não se aplica	
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica	Recursos recolhidos diretamente ao tesouro nacional	Não se aplica	Não se aplica	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Conforme previsto em contrato ocorre o rateio das despesas com vigilância patrimonial e manutenção predial	Despesas de energia elétrica, água, segurança patrimonial, manutenção predial e limpeza predial: 1,03% e 0,35% do valor total das faturas/notas fiscais das despesas com energia elétrica da sede da DRF/Foz do Iguaçu e aduana da Ponte Internacional da Amizade, respectivamente;	Não se aplica	Não se aplica	

Fonte: Spiunet, Edifica e Controle das Unidades Gestoras.

Observação: não há cessão de espaços físicos ou imóveis em Santa Catarina.

Quadro 167: CESSÕES DE ESPAÇOS NOS IMÓVEIS (RFB) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8771000125005	878500036500-6
	Endereço	Rua Tamandaré, nº 221, boa vista, Novo Hamburgo, RS	Rua Paissandu, Nº 753, Centro, Passo Fundo, RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil SA	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira	Instituição financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de licitação	Inexigibilidade de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de Posto de Atendimento Bancário – PAB – destinado ao atendimento das necessidades do órgão cedente e dos seus servidores	Instalação de Posto de Atendimento Bancário – PAB – destinado ao atendimento das necessidades do órgão cedente e dos seus servidores
	Prazo da Cessão	Indeterminado	12/11/2014 A 11/11/2019 (prorrogável)
	Caracterização do espaço cedido	Área de 44,76 m ² localizada no térreo do prédio sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo (DRF/NHO)	Área de 26,35 m ² localizada no térreo do prédio sede da DRF/PFO, localizado na Rua Paissandu, Nº 753, Centro, Passo Fundo/RS
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC Cedente	Nenhum	Rateio das despesas de energia elétrica, água e esgoto, segurança predial, manutenção predial, limpeza e conservação do prédio e despesas de telefonia
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios		
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos		
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Nenhum	Proporcional à área ocupada do imóvel que corresponde a 0,74% das despesas previstas no termo de cessão de uso de área

Fonte: Spiunet, Edifica e Controle das Unidades Gestoras.

A Receita Federal possui um total de 26 (vinte e seis) cessões de espaço físico em seus imóveis, conforme quadros acima, onde 19 (dezenove) cessões são para a instituição bancária Banco do Brasil S/A, 01 (uma) cessão é para os Correios, 03 cessões são para a Procuradoria da Fazenda Nacional, 02(duas) cessões são para a Agência Nacional de Transportes Terrestres e 01 (uma) é para a Caixa Econômica Federal.

6.2.3 - Informações sobre imóveis locados de terceiros

Segue abaixo um quadro resumo que apresenta a quantidade de imóveis locados de terceiros e sua distribuição nos Estados da Federação. Em destaque estão as Delegacias de Julgamento de Belém, Juiz de Fora e Recife.

Quadro 168: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UPC	
	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF DF	2
	UF MS	4
	UF MT	3
	UF GO	2
	UF TO	2
	UF PA	4
	UF AM	2
	UF RO	2
	UF CE	3
	UF PI	2
	UF MA	4
	UF RN	5
	UF PB	3
	UF PE	8
	UF BA	27
	UF SE	6
	UF MG	38
	UF RJ	11
	UF ES	2
	UF SP	70
	UF PR	17
	UF SC	25
	UF RS	34
	DRJ BELÉM	1
	DRJ JUIZ DE FORA	1
	DRJ RECIFE	2
Subtotal Brasil		280
Subtotal Exterior		0
Total (Brasil + Exterior)		280
		279

Fonte: Sistema Spinet/Edifica, SIASG e Controle das Unidades Gestoras.

Análise das informações sobre imóveis locados de terceiros:

Ao identificar a necessidade de um novo imóvel, a RFB solicita à SPU Regional que averigue a existência de imóvel da União, nesta localização, que atenda sua necessidade. Na impossibilidade do atendimento do pleito resta a opção da locação de imóvel para o funcionamento da Unidade.

As principais justificativas para locação de imóveis são para atender a demanda de pontos de atendimento para a população, atender uma determinada característica de área necessária para expediente ou depósito de mercadorias apreendidas e para evitar a interrupção do trabalho de uma unidade na ocorrência de um sinistro ou provisoriamente para o período de uma reforma ou construção de novo edifício.

Os imóveis locados são edificações situadas, normalmente, em cidades médias e grandes ou com intenso fluxo de contribuintes, fora das capitais dos Estados, onde se justifica a existência do ponto

de atendimento da Receita Federal, locais esses em que ainda não foi possível viabilizar ou construir edificação de propriedade da União para abrigar as instalações das sedes próprias das Unidades de atendimento ao público.

A RFB se empenha em conseguir doações dos municípios, que viabilizem a construção de edifícios especialmente projetados e construídos de acordo com suas necessidades, visando especialmente à redução de despesas com locação, manutenção predial, gastos com serviços públicos etc., substituindo dessa forma, convenientemente, as locações existentes. Os gastos com reformas, transformações, estes são inteiramente assumidos pelos respectivos locadores.

Para resolver questões dessa ordem a RFB instituiu o Projeto Agência Modelo, aprovado pela Portaria RFB nº 1.224, de 29 de agosto de 2013, visando à padronização em âmbito nacional, das Agências da RFB, de modo a garantir tratamento uniforme e serviço de qualidade ao cidadão. O Projeto ARF Modelo, além de definir uma padronização das edificações e instalações das Agências da Receita Federal, fortalece a imagem institucional da RFB, criando uma edificação referencial, de identidade marcante e que sinaliza a presença da Instituição de forma alta e singular perante as comunidades. Em setembro de 2015 a RFB inaugurou sua primeira unidade modelo, a Agência de Caldas Novas/GO. Desde então, as equipes técnicas de engenharia e arquitetura da RFB seguem trabalhando na concretização desse audacioso projeto de padronização e avaliando seus resultados.

6.3 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A. Plano de capacitação do pessoal de TI

A capacitação de TI da Receita Federal é parte do Programa de Educação Corporativa institucional (Proeduc). Esse Programa é “fruto de trabalho elaborado por todas as unidades da Receita Federal, com base no levantamento de necessidades de capacitação” por processo de trabalho e as competências associadas.

Esse levantamento é realizado periodicamente em conformidade “com a *análise das demandas estratégicas* de cada unidade, visando, portanto, identificar as ações de capacitação que possam melhorar os resultados institucionais de desempenho dos servidores e reduzir as lacunas significativas identificadas após a consolidação dos questionários de diagnóstico de competências.”

Apesar do contingenciamento orçamentário de 2015, treinamentos de TI foram realizadas considerando-se, inclusive, os previstos em contratos de soluções e de prestação de serviços de TI, as oportunidades de Ensino a Distância (EAD).

Em 2015, foram treinados 562 servidores da Receita Federal em TI, totalizando o valor de R\$ 258.538,77.

Foram capacitados inclusive servidores das áreas usuárias com o objetivo de evoluir a elicitação de requisitos, a construção de soluções de TI e a dinâmica de atendimento de necessidades de TI com os cursos de “Pré-especificação” e de “Atendimento de Necessidades de TI (Sistema de Controle de Demandas (SCD) e Sistema de Gestão de Produtos de TI (SGPTI))”.

Os servidores das áreas de negócio foram capacitados, também, em ferramentas que permitem os usuários extraírem, cruzarem informações e a elaborarem gerenciais com os cursos de “Dashboards”. Assim, 2015 foi mais um ano em que se investiu no aumento da autonomia e da capacidade dos usuários no uso e na análise de informações.

Além dos treinamentos convencionais, a área de TI participou de eventos como fóruns, workshops e conferências.

Segue a lista de capacitações realizadas em 2015:

- *Ca Clarity PPM Foundations II;*
- *Symantec Netbackup 7.5 For Windows: Administration;*
- Modelagem Dimensional;
- Encontro Nacional de Analistas de Negócio de TI;
- Gestão de Segurança da Informação;
- *Symantec Endpoint Protection Administration;*
- *Symantec Netbackup Troubleshooting;*
- Conferência Gartner;
- IN 04 Aplicada;
- I Fórum IBGP de Governança de TI;
- Implantação do DW e-Fau e Indicadores do Processo de Cadastramento;
- Grafoscopia e Documentoscopia;
- Atendimento de Necessidades de TI – SCD e SGPTI;

- Java para Desenvolvimento Web;
- Treinamento em Pré-Especificação;
- *Gartner – Business Intelligence, Analytics e Information Management*;
- *Gartner – Catalyst Conference*;
- Gartner – Summit Segurança e Gestão de Riscos.
- Licença para Capacitação;
- CNASI – Congresso de Segurança da Informação Auditoria e Governança de TIC;
- Treinamento em *Dashboards*;
- Gestão e Governança de dados;
- Curso Básico de Orçamento Público;
- Orçamento Público.

B. Quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

Apesar de não possuir quadro específico para TI, a Receita Federal já realizou quatro concursos públicos destinados a selecionar candidatos para o provimento de cargos da carreira de auditoria para a área de Tecnologia da Informação. O primeiro ocorreu em 1992, edital Esaf nº 13, totalizando 362 vagas para técnico. Outros dois concursos ocorreram em 2005, editais Esaf nº 70 e 72, totalizando juntos 280 vagas (180 vagas para Técnico e 100 vagas para Auditor-Fiscal). O quarto concurso ocorreu em 2012, por meio do edital Esaf nº 23, totalizando 50 vagas destinadas à área de TI.

Atualmente todas as funções gerenciais, de planejamento, coordenação, supervisão, controle e governança, são executadas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos de TI, e o quantitativo de servidores é:

- Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade = 0 (não tem carreira específica de TI na RFB);
- Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade = 628;
- Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades = 0;
- Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidade = 1.

C. Processos de gerenciamento de serviços TI implementados

A gestão de serviços de TI da Receita Federal está implementada conforme o Modelo de Gestão de Serviços (GSERV) com o foco em melhoria da qualidade e da eficiência do gasto público.

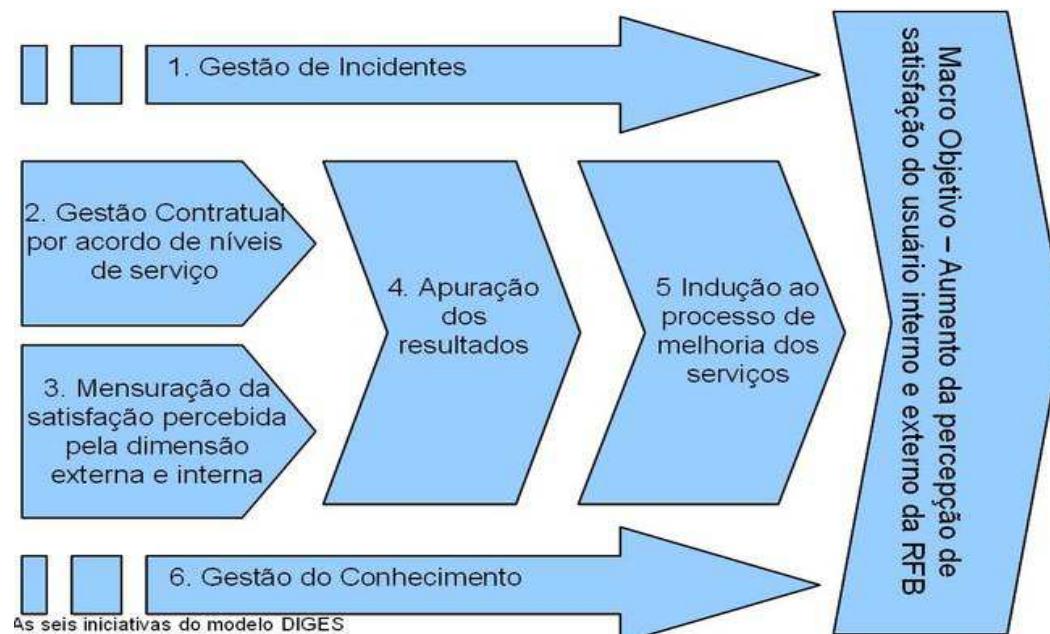
Este modelo é composto de seis iniciativas e um macro objetivo, conforme figura 5 que surgem como resultado das melhores práticas de gestão de contratos e gestão pela qualidade em consolidação no governo federal e, cuja abrangência, atinge direta ou indiretamente, todos os servidores de nossa Instituição e grande parte da sociedade brasileira.

Os consumidores dos serviços são dois grupos de usuário: os servidores que trabalham dentro da organização para atingir a função regimental da Instituição (dimensão interna) e os contribuintes que justificaram a existência da organização (dimensão externa).

As seis iniciativas do Modelo Gserv são:

1. Gestão de Incidentes;
2. Gestão Contratual por acordo de níveis de serviço (ANS);
3. Mensuração da satisfação percebida pela dimensão interna e externa;
4. Apuração dos resultados;
5. Indução ao processo de melhoria dos serviços; e
6. Gestão do conhecimento, cuja integração fica visível no diagrama a seguir.

Figura 50: Modelo Gserv



Fonte: Intranet da RFB.

A **primeira iniciativa (Gestão de Incidentes)** criou uma estrutura de acompanhamento em tempo real das dificuldades enfrentadas na prestação dos serviços. Isso ofereceu aos gestores da RFB meios para monitorar cada problema que está acontecendo, em cada localidade, em cada serviço a todo instante. Portanto, gera as informações que alimentarão toda a mecânica do modelo.

Além disso, o conhecimento do que é mais crítico permitiu que ações tempestivas, focadas e objetivas pudessem ser tomadas para diminuir o tempo de solução dos problemas e, por consequência, aumentar a satisfação dos usuários interno e externo com a melhor alocação de recursos materiais e humanos.

A **segunda iniciativa (Gestão Contratual por Acordo de Níveis de Serviços)** criou indicadores que foram pactuados contratualmente com os prestadores de serviço e são mensuráveis por regras formais.

Estes indicadores têm a sensibilidade de traduzir as dificuldades enfrentadas pelos consumidores dos serviços e passaram a ser utilizados para quantificar financeiramente os resultados da gestão de serviços.

A gestão contratual por estes indicadores permitiu à RFB imputar glosas no pagamento pelo serviço, e fazer o melhor uso do recurso público pelo estabelecimento de uma correlação direta entre “o que é percebido e o que é recebido” pelos usuários deste conjunto de serviços.

A **terceira iniciativa** (Mensuração da Satisfação percebida pela interna e externa de usuário) instituiu uma avaliação formal para medir a evolução da satisfação destes consumidores. Essa iniciativa procurou muito mais do que apenas medir a percepção de melhoria na prestação do serviço, ela buscou expor para todas as partes interessadas que a melhoria estava sendo perseguida e que, inclusive, os usuários internos e externos eram responsáveis por manter essa busca.

A exposição desses números de maneira acessível e simples foi a forma encontrada para explicitar estes resultados, prestar contas e convencer os usuários da sua importância no processo.

Com este intuito, foram criados indicadores gráficos que estão “a dois cliques” de todos os usuários da RFB, isto é: após abrir o navegador (Internet Explorer) com mais “um clique” todos os usuários da RFB têm acesso aos indicadores. Este é um importante recurso de alinhamento, publicidade, transparência e motivação em participar do processo.

A **quarta iniciativa** (Apuração dos Resultados) trouxe a repercussão financeira da implantação do modelo e também é um rito que foi desenhado para obedecer aos diplomas legais (IN nº 02/2008, 04/2010 e de 2014), com papéis criados especialmente para executar os procedimentos determinados.

Por meio da apuração de resultados, foi possível correlacionar os dados da segunda e terceira iniciativas, de forma a estabelecer uma correlação formal e direta entre a insatisfação dos usuários e os descontos por descumprimento dos ANS pactuados.

A **quinta iniciativa** (Indução ao processo de melhoraria dos serviços) promoveu uma estratégia de criar e manter um círculo virtuoso de melhoria dos serviços entregues. Isso foi feito por meio dos pilares de Transparência e Publicidade.

Cada participante no processo passou a receber o seu resultado. Assim, esse modelo, expôs de forma os piores e os melhores serviços e seus indicadores.

A **sexta iniciativa** (Gestão do conhecimento) atacou uma das angustias mais comuns das grandes organizações: gerir o conhecimento tácito que é gerado e necessário para a manutenção de serviços e de processos, inclusive aqueles conhecimentos relacionados a dúvidas de como usar o próprio serviço.

Pois de nada adiantava prover excelentes serviços se não existisse um meio eficiente para sanar as dúvidas de como “utilizar o próprio serviço”. Este recurso é essencial para as soluções oferecidas pela RFB, pois embutem complexas regras de negócio e obrigações legais.

A consequência natural da falta dessa gestão de conhecimento era a insatisfação do usuário por confundir uma dúvida com um possível erro do serviço. Por isso, o modelo instituiu um local onde todos os usuários pudessem compartilhar e registrar este conhecimento e assim aproveitar na sua totalidade os serviços disponibilizados.

Em síntese, as seis iniciativas organizadas neste modelo são vivas e podem ser adaptadas à medida que a organização ganhe maturidade na execução dos processos.

Exemplo disso é a Gestão Contratual de ANS (segunda iniciativa) que deve constantemente evoluir para buscar refletir nos acordos contratuais de ANS as dificuldades dos usuários.

Outro ponto que merece destaque é a importância da publicidade e da transparência. A organização deve estar apta a selecionar a informação correta para a pessoa correta, pois não adianta haver o acesso ao dado se este é difícil de ser transformado em informação pelo seu público-alvo.

Por isso, o modelo produz informações padronizadas e direcionadas a cada interveniente do processo para que a indução a melhoria seja instituída de forma natural, sem grandes desafios de interpretação.

Vale ressaltar também que o modelo está alinhado com as inovações trazidas pelas IN nº 02/2008, 04/2010 e de 2014 SLTI MPOG, que fizeram com que a responsabilidade sobre a contratação dos serviços de TI fosse compartilhada entre vários atores, tornando a publicidade dessa informação mais do que uma vontade, mas uma obrigação imposta por instrumentos legais.

Por fim, vale mencionar que as seis iniciativas do Modelo Gserv se relacionam de forma que uma influência a outra. Não há um delimitador que permita identificar com clareza o divisor de cada iniciativa. Elas se misturam com o propósito de se atingir o macro objetivo do modelo, isto é: o aumento da satisfação do usuário interno e externo.

D. Projetos de TI desenvolvidos no período

Os projetos da RFB estão tratados neste Relatório de Gestão no subitem “2.1.3 Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.”

E. Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI

A Receita Federal possui dois grandes prestadores de serviços o Serpro e Dataprev. Para essas empresas públicas e outros terceirizados, sejam prestadores de serviços ou fornecedores de TI, a Receita Federal tem definido medidas com o fim de mitigar eventuais dependências tecnológicas.

Dessa forma, a Receita Federal implementa o regramento previsto em atos como a da IN nº 04/2014 sobre:

- a definição das obrigações da contratada contendo, considerando a cessão dos direitos de propriedade intelectual e autorais das soluções de Tecnologia da Informação, incluindo os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, à Administração, entre outros;
- as atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do contratual, com a transferência final de conhecimentos necessários para a execução e a manutenção de soluções de Tecnologia da Informação.

6.3.1 - Principais sistemas de informações

Seguem informações de sistemas que agregaram valor agregado de destaque às atividades finalísticas da Receita Federal em 2015. Alguns desses sistemas têm impactos positivos e decisivos na evolução da integração entre Órgãos de diferentes esferas governamentais e com outros países. Além disso, implementam novas formas de captação e de geração de informações, de relacionamento entre a Administração Pública e a Sociedade, e de funcionamento do país, com a redução do Custo Brasil e o aumento da eficiência, da eficácia e da efetividade do Estado brasileiro.

a) Sistema eSocial - Simples Doméstico

Objetivo:

O Módulo Simples Doméstico é a primeira entrega do projeto eSocial, uma ação conjunta da RFB, Caixa Econômica Federal - CEF (Conselho Curador do FGTS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), que tem como um de seus objetivos a unificação da prestação das informações pelos empregadores referentes às obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas.

O projeto eSocial tem como premissas:

- a construção coletiva e a gestão compartilhada entre os órgãos e entidades partícipes;
- a autonomia no tratamento das informações e a utilização das informações no limite das atribuições e competências;
- a prestação única da informação pelos contribuintes;
- o registro da informação uma única vez, no momento do seu nascodouro, devidamente validada;
- a flexibilidade e simplicidade no envio e na retificação das informações;
- a segurança na guarda das informações.

A Emenda Constitucional nº 72/2013 alterou a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estender aos trabalhadores domésticos direitos trabalhistas antes afetos apenas aos trabalhadores urbanos e rurais. Outros direitos foram regulamentados pela Lei Complementar nº 150/2015.

Para facilitar o cumprimento das novas obrigações, a Lei Complementar nº 150/2015 determinou a implantação do Simples Doméstico, que define um regime unificado para pagamento de todos os tributos e demais encargos, inclusive FGTS. Foi prevista também a criação de um sistema eletrônico, onde o empregador doméstico deve informar as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de apuração de tributos e do FGTS. Este sistema eletrônico é o módulo Simples Doméstico do eSocial.

Principais Funcionalidades:

- Controle de acesso por código de acesso e certificado digital;
- Cadastro do empregador doméstico;
- Cadastro e admissão do empregado doméstico;
- Registro de eventos trabalhistas, como afastamentos (férias, doenças, licenças, etc) e comunicação de acidentes de trabalho;
- Elaboração da folha de pagamento do empregado doméstico;

- Emissão da guia única de pagamento – Documento de Arrecadação do eSocial (DAE);
- Webservices de integração e de envio de dados para Caixa e Dataprev.

Criticidade para a Unidade:

O sistema é crítico, visto que atende a determinações legais impostas pela Lei Complementar nº 150/2015.

Responsável: Comitê Gestor do e-Social (Decreto nº 8373/2014).

b) Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

Objetivo:

A Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, determinou que as administrações tributárias da União, Estados e Municípios atuem de forma integrada, com o compartilhamento de cadastros e informações fiscais. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), começou a ser criado em 2005 para atender o que a Constituição Federal passou a determinar.

Sendo a principal entrada de dados de Pessoas Jurídicas para a Receita Federal, o SPED atua como Repositório Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, modelo 55, que abrange a transferência de mercadorias entre empresas, e como Repositório da Escrituração Fiscal do IPI-ICMS. Buscando a padronização das obrigações acessórias, o SPED permitirá a eliminação das declarações acessórias dos estados.

Além disso, o SPED permitiu a digitalização das contabilidades das empresas, com integração das juntas comerciais. Com a utilização de certificação digital, o SPED permite a oficialização da entrega das informações, desobrigando a guarda em papel de documentos fiscais e escriturações contábeis.

O SPED também executa papel central no cumprimento da legislação de conformidade financeira, ajudando, inclusive, as instituições brasileiras a cumprirem o determinado em convenções internacionais.

Principais Funcionalidades:

- SPED Fiscal – Escrituração que recebe as informações de apuração do IPI e do ICMS;
- SPED Contábil – Escrituração que recebe a contabilidade comercial das empresas. Informação compartilhada com as demais administrações tributárias;
- SPED Contribuições – Escrituração que recebe as informações de apuração das contribuições sociais;
- SPED FATCA – Permite a entrega de informações de movimentação financeira dos americanos no Brasil ao fisco americano (IRS). Também recebe informações de brasileiros nos Estados Unidos;
- Ambiente Nacional - Compartilha informações fiscais entre fiscos estaduais e municipais.

Criticidade para a Unidade:

O sistema é crítico, pois provê o compartilhamento de notas fiscais e informações fiscais entre o fisco federal e os fiscos estaduais. É o meio de recebimento de informações fiscais para os estados. Principal entrada de dados de pessoas jurídicas para a Receita Federais.

Responsável Técnico – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec).

Responsável pela Área de Negócios – Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis).

c) FATCA / SIBRATIT

Objetivo:

O Decreto nº 8.506, de 24 de agosto de 2015, formalizou o acordo intergovernamental *Foreign Account Tax Compliance ACT* (FACTA) de 23 de setembro de 2014, entre o Brasil e os Estados Unidos, para troca automática de informações tributárias. Compete à Receita Federal captar os dados e encaminhá-los aos EUA. O encaminhamento dos dados do Brasil e a recepção, por reciprocidade, dos dados norte-americanos serão realizados pelo Sistema SIBRATIT. Futuramente o sistema também trocará dados com outros países.

Um dos principais objetivos do sistema é a detecção de evasão ou omissão de rendimentos auferidos no exterior por intermédio do cruzamento de informações dos contribuintes, além do cumprimento de acordo internacional.

Principais Funcionalidades:

- Reportar informações financeiras referentes a saldos de contas, rendimento bruto pago ou creditado, receita de juros, dividendos e de outras receitas creditadas as contas do Brasil para os EUA - funcionalidade entregue em setembro de 2015;
- Receber as informações transmitidas pelas entidades norte americanas- essa funcionalidade ainda não está disponível no sistema, atualmente as informações são baixadas por download dos arquivos.

Criticidade para a Unidade:

O sistema é crítico, pois gerencia a troca de informações nacionais e internacionais sigilosas em atendimento a Acordo Internacional assinado pelo Brasil.

Responsável Técnico – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec)

Responsável pela Área de Negócio- – Coordenação-Geral de Programação e Estudos (Copes)

d) Sistema Imposto Renda Pessoa Física (IRPF) – MultiExercícios (MX)

Objetivo:

É o sistema responsável pelo processamento de declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física. O Sistema IRPF – Multieexcícios é, de fato, um conjunto de subsistemas, módulos e funcionalidades, todos integrados de forma a serem capazes de processar declarações de múltiplos exercícios anuais. Assim, obtém-se uma visão unificada do contribuinte.

Principais funcionalidades:

- Processamento IRPF/MX;
- Notificador de Multa por Atraso na Entrega de Declaração (MAED);
- Fornecimento de Dados IRPF para Sistemas Externos;
- Interface com o Sistema de Controle de Declarações (SICODEC) - Segunda Via;
- Interface com o Sistema CPF - Atualizações Cadastrais;
- Interface ALERTA - Envio de Mensagens de Restituição;
- Interface DOSSIÊ;
- Interface Ação Fiscal;

- Emissão de Documentos IRPFMX;
- Geração de Lotes de Restituições;
- Simulação de Lotes de Restituições;
- Revisão de Declarações;
- Operações básicas (cancelamento, liberação, retirada para trabalho manual, desbloqueio de declarações).

Criticidade para a unidade:

A cada novo exercício, o sistema IRPF recepciona, somente no período de março e abril, cerca de 27 milhões de novas declarações de Pessoas Físicas. Durante o ano, o sistema continua recebendo declarações novas e retificadoras do exercício corrente e dos 4 exercícios anteriores.

Responsáveis técnico - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec).

Responsáveis pela área de negócio – Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança (Codac)

e) Projeto Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes (E-DBV)

Objetivo:

O sistema da Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes tem o objetivo de automatizar as atividades do controle aduaneiro de passageiros e “bens a declarar” nos aeroportos, simplificando o cumprimento das obrigações tributárias para os viajantes e garantindo efetividade as ações da Receita Federal na persecução de suas missões institucionais.

Nesse contexto, o projeto E-DBV comporta diferentes módulos com objetivos distintos:

- registro da declaração eletrônica de bagagens;
- análise fiscal da declaração;
- consulta antecipada dos passageiros e a análise de risco dos passageiros.

O primeiro módulo disponibilizado foi o registro da declaração eletrônica de bagagens, que eliminou o uso papel, de maneira que a prestação de informações pelo cidadão passou a ser feita por via digital, com a possibilidade de uso de equipamentos pessoais, inclusive *mobiles*, ou pelos terminais disponibilizados nos aeroportos.

Em paralelo, foi implementado o módulo da análise fiscal das declarações prestadas pelos viajantes. Essa ferramenta atribuiu eficiência e celeridade no tratamento do processo. O módulo fiscal está integrado a outras bases de dados da Receita Federal de maneira a apurar a consistência das informações e, conforme o caso, dar baixa às declarações ou emitir auto de infração.

Em outro viés, uma importante entrega do projeto foi o sistema de consulta de informações antecipadas de passageiros, no qual as empresas aéreas enviam os dados dos passageiros, no momento do *check-in*, e, assim, possibilitam as unidades aduaneiras planejarem suas atividades e ações de fiscalização.

Essas ações de fiscalização ganharam ainda mais efetividade com a entrada em produção do módulo de análise de risco, em que as informações dos passageiros são cruzadas com outras bases da Receita Federal e é gerada uma lista de passageiros de maior risco a serem fiscalizados.

Para finalizar o projeto, está em fase de implementação a solução de Reconhecimento Facial, que permitirá a Receita Federal identificar os passageiros selecionados por meio de biometria facial.

Funcionalidades básicas:

- Registrar Declaração de Bens de Viajantes;
- Pagamento online de obrigações tributárias;
- Analisar Declaração de Bens de Viajantes;
- Emitir Auto de infração.

Criticidade para a Unidade:

A criticidade desses sistemas é decorrente do próprio objeto sensível abrangido, qual seja o controle aduaneiro de passageiros e respectivos bens, uma vez que é responsável pelo dinamismo do preenchimento das declarações de viajantes e respectivo tratamento fiscal, bem como pela efetividade às ações de fiscalização, ajudando a Aduana brasileira a concentrar esforços nos passageiros de maior risco.

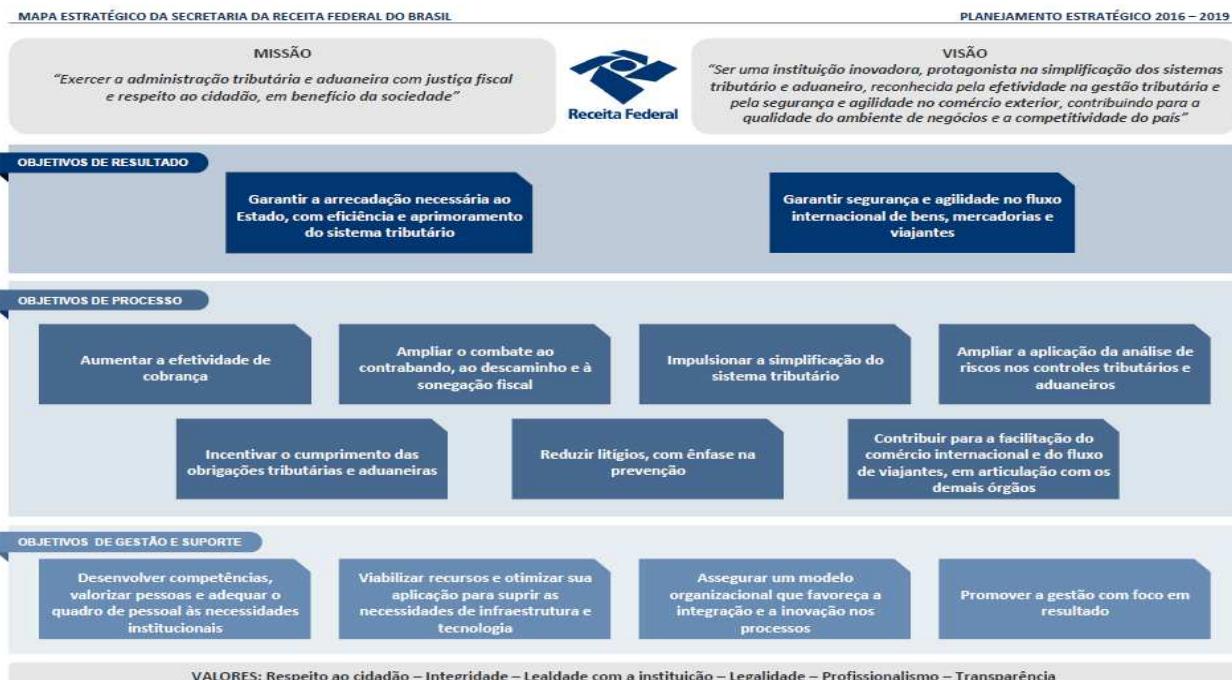
Responsável técnico - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec).

Responsável pela área de negócio – Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana)

6.3.2 - Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da informação (PDTI)

A TI da Receita Federal está alinhada aos direcionadores e aos instrumentos estratégicos tais como Cadeia de Valor, Planejamento Estratégico Institucional (PEI), representado pelo *Balanced Scorecard* (BSC) Institucional, conforme figura 51 e seus desdobramentos.

Figura 51: Mapa Estratégico da RFB 2016-2019



Fonte: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/institucional/planejamento-estrategico>

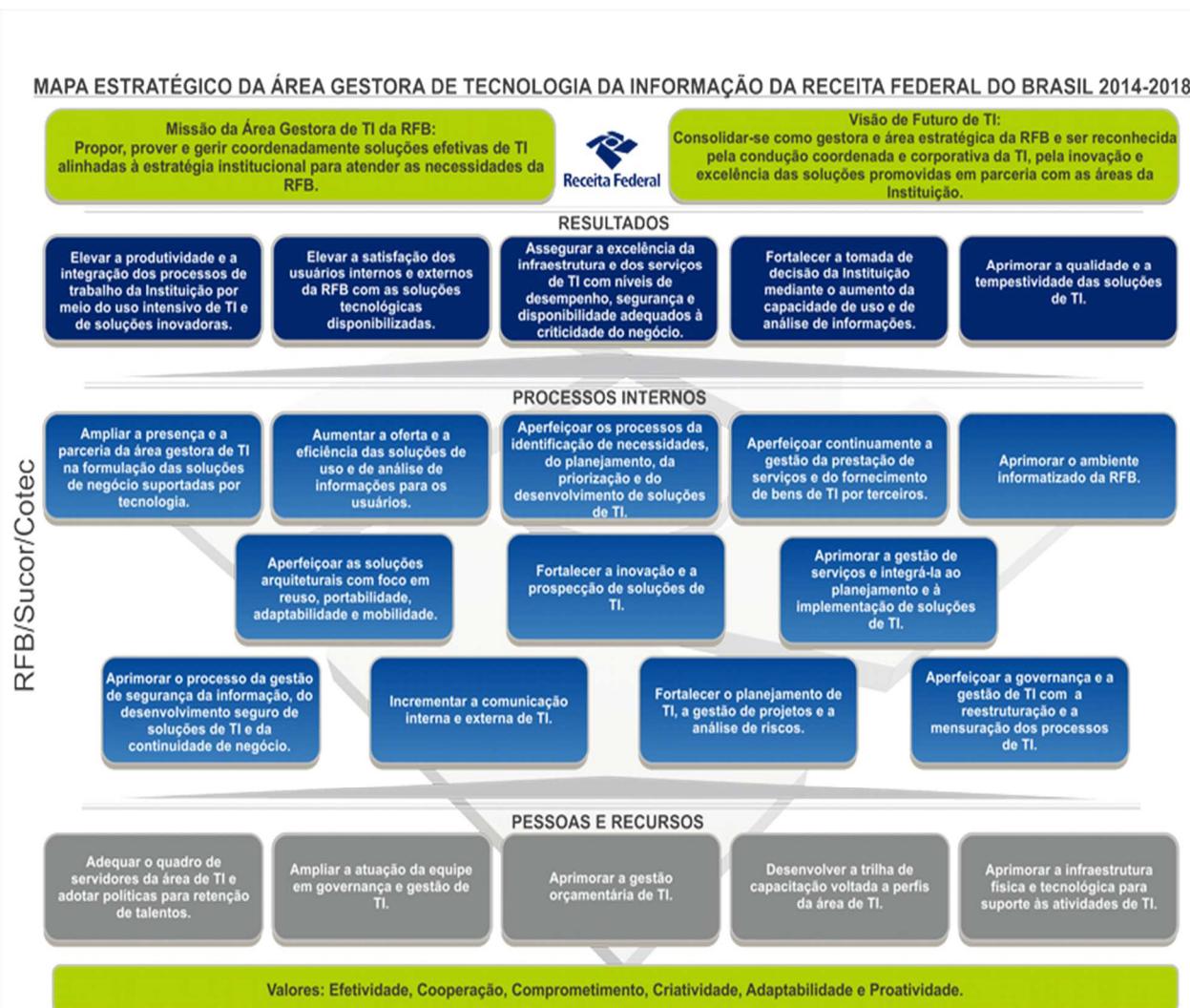
A TI, pela sua importância no planejamento estratégico da Receita Federal e na operacionalização e modernização dos processos de trabalho, tem papel ativo em praticamente todos os objetivos estratégicos. Porém, cabe destacar que a TI atua mais diretamente no objetivo *Viabilizar recursos e otimizar sua aplicação para suprir as necessidades de infraestrutura e tecnologia*, cuja descrição é: “*Assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais, além de disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequada às atividades de cada unidade, gerando soluções de TI integradas e propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável.*”

Em 2014, foi definido o Planejamento Estratégico de TI (PETI), também elaborado via BSC, mantendo a coerência com a metodologia e a forma de representação e comunicação do PEI da Receita Federal.

O Mapa Estratégico de TI, resultante do trabalho PETI, foi construído na vigência dos direcionadores estratégicos anteriores, mas continua totalmente compatível com os vigentes atualmente.

Na figura 52, há a representação do Mapa Estratégico de TI da RFB, que está sob a coordenação da Cotec, para o período de 2014 a 2018.

Figura 52: Mapa estratégico da área gestora de TI da RFB.



Fonte: Portaria RFB nº 124, de 24 de janeiro de 2014

O Mapa Estratégico de TI retrata a Missão, a Visão de Futuro, os Valores e a Estratégia de TI da Instituição, por meio de um conjunto de Objetivos Estratégicos balanceados em Perspectivas e interligados por relação de causa e efeito. A Portaria RFB nº 124, de 24 de janeiro de 2014 aprovou o Mapa Estratégico da Área Gestora de TI, ou seja, da Cotec, com o detalhamento e as explicações de seus direcionadores estratégicos.

Entre os direcionadores do referido Mapa, cabe destacar a missão e a visão de futuro, que definem:

- o perfil de promoção e de proposição das soluções efetivas de TI, além do de atendimento de solicitações enviados à área gestora de TI, indicando que esta área deve ser pró-ativa e não apenas reativa;
- a forma de condução coordenada e corporativa da TI, indicando o modelo decisório, de governança e de gestão adotado pelo Órgão;
- a parceria com as outras áreas da Instituição;
- o foco em excelência e inovação;
- o alinhamento estratégico no atendimento das necessidades da Receita Federal.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é objeto de normatização formal desde 2007 e é um dos principais instrumentos de planejamento da TI da Receita Federal. É instrumento que consolida todas as iniciativas e ações de TI, bem como, a previsão orçamentária, as metas e os indicadores correspondentes, necessários a todos os processos de TI e o funcionamento e a construção, a aquisição e a contratação de soluções de TI.

O PDTI da Receita Federal, de abrangência Nacional, possui metas para o período de 2012-2015, segundo a Portaria RFB nº 2.337/2012. O PDTI teve sua vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2016, conforme Portaria RFB nº 135/2016.

Esse Instrumento de PETI foi construído considerando:

- as diretrizes da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), do Planejamento Estratégico de TI (PETI) do Ministério da Fazenda entre instrumentos governamentais da Administração Pública sobre o assunto;
- a participação efetiva da Alta Administração e de representantes das Unidades Centrais e Regionais da Receita Federal;
- a vinculação com a Programação Orçamentária, com indicação de custeios e investimentos;
- a introdução do uso de indicadores para acompanhamento das metas e das estações estabelecidas no PDTI;
- a alocação de recursos de acordo com as prioridades institucionais e resultados esperados da TI pela Instituição;
- a satisfação dos usuários de TI;
- a necessidade de inovação e de evolução da TI e de seu corpo técnico com o foco no atendimento das prioridades e nos desafios da Receita Federal;
- a crescente demanda por soluções de TI, seja para atendimento das necessidades internas, bem como para aprimorar os serviços oferecidos ao cidadão e à sociedade;
- o alinhamento estratégico da TI para a obtenção dos melhores resultados institucionais;
- a transparência das ações de TI.

O PDTI está publicado na Intranet de forma a ser acessado pelos servidores da Receita Federal.

a. Atividades do Comitê Gestor de TI

Historicamente, em 29 de dezembro de 2009, por meio da Portaria RFB nº 3.333, foi instituído o Comitê de Tecnologia da Informação no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, em observância ao Decreto nº 1.048, de 21 de janeiro de 1994, que instituiu o Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática da Administração Pública Federal (SISP), e considerando orientação da Instrução Normativa nº 4, de 19 de maio de 2008, da SLTI/MPOG.

A Portaria RFB nº 3.333 foi revogada em maio de 2011 a partir da publicação da Portaria RFB nº 2.744, que por sua vez foi revogada pela Portaria nº 229, de 26 de fevereiro de 2013.

O atual Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação da Receita Federal do Brasil foi instituído pela Portaria RFB nº 800, de 28 de junho de 2013, e regulado pela Portaria 801, de 28 de junho de 2013, que aprova o Regimento Interno do CTSI.

O CTSI da Receita Federal tem por finalidade deliberar sobre diretrizes e investimentos em tecnologia e segurança da informação, alinhando-os aos objetivos estratégicos institucionais, e é

composto pelos seguintes membros: Secretário da Receita Federal do Brasil, Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil, Subsecretário de Gestão Corporativa, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Subsecretário de Fiscalização, Subsecretário de Tributação e Contencioso, Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação e Coordenador-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional.

De acordo com o seu Regimento Interno, o CTSI da RFB tem como atribuições:

- Estabelecer as políticas e diretrizes gerais de tecnologia e segurança da informação, alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais;
- Aprovar as políticas e diretrizes para o PDTI;
- Definir prioridades na execução dos planos e projetos relacionados à tecnologia e segurança da informação, observado o portfólio de projetos estratégicos da RFB;
- E aprovar as políticas e diretrizes gerais do plano de ações e investimentos para a área de tecnologia e segurança da informação.

As reuniões são ordinárias, conforme calendário previamente definido, e extraordinárias, mediante convocação do Presidente. São realizadas, preferencialmente, na sede da RFB, em Brasília, com um quórum mínimo de cinco membros, sendo um deles, necessariamente, o Presidente. O Presidente ou qualquer membro do Comitê pode se fazer acompanhar por um assessor.

Este Comitê é presidido pelo Secretário da Receita Federal do Brasil e, em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto ou, na ausência deste, pelo Subsecretário de Gestão Corporativa.

As deliberações do Comitê são qualificadas como:

- Resoluções (caráter normativo e orientativo);
- Decisões (determinam procedimentos a serem adotados pelos membros do Comitê e pela Secretaria Executiva); e
- Comunicados (informam as atividades e eventos relacionados ao Comitê).

Segue no quadro 169, histórico quanto ao total de reuniões realizadas a partir do ano de 2011, além da quantidade de resoluções emitidas.

Quadro 169: Relação do total de reuniões realizadas e resoluções emitidas pelo CTSI da RFB

Ano	CTRO	CTRE	CTREM
2011	7	-	-
2012	6	17	6
2013	5	3	5
2014	6	3	1
2015	4	-	-
Total	28	23	12

Legenda:

CTRO: Quantidade de Reuniões Ordinárias CTSI

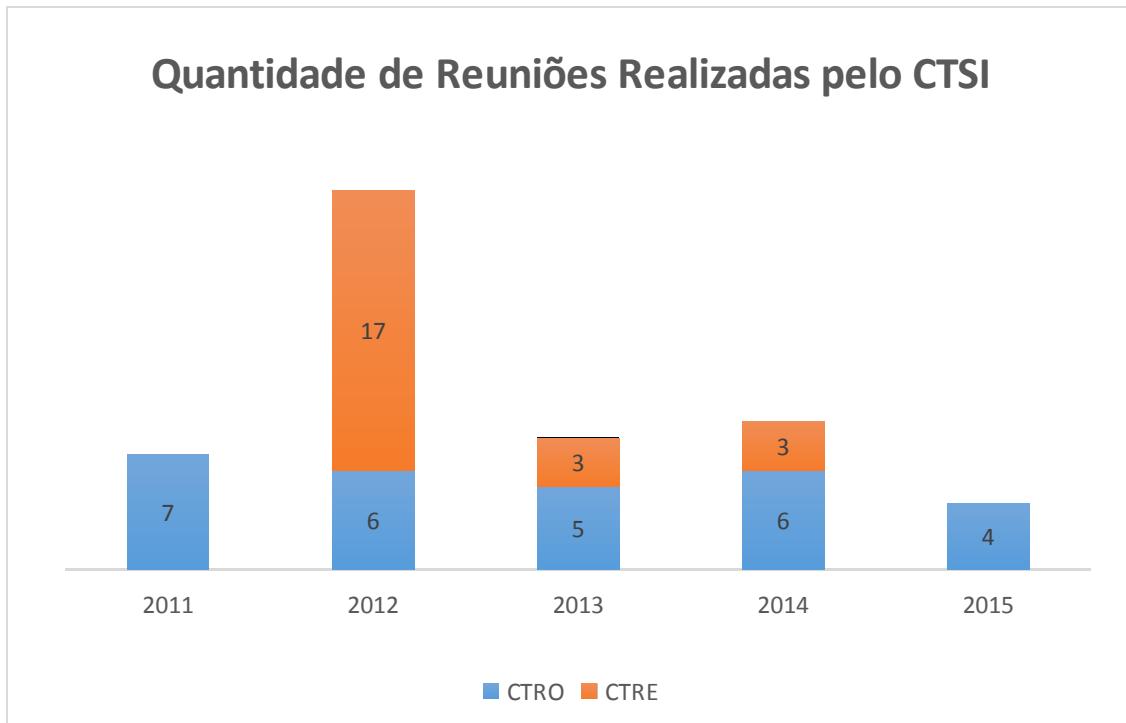
CTRE: Quantidade de Reuniões Extraordinárias CTSI

CTREM: Quantidade de Resoluções Emitidas pelo CTSI

Fonte: Atas de reuniões. Posição: dezembro/2015.

O gráfico da figura 53 demonstra graficamente o comparativo entre o total de reuniões Extraordinárias e Ordinárias realizadas entre os anos de 2011 e 2015.

Figura 53: Gráfico – Total de Reuniões do CTSI



Fonte: Atas de reuniões. Posição: dezembro/2015.

Durante o ano de 2015, conforme exposto anteriormente, o CTSI se reuniu ordinariamente quatro vezes, e sucintamente os assuntos tratados se referiram:

- Ao planejamento, à execução e ao acompanhamento do Portfólio de Produtos de TI;
- Ao acompanhamento e à gestão de indicadores relacionados ao desenvolvimento de sistemas;
- Às tratativas de adequação dos sistemas ao Número Único de Protocolo (NUP), definido pela Portaria Interministerial nº 2.321, de 30 de dezembro de 2014, emitida pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Justiça;
- Às tratativas sobre o fornecimento de informações das bases CPF/CNPJ;
- Ao acompanhamento da execução de projetos de TI;
- Às ações de fortalecimento da segurança da informação.

6.4 - GESTÃO AMBIENTAL E DA SUSTENTABILIDADE

6.4.1 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

As Regiões Fiscais e as Delegacias Regionais de Julgamento que compõem a estrutura organizacional da Receita Federal do Brasil receberam o questionário abaixo contendo solicitação de informações acerca da Gestão Ambiental e dos Projetos de Sustentabilidade sob sua condução.

Após compilação das respostas das diversas unidades, encontrou-se a seguinte média, que demonstra a realidade atual das unidades da Receita Federal do Brasil no aspecto de Gestão Ambiental e da Sustentabilidade:

Quadro 170: Gestão Ambiental e da Sustentabilidade

Gestão Ambiental e da Sustentabilidade		SIM (%)	NÃO (%)
Item	Aspectos sobre gestão ambiental		
1.	Há unidades na sua região que participam da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	23,6	76,4
2.	Há unidades na sua região em que ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	66,0	34,0
3.	Há unidades jurisdicionadas na sua região que realizam contratações observando os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	59,3	40,7
4.	Há unidades na sua região que possuem plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso haja resposta positiva, responda os itens 5 a 8.	14,0	86,0
5.	Há unidades na sua região em que a Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	18,1	81,9
6.	Há unidades na sua região em que o PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	18,1	81,9
7.	Há unidades na sua região em que o PLS se encontra publicado e disponível no sítio da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	12,9	87,1
8.	Há unidades na sua região em que os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	5,9	94,1
9.	De forma sucinta, qual a visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pelas unidades da sua região?	As respostas constam dos textos reproduzidos após este quadro.	

Conforme se depreende do resultado apurado em resposta ao item 1 do questionário, verifica-se que a maioria das unidades ainda não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Dentre as unidades que participam, podemos citar a DRF/Fortaleza e a SRRF03.

Na maioria das unidades (cerca de 66% delas) ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como a sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006. Em muitas dessas unidades é utilizado o contrato das SAMF. Dentre essas unidades, podemos destacar a ALF/Aeroporto de Recife, ALF/Porto de Suape, DRF/Caruaru, DRF/Maceió, Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal (DRF/NAT), SRRF04, IRF/Porto de Recife, ALF/Fortaleza, DRF/Fortaleza, SRRF03, Superintendência Regional da Receita Federal do

Brasil da 5ª RF (SRRF05), Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana (DRF/FSA), Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista (DRF/VCA), Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador (DRF/SDR), DRF/Governador Valadares, DRF/Poços de Caldas, DRF/Sete Lagoas, DRF/Uberaba, DRF/Uberlândia, Alfândega da Receita Federal do Brasil em Vitória (ALF/VIT), Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goytacazes (DRF/CGZ), Delegacia da Receita Federal do Brasil em Nova Iguaçu (DRF/NIU), ALF/GIG, DEMAC, unidades da RFB em Cascavel, Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Florianópolis, Joinville, Blumenau, DRJ/Recife.

Grande parte das unidades jurisdicionadas realiza contratações observando os parâmetros do Decreto nº 7.746/2012 (aproximadamente 59% das unidades), conforme item 3 do questionário. Como exemplos, citam-se as unidades DRF/João Pessoa, DRF/Campina Grande, DRF/Maceió, Delegacia da Receita Federal do Brasil em Mossoró (DRF/MOS), DRF/NAT, DRF/REC, Inspetoria da Receita Federal no Recife (IRF/REC), ALF/Fortaleza, DRF/Fortaleza, SRRF05, DRF/FSA, Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracajú (DRF/AJU), Delegacia da Receita Federal do Brasil em Lauro de Freitas (DRF/LFS), DRF/Governador Valadares, DRF/Juiz de Fora, DRF/Poços de Caldas, DRF/Sete Lagoas, Delegacia da Receita Federal do Brasil em Varginha (DRF/VAR), ALF/VIT, SRRF07, DRF/CGZ, DRF/NIU, ALF/GIG, DEMAC, unidades da RFB em Cascavel, Londrina, Curitiba, Foz do Iguaçu e Paranaguá, DRJ/Recife, DRJ/JFA.

Em cerca de 86% das unidades não há plano de gestão de logística sustentável (PLS), de que trata o artigo 16 do Decreto nº 7.746/2012.

Dentre as unidades que possuem o PLS (cerca de 14% do total, conforme item 4 do questionário), verifica-se que:

- Em 18% delas a Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do artigo 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;
- Em 18% delas o PLS está formalizado na forma do artigo 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos;
- Em 12% delas o PLS se encontra publicado e disponível no sítio da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012). A título de exemplo, informa-se que o PLS da DRF/RJ1 (UASG 170257) foi publicado no endereço <http://intranet.receita.fazenda/administracao/rf07/estrutura-organizacional/unidades-regionais/drfrj1/d-e-s/segec/pls>.

Conforme resposta ao item 8, em apenas 5% das unidades os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (artigo 13 da IN SLTI/MPOG nº 10/2012).

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) participa do PLS do Ministério da Fazenda, que decidiu pela criação de comissão única, atuando de forma integrada em suas ações de sustentabilidade.

Em relação à visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pelas unidades da Receita Federal do Brasil, a seguir elencam-se os relatos de algumas de suas unidades, que demonstram de forma geral como tem ocorrido a gestão da política ambiental sustentável.

Algumas unidades, como as da 2ª Região Fiscal, relatam que a política de sustentabilidade ambiental adotada ainda é incipiente, restrita a critérios de sustentabilidade nos processos de sustentabilidade e na eliminação de papéis.

A 3^a Região Fiscal adota boas práticas de sustentabilidade nas unidades de sua jurisdição. Na DRF/JNE – UG 170042 – a principal ação na política de sustentabilidade se refere a coleta dos resíduos recicláveis. Desde 2014, foi firmado com a Associação do Engenho do Lixo, CNPJ nº 11.263.979/0001-07, sediada nesta cidade de Juazeiro do Norte (CE), o Termo de Compromisso pelo qual a entidade, quinzenalmente, coleta os resíduos sólidos recicláveis descartados por esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte, em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006, de 25/10/2006. Encontra-se em execução a construção de um espaço, que foi projetado em 2015, destinado a armazenar os resíduos sólidos, subdividido em 04 (quatro) ambientes para coleta de Plásticos, Vidros, Papéis e Orgânicos.

Na DRF/SOB – UG 170330 - a principal ação na política de sustentabilidade tem sido referente à coleta dos resíduos recicláveis, aquisição e utilização, parcial, de papéis reciclados, com redução do consumo de energia elétrica.

Na DRF/TSA – UG 170035 – busca-se sempre adotar fontes renováveis em detrimento das não renováveis ou bens já reciclados, como o papel, por exemplo. Também se adotam atitudes sistemáticas, incentivando os mais diversos setores da Unidade a usarem, de forma racional, a água, energia e os insumos em geral.

Na DRF/FLO – UG 170337 – há o incentivo às boas práticas de gestão ambiental, sobretudo em seus processos licitatórios, bem como campanhas de conscientização sobre uso racional de água e energia elétrica entre os servidores da Delegacia.

Consultada sobre o assunto, a Prefeitura municipal de Floriano-PI, informou que o município não possui coleta seletiva para separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como não promove sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006. No entanto, a DRF/FLO tem realizado diversas ações para implementar boas práticas de gestão ambiental, sobretudo em seus processos licitatórios, ao exigir dos contratados a adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços e fornecimentos de bens a esta Delegacia. Ademais, os servidores da DRF são incentivados a evitarem o uso excessivo de materiais plásticos, a exemplo de copos descartáveis, sacolas, etc. Por fim, são realizadas campanhas de conscientização sobre uso racional de água e energia elétrica, tendo como instrumento de disseminação mensagens via notes e murais.

Na DRF/FOR – UG 170041 – são adotadas as seguintes iniciativas:

1) Licitações (aquisições): Pregão material de consumo: Aquisição de Papel A4, Material reciclado;

2) Rotinas de trabalho:

- Adoção de procedimentos racionais em relação à aquisição e utilização de materiais de consumo, onde são observados a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos adquiridos;
- Uso de correio eletrônico, sempre que possível;
- Impressão frente e verso de documentos, sempre que possível;
- Impressão dupla por folha, no que couber;
- Impressão no modo rascunho;
- Adoção de medidas de racionalização da água, energia e demais insumos;
- Utilização da prática correta de descarte de resíduos.

3) Iniciativas Específicas:

- Extinção do Contrato de Malote celebrado entre a DRF e os correios, substituindo-o por comunicações eletrônicas, na maioria dos casos;
- Utilização do sistema e-Assina: esse sistema tem por objetivo realizar a assinatura digital de documentos digitais, para trânsito e pós-validação. É ferramenta fundamental para que se amplie a utilização de documentos digitais no âmbito da Receita Federal, de maneira que o trânsito de documentos ocorra de forma puramente virtual. Contribuindo assim com a preservação do meio ambiente, na medida em que se dispensa a impressão de documentos para sua assinatura;
- Utilização do e-Processo - sua contribuição com a preservação do meio ambiente, na medida em que se dispensa o meio físico e os materiais utilizados para a formalização de atos processuais, mantendo todo o processo na forma digital;
- Iniciativas para redução no consumo de água em metro cúbico bem como redução de consumo de energia em quilowatts;
- Realização de Campanhas, por meio do envio de e-mails, direcionadas a todos os servidores, para utilização de papel reciclado;
- Realização Campanhas, por meio do envio de e-mails, direcionadas a todos os servidores, para redução do consumo de papel;
- Participação da Comissão criada pela Portaria SAMF nº 115/2012, destinada à realização de programas da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, dentre as iniciativas podemos citar a realização de palestras, divulgação de informativos, dentre outros;
- Utilização da coleta seletiva solidária;

A DRF/SLS – UG 170028 - fica localizada no prédio do Ministério da Fazenda, cuja administração é de responsabilidade da Superintendência Regional do Ministério da Fazenda, que cuida também da questão relacionada a sustentabilidade ambiental. Entretanto, em seus editais de licitações, esta Delegacia, para aquisição de materiais de consumo ou permanentes, insere regras que permitam a compra de produtos que obedeçam a padrões de sustentabilidade ambiental.

A SRRF03 – UG 170040 - encontra-se sediada no Edifício-Sede do Ministério da Fazenda, cuja administração é de responsabilidade da SAMF/CE, que em conjunto com os outros diversos órgãos sediados tem buscado implementar políticas de gestão sustentável, tendo como base as iniciativas previstas no PLS do MF. Algumas ações estão em andamento, e outras já implementadas, como é o caso da destinação a associações e cooperativas de catadores, dos resíduos sólidos recicláveis recolhidos de todos os órgãos sediados no referido edifício.

A 4ª Região Fiscal está focando em ações voltadas para a racionalização do uso de recursos, de forma a reduzir despesas e impactos ambientais. Nesse sentido, vários projetos foram iniciados em 2015 com a coordenação do Gabinete da Superintendência, e que aos poucos estão sendo replicados nas Unidades Locais. Dentre estes, destacam-se as ações para promover a substituição de copos descartáveis por canecas, com o desenvolvimento de extenso material de divulgação e de sensibilização. Também foi iniciado projeto para a redução do consumo de papel, que além da padronização da impressão frente e verso, implantou a contabilização de impressões por servidor e emissão de relatórios periódicos. Para o acompanhamento gerencial e avaliação de resultados foram desenvolvidas planilhas específicas que geram automaticamente diversas informações e gráficos comparativos sobre a evolução do consumo desses itens.

No mesmo sentido, foram elaboradas planilhas para acompanhamento gerencial do consumo de energia elétrica e água, insumos que serão objeto de ações específicas para economia/racionalização do uso durante 2016.

Quanto à Coleta Seletiva Solidária, em 2015 ela foi implantada na SRRF04 de forma que os documentos de trabalho e o know how das etapas do procedimento sejam disseminadas para as unidades locais da Região que ainda não implantaram a coleta seletiva, facilitando a adesão ao Decreto nº 5.940/2006.

Todas as ações são amparadas por material explicativo e de sensibilização, cuja divulgação se dá por diferentes canais, como informativos regionais, murais e mensagens notes. Cabe salientar que apesar de não ter aderido formalmente ao Programa A3P do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a 4ª Região Fiscal aplica as orientações contidas no respectivo manual, além de utilizar como diretriz de suas ações o Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ministério da Fazenda.

A política de sustentabilidade ambiental das unidades da 6ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil concentra-se em medidas como racionalização do uso de recursos energéticos e materiais, separação de resíduos recicláveis e adoção dos parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012 para as contratações. Algumas unidades realizam separação de materiais recicláveis e os destinam a cooperativas de catadores do município. Em alguns casos, a própria unidade procura reaproveitar os materiais recicláveis. Nas contratações efetuadas por determinadas unidades, sempre que possível, são incluídas cláusulas de sustentabilidade que garantem materiais atestados/reciclados. Na compra de equipamentos elétricos, exige-se o selo Procel A. Nas obras de engenharia prioriza-se a utilização de iluminação e ventilação naturais e de materiais com maior vida útil. A partir de 2014, para as edificações com áreas superiores a 500 m², passou-se a exigir a obtenção da Etiqueta Nacional de Eficiência Energética (ENCE), conforme Instrução Normativa nº 2/2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

No caso da 10ª Região Fiscal, em 2015, executou-se o contrato de prestação de serviços de destinação final de resíduos no montante total de 349.468,80 quilogramas, cerca de 1.004 metros cúbicos, acumulados ao longo de 11 anos em 16 depósitos de mercadorias apreendidas, inclusa a destinação de patrimônio inservível, impróprios para incorporação, leilão ou doação. Resíduos como agrotóxicos ilegais cuja venda é proibida em território nacional, tintas, diversos produtos químicos perigosos, cremes descolorantes à base de oxidantes, entre outros, passaram a ter destinação ambientalmente adequada.

Além disso, o crescente uso do sistema e-Processo, sistema que permite a prática de atos administrativos sequenciais em ambiente eletrônico, no formato digital, tem como reflexo sustentável a diminuição dos processos em meio físico (papel), economia de recursos na tramitação, que é eletrônica, e acesso virtual às partes interessadas sem a necessidade de se obter cópia em papel. Trata-se de ferramenta eletrônica que possibilita a formalização, a prática de atos processuais, a tramitação e o gerenciamento de processos, documentos e procedimentos administrativos em meio digital em disseminação na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª RF (SRRF10), cada vez reduzindo-se mais o uso de papel.

A coleta seletiva de lixo e resíduos ocorre onde há disponibilidade desse serviço, e já abrange a maioria das UG. Aquisição de papel A4 com exigência de que a madeira fosse oriunda de reflorestamento. Aquisição de mobiliário com exigência de que os componentes de madeira utilizados são oriundos de madeira certificada. Na elaboração dos projetos de engenharia são observados os princípios de eficiência energética e na execução de obras são exigidas regras de sustentabilidade no canteiro de obras.

A DRJ Belém, por ser uma unidade pequena, não possui um PLS próprio. Entretanto, está integrada na Agenda Ambiental da Administração Pública, por meio do PLS da SAMF/PA. Como parte do programa, a DRJ/BEL promove a separação do material reciclável que utiliza (papel, plástico, vidro, etc.) e encaminha para a SAMF/PA, que concentra com o material de sua unidade e o destina às cooperativas de reciclagem. Além disso, como política de estímulo ao uso racional de papel e de energia elétrica, os gestores da DRJ Belém, vem orientando os servidores a adotarem medidas de

uso racional desses recursos, tais como: utilizar a comunicação eletrônica (e-mail) para contrato com outras unidades, evitando assim a comunicação em papel (memorando, ofício); imprimir só o que for necessário e, se possível, utilizar o verso da folha de papel; desligar as luzes e o aparelho de ar-condicionado da sala ao saírem para o almoço; manter as portas das salas fechadas, sempre que possível.

A DRJ Brasília funciona em prédio administrado pela SAMF/MF, que já há algum tempo vem promovendo campanhas de conscientização da preservação do meio ambiente, tais como: economia de energia, separação do lixo reciclável, economia de água e ar-condicionado, dentre outros.

Embora não tenha aderido formalmente, no ano de 2015, a programa de sustentabilidade ambiental nos moldes do plano previsto no Decreto nº 7.746/2012, a DRJ Campo Grande adota uma política de uso racional dos recursos, economia de água e energia elétrica. Entretanto, foram tomadas as seguintes medidas para diminuição do consumo de papel, energia elétrica e água:

- a) Em relação à diminuição do consumo de papel, a DRJ Campo Grande utiliza integralmente os sistemas e-Processo e e-AssinaRFB, eliminando, sempre que permitido pela legislação, a geração e movimentação de documentos físicos. Todos os documentos recebidos são digitalizados e os controles também são realizados por meios digitais. Como exemplo, a conformidade de registros de gestão orçamentária e financeira, o controle do suprimento de fundos e o controle de material permanente e de consumo são feitos por intermédio do e-Processo, com assinatura digital, sem geração de documentos em papel.
- b) Quanto à diminuição do consumo de água, o uso de purificadores de água nos dois andares da unidade permitiu extinguir o contrato de fornecimento de água mineral. Além da diminuição do uso de copos descartáveis.
- c) Já em relação à energia elétrica, o ar-condicionado e a iluminação contam com programação de desligamento automático ao final da tarde, só sendo religados, também automaticamente, na manhã seguinte, o que contribui para a redução do consumo de energia elétrica.

A DRJ Curitiba está instalada em prédio administrado pela SAMF/PR e como consequência poucas vezes há a necessidade de se realizar licitação, a grande maioria das aquisições de bens ou de prestação de serviços é realizada por meio de dispensa/cotação eletrônica de licitação por se enquadrarem nos limites estabelecidos na Lei 8.666/93, bem como adesão a atas de registro de preços. Sempre que possível, há a determinação para que os interessados observem as normas da ABNT, selos e certificações que se relacionam às exigências de sustentabilidade ambiental.

A DRJ Curitiba informa ainda que adquire lâmpadas econômicas LED e torneiras automáticas. Destaca a utilização de processos eletrônicos, digitalização e procedimentos eletrônicos que permitem a redução da emissão de papel. Conforme ajuste de conduta com o MPT/9ª Região, os cartuchos, toners, papel plásticos e demais bens recicláveis devem ser destinados às cooperativas de catadores cadastradas. Foram colocados avisos lembrando quanto ao fechamento das torneiras dos banheiros e desligamento das lâmpadas após a utilização. Houve envio de mensagem eletrônica para desligarem os computadores, aparelhos de ar-condicionado e a iluminação ao final do expediente, bem como manter os ambientes fechados quando o ar-condicionado estiver em uso.

Na DRJ Juiz de Fora não existe política de sustentabilidade ambiental oficial adotada. Entretanto, a unidade utiliza papel reciclado e detergentes biodegradáveis e se utiliza de alertas aos servidores para economia de água e energia.

A DRJ/Porto Alegre, embora não possua um Plano de Gestão de Logística Sustentável próprio, visando colaborar com o alcance das metas e a consecução dos objetivos pretendidos, observa e pratica, sempre que possível, ações de sustentabilidade inseridas no PLS do Ministério da Fazenda. Algumas das ações adotadas são essas:

- a) Quanto ao papel: a DRJ Porto Alegre utiliza os sistemas e-Processo e e-AssinaRFB, eliminando, sempre que permitido pela legislação, a geração e movimentação de documentos físicos;
- b) Quanto ao lixo: a unidade possui recipientes distintos para acondicionamento de lixo orgânico e seco. A destinação final dos resíduos não é feita pela delegacia, pois está a cargo da SAMF-RS, que é o órgão responsável pela administração do edifício-sede;
- c) Quanto às contratações: sempre que possível, são seguidas as diretrizes de sustentabilidade regulamentadas no Decreto nº 7.746/2012, tais como preferência por materiais reciclados, biodegradáveis e com certificado ambiental, substituição de materiais descartáveis por outros de maior vida útil, quando possível, preferência à aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização ou reabastecimento (como refis e recargas).

A DRJ Ribeirão Preto não possui Plano de Logística Sustentável, mas aplica seus conceitos. Houve substituição de torneiras automáticas e vasos sanitários ecológicos. Houve a inserção da UG no Programa de Eficiência Energética da CPFL, cuja implementação está prevista para ocorrer no exercício de 2016. A unidade aplica os conceitos de sustentabilidade ambiental em suas licitações e contratações, e realiza a coleta seletiva de todo o lixo reciclável, destinando-o para a Cooperativa de Agentes Mão Dadas de Ribeirão Preto (CNPJ 10.311.407.0001/93).

A DRJ Salvador há algum tempo já vem implantando programas de sustentabilidade, em especial os que estimulam a redução no consumo de papel, água e energia. Com o sistema e-Processo, que já está em funcionamento na DRJ há mais de 5 anos, houve grande redução no consumo de papel. Isso porque, a partir desse sistema, todos os processos tramitados no âmbito da DRJ passaram a ser digitais, não necessitando, portanto, serem impressos. Além disso, há um sistema que controla a quantidade de impressão de cada servidor e também por máquina. No que se refere à energia e água, foram adquiridas torneiras automáticas e lâmpadas econômicas.

A DRJ Belo Horizonte tem conseguido reduzir o uso de papel e copos descartáveis, os banheiros possuem torneiras com temporizador e arejador, o sistema de iluminação é todo constituído de lâmpadas fluorescentes e LED de baixo consumo. São apenas dois equipamentos de impressão para atender toda a unidade e com utilização de cartuchos recarregáveis e papel de fonte certificada. Mais de 90% das salas aproveita a iluminação natural. Foram trocadas as divisórias para divisórias claras e com vidro para melhor aproveitamento da iluminação. Os computadores são programados para desligamento da tela após período curto sem uso.

A DRF/Rio de Janeiro participa indiretamente da A3P, adotando e implantando ações de responsabilidade sócio ambiental nas atividades internas da Unidade, como a utilização do sistema e-AssinaRFB que permite a tramitação virtual de documentos, dispensando a impressão dos mesmos; configuração das impressoras para o modo padrão preto e branco, rascunho e frente e verso, quando possível impressão de duas páginas por folha; preferência pelo uso de mensagens eletrônicas e documentos digitais; utilização de papel produzido sem uso de substâncias cloradas; campanhas de conscientização de servidores sobre ações sustentáveis como a redução do consumo de água e energia elétrica; substituição de copos descartáveis por copos e xícaras de vidro/louça; desligamento de luzes das salas e equipamentos elétricos após o expediente.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – RFB

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

ITEM 7: CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 - TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TCU

Até o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014, no subitem Tratamento de determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), eram informadas todas as determinações e recomendações do TCU atendidas ou em atendimento no exercício, independentemente do exercício em que tais determinações e recomendações haviam sido expedidas.

Considerando as Orientações para a Elaboração do Relatório de Gestão de 2015, este subitem passou a tratar apenas das determinações e recomendações do TCU expedidas no próprio exercício de referência.

Desta avaliação constam as determinações e recomendações do TCU dirigidas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como as determinações e recomendações dirigidas às Superintendências Regionais da RFB e Delegacias. Não houve, em 2015, determinações e recomendações dirigidas a Inspetorias ou outros tipos de Unidades.

O quadro a seguir sintetiza as informações sobre as determinações e recomendações insertas nos Acórdãos do TCU.

Quadro 171: Determinações e Recomendações do TCU

Unidade	Nº do Acórdão	Assunto	Deliberações						Respostas expedidas pela RFB
			Tipo	Quant.	Atend.	Em Atend.	Não Atend.	Sem prazo/Prazo a vencer	
RFB	612/2015-TCU-Plenário	PUC	DE	02	02	-	-	-	Ofício nº 277/2015-RFB/Gabinete, de 27/05/2015
RFB	927/2015-TCU-Plenário	Previsão de Receitas.	RE	01	-	-	-	01	-
RFB	2252/2015-TCU-Plenário	Faixa de fronteira.	RE	01	-	01	-	-	-
RFB	1942/2015-TCU-Plenário	Governança de solos não urbanos	DE	02	01	-	-	01	Ofício nº 870/2015-RFB/Gabinete, de 17/12/2015
			RE	01	-	-	-	01	-
RFB	2314/2015-TCU-Plenário	Acórdão nº 2059/2012 (Regimes Previdenciários)	DE	01	01	-	-	-	Ofícios nº 871 e 924/2015-RFB/Gabinete, de 17/12/2015 e 21/12/2015
RFB	2461/2015-TCU-Plenário	Contas de Governo.	RE	02	02	-	-	-	Ofício nº 46/2016-RFB/Gabinete, de 04/02/2016
RFB	2744/2015-TCU-Plenário	Portal Único do Comércio Exterior.	RE	03	-	-	-	03	-
RFB	3324/TCU-Plenário	Segregação de receitas da GPS.	DE	01	-	-	-	01	-
RFB	6069/2015-TCU-2ª Câmara	Atos de Admissão	DE	01	01	-	-	-	Ofício RFB/Audit/Diaex nº 58, de 29/10/2015
DRF/JPA	22/2015-TCU-Plenário	Acumulação de cargos.	DE	01	01	-	-	-	Ofício nº 854/2015-RFB/DRF/JPA/Sao rt, de 14/05/2015

DRF/ RBO	650/2015- TCU-1ª Câmara	Ressarcimento ao Erário.	DE	01	01	-	-	-	Ofícios nº 23 e 40/2015- SAGEP/DRF- RBO/SRRF02/RFB/ MF-AC, de 29/04/2015 e 22/07/2015.
DRF/ MAC	176/2015- TCU-Plenário	Imóveis de uso especial.	DE	02	02	-	-	-	Ofício nº 19/2016- DRF/MAC/GAB, de 05/02/2016.
Total				19	11	01	-	07	-

Fonte: Diaex/Audit e Delegacias da RFB em João Pessoa, Rio Branco e Maceió

Legenda: DE: Determinação

RE: Recomendação

Algumas das determinações e recomendações foram recebidas em data bastante próxima ao final do exercício, impossibilitando qualquer tentativa de atendimento durante o ano de 2015. É o caso, por exemplo, das recomendações constantes do Acórdão nº 2.744/2015-TCU-Plenário, cuja ciência desta UPC ocorreu apenas no mês de novembro/2015.

Já o Acórdão nº 3324/TCU-Plenário, foi recebido pela RFB apenas em janeiro de 2016.

No âmbito dos Órgãos Centrais da RFB, o trabalho de acompanhamento das deliberações proferidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) é realizado pela Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo (Diaex), subordinada à Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), conforme atribuição contida no art. 37 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, e alterações posteriores.

Nas regiões fiscais, normalmente o acompanhamento do atendimento das recomendações da CGU é realizado no âmbito dos Gabinetes das Superintendências.

Em relação às determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores, pendentes de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente), são apresentadas informações e justificativas, no quadro a seguir:

Quadro 172: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.471/2013-8	3385/2015-TCU-1ª Câmara	1.7.1	Ofício nº 271/2015- TCU/SecexFazenda, de 11/06/2015	17/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7. determinar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com fundamento no art. 18 da Lei 8.443/1992 que, no prazo de 180 dias: 1.7.1. sem prejuízo de resguardar o sigilo fiscal dos contribuintes, crie mecanismos para possibilitar o acesso aos dados necessários para avaliação da gestão dos responsáveis, especialmente quanto aos indicadores de desempenho, apresentando ao Tribunal justificativas para a eventual inviabilidade de atender à determinação, por motivos técnicos ou de outra natureza;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cabe ressaltar que o Acórdão nº 3385/2015-TCU-1ª Câmara também contém os itens 1.7.2 e 1.7.3 , com determinações dirigidas a esta RFB, as quais foram atendidas , conforme o Ofício nº 017/2016-RFB/Gabinete, de 14/01/2016, que encaminhou ao TCU a Nota RFB/Audit/Diaex nº 1, de 13/01/2016.				

A referida Nota também atende, parcialmente, à determinação do item 1.7.1.

Por ocasião da redação deste Relatório de Gestão, nota técnica estava em elaboração, visando complementar as justificativas anteriormente encaminhadas ao TCU acerca do item 1.7.1.

Fonte: Diaex/Audit

Em relação às determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU, contendo a obrigação de informar no relatório de gestão anual sobre o andamento das providências, no quadro a seguir são apresentadas as informações e justificativas para as deliberações pendentes de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente):

Quadro 173: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
012.268/2014-3	2.021/2014-TCU- Plenário	1.6	Ofício nº 305/2014- TCU/SEMAC, de 7/8/2014	11/08/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>“1.6 Determinar à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) que informe, em suas próximas contas anuais, as medidas adotadas com vistas ao cumprimento das deliberações contidas nos itens 5.1.3 e 5.2.2 do Acórdão 1.527/2008-2ª Câmara.”</p> <p>Acórdão 1.527/2008-2ª Câmara:</p> <p>“5.1.3. Em observância ao dever de sigilo imposto pelo art. 198 da Lei nº 5.172/66, atente para que o processamento de guias GFIP/GPS referentes a dados de arrecadação de outras entidades ou fundos, quando necessário, se faça exclusivamente no âmbito dessa SRP/MPS ou da DATAPREV, sem prejuízo da adoção de sistemática específica que permita o acompanhamento das arrecadações, por parte dos interessados em seu rateio, preservando-se a identificação dos contribuintes;</p> <p>5.2.2. Não se verificam óbices à homologação da implantação da metodologia utilizada para o cálculo do rateio de receitas de terceiros utilizada a partir de 2005 ao período compreendido entre 1999 e 2004, devendo, entretanto, os resultados apurados na execução dos cálculos oriundos dessa metodologia serem revisados, em vista das inconsistências apontadas pelos interessados, que deverão demonstrá-las junto à Receita Federal do Brasil.”</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em relação ao subitem 5.1.3, informa-se que a primeira tentativa de fornecimento de dados aos Terceiros foi cancelada pois, da forma como foi solicitada, feriria o sigilo fiscal. Após nova reunião entre a RFB e os Terceiros, ficou acertado o novo leiaute, o qual preserva o sigilo fiscal, bem como supre as necessidades dos interessados. Como produto dessa reunião, foi aberta a “Demanda Codac 239/2015 - Adequar os leiautes/dados contidos nos CD’s destinados às Outras Entidades e Fundos (Terceiros)”. Esta demanda, que possui como prestador de serviços a Dataprev, se encontra em andamento e não possui data estimada de homologação. Entende-se que, com esta demanda, será cumprida a determinação imposta no item 5.1.3 do Acórdão supracitado. Ainda, as entidades interessadas estão sendo instruídas a firmar convênios com a RFB para o fornecimento de dados que permitam seu acompanhamento da arrecadação sem que haja quebra de sigilo.</p> <p>Com relação ao subitem 5.2.2, informa-se que houve sentença no processo judicial 0021090- 30.2013.4.01.3400, datada de 29 de outubro de 2014, “para que a autoridade coatora abstenha-se de proceder à recomposição dos valores então transferidos pelo INSS nos idos de 1999 a 2004, tampouco que se leve a efeito, a partir de maio do ano de 2013, a compensação de tal montante no fluxo mensal de repasse de receitas nos termos da Lei 11.457/07.” Entretanto, a referida sentença está sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 14, § 1º, Lei nº 12.016/09.</p>				

Fonte: Diaex/Audit

7.2 - TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Até o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014, no subitem Tratamento de Recomendações do OCI, eram informadas todas as recomendações do OCI atendidas ou em atendimento no exercício, independentemente do exercício em que tais recomendações haviam sido expedidas.

Considerando as Orientações para a Elaboração do Relatório de Gestão de 2015, este subitem passou a tratar apenas das recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) expedidas no próprio exercício de referência.

Desta avaliação constam as recomendações da CGU dirigidas à Secretaria da Receita Federal o Brasil, bem como as recomendações dirigidas às Superintendências Regionais da RFB. Não houve, em 2015, recomendações dirigidas a Delegacias, Inspetorias, etc.

O quadro a seguir sintetiza as informações sobre as recomendações insertas no Relatório de Auditoria elaborado pelo Órgão Central da CGU e nos Relatórios de Auditoria elaborados pelas Controladorias Regionais da União em Fortaleza e na Bahia. Em outras duas Superintendências, houve auditorias, mas não houve recomendações do OCI.

Quadro 174: Recomendações da CGU

Unidade	Nº do Relatório de Auditoria	Nº de Recomendações	Nº de Recomendações		
			Atendidas	Em Atendimento	A vencer
RFB	201502923	11	02	-	09
SRRF03	201502925	08	04	04	-
SRRF05	201502926	14	08	06	-
Total		33	14	10	09

Fonte: Diaex/Audit e Superintendências Regionais da RFB da 3ª e da 5ª Região Fiscal

As 4 recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 201502925 e as 6 recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 201502926, cujas providências para atendimento já foram iniciadas, são demandas cujos respectivos prazos também estão a vencer.

Justifica-se o nº de recomendações atendidas em 2015, pelo fato de os Relatórios de Auditoria da CGU, em sua versão final, terem sido disponibilizados apenas no último quadrimestre de 2015, havendo pouco tempo hábil para o atendimento das recomendações no próprio exercício. Além disso, para 22 das 33 recomendações o prazo de atendimento vence no ano de 2016.

No âmbito dos Órgãos Centrais da RFB, o trabalho de acompanhamento das recomendações expedidas pela CGU é realizado pela Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo (Diaex), que integra Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), conforme atribuição contida no art. 37 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, e alterações posteriores.

Nas regiões fiscais, o acompanhamento do atendimento das recomendações da CGU é realizado, normalmente, pelos Gabinetes das Superintendências.

O controle realizado pelo Órgão Central acerca do atendimento das recomendações da CGU no âmbito das Superintendências é realizado por intermédio de mensagens eletrônicas, expedidas com a finalidade de colher informações para a atualização do Plano de Providências Permanente (PPP).

O PPP atualmente está regulado pela Portaria CGU nº 500, de 8 março de 2016, sendo atualizado e encaminhado à CGU, após cada auditoria realizada e sempre que solicitado.

O PPP também é encaminhado ao Ministério da Fazenda, quadrimestralmente, em atendimento ao previsto na Portaria CGU nº 1473, de 6/8/2013, contendo informações sobre as providências adotadas para atendimento das recomendações dirigidas ao Órgão Central da RFB e às Superintendências Regionais.

As recomendações expedidas pela CGU em 2015 atendidas até a finalização da redação deste relatório, proporcionaram melhorias na gestão, especialmente quanto à gestão de cadastros, administração aduaneira e gestão de licitações e contratos.

7.3 - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Quadro 175: Medidas adotadas para apuração e resarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativa s internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
30	30			Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		

DRJs

DRJ Belém

A DRJ/BEL não registrou caso de danos ao Erário no exercício de 2015.

DRJ Belo Horizonte

A Unidade não teve caso de dano ao Erário no exercício.

A Unidade conta com setor de logística e gestão, responsável pela gestão orçamentária, financeira e patrimonial exclusiva da UG, utilizando-se dos sistemas SIASG, SIAFI e SIADS para o correto registro, controle e acompanhamento dos recursos e bens. Suas ações, por sua vez, estão sujeitas ao controle contábil da Setorial de Contabilidade da RFB e a apuração de eventuais indícios de ilícitos conta com o apoio e condução por parte do Escritório de Corregedoria da RFB situado em Belo Horizonte.

DRJ Brasília

A DRJ Brasília não registrou casos de danos ao Erário no exercício de 2015.

DRJ Campo Grande

Não houve, no ano de 2015, nenhum caso de danos ao Erário que exigisse a adoção de medidas administrativas para sua caracterização ou elisão.

DRJ Curitiba

Não houve ocorrência de ilícitos administrativos ou danos ao Erário que tenham sido objeto de medidas internas administrativas adotadas por esta UG em 2015.

O controle para apurar a ocorrência de ilícto administrativo nesta UG é restrito, seja pelo fato de não receber recursos repassados pela União mediante convênio, contrato de repasse ou outro instrumento congênero, seja pelo fato de estar instalada em imóvel administrado pela SAMF/PR, que é por ela controlado. Dessa forma, o gerenciamento ou controle de bens se faz em relação a móveis e equipamentos, onde se realiza em determinados períodos a verificação física para controle patrimonial. O controle financeiro na aquisição de bens, de material de uso e consumo ou da tomada de serviços de terceiros seguem as normas internas previstas para os Órgãos da Administração

Direta e cuja verificação pode ser feita pelos Sistemas SIAFI/SIASG. A conformidade dos Registros de Gestão da UG fica registrada rotineiramente em processo no Sistema e-Processo.

DRJ Florianópolis

No exercício de 2015 não houve casos de danos ao Erário.

DRJ Fortaleza

No exercício de 2015 não houve casos de danos ao Erário.

DRJ Juiz de Fora

Informa-se que, durante o exercício de 2015, não houve necessidade de serem adotadas medidas em caso de dano ao erário, nem tampouco foram instaurados processos de tomada de contas especiais.

DRJ Porto Alegre

Não houve registro de casos de danos ao Erário.

DRJ Recife

Informa-se que não ocorreram danos ao Erário Público.

DRJ Ribeirão Preto

Não houve danos ao Erário.

DRJ Rio de Janeiro

Durante o exercício em análise não foram registrados no âmbito da DRJ/RJO casos de danos que tenham sido objeto de medidas internas administrativas adotadas pela UPC nem tomadas de contas especiais instauradas e remetidas ao TCU.

DRJ Salvador

Não houve registro de casos de danos ao Erário.

Além dos controles realizados nos próprios sistemas internos da RFB, as atividades orçamentárias e financeiras na DRJ/Salvador são realizadas, em cada etapa, por servidores da RFB diferentes e, por fim, somente têm seguimento após aprovação do chefe do setor e do Delegado.

DRJ São Paulo

Não houve casos de danos ao Erário nem tomadas de contas especiais instauradas e remetidas ao TCU.

Unidades Centrais

Corregedoria – Coger

Não ocorreram casos de danos ao Erário.

Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação – Copei

A Copei não teve danos que tenham sido objeto de medidas internas administrativas para apuração de responsabilidade.

UG 170010 – Unidades Centrais

Quadro 176: Materiais extraviados

Nº Processo	Houve ressarcimento	Valor do bem - SIADS (R\$)	Objeto	Modo de apuração	Observações
12440.000081/2015-32	Não	3.990,00	Notebook Lenovo	TCA	Finalizado - ausência de conduta culposa ou dolosa do servidor.
12440.000168/2015-18	Sim	950,13	Ipad Apple	TCA	Finalizado – constatada conduta culposa da servidora.

No primeiro caso houve um furto na residência do servidor no dia 17/04/15 e dentre os objetos furtados um notebook Lenovo era do patrimônio da RFB. Houve apuração por meio de um Termo Circunstaciado Administrativo (TCA) e constatou-se que não houve culpa nem dolo do servidor envolvido.

No segundo caso houve o extravio de um Ipad Apple no dia 07/02/15 e ficou constatada por meio de um TCA a conduta culposa da servidora envolvida que efetuou o devido ressarcimento ao erário por meio de uma GRU. O recolhimento foi realizado no valor de R\$ 709,59, que é o resultado do valor histórico subtraído da depreciação acumulada.

Superintendências Regionais da Receita Federal

1ª Região Fiscal

Foram instaurados pela UG 170247 dois TCAs para apuração de danos ocorridos com os veículos oficiais L200, Placas HTO 1877 e NRZ 3088, tendo sido constado, em ambos os casos, que os fatos resultaram do uso regular dos bens por parte do servidor. Em decorrência dessa conclusão, os encargos referentes aos reparos dos veículos foram assumidos pela Unidade, não incidindo em hipótese de ressarcimento ao Erário.

O valor das despesas totalizou R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais) - R\$ 1.600,00 e R\$ 1.500,00 respectivamente - condizente com a dispensa da instauração de TCE e da remessa das informações ao TCU, razão pela qual foram dispensadas essas providências.

Registre-se que, de acordo com art. 3º da Portaria RFB nº 136, de 06/02/2013, a competência para instaurar processo administrativo visando a apuração de eventuais irregularidades referentes a dano de bem público, nos termos da Instrução Normativa Sedap/PR nº 205, de 08/04/1998, é do Chefe do setor responsável pela gerência de bens e materiais na unidade administrativa, e se dará nos termos da Instrução Normativa CGU nº 04, de 17/02/2009, conforme ocorreu nos casos em comento.

2^a Região Fiscal

A 2^a Região Fiscal não registrou ocorrências desta natureza durante o exercício de 2015.

3^a Região Fiscal

Não ocorreram casos de danos ao Erário.

4^a Região Fiscal

Detalhamento da ocorrência:

UG: DRF Campina Grande

Ocorrência de furto constatada na Agência da Receita Federal do Brasil em Patos, vinculada à DRF/Campina Grande.

A ocorrência deu origem ao Processo administrativo 10425.721411/2015-90, no qual foram inseridas as informações obtidas pela Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 34 de 19 de agosto de 2015.

Os objetos furtados foram um notebook, um HD externo, uma arma e pertences pessoais de alguns funcionários (apenas o notebook e o HD eram bens da União).

Durante a apuração dos fatos, foram colhidos os depoimentos de todos os servidores e funcionários da Agência, bem como realizadas diligências no local.

Ao final, após a análise das provas, a Comissão entendeu que os elementos colhidos não permitiram revelar a autoria das irregularidades.

Dessa forma, não foi lavrado o TCA pois a IN nº 4, de 17 de fevereiro de 2009, em seu artigo 2º, parágrafo 1º, dispõe que o TCA deverá conter, necessariamente, a qualificação do servidor envolvido.

5^a Região Fiscal

Não ocorreram casos de danos ao Erário.

6^a Região Fiscal

As unidades da Região utilizam o sistema SIADS para o controle dos bens patrimoniais. Os bens são alocados às diversas áreas ou a servidores (no caso de notebooks ou equipamentos eletrônicos móveis necessários ao desempenho de funções externas) mediante a assinatura de Termos de Responsabilidade.

Identificadas ocorrências de dano ao patrimônio são tomadas as medidas administrativas cabíveis.

Também, há contratos com empresas terceirizadas de vigilância presencial e, em alguns casos, monitorada.

Ocorreram três casos de furto de bens do patrimônio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6^a RF, sendo dois da própria Superintendência e um da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora.

Em todos os casos foram abertos processos de apuração de responsabilidade e não foi identificada situação de conduta dolosa ou culposa de servidores. Os procedimentos adotados constam dos processos administrativos informados a seguir.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal

Refere-se ao extravio de 2 (dois) notebooks, marca LENOVO, e 1 (um) HD EXTERNO 1TB, marca SAMSUNG, tendo sido registrados Boletins de Ocorrência Policial e lavrados Termos Circunstanciados Administrativos. Os processos foram arquivados por não terem sido verificadas evidências de que o dano causado ao Erário foi decorrente de conduta dolosa ou culposa dos servidores envolvidos, pois eles foram vítimas de ações criminosas ocorridas fora das instalações da Receita Federal do Brasil. Processos nº 10680.722042/2015-31 e 10680.723919/2015-10.

Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora (DRF/JFA)

Refere-se extravio de um ultrabook, marca Dell, modelo Latitude E7440, nº de série FBP6542, cujo do relatório da Comissão de Sindicância, nomeada pela Portaria DRF/JFA/MG nº 61, de 05/08/2015, concluiu pelo arquivamento do processo, por não ter sido possível atribuir responsabilidade direta de servidor ou fornecedor. Processo nº 10640.721811/2015-51.

7ª Região Fiscal

Não houve registro de casos de danos ao Erário.

8ª Região Fiscal

A Receita Federal do Brasil dispõe de um moderno, atuante e bem estruturado sistema de Corregedoria com escritórios e equipes implantadas em todas as Regiões Fiscais. Todos os procedimentos são definidos nos Ritos e suportados pela legislação vigente. Inúmeras ações preventivas e orientativas são adotadas como a inclusão de treinamentos, palestras e a inclusão de programa específico nos cursos de formação, parte do processo de aprovação em concurso público para acesso à Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil. As questões materiais são apuradas internamente por Comissões de Sindicância que elaboram os Termos circunstanciados definido no Regulamento DASP e mesmo por orientativos da Controladoria-Geral da União, não havendo nenhum caso a ser relatado.

No acompanhamento de execuções contratuais, as equipes de licitações, gestão e fiscalização de contratos, participam de constantes treinamentos, intercâmbios, trabalhos conjuntos, se utilizam de vasta bibliografia e de sistemas de consulta visando a perfeita adequação contratual aos ditames legais, quer na concepção dos editais, quer na fiscalização e gestão contratual. A RFB conta com a Procuradoria da Fazenda Nacional, como órgão consultivo para todos termos, ajustes, aditivos e contratos a serem firmados pelas Unidades Gestoras. Encontra-se em fase de apuração de eventuais danos ao erário decorrente de atraso contratual na execução das obras do novo Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal em Santos (processo 15995.000123/2009-17), fato que além de merecer as devidas aplicações de penalidades com multas ensejará medidas para resarcimento dos aluguéis pagos durante o período que decorreu do atraso para a entrega da obra.

9ª Região Fiscal

UG 170158 – DRF em Curitiba

As quatro ocorrências referem-se a danos a bens patrimoniados, das quais duas houve reconhecimento de responsabilização de servidores que efetuaram, mediante pagamento de GRU, o resarcimento do valor à União.

UG 170162 – DRF em Foz do Iguaçu:

Quadro 177: Perdas matrimoniais – DRF Foz do Iguaçu

Nº e- processo	Data da ocorrência	Valor do dano (R\$)	Assunto	Modo de apuração	Observações
10945.720114/2 015-58	03/07/14	2.130,00	Acidente envolvendo veículo oficial, placas EPO-4495	TCA (*)	Finalizado - ausência de responsabilidade do servidor condutor do veículo.
10945.720116/2 015-47	22/08/14	5.219,00	Acidente envolvendo veículo oficial, placas AWY-2182	TCA	Finalizado - ausência de responsabilidade do servidor condutor do veículo.
10945.720618/2 014-97	10/07/14	3.621,35	Acidente envolvendo veículo oficial, placas ATZ-3876	TCA	Finalizado - ausência de responsabilidade do servidor condutor do veículo.
10945.720085/2 014-43	28/01/14	11.167,65	Acidente envolvendo veículo oficial, placas AKQ-4271	Sindicânci-a	Finalizado - ausência de responsabilidade do servidor condutor do veículo.
10945.720115/2 015-01	04/08/14	7.554,95	Acidente envolvendo veículo oficial, placas EAB-3836	TCA	Finalizado - conduta culposa do servidor envolvido. Prestação de serviço que restituui ao bem danificado as condições anteriores.
10945.720925/2 015-59	18/03/15	600,00	Acidente envolvendo veículo oficial, placas AWL-6881	TCA	Finalizado - ausência de responsabilidade do servidor condutor do veículo.
10945.720997/2 015-04	27/01/15	1.200,00	Acidente envolvendo veículo oficial, placas AWL-3578	TCA	Finalizado - ausência de responsabilidade do servidor condutor do veículo.
10945.721058/2 015-79	01 a 03/12/14	6.650,00	Acidente envolvendo veículo oficial, placas ANF-5609	TCA	Finalizado - ausência de responsabilidade do servidor condutor do veículo.
10945.721001/2 015-70	13/07/15	1.679,00	Acidente envolvendo veículo oficial, placas AWL-3578	TCA	Finalizado - ausência de responsabilidade do servidor condutor do veículo.
10945.720999/2 015-95	22/04/15	515,00	Acidente envolvendo veículo oficial, placas AWY-3989	TCA	Finalizado - ausência de responsabilidade do servidor condutor do veículo.

Nº e- processo	Data da ocorrência	Valor do dano (R\$)	Assunto	Modo de apuração	Observações
10945.721002/2015-14	17/07/15	875,00	Acidente envolvendo veículo oficial, placas AWL-3579	TCA	Finalizado - ausência de responsabilidade do servidor condutor do veículo.
10945.721854/2013-40	07/10/13	695,79	Acidente envolvendo veículo oficial, placas AWZ-0791	TCA	Finalizado - conduta culposa do servidor envolvido. Ressarcimento ao erário por meio de pagamento de GRU sob o código 18830-1-Indenização Danos Patrimônio Público.
10945.721000/2015-25	04/03/15	1.690,00	Acidente envolvendo veículo oficial, placas JSL-3994	TCA	Finalizado - ausência de responsabilidade do servidor condutor do veículo.
10945.721151/2015-83	Indeterminada	140,00	Extravio de duas grades de saída de ar e Dois botões da grade central do painel de veículo estacionado no pátio de custódia	TCA	Finalizado - ausência de responsabilidade da empresa contratada.
10945.721101/2015-04	24/08/15	3.261,00	Acidente envolvendo veículo oficial, placas ATB-6377	TCA	Finalizado - ausência de responsabilidade do servidor condutor do veículo.
10945.721371/2015-15	11/05/15	547,00	Acidente envolvendo veículo oficial, placas AWY-2189	TCA	Finalizado - conduta culposa do servidor envolvido. Prestação de serviço que restituui ao bem danificado as condições anteriores.
10945.721487/2015-46	01/09/15	900,00	Acidente envolvendo veículo oficial, placas ANH-3259	TCA	Finalizado - conduta culposa do servidor envolvido. Prestação de serviço que restituui ao bem danificado as condições anteriores.
10945.721102/2015-41	31/08/15	1.679,00	Acidente envolvendo veículo oficial, placas AWL-3578	TCA	Finalizado - ausência de responsabilidade do servidor condutor do veículo.

(*) Termo Circunstaciado Administrativo.

UG 170343 – IRF em Curitiba:

Quadro 178: Perdas patrimoniais – IRF Curitiba

Nº e- processo	Data da ocorrência	Valor do dano (R\$)	Assunto	Modo de apuração	Observações
15165.721272/2015-26	Indeterminada	12.543,01	Extravio de duas máquinas fotográficas com acessórios e dois celulares	Sindicância	Finalizado – não foi possível apurar qualquer responsabilidade de servidores ou de prestadores de serviço.
15165.721668/2015-73	Indeterminada	4.320,18	Subtração de partes e peças dos veículos apreendidos no PVA.	Sindicância	Tramitando – apurada conduta culposa da empresa de Vigilância e segurança patrimonial. Será requerida a restituição dos valores dos objetos subtraídos.

O controle para apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos que resultam em dano ao erário competem às programações e logísticas das Unidades da RFB na 9ª região fiscal. Em regra, a responsabilidade pela gestão de materiais – permanente, consumo e veículos, cabe à equipe específica designada pelo departamento de logística competente. Os instrumentos dos quais se valem os servidores para desempenhar tais tarefas são o sistema SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços) - por meio do qual são controladas entradas e destinações de materiais de consumo, termos de responsabilidade firmados pelo servidor requisitante de bens móveis em geral, inclusive veículos, e a chefia responsável pela guarda do bem, no qual são registrados as características técnicas e físicas do bem e outras informações relevantes para controle efetivo. Os veículos das Unidades somente podem ser conduzidos por servidores com habilitação vigente e correspondente à categoria do veículo, mediante prévia autorização do titular da Unidade ou da chefia responsável pela guarda dos veículos.

10ª Região Fiscal

Não houve, no âmbito da 10ª Região Fiscal, em 2015, fatos que justificassem a adoção de medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário.

7.4 - DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 8.666/1993

Para cada exercício financeiro, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/MF), com base no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, define o limite – mensal e anual – de pagamento para as despesas discricionárias da UO 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esses limites são utilizados de forma centralizada – pela Unidade Gestora 170010 – e descentralizada, quando repassa para as Unidades Gestoras Regionais do Ministério da Fazenda e da RFB. Dentro desse limite, a RFB realiza os pagamentos aos fornecedores de bens e serviços na ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Assim, de acordo com declarações obtidas de cada Unidade Gestora Regional, não houve desconformidade às disposições estabelecidas pelo artigo 5º, da Lei 8666/93, quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

7.5 - INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

a) Medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

Com o objetivo de realizar o início dos trabalhos de revisões contratuais ensejadas pela Lei nº 12.546/2011, constitui-se equipe de servidores em dezembro de 2014 para análise e seleção dos contratos a serem desonerados no âmbito das Unidades Centrais da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB, UG 170010). A formação da equipe foi motivada pela complexidade do tema e, principalmente, pelo fato de, em regra, os contratos mais complexos e de maior valor do órgão serem firmados pela unidade central. As contratações de TI integram a maioria de tais contratos.

Assim, durante o exercício de 2015 a equipe centrou esforços nos contratos mais vultosos e aqueles com planilha de custos disponíveis. Também foi levado em consideração aqueles contratos que ainda estejam em vigor ou que o serviço fora contratado novamente com as mesmas empresas com o objetivo de selecionar os créditos mais prováveis de serem resarcidos.

De posse do resultado das análises, ainda em 2015 e adentrando ao exercício corrente, passou-se à etapa de intimação das empresas cujos contratos revisados ensejam ressarcimento de valores à Administração Pública, inclusive considerando os efeitos retroativos desde a do início da vigência da lei. Vale destacar que a todas as empresas está sendo garantido o exercício do contraditório. Consta na alínea c do item em análise a relação de empresas intimadas e a intimar, bem como a previsão de recuperação de valores.

Em paralelo, as Regiões Fiscais da RFB conduziram seus próprios procedimentos de revisão contratual, os quais, da mesma forma, podem ter os resultados e expectativas de ressarcimento aferidos nas alíneas b e c deste item. Há unidades que de 2013 a 2015 obtiveram êxito em finalizar todas as revisões necessárias, bem como unidades as quais ainda trabalham na conclusão do procedimento.

b) obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012.

Quadro 179: Detalhamento dos contratos encerrados afetados pela desoneração da folha de pagamentos e a situação dos procedimentos de revisão.

CONTRATOS ENCERRADOS							
Região Fiscal	UG	Unidade	Contrato	CNPJ	Objeto (resumido)	Vigência	Valor a recuperar/recuperado
RF04	170059	DRF/Recife	02/2013	07.989.558/0001-90	Reforma da ARF/Limoeiro	11/03/2013 a 10/06/2015	R\$ 18.405,12
DRJ	170307	DRJ/RPO	05/2010	08.014.891/0001-47	Manutenção predial	01/12/2010 a 31/07/2012	R\$ 16.904,32 – Cobrança suspensa
RF08	170385	DEFIS/SP	03/2010	64.655.251/0001-97	Manutenção predial	03/02/2010 a 02/05/2015	Revisão suspensa
RF09	170157	DRF/Cascavel	06/2014	07718194/0001-04	Manutenção predial	14/08/2014 a 13/08/2015	Nova licitação com proposta desonerada
RF04	170058	SRRF04	01/2014	70.216.130/0001-41	Reforma do Terminal de Cargas do Aeroporto	10/01/2014 a 25/01/2015	-R\$ 1.664,27
	170058	SRRF04	08/2012	10.836.094/0001-97	Reforma Depósito de Mercadorias Apreendidas	26/10/2012 a 09/02/2015	Valores em apuração
UC	170010	Copol	19/2012	03.143.181/0001-01	Desenvolvimento e Manutenção	31/7/2012 a 30/7/2014	R\$ 890,89 – Empresa intimada a ressarcir
			22/2012	03.143.181/0001-01	Desenvolvimento e Manutenção	29/10/2012 a 28/10/2014	R\$ 617,27 – Empresa intimada a ressarcir
			23/2012	03.143.181/0001-01	Desenvolvimento e Manutenção	19/11/2012 a 18/8/2014	R\$ 293,87 – Empresa intimada a ressarcir
			42/2013	03.143.181/0001-01	Desenvolvimento e Manutenção	27/5/2013 a 26/5/2014	R\$ 7.142,32 – Empresa intimada a ressarcir
			65/2011	07.989.360/0001-07	Call Center	25/11/2011 a 24/5/2013	R\$ 205.723,43 - Empresa intimada a ressarcir
			87/2013	07.533.840/0001-69	Manutenção Predial	20/11/2013 a 19/11/2014	Valores em apuração
			30/2009	03.557.312/0001-99	Transporte Rodoviário	10/12/2009 a 8/12/2014	Valores em apuração
			1/2011	33.683.111/0001-07	Manutenção e desenvolvimento de Software	2/5/2011 a 31/10/2012	Valores em apuração
			60/2011	02.163.575/0001-50	Serviços de Auditoria	2/9/2011 a 1/9/2014	Valores em apuração
			11/2012	02.593.165/0001-40	Serviços Assinatura	10/5/2012 a 9/5/2013	Valores em apuração

CONTRATOS ENCERRADOS							
Região Fiscal	UG	Unidade	Contrato	CNPJ	Objeto (resumido)	Vigência	Valor a recuperar/recuperado
UC	170010	Copol	18/2012	06.135.938/0002-86	Licenças	8/8/2012 a 7/8/2013	Valores em apuração
			31/2011	78.931.474/0001-44	Equip., Software, Serv. e Treinamento (TI)	30/12/2010 a 26/12/2013	Valores em apuração
			66/2011	58.652.678/0001-39	Equipamentos e Solução	27/12/2011 a 26/12/2012	Valores em apuração
			29/2011	01.134.191/0001-47	Otimizador de rede – WAN	30/12/2010 a 29/12/2011	Valores em apuração
			72/2011	01.134.191/0001-47	Otimizador de rede – WAN	22/12/2011 a 21/12/2012	Valores em apuração
			05/2012	01.134.191/0001-47	Otimizador de rede – WAN	15/3/2012 a 26/3/2013	Valores em apuração
			43/2011	33.683.111/0001-07	Serviços estratégicos de TI	2/5/2011 a 31/10/2012	Valores em apuração

c) detalhamento dos contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.

Quadro 180: Detalhamento de todos os contratos impactados pela desoneração da folha de pagamentos e a situação dos procedimentos de revisão.

CONTRATOS VIGENTES							
Região Fiscal	UG	Unidade	Contrato	CNPJ	Objeto (resumido)	Vigência	Valor a recuperar/recuperado
RF04	170059	DRF/Recife	16/2014	07.989.558/0001-90	Reforma da ARF/Paulista	15/12/2014 a 13/08/2016	Valores em apuração
			06/2014	03.539.154/0001-44	Reforma do Layout	22/04/2014 a 21/04/2017	Valores em apuração
RF05	170078	SRRF05	08/2012	02.948.998/0001-86	Manutenção Predial	01/10/12 a 30/09/17	R\$ 70.653,78
	170226	ALF/Porto de Salvador	01/2014	13.235.732/0001-02	Reforma de edifício	28/01/14 a 10/12/15 *	Valores em apuração para desconto na última fatura
RF08	170134	DRF/Araçatuba	08/2012	10.589.392/0001-94	Reforma de edifício	21/12/2012 a 30/04/2016	Revisão suspensa
			01/2014	07.718.194/0001-04	Manutenção Predial	05/02/2014 a 04/09/2016	Revisão suspensa
	170313	DEINF/SP	04/2011	62.082.821/0001-71	Manutenção ar-condicionado	01/09/11 a 30/08/2016	R\$ 4.313,59
			03/2011	68.287.143/0001-60	Manutenção predial	08/08/2011 a 07/08/2016	R\$ 5.631,98
RF09	170161	DRF/Maringá	02/2013	04.098.267/0001-14	Manutenção predial	15/04/2013 a 14/04/2016	R\$ 37.835,04
	170160	DRF/Ponta Grossa	02/2011	00.192.707/0001-47	Manutenção predial	19/04/2011 a 18/04/2016	R\$ 4.618,06
UC	170010	Copol/Sucor	41/2011	07.171.299/0001-96	Serviços de Suporte	21/2/2011 a 20/2/2016	R\$ 1.118.439,56 - Empresa intimada a ressarcir
			12/2012	02.319.334/0001-04	Manutenção e desenv. de Software	6/6/2012 a 5/6/2016	625.366,11 - Empresa intimada a ressarcir

Obs.: * Embora o contrato da ALF-Porto de Salvador tenha vigência indicada até 12/2015, o recebimento definitivo da obra não foi realizado.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

ANEXOS

ANEXO 1

Quadro 181: Relação dos 59 Projetos Estratégicos Institucionais da RFB e sua descrição

Projeto	Descrição
Aperfeiçoamento do Sistema Tributário	Elaborar propostas de medidas para o aperfeiçoamento do Sistema Tributário, as quais serão apresentadas com os respectivos estudos econômico-tributários, fiscais e jurídicos.
Aperfeiçoamento do Sítio da RFB na Internet	Reformular o sítio da RFB na Internet de forma a atender as diretrizes do Governo Federal que tratam de e-Gov e potencializar a sua utilização como ferramenta de divulgação institucional.
CCPar – Consolidação e Cobrança de Parcelamentos	Propiciar a consolidação e a cobrança para as modalidades de parcelamentos que ainda não tenham sido efetuadas, sanear as pendências dos parcelamentos já consolidados e em cobrança, e readequar os recursos de pessoal e TI para atendimento da crescente demanda nessa área.
CCPar 01 – Parcelamentos Fazendários	Construir novas funcionalidades nos atuais sistemas de parcelamentos não-previdenciários e construir sistema de negociação, consolidação, cobrança, revisão e controle de inadimplência dos parcelamentos instituídos pela Lei nº 12.865/2013, art. 39, caput, art. 39, § 1º e art. 40.
CCPar 02 – Parcelamentos Previdenciários	Construir sistema de negociação, consolidação, cobrança, revisão e controle de inadimplência dos parcelamentos previdenciários não consolidados.
CCPar 03 – Parcelamento e Pagamento da Lei 11.194/09	Implantar sistemática para viabilizar o pagamento à vista, a opção e o controle dos parcelamentos de débitos, perante a PGFN e a RFB, bem como o aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de que tratam os artigos de 1º à 13 da Lei nº 11.941/09.
CCPar 04 – Parcelamento de Débitos do Simples Nacional	Construir sistema de negociação, consolidação, cobrança, revisão e controle de inadimplência do parcelamento de débitos do Simples Nacional.
CCPar 05 – Parcelamento e Pagamento da Lei 11.941/09 – Reaberturas	Implantar sistemática para viabilizar o pagamento à vista, a opção e o controle dos parcelamentos de débitos, perante a PGFN e a RFB, bem como o aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL, de que trata o artigo 17 da Lei nº 12.865/13.
Construção e Reforma – Edifícios DF, SP e RJ	<p>Este projeto trata dos prédios do MF localizados nos três principais municípios do País, e com valor de obra/reforma mais relevantes sob o ponto de vista orçamentário. Fazem parte do escopo deste projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília que abrigará RFB (UC, SRRF01, DRF, ALF e DRJ), PGFN e PRFN, CARF, COAF e CONFAZ. - Obras de recuperação completa e modernização dos Edifícios Sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro – RJ e em São Paulo – SP, incluindo os custos para deslocamento de parte dos servidores durante o período das obras. - Obras de construção de novos edifícios e ampliação de área de edifícios do MF nas capitais do RJ e SP. - Realização de estudos e viabilização de financiamento de novas obras por meio de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), como alternativa no caso de que não haja recursos orçamentários disponíveis para execução da totalidade das obras previstas.
ContÁgil	Promover o desenvolvimento continuado do Sistema ContÁgil, garantindo à RFB uma ferramenta institucional de Auditoria Digital.
Criação de instrumentos de divulgação das informações dos julgamentos dos recursos fiscais	Implementar medidas para divulgação de informações consolidadas relativas aos julgamentos dos recursos administrativos fiscais em primeira e segunda instâncias.

Projeto	Descrição
e-Defesa	Implantar sistemática que permita o tratamento integrado de requerimentos apresentados pelos contribuintes (SRL, impugnações e manifestações de inconformidade) contra atos emitidos eletronicamente, de forma a conferir maior agilidade a sua análise, à informação de seu resultado, bem como permitir a retroalimentação dos sistemas corporativos.
e-Processo	Implantar o processo administrativo fiscal integralmente digital, com uso da tecnologia GED e WORKFLOW, em todo o fluxo do crédito tributário, envolvendo RFB, CARF e PGFN.
Garantia do Crédito Tributário	Aperfeiçoar normas, procedimentos e sistemas visando a garantia do crédito tributário.
Gestão de Recursos	O Projeto Gestão de Recursos visa o alinhamento da proposta orçamentária da RFB gerando informações gerenciais para a obtenção dos créditos necessários para o atingimento dos objetivos estratégicos e a devida otimização dos recursos disponíveis. É composto de quatro subprojetos, sendo dois voltados para a fase de Planejamento (Alinhamento estratégico e Melhoria das informações para construção da proposta orçamentária anual), um para a Execução (Definição de critérios e forma de acompanhamento da execução das despesas) e o último, ligado à fase de Controle (Criação de relatórios de análise do Orçamento <i>vis-a-vis</i> a Estratégia).
Implantar a Política de Gestão de Riscos na RFB	O objetivo principal deste projeto é possibilitar a implementação da Política de Gestão de Riscos da RFB em todas as áreas da Instituição, nos prazos estipulados pela Portaria RFB nº 2.027, de 2012, considerando todas as ações necessárias a esse mister.
Implantar o Sistema @tos	Implantar sistema informatizado que agilize, ordene, controle, sistematize a elaboração de minutas de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) dentro da Receita Federal do Brasil e a revisão de minuta de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) provenientes de outros órgãos do poder executivo.
Integração de Cadastros – Novo CNPJ	Implantar um novo cadastro de Pessoa Jurídica que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com as demais administrações públicas.
Intercâmbio Internacional de Informações Financeiras para Evitar a Evasão Fiscal (FATCA)	<p>Este projeto tem por objetivo implementar a obrigação acessória e a disponibilização de dados financeiros que resulta da assinatura do Acordo Intergovernamental para Cumprimento da Legislação de Conformidade Tributária em Contas Bancárias de cidadãos norte-americanos ("FATCA - <i>Foreign Account Tax Compliance Act</i>", em inglês). Tal acordo complementa aquele firmado anteriormente com o governo norte-americano em 2007, de cooperação na área de intercâmbio de informações tributárias ("TIEA - <i>Tax Information Exchange Agreement</i>", em inglês), e incorporado à legislação local por meio do Decreto nº 8003, promulgado em 15 de maio de 2013. A execução do projeto far-se-á por meio de dois módulos, de implementação sequencial: o primeiro módulo contempla a disponibilização das informações dos cidadãos norte-americanos para a administração tributária daquele país e, na sequência, a obtenção de informações do governo norte-americano, relativas a investimentos de contribuintes brasileiros nos Estados Unidos. A implantação do projeto nesta forma sequencial obedece à cronologia que resulta de sua origem: o FATCA foi instituído para cumprir uma legislação tributária norte-americana visando reduzir a evasão fiscal por parte de seus cidadãos, e prevê, entre os incentivos à sua adoção global, o partilhamento de informações com outras administrações tributárias, inclusive a brasileira. Assim, no contexto do mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil, para o período de 2012 a 2015, o projeto está vinculado aos seguintes objetivos estratégicos da Instituição:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias; - Elevar a percepção de risco e a presença fiscal; e - Aumentar a percepção de equidade em sua atuação.

Projeto	Descrição
M-RFB	Acessar o site da RFB de todos os dispositivos móveis (celulares e tablets) a partir de um aplicativo próprio, com conteúdo idêntico ao do sítio principal. Este aplicativo deve levar em consideração que as necessidades e interesses do usuário de Internet móvel são diferentes daqueles que estão em casa ou no trabalho. Este público geralmente precisa consultar rapidamente uma informação, sem precisar navegar por longos menus nem esperar muito para que a página carregue. Se as páginas apresentarem muitos elementos gráficos, como imagens ou animações, ou precisar de muitos níveis de navegação, pode-se irritar e frustrar o usuário, não apenas pelo longo tempo de resposta, mas também pelo alto custo que a conexão pode gerar.
Melhoria na Governança de TI	Construir um sistema (e/ou integrar sistemas ou módulos de sistemas já existentes) de apoio à gestão da TI na RFB, e, caso necessário, estruturar ou otimizar processos de trabalho associados à Governança de TI.
Modernização do Atendimento Presencial	Desenvolver um conjunto de modelos, ferramentas gerenciais e aplicativos para que a prestação dos serviços solicitados pelo contribuinte seja mais rápida, simples e transparente.
OEA – Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado	Desenvolver, especificar e implantar um Programa Brasileiro de OEA em consonância com as diretrizes da OMA e as necessidades de segurança e controle aduaneiro do Brasil, com base na execução de Projetos-Piloto.
Padrões Nacionais de Despesas	Definição de parâmetros para quantificação de serviços terceirizados a serem contratados.
PCE – Programa Portal Único do Comércio Exterior	Desenvolver uma plataforma denominada Portal Único de Comércio Exterior, que suporte um fluxo único de documentos e informações, com visão compartilhada para todos os intervenientes do comércio exterior no Brasil, públicos e privados, integrando os sistemas de controle aduaneiro, fiscal e administrativo já existentes e atendendo às necessidades dos diversos órgãos, inclusive mantendo a possibilidade de atendimento de necessidades futuras.
PCE 01 – Plataforma de Fluxo Único	Desenvolver e implantar um portal web dinâmico, que permita ao usuário, a partir de um local único, acessar os atuais e futuros sistemas relacionados ao comércio exterior (sistemas de controle aduaneiro, fiscal e administrativo); ter uma visão global de suas operações no comércio exterior; e que permita aos órgãos públicos intervenientes publicarem conteúdos de forma simples, ágil e sem a necessidade de intervenção de equipes de tecnologia da informação. O projeto tem como objetivo, ainda, a definição do modelo visual padrão (leiaute) do portal web que servirá de subsídio para os demais projetos de desenvolvimento de sistemas do programa. O leiaute padrão define características comuns a todos os sistemas, como identidade visual e padrões de navegação. Os projetos que tenham como entrega sistemas a serem exibidos dentro do Portal deverão seguir os modelos de leiaute e navegabilidade definidos por este projeto.
PCE 02 – Anexação Eletrônica de Documentos e Imagens Digitais	Desenvolver e implantar um sistema que permita a recepção, compartilhamento, consulta e armazenamento de documentos, sons e imagens, relativos às operações de comércio exterior, pelos intervenientes e diversos órgãos de governo envolvidos no controle das importações e exportações.
PCE 03 – Novo Processo de Exportação	Aperfeiçoar o processo atual de exportação a fim de criar um fluxo único e contínuo que conte com as informações geradas pelos diversos intervenientes, integrando os documentos eletrônicos -- Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Registro de Exportação (RE), etc. -- e o tratamento administrativo, eliminando a multiplicidade de digitação de dados da operação, por meio do Portal Único de Comércio Exterior que fará a interface entre os diversos intervenientes.

Projeto	Descrição
PCE 04 – Cadastro de Intervenientes	<p>Criar um canal único de gestão do cadastro de intervenientes para utilização compartilhada ou, quando isso não for possível, disponibilizar a base para replicação nos sistemas dos outros órgãos de acordo com o layout especificado para suas necessidades, além de criar um cadastro de operadores estrangeiros. Tais bases cadastrais proporcionarão gestão, compartilhamento, consulta e armazenamento das informações dos intervenientes e de seus relacionamentos, relativos às operações de comércio exterior.</p> <p>Considera-se interveniente, para os fins deste projeto, o importador, o exportador, o beneficiário de regime aduaneiro ou de procedimento simplificado, o despachante aduaneiro e seus ajudantes, o transportador, o agente de carga, o operador de transporte multimodal, o operador portuário, o depositário, o administrador de recinto alfandegado, o perito, o assistente técnico e os órgãos públicos, suas autarquias e fundações que tenham relação, direta ou indireta, com a operação de comércio exterior, assim como seus agentes.</p> <p>Considera-se operador estrangeiro, para fins deste projeto, o fabricante, fornecedor ou adquirente de produtos ou serviços localizado no exterior.</p>
PCE 05 – Catálogo de Produtos	Implantar um Catálogo de Produtos, ferramenta disponível aos intervenientes do comércio exterior e que seja um repositório de informações detalhadas e de classificação fiscal sobre mercadorias a serem transacionadas no comércio exterior brasileiro.
PCE 06 – Novo Processo de Importação	Promover a reengenharia dos processos de importação e propor novo modelo de sistema informatizado para geri-los de modo a integrar as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, mediante fluxo único, computadorizado, de informações, conforme determina o Decreto nº 660, de 1992, integrando os controles administrativos, aduaneiros, fiscais e logísticos.
PCE 07 – Harmonização de Dados	Este projeto visa tratar o principal insumo do Portal Único de Comércio Exterior que é a informação. Objetiva criar um conjunto simplificado e padronizado de dados que será utilizado por todos os intervenientes de comércio exterior. A harmonização de todos os dados de comércio exterior é uma tarefa fundamental para eliminar a redundância de informação que é requerida nos diversos sistemas e formulários de comércio exterior. O objetivo da padronização dos dados é permitir que as informações prestadas no comércio exterior possam ser compartilhadas com os demais países seguindo padrões internacionais da Organização Mundial da Adunas – OMA (Data Model) e da Organizações das Nações Unidas – ONU (UNTDED - United Nation Trade Data Element Directory).
PGE – Programas Grandes Eventos	Adequar e preparar os processos da RFB para atendimento da demanda decorrente de grandes eventos nos portos, aeroportos e fronteiras terrestres, compatibilizando as atribuições de segurança e controle aduaneiros com a agilidade e eficiência esperadas pela sociedade.
PGE 01 – Modelo de Controle e Fiscalização de Bagagem Acompanhada	<p>Definir o modelo de controle de bagagem acompanhada para os modais aéreo, marítimo e terrestre, compreendendo a organização administrativa, a infraestrutura, a gestão de recursos humanos, as formas e técnicas de seleção e fiscalização e as ferramentas de gestão de processos, de modo alinhado com a missão, a visão e as estratégias institucionais.</p> <p>O modelo de controle de bagagem abrange a definição de processos de trabalho, desde os eventos prévios à chegada do viajante até os eventos posteriores à conferência de bagagem, considerando o porte das unidades e as especificidades do modal logístico.</p> <p>Por modelo de controle compreende-se aqui, essencialmente, a definição dos valores e objetivos da atividade, suas formas e técnicas de execução e de gestão, ou, simplesmente, modelo constitui os meios escolhidos e a forma de empregá-los para se atingir objetivos definidos, e de medir e avaliar resultados.</p>

Projeto	Descrição
PGE 02 - e-DBV - Declaração Eletrônica de Bens de Viajante	Estabelecimento de procedimentos informatizados para agilizar a fiscalização aduaneira, elevar o controle aduaneiro e reduzir o tempo de permanência dos viajantes no recinto aduaneiro de verificação de bagagens acompanhadas. Instituição da Declaração Eletrônica de Bagagem Acompanhada – e-DBA.
PIN - Projeto de Integração Nacional - Redesim	Conceber, desenvolver e implantar uma solução de integração de processos e procedimentos relacionados à legalização de empresas e negócios, entre a RFB e os demais intervenientes no processo de simplificação e melhoria do ambiente de negócios do País.
Plano de Engenharia	Alocar créditos orçamentários para realização de obras e serviços de engenharia executados em todas unidades da RFB e melhorar o Processo Gerir Patrimônio e Obras.
PMF - Programa de Desenvolvimento e Modernização das Fronteiras Brasileiras	Dotar as unidades de fronteira da Receita Federal de instalações físicas padronizadas e adequadas a fim de garantir a segurança dos servidores, a agilidade e qualidade do atendimento de viajantes e veículos e do comércio internacional de mercadorias e a preservação da imagem da Receita Federal.
PTA 02 - Lacres Eletrônicos	Elaborar as especificações técnicas de um sistema de lacre eletrônico envolvendo o hardware (lacre em si), o software embarcado neste, os dados a monitorar, a forma de transmissão dos dados coletados, a periodicidade dessa transmissão, o sistema de recepção dessa transmissão, o armazenamento dos dados monitorados e, finalmente, o sistema de exibição e controle dos lacres, em tempo real.
PUC - Programa de Unificação de Créditos	Unificar o tratamento do Crédito Previdenciário (contribuição da empresa, contribuição do trabalhador e contribuições para terceiros) ao tratamento dado aos demais créditos, desde a constituição do crédito tributário por meio da declaração (eSocial e DCTF-Web) ou lançamento de ofício, cadastro, pagamento, cobrança, compensação, obras de construção civil e regularidade fiscal (Certidões).
PUC 01 - eSocial	Criar a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e Informações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, com padronização das rubricas da folha de pagamento, de leiaute, de registro de empregados, vinculada a geração dos créditos tributários de contribuições previdenciárias para constituição e cobrança de tais créditos, substituindo gradualmente as obrigações acessórias atuais existentes no âmbito dos órgãos participantes.
PUC 02 - DCTF-Web	Implementar a Declaração de Créditos e Débitos de Tributos Federais (DCTF-Web) para os débitos previdenciários, vinculada a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e Informações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, com padronização das rubricas da folha de pagamento, de leiaute, de registro de empregados, substituindo gradualmente as obrigações acessórias atuais existentes no âmbito dos órgãos participantes.
PUC 03 - Projeto Global da Construção Civil - PGCC	O objetivo do projeto é implantar um Portal de Obras na Intranet, composto por sistemas de cálculo por aferição de obras e serviços que estão vinculados à base da EFD Social, DCTF Previdenciárias, SIEF-Fiscel, SIEF-Processos, SisobraGer, etc, e que controle a emissão de intimações e autuações para o responsável pela obra. Esse Portal de Obras está vinculado à base do cadastro com dados oriundos das informações de alvarás e habite-se de obras transmitidas pelos órgãos públicos ou mesmo pela inscrição via CNO-WEB. Assim, também ocorrerá a adequação dos créditos previdenciários decorrentes de obras de construção civil via DCTF Previdenciária de Aferição ao SIEF Fiscel ou de Notificações de Lançamento ao SIEF Cobrança. Haverá também sistema de cálculo por aferição de obras na Internet, similar ao constante no Portal, à disposição do contribuinte. O propósito abrange ainda o aperfeiçoamento do sistema SisobraPref, este implantado nas Prefeituras Municipais e Administrações Regionais do DF.

Projeto	Descrição
PUC 05 - Ajustes nos Cadastros da Receita Federal	Reorganizar os cadastros de modo a permitir a correta classificação do sujeito passivo de acordo com sua personalidade jurídica e disponibilizar todos os cadastros administrados pela RFB no âmbito do Serpro.
PUC 06 - Adaptação do Ambiente de Pagamentos ao Crédito Previdenciário	Adaptar o Ambiente de Pagamentos da Receita Federal (APRF) para permitir a utilização do Darf para pagamento de contribuições previdenciárias, garantindo o atendimento das necessidades dos sistemas de controle do crédito tributário, classificação, contabilização e destinação do produto da arrecadação.
PUC 07 - Adaptação do Sief-Fiscal ao CT Previdenciário	Realizar as adaptações necessárias no Sief-Fiscal, de forma a permitir que o crédito previdenciário oriundo da Nova Declaração de Informações à Receita Federal do Brasil e à Previdência Social possa ser carregado e controlado naquele sistema.
PUC 09 - Adaptação dos Sistemas de Restituição e Compensação para o CP	Implantar sistemática que permita o tratamento integral dos pedidos de restituição e reembolso de Contribuições Previdenciárias e estabelecimento de controle de compensações, integrado ao Programa para a unificação do Crédito Previdenciário e Crédito Tributário no Sief.
PUC 11 - Unificação das Certidões Conjunta e Específica	Unificar as certidões conjunta e específica da RFB/PGFN e adequar o sistema de certidão conjunta para emissão da certidão de obra.
Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais	Desenvolver o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais, banco de dados de gestão do território nacional em uma concepção multifinalitária, que se constituirá no inventário oficial e sistemático do território nacional, com tecnologia de sistemas de informações geográficas, integrando as informações jurídicas de imóveis, constantes dos registros eletrônicos provenientes dos serviços de registros públicos, com as informações físicas, cadastrais, fiscais e fundiárias relativas a imóveis urbanos e rurais.
SCC - Pagamento Automático	Implantar sistemática para pagamento automático de restituição, resarcimento e reembolso, incluindo verificação fiscal e efetivação de compensação de ofício quando necessário. Ressalta-se que as operações de verificação fiscal e compensação de ofício deverão considerar também as contribuições previdenciárias. Importante enfatizar que a sistemática implantada deverá atender às necessidades de pagamento de quaisquer sistemas utilizados na RFB para tratamento de pedidos de restituição, resarcimento ou reembolso, a exemplo do SCC, Sief-Processos, Simples Nacional, Peres.
SCC - Reintegra	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes do Reintegra.
SCC – Créditos de PIS/COFINS	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes da não-cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.
SIC - Sistemas Integrados do Crédito Público	Implantar um conjunto de sistemas que auxilie o controle, a cobrança e o acompanhamento, por parte da RFB, PGFN e PGF, dos créditos tributários não inscritos e da Dívida Ativa da União e das Autarquias e Fundações Públicas Federais, no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, com transparéncia e homogeneidade, favorecendo a legitimidade do processo e integração das organizações. Esse conjunto de sistemas permitirá também o tratamento dos efeitos de decisões judiciais e administrativas de créditos públicos no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, garantindo a integração com os sistemas de acompanhamento judicial utilizado pelas Procuradorias.
SIPET – Suporte Informatizado para Estudos Tributários	Prover a RFB de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB.

Projeto	Descrição
SISAM - Sistema de Seleção Aduaneira por Aprendizado de Máquina	Implantar um sistema que aprimore a seleção de DI para verificação no despacho aduaneiro de importação, por meio do uso do aprendizado de máquina.
Siscomex Carga	O objeto deste projeto é a evolução do Sistema Siscomex Carga, sistema de controle de cargas da RFB, para contemplar todos os modais de transporte (aéreo, terrestre e aquaviário) e integrá-lo com os demais sistemas aduaneiros: Siscomex Importação e Exportação, Trânsito Aduaneiro, Radar e o futuro SISAM.
Siscomex Exportação Web	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Exportação, modernizando a sua plataforma tecnológica e aperfeiçoando sua integração com outros sistemas, tanto internos como externos à RFB.
Siscomex Importação Web	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Importação em uma plataforma Web com acesso via Certificação digital, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, simplificar e aperfeiçoar seus procedimentos e promover maior integração com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
Solução de Litígios Tributários Administrativos de Baixa Complexidade	Reducir litígios tributários administrativos de baixa complexidade mediante a sua prevenção e otimização da atividade de julgamento no contencioso administrativo.

Fonte: Copav

ANEXO 2

Quadro 182: Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão			Valor do maior limite individual concedido	
			Conta	Tipo B	Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	170018	SRRF01	-	-	24	114.000,00	6.000,00
	170019	DRF/BSB	-	-	03	11.473,67	6.000,00
	170020	ALF/BSB	-	-	03	2.975,58	3.000,00
	170109	DRF/CGE	-	-	13	75.000,00	8.500,00
	170111	IRF/PPA	-	-	07	18.066,72	8.000,00
	170192	DRF/CUI	-	-	19	28.560,00	4.871,78
	170198	DRF/GOI	-	-	45	38.240,00	3.000,00
	170247	IRF/MNO	-	-	02	9.400,00	5.000,00
	170271	DRF/PAL	-	-	01	2.000,00	2.000,00
	170388	DRF/DOU	-	-	03	6.723,85	3.000,00
	170516	DRF/ANA	-	-	03	5.400,00	2.300,00
	170201	DRF Porto Velho	-	-	02	2.547,00	1.620,00
	170213	DRF Boa Vista	-	-	01	3.730,42	4.000,00
	170217	SRRF 02	-	-	02	1.828,57	2.000,00
	170218	DRF Belém	-	-	09	3.347,40	2.148,12
	170219	DRF Santarém	-	-	08	14.960,00	2.000,00
	170520	Alf. RFB Aero Belém	-	-	01	716,96	3.000,00
	170028	DRF/São Luís	-	-	04	9.000,00	29.000,00
	170030	DRF/Imperatriz	-	-	05	23.148,71	6.000,00
	170035	DRF/Teresina	-	-	13	9.635,90	8.227,00
	170040	SRRF03	-	-	05	9.000,00	2.000,00
	170041	DRF/Fortaleza	-	-	03	1.150,00	500,00
	170042	DRF/Juazeiro do Norte	-	-	16	11.636,81	42.000,00
	170108	ALF/Porto de Fortaleza	-	-	00	0,00	0,00
	170225	ALF/Porto de São Luís	-	-	01	600,00	6.000,00
	170330	DRF/Sobral	-	-	03	4.000,00	40.000,00
	170337	DRF/Floriano	-	-	02	6.651,53	3.651,56
	170387	ALF/Aerop.Int.Pinto Martins	-	-	00	0,00	0,00
	170532	ALF/Porto de Pecém	-	-	00	0,00	0,00
	170340	ALF/REC	-	-	03	4.500,00	2.000,00
	170341	ALF/SPE	-	-	01	4.000,00	4.000,00
	170061	IRF/REC	-	-	03	12.000,00	3.000,00
	170059	DRF/REC	-	-	03	23.000,00	8.000,00
	170066	DRF/MAC	-	-	10	8.995,10	1.500,00
	170338	DRF/CGD	-	-	01	11.190,00	4.000,00
	170060	DRF/CRU	-	-	07	8.650,00	2.500,00
	170047	DRF/NAT	-	-	10	16.167,00	2.500,00
	170052	DRF/JPA	-	-	00	0,00	0,00
	170058	SRRF04	-	-	03	9.000,00	3.000,00
	170072	DRF/AJU	-	-	06	9.704,00	3.000,00
	170078	SRRF05	-	-	04	13.951,00	4.000,00
	170079	DRF/SDR	-	-	00	0,00	0,00
	170080	DRF/FSA	-	-	16	9.311,02	1.000,00
	170081	DRF/VCA	-	-	07	11.800,00	3.200,00
	170226	ALF/SDR	-	-	02	14.906,80	8.000,00

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão			Valor do maior limite individual concedido	
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	170326	DRF/LFS	-	-	05	18.300,00	4.600,00
	170327	DRF/ITA	-	-	26	16.845,00	1.400,00
	170382	ALF/SSA	-	-	03	4.737,06	2.000,00
	170102	ALF-VIT	-	-	05	8.368,34	4.900,00
	170103	DRF VIT	-	-	04	6.900,00	1.900,00
	170116	SRRF07	-	-	01	4.000,00	4.000,00
	170118	ALF/RJO	-	-	01	4.000,00	8.000,00
	170119	DRF/VRA	-	-	03	21.836,75	8.000,00
	170120	DRF/CGZ	-	-	03	16.674,36	6.000,00
	170121	DRF/NIT	-	-	01	2.000,00	2.000,00
	170122	DRF/NIU	-	-	05	7.948,85	5.000,00
	170125	ALF/GIG	-	-	02	1.500,00	1.000,00
	170258	IRF/RJO	-	-	01	2.000,00	2.000,00
	170386	DRF/MCE	-	-	00	0,00	0,00
	170133	SRRF08	-	-	04	24.000,00	6.000,00
	170134	DRF/ATA	-	-	04	6.125,00	2.000,00
	170135	DRF/BAU	-	-	03	13.458,90	5.000,00
	170136	DRF/CPS	-	-	00	0,00	0,00
	170137	DRF/PPE	-	-	03	11.000,00	6.000,00
	170138	DRF/RPO	-	-	03	12.000,00	4.000,00
	170139	DRF/SJR	-	-	03	15.000,00	6.000,00
	170141	DRF/STS	-	-	00	0,00	0,00
	170142	DRF/SOR	-	-	05	3.127,41	1.000,00
	170143	DRF/TAU	-	-	02	8.000,00	4.000,00
	170144	DRF/GUA	-	-	01	3.000,00	3.000,00
	170145	DRF/LIM	-	-	00	0,00	0,00
	170146	DRF/OSA	-	-	00	0,00	0,00
	170147	DRF/SAE	-	-	05	19.249,80	4.000,00
	170148	ALF/VCP	-	-	00	0,00	0,00
	170150	ALF/GRU	-	-	00	0,00	0,00
	170168	ALF/STS	-	-	00	0,00	0,00
	170259	DELEX/SPO	-	-	02	8.000,00	4.000,00
	170261	DRF/SBC	-	-	03	11.800,00	4.000,00
	170262	DRF/SJC	-	-	03	6.373,86	4.000,00
	170287	DRF/MRA	-	-	04	7.000,00	2.000,00
	170312	DERAT/SPO	-	-	05	34.000,00	8.000,00
	170313	DEINF/SPO	-	-	05	23.722,08	7.916,84
	170318	DRF/JUN	-	-	00	0,00	0,00
	170320	DEMAC/SPO	-	-	02	8.000,00	4.000,00
	170321	DRF/PCA	-	-	00	0,00	0,00
	170322	DRF/AQA	-	-	01	8.000,00	8.000,00
	170323	DRF/FCA	-	-	01	8.000,00	4.000,00
	170385	DEFIS/SPO	-	-	04	17.840,12	5.112,04
	170533	ALF/SPO	-	-	03	9.000,00	3.000,00
	170535	DERPF/SPO	-	-	03	9.584,61	4.000,00
	170551	DRF/BRE	-	-	03	14.900,00	5.000,00
	170156	SRRF09	-	-	12	34.239,30	6.000,00
	170157	DRF/CVL	-	-	03	9.000,00	3.000,00
	170158	DRF/CTA	-	-	05	14.500,00	4.000,00

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	170159	DRF/LON	-	-	04	8.000,00	2.000,00
	170160	DRF/PTG	-	-	06	7.500,00	1.500,00
	170161	DRF/MGA	-	-	04	13.300,00	3.500,00
	170163	ALF/PGA	-	-	03	11.800,00	4.000,00
	170169	DRF/FLO	-	-	05	12.000,00	4.000,00
	170170	DRF/JOA	-	-	06	7.250,00	2.000,00
	170171	DRF JOI	-	-	07	11.000,00	2.000,00
	170342	IRF/FNS	-	-	03	9.540,00	4.000,00
	170343	IRF/CTA	-	-	03	10.500,00	4.000,00
	170177	SRRF10	-	-	12	26.400,00	4.000,00
	170184	DRF/NHO	-	-	06	7.701,20	1.500,00
	170180	DRF/Pelotas	-	-	06	20.299,58	8.000,00
	170181	DRF/POA	-	-	03	7.000,00	3.000,00
	170183	DRF/STM	-	-	03	6.760,30	2.500,00
	170186	DRF/URA	-	-	03	12.000,00	4.000,00
	170187	IRF/SLV	-	-	03	5.000,00	2.000,00
	170290	DRJ/CGE	-	-	02	8.000,00	800,00
	170294	DRJ RECIFE	-	-	00	0,00	0,00
	170295	DRJ SALVADOR	-	-	03	7.000,00	3.000,00
	170299	DRJ/SPO	-	-	03	9.000,00	3.000,00
	170304	DRJ/FNS/SC	-	-	03	11.500,00	5.000,00
2014	170010	RFB	13	209.325,81	06	40.000,00	8.000,00
	170279	COGER	-	-	01	8.000,00	2.500,00
	170018	SRRF01	-	-	29	134.700,00	6.000,00
	170019	DRF/BSB	-	-	07	23.000,00	5.000,00
	170020	ALF/BSB	-	-	03	4.101,76	4.000,00
	170109	DRF/CGE	-	-	13	85.500,00	10.000,00
	170111	IRF/PPA	-	-	03	9.265,25	8.000,00
	170192	DRF/CUI	-	-	18	24.402,60	3.500,00
	170198	DRF/GOI	-	-	42	42.160,00	4.000,00
	170247	IRF/MNO	-	-	03	10.900,00	5.000,00
	170271	DRF/PAL	-	-	02	3.000,00	8.000,00
	170388	DRF/DOU	-	-	04	8.300,00	3.000,00
	170516	DRF/ANA	-	-	02	1.522,40	4.000,00
	170024	DRF Macapá	-	-	06	6.396,78	5.000,00
	170201	DRF Porto Velho	-	-	06	11.098,75	1.500,00
	170213	DRF Boa Vista	-	-	02	4.685,13	3.000,00
	170217	SRRF 02	-	-	05	6.979,02	3.000,00
	170218	DRF Belém	-	-	10	16.494,00	3.000,00
	170219	DRF Santarém	-	-	08	15.639,04	3.000,00
	170028	DRF/São Luís	-	-	07	9.000,00	1.500,00
	170030	DRF/Imperatriz	-	-	04	16.434,51	6.285,51
	170035	DRF/Teresina	-	-	10	6.874,00	1.000,00
	170040	SRRF03	-	-	06	9.200,00	2.000,00
	170041	DRF/Fortaleza	-	-	10	5.700,00	800,00
	170042	DRF/Juazeiro do Norte	-	-	09	14.230,64	5.230,64
	170108	ALF/Porto de Fortaleza	-	-	00	0,00	0,00
	170225	ALF/Porto de São Luís	-	-	02	465,45	465,45
	170330	DRF/Sobral	-	-	01	2.000,00	50.000,00

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão			Valor do maior limite individual concedido	
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	170337	DRF/Floriano	-	-	03	8.790,00	3.000,00
	170387	ALF/Aerop.Internac.Pinto Martins	-	-	03	2.440,00	1.000,00
	170532	ALF/Porto de Pecém	-	-	00	0,00	0,00
	170340	ALF/REC	-	-	02	6.000,00	4.000,00
	170341	ALF/SPE	-	-	00	0,00	0,00
	170061	IRF/REC	-	-	04	11.080,00	4.000,00
	170059	DRF/REC	-	-	08	31.000,00	8.000,00
	170066	DRF/MAC	-	-	09	8.717,10	1.500,00
	170338	DRF/CGD	-	-	01	5.800,17	1.797,00
	170060	DRF/CRU	-	-	07	6.000,00	1.300,00
	170047	DRF/NAT	-	-	11	17.268,82	3.000,00
	170052	DRF/JPA	-	-	04	7.124,56	2.250,15
	170058	SRRF04	-	-	03	8.000,00	4.000,00
	170072	DRF/AJU	-	-	04	7.655,00	4.000,00
	170078	SRRF05	-	-	06	31.166,63	7.000,00
	170079	DRF/SDR	-	-	00	0,00	0,00
	170080	DRF/FSA	-	-	18	12.514,29	1.500,00
	170081	DRF/VCA	-	-	12	24.700,00	5.000,00
	170226	ALF/SDR	-	-	03	19.829,55	8.000,00
	170326	DRF/LFS	-	-	04	18.700,00	5.000,00
	170327	DRF/ITA	-	-	27	33.442,03	2.700,00
	170382	ALF/SSA	-	-	02	7.000,00	5.500,00
	170102	ALF-VIT	-	-	07	19.317,57	5.900,00
	170103	DRF VIT	-	-	07	12.600,00	1.800,00
	170116	SRRF07	-	-	02	16.000,00	8.000,00
	170118	ALF/RJO	-	-	01	5.000,00	8.000,00
	170119	DRF/VRA	-	-	03	9.870,32	4.000,00
	170120	DRF/CGZ	-	-	03	11.000,00	4.000,00
	170121	DRF/NIT	-	-	05	24.000,00	6.000,00
	170122	DRF/NIU	-	-	05	10.528,85	5.000,00
	170125	ALF/GIG	-	-	01	2.000,00	2.000,00
	170258	IRF/RJO	-	-	00	0,00	0,00
	170386	DRF/MCE	-	-	01	4.000,00	4.000,00
	170133	SRRF08	-	-	04	20.300,00	6.000,00
	170134	DRF/ATA	-	-	05	10.000,00	2.000,00
	170135	DRF/BAU	-	-	05	17.217,12	5.000,00
	170136	DRF/CPS	-	-	00	0,00	0,00
	170137	DRF/PPE	-	-	04	18.862,46	6.000,00
	170138	DRF/RPO	-	-	02	6.500,00	4.000,00
	170139	DRF/SJR	-	-	03	14.000,00	6.000,00
	170141	DRF/STS	-	-	00	0,00	0,00
	170142	DRF/SOR	-	-	04	3.970,00	2.000,00
	170143	DRF/TAU	-	-	03	11.290,60	4.000,00
	170144	DRF/GUA	-	-	02	6.000,00	3.000,00
	170145	DRF/LIM	-	-	00	0,00	0,00
	170146	DRF/OSA	-	-	01	2.000,00	2.000,00
	170147	DRF/SAE	-	-	06	47.401,70	8.000,00
	170148	ALF/VCP	-	-	00	0,00	0,00

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	170150	ALF/GRU	-	-	03	10.000,00	3.500,00
	170168	ALF/STS	-	-	00	0,00	0,00
	170259	DELEX/SPO	-	-	00	0,00	0,00
	170261	DRF/SBC	-	-	03	12.000,00	4.000,00
	170262	DRF/SJC	-	-	08	13.000,00	2.500,00
	170287	DRF/MRA	-	-	03	6.000,00	2.000,00
	170312	DERAT/SPO	-	-	04	27.500,00	8.000,00
	170313	DEINF/SPO	-	-	05	14.000,00	4.000,00
	170318	DRF/JUN	-	-	00	0,00	0,00
	170320	DEMAC/SPO	-	-	02	8.000,00	4.000,00
	170321	DRF/PCA	-	-	00	0,00	0,00
	170322	DRF/AQA	-	-	02	16.000,00	8.000,00
	170323	DRF/FCA	-	-	02	15.209,40	8.000,00
	170385	DEFIS/SPO	-	-	03	30.489,54	12.000,00
	170533	ALF/SPO	-	-	03	9.000,00	3.000,00
	170535	DERPF/SPO	-	-	01	8.000,00	8.000,00
	170551	DRF/BRE	-	-	03	15.000,00	5.000,00
	170156	SRRF09	-	-	15	28.448,05	3.000,00
	170157	DRF/CVL	-	-	04	8.800,00	8.800,00
	170158	DRF/CTA	-	-	09	28.000,00	4.000,00
	170159	DRF/LON	-	-	04	8.000,00	2.000,00
	170160	DRF/PTG	-	-	06	11.830,00	2.000,00
	170161	DRF/MGA	-	-	04	11.949,10	3.500,00
	170163	ALF/PGA	-	-	04	6.815,63	4.000,00
	170169	DRF/FLO	-	-	05	17.000,00	3.000,00
	170170	DRF/JOA	-	-	03	5.800,00	2.000,00
	170171	DRF JOI	-	-	09	13.600,00	2.000,00
	170342	IRF/FNS	-	-	03	5.371,60	3.000,00
	170343	IRF/CTA	-	-	05	9.831,66	4.000,00
	170177	SRRF10	-	-	09	15.065,00	4.000,00
	170184	DRF/NHO	-	-	06	7.000,00	1.500,00
	170180	DRF/Pelotas	-	-	07	24.000,00	8.000,00
	170181	DRF/POA	-	-	05	7.750,00	2.000,00
	170183	DRF/STM	-	-	06	9.300,00	2.500,00
	170186	DRF/URA	-	-	03	10.500,00	4.000,00
	170187	IRF/SLV	-	-	05	7.500,00	1.500,00
	170290	DRJ/CGE	-	-	02	8.000,00	800,00
	170294	DRJ RECIFE	-	-	03	3.000,00	2.000,00
	170295	DRJ SALVADOR	-	-	04	8.103,52	3.000,00
	170299	DRJ/SPO	-	-	03	6.600,00	3.000,00
	170304	DRJ/FNS	-	-	03	6.000,00	2.500,00
	170010	RFB - BRASÍLIA	13	321.262,29	04	28.800,00	8.000,00
2013	170010	RFB - BRASÍLIA	12	204.262,76	04	29.000,00	8.000,00

ANEXO 3

Quadro 183: Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	170018	SRRF01	-	-	00	0,00	23.400,69	23.400,69
	170019	DRF/BSB	-	-	00	0,00	4.630,21	4.630,21
	170020	ALF/BSB	-	-	00	0,00	2.975,58	2.975,58
	170109	DRF/CGE	-	-	24	7.045,56	34.302,82	41.348,38
	170111	IRF/PPA	-	-	07	2.184,00	5.372,44	7.556,44
	170192	DRF/CUI	-	-	28	8.843,86	11.816,50	20.660,36
	170198	DRF/GOI	-	-	06	782,00	15.741,76	16.523,76
	170247	IRF/MNO	-	-	01	75,00	754,39	829,39
	170271	DRF/PAL	-	-	01	780,00	404,80	1.184,80
	170388	DRF/DOU	-	-	01	95,00	1.634,00	1.729,00
	170516	DRF/ANA	-	-	03	575,00	1.532,01	2.107,01
	170201	DRF Porto Velho	-	-	01	380,00	2.167,00	2.547,00
	170213	DRF Boa Vista	-	-	00	0,00	3.730,42	3.730,42
	170217	SRRF 02	-	-	00	0,00	1.828,57	1.828,57
	170218	DRF Belém	-	-	00	0,00	3.347,40	3.347,40
	170219	DRF Santarém	-	-	22	8.250,00	6.710,00	14.960,00
	170520	Alf. RFB Aero Belém	-	-	00	0,00	716,96	716,96
	170028	DRF/São Luís	-	-	00	0,00	6.921,34	6.921,34
	170030	DRF/Imperatriz	-	-	00	0,00	19.755,33	19.755,33
	170035	DRF/Teresina	-	-	03	870,00	7.816,40	8.686,40
	170040	SRRF03	-	-	01	500,00	2.477,20	2.977,20
	170041	DRF/Fortaleza	-	-	00	0,00	981,68	981,68
	170042	DRF/Juazeiro do Norte	-	-	00	0,00	9.667,47	9.667,47
	170108	ALF/Porto de Fortaleza	-	-	00	0,00	-	-
	170225	ALF/Porto de São Luís	-	-	00	0,00	600,00	600,00
	170330	DRF/Sobral	-	-	00	0,00	4.000,00	4.000,00
	170337	DRF/Floriano	-	-	13	2.650,00	2.817,49	5.467,49
	170387	ALF/Aerop.Internac.Pinto Martins	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170532	ALF/Porto de Pecém	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170340	ALF/REC	-	-	00	0,00	2.334,43	2.334,43
	170341	ALF/SPE	-	-	00	0,00	176,93	176,93
	170061	IRF/REC	-	-	00	0,00	9.750,00	9.750,00
	170059	DRF/REC	-	-	00	0,00	22.157,45	22.157,45
	170066	DRF/MAC	-	-	00	0,00	6.316,00	6.316,00
	170338	DRF/CGD	-	-	00	0,00	5.576,30	5.576,30
	170060	DRF/CRU	-	-	02	480,00	4.356,21	4.836,21
	170047	DRF/NAT	-	-	00	0,00	14.459,95	14.459,95
	170052	DRF/JPA	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170058	SRRF04	-	-	00	0,00	1.170,76	1.170,76
	170072	DRF/AJU	-	-	00	0,00	5.788,72	5.788,72
	170078	SRRF05	-	-	00	0,00	12.403,01	12.403,01
	170079	DRF/SDR	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170080	DRF/FSA	-	-	03	113,30	9.197,72	9.311,02
	170081	DRF/VCA	-	-	00	0,00	10.711,71	10.711,71
	170226	ALF/SDR	-	-	00	0,00	2.891,11	2.891,11
	170326	DRF/LFS	-	-	05	1.400,00	5.681,96	7.081,96
	170327	DRF/ITA	-	-	08	1.105,00	10.409,51	11.514,51

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	170382	ALF/SSA	-	-	03	90,00	2.107,82	2.197,82
	170102	ALF-VIT	-	-	06	993,90	7.374,44	8.368,34
	170103	DRF-VIT	-	-	02	75,00	3.123,13	3.198,13
	170116	SRRF07	-	-	00	0,00	460,50	460,50
	170118	ALF/RJO	-	-	00	0,00	692,75	692,75
	170119	DRF/VRA	-	-	00	0,00	5.754,32	5.754,32
	170120	DRF/CGZ	-	-	00	0,00	4.638,15	4.638,15
	170121	DRF/NIT	-	-	00	0,00	1.320,50	1.320,50
	170122	DRF/NIU	-	-	00	0,00	7.948,85	7.948,85
	170125	ALF/GIG	-	-	00	0,00	187,80	187,80
	170258	IRF/RJO	-	-	00	0,00	607,80	607,80
	170386	DRF/MCE	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170133	SRRF08	-	-	01	129,60	4.938,45	5.068,05
	170134	DRF/ATA	-	-	00	0,00	813,13	813,13
	170135	DRF/BAU	-	-	00	0,00	4.100,57	4.100,57
	170136	DRF/CPS	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170137	DRF/PPE	-	-	00	0,00	5.879,22	5.879,22
	170138	DRF/RPO	-	-	00	0,00	1.586,40	1.586,40
	170139	DRF/SJR	-	-	03	518,94	2.813,88	3.332,82
	170141	DRF/STS	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170142	DRF/SOR	-	-	00	0,00	2.311,67	2.311,67
	170143	DRF/TAU	-	-	00	0,00	3.672,60	3.672,60
	170144	DRF/GUA	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170145	DRF/LIM	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170146	DRF/OSA	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170147	DRF/SAE	-	-	00	0,00	843,30	843,30
	170148	ALF/VCP	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170150	ALF/GRU	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170168	ALF/STS	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170259	DELEX/SPO	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170261	DRF/SBC	-	-	00	0,00	2.761,10	2.761,10
	170262	DRF/SJC	-	-	00	0,00	1.114,82	1.114,82
	170287	DRF/MRA	-	-	09	550,00	1.789,70	2.339,70
	170312	DERAT/SPO	-	-	00	0,00	12.201,22	12.201,22
	170313	DEINF/SPO	-	-	00	0,00	194,76	194,76
	170318	DRF/JUN	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170320	DEMAC/SPO	-	-	00	0,00	1.971,17	1.971,17
	170321	DRF/PCA	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170322	DRF/AQA	-	-	00	0,00	1.331,10	1.331,10
	170323	DRF/FCA	-	-	00	0,00	1.724,77	1.724,77
	170385	DEFIS/SPO	-	-	01	40,00	2.060,96	2.100,96
	170533	ALF/SPO	-	-	00	0,00	5.108,30	5.108,30
	170535	DERPF/SPO	-	-	00	0,00	4.092,55	4.092,55
	170551	DRF/BRE	-	-	00	0,00	717,40	717,40
	170156	SRRF09	-	-	28	9.471,00	11.766,09	21.237,09
	170157	DRF/CVL	-	-	03	580,00	8.066,29	8.646,29
	170158	DRF/CTA	-	-	03	535,00	3.517,14	4.052,14
	170159	DRF/LON	-	-	06	1.464,00	4.479,46	5.943,46
	170160	DRF/PTG	-	-	04	930,00	2.258,35	3.188,35

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	170161	DRF/MGA	-	-	00	0,00	9.874,84	9.874,84
	170163	ALF/PGA	-	-	00	0,00	3.279,83	3.279,83
	170169	DRF/FLO	-	-	02	770,00	1.489,83	2.259,83
	170170	DRF/JOA	-	-	00	0,00	2.015,03	2.015,03
	170171	DRF/JOI	-	-	02	90,00	10.313,11	10.403,11
	170342	IRF/FNS	-	-	08	1.444,00	2.421,51	3.865,51
	170343	IRF/CTA	-	-	03	670,00	4.976,27	5.646,27
	170177	SRRF10	-	-	05	2.370,00	12.878,51	15.248,51
	170184	DRF/NHO	-	-	00	0,00	2.835,70	2.835,70
	170180	DRF/Pelotas	-	-	07	2.111,08	2.483,07	4.594,15
	170181	DRF/POA	-	-	01	115,00	2.121,09	2.236,09
	170183	DRF/STM	-	-	00	0,00	2.926,65	2.926,65
	170186	DRF/URA	-	-	03	0,00	4.888,52	4.888,52
	170187	IRF/SLV	-	-	00	0,00	1.507,50	1.507,50
	170290	DRJ/CGE/MS	-	-	00	0,00	5.260,83	5.260,83
	170294	DRJ RECIFE	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170295	DRJ SALVADOR	-	-	03	0,00	4.282,31	4.282,31
	170299	DRJ/SPO	-	-	00	0,00	805,50	805,50
	170304	DRJ/FNS/SC	-	-	03	0,00	3.703,13	3.703,13
	170010	RFB BRASÍLIA	13	133.899,33	06	3.200,95	8.013,42	11.214,37
	170279	COGER	-	-	01	269,40	0,00	269,40
2014	170018	SRRF01	-	-	01	300	32.307,32	32.607,32
	170019	DRF/BSB	-	-	00	0,00	9.456,97	9.456,97
	170020	ALF/BSB	-	-	00	0,00	4.101,76	4.101,76
	170109	DRF/CGE	-	-	26	11.696,00	29.407,24	41.103,24
	170111	IRF/PPA	-	-	02	1.160,00	8.105,25	9.265,25
	170192	DRF/CUI	-	-	18	4.819,50	10.796,40	15.615,90
	170198	DRF/GOI	-	-	07	682,00	14.141,73	14.823,73
	170247	IRF/MNO	-	-	06	645,00	2.441,46	3.086,46
	170271	DRF/PAL	-	-	04	430,00	2.203,26	2.633,26
	170388	DRF/DOU	-	-	02	735,00	2.770,17	3.505,17
	170516	DRF/ANA	-	-	02	95,00	1.427,40	1.522,40
	170024	DRF Macapá	-	-	17	3.620,00	2.776,78	6.396,78
	170201	DRF Porto Velho	-	-	16	3.983,03	7.115,72	11.098,75
	170213	DRF Boa Vista	-	-	00	0,00	4.685,13	4.685,13
	170217	SRRF 02	-	-	00	0,00	6.979,02	6.979,02
	170218	DRF Belém	-	-	00	0,00	16.494,00	16.494,00
	170219	DRF Santarém	-	-	28	9.760,00	5.879,04	15.639,04
	170028	DRF/São Luís	-	-	00	0,00	8.695,33	8.695,33
	170030	DRF/Imperatriz	-	-	00	0,00	11.623,80	11.623,80
	170035	DRF/Teresina	-	-	00	0,00	4.995,62	4.995,62
	170040	SRRF03	-	-	02	620,00	2.994,29	3.614,29
	170041	DRF/Fortaleza	-	-	00	0,00	2.251,17	2.251,17
	170042	DRF/Juazeiro do Norte	-	-	00	0,00	7.880,38	7.880,38
	170108	ALF/Porto de Fortaleza	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170225	ALF/Porto de São Luís	-	-	00	0,00	465,45	465,45
	170330	DRF/Sobral	-	-	00	0,00	1.863,29	1.863,29
	170337	DRF/Floriano	-	-	13	2.250,00	5.316,74	7.566,74
	170387	ALF/Aerop.Internac.Pinto Martins	-	-	00	0,00	1.046,00	1.046,00
	170532	ALF/Porto de Pecém	-	-	00	0,00	0,00	0,00

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	170340	ALF/REC	-	-	00	0,00	4.892,75	4.892,75
	170341	ALF/SPE	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170061	IRF/REC	-	-	00	0,00	11.079,83	11.079,83
	170059	DRF/REC	-	-	00	0,00	30.109,38	30.109,38
	170066	DRF/MAC	-	-	00	0,00	6.127,56	6.127,56
	170338	DRF/CGD	-	-	00	0,00	3.519,98	3.519,98
	170060	DRF/CRU	-	-	02	160,00	2.966,01	3.126,01
	170047	DRF/NAT	-	-	00	0,00	14.400,54	14.400,54
	170052	DRF/JPA	-	-	04	920,00	4.218,96	5.138,96
	170058	SRRF04	-	-	00	0,00	3.683,17	3.683,17
	170072	DRF/AJU	-	-	01	120,00	3.486,90	3.606,90
	170078	SRRF05	-	-	00	0,00	19.122,86	19.122,86
	170079	DRF/SDR	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170080	DRF/FSA	-	-	06	347,00	12.167,29	12.514,29
	170081	DRF/VCA	-	-	04	1.250,00	16.859,28	18.109,28
	170226	ALF/SDR	-	-	00	0,00	3.993,95	3.993,95
	170326	DRF/LFS	-	-	03	980,00	7.608,85	8.588,85
	170327	DRF/ITA	-	-	15	2.282,00	18.544,60	20.826,60
	170382	ALF/SSA	-	-	01	30,00	1.842,77	1.872,77
	170102	ALF/VIT	-	-	07	1.178,47	18.139,10	19.317,57
	170103	DRF/VIT	-	-	00	0,00	3.076,55	3.076,55
	170116	SRRF07	-	-	00	0,00	2.738,08	2.738,08
	170118	ALF/RJO	-	-	00	0,00	3.718,72	3.718,72
	170119	DRF/VRA	-	-	00	0,00	5.130,11	5.130,11
	170120	DRF/CGZ	-	-	00	0,00	4.020,80	4.020,80
	170121	DRF/NIT	-	-	00	0,00	4.290,38	4.290,38
	170122	DRF/NIU	-	-	00	0,00	10.528,85	10.528,85
	170125	ALF/GIG	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170258	IRF/RJO	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170386	DRF/MCE	-	-	00	0,00	414,00	414,00
	170133	SRRF08	-	-	00	0,00	3.945,15	3.945,15
	170134	DRF/ATA	-	-	00	0,00	2.153,40	2.153,40
	170135	DRF/BAU	-	-	03	344,49	7.818,19	8.162,68
	170136	DRF/CPS	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170137	DRF/PPE	-	-	00	0,00	6.352,02	6.352,02
	170138	DRF/RPO	-	-	00	0,00	275,61	275,61
	170139	DRF/SJR	-	-	01	141,66	3.520,56	3.662,22
	170141	DRF/STS	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170142	DRF/SOR	-	-	00	0,00	2.150,80	2.150,80
	170143	DRF/TAU	-	-	00	0,00	2.650,22	2.650,22
	170144	DRF/GUA	-	-	00	0,00	967,53	967,53
	170145	DRF/LIM	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170146	DRF/OSA	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170147	DRF/SAE	-	-	00	0,00	972,00	972,00
	170148	ALF/VCP	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170150	ALF/GRU	-	-	01	26,30	2.196,12	2.222,42
	170168	ALF/STS	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170259	DELEX/SPO	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170261	DRF/SBC	-	-	00	0,00	4.398,48	4.398,48
	170262	DRF/SJC	-	-	00	0,00	6.612,32	6.612,32
	170287	DRF/MRA	-	-	05	298,00	640,35	938,35

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	170312	DERAT/SPO	-	-	00	0,00	7.830,56	7.830,56
	170313	DEINF/SPO	-	-	00	0,00	805,10	805,10
	170318	DRF/JUN	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170320	DEMAC/SPO	-	-	00	0,00	3.622,01	3.622,01
	170321	DRF/PCA	-	-	00	0,00	0,00	0,00
	170322	DRF/AQA	-	-	00	0,00	1.144,41	1.144,41
	170323	DRF/FCA	-	-	00	0,00	2.083,61	2.083,61
	170385	DEFIS/SPO	-	-	03	365,00	4.331,63	4.696,63
	170533	ALF/SPO	-	-	00	0,00	6.692,08	6.692,08
	170535	DERPF/SPO	-	-	00	0,00	792,00	792,00
	170551	DRF/BRE	-	-	00	0,00	1.061,76	1.061,76
	170156	SRRF09	-	-	03	3.970,00	16.176,86	20.146,86
	170157	DRF/CVL	-	-	04	758,00	7.402,79	8.160,79
	170158	DRF/CTA	-	-	28	6.415,00	16.826,37	23.241,37
	170159	DRF/LON	-	-	01	230,00	6.920,41	7.150,41
	170160	DRF/PTG	-	-	06	760,00	2.714,45	3.474,45
	170161	DRF/MGA	-	-	00	0,00	11.949,10	11.949,10
	170163	ALF/PGA	-	-	00	0,00	6.815,63	6.815,63
	170169	DRF/FLO	-	-	02	580,00	1.550,88	2.130,88
	170170	DRF/JOA	-	-	00	0,00	1.848,20	1.848,20
	170171	DRF/JOI	-	-	00	0,00	8.779,53	8.779,53
	170342	IRF/FNS	-	-	07	1.380,00	3.995,45	5.375,45
	170343	IRF/CTA	-	-	10	2.020,00	7.811,66	9.831,66
	170177	SRRF10	-	-	05	1.815,00	4.494,03	6.309,03
	170184	DRF/NHO	-	-	00	0,00	4.639,27	4.639,27
	170180	DRF/Pelotas	-	-	02	280,00	2.391,48	2.671,48
	170181	DRF/POA	-	-	02	250,00	2.029,10	2.279,10
	170183	DRF/STM	-	-	00	0,00	4.766,63	4.766,63
	170186	DRF/URA	-	-	02	0,00	1.206,44	1.206,44
	170187	IRF/SLV	-	-	00	0,00	1.353,40	1.353,40
	170290	DRJ/CGE/MS	-	-	00	0,00	2.031,35	2.031,35
	170294	DRJ RECIFE	-	-	00	0,00	2.121,09	2.121,09
	170295	DRJ SALVADOR	-	-	03	0,00	3.476,35	3.476,35
	170299	DRJ SPO	-	-	00	0,00	1.330,11	1.330,11
	170304	DRJ/FNS	-	-	03	0,00	2.973,28	2.973,28
	170010	RFB/BRASÍLIA	13	241.866,62	04	1.002,87	5.688,40	6.691,27
2013	170010	RFB/BRASÍLIA	15	142.766,88	04	7.610,00	6.664,28	14.274,28

ANEXO 4

Quadro 184: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170018	SRRF01	339030	01	18.860,20
			07	171,93
			16	135,10
			17	250,78
			21	71,00
			22	52,80
			26	836,31
			28	78,00
			39	2.345,57
			17	270,00
170019	DRF/BSB	339030	19	329,00
			16	102,90
			24	1.268,30
			25	590,30
			26	1.583,70
		339039	21	403,68
			17	326,33
			63	155,00
			70	200,00
			16	50,50
170020	ALF/BSB	339030	24	182,79
			25	98,00
			26	265,00
			28	321,59
			39	1.063,70
		339039	17	750,00
			19	244,00
			01	1.174,51
			04	346,00
			07	1.535,90
170109	DRF/CGE	339030	16	1.082,71
			17	774,00
			21	800,00
			22	998,87
			24	8.519,25
			25	1.757,79
			26	2.738,39
			28	774,47
			30	1.030,00
			39	280,00
		339039	01	299,00
			16	10.718,99
			17	3.250,00
			19	1.440,00
			20	1.945,00
			46	320,00
			58	150,00
			63	1.413,50

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170111	IRF/PPA	339030	01	36,00
			16	202,00
			17	350,00
			19	18,70
			21	118,30
			22	86,35
			24	1.093,36
			25	45,00
			26	1.194,79
			28	207,54
			30	24,00
			39	48,00
			42	286,50
			58	587,46
		339036	21	400,00
			22	499,00
		339039	16	200,00
			17	860,00
			19	475,00
			56	280,00
			63	544,00
170192	DRF/CUI	339030	01	1.375,80
			04	345,00
			07	3.075,80
			17	272,00
			20	28,20
			24	1.686,79
			25	1.699,27
			26	114,80
			12	204,20
		339036	22	128,70
			36	179,80
			16	1.420,58
		339039	17	1.100,00
			20	400,00
			22	1.041,30
			24	990,77
			63	90,25
			97	400,00
170198	DRF/GOI	339030	01	4.492,47
			04	421,38
			07	64,49
			11	11,19
			16	573,40
			21	282,01
			22	91,00
			24	2.825,26
			25	523,06
			26	3.589,50
			28	88,00
		339039	16	382,00
			17	900,00
			19	110,00
			47	80,00
			63	63,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170247	IRF/MNO	339030	26	72,39
			24	117,01
			25	128,91
			22	161,38
			21	50,99
			16	93,70
			04	60,00
			01	100,01
			339039	45,00
170271	DRF/PAL	339030	31	282,60
			16	832,20
			28	70,00
170388	DRF/DOU	339030	16	480,00
			17	52,25
			21	24,90
			29	100,00
		339039	05	621,85
			17	450,00
			339039	400,00
170516	DRF/ANA	339030	17	120,00
			63	138,00
			16	76,40
			17	377,10
			20	8,50
			21	47,94
			25	192,35
			24	231,02
			26	421,52
		339039	36	94,00
			16	200,00
			17	445,00
170201	DRF Porto Velho	339030	21	495,00
			24	210,00
			28	271,00
		339039	16	380,00
			17	380,00
			20	166,00
170213	DRF Boa Vista	339030	04	177,00
			07	455,20
			16	399,75
			17	360,00
			19	807,26
			21	666,70
			24	72,50
			26	522,01
			44	270,00
		339030	16	590,85
			22	208,72
			24	46,00
			25	480,00
			39	503,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170218	DRF Belém	339030	07	621,60
			17	86,90
			21	541,88
			22	224,70
			24	90,50
			26	64,32
			28	54,90
		3339039	16	710,00
			47	407,60
			99	545,00
170219	DRF Santarém	339030	04	220,00
			07	764,40
			16	2.301,04
			17	185,00
			19	299,60
			21	355,00
			24	757,96
		3339039	26	1.117,00
			16	3.500,00
			20	1.180,12
			69	329,88
			74	440,00
		339036	83	550,00
			12	1.060,00
			18	410,00
			22	1.190,00
			39	300,00
170520	Alf. Aer. de Belém	339030	16	129,00
			20	587,96
170028	DRF/SÃO LUÍS	339030	04	402,00
			16	434,16
			17	520,00
			24	298,81
			25	40,00
			26	1.560,50
			28	371,87
		339039	45	175,00
			16	745,00
			17	816,00
			57	1.475,00
			96	83,00
170030	DRF/IMPERATRIZ	3309030	01	305,00
			16	649,85
			17	83,00
			22	240,00
			24	3.659,06
			25	1.100,00
			26	4.066,10
		339039	28	202,33
			17	7.998,00
			63	800,00
			95	651,99

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170035	DRF/TERESINA	339030	24	3.850,40
			26	2.130,00
			29	296,00
		339039	16	1.000,00
			17	1.250,00
			19	160,00
			16	62,40
170040	SRRF03	339030	19	80,00
			24	129,40
			26	581,90
			28	276,00
			44	800,00
			50	94,90
		339039	46	300,00
			66	152,60
		339047	10	275,53
		339036	63	504,00
170041	DRF/FORTALEZA	339030	17	150,00
			25	542,78
			26	288,90
170042	DRF/JUAZEIRO DO NORTE	339030	03	145,97
			04	764,00
			07	500,00
			16	400,46
			17	515,93
			21	878,07
			22	364,60
			24	1.288,69
			25	721,10
			26	2.357,71
			28	82,94
			39	15,00
		339039	44	25,00
			16	400,00
			17	120,00
			20	450,00
			47	300,00
			83	300,00
170108	ALF/ P. FORTALEZA	339030	95	38,00
			00	0,00
		339039	00	0,00
170225	ALF/P. SÃO LUÍS	3309030	00	0,00
		3309039	17	600,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170330	DRF/SOBRAL	339030	16	634,98
			17	63,12
			21	106,41
			22	111,56
			24	1.506,00
			26	1.313,24
			28	66,69
			44	198,00
		339039	00	0,00
170337	DRF/FLORIANO	339030	04	160,00
			16	865,82
			21	252,58
			24	177,64
			26	1.991,45
			96	50,00
		339039	16	970,00
			17	1.000,00
170387	ALF/AER. PINTO MARTINS	339030	00	0,00
		339039	00	0,00
170532	ALF/P. PECÉM	339030	00	0,00
		339039	00	0,00
170340	ALF/REC	339030	16	244,75
			17	124,00
			04	320,00
			29	59,90
			26	147,64
			21	398,94
			28	323,50
			22	27,70
			24	69,00
		339039	19	219,00
			17	400,00
170341	ALF/SPE	339030	01	28,87
			16	12,00
			21	11,56
			28	70,00
			26	54,50
170061	IRF/REC	339039	63	1.500,00
		339030	04	371,00
			07	508,74
			16	589,60
			17	940,14
			21	743,88
			22	481,50
			24	1.195,85
			25	1.191,22
			26	1.641,58
			28	487,30
			42	99,19

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170059	DRF/REC	339030	16	1.836,79
			24	11.372,33
			25	426,50
			26	4.184,83
			28	387,90
			42	1.140,68
		339039	16	1.034,12
			17	260,00
			63	1.119,30
			83	395,00
170066	DRF/MAC	339030	04	150,00
			16	632,40
			24	1.146,20
			25	43,20
			26	541,00
			39	600,00
			42	15,00
			99	134,70
		339039	12	700,00
			16	700,00
			17	1.103,50
			19	550,00
170060	DRF/CRU	339030	16	576,40
			01	454,14
			17	109,99
			25	39,00
			39	276,00
			26	239,00
			22	415,00
			07	578,11
			24	77,20
			28	215,70
			04	108,00
			11	26,67
		339039	20	36,00
			16	480,00
			78	580,00
			63	95,00
			19	240,00
170338	DRF/CGD	339030	03	28,00
			04	593,00
			11	244,00
			16	1.049,00
			19	390,00
			21	265,60
			22	29,95
			24	1.532,75
			26	240,00
			28	514,00
		339039	05	570,00
			47	120,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170047	DRF/NAT	339030	01	1.324,29
			04	680,00
			06	142,00
			11	56,73
			16	979,49
			18	291,00
			21	143,30
			22	213,00
			24	3.630,43
			25	146,00
			26	2.064,42
			28	496,28
			39	367,00
			42	193,30
		339039	12	926,71
			16	702,00
			17	320,00
			19	320,00
			63	124,00
			78	50,00
			79	570,00
			99	720,00
170058	SRRF04	339030	16	206,76
			17	295,00
			26	249,00
		339039	17	420,00
170072	DRF/AJU	339030	16	328,00
			21	79,80
			22	136,23
			24	1.328,64
			25	326,05
			26	762,08
			28	130,00
		339039	16	2.360,00
			19	60,00
			20	50,00
			63	256,00
			83	75,60
170078	SRRF05	339030	01	3.938,20
			07	70,68
			16	876,90
			17	192,70
			21	70,72
			25	145,00
			26	39,90
			28	1.806,00
			39	634,00
		339039	17	119,90
			19	2.456,00
			35	14,39
			37	3,05

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170080	DRF/FSA	339030	01	4.695,00
			04	34,00
			16	358,03
			17	669,89
			24	1.929,17
			25	183,00
			26	366,00
			28	42,99
			29	177,00
			39	80,00
			42	41,94
			96	200,00
		339039	19	460,00
			63	74,00
170081	DRF/VCA	339030	01	362,76
			04	202,80
			14	96,00
			16	311,66
			19	638,25
			21	1.016,68
			22	289,78
			24	455,79
			25	633,00
			26	932,49
			28	589,63
			29	150,00
			39	371,00
		339039	16	790,00
			19	530,00
			20	145,00
			27	30,00
			63	62,00
170226	ALF/SDR	339030	16	483,40
			21	20,00
			24	265,95
			25	35,00
			26	1.032,50
			39	811,26
			19	210,00
170326	DRF/LFS	339030	16	1.839,66
			17	594,90
			21	759,11
			22	7,00
			24	331,00
			26	927,96
			28	367,35
			44	282,98
		339036	22	1.645,82
		339009	63	572,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170327	DRF/ITA	339030	01	369,10
			04	1.283,90
			07	2.735,00
			16	616,20
			17	429,90
			21	184,19
			22	101,25
			24	451,20
			25	70,00
			26	2.441,96
			28	134,18
			39	535,00
			42	38,27
			44	28,50
170382	ALF/SSA	339036	12	483,16
			22	353,93
			25	89,89
		339039	05	150,00
			16	100,00
			17	670,00
			19	340,00
			20	260,00
			59	150,00
			63	150,00
			74	30,00
			83	10,00
			04	47,00
170102	ALF/VIT	339030	07	159,04
			16	565,50
			21	79,60
			22	557,06
			25	14,40
			26	65,22
			339039	710,00
			01	200,00
170102	ALF/VIT	339030	12	720,00
			16	1.158,00
			18	89,00
			19	351,70
			21	136,30
			22	6,10
			23	1.260,00
			24	306,42
			25	220,00
			26	519,50
		339033	28	187,00
			29	27,00
			39	16,35
			42	73,65
			44	377,42
			08	183,90
170102	ALF/VIT	339039	16	540,00
			17	80,00
			19	935,00
			20	270,00
			83	711,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170103	DRF/VIT	339030	16	937,69
			19	48,60
			20	36,00
			22	103,57
			24	271,50
			25	83,69
			26	381,18
			27	79,00
			28	353,00
			29	181,40
			44	49,20
		339039	20	372,00
			83	424,20
170116	SRRF07	339030	16	30,60
			17	429,90
170118	ALF/RJO	339030	17	65,65
			21	268,00
		339039	59	359,10
170119	DRF/VRA	339030	01	36,00
			07	225,00
			16	645,00
			17	115,00
			21	902,05
			22	81,60
			24	542,02
			26	581,15
			28	41,50
			39	720,00
			50	975,00
		339039	16	160,00
			17	530,00
			19	200,00
170120	DRF/CGZ	339030	16	62,10
			17	904,29
			19	25,00
			21	310,28
			22	239,92
			24	629,26
			26	396,50
			28	212,16
		339039	39	720,00
			16	240,00
			17	180,00
			19	718,00
170121	DRF/NIT	339030	16	280,00
			17	155,80
			23	152,50
			24	15,80
			28	61,40
		339039	16	200,00
			59	90,00
			63	365,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170122	DRF/NIU	339030	01	251,50
			07	447,16
			15	90,00
			16	285,10
			17	204,96
			24	902,55
			25	1.050,30
			26	109,50
			39	1.916,36
			42	189,28
		339039	16	200,00
			17	600,00
			19	1.694,14
			20	8,00
170125	ALF/GIG	339030	16	17,80
			28	125,00
		339039	83	45,00
170258	IRF/RJO	339030	24	137,80
		339039	16	530,00
170133	SRRF08	339030	16	700,20
			20	3,98
			21	195,00
			22	21,05
			23	533,30
			24	2.365,11
			26	938,24
		339039	16	129,60
			63	181,57
170134	DRF/ATA	339030	16	161,40
			21	67,00
			22	13,00
			24	182,60
			26	157,63
			28	40,00
		339039	17	70,00
			20	35,00
			63	86,50
170135	DRF/BAU	339030	04	888,00
			16	591,46
			17	367,95
			19	78,60
			21	855,50
			26	50,00
		339039	29	65,00
			19	372,40
			20	831,66
170136	DRF/CPS	-	00	0,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170137	DRF/PPE	339030	07	275,90
			17	78,90
			20	200,95
			21	239,88
			24	1.220,34
			26	607,05
			42	239,00
			96	138,00
		339039	01	538,00
			16	611,00
			18	40,00
			19	1.202,00
			47	118,20
			63	370,00
170138	DRF/RPO	339030	16	78,80
			17	298,00
			21	19,75
			22	212,50
			25	48,00
			26	19,00
		339039	29	89,00
			16	56,00
			19	210,00
			20	90,00
			63	97,00
170139	DRF/SJR	339030	83	368,35
			16	979,50
			17	346,60
			26	540,78
		339039	28	355,00
			16	410,00
			17	540,00
			19	65,00
170141	DRF/STS	-	63	52,00
170142	DRF/SOR	339030	66	43,94
			00	0,00
			01	738,81
			16	110,00
			24	56,05
		339039	25	72,70
			26	914,11
			05	140,00
			17	280,00
			16	816,60
170143	DRF/TAU	339030	17	914,00
			25	630,00
			39	238,00
		339039	05	80,00
			17	195,00
			95	799,00
			00	0,00
170144	DRF/GUA	-	00	0,00
170145	DRF/LIM	-	00	0,00
170146	DRF/OSA	-	00	0,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170147	DRF/SAE	339030	16	602,10
			26	47,00
			44	31,20
		339039	63	163,00
170148	ALF/VCP	-	00	0,00
170150	ALF/GRU	-	00	0,00
170168	ALF/STS	-	00	0,00
170259	DELEX/SPO	-	00	0,00
170261	DRF/SBC	339030	16	1.062,84
			17	238,50
			19	120,70
			21	28,40
			24	211,60
			25	31,50
			26	453,50
			44	157,00
		339039	16	330,26
			20	9,80
			63	117,00
170262	DRF/SJC	339030	04	290,00
			16	191,95
			19	80,00
			21	40,50
			25	90,00
			26	34,12
			39	149,25
		339039	44	94,00
			16	115,00
			19	30,00
170287	DRF/MRA	339030	16	435,60
			17	560,40
			24	202,90
			26	249,80
			96	813,00
		339033	08	77,60
		339039	05	118,40
			19	215,00
			23	160,00
			93	320,00
			96	790,00
			16	1.573,10
			19	456,33
170312	DERAT/SPO	339030	20	149,50
			22	2.475,34
			24	2.493,89
			25	677,40
			26	1.742,70
			28	379,80
			31	33,00
			39	1.237,97
			42	103,79
			59	20,40
		339039	05	85,00
			19	495,00
			47	42,40
			63	235,60

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170313	DEINF/SPO	339030	21	111,60
			26	83,16
170318	DRF/JUN	-	-	0,00
170320	DEMAC/SPO	339030	07	47,84
			16	712,76
			17	371,25
			21	175,12
			22	160,08
			24	133,52
			26	198,10
		339039	17	50,00
			46	122,50
170321	DRF/PCA	-	-	0,00
170322	DRF/AQA	339030	24	172,80
		339039	17	1.158,30
170323	DRF/FCA	339030	07	796,67
			16	159,00
			26	34,00
		339039	19	735,00
			09	50,14
170385	DEFIS/SPO	339030	14	98,12
			16	670,00
			21	62,70
			26	1.066,00
			31	114,00
			63	40,00
			16	15,40
170533	ALF/SPO	339030	17	184,00
			19	609,00
			21	348,30
			25	481,50
			26	305,10
			28	167,80
			30	283,20
		339039	16	1.200,00
			17	340,00
			20	800,00
			63	374,00
170535	DERPF/SPO	339030	16	11,80
			22	1.443,86
			24	791,00
			25	20,50
			26	76,00
			29	631,99
			31	34,00
			45	85,00
			59	998,40
170551	DRF/BRE	339030	16	60,30
			19	548,10
			26	48,00
		339039	63	61,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170156	SRRF09	339030	06	785,00
			16	1.839,10
			17	1.872,65
			19	83,90
			21	53,00
			22	925,94
			23	470,00
			24	304,64
			25	207,00
			26	1.886,50
			28	462,60
			29	790,50
			30	910,20
			36	90,83
			39	145,00
			45	42,14
			16	2.514,00
			17	680,00
			19	1.040,00
170157	DRF Cascavel	339039	21	62,00
			62	500,00
			63	10,00
			78	1.420,00
			79	1.760,00
			80	150,00
			95	120,00
			16	406,16
			17	275,50
			21	170,00
			22	75,00
			24	3.671,69
			25	878,04
170158	DRF Curitiba	339030	26	464,13
			29	242,80
			30	165,00
			39	410,00
			12	300,00
			17	960,00
			19	27,00
			20	740,00
			63	138,97
			79	45,60
			04	780,00
			16	360,05
			17	230,00
170158	DRF Curitiba	339039	19	77,10
			22	315,50
			24	460,06
			25	35,80
			26	1.096,50
			44	100,00
			16	825,00
			17	70,00
			78	288,00
			95	470,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170159	DRF Londrina	339030	16	150,00
			24	2.431,64
			26	1.218,46
			29	199,90
		339039	05	180,00
			12	485,00
			16	170,00
			20	840,00
170160	DRF Ponta Grossa	339030	59	400,00
			63	720,00
			78	810,00
			83	100,00
			17	240,00
			21	52,97
			24	1.171,80
		339039	25	25,84
			26	85,40
			42	21,80
			99	229,20
			99	116,34
170161	DRF Maringá	339030	15	85,00
			19	380,00
			25	93,02
			66	14,87
			78	650,00
			01	99,85
			16	668,60
			21	69,20
			22	588,83
		339039	24	2.740,24
			25	2.080,47
			26	2.566,43
170163	Alf. Porto Paranaguá	339030	28	80,00
			29	138,00
			16	200,00
			17	300,00
			83	351,62
			17	99,37
		339039	20	25,00
			21	28,00
			24	1.107,78
			25	183,30
170169	DRF Florianópolis	339030	26	1.279,38
			16	7,00
			20	550,00
			16	59,90
			17	284,70
			21	109,80
		339039	23	733,00
			24	9,18
			25	83,25
			39	800,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170170	DRF Joaçaba	339030	16	7,00
			17	87,78
			21	44,85
			22	16,50
			24	1.555,93
			26	200,00
		339039	20	103,00
170171	DRF Joinville	339030	04	285,40
			16	698,88
			17	1.319,10
			19	1.419,38
			21	768,60
			22	131,00
			24	435,83
			25	438,00
		339039	26	1.725,10
			29	22,90
			16	450,00
			17	800,00
			47	24,60
			56	140,00
			59	130,00
170342	Inspetoria Florianópolis	339030	63	364,25
			95	200,00
			16	91,40
			17	632,61
			19	216,00
			21	669,92
			24	468,58
			25	13,20
		339039	26	58,40
			44	104,00
			16	300,00
			17	980,00
			19	
			63	110,00
			66	8,20
170343	Inspetoria Curitiba	339030	83	54,00
			03	28,70
			16	19,40
			17	349,60
			21	48,00
			22	21,50
			24	1.878,12
			25	131,08
		339039	26	2.122,49
			28	221,97
			42	161,41
			17	385,00
			19	100,00
			20	160,00
			65	19,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170177	SRRF10	339030	05	240,00
			11	103,00
			15	240,00
			17	965,00
			18	230,00
			24	2.505,82
			25	25,00
			26	2.993,02
			28	225,00
			29	358,20
			39	335,00
			42	550,47
			44	670,00
			05	150,00
170184	DRF/NHO	339039	16	436,00
			17	1.540,00
			19	800,00
			20	1.490,00
			48	240,00
			63	1.152,00
			17	131,00
		339030	21	131,20
			25	415,00
			39	500,00
			17	470,50
			19	420,00
			20	60,00
			46	62,00
			63	606,00
170180	DRF/PEL	339039	83	40,00
			95	165,00
			63	349,00
			74	960,00
			19	100,00
		339030	17	635,00
			17	314,80
			4	534,00
			19	268,80
			26	11,90
			39	242,79
			21	176,78
			44	185,00
			28	666,50

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total	
170181	DRF/POA	339030	09	43,64	
			16	133,30	
			19	32,00	
			21	182,50	
			25	300,63	
			28	321,02	
			39	60,00	
			44	270,00	
		339039	16	93,00	
			20	375,00	
			63	425,00	
170183	DRF/STM	339030	96	1.902,70	
		339039	96	1.023,95	
170186	DRF/URA	339030	15	850,00	
			16	130,50	
			17	684,68	
			19	33,00	
			22	158,00	
			26	545,84	
		339039	59	420,00	
			63	1.971,50	
			71	95,00	
170187	IRF/SLV	339030	16	358,50	
			26	183,00	
			29	20,00	
			39	501,00	
		339039	19	445,00	
170290	DRJ/CGE	339030	21	1.141,40	
			24	777,80	
			26	893,63	
		339039	16	1.298,00	
			17	1.150,00	
170295	DRJ/SDR	339030	16	4.282,31	
170299	DRJ/SPO	339030	16	158,00	
			21	242,19	
			22	56,31	
			26	349,00	
		3339030	01	16,43	
170304	DRJ/FNS		16	224,95	
			17	443,50	
			21	158,39	
			22	322,14	
			24	666,15	
			25	4,70	
			26	1.425,85	
			29	51,00	
			17	240,00	
			20	70,00	
	339039	47	80,02		

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170010	SRFB	339014	16	16165,45
			01	3991,94
			16	628,20
			21	893,26
			25	561,66
			26	821,10
			28	278,00
			29	269,60
			39	690,63
			89	19771,32
		339033	02	1744,37
			08	317,30
		339036	89	12592,26
		339039	17	200,00
			19	946,00
			25	30,00
			37	7,91
			59	375,50
			63	10,00
			89	83625,93
			10	1193,27
170279	COGER	339033	96	269,40

ANEXO 5

Quadro 185: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

1ª região fiscal

Unidade Contratante						
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA						
UG/Gestão: 170019/00001			CNPJ: 00.394.460/0160-64			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Limpeza	12.576.703/0001-41	01/01/14	31/12/15	Fundamental	E
2011	Vigilância	09.267.406/0001-00	01/01/12	31/12/15	Médio	E

Unidade Contratante						
Nome: ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA						
UG/Gestão: 170020						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Vigilância	03.602.646/00001-37	01/08/2015	31/07/2016	Médio	P

Unidade Contratante						
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE MS						
UG/Gestão: 170109/00001			CNPJ: 00.394.460/0066-97			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Limpeza e Conservação	09.016.469/0001-93	04/07/15	03/07/16	Fundamental	P
2015	Apoio Administrativo	09.016.469/0001-93	01/07/15	30/06/16	Fundamental	A
2012	Vigilância Armada	05.014.372/0004-33	01/11/13	31/10/14	Médio	E
2015	Vigilância Armada	08.112.812/0001-30	01/11/15	30/06/17	Médio	A

Unidade Contratante						
Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ.						
UG/Gestão: 170110			UG/Gestão: 170110			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Execução da obra de construção de sanitários no posto Esdras	16.963.323/0001-10	03/06/14	01/06/16	Fundamental e formação profissionalizante básica (Eletricista), e curso Técnico (Oficial de Manutenção Predial).	P
2012	Vigilância e Segurança Armada	00.332.087/0003-66	28/10/12	27/10/16	Fundamental e formação profissionalizante básica	P
2015	Limpeza	26.852.970/0001-09	06/04/15	05/12/16	Fundamental	A
2015	Apoio administrativo	07.200.004/0001-62	06/04/15	05/12/16	Fundamental incompleto (Copeira), Fundamental (Contínuo, Motorista, Carregador e Operador de Empilhadeira) e Médio (Recepcionista).	A

Unidade Contratante						
Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL EM PONTA PORÃ						
UG/Gestão: 170111			CNPJ: 00.394.460/0069-30			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Secretariado	07.562.469/0001-63	03/02/14	14/07/16	Médio	P
2013	Segurança	04.731.108/0001-05	10/11/15	10/11/16	Fundamental	P
2014	Motoristas	09484770/0001-21	31/03/14	31/03/16	Fundamental	A
2014	Carregadores	09484770/0001-21	31/03/14	31/03/16	Fundamental	A
2014	Operador de Empilhadeiras	09484770/0001-21	31/03/14	31/03/16	Fundamental	A
2014	Carregadores com Diárias	09484770/0001-21	31/03/14	31/03/16	Fundamental	A
2014	Copeiragem	09484770/0001-21	31/03/14	31/03/16	Fundamental	A
2015	Limpeza	02.401.411/0001-14	04/01/16	31/12/16	Fundamental	A
2014	Recepção	09484770/0001-21	31/03/14	31/03/16	Fundamental	A

Unidade Contratante						
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Cuiabá/MT						
UG/Gestão: 170192		CNPJ: 00.394.4600065-06				
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Vigilância	02.576.238/0003-57	01/12/10	19/10/15	Fundamental	E
2015	Vigilância	05.052.780/0001-37	20/10/15	19/10/16	Fundamental	E
2014	Limpeza	09.432.202/0001-87	01/09/14	31/08/16	Fundamental	A

Unidade Contratante						
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo/MS						
UG/Gestão: 170247		CNPJ: 00394460/0048-05				
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Vigilância armada	04.731.108/0001-05	01/01/14	31/12/15	Fundamental	E
2014	Limpeza e conservação	09.016.469/0001-93	01/09/14	31/08/15	Fundamental	E
2015	Limpeza e conservação	00482840/0001-38	01/12/15	30/11/16	Fundamental	A
2014	Serviços de apoio	09.484.770/0001-21	05/02/14	05/02/16	Fundamental/ensino médio para o cargo de recepcionista	P

Unidade Contratante						
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS TO						
UG/Gestão: 170271		CNPJ:				
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Vigilância	08.805.331/0001-00	01/09/2011	31/08/2016	Médio	A
2014	Limpeza	08.531.933/0001-17	01/09/2014	30/08/2019	Fundamental	A
2012	Motorista	26.645.879/0001-12	08/04/2012	08/04/2017	Médio	E
2013	Recepção	05.784.565/0001-20	03/06/2013	02/06/2018	Médio	A
2013	Carregador	02.563.740/0001-61	01/07/2013	30/06/2018	Médio	E
2013	Copeiragem	09.611.589/0001-91	05/08/2013	04/08/2018	Fundamental	A
2015	Carregador	10.427.965/0001-19	01/09/2015	30/04/2017	Médio	A
2015	Motorista	14.520.741/0001-08	01/12/2015	30/07/2017	Médio	A

Fonte: SIAFI SIASG
Os Contratos acima, encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelas Portaria do MPOG e o quantitativo contratado atende perfeitamente as necessidades da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Palmas (DRF/PAL) e ARF's Jurisdicionadas.

Unidade Contratante						
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS MS						
UG/Gestão: 170388			CNPJ: 00394460/0431-18			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviços de Limpeza	09016469/0001-93	01/01/15	04/01/16	Fundamental	E
	Serviços de Vigilância Ostensiva	00332087/0003-66	01/01/14	31/12/16	Fundamental	A
2014	Serviços de Apoio Administrativo	03025281/0001-25	02/01/14	01/01/17	Fundamental	A

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Anápolis						
UG/Gestão: 170516			CNPJ: 00.394.460/0449-47			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Atender despesas com materiais e serviços de limpeza (Anápolis limpeza e encarregado – para as 4 ARF's apenas limpeza,	08.531.933/0001-17	24/05/15	23/01/17	Fundamental	A
2012	Copeira	08.531.933/0001-17	24/05/15	23/01/17	Médio	A
2012	Carregador	08.531.933/0001-17	24/05/15	23/01/17	Médio	A
2013	Recepcionistas	11.108.001/0001-70	24/06/15	23/02/17	Médio	A
2011	Vigilância orgânica	08.931.820/0001-09	01/03/15	30/10/16	Fundamental	A
2015	Manutenção predial	12.139.246/0001-28	01/09/15	30/08/16	Médio	A

2ª Região Fiscal

Unidade Contratante: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª RF						
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª RF						
UG/Gestão: 170217/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Serviço de Limpeza para DRF/BEL, DRF/MBA, DRF/SAN e suas unidades jurisdicionadas e ALF/AIB.	07.270.170/0001-35	01/01/2012	31/12/2015	Ensino Fundamental	E
2011	Serviço Terceirizado de carregador e copeiragem, para DRF/RBO e DRF/PVO.	09.134.888/0001-20	01/08/2011	31/07/2016	Ensino Fundamental	A
2012	Serviço Terceirizado de Marinheiros para SRRF02 e DRF/SAN	63.690.770/0001-23	11/12/2012	10/12/2015	Ensino Fundamental	E
2012	Serviço Terceirizados de Recepção para AL/BEL, ALF/AIB, SRRF02, DRF/BEL, DRF/SAN e DRF/MBA	07.808.681/0001-68	02/07/2012	01/07/2016	Ensino Médio	A
2012	Serviço Terceirizado de Motorista Categoria D, para ALF/BEL e DRF/BEL	02.589.131/0001-81	03/09/2012	17/12/2015	Ensino Médio	E
2012	Serviço terceirizado de Motorista, categoria B, para SRRF02 e ALF/AIB	05.753.028/0001-13	02/07/2013	01/07/2014	Ensino Fundamental	E
2013	Serviço terceirizado de Limpeza para SRRF02 e DRF/BEL	23.066.228/0001-80	12/06/2013	11/06/2016	Ensino Fundamental	A
2013	Serviço terceirizado de limpeza para DRF/MCP e suas unidades jurisdicionadas.	15.001.655/0001-51	01/01/2014	31/12/2016	Ensino Fundamental	A
2013	Serviço terceirizado de motorista para DRF/MCP e suas unidades jurisdicionadas.	11.143.979/0001-73	04/06/2013	03/06/2015	Ensino Médio	E

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviço terceirizado de vigilância para SRRF02.	09.211.205/0001-90	02/05/2013	01/05/2016	Ensino Fundamental	A
2013	Serviço terceirizado de vigilância para DRF/BEL	09.211.205/0001-90	05/07/2013	04/07/2016	Ensino Fundamental	A
2010	Serviço terceirizado de vigilância para SRRF02, DRF/BEL (somente agências), DRF/MBA, DRF/SAN e suas unidades jurisdicionadas.	09.211.205/0001-90	21/07/2010	20/07/2015	Ensino Fundamental	E
2010	Serviço terceirizado de vigilância para DRF/BEL (somente agências) DRF/MBA e suas unidades jurisdicionadas.	09.211.205/0001-90	01/09/2010	31/05/2015	Ensino Fundamental	E
2014	Serviço terceirizado de vigilância para DRF/PVO e DRF/JI-PARANÁ e suas unidades jurisdicionadas.	10.760.842/0001-03	21/01/2014	20/01/2017	Ensino Fundamental	A
2015	Serviço terceirizado de vigilância para DRF/BEL (somente agências), DRF/SAN e suas unidades jurisdicionadas.	09.211.205/0001-90	21/07/2015	20/07/2016	Ensino Fundamental	A
2015	Serviço terceirizado de vigilância para DRF/MBA e suas unidades jurisdicionadas.	04.113.174/0001-11	21/07/2015	20/07/2016	Ensino Fundamental	A

Fonte: CRCG Belém

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus / AM						
UG/Gestão: 170209/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Recepção RBO, PVO e JPR	84.580.141/0001-10	08/08/11	31/07/15	Ensino médio	E
2011	Telefonista PVO e JPR	10.927.661/0001-10	05/09/11	06/04/15	Ensino médio	E

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Carregador AP	05.753.028/0001-13	22/01/15	30/06/15	Ensino fundamental	E
2015	Carregador PA	05.753.028/0001-13	22/01/15	30/06/15	Ensino fundamental	E
2015	Carregador AM	05.753.028/0001-13	22/01/15	30/06/15	Ensino fundamental	E
2015	Carregador JPR	09.134.888/0001-20	22/01/15	21/01/17	Ensino fundamental	P
2015	Carregador BVT	10.631.850/0001-41	22/01/15	21/01/17	Ensino fundamental	P
2015	Copeira RBO	11.293.659/0001-08	28/01/15	27/01/16	Ensino fundamental	E
2015	Copeira MNS	10.013.974/0001-63	22/01/15	21/01/16	Ensino fundamental	E
2015	Copeira MCA	10.013.974/0001-63	22/01/15	21/01/17	Ensino fundamental	P
2015	Copeira JPR	09.134.888/0001-20	30/01/15	29/01/17	Ensino fundamental	P
2015	Copeira BVT	10.631.850/0001-41	22/01/15	21/01/17	Ensino fundamental	P
2013	Limpeza RBO	03.417.593/0001-84	18/02/13	18/02/17	Ensino fundamental	P
2013	Limpeza PVO	03.417.593/0001-84	01/03/13	01/03/17	Ensino fundamental	P
2014	Limpeza JPR	03.417.593/0001-84	23/01/14	22/01/17	Ensino fundamental	P
2011	Vigilância ALF e DRF/MNS e Interiores	07.945.678/0003-58	01/01/11	30/04/16	Ensino Médio	P
2011	Vigilância DRF/MNS - Interior	07.945.678/0003-58	01/02/11	30/04/15	Ensino Médio	E
2011	Vigilância DRF/BVT	02.692.187/0001-67	25/04/11	24/04/16	Ensino Médio	P
2012	Tripulação Náutica Fluvial (ALF/MNS)	63.690.770/0001-23	27/12/12	31/12/16	Ensino Fundamental	P
2012	Limpeza AEG, CAC, DMA Mns	63.690.770/0001-23	28/12/12	31/12/16	Ensino Fundamental	P
2013	Vigilância DRF/MNS e ALF/MNS	04.718.633/0001-90	22/11/13	21/11/16	Ensino Médio	P
2014	Limpeza DRF/MNS e ALF/MNS	03.761.180/0001-12	18/12/14	17/12/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Limpeza DRF/BVT	63.690.770/0001-23	28/11/14	27/11/16	Ensino Fundamental	P
2015	Recepção Amazonas	63.690.770/0001-23	02/03/15	01/03/17	Ensino Médio	P
2015	Recepção DRF/BVT	63.690.770/0001-23	02/03/15	01/03/17	Ensino Médio	P
2015	Recepção DRF/PVO	14.626.771/0001-01	27/10/15	26/10/16	Ensino Médio	A
2015	Recepção DRF/RBO	11.293.659/0001-08	27/10/15	26/10/16	Ensino Médio	A
2015	Recepção DRF/JPR	09.134.888/0001-20	27/10/15	26/10/16	Ensino Médio	A
2013	Limpeza DRF e ALFMNS-Jurisdicionadas	09.531.642/0001-91	29/04/13	28/04/16	Ensino Fundamental	P

3ª Região Fiscal

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 3ª RF						
UG/Gestão: 170040/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Inicio	Fim		
2013	Serviço de Apoio	09.019.150/0001-11	13/08/13	12/12/16	Nível Médio	P

Fonte: Siasg

Unidade Contratante						
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional Pinto Martins – ALF/APM						
UG/Gestão: 170387/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Inicio	Fim		
2013	Serviço de Apoio	09.019.150/0001-11	13/08/13	12/12/16	Nível Médio e Ensino Fundamental	P

Fonte: Siasg

Unidade Contratante						
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza – ALF/FOR						
UG/Gestão: 170108/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Inicio	Fim		
2013	Serviço de Apoio	09.019.150/0001-11	13/08/13	13/04/16	Nível Médio	P
2015	Vigilância	07.917.508/0001-06	02/07/15	01/07/16	Ensino Fundamental	P
2015	Limpeza e Conservação (ALF/FOR)	10.533.966/0001-48	18/02/15	17/02/16	Ensino Fundamental	A
2015	Limpeza e Conservação (ALF/APM)	10.533.966/0001-48	18/02/15	17/02/16	Ensino Fundamental	A
2015	Limpeza e Conservação (ALF/PCE)	10.533.966/0001-48	18/02/15	17/05/16	Ensino Fundamental	P

Fonte: Siasg

Unidade Contratante						
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Pecém – ALF/PEC						
UG/Gestão: 170532/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviço de Apoio	09.019.150/0001-11	13/08/13	12/12/16	Nível Médio e Ensino Fundamental.	P

Fonte: Siasg

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza – DRF/FOR						
UG/Gestão: 170041/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Vigilância Armada	12.285.169/0001-14	01/07/10	31/07/15	Nível Médio	E
2011	Limpeza e Conservação	03.651.472/0001-00	01/10/11	30/09/16	Nível Médio	P
2013	Serviço de Apoio	06.234.467/0001-82	13/08/13	12/12/16	Nível Médio	P
2013	Serviço de Apoio	06.234.467/0001-82	02/12/13	02/04/17	Nível Médio	P
2015	Vigilância Armada	07.434.673/0001-07	01/08/15	31/03/17	Nível Médio	A

Fonte: Siasg

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral – DRF/SOB						
UG/Gestão: 170330/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Vigilância Armada	86.605.598/0001-86	02/01/12	01/01/17	Ensino Fundamental	P
2012	Limpeza e Conservação	04.135.894/0001-88	02/01/12	01/01/17	Ensino Fundamental	P
2013	Serviço de Apoio	06.234.467/0001-82	13/08/13	12/12/16	Nível Médio	P

Fonte: Siasg

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte – DRF/JNE						
UG/Gestão: 170042/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Limpeza e Conservação	07.188.842/0001-68	01/02/12	01/02/17	Nível Médio	P
2012	Manutenção Elétrica	07.188.842/0001-68	01/11/12	01/11/16	Nível Médio	P
2013	Serviço de Apoio	09.019.150/0001-11	10/09/13	10/01/17	Nível Médio e Ensino Fundamental	P
2014	Vigilância Armada	86.960.598/0001-86	01/01/14	01/01/17	Nível Médio	P
2014	Serviço de Apoio	09.019.150/0001-11	05/03/14	05/07/17	Nível Médio	P

Fonte: Siasg

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina – DRF/TSA						
UG/Gestão: 170035/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Serviço de Apoio	09.019.150/0001-11	01/07/12	30/06/17	Nível Médio e Ensino Fundamental	P
2012	Serviço de Apoio	06.234.467/0001-82	01/12/12	31/03/16	Nível Médio	P
2015	Vigilância Armada	12.066.015/0001-31	01/01/15	31/12/15	Ensino Fundamental	A
2015	Limpeza e Conservação	09.019.150/0001-11	06/08/15	05/04/17	Ensino Fundamental	A

Fonte: Siasg

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Floriano – DRF/FLO						
UG/Gestão: 170337/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Limpeza e Conservação	05.695.725/0001-65	07/01/14	08/05/17	Ensino Fundamental	P

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Serviço de Apoio	05.695.725/0001-65	10/03/14	11/07/17	Nível Médio	P
2014	Vigilância Armada	12.062.071/0001-06	10/09/14	10/09/16	Ensino Fundamental	P
2014	Serviço de Apoio	10.013.974/0001-63	22/10/14	21/06/16	Nível Médio	A

Fonte: Siasg

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luis – DRF/SLS						
UG/Gestão: 170028/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Limpeza E Conservação	19.609.199/0001-88	09/09/14	08/09/15	Ensino Fundamental	P
2014	Vigilância Armada	17.746.142/0001-03	07/07/14	06/07/16	Ensino Fundamental	P
2015	Serviço De Apoio	10.806.783/0001-59	13/07/15	12/03/17	Nível Médio	A

Fonte: Siasg

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz – DRF/IMP						
UG/Gestão: 170030/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Limpeza e Conservação	13.909.561/0001-50	01/01/12	31/12/16	Ensino Fundamental	P
2012	Vigilância Armada	08.888.686/0001-00	01/01/13	31/12/15	Nível Médio	E
2013	Serviço de Apoio	07.800.844/0001-66	09/09/13	08/01/17	Nível Médio	P

4ª Região Fiscal

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 4ª Região Fiscal - SRRF04						
UG/Gestão:170058/1			CNPJ:00.394.460/0083-98			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	OBJETO	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Apoio Administrativo	09.514.038/0001-57	02/02/2015	01/02/2016	Médio	E
2015	Mensageiro	09.514.038/0001-57	02/02/2015	01/02/2016	Médio	E
2015	Copeira	09.514.038/0001-57	02/02/2015	01/02/2016	Fundamental	E
2011	Carregamento	03.982.764/0001-18	28/12/2011	27/12/2016	Fundamental	A
2015	Limpeza	01.781.573/0001-62	03/11/2015	02/11/2016	Fundamental	A
2012	Motoristas	09.514.038/0001-57	26/11/2012	25/03/2016	Médio	A
Observações:						
LEGENDA - Sit. = Situação do Contrato, a qual pode ser (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						

Fonte dos dados: Contratos na UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia Da Receita Federal no Recife – DRF/REC-PE						
UG/Gestão: 170059			CNPJ: 00.394.460/0084-79			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	OBJETO	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Motorista	09.514.038/0001-57	15/01/2014	14/05/2017	Fundamental	P
2011	Vigilância Ostensiva	09.537.039/0001-17	01/08/2011	31/07/2016	Fundamental	P
2012	Vigilância Ostensiva	09.537.039/0001-17	03/12/2012	02/12/2017	Fundamental	P
2011	Limpeza Higiene	11.688.159/0001-67	28/02/2011	27/02/2016	Fundamental	P
2014	Digitalização	00.323.090/0001-51	16/06/2014	16/02/2016	Médio	A
2013	Copeiragem	14.164.155/0001-78	01/11/2013	28/02/2017	<i>não especificado *</i>	P
2015	Recepcionistas; Apoio; Carregamento.	08.966.334/0001-26	04/08/2015	04/04/2017	Médio Médio Fundamental	A
2015	Apoio Administrativo	09.514.038/0001-57	02/02/2015	02/02/2016	Médio	A
Observações: (*) No contrato não há descrição expressa sobre o nível de escolaridade mínimo exigido, ficando subentendido que seria o fundamental completo.						
LEGENDA - Sit. = Situação do Contrato, a qual pode ser (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						

Fonte dos dados: Contratos na UG

Unidade Contratante										
Nome: Alfândega Da Receita Federal Do Brasil No Aeroporto Internacional Do Recife – ALF/REC-PE										
UG/Gestão: 170340/001		CNPJ: 00.394.460/0460-52								
Informações sobre os Contratos										
Ano do Contrato	OBJETO	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.				
			Início	Fim						
2015	Apoio Administrativo	09.514.038/0001-57	02/02/2015	01/02/2016	Médio	A				
2011	Carregamento	03.982.764/0001-18	28/12/2011	27/12/2016	Fundamental	A				
2015	Limpeza	01.781.573/0001-62	03/11/2015	02/11/2016	Fundamental	A				
2012	Motoristas	09.514.038/0001-57	26/11/2012	25/03/2016	Médio	A				
Observações:										
LEGENDA - Sit. = Situação do Contrato, a qual pode ser (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.										

Fonte dos dados: Contratos na UG

Unidade Contratante										
Nome: Inspetoria da Receita Federal no Recife/PE – IRF/REC										
UG/Gestão: 170061		CNPJ: 00.394.460/0089-83								
Informações sobre os Contratos										
Ano do Contrato	OBJETO	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.				
			Início	Fim						
2010	Limpeza e conservação	01.781.573/0001-92	02/09/2010	01/11/2015	não especificado *	E				
2011	Carregador	03.982.764/0001-18	28/12/2011	27/12/2016	não especificado *	P				
2012	Motorista	09.514.038/0001-57	26/11/2012	25/11/2017	fundamental	P				
2015	Apoio administrativo Copeiragem	09.514.038/0001-57	02/02/2015	01/02/2020	médio fundamental	A				
2015	Limpeza e conservação	01.781.573/0001-92	03/11/2015	02/11/2020	não especificado *	A				
Observações: (*) Para alguns casos de contratos não há descrição expressa sobre o nível de escolaridade mínimo exigido, ficando subentendido que seria o fundamental completo.										
LEGENDA - Sit. = Situação do Contrato, a qual pode ser (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.										

Fonte dos dados: Contratos na UG

Unidade Contratante										
Nome: Alfândega da Receita Federal No Porto de Suape (ALF/SPE)										
UG/Gestão: 170341		CNPJ: 00.394.460/0458-38								
Informações sobre os Contratos										
Ano do Contrato	OBJETO	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.				
			Início	Fim						
2012	Motorista	09.514.038/0001-57	26/11/2012	25/03/2016	fundamental	P				
2015	Apoio Administrativo Mensageiro Copeiragem	09.514.038/0001-57	02/02/2015	01/02/2016	médio médio fundamental	A				
2015	Limpeza	01.781.573/0001-62	03/11/2015	02/11/2016	não especificado *	A				

Ano do Contrato	OBJETO	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Carregadores	03.982.764/0001-18	28/12/2011	27/12/2016	não especificado *	P
2014	Motoristas	00.437.311/0001-12	27/08/2014	26/08/2016	não especificado *	P

Observações:

LEGENDA - Sit. = Situação do Contrato, a qual pode ser (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte dos dados: Contratos na UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caruaru (DRF/CRU)			UG/Gestão: 170060 CNPJ: 00.394.460/0088-00			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	OBJETO	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Vigilância Ostensiva	02.023.407/0002-40	13/06/2012	12/06/2016	Fundamental	P
2015	Apoio Administrativo Copeiragem Repcionista Telefonista.	09.514.038/0001-57	05/02/2015	04/02/2016	Médio Médio Médio Fundamental	A
2015	Limpeza, asseio e conservação	01.781.573/0001-62	03/11/2015	31/10/2016	Fundamental	A

Observações:

LEGENDA - Sit. = Situação do Contrato, a qual pode ser (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte dos dados: Contratos na UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal em João Pessoa – DRF/JPA -PB			UG/Gestão: 170052 /0001 CNPJ: 00.394460/0086-30			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	OBJETO	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Conservação e limpeza	05.305.430/0001-35	08/04/2014	07/04/2016	Fundamental	P
2015	Auxiliar de carga/descarga	10.339.944/0001-41	01/06/2015	31/05/2016	Fundamental	A
2014	Manutenção Predial	00.976.914/0001-92	12/01/2015	11/01/2015	Fundamental	A

Observações:

LEGENDA - Sit. = Situação do Contrato, a qual pode ser (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte dos dados: Contratos na UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal em Maceió – DRF/MAC-AL						
UG/Gestão: 170066			CNPJ: 00.394460/0087-11			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	OBJETO	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Vigilância Ostensiva	17.428.731/0166-43	02/01/2010	30/06/2016	Fundamental	P
2011	Manutenção predial	07.474.287/0001-30	01/02/2011	28/02/2016	Fundamental / médio	P
2012	Limpeza e conservação	01.182.827/0001-26	06/09/2012	05/09/2017	Fundamental	P
2014	Recepção e motorista	06.982.630/0001-95	03/07/2014	02/05/2016	Médio	P

Observações:

LEGENDA - Sit. = Situação do Contrato, a qual pode ser (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte dos dados: Contratos na UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal – DRF/NAT-RN						
UG/Gestão: 170047			CNPJ: 00.394.460/0085-50			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	OBJETO	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Limpeza e Conservação	13.312.604/0001-15	19/08/2013	25/11/2016	Fundamental	P
2012	Vigilância Ostensiva	08.692.312/0001-15	06/04/2012	05/04/2016	Médio	P
2012	Copeiragem	08.966.334/0001-26	01/02/2012	31/01/2017	Fundamental	P
2012	Porteiro	08.966.334/0001-26	09/04/2012	08/04/2017	Fundamental	P
2015	Manutenção Predial	07.039.948/0001-08	21/09/2015	20/09/2016	Fundamental	A
2015	Recepção	08.966.334/0001-26	01/10/2015	30/09/2016	Médio	A
2014	Operador de Máquina Copiadora	08.563.494/0001-24	07/01/2015	06/01/2017	Fundamental	P

Observações:

LEGENDA - Sit. = Situação do Contrato, a qual pode ser (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte dos dados: Contratos na UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campina Grande (DRF/CGD)						
UG/Gestão: 170338/00001			CNPJ: 00.394.460/0451-61			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	OBJETO	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Limpeza	08.243.787/0001-24	02/12/2013	01/12/2016	Fundamental	P
2014	Vigilância Ostensiva	08.705.015/0001-67	30/11/2014	29/11/2016	Médio	P
2010	Manutenção de bens imóveis	01.880.463/0001-58	24/11/2010	23/11/2015	Fundamental/médio	E
2012	Copeiragem e Recepção	10.774.803/0001-57	01/11/2012	29/02/2016	Fundamental/médio	P
2015	Manutenção de bens imóveis	14.976.728.0001-68	01/12/2015	30/11/2016	Fundamental/médio	A

Observações:

LEGENDA - Sit. = Situação do Contrato, a qual pode ser (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte dos dados: Contratos na UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Mossoró – DRF/MOS-RN						
UG/Gestão: 170335			CNPJ: 00.394.460/0465-67			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	OBJETO	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Limpeza e conservação	13.305.508/0001-46	20/07/2012	19/07/2016	Médio	P
2012	Motoristas	09.514.038/0001-57	26/11/2012	25/03/2016	Médio	P
2013	Vigilância Ostensiva	10.639.977/0001-07	01/11/2013	31/10/2016	Médio	P
2014	Repcionistas	11.569.395/0001-64	01/07/2014	30/06/2016	Médio	P

Observações:

LEGENDA - Sit. = Situação do Contrato, a qual pode ser (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte dos dados: Contratos na UG

5ª Região Fiscal

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju						
UG/Gestão: 170072						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Copeiragem	07.119.176/0001-06	05/07/12	04/07/16	Fundamental	P
2012	Vigilância	14.531.173/0001-40	01/10/12	30/09/16	Médio	P
2012	Limpeza	24.270.795/0001-16	18/12/12	17/12/16	Fundamental	P
2013	Telefonista	15.787.759/0001-33	04/02/13	03/02/16	Médio	P

Fonte: SIASG

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal						
UG/Gestão: 170078						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Limpeza	14.513.052/0001-76	05/03/14	04/03/16	Fundamental	P
2010	Vigilância Humana	70.237.672/0002-81	14/01/11	16/01/16	Fundamental	P
2011	Vigilância Eletrônica	70.237.672/0002-81	01/07/12	31/08/16	Fundamental	P
2011	Carregador Eventual	09.040.769/0001-08	21/06/11	20/06/15	Fundamental	E
2015	Carregador Eventual	10.811.737/0001-48	21/06/15	20/02/17	Fundamental	A
2012	Manutenção predial	02.948.998/0001-86	01/10/12	31/01/16	Fundamental	P
2012	Bombeiro Civil	08.307.120/0001-93	01/10/12	31/01/16	Fundamental	P
2014	Motorista	16.364.275/0001-44	01/10/14	30/09/15	Médio	E
2015	Motorista	14.828.536/0001-04	01/10/15	30/09/16	Médio	A
2014	Recepção	18.206.476/0001-49	01/07/14	29/02/16	Médio	A
2014	Mensageiro	01.524.224/0001-65	01/07/14	01/09/15	Fundamental	E

Fonte: SIASG e Processos

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador						
UG/Gestão: 170079						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Mensageiros	08.528.285/0001-40	01/02/12	31/05/15	Fundamental	E
2012	Recepção	01.524.224/0001-65	01/02/12	31/01/17	Médio	P
2011	Carregadores	63.235.220/0001-14	01/02/12	31/01/17	Fundamental	P
2013	Motoristas	17.204.757/0001-09	24/10/13	23/02/17	Médio	P

Fonte: SIASG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feita de Santana						
UG/Gestão: 170080						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Vigilância	02.534.128/0001-60	05/10/11	04/10/16	Fundamental	P
2013	Limpeza	18.206.476/0001-49	01/01/14	31/12/16	Fundamental	P
2014	Manutenção Bens Imóveis	00.632.068/0001-93	16/12/14	15/12/15	Médio	E

Fonte: SIASG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista						
UG/Gestão: 170081						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Copeiragem	16.364.275/0001-44	08/05/12	07/09/16	Fundamental	P
2012	Limpeza	12.633.102/0001-23	14/02/12	13/06/15	Fundamental	E
2012	Recepção	16.364.275/0001-44	01/06/12	31/08/15	Médio	E
2014	Carregador	08.952.743/0001-73	03/11/14	02/11/15	Fundamental	E
2014	Vigilância	03.434.777/0001-52	13/10/14	12/10/16	Fundamental	P
2015	Limpeza	02.544.972/0001-72	14/09/15	13/09/16	Fundamental	A

Fonte: SIASG

Unidade Contratante						
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador						
UG/Gestão: 170226						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Limpeza	12.633.102/0001-23	01/03/12	30/06/15	Fundamental	E
2015	Limpeza	01.524.224/0001-65	20/07/15	18/09/15	Fundamental	E
2015	Limpeza	12.633.102/0001-23	19/10/15	18/10/16	Fundamental	A
2012	Vigilância	70.237.672/0002-81	01/02/12	31/01/17	Fundamental	P
2015	Operador de Empilhadeira	14.828.536/0001-04	17/08/15	16/08/16	Fundamental	A
2015	Carregador	14.828.536/0001-04	17/08/15	16/08/16	Fundamental	A
2010	Motorista	07.633.003/0001-01	01/07/10	30/06/15	Médio	E
2015	Motorista	05.236.586/0001-01	10/08/15	09/08/16	Fundamental	A

Fonte: SIASG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Lauro de Freitas						
UG/Gestão: 170326						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Limpeza	14.513.052/0001-76	02/01/15	31/01/16	Fundamental	A
2015	Vigilância	13.416.744/0001-33	02/01/15	01/02/17	Médio	P
2011	Vigilância	02.534.128/0001-60	01/01/12	31/08/15	Médio	E
2015	Copeiragem	14.513.052/0001-76	02/01/15	31/01/16	Médio	A
2015	Recepção	14.828.536/0001-04	01/10/15	30/09/16	Médio	A
2010	Motorista	07.633.003/0001-01	06/04/10	05/04/15	Médio	E
2010	Carregador	07.633.003/0001-01	06/04/10	05/04/15	Fundamental	E

Fonte: SIASG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna						
UG/Gestão: 170327						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada CNPJ	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Carregador	07.633.003/0001-01	01/06/10	31/05/15	Fundamental	E
2015	Carregador	04.782.633/0001-50	01/06/15	31/05/16	Fundamental	A
2012	Copeiragem	08.528.285/0001-40	14/04/12	16/08/15	Fundamental	E
2015	Copeiragem	12.256.355/0001-25	24/08/15	23/08/16	Fundamental	A
2014	Vigilância	10.423.421/0001-89	01/07/14	30/06/16	Médio	P
2011	Vigilância	03.613.941/0001-99	01/01/12	31/12/16	Médio	P
2015	Recepção	05.469.835/0001-09	01/01/15	31/12/16	Médio	P
2014	Limpeza	12.915.712/0001-10	01/11/14	31/10/16	Fundamental	P

Fonte: SIASG

Unidade Contratante						
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Salvador						
UG/Gestão: 170382						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Limpeza	08.528.285/0001-40	14/05/12	13/09/15	Médio	E
2012	Copeiragem	08.528.285/0001-40	14/05/12	13/09/15	Médio	E
2013	Recepção	08.528.285/0001-40	02/01/14	14/08/15	Médio	E
2012	Motorista	11.756.919/0001-26	05/03/12	28/02/17	Médio	P
2015	Limpeza	12.256.355/0001-25	09/12/15	08/12/16	Médio	A
2015	Copeiragem	12.256.355/0001-25	09/12/15	08/12/16	Médio	A

Fonte: SIASG

6ª Região Fiscal

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte						
UG/Gestão: 170089/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Portaria	04.281.586/0001-60	03/07/2014	02/07/2016	Ensino Fundamental	A
2015	Telefonista	12.423.368/0001-41	10/03/2015	09/03/2016	Ensino Médio	A
2015	Manutenção Predial	00.192.707/0001-47	05/10/2015	04/10/2016	Curso Técnico; Curso Superior	A
2015	Vigilância	10.423.276/0001-36	19/11/2015	30/06/2016	Ensino Fundamental	A
2015	Repcionista	10.777.279/0001-78	19/07/2015	18/07/2016	Ensino Médio	A
	Motorista				Ensino Fundamental Incompleto	
	Contínuo				Ensino Fundamental Incompleto	
	Carregador				Ensino Fundamental Incompleto	
2015	Limpeza	14.163.580/0001-42	12/09/2015	30/06/2016	Ensino Fundamental Incompleto	A

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares						
UG/Gestão: 170091/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Vigilância	08.563.482/0001-08	01/01/2012	31/12/2016	Ensino Fundamental	P
2013	Limpeza e Conservação	08.386.023/0001-98	01/07/2013	31/12/2016	Ensino Fundamental	P
2013	Repcionista	04.281.586/0001-60	01/09/2013	31/12/2016	Ensino Médio	P
2014	Copeiragem	08.431.911/0001-85	01/10/2014	30/09/2016	Ensino Fundamental	P

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora						
UG/Gestão: 170092/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Portaria	70.928.972/0001-70	01/11/2013	30/10/2016	Ensino Fundamental	P
2011	Limpeza e Conservação	10.735.410/0001-34	01/01/2012	31/12/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Carregador	08.913.064/0001-95	01/07/2014	30/06/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Vigilância	66.398.652/0001-34	01/01/2015	31/12/2015	Ensino Fundamental	E
2014	Manutenção Ar-condicionado	05.449.571/0001-21	01/01/2015	31/12/2015	Ensino Fundamental	E

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberaba						
UG/Gestão: 170093/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Limpeza e Conservação	07.655.416/0001-97	04/05/2015	03/01/2017	Ensino Fundamental	A
	Repcionista					
	Contínuo					
	Motorista					
2014	Vigilância	08.687.052/0001-90	29/08/2014	22/04/2016	Ensino Médio	A
2014	Carregador	02.563.740/0001-61	31/12/2014	30/08/2016	Ensino Fundamental	A

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Varginha						
UG/Gestão: 170094/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Limpeza e Conservação	22.370.381/0001-33	01/08/2011	31/07/2016	Ensino Fundamental	P
2013	Portaria	13.386.914/0001-84	20/03/2013	19/07/2016	Ensino Fundamental	P
	Zeladoria					
	Repcionista					
	Copeiragem					
2013	Portaria	14.320.018/0001-85	23/01/2013	22/05/2016	Ensino Fundamental	P
2015	Vigilância Armada	09.632.105/0001-38	13/10/2015	12/10/2016	Ensino Fundamental	A

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil de Divinópolis						
UG/Gestão: 170095/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Limpeza e Higienização	08.439.717/0001-46	10/01/2015	31/12/2016	Ensino Fundamental	P
2015	Vigilância	07.534.224/0001-22	01/03/2015	29/02/2016	Ensino Fundamental	A
2015	Carregador	11.980.040/0001-63	01/05/2015	30/04/2016	Ensino Fundamental	A
2015	Recepcionista	10.767.340/0001-04	01/10/2015	30/09/2016	Ensino Médio	A
2015	Manutenção Predial	00.192.707/0001-47	05/10/2015	04/10/2016	Ensino Fundamental	A
2016	Copeiragem	64.291.651/0001-60	01/02/2016	31/01/2017	Ensino Fundamental	A

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Montes Claros						
UG/Gestão: 170096/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Operador de carga	10.777.279/0001-78	17/09/2013	30/08/2016	Ensino Médio	P
2010	Vigilância	08.563.482/0001-08	01/11/2010	31/10/2015	Ensino Médio	E

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia						
UG/Gestão: 170097/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Motorista	00.109.393/0001-76	02/12/2013	31/12/2015	Ensino Fundamental	E
	Recepção				Ensino Médio	
	Trabalhador de Cargas e Descargas de Mercadorias				Nenhum	

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Copeiragem	11.312.296/0001-00	01/10/2014	30/09/2015	Ensino Fundamental Incompleto	E
	Porteiro				Ensino Fundamental	
	Recepção				Ensino Médio	
	Telefonista				Ensino Fundamental	
2015	Copeiragem	04.948.274/0001-68	01/10/2015	30/09/2016	Ensino Fundamental Incompleto	A
	Porteiro				Ensino Fundamental	
	Recepção				Ensino Médio	
	Telefonista			31/12/2015	Ensino Fundamental	E
2015	Vigilância	14.428.415/0001-75	01/06/2015	28/02/2017	Ensino Fundamental Incompleto	A
2013	Limpeza	14.032.556/0001-74	02/09/2013	31/12/2016	Ensino Fundamental	P

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal em Contagem						
UG/Gestão: 170248/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Vigilância	10.243.276/0001-36	01/01/2013	01/01/2016	Ensino Médio	P
2015	Manutenção Predial	00.192.707/0001-47	05/10/2015	04/10/2016	Ensino Médio	A

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Coronel Fabriciano						
UG/Gestão: 170324/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Vigilância	10.423.276/0001-36	09/04/2012	08/04/2016	Ensino Médio	P
2015	Vigilância	09.632.105/0001-38	01/11/2015	31/10/2016	Ensino Médio	A

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas						
UG/Gestão: 170325/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Recepção	13.192.004/0001-60	03/10/2014	02/10/2016	Ensino Médio	P
2015	Vigilância	07.534.224/0001-22	07/06/2015	06/06/2015	5º ano do Ensino Fundamental	A
2015	Limpeza e Conservação	00.109.393/0001-76	18/11/2015	17/11/2016	Ensino Fundamental	A

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas						
UG/Gestão: 170328/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Limpeza e Conservação	08.342.488/0001-47	26/07/2013	25/11/2016	5ª série do Ensino Fundamental	P
2012	Vigilância	07.534.224/0001-22	01/01/2013	30/04/2016	Não definido	P
2015	Recepção	10.777.279/0001-78	01/12/2015	30/11/2016	Ensino Fundamental	A
2013	Recepção	05.057.493/0001-10	01/01/2014	30/11/2015	Ensino Médio	E
	Portaria				Ensino Fundamental	
	Telefonista				Ensino Médio	
	Mensageiro				Ensino Fundamental	
2015	Manutenção Predial	06.101.609/0001-33	05/10/2015	04/10/2016	Oficial de Manutenção Predial – Ensino Fundamental	A

Fonte: Setor de Logística da Delegacia.

Unidade Contratante						
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte						
UG/Gestão: 170227/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
02/2014	Motorista	11.312.296/0001-00	19/05/2014	30/11/2015	Ensino Fundamental	E
05/2012	Portaria	04.039.911/0001-83	06/07/2015	30/11/2015	Ensino Fundamental	E
04/2013	Recepção	10.777.279/0001-78	19/11/2013	18/07/2016	Ensino Médio	P
05/2010	Limpeza e Conservação	11.098.462/0001-00	02/08/2010	31/07/2015	Ensino Fundamental	E
07/2010	Vigilância	07.534.224/0001-22	22/09/2010	21/09/2015	Ensino Fundamental	E
06/2014	Vigilância	66.398.652/0001-34	27/11/2014	26/11/2015	Ensino Fundamental	E
03/2015	Vigilância	07.534.224/0001-22	27/10/2015	26/10/2016	Ensino Fundamental	A
06/2015	Manutenção Predial	00.192.707/0001-47	05/10/2015	04/10/2016	Ensino Médio	A

Fonte: Setor de Logística da Inspetoria.

7ª Região Fiscal

Unidade Contratante						
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Vitória - ES						
UG/Gestão: 170102/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Vigilância Orgânica com 03 postos 44 horas semanais.	05.040.410/0001-80	04/01/2016	03/01/2017	Sem exigências	A
2013	Serviços terceirizados, de natureza contínua, de limpeza e conservação.	14.932.134/0001-55	15/07/2013	14/07/2016	Sem exigências	P
2015	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados terceirizados de apoio administrativo e operacional.	07.244.76/0001-93	14/09/2015	13/09/2016	Sem exigências	A
2013	Prestação de serviços continuados de manutenção predial	32.155.798/0001-37	03/04/2013	02/04/2016	Sem exigências	P

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória - ES						
UG/Gestão: 170103/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	1. Serviços de recepção 2. Serviço de apoio administrativo	02.201.230/0001-44	23/04/2012	22/04/2016	1. Ensino médio completo 2. Ensino fundamental completo	P
2013	Serviço de limpeza e conservação	06.863.184/0001-08	15/07/2013	14/07/2015	Ensino médio completo	P
2015	Serviço de vigilância e segurança orgânica desarmada	10.330.894/0001-31	26/10/2015	25/10/2016	Ensino médio completo	A

Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal						
UG/Gestão: 170116/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Apoio administrativo	04.737.058/0001-73	01/01/2011	01/01/2017	Ensino médio / fundamental	P

2015	Vigilância ostensiva	31.376.361/0001-60	01/01/2016	01/01/2017	Ensino médio	A
2012	Armazenagem de mercadorias	66.455.536/0001-00	02/01/2012	02/01/2017	Ensino fundamental	P
2010	Agente de integração para estágio	33.661.745/0001-50	31/12/2010	31/12/2015	Cursando superior	P
2010	Limpeza e conservação	05.956.304/0001-40	01/02/2011	01/02/2017	Ensino fundamental	P

Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto do Rio de Janeiro

UG/Gestão: 170118/0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Manutenção do sistema de ar condicionado	02.986.452/0001-10	03/09/2012	03/09/2017	Ensino fundamental	P
2014	Apoio administrativo e operacional	05.956.304/0001-40	24/06/2014	23/06/2019	Ensino fundamental	P
2014	Limpeza e conservação	06.080.116/0001-64	01/10/2014	30/09/2019	Ensino fundamental	P
2011	Vigilância presencial (subrogado da UG 170116)	31.376.361/0001-60	01/09/2011	31/08/2016	Ensino fundamental	P
2013	Manutenção predial (subrogado da UG 170116)	32.155.798/0001-37	11/04/2013	11/04/2018	Ensino fundamental	P

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda

UG/Gestão: 170119/0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Vigilância Ostensiva	31.376.361/0001-60	01/09/2011	31/08/2016	Nível Médio	A
2013	Limpeza	68.565.530/0001-10	01/01/2014	31/08/2016	Nível Médio	A
2014	Apoio Administrativo	05.596.304/0001-40	11/12/2014	31/07/2015	Nível Médio	E
2015	Apoio Administrativo	86.915.691/0001-79	01/08/2015	31/07/2016	Nível Médio	A
2013	Manutenção Predial	32.155.798/0001-37	10/04/2013	10/04/2015	Nível Médio	E
2015	Manutenção Predial	12.139.246/0001-28	01/08/2015	01/08/2016	Nível Médio	A

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goytacazes						
UG/Gestão: 170120/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Apoio Administrativo	68.565.530/0001-10	01/01/11	31/08/2016	Ensino médio / fundamental	P
2011	Limpeza e Higiene	68.565.530/0001-10	01/02/11	01/02/2017	Ensino fundamental	P
2011	Vigilância	31.376.361/0001-60	01/09/11	31/08/2016	Ensino fundamental	P
2013	Manutenção Predial	12.779.375/0001-80	01/04/13	03/04/2016	Ensino fundamental	P
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói						
UG/Gestão: 170121/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Serviço de Apoio Administrativo e Operacional	06856553/0001-10	01/01/2011	31/12/2016	Nível Fundamental	P
2011	Serviço de Vigilância. e Segurança	31376361/0001-60	01/09/2011	01/09/2016	Nível Fundamental	P
2011	Serviço de Limpeza e Conservação	10243854/0001-52	01/03/2011	01/03/2016	Nível Fundamental	P
2013	Serviço de Manutenção Predial	12779375/0001-80	02/04/2013	02/04/2016	Nível Fundamental	P
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Nova Iguaçu						
UG/Gestão: 170122/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Apoio Técnico e Administrativo	05.956.304/0001-40	05/01/2011	04/01/2017	Nível Médio	P
2011	Vigilância Ostensiva	31.376.361/0001-60	01/09/2011	01/09/2016	Nível Médio	P
2011	Serviços de limpeza e conservação.	10.243.854/0001-52	10/02/2011	09/02/2016	Sem exigências	P
2013	Serviços de manutenção predial (preventiva e corretiva)	32.155.798/0001-37	09/05/2013	09/05/2016	Sem exigências	P

Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Tom Jobim						
UG/Gestão: 170125/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Limpeza e Conservação	03.383.287/0001-74	01/10/2012	28/02/2016	Ensino fundamental	P
2011	Vigilância Ostensiva	31.376.361/0001-60	01/09/2011	31/08/2016	Ensino Médio	P
2012	Apoio Administrativo	13.185.303/0001-78	01/10/2012	02/02/2016	Ensino Médio Fundamental	P
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I (DRF/RJ1)						
UG/Gestão: 170257/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Apoio Administrativo	68.565.530/0001-10	01/01/2011	31/12/2016	Sem exigências	P
2011	Limpeza	68.565.530/0001-10	01/02/2011	01/02/2017	Sem exigências	P
2011	Vigilância	31.376.361/0001-60	01/09/2011	01/09/2016	Sem exigências	P
2013	Manutenção predial	32.155.798/0001-37	19/04/2013	19/04/2015	Técnico	P
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro						
UG/Gestão: 170257/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Apoio Administrativo	11.683.75/0001-54	01/10/2012	31/01/2016	Fundamental	P
Nome: Delegacia Especial de Maiores Contribuintes do Rio de Janeiro						
UG/Gestão: 170316/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Limpeza	12.313.874/0001-88	03/11/2014	03/11/2015	Fundamental	E
2015	Limpeza				Fundamental	A
2014	Vigilância ostensiva	31.376.361/0001-60	01/09/2014	31/08/2016	Médio	P
2013	Manutenção predial	32.155.798/0001-37	22/04/2013	22/04/2016	Médio	A
2013	Manutenção/operação central	07.713.013/0001-57	01/03/2013	01/03/2016	Médio	A

Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itaguaí						
UG/Gestão: 170317/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Prestação de serviço de apoio administrativo e operacional.	68.565.530/0001-10	01/01/2011	31/12/2016	Ensino Médio	P
2013	Prestação de serviço de Limpeza.	68.565.530/0001-10	01/01/2014	31/12/2018	Ensino Fundamental	A
2015	Prestação de serviço continuado de vigilância armada.	06.968.118/0001-94	01/11/2015	31/10/2016	Ensino Médio	A
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro II (DRF/RJ2)						
UG/Gestão: 170383/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Prestação de Serviços de Limpeza	10.243.854/0001-52	03/10/2011	03/10/2016	Ensino Fundamental	A
2011	Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Presencial	31.376.361/0001-60	01/09/2011	01/09/2016	Ensino Fundamental	A
2013	Manutenção Predial	32.155.798/0001-37	07/05/2013	07/05/2018	Ensino Fundamental	A
2011	Prestação de serviço de apoio	68.565.530/0001-10	01/01/2011	01/01/2017	Ensino Fundamental	P
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macaé						
UG/Gestão: 170386/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Apoio administrativo (Copeiragem, recepção, motoristas, carregador)	04.387.843/0001-43	01/12/2014	01/02/2016	Ensino Médio	A
2013	Limpeza e higiene	13.682.207/0001-35	16/10/2014	16/10/2015	Ensino Fundamental	E
2015	Limpeza e higiene	07.528.895/0001-80	19/10/2015	15/04/2016	Ensino Fundamental	A
2011	Vigilância ostensiva	31.376.361/0001-60	01/01/2015	01/09/2016	Ensino Médio	P

2013	Manutenção de bens imóveis	32.155.798/0001-37	03/05/2014	03/05/2015	Ensino Médio	E
2015	Manutenção de bens imóveis	01.017.610/0001-60	04/08/2015	04/08/2016	Ensino Médio	A

Fonte: SIASG

8ª Região Fiscal

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência da Receita Federal na 8ª Região Fiscal						
UG/Gestão: 170133						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Postos de Serviço de Motoristas	12.388.784/0001-56	26/08/15	25/04/17	Ensino médio completo	A
2013	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial	07.447.264/0001-37	29/03/15	28/11/16	Nível médio	P
2013	Prestação de serviços continuados de tratadores de cães e acompanhamento veterinário	08.340.256/0001-60	05/11/14	04/07/16	Nível médio e superior (veterinário responsável)	P
2015	Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva no Edifício da Florêncio de Abreu	10.556.100/0001-52	23/01/15	23/01/16	Nível médio	P
2014	Prestação de serviços de Ajudantes de Apoio Administrativo	04.039.911/0001-83	13/08/14	12/08/16	Ensino Médio	P
2014	Prestação de serviços de Secretárias Nível Médio	04.039.911/0001-83	04/09/14	03/09/16	Ensino Médio	P
2015	Prestação de serviços de Secretárias Nível Superior	03.022.122/0001-77	29/10/15	28/06/17	Ensino Superior	A
2011	Prestação de serviços de Copeiragem	05.897.975/0001-88	01/12/14	31/07/16	Ensino Médio	P
2015	Prestação de serviços de Contínuos	10.189.253/0001-09	02/01/16	01/08/17	Ensino Médio	A
2012	Prestação de serviços de Receppcionistas	03.133.738/0001-15	08/01/13	07/05/16	Ensino Médio	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araçatuba/SP						
UG/Gestão: 170134						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Limpeza e Conservação Predial	11.301.568/0001-69	29/10/14	28/10/19	Ensino Fundamental	P
2012	Vigilância Patrimonial	11.413.243/0001-78	13/12/12	12/12/17	Ensino Fundamental	E
2015	Vigilância Patrimonial	14.071.312/0001-09	01/02/15	12/12/15	Ensino Fundamental	E
2015	Vigilância Patrimonial	10.636.836/0001-30	17/08/15	16/08/20	Ensino Fundamental	A
2014	Auxiliar de Escritório	68.970.680/0001-00	19/11/14	18/11/19	Ensino Médio	P
2013	Telefonista	15.718.607/0001-89	06/08/13	05/08/18	Ensino Médio	P
2013	Motorista	00.482.840/0001-38	15/07/13	14/07/18	Ensino Fundamental	P
2014	Copeiragem	01.456.620/0001-00	24/11/14	28/02/17	Ensino Fundamental	P
2014	Manutenção Predial	07.718.194/0001-04	05/02/14	04/09/16	Ensino Médio	E

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru						
UG/Gestão: 170135						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Recepção, Secretaria e Mensageiro	03.591.937/0001-77	15/05/13	14/05/16	Ensino Fundamental (mensageiro) Ensino médio (demais)	P
2010	Manutenção predial	01.211.015/0001-61	10/03/10	30/09/15	Ensino médio	E
2015	Manutenção predial	07.902.481/0001-70	01/10/15	30/09/16	Ensino médio	A
2010	Armazenagem	56.851.611/0002-89	01/01/11	30/06/16	Ensino Fundamental (ajudantes gerais) Ensino médio (fiel depositário)	P
2014	Vigilância	07.447.264/0001-37	01/03/14	29/02/16	Ensino médio	P
2014	Limpeza	11.301.568/0001-69	01/11/14	31/10/16	Ensino Fundamental	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP						
UG/Gestão: 170136						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Recepção	10528510/0001-90	01/08/14	31/07/15	Ensino médio	E
2015	Recepção	10643999/0001-40	01/08/15	31/07/16	Ensino médio	A
2014	Mantenção Predial	12139246/0001-28	18/11/15	17/11/16	Ensino médio	A
2012	Vigilância	05408389/0001-22	13/12/15	12/12/16	Ensino médio	A
2013	Limpeza	10398338/0001-05	20/09/15	19/09/16	Ensino Fundamental	A
2014	Copeiragem	46235461/0001-44	02/12/14	01/12/15	Ensino Fundamental	A
2014	Ajudante Geral	46235461/0001-44	13/11/15	12/11/16	Ensino Fundamental	A

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: DRF/Presidente Prudente						
UG/Gestão: 170137						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Auxiliar de Serviços Gerais	15.718.607/0001-89	15/07/13	14/11/16	Fundamental	P
2013	Copeiragem	15.718.607/0001-89	15/07/13	14/11/16	Fundamental	P
2013	Recepção	15.718.607/0001-89	15/07/13	14/11/16	Médio	P
2013	Secretaria	15.718.607/0001-89	15/07/13	14/11/16	Superior	P
2013	Motoristas	03.133.738/0001-15	15/07/13	14/03/15	Médio	E
2015	Motoristas	00.252.070/0001-65	13/04/15	12/12/16	Médio	A
2014	Telefonistas	15.718.607/0001-89	17/01/14	16/05/17	Médio	P
2014	Vigilância	15.252.971/0001-04	06/05/14	13/10/16	Fundamental	P
2014	Limpeza	11.301.568/0001-69	01/10/14	30/09/16	Fundamental	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ribeirão Preto						
UG/Gestão: 170138						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Motorista	08.604.419/0001-64	23/09/11	22/09/16	Fundamental	A
2014	Copeira	10.896.293/0001-90	30/06/14	19/09/18	Alfabetizado	A
2013	Limpeza	10.896.293/0001-90	01/07/14	30/06/19	Alfabetizado	A
2015	Vigilância	10.636.836/0001-30	01/06/15	31/05/20	Não consta	A
2015	Manutenção	12.139.246/0001-30	10/07/15	09/07/20	Não consta	A
2015	Secretária	68.970.680/0001-00	23/03/15	22/03/20	Médio	A
2015	Recepção	68.970.680/0001-00	23/03/15	22/03/20	Não consta	A
2015	Serviços Gerais	68.970.680/0001-00	23/03/15	22/03/20	Não consta	A
2015	Mensageiro	68.970.680/0001-00	04/05/15	03/05/20	Não consta	A
2015	Telefonista	68.970.680/0001-00	04/05/15	03/05/20	Não consta	A

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto-SP						
UG/Gestão: 170139						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviços Continuados de Limpeza e Conservação	11.301.568/0001-69	09/10/15	09/06/17	Fundamental	A
2015	Serviços Continuados de Auxiliares de Serviços Gerais (carregadores)	68.000.199/0001-91	02/09/15	01/05/17	Fundamental	A
2015	Serviços Continuados de Recepção	07.094.346/0001-45	19/05/15	18/01/17	Médio	A
2014	Serviços Continuados de Manutenção Predial	12.139.246/0001-28	25/08/14	25/08/16	Médio (equipe residente) e Superior (alguns membros da equipe de apoio)	P
2014	Serviços Continuados de Auxiliares de Serviços Gerais (carregadores)	12.537.897/0001-76	18/06/14	19/05/15	Fundamental	E
2012	Serviços Continuados de Vigilância e Segurança Patrimonial	10.478.353/0001-55	19/12/12	18/12/16	Fundamental	P
2011	Serviços Continuados de Copeiragem	69.207.850/0001-61	01/09/11	31/08/16	Fundamental	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos						
UG/Gestão: 170141						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Posto auxiliar de serviços gerais	09.146.381/0001-96	27/06/14	04/09/15	Nível Fundamental	E
2012	Posto de vigilantes	05.408.389/0001-22	18/05/12	17/05/16	Nível Médio	P
2013	Serviços de limpeza e conservação	11.873.000/0001-12	02/07/13	27/12/15	Nível Fundamental	E
2014	Serviço de manutenção predial	12.139.246/0001-28	02/06/14	01/10/17	Nível médio e fundamental	P
2014	Posto de copeira	11.027.483/0001-34	01/08/14	31/03/16	Nível Fundamental	A
2011	Posto de motorista	08.604.419/0001-64	06/12/11	01/12/16	Nível Fundamental	P
2011	Posto de recepcionista	11.733.844/0001-68	01/06/11	31/05/16	Nível Médio	P
2012	Posto de secretária nível médio	04.833.107/0001-71	06/02/12	05/06/15	Nível Médio	E
2015	Posto de secretária nível médio	04.712.320/0001-25	24/08/15	23/04/17	Nível Médio	A
2015	Postos de auxiliar de serviços gerais	06.281.634/0001-46	25/09/15	26/02/16	Nível Fundamental	A
2015	Serviço de limpeza e conservação predial	11.873.000/0001-12	28/12/15	28/12/16	Nível Fundamental	A

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba/SP						
UG/Gestão: 170142						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Vigilância Desarmada	08.818.229/0001-40	01/11/11	31/10/16	Médio	P
2014	Limpeza e Conservação Predial	11.873.000/0001-12	06/08/14	19/03/16	Fundamental	P
2014	Manutenção Predial	12.139.246/0001-28	31/01/14	30/01/17	Fundamental e Médio	P
2012	Recepcionistas	05.400.513/0001-03	01/11/12	31/10/16	Médio	P
2012	Carregadores	02.780.863/0001-54	17/12/12	16/12/16	Fundamental	P
2013	Motoristas	05.400.513/0001-03	20/08/13	19/08/16	Médio	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté/SP						
UG/Gestão: 170143						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Limpeza	00.482.840/0001-38	30/09/11	29/09/16	Fundamental	P
2012	Repcionistas	04.039.911/0001-83	02/07/12	01/07/16	Médio	P
2012	Ajudantes Gerais	04.039.911/0001-83	02/07/12	01/07/16	Fundamental	P
2012	Copeiragem	04.039.911/0001-83	02/08/12	01/08/16	Fundamental	P
2012	Secretárias	00.482.840/0001-38	02/07/12	01/07/16	Médio	P
2012	Armazenagem	56.851.611/0002-89	13/12/12	12/12/15	Médio	E
2012	Manutenção Predial	09.274.298/0001-00	01/06/12	30/09/15	Médio	P
2014	Vigilância	00.332.087/0001-02	01/10/14	30/09/16	Médio	P
2014	Motorista	04.039.911/0001-83	08/09/14	07/09/16	Médio	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Guarulhos/SP						
UG/Gestão: 170144						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Segurança Orgânica Armada	07.447.264/0001-37	01/06/12	31/01/17	Médio	P
2015	Recepção	04.350.057/0001-71	07/08/15	06/04/17	Médio	A
2015	Motoristas	06.979.858/0001-26	23/03/15	22/11/16	Médio	A
2015	Auxiliar de Serviços Gerais	04.350.057/0001-71	21/10/15	20/06/17	Médio	A
2012	Manutenção Predial	12.139.246/0001-28	19/12/12	18/12/16	Médio	P
2011	Limpeza	10.297.576/0001-16	01/05/11	30/04/11	Médio	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira						
UG/Gestão: 170145						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Limpeza	56.977.937/0001-76	01/04/11	31/03/16	Fundamental	P
2013	Ajudante Geral	05.483.831/0001-85	02/01/13	31/12/17	Fundamental	P
2013	Controlador Acesso	15.277.274/0001-08	01/09/13	31/08/18	Fundamental	P
2014	Vigilância 44 hs	00.332.087/0001-02	01/04/14	31/03/19	Fundamental	P
2014	Telefonista	08.800.421/0001-09	01/07/14	30/06/19	Fundamental	A
2015	Vigilância 12x36	10.928.126/0001-84	01/02/15	31/01/20	Fundamental	A
2015	Copeira	15.277.274/0001-08	01/05/15	30/04/20	Médio	A
2015	Motorista	00.152.070/0001-65	15/09/15	14/09/20	Fundamental	A
2015	Recepção	00.152.070/0001-65	01/12/15	30/11/20	Médio	A
2014	Manutenção predial	50.400.407/0001-84	01/06/14	31/05/19	Fundamental	E

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco						
UG/Gestão: 170146						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Limpeza	10.297.576/0001-16	01/07/15	30/06/16	Não consta	P
2014	Manutenção predial	01.211.015/0001-61	01/01/16	31/12/15	Não consta	P
2013	Motoristas e carregadores	08.284.452/0001-54	01/02/16	31/01/17	Não consta	P
2012	Repcionistas	03.623.340/0001-67	04/04/15	31/01/16	Nível médio	E
2011	Vigilância	07.447.264/0001-37	01/07/15	30/06/16	Não consta	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André						
UG/Gestão: 170147						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Recepção	68.970.680/0001-00	24/01/12	23/01/16	Médio	E
2011	Manutenção Predial	12.139.246/0001-28	12/04/11	11/04/16	Médio	P
2012	Limpeza e Conservação	10.643.999/0001-40	27/11/12	26/11/16	Fundamental	P
2015	Condução de Veículos	08.604.419/0001-64	20/08/15	20/04/17	Médio	P
2013	Vigilância Orgânica	05.457.677/0001-77	03/09/13	02/09/16	Fundamental	P
2015	Copeiragem	00.482.840/0001-38	01/09/15	31/08/16	Fundamental	A

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos						
UG/Gestão: 170148						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Prestação de serviço continuado de copeiragem, com fornecimento de produtos, materiais e equipamentos	57.695.058/0001-14	03/01/11	02/01/16	Não consta	E
2012	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais (inclusive papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido) e Equipamentos	10.722.897/0001-10	19/06/12	18/06/16	Não consta	A
2012	Prestação do serviço continuado de 10 postos de digitadores	03.623.340/0001-67	26/07/12	26/11/15	Não consta	E
2014	Contratação de serviços de ajudantes gerais (carregadores)	68.970.680/0001-00	28/08/14	24/04/16	Não consta	A

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos						
UG/Gestão: 170150						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Copeiragem	10.189.253/0001-09	16/11/15	15/07/17	Ensino Fundamental	A
2015	Digitação	08.800.421/0001-09	01/04/15	31/03/16	Ensino Médio	A
2012	Limpeza	10.722.897/0001-10	01/01/13	30/04/16	Alfabetizado	P
2014	Motorista	50.400.407/0001-84	20/02/14	19/02/15	Ensino Fundamental	P
2014	Serviços Gerais	15.718.607/0001-89	20/02/14	19/02/15	Ensino Fundamental	P
2013	Recepcionista	56.419.492/0001-09	22/07/13	21/03/15	Ensino Médio	P
2015	Secretária	03.022.122/0001-77	01/04/15	31/03/16	Ensino Médio	A
2012	Vigilância	05.408.502/0001-70	01/01/13	30/04/16	Ensino Fundamental	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil em Santos						
UG/Gestão: 170168						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Postos Terceirizados de Recepcionistas	12.441.717/0001-58	16/06/11	15/06/16	Médio	P
2011	Limpeza e Conservação	10.722.897/0001-10	08/12/11	07/12/16	Fundamental	P
2012	Postos Terceirizados de Copeiragem	04.293.000/0001-88	01/10/12	30/09/17	Fundamental	P
2012	Postos Terceirizados de Digitadores	08.800.421/0001-09	02/07/12	01/11/15	Médio	E
2013	Manutenção das Embarcações	08.325.767/0001-00	22/07/13	21/07/16	Fundamental/Médio	P

Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Postos Terceirizados de Mensageiros	13.036.435/0001-38	03/02/14	02/06/17	Médio	P
2014	Postos Terceirizados de Ajudantes Gerais	68.970.680/0001-00	03/11/14	02/11/16	Médio	P
2010	Manutenção Predial	09.274.298/0001-00	01/07/10	30/06/15	Fundamental/Médio/Superior	E
2015	Manutenção Predial	04.743.858/0001-05	01/07/15	30/06/16	Fundamental/Médio/Superior	A
2012	Vigilância	11.413.243/0001-78	30/11/12	20/02/15	Fundamental	E
2015	Vigilância (Contratação de remanescente)	10.478.353/0001-55	21/02/15	20/02/16	Fundamental	A

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior em São Paulo – Delex/SPO						
UG/Gestão: 170259						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Vigilância	03.038.653/0001-53	01/03/11	29/02/16	Não consta	A
2011	Brigadista	03.038.653/0001-53	01/03/11	29/02/16	Não consta	A
2015	Limpeza	07.725.533/0001-80	19/01/15	18/01/16	Não consta	E
2013	Prestação de Serviços Terceirizados de Apoio Administrativo de Natureza Continuada	04.039.911/0001-83	04/11/13	03/11/16	2º Grau Completo	P
2014	Prestação de Serviços Continuados de Terceirização de Mão de Obra para Execução de Manutenção Predial	01.211.015/0001-61	17/10/14	16/10/19	2º Grau Completo	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal em São Bernardo do Campo						
UG/Gestão: 170261						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2009	Limpeza	10.643.999/0001-40	02/05/09	01/05/15	Fundamental	E
2015	Limpeza	10.643.999/0001-40	02/05/15	01/01/17	Fundamental	A
2010	Recepção	68.970.680/0001-00	13/12/10	08/11/15	2º Grau	E
2015	Recepção	00.152.070/0001-65	09/11/15	08/07/17	2º Grau	A
2014	Manutenção Predial	50.400.407/0001-84	20/05/14	19/01/16	Nível médio	E
2014	Vigilância e Segurança Patrimonial	05.408.389/0001-22	11/03/14 11/11/15	10/11/15 10/07/17	Formação técnica específica de Curso de Formação de Vigilantes	A
2010	Motoristas	08.268.712/0001-06	05/07/10 05/03/12 05/11/13 05/07/15	05/03/12 04/11/13 04/07/15 04/11/15	Não consta	E
2015	Motoristas	12.388.784/0001-56	05/11/15	04/07/17	Não consta	A

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP						
UG/Gestão: 170262						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Serviços de auxiliar de serviços gerais e mensageira	00.482.840/0001-38	30/09/11	29/09/16	Fundamental	P
2013	Serviços de recepcionista	06.372.798/0001-89	08/08/13	07/08/15	Médio completo	E
2013	Serviços de motorista	10.227.498/0001-83	05/04/13	03/07/15	Fundamental	E
2015	Serviços de motorista	00.152.070/0001-65	01/09/15	31/08/16	Fundamental	A
2014	Manutenção Predial	01.211.015/0001-61	12/11/14	11/11/16	Médio completo	P
2015	Postos recepcionista	00.152.070/0001-65	03/11/15	02/07/17	Médio completo	A
2011	Serviços de limpeza, asseio e conservação	00.482.840/0001-38	17/03/11	15/03/16	Fundamental	P
2012	Serviço de vigilância	05.408.389/0001-22	25/10/12	24/10/15	Fundamental	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal em Marília						
UG/Gestão: 170287						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Recepção	09.369.335/0001-56	13/06/11	12/06/16	2º grau completo	A
2012	Operador de Empilhadeira	69.207.850/0001-61	01/08/12	31/07/17	Ensino fundamental completo ou equivalente; curso de operação de empilhadeira	A
2012	Auxiliar de serviços gerais	69.207.850/0001-61	01/08/12	31/07/17	Ensino fundamental completo ou equivalente	A
2012	Recepção	03.133.738/0001-15	26/12/12	25/04/16	2º grau completo	A
2013	Telefonistas	08.284.452/0001-54	01/02/13	31/05/16	Nível médio	A
2014	Limpeza	06.279.924/0001-55	15/10/14	14/10/16	Ensino fundamental completo ou equivalente	A
2013	Motoristas	08.268.712/0001-06	09/04/13	08/02/15	Nível médio – CNH categoria “E”	E
2015	Motoristas	02.088.746/0001-24	16/03/15	22/10/15	Nível médio – CNH categoria “E”	E
2012	Vigilância armada e segurança patrimonial	07.447.264/0001-37	30/06/14	30/09/15	Nível médio	E
2015	Motoristas	68.970.680/0001-00	03/11/15	15/03/16	Nível médio – CNH categoria “E”	A
2015	Vigilância armada e segurança patrimonial	14.071.312/0001-09	01/10/15	30/09/16	Nível médio	A

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo – Derat/SPO						
UG/Gestão:170312						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
08/2015	Vigilância Patrimonial Armada e Desarmada	07.447.264/0001-37	13/02/15	29/07/16	Fundamental completo	A
14/2015	Serviços continuados de limpeza e conservação predial	11.301.568/0001-62	04/07/15	03/03/17	Fundamental	A
15/2011	Secretárias	03.022.122/0001-77	08/12/11	07/12/15	Ensino Médio	E
24/2015	Secretárias	03.022.122/0001-77	08/12/15	07/08/17	Ensino Médio	A
13/2013	Contínuos	03.623.340/0001-67	01/06/13	31/11/15	Fundamental	E
25/2015	Contínuos	10.189.253/0001-09	01/12/15	31/07/17	Fundamental	A
01/2013	Vigilância, armada e desarmada	11.413.243/0001-78	30/03/13	13/02/15	Fundamental	E
11/2013	Recepção	03.133.738/0001-15	22/04/13	21/08/16	Ensino Médio	P
20/2013	Ajudante Geral e Copeiras	03.360.551/0001-54	02/12/13	01/06/16	Fundamental	P
05/2012	Vigilância Orgânica (Tatuapé)	04.067.408/0001-31	16/04/12	15/08/15	Fundamental	E
06/2012	Brigadistas (Tatuapé)	07.447.264/0001-37	16/04/12	11/04/17	Fundamental	P
07/2011	Motoristas	09.445.502/0001-09	29/08/11	28/08/16	Fundamental	P
09/2010	Limpeza	07.409.625/0001-50	01/07/10	13/02/15	Fundamental	E
07/2015	Limpeza (emergencial)	07.725.533/0001-80	14/02/15	03/07/15	Fundamental	E
16/2010	Postos de Brigadistas(Sede Derat)	66.700.295/0001-17	30/12/10	29/12/16	Fundamental	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras						
UG/Gestão: 170313						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviço terceirizado de apoio administrativo	04.039.460/0480-04	11/10/13	10/10/15	2º grau completo	E

Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviço continuado de copeiragem	03.623.340/0001-67	01/01/13	31/12/15	Fundamental completo	E
2015	Prestação de serviço terceirizado de apoio administrativo	07.244.760/0001-93	11/10/15	10/04/18	2º grau completo	A
2011	Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado central	62.082.821/0001-71	26/08/11	25/08/16	Ensino Fundamental I	P
2011	Vigilância armada e desarmada	66.063.256/0001-56	01/01/12	31/12/16	Ensino Fundamental I	P
2014	Limpeza e Conservação Predial	55.905.350/0001-99	01/01/15	31/12/19	Ensino Fundamental I	A
2011	Manutenção preventiva e corretiva predial	68.287.143/0001-60	08/08/11	07/08/16	Ensino Fundamental I	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiaí						
UG/Gestão: 170318						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Telefonistas	00.482.840/0001-38	11/08/10	10/08/15	Ensino médio completo	E
2013	Manutenção predial	12.139.246/0001-28	01/11/13	31/10/16	Ensino médio completo	P
2014	Vigilância	10.928.126/0001-84	01/12/14	30/11/16	Fundamental completo	P
2014	Copeiragem	57.695.058/0001-14	05/05/14	04/05/16	Fundamental completo	P
2014	Serviços gerais	13.036.435/0001-38	03/11/14	02/11/15	Fundamental completo	E
2014	Motorista	02.088.746/0001-24	06/10/14	05/10/15	Fundamental completo	E
2014	Limpeza	07.900.325/0001-70	15/09/14	14/09/15	Fundamental completo	E
2015	Motorista	08.573.956/0001-94	15/10/15	14/10/16	Fundamental completo	A
2015	Limpeza	11.027.483/0001-34	15/10/15	14/10/16	Fundamental completo	A
2015	Recepção	05.576.482/0001-46	16/03/15	15/03/16	Ensino médio completo	A
2015	Telefonistas	15.277.274/0001-08	11/08/15	10/08/16	Ensino médio completo	A

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia Especial da Receita Federal de Maiores Contribuintes em São Paulo – DEMAC/SPO						
UG/Gestão: 170320						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Limpeza	10.565.981/0001-78	06/09/10	05/09/15	Ensino Fundamental	E
2015	Limpeza	11.301.568/0001-69	06/09/15	05/05/17	Ensino Fundamental	A
2013	Vigilância	07.447.264/0001-37	01/01/14	30/04/17	Ensino Médio	P
2012	Secretariado	03.623.340/0001-67	02/07/12	31/10/15	Ensino Médio	E
2015	Secretariado	03.022.122/0001-77	03/11/15	02/07/17	Ensino Médio	A
2014	Copeiragem	04.039.911/0001-83	15/09/14	11/02/16	Ensino Médio	P
2014	Recepção	04.039.911/0001-83	15/09/14	14/09/16	Ensino Médio	P
2014	Contínuo	04.039.911/0001-83	15/09/14	14/09/16	Ensino Médio	P
2013	Motorista	04.039.911/0001-83	11/12/13	10/12/16	Ensino Médio	P
2010	Manutenção de bens imóveis	67.645.002/0001-09	18/11/10	17/10/15	Ensino Médio	E
2015	Manutenção de bens imóveis	01.211.015/0001-61	11/08/15	10/04/17	Ensino Médio	A

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba/SP						
UG/Gestão: 170321						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Vigilância	07.447.264/0001-37	18/06/14	07/05/17	Não consta	P
2014	Ajudante	68.970.680/0001-00	18/08/14	17/04/16	Ensino Fundamental Completo	A
2010	Telefonista	66.059.510/0001-42	26/10/10	25/04/16	2º grau Completo	P
2012	Motorista	00.152.070/0001-65	28/12/12	02/05/16	Ensino Fundamental Completo	P
2012	Copeiragem	03.133.738/0001-15	08/11/12	07/03/16	Não consta	P
2015	Limpeza	12.935.143/0001-74	16/11/15	15/07/17	Não consta	A

Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Limpeza	10.722.897/0001-10	09/01/14	08/09/15	Não consta	E
2015	Manutenção Predial	06.303.138/0001-46	21/09/15	20/09/16	2º grau Completo	A
2013	Manutenção Predial	09.610.090/0001-07	17/10/13	16/06/15	2º grau Completo	E
2015	Recepção	05.576.482/0001-46	01/04/15	30/11/16	2º grau Completo	A
2011	Recepção	04.798.395/0001-70	10/11/11	09/03/15	2º grau Completo	E

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araraquara						
UG/Gestão: 170322						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Armazenagem	04.005.929/0001-64	26/10/15	25/10/16	Fundamental e Médio ou Técnico	P
2012	Vigilância	05.457.677/0001-77	01/08/15	31/07/16	Fundamental	P
2014	Limpeza	13.026.997/0001-09	05/08/14	04/04/16	Fundamental	A
2010	Repcionista, Copeira, Auxiliar Serviços Gerais, Telefonista, Motorista,	09.369.335/0001-56	01/04/14	30/11/15	Fundamental e Médio ou Técnico	E
2014	Manutenção Predial	50.400.407/0001-84	10/03/14	09/03/15	Fundamental e Médio ou Técnico	E

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca						
UG/Gestão: 170323						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Repcionistas, Aux. De serviços gerais e Motorista	68.970.680/0001-00	05/02/14	04/06/17	Ensino Médio	P
2013	Vigilância	08.752.749/0001-05	15/08/13	31/08/16	Fundamental	P
2015	Limpeza	11.301.568/0001-69	01/03/15	29/02/16	Fundamental	A

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia de Fiscalização do Brasil em São Paulo						
UG/Gestão: 170385						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Ajudantes Gerais	04.039.911/0001-83	16/01/14	15/01/17	Nível Médio	P
2014	Copeira	04.039.911/0001-83	16/01/14	15/01/14	Nível Médio	P
2014	Secretárias	04.039.911/0001-83	23/09/14	22/09/16	Nível Médio	P
2015	Serviços de Limpeza	69.207.850/0001-61	06/04/15	05/12/16	Fundamental	A
2011	Vigilância	10.478.353/0001-55	27/09/11	28/09/16	Nível Médio	P
2011	Motoristas	05.058.935/0001-42	07/11/11	06/11/16	Nível Médio	P
2015	Manutenção Predial	01.211.015/0001-61	25/05/15	24/05/16	Nível Profissionalizante	A
2016	Manutenção Ar condicionado	11.383.621/0001-18	15/02/16	14/05/17	Nível Profissionalizante	A
2013	Recepcionistas	03.133.738/0001-15	14/01/13	09/05/16	Nível Médio	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo						
UG/Gestão: 170533						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Operador de scanner	04.356.735/0001-03	15/09/15	14/09/16	Ensino Médio	P
2013	Prestação de serviço de mão de obra terceirizada	04.039.911/0001-83	03/11/15	02/05/16	Ensino Médio	P
2012	Armazenagem	56.851.611/0002-89	11/02/15	10/02/16	Ensino Fundamental	P

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia Especial da Receita Federal de Pessoas Físicas – Derpf						
UG/Gestão: 170535						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Motoristas	12.388.784/0001-56	31/08/15	30/04/17	Ensino Fundamental	A

Fonte: Informações prestadas pela UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri						
UG/Gestão: 170551						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Limpeza	10.214.412/0001-88	15/07/10	14/07/15	Fundamental	E
2012	Copeiragem	10.227.498/0001-83	14/06/12	07/02/15	Fundamental	E
2012	Serviços Gerais	10.227.498/0001-83	23/07/12	07/02/15	Fundamental	E
2012	Recepção	03.133.738/0001-15	27/12/12	30/04/16	Médio	P
2014	Manutenção Predial	01.211.015/0001-61	18/12/14	17/12/16	Médio	P
2014	Controlador Acesso	04.999.840/0001-60	18/07/14	17/07/16	Médio	P
2014	Controlador Acesso	08.491.163/0001-26	31/12/14	30/12/16	Médio	P
2014	Mensageiro	08.491.163/0001-26	31/12/14	30/12/16	Médio	P
2014	Telefonista	08.491.163/0001-26	31/12/14	30/12/16	Médio	P
2014	Motorista	06.325.983/0001-12	15/09/14	24/03/16	Médio	P
2014	Vigilância	01.721.355/0001-32	15/08/14	14/08/16	Médio	P
2015	Copeiragem	04.999.840/0001-60	29/04/15	28/04/16	Fundamental	A
2015	Serviços Gerais	04.999.840/0001-60	29/04/15	28/04/16	Fundamental	A
2015	Limpeza	07.725.533/0001-80	28/08/15	27/08/16	Fundamental	A

Fonte: Informações prestadas pela UG

9ª Região Fiscal

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal						
UG/Gestão: 170156/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Vigilância e segurança armada	10.565.495/0001-50	02/07/2013	01/07/2016	Fundamental	P
2014	Limpeza e conservação	16.934.245/0001-26	08/04/2014	07/08/2017	Fundamental	P
2014	Secretariado	79.283.065/0003-03	22/05/2014	01/06/2016	Técnico	P
2014	Apoio logístico de manutenção de helicópteros	20.367.629/0001-81	15/12/2014	15/12/2016	Técnico	P
2015	Contínuo	03.930.084/0001-50	01/09/2015	31/08/2016	Fundamental	A
2015	Copeiragem	05.443.410/0001-20	01/09/2015	31/08/2016	Fundamental	A
2015	Manutenção Predial	12.139.246/0001-28	11/09/2015	10/09/2016	Técnico	A
2015	Motoristas	07.682.885/0001-67	21/12/2015	20/12/2016	Fundamental	A

Fonte: Diretório da Equipe de Logística/DIPOL09 - Contratos

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cascavel (DRF/CVL)						
UG/Gestão: 170157/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Secretariado	04.970.088/0001-25	23/12/2013	04/08/2016	Médio	P
2014	Motorista, carregador, conferente, operador empilhadeira	79.283.065/0003-03	15/07/2014	14/07/2016	Fundamental	P
2014	Copeira, telefonista, recepcionista	04.970.088/0001-25	01/07/2014	30/06/2016	Fundamental, médio	P
2014	Vigilância orgânica ostensiva - vigilante	77.998.912/0001-29	01/10/2014	30/09/2016	Fundamental	P
2014	Manutenção predial	07.718.194/0001-04	14/08/2014	13/08/2016	Médio	P
2013	Limpeza e conservação	04.970.088/0001-25	01/02/2013	25/03/2016	Fundamental	P

Fonte: SIASG, Seção de Programação e Logística DRFCVL

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba						
UG/Gestão: 170158/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Motorista	73.281.404/0001-74	15/08/2011	14/04/2016	Fundamental	P
2011	Carregador	73.281.404/0001-74	01/09/2011	30/08/2016	Fundamental	P
2013	Vigilância orgânica	11.933.418/0001-78	21/06/2013	20/10/2016	Médio	P
2013	Limpeza e conservação	16.934.245/0001-26	01/12/2013	31/12/2015	Sem exigência	E
2014	Manutenção predial	10.453.872/0001-69	11/09/2014	10/09/2016	Fundamental e médio	P
2012	Recepção	07.228.643/0001-36	01/12/2012	30/06/2015	Médio	E
2010	Contínuo	06.888.220/0001-80	01/08/2010	31/07/2015	Fundamental	E
2015	Recepção, secretaria, continuo e portaria	10.328.740/0001-05	01/07/2015	30/06/2016	Fundamental e médio	A

Fonte: Instrumentos de contrato, editais e termos de referência das contratações, constantes nos respectivos (10980.001668/2011-01, 10980.002355/2011-61, 16296.720019/2013-61, 16296.720041/2013-19, 16296.720024/2014-54 e 16296.720007/2015-06)

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Londrina						
UG/Gestão: 170159/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Recepção	10.328.740/0001-05	03/04/2012	02/04/2017	Médio	P
2015	Motorista e Conferente de Cargas	10.328.740/0001-05	01/08/2015	31/07/2020	Médio para Motorista e Fundamental para Conferente de Cargas	A
2015	Técnico de Informática	73.281.404/0001-74	02/01/2011	31/12/2015	Superior	E
2010	Telefonista, Carregadores, Copeira, Recepção e Contínuo	04.970.088/0001-25	02/01/2011	31/12/2015	Médio para Telefonista e Recepção e Fundamental para Carregador, Copeira e Contínuo	E
2015	Limpeza	11.301.568/0001-69	01/08/2015	31/07/2020	Fundamental	P
2015 Emergencial	Motorista e Conferente de Cargas	04.970.088/0001-25	02/02/2015	31/07/2015	Médio para Motorista e Fundamental para Conferente de Cargas	E
2015 Emergencial	Limpeza	04.970.088/0001-25	02/02/2015	31/07/2015	Fundamental	E

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Motorista e Conferente de Mercadoria	10.405.110/0001-97	02/01/2011	31/01/2015	Médio para Motorista e Fundamental para Conferente de Cargas	E
2011	Limpeza	10.405.110/0001-97	01/02/2011	31/01/2015	Fundamental	E
2012	Manutenção Predial	04.098.267/0001-14	16/04/2012	15/04/2017	Médio	P
2013	Vigilância	11.933.418/0001-78	01/01/2013	31/12/2017	Médio	P

Fonte: processos de contratação.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa						
UG/Gestão: 170160/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Limpeza	09.343.648/0001-35	19/01/2015	18/01/2016	Fundamental	E
2012	Vigilância	77.998.912/0001-29	31/03/2012	31/07/2016	Médio	E
2014	Motoristas	07682995/0001-67	01/07/2014	30/06/2015	Médio	E
2012	Copeiragem	80575290/0001-15	08/10/2012	07/02/2015	Fundamental	E
2011	Receppcionistas	13697422/0001-00	17/10/2011	16/02/2016	Médio	E
2012	Impressoras	02925132/0001-50	29/12/2012	28/12/2016	-	P
2011	Vigilância	07951388/0001-55	04/07/2011	03/11/2014	Fundamental	E
2011	Manutenção Predial	00.192.707/0001-47	19/04/2011	18/08/2015	Fundamental	E
2013	Secretariado	07682995/0001-67	02/01/2014	01/01/2017	Médio	P

Fonte: SIASG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maringá						
UG/Gestão: 170161/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Vigilância	03495870/0001-77	01/01/2011	31/12/2015	Médio	E
2011	Limpeza	03116865/0001-06	01/02/2011	31/01/2016	Fundamental	P
2014	Apoio administrativo	07682995/0001-67	01/01/2015	31/12/2016	Médio	P
2013	Manutenção predial	04098267/0001-14	14/04/2013	14/04/2016	Médio	P

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu						
UG/Gestão: 170162/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Apoio administrativo e operacional	07.592.889/0001-92	01/06/2011	31/05/2016	Médio	P
2014	Recepção e telefonista	07.200.004/0001-62	01/04/2014	30/07/2017	Médio e Superior	P
2014	Carregador, Operador empilhadeira e copeiragem	78.533.312/0001-58	01/04/2014	30/07/2017	Fundamental e Médio	P
2014	Limpeza e Conservação	07.228.643/0001-36	01/03/2014	21/06/2015	Fundamental	E
2014	Vigilância	08.282.615/0001-60	01/01/2015	31/12/2016	Médio	P
2014	Manutenção Predial	07.718.194/0001-04	13/08/2014	12/04/2016	Médio e fundamental	A
2015	Limpeza e Conservação	03.360.551/0001-54	22/06/2015	30/06/2017	Fundamental	P

Fonte: Setor de Contratos – Serviço de Programação e Logística da DRF/FOZ

Unidade Contratante						
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá						
UG/Gestão: 170163/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Copeiragem	08.629.207/0001-31	19/09/2011	18/09/2016	Fundamental	P
2013	Repcionista	07.200.004/0001-62	01/06/2013	30/09/2016	Médio	P
2014	Carregador	00.317.343/0001-84	20/05/2014	19/05/2016	Médio	P
2014	Motorista	02.891.176/0001-06	24/07/2014	23/07/2016	Médio	P
2014	Manutenção predial	12.139.246/0001-28	11/08/2014	10/08/2016	Médio	P
2014	Vigilância e segurança	08.282.615/0001-60	01/11/2014	31/10/2015	Fundamental	P
2015	Operador de empilhadeira	03.360.551/0001-54	15/01/2015	14/01/2017	Fundamental	P
2015	Telefonista	14.010.744/0001-00	31/08/2015	30/08/2016	Médio	A
2016	Limpeza e conservação	04.970.088/0001-25	14/01/2016	12/07/2016	Fundamental	A

Fonte: e-Processo

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis						
UG/Gestão: 170169/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Vigilância Ostensiva	05.449.286/0001-00	01/09/2012	31/12/2015	Médio	E
2014	Limpeza e Conservação	09.284.804/0001-60	01/09/2014	31/08/2016	Fundamental e Médio	A
2013	Jardinagem	02.469.275/0001-02	02/01/2014	30/04/2017	Médio	A

Fonte: SIASG e Planilha de Controle da UG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba						
UG/Gestão: 170170/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Recepção	09.369.335/0001-56	01/01/2011	31/12/2015	Médio	E
2013	Secretaria técnica	05.822.551/0001-54	02/01/2014	30/04/2017	Médio	P
2013	Telefonistas	09.369.335/0001-56	20/06/2013	19/06/2016	Médio	P
2013	Operador de empilhadeira e carregador	79.283.065/0001-41	01/08/2013	31/08/2016	Fundamental	P
2014	Operador de empilhadeira, carregador e Contínuo	07.261.678/0001-77	01/01/2014	31/12/2016	Fundamental	P
2014	Limpeza e conservação	05.822.551/0001-54	01/01/2015	31/03/2016	Fundamental	P
2013	Vigilância ostensiva	07.168.167/0001-05	01/01/2014	29/04/2016	Médio	P

Fonte: Controles internos da UG e SIASG

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville						
UG/Gestão: 170171/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Limpeza e conservação	03.116.865/0001-06	01/01/2015	31/12/2016	Não previsto	P
2013	Vigilância	04629488/0001-71	01/01/2014	30/04/2017	Não previsto	P
2015	Manutenção predial	12.139.246/0001-28	23/03/2015	22/03/2016	Médio e fundamental	N
2015	Serviços Terceirizados	79.283.065/0001-41	02/03/2015	01/03/2016	Médio e fundamental	N
2015	Ginástica laboral	20.153.382/0001-09	02/01/2016	31/12/2016	Superior	N
2015	Manutenção da Central Telefônica	11.067.719/0001-66	03/11/2015	02/11/2016	Médio	N

Fonte: Processos administrativos: 10920.724264201438 - Atrativa; 10920.723428/2013-29 - Khronos; 10920.723665/2014-71 - Engelink; 10920.723660/2014-48 - Orbenk; 10920.721948/2015-69 - Ergoflex; 10920.721948/2015-69 – Itscon.

Unidade Contratante						
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí						
UG/Gestão: 170172/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Recepção	78.533.312/ 0001-58	01/09/ 2012	31/08/ 2017	Médio	P
2012	Copeira	78.533.312/ 0001-58	01/09/ 2012	31/08/ 2017	Fundamental	P
2012	Conferente de Carga	78.533.312/ 0001-58	01/09/ 2012	31/08/ 2017	Médio	P
2012	Operador de Empilhadeira	00.482.840/ 0001-38	01/09/ 2012	31/08/ 2017	Fundamental	P

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Telefonistas	00.482.840/ 0001-38	01/09/ 2012	31/08/ 2017	Médio	P
2013	Vigilância	03.130.750/ 0001-76	01/03/ 2013	30/06/ 2016	Médio	P
2015	Limpeza	03.360.551/ 0001-54	07/01/ 2016	06/01/ 2017	Fundamental	A
2013	Operadores de Carga	03.360.551/ 0001-54	08/08/ 2013	07/12/ 2016	Fundamental	P
2013	Motoristas	03.360.551/ 0001-54	08/08/ 2013	07/12/ 2016	Médio	P

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e Sistema de Administração de Finanças - SIAFI

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau						
UG/Gestão: 170314/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Manutenção predial	09.274.298/0001-00	15/03/2010	14/03/2015	Médio	E
2011	Apoio administrativo	03.025.281/0001-25	01/01/2011	30/04/2015	Médio	E
2012	Limpeza e conservação	03.116.865/0001-06	16/07/2012	15/07/2017	Fundamental	P
2013	Vigilância patrimonial	14.576552/0001-57	02/08/2013	01/12/2016	Fundamental	P
2015	Manutenção predial	18.083.458/0001-17	04/05/2015	03/01/2017	Médio	A
2015	Apoio administrativo	07.592.889/0001-92	05/05/2015	04/01/2017	Médio	A

Fonte: Siasg, Contratos

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Lages						
UG/Gestão: 170315/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Apoio administrativo	07.366.643/0001-00	02/01/2013	01/09/2016	Sem previsão	P
2012	Motorista e carregador	07.682.995/0001-67	02/01/2013	01/09/2016	Sem previsão	P
2012	Limpeza e conservação	85.134.344/0001-46	02/07/2012	01/03/2016	Sem previsão	P
2012	Vigilância	05.449.286/0001-00	01/01/2013	31/08/2016	Sem previsão	P

Fonte: e-processos 13984.721935/2012-91, 13984.720960/2012-57 e 13984.721936/2012-35

Unidade Contratante						
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Florianópolis						
UG/Gestão: 170342/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Serviços Terceirizados	00.482.840/0001-38	01/01/2012	31/12/2016	Conforme legislação	P
2014	Limpeza e Conservação	83.892.174/0001-33	05/11/2014	04/07/2016	Conforme legislação	P
2014	Manutenção embarcações	08.325.767/0001-00	01/04/2014	31/03/2016	Conforme legislação	P
2015	Vigilância Ostensiva	83.411.025/0001-05	01/01/2016	31/08/2017	Conforme legislação	A

Fonte: Contratos/IRF/FNS

Unidade Contratante						
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Curitiba						
UG/Gestão: 170343/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Secretariado	04.970.088/0001-25	07/02/2013	06/02/2017	Médio	P
2013	Recepção	03.025.281/0001-25	21/02/2013	20/02/2017	Médio	P
2013	Conferente	04.970.088/0001-25	05/03/2013	05/03/2016	Médio	P
2013	Condução veículos	04.970.088/0001-25	05/03/2013	05/03/2017	Fundamental	P
2014	Limpeza e conservação	03.11.865/0001-06	07/01/2014	06/01/2017	Fundamental	P
2014	Manutenção predial	09.438.067/0001-87	05/11/2014	04/03/2016	Médio	P
2015	Vigilância	08.511.830/0001-95	31/07/2015	30/07/2016	Fundamental	A

Fonte: Contratos da UG.

Unidade Contratante						
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de São de Francisco do Sul						
UG/Gestão: 170389/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Telefonista	79.283.065/0001-41	23/08/2012	22/08/2016	Médio	P
2014	Motorista	79.283.065/0001-41	03/11/2014	02/07/2016	Médio	P
2013	1 posto de vigilante	07.168.167/0001-05	28/01/2013	26/05/2016	Médio	P
2014	6 postos de recepcionistas	04.970.088/0001-25	01/09/2014	30/04/2016	Médio	P
2013	limpeza	04.231.640/0001-63	01/12/2013	31/03/2017	Fundamental	P
2013	1 posto limpeza da lancha	14.001.761/0001-72	11/11/2013	10/11/2016	Não prevista	P
2013	1 posto de marinheiro	14.001.761/0001-72	11/11/2013	10/11/2016	Não prevista	P

Fonte: Processos de controle dos contratos

10ª Região Fiscal

Unidade Contratante						
Nome: ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE						
UG/Gestão: 170182/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Limpeza e higiene	11.945.317/0001-17	01/01/2014	30/04/2017	Fundamental	A
2014	Vigilância ostensiva	10.853.830/0001-15	01/06/2014	31/06/2016	Fundamental	A
2012	Manutenção predial	12.139.246/0001-28	02/01/2013	02/05/2016	Fundamental	A
2013	Copeiragem	11.027.483/0001-34	05/01/2014	04/09/2015	Fundamental	E
2012	Recepção	11.057.118/0001-72	11/06/2012	13/10/2015	Médio	E

Fonte: SIASG e dossiês de contratos de prestadores de serviços arquivados na Seção de Programação e Logística da Unidade.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul/RS						
UG/Gestão: 170178/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Limpeza e Conservação	11.426.388/0001-03	03/07/2013	02/11/2016	Fundamental	A
2015	Vigilância e Segurança Armada	91.589.770/0001-77	15/05/2015	14/05/2016	Fundamental	A
2013	Vigilância e Segurança Armada	11.525.620/0001-60	01/09/2013	30/04/2015	Fundamental	E
2014	Motoristas	08.202.514/0001-31	15/07/2014	14/07/2016	Médio	P
2014	Recepcionistas	09.369.335/0001-56	01/09/2010	31/08/2015	Médio	E
2014	Telefonistas	07.682.995/0001-67	01/01/2014	31/08/2015	Médio	E
2012	Manutenção de Bens Imóveis	01.211.015/0001-61	06/11/2012	05/03/2016	Médio	P
2014	Contínuo	11.057.118/0001-72	06/01/2014	05/09/2015	Fundamental	E
2013	Carregador Fixo	11.057.118/0001-72	14/08/2013	30/09/2016	Fundamental	P
2015	Apoio Administrativo	07.682.995/0001-67	13/10/2015	12/06/2017	Médio	A
2015	Carregadores por Chamado	12.295.691/0001-87	01/12/2015	31/12/2015	-	E
2015	Apoio Administrativo	07.682.995/0001-67	13/10/2015	12/06/2017	Médio	A

Fonte: SIASG e dossiês de contratos de prestadores de serviços arquivados na Seção de Programação e Logística da Unidade.

Unidade Contratante										
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo										
UG/Gestão: 170184/00001		CNPJ: 00.394.460/0154-16								
Informações sobre os Contratos										
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.				
			Início	Fim						
2014	Vigilância	03.994.920/0001-60	01/08/2014	31/07/2016	Fundamental	P				
2014	Limpeza	87.343.257/0001-24	01/07/2014	30/06/2016	Fundamental	P				
2014	Manutenção Predial	12.139.246/0001-28	06/04/2014	05/08/2017	Médio	P				
2011	Copeira e Apoio	07.682.995/0001-67	01/01/2012	30/04/2015	Fundamental e Médio	E				
2015	Copeira e Apoio	07.682.995/0001-67	01/05/2015	30/04/2016	Fundamental e Médio	A				
2013	Carregadores	10.399.898/0001-76	20/02/2013	19/06/2016	Fundamental	P				
2013	Telecomunicação	11.057.118/0001-72	08/07/2013	07/11/2016	Médio	P				

Unidade Contratante										
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS/RS										
UG/Gestão: 170180/00001										
Informações sobre os Contratos										
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.				
			Início	Fim						
2010	Manutenção Predial	73.421.679/0001-66	01/01/2011	31/12/2015	Médio	E				
2011	Telefonistas	10.583.794/0001-17	15/08/2011	14/08/2016	Médio	P				
2012	Limpeza	00.976.595/0001-15	01/01/2013	31/12/2016	-	P				
2013	Carregadores	11.057.118/0001-72	08/07/2013	07/07/2016	-	P				
2014	Vigilância	92.966.571/0001-01	18/04/2014	31/12/2016	Médio	P				
2014	Manutenção Predial	01.211.015/0001-61	04/06/2014	03/06/2015	Médio	E				
2014	Manutenção Predial	12.139.246/0001-28	04/06/2014	03/06/2015	Médio	E				
2015	Manutenção Predial	80.464.753/0001-97	13/07/2015	12/07/2016	Médio	A				

Fonte: SIASG e dossiês de contratos de prestadores de serviços arquivados na Seção de Programação e Logística da Unidade.

Unidade Contratante										
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Passo Fundo										
UG/Gestão: 170179/00001										
Informações sobre os Contratos										
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.				
			Início	Fim						
2010	Limpeza e Higiene	05.784.565/0001-20	01/09/2010	31/08/2015	Fundamental	E				
2015	Limpeza e Higiene	00.464.219/0001-41	01/09/2015	31/08/2016	Fundamental	A				
2013	Vigilância e Segurança	13.624.934/0001-46	01/01/2014	31/08/2015	Fundamental	E				
2015	Vigilância e Segurança	10.314.494/0001-32	01/09/2015	31/08/2016	Fundamental	A				
2010	Manutenção Predial	09.274.298/0001-00	02/08/2010	31/07/2015	Médio	E				
2015	Manutenção Predial	12.139.246/0001-28	01/08/2015	31/07/2016	Médio	A				
2012	Telefonista	11.057.118/0001-72	10/11/2012	10/03/2016	Fundamental	P				

Fonte: SIASG e dossiês de contratos de prestadores de serviços arquivados na Seção de Programação e Logística da Unidade.

Unidade Contratante						
Nome:DRF/POA						
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 170181						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Limpeza nas ARFs em Gravataí, Guaíba, São Jerônimo, Torres, Tramandaí e Viamão.	00976595/0001-15	01/03/2012	28/02/2017	Fundamental	P
2012	Vigilância desarmada	92966571/0001-01	01/11/2015	30/10/2016	Fundamental	P
2015	Vigilância desarmada para as 6 Agências da DRF/POA	09316305/0001-81	16/03/2015	15/03/2016	Fundamental	A

Fonte: SIASG e dossiês de contratos de prestadores de serviços arquivados na Seção de Programação e Logística da Unidade.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo Ângelo						
UG/Gestão: 170185/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Limpeza e Higiene	10.565.981/0001-78	01/09/2010	31/08/2015	Fundamental	E
2015	Limpeza e Higiene	10.565.981/0001-78	01/09/2015	31/08/2016	Fundamental	A
2014	Vigilância Ostensiva	87.134.086/0001-23	01/11/2014	31/10/2016	Fundamental	P

Fonte: SIASG e dossiês de contratos de prestadores de serviços arquivados na Seção de Programação e Logística da Unidade.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul						
UG/Gestão: 170263/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Limpeza e Conservação	00.976.595/0001-15	08/04/2013	07/08/2016	Fundamental	P
2014	Serviços auxiliares de copeiragem, portaria, telefonistas, carregadores e auxiliar de escritório	03.362.450/0001-12	13/08/2014	12/08/2016	Fundamental	P
2014	Manutenção Predial	12.139.246/0001-28	15/02/2014	14/06/2017	Médio	P
2015	Vigilância	03.144.992/0001-19	14/06/2015	13/06/2016	Médio	A

Fonte: SIASG e dossiês de contratos de prestadores de serviços arquivados na Seção de Programação e Logística da Unidade.

Unidade Contratante						
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA/RS						
UG/Gestão: 170183/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Movimentação e Manuseio de Cargas	11.057.118/0001-72	23/05/2012	22/05/2017	Fundamental	P
2012	Copeiragem	07.682.995/0001-67	01/11/2012	29/02/2016	Fundamental	P
2012	Telefonista	07.682.995/0001-67	01/11/2012	29/02/2016	Fundamental	P
2012	Manutenção de Canil e do Plantel de Cães	10.879.418/0001-74	03/12/2012	02/04/2016	Superior	P
2013	Manutenção Predial	12.139.246/0001-28	22/04/2013	21/08/2016	Médio	P
2014	Vigilância Armada	03.144.992/0001-19	01/05/2014	30/04/2016	Médio	P
2014	Apoio Administrativo	03.362.450/0001-12	21/07/2014	20/07/2016	Médio	P
2014	Limpeza	00.976.595/0001-15	03/11/2014	02/11/2016	Fundamental	P

Fonte: SIASG e dossiês de contratos de prestadores de serviços arquivados na Seção de Programação e Logística da Unidade.

Unidade Contratante						
Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CHUI/RS						
UG/Gestão: 170270/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Vigilância	03.144.992/0001-19	01/01/2012	31/12/2016	Médio	P
2012	Limpeza	11.4263.88/0001-03	01/01/2013	30/04/2016	Fundamental	P
2014	Operação Balança Rodoviária	00.482.840/0001-38	05/05/2014	04/05/2016	Médio	P
2014	Telefonista e copeira	11.057.118/0001-72	17/06/2014	16/06/2016	Médio	P
2014	Recepção	07.454.361/0001-57	01/01/2015	31/12/2015	Médio	E
2015	Manutenção Predial	18.083.458/0001-17	22/06/2015	21/06/2016	Médio	A

Fonte: SIASG e dossiês de contratos de prestadores de serviços arquivados na Seção de Programação e Logística da Unidade.

Unidade Contratante						
Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE/RS						
UG/Gestão: 170269/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Telefonista e copeiragem	02.294.475/0001-63	24/08/2015	23/09/2016	Médio	A
2014	Manutenção predial	01.211.015/0001-61	01/04/2014	31/07/2017	Médio	P
2014	Vigilância	03.144.992/0001-19	28/06/2015	27/02/2017	Médio	P
2011	Limpeza e conservação	09.628.278/0001-82	08/12/2014	07/08/2016	Médio	P

Fonte: SIASG e dossiês de contratos de prestadores de serviços arquivados na Seção de Programação e Logística da Unidade.

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana						
UG/Gestão: 170186/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Portaria	06.097.780/0001-16	01/06/2013	31/05/2018	Fundamental	P
2011	Manutenção Predial	95.391.413/0001-50	24/03/2011	23/03/2016	Fundamental	P
2012	Copeiragem	11.057.118/0001-72	12/03/2012	11/03/2017	Fundamental	P
2015	Telefonista	07.682.995/0001-67	01/06/2015	05/05/2012	Fundamental	A
2012	Limpeza e Conservação	11.426.388/0001-03	20/08/2012	19/08/2017	Fundamental	P
2015	Estiva	07.682.995/0001-67	27/04/2015	26/04/2020	Fundamental	A

Fonte: SIASG e dossiês de contratos de prestadores de serviços arquivados na Seção de Programação e Logística da Unidade.

Unidade Contratante						
Nome: Inspetoria da Receita Federal em Santana do Livramento						
UG/Gestão: 170187/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Manutenção predial	12.139.246/0001-28	01/10/2012	31/01/2016	Fundamental	P
2013	Conferente de carga	11.057.118/0001-72	01/11/2013	28/02/2017	Médio	P
2013	Operador empilhadeira	07.682.995/0001-67	01/11/2013	28/02/2017	Fundamental	P
2012	Estivas	11.057.118/0001-72	15/08/2012	13/08/2017	Fundamental	P
2014	Motorista	11.057.118/0001-72	01/07/2014	30/06/2016	Fundamental	P
2014	Vigilância	10.853.830/0001-15	01/07/2014	30/06/2016	Médio	P
2010	Limpeza e higiene	10.565.981/0001-78	01/09/2010	31/01/2016	Fundamental	P

Fonte: SIASG e dossiês de contratos de prestadores de serviços arquivados na Seção de Programação e Logística da Unidade.

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 10°REGIÃO FISCAL						
UG/Gestão: 170177/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Auxiliar de escritório	09.369.335/0001-56	10/04/2014	09/04/2016	Médio	A
2015	Motorista	07.682.995/0001-67	26/10/2015	24/10/2016	Fundamental	A
2015	Ginástica laboral	11.193.884/001-64	31/08/2015	30/08/2016	Superior	A
2015	Repcionista	07.454.361/0001-57	25/06/2015	24/06/2016	Médio	A

Fonte: SIASG e dossiês de contratos de prestadores de serviços arquivados na Seção de Programação e Logística da Unidade.

ANEXO 6

Quadro 186: Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170010	70126714500-6	13	Terreno	3.254.929,31	20/02/2015	3.460.966,33	0,00	0,00
170018	970117620500-6	21	4	937.885,15	04/02/2016	24.000.000,00	0,00	0,00
170018	970133144500-1	21	4	139.172,56	13/05/2015	139.172,56	0,00	0,00
170018	970133146500-2	21	4	139.172,56	13/05/2015	139.172,56	0,00	0,00
170019	970124150500-5	21/23	3	217.758,24	19/02/2016	276.678,44	0,00	0,00
170109	902100021500-9	21	6	90.629,14	19/02/2016	140.223,84	0,00	0,00
170109	905100250500-6	21	3	11.728.026,40	04/12/2014	15.967.888,08	2.352.537,64	10.988,32
170109	905100607500-6	21	5	3.000.000,00	19/02/2016	8.162.097,11	1.008.745,50	10.988,31
170109	912500019500-7	21	6	60.316,18	19/02/2016	123.733,06	0,00	0,00
170109	914700005500-1			55.000,00	19/02/2016	55.000,00	0,00	0,00
170109	916500063500-6	17	3	227.365,57	19/02/2016	255.915,65	0,00	0,00
170110	906300127500-0	21	3	846.928,64	22/05/2015	1.012.265,12	0,00	0,00
170110	906300159500-5	21	3	1.369.000,00	22/05/2015	967.246,20	0,00	0,00
170110	906300165500-8	21	5	8.000.000,00	16/02/2016	8.115.468,27	0,00	0,00
170111	904100019500-2	13	5	368.355,59	13/10/2015	796.873,09	0,00	0,00
170111	913100179500-2	13	5	3.379.372,70	13/10/2015	8.485.903,13	0,00	0,00
170111	913100793500-0	13	4	80.000,00	15/05/2015	668.622,24	0,00	0,00
170192	898700066500-9	13	4	352.083,12	26/02/2016	416.444,51	0,00	0,00
170192	900500010500-7	5	4	245.265,79	25/02/2016	312.183,28	0,00	0,00
170192	903500019500-8	6	4	881.698,65	25/02/2016	886.801,65	4.986,54	0,00
170192	904700091500-4	5	4	330.000,00	16/02/2016	1.012.264,13	0,00	0,00
170192	904700120500-0	4	4	1.246.190,79	26/02/2016	4.092.912,24	0,00	0,00
170192	904700212500-0	5	4	600.000,00	22/04/2014	600.000,00	0,00	0,00
170192	906900024500-0	5	4	144.492,67	26/02/2016	201.866,79	0,00	0,00
170192	917700006500-9	5	4	210.745,47	26/02/2016	436.677,53	0,00	0,00
170192	915100043500-7	5	4	366.564,84	29/02/2016	828.853,36	0,00	0,00
170192	915100121500-0			524.765,72	23/03/2015	524.765,72	0,00	0,00
170192	898500083500-5	5	4	5.702.400,00	10/07/2014	5.702.400,00	0,00	0,00
170192	918500037500-9	5	4	76.157,10	26/02/2016	198.816,20	0,00	0,00
170198	928900022500-6	11	8	511.218,13	23/02/2016	2.338.702,25	0,00	0,00
170198	930100017500-1	13	4	817.753,45	29/02/2016	817.753,45	0,00	0,00
170198	937300219500-7	13	5	6.538.033,73	08/10/2013	6.363.960,74	0,00	0,00
170198	937300311500-7	13	1	1.320.857,37	23/02/2016	47.218.282,07	0,00	0,00
170198	937700040500-7	13	4	181.074,67	23/07/2014	200.242,17	0,00	0,00
170198	942500013500-3	17	4	189.289,67	29/02/2016	199.764,74	0,00	0,00
170198	943300026500.5	13	3	430.329,88	10/07/2014	563.171,09	0,00	0,00
170198	957100015505-4	13	3	850.271,21	07/07/2014	1.197.049,71	0,00	0,00
170198	959900003500-9	13	4	286.115,88	29/02/2016	360.964,30	0,00	0,00
170198	975300002500-8	13	6	3.761.358,73	20/08/2015	5.798.748,10	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170247	917900053500-1	13	4	1.957.597,00	12/01/2015	2.590.000,00	0,00	0,00
170247	917900070500-4	13	3	4.710.731,50	12/01/2015	8.727.000,00	0,00	34.837,96
170271	924100037500-3	13	1	63.616,00	28/01/2016	85.500,00	0,00	0,00
170271	946100012500-4	16	3	75.380,00	28/01/2016	143.588,22	0,00	4.978,00
170271	938500011500-0	13	3	166.591,24	28/01/2016	235.160,73	0,00	100,00
170271	951900007500-2	16	3	75.380,00	28/01/2016	155.160,06	0,00	3.850,00
170271	973300063500-6	13	3	5.512.358,99	28/01/2016	7.761.727,20	0,00	17.637,00
170388	907300091500-3	13	3	536.793,84	29/12/2015	3.003.273,43	0,00	621,85
170388	912300029500-5	13	5	91.980,00	29/12/2015	593.342,48	0,00	0,00
170516	922100062500-5	21	1	911.283,75	15/02/2016	11.417.434,50	0,00	0,00
170516	930700075500-7	21	3	23.898,00	17/02/2016	308.669,98	0,00	0,00
170516	936100026500-4	21	4	883.219,85	12/11/2014	1.336.624,85	0,00	0,00
170516	944500014500-3	21	1	414.361,19	07/10/2014	750.358,33	0,00	0,00
170516	963300030500-0	13	4	62.583,00	17/02/2016	62.583,00	0,00	0,00
170024	060500152500-9	13	3	721.270,18	30/09/2011	721.270,18	112.330,73	0,00
170024	060900035500-5	11	3	167.529,60	30/09/2011	167.529,60	0,00	0,00
170024	061500021500-3	13	2	195.746,22	30/09/2011	195.746,22	0,00	0,00
170024	040900030500-5	21	2	319.500,00	30/09/2011	319.500,00	0,00	0,00
170201	000300415500-3	13	5	2.982.461,81	29/11/2011	1.989.232,27	0,00	0,00
170201	000100086500-0	12	4	189.489,24	25/06/2012	399.682,91	0,00	0,00
170201	000100182500-1	13	4	246.251,69	29/11/2011	237.116,55	492.161,25	0,00
170201	000700127500-0	13		420.537,00	19/07/2012	420.537,00	0,00	0,00
170205	010500024500-0	21	4	322.376,18	15/04/2013	427.009,62	0,00	0,00
170205	010500034500-5	18	5	28.334,48	13/10/2011	28.334,48	0,00	0,00
170205	010700057500-7	21	4	218.167,26	13/10/2011	279.038,03	0,00	0,00
170205	013900252500-5	21	3	7.072.873,38	04/11/2013	7.873.440,19	1.290.000,00	0,00
170205	013900283500-4	21	6	217.430,87	26/09/2011	277.888,37	0,00	0,00
170205	014500042500-8	21	6	121.831,00	13/10/2011	61.070,31	0,00	0,00
170205	015100036500-0	21	2	175.721,92	18/04/2013	287.214,35	0,00	0,00
170209	023500039500-0	11	3	120.000,00	20/03/2012	434.600,00	0,00	0,00
170209	024100032500-7	12	4	125.000,00	01/01/2014	701.668,77	0,00	0,00
170209	025300016500-3	13	3	110.000,00	08/02/2012	586.010,20	0,00	0,00
170209	025500766500-8	13	4	649.276,00	01/01/2014	918.644,38	8.450.000,00	0,00
170209	026100007500-5	13	3	50.000,00	28/03/2012	174.879,84	0,00	0,00
170209	026900060500-0	12	3	120.000,00	01/01/2014	691.316,60	0,00	0,00
170209	028300029500-6	13	3	66.000,00	01/01/2014	90.459,67	0,00	0,00
170209	028100056500-7	13	3	80.000,00	01/01/2014	96.917,80	0,00	0,00
170210	025500671500-1	13	3	528.142,59	25/07/2005	2.250.000,00	0,00	2.867,80
170210	984700052500-2	11	3	148.830,75	07/10/2011	627.000,00	0,00	0,00
170210	984700054500-3	11	3	88.160,00	07/10/2011	487.500,00	0,00	0,00
170213	030100150500-6	11	6	3.818,88	15/05/2011		0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170213	030100173500-1	11	4	894.176,52	04/05/2011		70.946,59	5.496,03
170213	030100174500-7	11	4	13.000,00	04/05/2011		0,00	0,00
170213	030100175500-2	11	6	219,60	15/05/2011		0,00	0,00
170213	030300034500-1	11	4	4.810,86	24/05/2011		0,00	0,00
170213	030700025500-5	13	8	142.000,00	19/05/2011		0,00	0,00
170213	030700030500-2	11	4	259,20	19/05/2011		0,00	0,00
170213	030700031500-8	11	6	259,20	19/05/2011		0,00	0,00
170217	042700902500-3	13	3	18.255.750,00	28/09/2012	39.892.464,90	0,00	0,00
170218	041500031500-5	13	3	5.584.050,97	11/10/2011	2.338.830,62	0,00	0,00
170218	040100015500-8	13	3	151.030,51	11/10/2011	212.200,00	0,00	0,00
170218	044300020500-0	13	3	199.760,02	04/11/2011	859.752,00	0,00	0,00
170218	044700181500-0	13	4	133.285,31	11/10/2011	260.960,92	0,00	39.197,47
170218	050900019500-1	13	3	60.726,28	11/10/2011	114.479,92	0,00	0,00
170219	41100320500-3	21	5	150.951,22	30/09/2011		0,00	0,00
170219	47100247500-0	21	4	1.768.670,26	30/09/2011		0,00	0,00
170219	50100029500-0	21	5	119.354,63	30/09/2011		31.593,81	0,00
170219	50500019500-9	21	4	154.113,18	30/09/2011		0,00	0,00
170219	53500105500-8	21	4	1.798.509,63	30/09/2011		0,00	0,00
170219	53500137500-2	13	1	1.275.000,00	30/09/2013		0,00	0,00
170332	000500065500-8	20	4	758.479,90	14/12/2012		0,00	1.445,90
170332	000500094500-6	20	5	114.900,00	14/12/2012		0,00	0,00
170332	000500096500-7	20	5	47.916,00	14/12/2012		0,00	0,00
170332	001300045500-0	20	5	875.968,69	14/12/2012		0,00	0,00
170332	01300046500-5	20	5	135.231,94	14/12/2012		0,00	0,00
170334	048300165500-9	13	5	11.124,00	16/08/2011	480.000,00	0,00	0,00
170334	048300166500-4	13	3	543.947,29	16/08/2011	1.012.823,29	0,00	0,00
170334	048300169500-0	13	4	96.651,00	16/08/2011	565.527,00	0,00	0,00
170028	072300010500-0	13	3	72.993,50	30/11/2011	135.630,00	0,00	0,00
170028	076300021500-0	13	3		30/11/2011	241.123,00	56.550,00	0,00
170028	086900003500-7	13	4	37.911,69	30/11/2011	183.853,70	0,00	0,00
170028	087900002500-9	12	3	44.284,36	30/11/2011	143.404,40	45.700,00	0,00
170028	095700008500-7	13	5	40.684,08	30/11/2011	71.980,80	0,00	0,00
170028	075700058500-7	12	8		01/07/2012	54.915,00	0,00	0,00
170028	092100666500-4	12	6		26/06/2013	11.616.333,64	0,00	0,00
170028	095700031500-2	12	8		01/07/2012	18.750,00	0,00	0,00
170030	080300001500-3	13	4	511.412,25	30/11/2011	2.644.080,00	159.168,85	35.369,00
170030	075300005500-5	12	2	27.885,00	30/11/2011	189.050,96	0,00	0,00
170030	072700009500-8	13	4	19.583,85	30/11/2011	164.850,00	0,00	0,00
170035	104300002500-2	13	3	75.018,49	30/11/2011	217.131,21	0,00	3.173,88
170035	115300002500-6	13	3	286.643,06	30/11/2011	939.397,52	59.007,43	3.173,88
170035	116700205500-0	13	3	110.256,13	30/11/2011	175.580,78	63.060,86	3.173,88

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170035	121900014500-8	13	4	113.728,27	30/11/2011	189.040,52	21.900,00	3.173,88
170040	138900644500-0	13	5	743.000,00	30/11/2011	743.000,00	0,00	0,00
170041	132100002500-0	13	3	122.316,86	22/10/2013	660.000,00	0,00	19.102,41
170041	145500050500-3	13	3	54.000,00	22/10/2013	730.000,00	0,00	9.853,56
170041	142900001500-7	11	3	134.755,26	22/10/2013	745.000,00	0,00	19.102,41
170041	153700001500-4	11	3	92.134,08	22/10/2013	586.000,00	0,00	8.873,82
170041	152900024500-9	11	3	62.073,71	22/10/2013	388.000,00	0,00	9.306,63
170041	134100004500-6	18	8	40.000,00	25/04/2012	40.000,00	0,00	0,00
170041	137300015500-4	13	8	161.154,66	17/10/2013	161.154,56	0,00	0,00
170041	152700101500-0	13	1	642.078,78	22/10/2013	850.000,00	0,00	20.833,20
170041	125300001500-7	13	8	168.736,44	11/09/2014	168.736,44	0,00	0,00
170042	134900008500-3	13	8	150.000,00	05/08/2013	150.000,00	0,00	0,00
170042	144700002500-0	13	3	1.067.929,07	30/11/2011	2.424.477,12	0,00	0,00
170042	138500019500-0	13	3	70.495,44	30/11/2011	183.912,15	0,00	0,00
170042	140900001500-2	13	3	139.087,09	30/11/2011	306.942,00	64.200,00	0,00
170042	141100009500-8	13	3	130.409,02	30/11/2011	273.533,34	0,00	0,00
170042	155500016500-4	13	3	231.502,64	30/11/2011	231.502,64	0,00	0,00
170108	138900289500-1	13	3	822.664,80	07/12/2001	822.664,80	0,00	0,00
170225	092100713500-9	13	3	10.626,00	11/07/2014	1.531.500,00	0,00	0,00
170330	155900395500-9	13	3	541.000,00	30/11/2011	4.599.992,32	60.028,36	0,00
170330	130300001500-7	11	3	134.326,80	30/11/2011	349.997,64	86.554,61	0,00
170330	138300008500-3	11	3	131.612,74	30/11/2011	269.999,99	46.000,00	0,00
170330	141700002500-9	11	3	71.425,70	30/11/2011	300.003,31	18.766,91	0,00
170330	157300005500-2	11	8	7.140,00	30/11/2011	78.540,00	28.797,56	0,00
170330	135100029500-0	13	8	95.000,00	30/11/2011	190.408,00	478.007,48	0,00
170337	107700003500-2	13	2	282.349,58	30/11/2011	282.349,58	0,00	0,00
170337	113900002500-0	13	3	303.245,92	30/11/2011	303.245,92	0,00	0,00
170337	103700004500-9	13	3	192.866,92	30/11/2011	192.866,92	0,00	0,00
170337	115900035500-5	13	3	597.143,66	08/03/2013	597.143,66	0,00	0,00
170335	162100020500-8	13	3	60.685,00	30/07/2013	960.778,40	0,00	0,00
170335	160300057500-1	13	3	4.912,27	30/07/2013	219.985,78	0,00	0,00
170335	174300015500-8	13	3	13.260,00	30/07/2013	440.615,38	0,00	0,00
170335	175900001500-8	13	3	37.157,00	30/07/2013	1.227.006,52	0,00	0,00
170335	178700002500-9	13	3	66.000,00	30/07/2013	403.039,81	0,00	0,00
170338	198100040500-0	13	3		20/11/2013	1.792.689,78	0,00	186.128,71
170338	222500739500-4	13	3		29/11/2013	463.778,67	0,00	0,00
170338	197500296500-8	13	3		27/10/2014	125.687,10	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170047	163900247500-5	13	3		16/12/2014	263.660,25	0,00	13.373,89
170047	166100036500-4	13	4		16/12/2014	157.599,68	0,00	13.373,89
170047	176100382500-2	13	4		16/12/2014	130.861,84	0,00	528,14
170047	176100396500-9	13	Terreno		16/12/2014	1.347.409,70	0,00	0,00
170047	176100398500-0	13	3		16/12/2014	1.815.876,77	0,00	128.467,32
170047	176100454500-3	13	6		16/12/2014	615.516,20	0,00	0,00
170052	196500021500-4	21	2	74.733,00	23/12/2014	1.159.917,48	0,00	82.731,90
170052	203900006500-1	21	5	43.173,00	23/12/2014	238.611,59	883.866,22	0,00
170052	202700026500-7	21	2	28.000,00	23/12/2014	581.947,17	0,00	0,00
170052	217500268500-0	21	5	926.000,00	23/12/2014	1.227.524,08	0,00	118.285,99
170059	253100615500-9	13	03		13/10/2011	7.192.714,00	3.076.309,95	1.410.047,55
170059	242300010500-2	13	03	25.000,00	14/10/2011	279.045,64	0,00	0,00
170059	247700008500-0	13	03	7.685,00	14/10/2011	451.135,30	77.862,17	0,00
170059	249900011500-8	13	03	10.835,00	31/10/2011	395.201,00	0,00	0,00
170059	251300006500-0	13	03	8.677,00	31/10/2011	333.804,00	625.078,88	0,00
170059	260500006500-5	13	04	4.279,00	30/09/2011	214.504,00	0,00	0,00
170059	262700075500-2	13	04		30/09/2011	176.200,00	0,00	0,00
170060	241900045500-5	21	3		21/11/2013	646.769,00	0,00	0,00
170060	254300031500-8	21	5		21/11/2013	232.662,00	0,00	0,00
170060	252100074500-1	21	3		21/11/2013	633.564,00	0,00	0,00
170060	238100015500-0	21	6		21/11/2013	2.610.441,00	0,00	0,00
170060	252100079500-9		Terreno		13/04/2009	37.423,61	0,00	0,00
170066	282500016500-7	13	3	137.302,58	21/09/2015	538.298,95	0,00	0,00
170066	287100011500-3	13	3	75.391,12	21/09/2015	282.046,24	0,00	0,00
170066	285900014500-0	13	3	79.552,56	21/09/2015	284.792,89	0,00	0,00
170066	288500029500-1	13	3	33.716,32	21/09/2015	125.901,06	0,00	0,00
170066	283300027500-8	13	3	99.440,70	21/09/2015	190.125,09	0,00	0,00
170066	278500279500-5	13	3	728.639,03	01/04/2015	4.828.777,63	0,00	220.643,19
170066	270500022500-9	13	3	109.959,79	01/05/2015	899.176,18	71.654,15	0,00
170080	351500002500-0	13	3	604.039,64	11/08/2014	8.183.304,76	982.526,86	98.507,05
170080	351500001500-4	13	3	57.959,22	12/08/2014	2.140.018,65	0,00	0,00
170080	387100001500-4	13	5	55.216,81	28/08/2014	325.458,55	0,00	0,00
170080	365100003500-8	13	4	9.999,00	26/08/2014	274.271,80	0,00	0,00
170080	366900030500-8	13	4	166.280,78	26/08/2014	671.512,98	0,00	0,00
170080	351300033500-2	7	3	13.199,20	28/08/2014	168.964,19	0,00	0,00
170080	378100122500-3	7	6	7.518,43	07/08/2014	116.803,34	0,00	0,00
170080	351300029500-0	13	3	270.000,00	28/11/2013	270.000,00	0,00	0,00
170080	378100128500-6	13	3	48.384,00	04/03/2013	48.384,00	0,00	0,00
170080	356500014500-1	13	3	238.446,00	28/11/2013	238.446,00	0,00	0,00
170080	359300014500-7	21	3	30.000,00	03/08/2013	30.000,00	0,00	0,00
170080	383300017500-9	21	3	75.000,00	05/05/2012	75.000,00	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170081	366100274500-0	13	3	105.000,00	26/05/2014	100.000,00	0,00	0,00
170081	339100009500-0	13	3	80.850,00	26/05/2014	102.900,00	0,00	0,00
170081	362900006500-8	13	3	98.801,33	26/05/2014	98.801,33	0,00	0,00
170081	396500061500-3	13	3	2.474.000,00	26/05/2014	2.474.000,00	0,00	0,00
170327	311700039500-2	13	3	105.000,00	27/05/2014	105.000,00	0,00	0,00
170327	357300193500-7	13	4	1.876.499,95	27/05/2014	1.876.499,95	0,00	8.560,00
170327	359700054500-8	13	1	1.663.186,91	27/05/2014	1.663.186,91	2.337.846,91	0,00
170089	4123002065000	13	3		15/02/2016	55.488.006,15	2.156.975,67	34.136,72
170091	4267001065004	13			04/02/2016	798.201,00	1.022.624,30	0,00
170091	4267001145008	13			04/02/2016	247.160,00	0,00	0,00
170091	4553001105005	13	3		11/02/2016	9.720.050,00	85.000,00	18.743,53
170091	4553001395003	13	3		11/02/2016	2.773.000,00	0,00	0,00
170091	4787000385001	13	3		04/02/2016	2.497.234,00	920.934,96	0,00
170092	4111000535005	13	4		29/10/2015	509.441,44	0,00	0,00
170092	4733000895000	13	4		29/10/2015	19.384.806,66	231.900,00	3.850,00
170092	5041000675002	13	3		29/10/2015	1.050.688,40	0,00	0,00
170092	5249000365001	13			29/10/2015	4.188.092,49	0,00	800,00
170093	4079000205008	13	1		15/02/2015	500.000,00	0,00	0,00
170093	5401000615006	13	3		15/02/2016	7.627.000,00	6.147.028,07	0,00
170093	5401000645002	13			09/11/2015	5.268.611,81	120.000,00	160.000,00
170094	5049000245003	13	6		16/02/2016	4.257.927,12	67.655,82	0,00
170094	5413000195000	13	5		16/02/2016	10.342.354,71	55.810,38	2.651,74
170095	4147000125002	13			18/02/2014	5.257.267,66	0,00	0,00
170095	4223000045008	13			12/02/2016	1.760.000,00	0,00	5.231,13
170095	4445000105004	13	4		02/02/2016	1.335.533,32	8.047,44	29.757,44
170095	4957000235000	13			11/11/2013	250.000,00	0,00	0,00
170096	4865000245000	13			18/02/2016	5.217.281,49	0,00	0,00
170097	4683000315004	13			26/03/2014	799.956,00	44.348,99	0,00
170097	5403002775007	13	4		05/02/2016	9.112.416,40	105.307,26	37.937,39
170098	4123001055000	11	4		01/07/2011	9.335.343,96	0,00	0,00
170227	4133000135008	13	6		18/02/2016	2.720.117,63	0,00	20.444,74
170227	Não cadastrado	17		1.800.072,68			0,00	0,00
170248	4371000125008	13	4		11/02/2016	5.387.544,05	186.991,00	12.000,00
170325	5035000185000	13	1		05/06/2014	4.994.018,00	0,00	5.087,22
170325	5293000125008	13	3		14/12/2015	1.224.000,00	0,00	5.535,29
170328	4417000105009	13	4		18/02/2016	1.001.452,72	15.080,00	0,00
170328	4431000335000	13			18/02/2016	267.921,81	0,00	1.970,00
170328	4751000195007	13			18/02/2016	970.000,00	0,00	0,00
170328	5343000345008	13			18/02/2016	20.823.000,00	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170102	570500246500-3	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500247500-9	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500248500-4	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500249500-0	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500250500-5	11	3	12.605,59	19/02/2014	51.162,65	0,00	0,00
170102	570500251500-0	11	3	12.607,14	19/02/2014	51.168,94	0,00	0,00
170102	570500252500-6	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500253500-1	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500254500-7	11	3	12.607,14	19/02/2014	51.168,94	0,00	0,00
170102	570500255500-2	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500256500-8	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500257500-3	11	3	34.475,55	19/02/2014	139.926,86	0,00	0,00
170102	570500258500-9	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500259500-4	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	57050060500-0	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500261500-5	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500262500-0	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500263500-6	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500264500-1	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500266500-2	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500267500-8	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500268500-3	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500269500-9	11	3	12.607,14	19/02/2014	51.168,94	0,00	0,00
170102	570500270500-4	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500271500-0	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500272500-5	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500273500-0	11	3	13.493,88	19/02/2014	54.767,98	0,00	0,00
170102	570500274500-6	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500275500-1	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500276500-7	11	3	13.493,88	19/02/2014	54.767,98	0,00	0,00
170102	570500277500-2	11	3	13.493,88	19/02/2014	54.767,98	0,00	0,00
170102	570500278500-8	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500279500-3	11	3	13.493,88	19/02/2014	4.767,98	0,00	0,00
170102	570500280500-9	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500281500-4	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500282500-0	11	3	12.603,71	19/02/2014	1.155,02	0,00	0,00
170102	570500283500-5	11	3	12.603,71	19/02/2014	1.155,02	0,00	0,00
170102	570500284500-0	11	3	13.493,88	19/02/2014	54.767,98	0,00	0,00
170102	570500285500-6	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500286500-1	11	3	8.559,71	19/02/2014	34.741,53	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170102	570500287500-7	11	3	7.669,55	19/02/2014	31.128,61	0,00	0,00
170102	570500288500-2	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500289500-8	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500290500-3	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500291500-9	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500292500-4	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500293500-0	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500294500-5	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500295500-0	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500296500-6	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500297500-1	11	3	13.493,88	19/02/2014	54.767,98	0,00	0,00
170102	570500298500-7	11	3	15.269,00	19/02/2014	61.972,71	0,00	0,00
170102	570500299500-2	11	3	109.210,47	19/02/2014	443.255,53	0,00	0,00
170102	570500300500-6	11	3	27.141,82	19/02/2014	110.161,25	0,00	0,00
170102	570500301500-1	11	3	17.235,34	19/02/2014	69.953,55	0,00	0,00
170102	570500302500-7	11	3	20.489,10	19/02/2014	83.159,67	0,00	0,00
170102	570500303500-2	11	3	7.669,55	19/02/2014	31.128,61	0,00	0,00
170102	570500304500-8	11	3	7.669,55	19/02/2014	31.128,61	0,00	0,00
170102	570500305500-3	11	3	7.669,55	19/02/2014	31.128,61	0,00	0,00
170102	570500306500-9	11	3	15.881,02	19/02/2014	64.456,73	0,00	0,00
170102	570500307500-4	11	3	17.254,55	19/02/2014	70.031,52	0,00	0,00
170102	570500308500-0	11	3	15.504,82	19/02/2014	62.929,84	0,00	0,00
170102	570500309500-5	11	3	14.799,44	19/02/2014	60.066,89	0,00	0,00
170102	570500310500-0	11	3	15.359,23	19/02/2014	62.338,93	0,00	0,00
170102	570500311500-6	11	3	14.858,20	19/02/2014	60.305,38	0,00	0,00
170102	570500312500-1	11	3	15.428,52	19/02/2014	62.620,16	0,00	0,00
170102	570500313500-7	11	3	17.235,34	19/02/2014	69.953,55	0,00	0,00
170102	570500314500-2	11	3	20.489,10	19/02/2014	83.159,67	0,00	0,00
170102	570500315500-8	11	3	15.881,02	19/02/2014	64.456,73	0,00	0,00
170102	570500316500-3	11	3	24.736,12	19/02/2014	100.397,17	0,00	0,00
170102	570500317500-9	11	3	15.854,47	19/02/2014	64.348,97	0,00	0,00
170102	570500318500-4	11	3	16.517,21	19/02/2014	67.038,85	0,00	0,00
170102	570500319500-0	11	3	20.489,10	19/02/2014	83.159,67	0,00	0,00
170102	570500320500-5	11	3	15.881,02	19/02/2014	64.456,73	0,00	0,00
170102	570500321500-0	11	3	16.802,68	19/02/2014	68.197,50	0,00	0,00
170102	570500322500-6	11	3	15.453,83	19/02/2014	62.722,88	0,00	0,00
170102	570500323500-1	11	3	14.799,44	19/02/2014	60.066,89	0,00	0,00
170102	570500324500-7	11	3	17.141,96	19/02/2014	69.574,54	0,00	0,00
170102	570500325500-2	11	3	16.582,79	19/02/2014	67.305,02	0,00	0,00
170102	570500326500-8	11	3	17.219,27	19/02/2014	69.888,32	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170102	570500327500-3	11	3	17.235,34	19/02/2014	69.953,55	0,00	0,00
170102	570500328500-9	11	3	20.489,10	19/02/2014	83.159,67	0,00	0,00
170102	570500329500-4	11	3	15.504,82	19/02/2014	62.929,84	0,00	0,00
170102	570500330500-0	11	3	15.881,02	19/02/2014	64.456,73	0,00	0,00
170102	570500331500-5	11	3	17.522,21	19/02/2014	71.117,87	0,00	0,00
170102	570500332500-0	11	3	16.517,21	19/02/2014	67.038,85	0,00	0,00
170102	570500333500-6	11	3	15.359,23	19/02/2014	62.338,93	0,00	0,00
170102	570500334500-1	11	3	14.858,20	19/02/2014	60.305,38	0,00	0,00
170102	570500335500-7	11	3	15.428,52	19/02/2014	62.620,16	0,00	0,00
170102	570500336500-2	11	3	17.235,34	19/02/2014	69.953,55	0,00	0,00
170102	570500354500-0	11	3	12.603,71	19/02/2014	51.155,02	0,00	0,00
170102	570500405500-7	11	3	453.504,61	19/02/2014	1.840.651,60	0,00	0,00
170103	562300017500-0	12	3	188.129,00	17/02/2014	626.337,89	0,00	4.582,80
170103	562900048500-8	13	3	289.538,79	30/04/2014	425.803,06	0,00	4.582,80
170103	566300039500-9	13	Terreno	391.005,00	25/04/2014	391.005,00	0,00	0,00
170103	569700015500-2	13	3	246.450,00	17/02/2014	317.258,05	0,00	4.582,80
170103	569900011500-7	13	3	290.000,00	17/02/2014	957.580,10	0,00	4.582,80
170103	570300050500-1	13	3	180.000,00	17/02/2014	453.189,63	0,00	4.582,80
170103	570500238500-0	13	Terreno	1.656.341,70	17/02/2014	2.560.650,34	0,00	0,00
170103	570500368500-7	13	3	4.475.668,09	17/02/2014	10.176.918,88	0,00	SAMF Rateio
170103	570500394500-9	13	5	1.294.668,31	16/01/2015	901.447,00	0,00	SAMF Rateio
170116	600101560500-1	13	4	1.523.029,47	27/01/2014	13.139.787,54	0,00	0,00
170116	600101309500.6	13	1	256.070,22	10/02/2014	2.064.048,04	0,00	155.322,24
170116	600101310500-1	13	1	256.070,22	10/02/2014	1.367.480,06	0,00	0,00
170116	600101311500-7	13	1	256.070,22	10/02/2014	1.367.480,06	0,00	0,00
170116	600101312500-2	13	1	291.727,22	10/02/2014	1.267.226,67	0,00	0,00
170116	600101313500-8	13	1	58.324,07	10/02/2014	1.667.174,60	0,00	0,00
170116	600101314500-3	13	1	285.244,13	10/02/2014	1.447.433,63	0,00	0,00
170116	600101316500-4	13	1	275.519,49	10/02/2014	1.590.495,62	0,00	0,00
170116	600101317500-0	13	1	337.955,02	10/02/2014	1.447.433,63	0,00	0,00
170116	600101318500-5	13	1	314.098,11	10/02/2014	1.502.338,16	0,00	0,00
170116	600101319500-0	13	1	314.098,11	10/02/2014	1.367.480,06	0,00	0,00
170116	600101320500.6	13	1	298.197,96	10/02/2014	1.442.777,08	0,00	0,00
170116	600101321500-1	13	1	302.174,11	10/02/2014	1.251.448,74	0,00	0,00
170116	600101556500-0	13	3	6.274.512,72	24/01/2016	15.495.017,93	0,00	0,00
170116	600101558500-0	13	3	711.074,20	27/01/2014	7.690.322,38	0,00	50.223,33
170116	600101711500-1	13	1	266.145,78	10/02/2014	870.917,94	0,00	0,00
170116	600101561500-7	13	3	742.844,18	24/01/2014	5.995.096,71	0,00	0,00
170116	600103598500-4	11	4	15.467.768,12	27/03/2014	67.221.664,20	0,00	SAMF Rateio
170116	600104531500-1	10	3	4.420.000,00	11/02/2014	5.098.785,13	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170118	600101990500-0	21	5	3.756.881,91	27/01/2015	3.699.320,57	0,00	0,00
170118	600102033500-9	21	4	23.995.754,70	31/10/2015	24.355.691,02	15.000,00	31.438,01
170119	592500010500-7	21	3	2.090.000,00	23/01/2014	4.208.789,13	0,00	0,00
170119	588300178500-2	21	3	201.048,83	23/01/2014	344.207,39	0,00	0,00
170120	581900111500-5	-	3	1.572.083,30	11/11/2013	5.500.549,00	180.586,31	171.515,00
170120	589300004500-2	-	3	1.911.763,00	11/11/2013	2.381.529,48	0,00	0,00
170120	584300015500-6	-	-	38.746,55	04/07/2013	38.746,55	0,00	0,00
170121	586500076500-0	13	3	15.075.000,00	17/02/2014	16.988.147,37	0,00	263.000,00
170121	589700082500-0	13	4	1.906.930,00	17/02/2014	2.148.822,90	0,00	26.000,00
170121	588500045500-5	5	3		17/02/2014	903.870,00	0,00	9.000,00
170122	586900021500-2	21	3	1.018.982,48	24/01/2014	9.314.755,11	0,00	82.407,17
170122	587700049500-6	21	3	15.267.259,72	27/01/2014	16.304.240,09	0,00	41.187,54
170122	583900082500-3	21	3	452.005,20	17/02/2014	1.650.904,00	0,00	42.734,49
170257	600100896500-6	13	3	293.686,48	04/02/2014	6.448.176,56	0,00	430.083,95
170257	600100477500-8	13	3	2.606.252,38	23/01/2014	31.007.755,54	0,00	370.540,28
170257	600100961500-9	13	3	567.681,56	24/01/2014	5.518.209,32	0,00	426.116,63
170257	600100903500-2	13	3	537.381,44	24/01/2014	1.847.198,83	0,00	106.715,93
170257	600101559500-6	13	3	406.508,17	24/01/2014	1.640.828,95	0,00	50.223,33
170257	600100493500-5	13	3	523.605,50	04/02/2014	6.306.187,88	0,00	50.223,33
170257	600100899500-2	13	3	768.599,37	04/02/2014	2.241.423,72	0,00	50.223,33
170386	584700027500-4	13	4	17.203.918,73	25/03/2014	19.343.401,66	0,00	56.224,23
170133	7107006115006	13	4	9.521.786,33	16/01/2015	12.101.969,00	0,00	212.176,84
170134	6155000095008	13	4	1.855.391,24	13/11/2015	1.254.348,79	3.921.801,01	67.420,83
170135	6219000515007	13	4	3.873.238,74	31/12/2013	3.927.418,74	0,00	137.391,23
170135	6219000525002	13	4	5.792.000,52	20/10/2011	25.638.200,00	0,00	0,00
170135	6219002925008	13	8	4.500.000,00	29/12/2014	4.500.000,00	0,00	0,00
170135	6249000095000	13	8	15.965,48	11/10/2011	14.854,33	0,00	0,00
170135	6607000285003	13	8	220.588,74	02/07/2014	220.588,74	0,00	0,00
170136	6291000445001	13	8	7.297.654,48	26/09/2013	7.328.012,16	0,00	0,00
170136	6291000555001	13	7	748.477,02	26/11/2015	3.897.128,72	0,00	0,00
170136	6291000565007	13	3	9.021.313,31	26/11/2015	9.359.464,94	0,00	169.297,66
170136	7149000115000	13	8	50.512,28	17/03/2014	50.512,28	0,00	0,00
170138	6915000085004	13	3	238.953,40	19/11/2015	259.374,40	0,00	0,00
170138	6969000285002	13	4	5.763.289,66	19/11/2015	7.756.012,66	0,00	301.077,35
170138	6969000275007	13	7	1.605.067,83	19/11/2015	3.541.354,41	0,00	0,00
170139	6323000385000	13	8	43.970,62	19/11/2015	52.148,25	0,00	0,00
170139	7097000225003	13	3	6.215.196,88	19/11/2015	6.456.896,88	95.745,54	191.284,83
170139	7097000525007	13	6	915.587,36	19/11/2015	1.795.101,28	0,00	11.071,91
170139	7245000375005	13	8	360.000,00	19/11/2015	360.000,00	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170141	6543000145007	13	8	155.057,01	22/12/2014	600.826,69	0,00	0,00
170141	6953000095002	13	4	585.659,96	22/12/2014	464.562,95	0,00	44.519,54
170141	7071001405001	13	4	4.078.354,92	22/12/2014	21.422.823,76	0,00	22.259,78
170142	6547000105008	13	8	73.333,33	17/11/2015	84.173,37	0,00	0,00
170142	6547000125009	13	8	73.333,33	17/11/2015	73.333,33	0,00	0,00
170142	6547000145000	13	8	73.333,33	17/11/2015	73.333,33	0,00	0,00
170142	7145002145000	13	5	16.681.063,29	17/11/2015	16.516.416,74	0,00	371.543,91
170142	7145002165001	13	8	93.916,20	17/11/2015	125.163,15	0,00	0,00
170142	7181000135004	13	8	91.234,73	17/11/2015	183.734,59	0,00	0,00
170143	7183000195003	13	1	238.130,54	22/12/2014	10.818.601,53	0,00	190.249,17
170144	6477000115009	13	3	3.993.197,55	09/11/2015	4.444.691,38	0,00	46.151,00
170145	6165000045008	13	2	431.689,19	20/01/2014	431.689,19	0,00	5.047,11
170145	6639000065001	13	1	12.383.328,23	16/01/2014	12.516.586,98	0,00	128.076,13
170145	6715000085001	13	8	36.767,32	20/01/2014	276.210,00	0,00	0,00
170145	6887000135002	13	4	537.133,98	20/01/2014	548.593,63	0,00	7.377,73
170145	7083000145000	13	8	404.036,37	23/07/2013	404.036,37	0,00	0,00
170145	7095000035003	13	3	622.628,32	20/01/2014	622.628,32	0,00	8.766,84
170146	6361000075004	13	2	582.166,46	16/11/2015	582.166,46	231.999,99	26.679,48
170146	6789000175004	13	8	162.840,39	17/11/2015	313.069,65	0,00	14.839,80
170146	6789000165009	13	3	1.373.320,65	17/11/2015	3.465.233,21	0,00	115.472,79
170146	7157000045002	13	4	1.708.463,20	17/11/2015	4.901.288,75	0,00	0,00
170147	6689000035001	13	6	475.649,54	22/08/2014	339.241,82	0,00	15.812,73
170147	7057000065007	13	2	16.259.774,66	06/11/2015	16.997.387,38	0,00	388.696,27
170168	6475000245003	13	6	775.086,58	30/12/2015	878.804,98	0,00	35.581,65
170168	7071001585000	11	5	21.368.880,09	30/12/2015	21.872.058,33	0,00	352.188,33
170168	7071001205002	13	4	1.679.504,45	30/12/2015	1.744.228,33	0,00	45.004,64
170259	7107005075000	13	3	4.958.992,59	05/12/2014	11.695.152,82	0,00	73.500,00
170261	6377000035009	13	3	800.000,00	09/12/2014	1.040.380,92	0,00	26.891,76
170261	7075000065005	13	3	6.322.757,78	02/12/2014	14.458.261,94	0,00	428.175,60
170262	6589000075007	13	2	307.940,88	23/11/2015	1.494.417,65	0,00	24.046,61
170262	6713000115001	13	8	1.374.840,00	04/12/2015	1.374.840,00	0,00	0,00
170262	7099004935001	13	3	5.058.298,03	23/11/2015	5.555.142,03	0,00	141.511,06
170262	7115000355006	11	4	1.077.586,19	23/11/2015	1.795.950,22	0,00	66.576,21
170287	6681000175002	13	3	1834.717,04	28/02/2014	1.834.717,04	0,00	0,00
170287	6681000185008	13	5	3.021.679,72	24/11/2015	5.111.072,28	0,00	238.886,24
170287	6681000295008	13	5	2.300.000,00	24/11/2015	2.300.026,39	0,00	0,00
170287	6795000085000	13	8	10.446,00	24/11/2015	45.652,32	0,00	0,00
170287	6877000135005	13	8	71.346,60	24/11/2015	77.968,50	0,00	0,00
170287	7201000095000	13	8	47.357,79	24/11/2015	69.862,53	0,00	0,00
170313	7107004745002	13	4	6.574.672,92	07/12/2015	22.141.084,00	0,00	459.191,88

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170318	6137000035007	13	8	240.000,00	07/10/2015	240.000,00	0,00	0,00
170318	6251000045004	13	3	208.189,33	03/02/2014	212.642,13	0,00	34.500,00
170321	6875000115008	13	1	1.291.079,96	12/11/2015	8.667.534,38	0,00	9.037,38
170321	6979000035003	13	3	523.391,23	30/12/2014	543.281,23	0,00	0,00
170321	7191000075009	13	8	101.518,09	12/11/2015	113.989,03	0,00	0,00
170322	6163000075008	13	5	15.996.229,76	11/12/2015	15.996.229,76	0,00	0,00
170323	6209000325006	13	8	17.505,57	06/11/2015	19.178,45	0,00	0,00
170323	6425000185004	13	8	1.060.403,00	06/11/2015	1.060.403,00	0,00	0,00
170323	7089000035009	13	8	275.222,90	06/11/2015	77.476,59	0,00	0,00
170385	7107004725001	13	3	10.475.862,76	29/12/2014	29.970.811,00	46.451,11	209.499,05
170533	7107004645008	13	3	5.762.540,16	10/11/2015	25.310.932,64	0,00	0,00
170156	7535003645005	21	2	359.700,00	29/05/2015	876.401,54	0,00	Rateio
170157	7487000025002	13	3	1.199.745,98	11/08/2014	1.603.894,27	0,00	13.986,83
170157	7487000045003	13	3	189.000,00	04/09/2014	601.889,48	0,00	4.872,19
170157	7493000685007	13	8	412.939,80	04/09/2014	3.762.082,00	0,00	18.023,26
170157	7493000695002	13	4	5.177.248,34	06/08/2014	4.431.434,58	149.394,44	49.491,34
170157	7493000745000	13	5	6.054.738,75	06/08/2014	8.215.754,17	0,00	99.962,72
170157	7565000545001	13	3	565.297,03	28/07/2014	479.013,01	0,00	6.231,10
170157	7605000055007	13	8	120.000,00	21/08/2014	190.000,00	0,00	0,00
170157	7659000195002	13	8	42.400,00	21/08/2014	47.600,00	0,00	0,00
170157	7659000225009	13	4	295.255,73	21/08/2014	360.577,60	0,00	4.540,75
170157	7751000185008	13	4	440.335,64	14/07/2014	659.663,43	9.164,51	7.009,98
170157	7751000315009	13	8	176.000,00	14/07/2014	281.040,96	0,00	0,00
170157	7857000045007	13	4	569.544,94	25/08/2014	796.965,79	0,00	8.617,48
170157	7857000055002	13	8	42.608,22	25/08/2014	91.000,00	0,00	0,00
170157	7927000225000	13	4	424.269,13	24/10/2014	516.769,60	0,00	5.584,79
170157	7927000355000	13	8	285.859,62	24/10/2014	318.561,22	0,00	0,00
170158	7885005625007	21	1	26.905,58	11/11/2015	38.068,87	0,00	0,00
170158	7885005645008	21	1	26.905,58	11/11/2015	38.068,87	0,00	0,00
170158	7885005665009	21	1	25.384,53	11/11/2015	38.399,89	0,00	0,00
170158	7885005685000	21	1	22.073,51	11/11/2015	33.391,21	0,00	0,00
170158	7885005705000	21	1	24.216,41	11/11/2015	36.632,83	0,00	0,00
170159	7667000365006	13	3	2.658.957,39	13/05/2014	4.782.957,39	0,00	49.652,10
170159	7667000695006	13	7	766.991,61	14/05/2014	3.525.474,88	0,00	5.516,90
170159	7425000085005	13	2	240.160,68	14/05/2014	1.145.290,18	0,00	6.063,74
170159	7629000135008	13	5	317.608,01	14/05/2014	460.006,59	0,00	4.162,37
170159	7667001475000	13	5	2.460.000,00	14/05/2014	3.799.963,13	0,00	0,00
170159	7629000525000	13	2	116.234,11	29/07/2014	116.234,11	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170160	7777000395006	21	2	955.251,37	06/02/2015	1.447.202,48	46.600,00	0,00
170160	7777000105008	21	3	3.354.813,79	23/06/2015	9.090.106,32	271.877,77	0,00
170160	7777000405001	21	5	592.797,68	12/09/2011	938.412,06	0,00	73.950,00
170160	7937000285000	21	1	11.066,96	02/09/2011	11.066,96	0,00	0,00
170160	7583001325003	21	1	94.055,60	23/06/2015	108.247,74	0,00	0,00
170161	7483000255005	13	3	357.415,21	03/11/2015	890.966,06	0,00	6.596,99
170161	7505000145000	13	3	575.547,85	03/11/2015	1.356.062,62	0,00	9.673,68
170161	7635000085005	13	3	527.06,97	03/11/2015	1.141.538,67	0,00	10.189,29
170161	7663000145003	13	3	551.946,66	03/11/2015	947.314,06	0,00	10.464,74
170161	7691000475009	13	3	2.990.361,85	03/11/2015	6.477.728,70	0,00	80.910,38
170161	7691000495000	13	4	4.658.063,43	03/11/2015	7.409.498,81	0,00	285.189,84
170161	7691000525006	13	3	3.110.224,11	03/11/2015	4.309.641,74	0,00	31.447,62
170161	7749000185006	13	3	377.776,43	03/11/2015	1.031.528,81	0,00	10.085,87
170162	7563005855002	13	6	565.967,36	09/11/2015	731.173,23	0,00	5.870,67
170162	7563005875003	13	5	19.378.836,21	17/11/2015	39.046.876,25	0,00	313.511,80
170162	7563005935006	13	4	9.450.903,81	10/11/2015	11.919.131,25	0,00	95.700,06
170162	7563008485001	13	5	186.732,92	10/11/2015	214.465,93	0,00	1.721,97
170162	7563008525003	21	4	1.865.571,50	10/11/2015	2.243.413,33	0,00	19.457,86
170162	7563008565005	13	5	5.669.420,56	10/11/2015	6.781.780,48	0,00	54.451,68
170162	7563008715007	13	5	7.641.966,08	10/11/2015	9.141.346,24	0,00	73.396,91
170162	7571000065004	13	6	495.021,02	10/11/2015	639.396,73	0,00	11.762,84
170162	7683000095000	13	2	337.773,31	09/11/2015	436.366,39	158.500,52	3.964,90
170162	7701000075001	13	5	196.474,45	10/11/2015	253.825,34	0,00	3.760,00
170162	7701000205002	7	4	130.541,74	10/11/2015	168.646,87	0,00	1.354,08
170162	7971000045009	13	3	720.448,00	10/11/2015	930.744,48	139.823,39	7.680,97
170162	7701000245004	13	1	189.907,75	10/11/2015	189.907,75	0,00	0,00
170163	7745001255005	12	8	85.070,40	28/10/2015	1.971.504,00	0,00	0,00
170163	7745001355000	21	4	1.315.721,54	18/06/2014	4.688.922,79	0,00	94.712,17
170163	7745001415002	21	5	4.273.041,22	18/06/2014	4.350.050,66	0,00	94.712,17
170163	7745001365005	21	5	1.175.210,38	18/06/2014	2.061.965,19	0,00	94.712,16
170169	8027000715005	13	3	148.000,00	16/06/2015	148.000,00	0,00	0,00
170169	8105002725003	13	5	10.852.241,23	16/06/2015	26.675.065,25	0,00	152.878,96
170169	8327000585003	13	3	339.796,30	16/06/2015	2.874.901,00	0,00	8.500,00
170169	8367000175009	13	3	301.000,00	16/06/2015	301.000,00	0,00	3.500,00
170170	8097000445009	13	4	Não disponível	28/12/2015	2.501.013,44	0,00	0,00
170170	8097000505001	13	1	301.555,16	28/12/2015	6.322.541,86	0,00	200,00
170170	8097000545003	13	6	Não disponível	28/12/2015	82.460,00	0,00	2.500,00
170170	8383000125003	13	4	Não disponível	28/12/2015	186.039,00	0,00	0,00
170170	8177000185009	13	4	Não disponível	28/12/2015	5.248.296,80	0,00	0,00
170170	8177000235006	13	4	666.102,79	28/12/2015	3.381.315,30	0,00	6.500,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170171	8175000045006	14	2	27.464,48	31/12/2013	1.286.000,00	0,00	0,00
170171	8179000745000	21	2	131.837,29	31/12/2013	1.051.232,00	0,00	0,00
170171	8179000435001	23	2	1.929.498,01	27/11/2015	3.720.940,58	0,00	0,00
170172	8161000215002	13	3	1.139.148,28	25/05/2015	2.887.073,20	0,00	63.231,12
170172	8161000895002	11	3	305.594,88	25/05/2015	7.016.240,12	0,00	97.846,70
170314	8291000165000	13	3	481.910,32	06/11/2015	729.830,00	0,00	0,00
170342	8327000325001	21	3	3.729.654,97	14/08/2012	3.485.407,89	8.843,64	0,00
170342	8327000725000	21	3	13.328.800,56	14/08/2012	10.044.592,11	0,00	0,00
170342	8143000055003	21	3	370.820,71	09/08/2012	812.300,96	0,00	14.980,00
170342	8143000135007	21	3	86.100,00	09/08/2012	1.260.000,00	0,00	0,00
170343	7535002405000	21	6	913.800,00	28/05/2015	1.553.853,92	12.386,98	70.146,50
170389	8319000225006	21	5	351.609,33	13/07/2015	1.251.766,22	0,00	111.375,71
170184	877100012500-5	21	3	1.312.130,60	10/04/2008	5.723.671,00	0,00	194.079,24
170184	877100019500-3	12	8	570.000,00	06/12/2011	793.737,81	0,00	0,00
170184	887700044500-5	12	3	41.952,00	06/12/2011	727.453,74	385.077,95	92.168,40
170184	858900503500-4	13	8	800.000,00	06/11/2014	1.112.132,82	0,00	0,00
170179	878500036500-6	21	2	8.500.000,00	18/9/2014	12.951.202,30	0,00	353.485,90
170179	859100016500-9	13	8	190.000,00	13/11/2014	264.131,55	0,00	0,00
170180	853100055500-8	21	2	577.512,61	31/12/2015	808.101,91	0,00	86.497,66
170180	853100088500-8	21	4	3.113.500,00	31/12/2015	6.838.588,70	0,00	258.149,07
170180	853100118500-0	13	6	1.640.500,00	31/12/2015	2.295.519,03	429.876,39	0,00
170180	856900006500-8	21	4	650.000,00	31/12/2015	909.532,07	0,00	68.285,06
170180	872100040500-1	21	5	256.042,23	31/12/2015	451.340,20	0,00	81.930,88
170180	872100042500-2	21	3	3.435.876,62	31/12/2015	4.807.753,83	0,00	114.179,89
170180	879100117500-0	21	3	4.783.893,08	31/12/2015	11.658.611,50	0,00	204.795,91
170180	887900003500-8	21	3	240.450,00	31/12/2015	336.456,90	0,00	40.345,85
170181	880100848500-6	21	3	6.217.833,60	31/12/2015	7.460.372,25	0,00	2.799,59
170181	893300029500-8	21	3	980.000,00	31/12/2015	1.358.012,33	0,00	115.737,57
170263	883900007500-0	21	5	937.106,50	31/12/2015	1.474.193,45	0,00	4.594,60
170263	883900020500-1	13	8	1.266.000,50	31/12/2015	2.441.424,83	0,00	0,00
170263	874900010500-8	13	8	304.212,00	31/12/2015	413.070,80	0,00	0,00
170183	884100304500-7	21	4	767.941,71	31/12/2015	3.436.772,32	160.088,67	134.390,95
170183	884100320500-4	21	3	981.000,00	31/12/2015	1.918.485,24	139.010,19	162.321,66
170183	855900033500-8	13	8	250.000,00	31/12/2015	272.989,47	0,00	0,00
170183	850700066500-5	13	8	241.870,50	31/12/2015	282.094,06	0,00	0,00
170183	Não há	21	4		31/12/2015		0,00	0,00
170187	884500049500-4	21	3	500.000,00	31/12/2015	4.355.769,53	0,00	52.905,00
170187	884500051500-5	21	6	28.450,55	31/12/2015	67.468,48	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170185	606500003500-6	21	3	560.100,19	31/12/2015	776.145,88	14.028,36	24.547,06
170185	880500009500-7	21	4	63.611,37	31/12/2015	88.147,98	0,00	0,00
170185	880500011500-8	21	4	95.259,79	31/12/2015	132.004,05	0,00	0,00
170185	880500021500-2	21	3	1.586.513,88	31/12/2015	2.198.474,90	0,00	200.683,90
170185	885300052500-1	21	2	6.782.574,95	31/12/2015	9.398.796,32	0,00	494.773,13
170185	894100005500-8	21	3	390.638,85	31/12/2015	541.318,75	0,00	24.023,91
170186	871300014500-9	21	4	1.216.226,13	31/12/2015	1.830.954,89	0,00	105.020,37
170186	880900011500-0	21	5	1.141.206,52	31/12/2015	2.821.692,96	9.789,00	13.631,64
170186	880900025500-7	21	2	1.769.308,13	31/12/2015	2.627.171,56	30.587,06	0,00
170186	886300018500-3	21	2	442.766,45	31/12/2015	657.445,36	377.889,87	13.777,56
170186	895100001500-3	21	5	3.882.940,98	31/12/2015	5.765.616,48	0,00	206.976,18
170186	895100085500-1	21	3	3.314.827,48	31/12/2015	4.615.971,74	0,00	37.983,10
170186	871300015500-4	21	5	536.789,62	31/12/2015	797.056,43	0,00	60.734,88
170186	Não há	11	5	1.100.000,00	31/12/2015	1.633.343,94	0,00	6.888,72
170186	895100112500-7	13	6	368.000,00	31/12/2015	432.567,16	0,00	632.867,70
170186	886300066500-5	13	8	225.000,00	31/12/2015	252.350,53	0,00	0,00
170186	Não há	12	4		31/12/2015		0,00	0,00
170270	884900029500-8	21	3	1.916,83	31/12/2015	2.867.213,20	0,00	0,00
170270	884900035500-0	21	3	13.676,91	31/12/2015	212.363,17	0,00	0,00
170270	884900036500-6	21	3	811.500,00	31/12/2015	1.124.517,35	0,00	158.390,94
170270	884900037500-1	21	4	200.000,00	31/12/2015	277.145,37	0,00	0,00
170269	880100332500-0	11	4	2.758.264,40	31/12/2015	3.840.945,15	0,00	242.916,17
170182	881500005500-2	21	5	14.109.970,77	06/10/2015	41.221.970,77	0,00	253.587,38
170178	859900001500-2	11	4	1.505.968,60	31/12/2015	11.431.149,48	0,00	302.574,59
170178	854100016500-2	21	3	746.795,11	31/12/2015	2.001.047,98	0,00	57.255,69
170178	858500008500-0	21	3	143.324,74	31/12/2015	1.031.729,70	0,00	55.093,39
170178	858500009500-6	21	3	143.597,79	31/12/2015	1.032.110,07	0,00	0,00
170178	858500010500-1	21	3	143.597,79	31/12/2015	1.032.110,07	0,00	0,00
170178	859900052500-0	21	5	13.500,01	31/12/2015	17.366,61	0,00	0,00
170178	859900054500-1	21	5	13.500,01	31/12/2015	17.366,61	0,00	0,00
170178	859900056500-2	21	5	643.000,01	31/12/2015	827.164,82	0,00	0,00
170304	810500245500-6	21	5	1.235.400,00	15/07/2011	9.505.055,90	0,00	666,15
170294	253100643500-1	21	3	292.164,68	27/06/2011	1.099.991,95	0,00	0,00
170294	253100634500-2	21	3	238.535,00	27/06/2011	1.099.991,95	0,00	0,00
170294	253100716500-8	21	3	1.069.198,46	27/06/2011	3.799.980,61	0,00	0,00
170307	62910005450006	21	5	3.102.660,30	25/09/2013	12.000.000,00	0,00	116.233,94
170307	6969000335000	21	3	376.134,00	19/03/2012	1.523.340,38	0,00	100.148,21
Total							41.058.415,85	17.228.929,18

Fonte: Spiunet.

Legenda:

Regime: 1 – Aquicultura; 2 – Arrendamento; 3 – Cessão-Adm. Federal Indireta; 4 – Cessão-Outros; 5 – Cessão-Prefeituras e Estados; 6 – Cessão Onerosa; 7 – Comodato; 8 – Disponível para alienação; 9 – Em processo de Alienação; 10 – Em regularização-Cessão; 11 – Em regularização – Entrega; 12 – Em Regularização-Outros; 13 – Entrega-Adm.Federal Direta; 14 – Esbulhado (Invadido); 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro); 16 – Irregular – Cessão; 17 – Irregular-Entrega; 18 – Irregular-Outros; 20 – Locação para Terceiros; 21 – Uso em Serviço Público; 22 – Usufruto Indígena; 23 – Vago para Uso.

Estado de Conservação: 1- Novo; 2 - Muito Bom; 3 – Bom; 4 – Regular; 5 – Reparos Importantes; 6 – Ruim; 7 – Muito Ruim (valor residual); 8 – Sem Valor.

ANEXO 7

Quadro 187: GASTOS COM MANUTENÇÃO E REFORMAS PELAS UNIDADES GESTORAS EM 2015

UNIDADES GESTORAS	Despesa no Exercício 2015	
	Com Reformas	Com Manutenção
170010	0,00	0,00
170018	0,00	0,00
170019	0,00	0,00
170109	3.361.283,14	21.976,63
170110	0,00	0,00
170111	0,00	0,00
170192	4.986,54	0,00
170198	0,00	0,00
170247	0,00	34.837,96
170271	0,00	26.565,00
170388	0,00	621,85
170516	0,00	0,00
170024	112.330,73	0,00
170201	492.161,25	0,00
170205	1.290.000,00	0,00
170209	8.450.000,00	0,00
170210	0,00	2.867,80
170213	70.946,59	5.496,03
170217	0,00	0,00
170218	0,00	39.197,47
170219	31.593,81	0,00
170332	0,00	1.445,90
170334	0,00	0,00
170028	102.250,00	0,00
170030	159.168,85	35.369,00
170035	143.968,29	12.695,52
170040	0,00	0,00
170041	0,00	87.072,03
170042	64.200,00	0,00
170108	0,00	0,00
170225	0,00	0,00
170330	718.154,92	0,00
170337	0,00	0,00
170335	0,00	0,00
170338	0,00	186.128,71
170047	0,00	155.743,24
170052	883.866,22	201.017,89
170059	3.779.251,00	1.410.047,55
170060	0,00	0,00
170066	71.654,15	220.643,19
170080	982.526,86	98.507,05
170081	0,00	0,00
170327	2.337.846,91	8.560,00
170089	2.156.975,67	34.136,72

UNIDADES GESTORAS	Despesa no Exercício 2015	
	Com Reformas	Com Manutenção
170091	2.028.559,26	18.743,53
170092	231.900,00	4.650,00
170093	6.267.028,07	160.000,00
170094	123.466,20	2.651,74
170095	8.047,44	34.988,57
170096	0,00	0,00
170097	149.656,25	37.937,39
170098	0,00	0,00
170227	0,00	20.444,74
170248	186.991,00	12.000,00
170325	0,00	10.622,51
170328	15.080,00	1.970,00
170102	0,00	0,00
170103	0,00	22.914,00
170116	0,00	205.545,57
170118	15.000,00	31.438,01
170119	0,00	0,00
170120	180.586,31	171.515,00
170121	0,00	298.000,00
170122	0,00	166.329,20
170257	0,00	1.484.126,78
170386	0,00	56.224,23
170133	0,00	212.176,84
170134	3.921.801,01	67.420,83
170135	0,00	137.391,23
170136	0,00	169.297,66
170138	0,00	301.077,35
170139	95.745,54	202.356,74
170141	0,00	66.779,32
170142	0,00	371.543,91
170143	0,00	190.249,17
170144	0,00	46.151,00
170145	0,00	149.267,81
170146	231.999,99	156.992,07
170147	0,00	404.509,00
170168	0,00	432.774,62
170259	0,00	73.500,00
170261	0,00	455.067,36
170262	0,00	232.133,88
170287	0,00	238.886,24
170313	0,00	459.191,88
170318	0,00	34.500,00
170321	0,00	9.037,38
170322	0,00	0,00
170323	0,00	0,00
170385	46.451,11	209.499,05

UNIDADES GESTORAS	Despesa no Exercício 2015	
	Com Reformas	Com Manutenção
170533	0,00	0,00
170156	0,00	
170157	158.558,95	218.320,44
170158	0,00	0,00
170159	0,00	65.395,11
170160	318.477,77	73.950,00
170161	0,00	444.558,41
170162	298.323,91	592.633,74
170163	0,00	284.136,50
170169	0,00	164.878,96
170170	0,00	9.200,00
170171	0,00	0,00
170172	0,00	161.077,82
170314	0,00	0,00
170342	8.843,64	14.980,00
170343	12.386,98	70.146,50
170389	0,00	111.375,71
170184	385.077,95	286.247,64
170179	0,00	353.485,90
170180	429.876,39	854.184,32
170181	0,00	118.537,16
170263	0,00	4.594,60
170183	299.098,86	296.712,61
170187	0,00	52.905,00
170185	14.028,36	744.028,00
170186	418.265,93	1.077.880,15
170270	0,00	158.390,94
170269	0,00	242.916,17
170182	0,00	253.587,38
170178	0,00	414.923,67
170304	0,00	666,15
170294	0,00	0,00
170307	0,00	216.382,15
TOTAL	41.058.415,85	17.228.929,18

Fonte: Spiunet.